

RELATÓRIO FINAL DO 20º CONGRESSO DO ANDES-Sindicato Nacional

Rio de Janeiro (RJ), 15 a 21 de fevereiro de 2001

SUMÁRIO

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	04
ATAS	
• Ata da Plenária de Abertura	13
Anexos:	
– Discurso do Prof. Roberto Leher – Presidente da ANDES-SN	14
- Mensagem ao Congresso do ANDES-SN, enviada por Daniel MONTEUX da Fédération Internationale Syndicale de l'Enseignement	18
• Ata da Plenária de Instalação	20
Anexos:	
- Regimento do 20º Congresso	23
- Pauta e Cronograma	31
Ata da Plenária Inicial – Movimento Docente e Conjuntura	32
• Ata da Plenária do Tema I – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe	33
• Ata da Plenária do TEMA II – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores.	45
• Ata da Plenária do Tema III – Questões Organizativas e Financeiras	50
• Ata da Plenária de Encerramento	65
Anexos:	
- Moções	71
- Carta do Rio de Janeiro	77
RESOLUÇÕES	
RESOLUÇÕES DO TEMA I	
I - Política Educacional	80
I.0 – Questões Gerais	80
I.1 – Plano Nacional de Educação	81
I.2 – Carreira	82
1.3 – Autonomia e Financiamento	82
II – Política de Ciência e Tecnologia	83
III – Política Sindical	84
III.0 – Questões Gerais	84
III.1 – Formação Sindical	84
III.2 – Relação ANDES – SINPRO-SP	85
III.3 – Reforma do Estado e Precarização dos Direitos Sociais	86
III.4 – Participação na CUT	86
IV – Etnia, Gênero e Classe	87
V – Política de Seguridade Social	87
V.1 – Seguridade Social	87
V.2 – Previdência Complementar	87
V.3 – Aposentadoria	88
V.4 – Defesa das Crianças e Adolescentes	88
V.5 – Saúde	88
V.6 – Lei de Responsabilidade Fiscal	89
VI – Política de Comunicação	89
VII – Política de Relações Internacionais	92
VIII – Política Agrária	92

RESOLUÇÕES DO TEMA II	
I – Eixos Gerais de Luta	94
II – Plano de Luta do Setor das IFES	95
III – Plano de Lutas do Setor das IEES	98
IV – Plano de Lutas do Setor das IPES	100
RESOLUÇÕES DO TEMA III	
I – Prestação de Contas do 41º CONAD	104
II – Prestação de Contas de CONADs e Congressos	104
III – Fundo de Solidariedade	104
IV – Eventos Nacionais	105
V – Homologação de Criação/Transformação/ Alterações Regimentais de Seções Sindicais	107
VI – Alterações Estatutárias	108
VII – Local do próximo Congresso	109
VIII – Recomendações Gerais	109
RATEIO	111
CADERNO DE TEXTOS	116
Anexo ao Caderno de Textos	250
Avulsos	312

RELAÇÃO DOS DELEGADOS AO 20º CONGRESSO

Nº	NOME	AD SEÇÃO SINDICAL	SETOR
001	Enio Araújo Pereira	ADUFPEL	F
002	Afra Suelena de Souza	ADUFPEL	F
003	Rogério Costa Wurdig	ADUFPEL	F
004	Francisco Carlos Duarte Vitória	ADUFPEL	F
005	Elaine da Silva Neves	ADUFPEL	F
006	Henrique Andrade F. de Mendonça	ADUFPEL	F
007	Hildete Bahia da Luz	ADUFPEL	F
008	Margarete Muller Vieira	ADUFPEL	F
009	Patrícia Pereira Cava	ADUFPEL	F
010	Adolpfo Hengeltrab	ADUNICAMP	E
011	Claudiney Carrasco	ADUNICAMP	E
012	Itamar Ferreira	ADUNICAMP	E
013	Antônio Fernando S. Penna	ADUNICAMP	E
014	Antônio Passos Lima Filho	ADUFAL	F
015	Beatriz Pippi Quintanilha	SEDUFSM	F
016	João Eduardo da Silva Pereira	SEDUFSM	F
017	Antônio Sebben	ADUNB	F
018	Adauto João Pulcinelli	ADUNB	F
019	Hélvia Leite Cruz	ADUNB	F
020	Marisete Peralta Safons	ADUNB	F
021	Carlos Hiroo Saito	ADUNB	F
022	Thales Weber garcia	ADUNB	F
023	Selma Viana de Assis P.Conceição	ADUNB	F
024	Almir Serra Martins Menezes Filho	ADURN	F
025	Ana Lúcia Xavier Vieira	ADURN	F
026	Delando Nasário de Medeiros	ADURN	F
027	Francisco Welson Lima da Silva	ADURN	F
028	Ibiraci Maria Fernandes Rocha	ADURN	F
029	João Wanderley Rodrigues Pereira	ADURN	F
030	Luiz Guilherme Meira de Souza	ADURN	F
031	Manuel Claudemir Silva Caldas	ADURN	F
032	Márcia Silva de Oliveira	ADURN	F
033	Maria Cristina de Moraes	ADURN	F
034	Naire Jane Capistrano	ADURN	F
035	Marlon Freire de Melo	ADUFEPE	F
036	Zélia Pereira da Silva	ADUFEPE	F
037	Daniel Rodrigues	ADUFEPE	F
038	Maria Luiza Aléssio	ADUFEPE	F
039	Marsílio Alencar	ADUFEPE	F
040	Francisco Arrua	ADUFEPE	F
041	Francisco Jaime Mendonça	ADUFEPE	F
042	Marcelo Barreto	ADUFEPE	F
043	Valdilene Viana	ADUFEPE	F
044	Angela Amaral	ADUFEPE	F
045	Emmanoel Lima Ferreira	SINDURCA	E
046	Elias da Silva Lima	ADUNEMAT	F
047	Cícero Gonçalves de Oliveira	APUFPR	F
048	Maria Aparecida Zanetti	APUFPR	F
049	Claudir José Daltoé	APUFPR	F

050	Maria Eliza Giusti	APUFPR	F
051	Maria Suely Soares Leonart	APUFPR	F
052	Cassio Joaquim Moletta	APUFPR	F
053	José Roberto Braga Portela	APUFPR	F
054	Emmanuel José Appel	APUFPR	F
055	Horácio Tertuliano dos Santos Filho	APUFPR	F
056	Eliseu Lacerda	APUFPR	F
057	Sandra Mara Alessi Muntsch	APUFPR	F
058	Zuleika Carreta Corrêa da Silva	ADUFRGS	F
059	Edson Luiz Lindner	ADUFRGS	F
060	Daniela Marzola Fialho	ADUFRGS	F
061	Cirio Simon	ADUFRGS	F
062	Tatiana Montanari	ADUFRGS	F
063	Livia Teresinha Salomão Piccinini	ADUFRGS	F
064	Regina Helena de Araújo Ribeiro Brasil	ADUFRGS	F
065	João Vicente Silva Souza	ADUFRGS	F
066	José Carlos Freitas Lemos	ADUFRGS	F
067	Selma Maria Dias Santos	ADUFRGS	F
068	Laura Souza Fonseca	ADUFRGS	F
069	Rubens Constantino Volpe Weyne	ADUFRGS	F
070	César Tadeu Carneiro dos Santos	ADFCAP	F
071	Orlando Tadeu Lima de Souza	ADFCAP	F
072	Carlos Alberto Olivieri	ADUFSCAR	F
073	Emerson Pires Leal	ADUFSCAR	F
074	Fátima Maria Balduino dos Santos	ADUFSCAR	F
075	Gil Vicente Reis de Figueiredo	ADUFSCAR	F
076	Marcos Sanches Vieira	ADUFSCAR	F
077	Maltide Alzeni dos Santos	ADUFSCAR	F
078	Pedro Ferreira Filho	ADUFSCAR	F
079	Manoel Luís Martins da Cruz	APROFURG	F
080	Luís Fernando Minasi	APROFURG	F
081	Méri Rosane Santos da Silva	APROFURG	F
082	Angelo Maffiosono	APROFURG	F
083	Jaci Maria Bilhalva Saraiva	APROFURG	F
084	Marcos Costa Filho	APROFURG	F
085	Dirnei Bonow	APROFURG	F
086	Francisco de Oliveira Magalhães	ADUFERPE	F
087	Maria de Fátima Massenta de Melo	ADUFERPE	F
088	Hélio Cabral de Lima	ADUFERPE	F
089	Aderaldo Alexandrino de Freitas	ADUFERPE	F
090	Zenilde Moreira Borges de Moraes	ADUFERPE	F
091	Jaqueline Bianque de Oliveira	ADUFERPE	F
092	Argus Vasconcelos de Almeida	ADUFERPE	F
093	Edson Domingos Fagundes	SINDOCEFET-PR	F
094	Adilson Gil Tavares	SINDOCEFET-PR	F
095	Nanci Stanki Silva	SINDOCEFET-PR	F
096	Oglacir Cardoso	SINDOCEFET-PR	F
097	Mário Lopes Amorim	SINDOCEFET-PR	F
098	Maria Luiza Domingues	SINDOCEFET-PR	F
099	Juracy José Lemos	SINDOCEFET-PR	F
100	Neri Santos de Vargas	SINDOCEFET-PR	F
101	Márcio Antônio de Oliveira	APES-JF	F
102	Paulo César de Souza Ignácio	APES-JF	F

103	Darciléia Terezinha da Silva	APES-JF	F
104	Alvaro de Azevedo Quelhas	APES-JF	F
105	André Silva Martins	APES-JF	F
106	Daniela Motta de Oliveira	APES-JF	F
107	Eunice Maria Godinho Morando	APES-JF	F
108	Eduardo Sérgio Leão de Souza	APES-JF	F
109	Joacir Teixeira de Melo	APES-JF	F
110	Aurélio Gonçalves de Lacerda	APUB	F
111	Augusto Cesar Rios Leiro	APUB	F
112	Francisco José Duarte de Santana	APUB	F
113	Geraldo Sampaio Costa	APUB	F
114	Jonicael Cedraz	APUB	F
115	Elizabeth Aparecida Bitencourt	APUB	F
116	Iberê Luiz Nodari	APUB	F
117	Virginia Guimarães Almeida	APUB	F
118	Maria Rita de Oliveira	APUB	F
119	Antônio de Souza Batista	APUB	F
120	Uilma Rodrigues de Mato Amazonas	APUB	F
121	Joviniano Neto	APUB	F
122	Paulo Rizzo	APUFSC	F
123	Danuzia Menegheilo	APUFSC	F
124	Maria Odete Santos	APUFSC	F
125	Carlos Luiz do Carmo	APUFSC	F
126	Irmingard H. Maciel	APUFSC	F
127	Milton Muniz	APUFSC	F
128	Luiz Carlos P. Machado Filho	APUFSC	F
129	Clarilton Ribas	APUFSC	F
130	Acácio Salvador Vêras e Silva	ADUFPI	F
131	Jorge Azambuja Gutierrez Silva	ADUFMS	F
132	Luiz Gomes da Silva Júnior	APROEFEI	F
133	Sônia Cristina Pimentel de Santana	ADUFS	F
134	Antônio Fernando de Araújo Sá	ADUFS	F
135	Ênio Moraes Júnior	ADUFS	F
136	Maria Lúcia Machado Aranha	ADUFS	F
137	Marlucy Gama Bispo	ADUFS	F
138	Oneize Amoras Araújo	ADUFS	F
140	Claudete Sales Sampaio	ADUFS	F
141	Maria Lúcia L. Ohana	ADUFPA	F
142	Maria Socorro dos Santos Aguiar	ADUFPA	F
143	Solange Calcagno Galvão	ADUFPA	F
144	Mário Benjamin Dias	ADUFPA	F
145	Antônio Burgues Baena	ADUFPA	F
146	Sebastião Carlos Aquino e Silva	ADUFPA	F
147	João da Silva Santiago	ADUFPA	F
148	Tomás de Aquino Boaventura	ADUFMAT	F
149	Waldir Bertúlio	ADUFMAT	F
150	Carlos Alberto Eilert	ADUFMAT	F
151	Pedro de Assis e Silva Filho	ADUFMAT	F
152	Juacy da Silva	ADUFMAT	F
153	José Ricardo de Souza	ADUFMAT	F
154	Irenilda Angela dos Santos	ADUFMAT	F
155	Aquiles Lazzarotto	ADUFMAT	F
156	Elieel Ferreira da Silva	ADUFMAT	F

157	Orlandine Rodrigues Santiago	ADUFAC	F
158	Francisco Jacob Paiva da Silva	ADUA	F
159	Elenise Scherer	ADUA	F
160	Francisca Jane Jatobá	ADUA	F
161	Gilmar Eduardo Costa Couto	ADUA	F
162	Iná Meireles de Souza	ASDUERJ	E
163	Cleier Marconsin	ASDUERJ	E
164	Susana Moreira Padrão	ASDUERJ	E
165	Antônio Braga Coscarelli	ASDUERJ	E
166	José Eutachio Bruno	ASDUERJ	E
167	Cláudio Barbosa da Costa	ASDUERJ	E
168	Antônio Carlos Ferrão	ASDUERJ	E
169	Wilson Paes de Macedo	ASDUERJ	E
170	Jorge Máximo de Souza	ASDUERJ	E
171	Fábio Faversoni	ADUFOP	F
172	Jaime Roberto Teixeira Rios	ADUFOP	F
173	José Eustáquio Diniz Alves	ADUFOP	F
174	João Augusto Alves Meira Neto	ASPUV	F
175	Ranah Manezenco Silva	ASPUV	F
176	Ana Lídia Coutinho	ASPUV	F
177	Dileno Dustan Lucas de Souza	ASPUV	F
178	Carlos Rafael Lugo-Ortiz	ASPUV	F
179	Aloizio Soares Ferreira	ASPUV	F
180	Evandro Ferreira Passos	ASPUV	F
181	Willer Araújo Barbosa	ASPUV	F
182	Jacqueline De Blasi	SINDCEFET-MG	F
183	Vicente Donizette da Silva	SINDCEFET-MG	F
184	José Antônio Pinto	SINDCEFET-MG	F
185	Suzana Maria Zatti Lima	SINDCEFET-MG	F
186	Gilberto Marques Pereira	SINDCEFET-MG	F
187	Cícera Vanessa Maia	SINDCEFET-MG	F
188	Edilson L. do Nascimento	ADUNIR	F
189	Eurly Kang Tourinho	ADUNIR	F
190	Célia Tanajura Machado	ADUSB	E
191	Wallace Juan Teixeira Cunha	ADUSB	E
192	Newton Leme de Camargo	ADUSB	E
193	Terezinha Maria Barros Santos	ADUCSAL	P
194	Edmilson Xavier Vivas	ADUCSAL	P
195	Wânia Souza Andrade	ADUCSAL	P
196	José Cordeiro Filho	ADUCSAL	P
197	Maximiniano Antônio Conceição Filho	ADUCSAL	P
198	Giane Sant'Ana Alves de Oliveira	ADUNIMEP	P
199	José Carlos Silva	ADUNIMEP	P
200	Rosilda Silva Dias	APRUMA	F
201	Josefa Batista Lopes	APRUMA	F
202	Naíres Raimunda Gomes Farias	APRUMA	F
203	Michele Ramos Prazeres	APRUMA	F
204	José Raphael Bokehi	ADFUNREI	F
205	Oriane Magela Neto	ADFUNREI	F
206	Manuel Jaurá	ADFUNREI	F
207	Fernando Pacheco Cortez	ADFUNREI	F
208	Lucíola Andrade Maia	VPR-NE I	
209	Maria Aparecida Ramos de Meneses	ADUFPB-JP	F

210	Iedo Leite Fontes	ADUFPB-JP	F
211	Tadeu Antônio de Azevedo Melo	ADUFPB-JP	F
212	Jades Reis de Meneses	ADUFPB-JP	F
213	Francisco de Assis Fernandes de Carvalho	ADUFPB-JP	F
214	Vera Lúcia do Amaral e Silva	ADUFPB-JP	F
215	Galdino Toscano de Brito Filho	ADUFPB-JP	F
216	Simone Elisabeth Duarte Coutinho	ADUFPB-JP	F
217	Nilsamira da Silva Oliveira	ADUFPB-JP	F
218	Wojciech Andrej Kulesza	ADUFPB-JP	F
219	Valquiria Rocha Daher	ADUFES	F
220	Antônio Carlos Amador Gil	ADUFES	F
221	Alexandre Jairo M. Martins	ADUFES	F
222	Elisabeth Orletti	ADUFES	F
223	Eulalia Enise Cardoso	ADUFES	F
224	José Aguilar Dalvi	ADUFES	F
225	Yara Regina Candelaria da Rocha	ADUFES	F
226	Leandro Gonçalves Oliveira	ADUFG	F
227	Mona Bittar	ADUFG	F
228	Romualdo Pessoa Campos Filho	ADUFG	F
229	Alcir Horácio da Silva	ADUFG	F
230	João Batista de Deus	ADUFG	F
231	Francisco Hudson da Cunha Lustosa	ADUFG	F
232	Anselmo Pessoa Neto	ADUFG	F
233	Elisene Bonach	ADUFG	F
234	Rui Hiroshi Yamada	ADUFG	F
235	Bryon Ricard Hall	ADUFG	F
236	Onildo Araújo Silva	ADUFS-BA	E
237	Edmilson Lúcio de Souza Júnior	ADUFPB-PATOS	F
238	Luiz Alberto Pessoni	SESDUF-RR	F
239	Sidnei Azevedo de Souza	ADOURADOS	F
240	José Francisco Ribeiro	ADUFU	F
241	Maria José Ribeiro	ADUFU	F
242	Solange Bretas	ADUFU	F
243	Yaco Dirce Tanimoto	ADUFU	F
244	Clóvis Albuquerque Rosa	ADUFU	F
245	Cristina Pinheiro Mendonça	ADUFF	F
246	Paulo Antônio Cresciulo de Almeida	ADUFF	F
247	Waldyr Lins de Castro	ADUFF	F
248	Luiz Carlos Soares	ADUFF	F
249	Angela Maria de Araújo Lisbôa	ADUFF	F
250	Sonia Lucio Rodrigues de Lima	ADUFF	F
251	Sonia Monnerat Barbosa	ADUFF	F
252	Vera Regina da Silva Massena	ADUFF	F
253	Julio Carlos Figueiredo	ADUFF	F
254	Heloisa de Carvalho Gouvêa	ADUFF	F
255	Jorge Nassim Vieira Najjar	ADUFF	F
256	Cláudia March Frota de Souza	ADUFF	F
257	Rudolf Wechsler	ADEPM	F
258	Rosemarie Andrezza	ADEPM	F
259	Maria das Graças Barreto da Silva	ADEPM	F
260	João Zanetic	ADUSP	E
261	Oswaldo Coggiola	ADUSP	E
262	Américo Kerr	ADUSP	E

263	Norberto Luiz Guarinello	ADUSP	E
264	Marcos Nascimento Magalhães	ADUSP	E
265	Willian Soares	ADUNI-RIO	F
266	Joanir Pereira Passos	ADUNI-RIO	F
267	Maura Esandola Tavares Quinhões	ADUNI-RIO	F
268	Marilia Cintra Macedo Barroso	ADUNI-RIO	F
269	Luci Mobilio Gomes Pinto	ADUNI-RIO	F
270	Sebastiana Lea Soares	ADUNI-RIO	F
271	Affonso Celso M. de Paula	ADUNI-RIO	F
272	Victor Cruz Rodrigues	ADUR-RJ	F
273	Nidia Majerowicz	ADUR-RJ	F
274	Rosane Ferreira	ADUR-RJ	F
275	Canrobert Penn L. Costa Neto	ADUR-RJ	F
276	Frederico Falcão	ADUR-RJ	F
277	Valdomiro Neves Lima	ADUR-RJ	F
278	Beatriz Couto	APUBH	F
279	Francinete Veloso	APUBH	F
280	Marilda Mendes	APUBH	F
281	Lizia Ramos	APUBH	F
282	Otávia Rodrigues	APUBH	F
283	Maria Inês Toledo	APUBH	F
284	Maria Dirlene Marques	APUBH	F
285	Tânia Hirochi	APUBH	F
286	Vera Fernandes	APUBH	F
287	Irmgard de Assis	APUBH	F
288	Juliana Bastos	APUBH	F
289	Maria Rosemary Santos	APUBH	F
290	Roberto Burkhardt	ADUPE	E
291	Edvaldo de Melo Pinto	ADUPE	E
292	Maria Auxiliadora Leal Campos	ADUPE	E
293	João Bosco Furtado Arruda	ADUFC	F
294	Iberê Guimarães Aguiar	ADUFC	F
295	Maria Dulce Souza Castelo	ADUFC	F
296	Agamenon Tavares de Almeida	ADUFC	F
297	Francisco José Pinheiro	ADUFC	F
298	Tânia Maria Batista de Lima	ADUFC	F
299	Francisco Roterdan Fernandes	ADUFC	F
300	Franquiberto dos Santos Pessoa	ADUFC	F
301	Giovanna Cordeiro Barroso	ADUFC	F
302	Helena Serra Azul	ADUFC	F
303	Carlos Alberto Anaruma	ADUNESP	E
304	Kátia Regina Coutinho Piravano	ADUNESP	E
305	Vandéi Pinto da Silva	ADUNESP	E
306	Maria Valéria Barbosa Verrísimo	ADUNESP	E
307	Maria Abadia da Silva	ADUNESP	E
308	Mônica Modesto Santos Decanin	ADUNESP	E
309	Francisco de Assis Cunha Metri	ADUFPB-CG	F
310	Hermano Nepomuceno	ADUFPB-CG	F
311	Carlos Zacarias F. de Sena Júnior	ADUNEB	E
312	Andreia Cristina Peixoto Ferreira	ADCAC	F
313	Cleusa dos Santos	ADUFRJ	F
314	Clóvis de Figueiredo Neves Filho	ADUFRJ	F
315	Fátima da Silva Grave	ADUFRJ	F

316	Janete Luzia Leite	ADUFRJ	F
317	José Antônio Martins Simões	ADUFRJ	F
318	José Henrique Sanglard	ADUFRJ	F
319	José Luciano de Souza Menezes	ADUFRJ	F
320	José Miguel Bendorá Saldanha	ADUFRJ	F
321	Luiz Eduardo Acosta Acosta	ADUFRJ	F
322	Roberto Houaiss	ADUFRJ	F
323	Sandra Martins de Souza	ADUFRJ	F
324	Sara Granemann	ADUFRJ	F
325	Walcyr de Oliveira Barros	ADUFRJ	F

RELAÇÃO DOS OBSERVADORES AO 20º CONGRESSO

Nº	NOME	AD SEÇÃO SINDICAL	SETOR
001	Marly Damus	ADUFMS	F
002	Francisco Jackson Antero de Souza	SINDURCA	E
003	Edva Maria Gomes Barreto de Carvalho	APUB	F
004	José Carlos Xavier da Silva	ASDUERJ	E
005	Antônio Carlos da Silva	ASDUERJ	E
006	Flávio Pimentel de Lemos	ASDUERJ	E
007	Ana Cléa Braga Moreira Ayres	ASDUERJ	E
008	José Antônio Novaes	ASDUERJ	E
009	Luitgarde Oliveira Cavalcanti	ASDUERJ	E
010	Adenil da Costa Claro	ADUFMAT	F
011	José dos Santos Souza	ADUSB	E
012	Irenilde de Souza Lima	ADUFERPE	F
013	Maria Gabriel dos Santos	ADUFERPE	F
014	Ruth Maria de Paula Gonçalves	VPR NE I	VPR
015	Sirley Laurindo Ramalho	SINDOCEFET-PR	F
016	Neiva Teresinha Bardim	SINDOCEFET-PR	F
017	Rosa de Lourdes Albuquerque C. dos Santos	ADUFPB-JP	F
018	Maria Salete Barbosa	ADUFPB-JP	F
019	Lenilma Bento de Araújo Meneses	ADUFPB-JP	F
020	Marcello Bulhões Martins	ADUFPB-JP	F
021	José da Paz Oliveira Avarenga	ADUFPB-JP	F
022	Hélio Furtado do Amaral	ADUFG	F
023	Maria do Rosário Silva Resende	ADUFG	F
024	Márcio Florentino Pereira	ADUFG	F
025	Enoch José da Mata	ADUFG	F
026	Ercílio Zanola	ADOURADOS	F
027	Shio Yochikawa	ADOURADOS	F
028	Wilma Lucia Rodrigues Pessoa	ADUFF	F
029	Waldeck Carneiro da Silva	ADUFF	F
030	Gelta Terezinha Ramos Xavier	ADUFF	F
031	Jairo Paes Selles	ADUFF	F
032	Juarez Torres Duayer	ADUFF	F
033	Eder Dions de Paula Costa	APROFURG	F
034	Rubens Luís Rodrigues	APES-JF	F
035	Lia Maria Teixeira de Oliveira	ADUR-RJ	F
036	Lucília Augusta Lino de Paula	ADUR-RJ	F

037	Laura Miccoli	APUBH	F
038	Willian Rosa	APUBH	F
039	Giovane Azevedo	APUBH	F
040	Maria de Fátima Vitoriano de Azevedo	ADUFC	F
041	Maria de Fátima Bandeira de Paula	ADUFC	F
042	Leila Rodrigues da Silva	ADUFRJ	F
043	Antônio Carlos Moraes	ADUFRJ	F
044	Regina Célia de Souza Pugliese	ADUFRJ	F
045	Sara Nigri Goldman	ADUFRJ	F
046	Eduardo Gonçalves Serra	ADUFRJ	F

RELAÇÃO DOS CONVIDADOS AO 20º CONGRESSO

Nº	NOME	AD SEÇÃO SINDICAL	SETOR
001	Vandoel Pedro Barbosa Júnior	VPR-SUL	
002	Sadi Dal Rosso	ADUNB	F
003	Oswaldo Maciel	APUFSC	F
004	Almerindo Raposo da silva	Povos Indígenas	
005	Samuel Karajá	Povos Indígenas	

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 20º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às 19 horas do dia 15 de fevereiro de 2001, no Teatro Odylo Costa Filho, no Campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, foi composta a mesa com a presença dos Profs. Roberto Leher (Presidente), Edmundo Fernandes Dias (Secretário Geral), José Domingues Godoy Filho (Primeiro Tesoureiro), Maria Cristina Miranda (Vice-presidente Regional Rio) e Cláudia Gonçalves Lima (ASDUERJ). Foram chamados à mesa os convidados os ex-presidente(a)s Prof. Osvaldo Maciel, Prof. Sadi Dal-Rosso, Prof. Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Prof. Márcio Antônio de Oliveira e Profª Maria Cristina Moraes, Profª Nilcéa Freire – Reitora da UERJ; João Pedro Stédile, Líder Nacional do MST; Profª Miriam Limoeiro, Convidada; Carlos Augusto Abicalil, Presidente do CNTE; Prof. Rômulo, Representante do Sintrasefe; Adriano, Vice-Presidente da UNE; Agnaldo, Representante da FASUBRA; Profª Bertha Reis do Valle, Representante da ANPEd; Lúcia Reis, Representante da CUT Nacional; Antonio Carlos de Carvalho, Presidente da CUT-RJ; Jorge Augusto de Almeida, Presidente da ASHUPE (Associação dos Servidores do Hospital Universitário Pedro Ernesto da UERJ); Alberto Dias, Presidente da Associação dos Servidores da UERJ; Márcio Musse, Coordenador do DCE-UERJ; Ivanir dos Santos, Representante do Movimento Negro; Ciro Garcia, Representante do PSTU; Hésio Cordeiro, Representante do PDT; Deputados Federal do PT Ivan Valente e Milton Temer, Deputado Estadual do PT Chico Alencar, Vereador do PT Eliomar Coelho; Samuel Carajá, Representante da Comunidade Indígena e Almerindo da Silva. Coordenador do Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia. A mesa passou a palavra à Profa. Miriam Limoeiro Cardoso que pronunciou um discurso sobre o significado, a relevância e a atualidade das lutas do ANDES-SN. Pronunciaram-se também os ex-Presidentes Osvaldo de Oliveira Maciel, Sadi dal Rosso, Carlos Eduardo Malhado Baldijão e Maria Cristina Moraes, que deram seu testemunho sobre o papel desempenhado por nosso Sindicato nas lutas gerais e da educação. Todos os componentes da mesa se pronunciaram no sentido de articular as lutas sociais saudando o lema do Congresso “Movimentos Sociais e Universidade: a mesma luta”. O Prof. Emídio Cantídio de Oliveira Filho, presidente da ANDIFES, justificou a impossibilidade de estar presente por ter compromissos anteriormente agendados, cumprimentou o Sindicato pelos seus vinte anos e desejou “sucesso ao evento”. No mesmo sentido, o Deputado José Dirceu, Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, reafirmou o compromisso do partido com a “luta em defesa da Educação Pública, Gratuita, Laica, Democrática e de Qualidade Social”. Por fim, registramos correspondência de Augusto César Petta, presidente da CONTEE, saudando a realização do Congresso e esperando que este “seja um momento importante de reflexão e luta”. Após a fala dos convidados, o Prof. Roberto Leher pronunciou um discurso sobre as tarefas colocadas pela conjuntura ao nosso Sindicato que vai transcrito em anexo à presente ata e declarou abertos os trabalhos do 20º Congresso. Sendo o que se passou eu Edmundo Fernandes Dias lavrei a presente ata que é subscrita pelo Presidente do Sindicato, Prof. Roberto Leher, para os devidos fins de direito.

Edmundo Fernandes Dias
Secretário

Roberto Leher
Presidente

ANEXO A ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA

DISCURSO DO PROF. ROBERTO LEHER

“Uma tempestade avassaladora varre os direitos do trabalho, as conquistas sociais republicanas e a democracia, arduamente construídos pelos trabalhadores. Nos anos 90, muitas entidades sindicais sofreram duros ataques que as debilitaram, porém outras assumiram uma posição de conformismo diante da situação, removendo obstáculos que poderiam dificultar o vento destruidor.

A situação dos movimentos nos anos 80 foi outra. Muitos fatores concorreram para a explicação da força dos movimentos sociais surgidos nos anos 80. Seria impossível uma análise da conjuntura do período no limitado tempo de que disponho. Mas um aspecto precisa ser realçado, pois nos ajuda a compreender o significado da formação da então ANDES há 20 anos: muitas entidades recusaram o sindicalismo de Estado, afirmando sua radical autonomia diante deste, dos governos, dos partidos e das seitas religiosas, e constituíram-se como entidades democráticas, condições que permitiram a afirmação do seu caráter classista, combativo e de massas.

Foi organizando e mobilizando grandes contingentes de militantes que pudemos avançar. Junto com as demais entidades do FNDEP, a (então) ANDES empreendeu luta massiva em favor da constituinte livre, exclusiva e soberana. Por discutíveis que sejam, foram asseguradas na CF vertentes fundamentais da universidade moderna, humboltiana: a autonomia; a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; a gratuidade; o regime jurídico único do pessoal e a responsabilidade do Estado em mantê-la e desenvolvê-la. A CF definiu, ainda, a obrigação do Estado de apoiar o sistema de ciência e tecnologia, subordinando o desenvolvimento à cidadania e priorizando a ciência básica.

Uma década mais tarde, o vento da tempestade neoliberal, vindo do Norte, impulsionou a coalizão de forças que internamente abraçara o Consenso de Washington. Protegidas do povo, nos gabinetes do BM, do FMI e da OMC, as classes representadas pelo governo FHC empreenderam uma série de reformas constitucionais e na legislação ordinária, que enterraram grande parte dos avanços de 1988.

Com a LDB, o auto-governo da universidade tornou-se letra-morta, a diferenciação das IES, para adequá-las ao mercado de nossa economia capitalista dependente, criou uma instituição de ensino superior exótica: o Centro Universitário, uma óbvia burla ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e outras que confirmam o *apartheid* educacional planetário, como os Cursos Normais Superiores, as Escolas Isoladas, os cursos seqüenciais e a reforma da educação tecnológica. Com o CNE, o Provão, as regras antidemocráticas de escolha dos dirigentes e de composição dos colegiados superiores, a já débil autonomia, foi esfumada. Com a criação de um fator salarial produtivista, decorrente de uma pretensa avaliação de desempenho acadêmico, após a traição a uma greve cujo desfecho seria outro, se a voz dos docentes em AG's tivesse sido ouvida, a precarização do trabalho docente tornou-se uma dura realidade, acompanhada da quebra da isonomia entre as carreiras dos docentes da carreira de ensino superior e os da carreira de 1º e 2º graus e da paridade entre ativos e aposentados.

Com a reforma do Estado, o governo quer tornar possíveis os contratos de gestão, os empregos privados e o fim do direito à previdência social pública. Todas essas mudanças formam um amálgama que cimenta a privatização e a degradação do ensino superior brasileiro. Concomitantemente, em conformidade com as diretrizes da

OMC – e os TLC -, o ensino privado foi desregulamentado, transformando-se em mercadoria regulada pela mão invisível do mercado, embora com alguns empurrões, nada desprezíveis, da mão visível do Estado, por meio de empréstimos do BNDES.

Mudanças tão drásticas indicam que o olho do furacão devastador das reformas de ajuste estrutural não se localiza tanto na experiência histórica brasileira, mas no Norte, mais precisamente nos Estados Unidos, a potência hegemônica que reúne as maiores corporações econômicas e o maior aparato militar do planeta, tornando-os os “xerifes do mundo”, algozes da liberdade dos palestinos, dos colombianos e de todos os povos que se insurgem contra a barbárie do capital.

Compreender as reformas do ensino superior exige entender como a condição capitalista dependente enseja o *apartheid* educacional planetário. As políticas do BM, FMI e da OMC têm fortes implicações no terreno legal e no nível nação-conhecimento e conhecimento-instituição educacional. Os países latino-americanos, mesmo os alçados a condição de NPI, como o Brasil e o México, vêm sofrendo uma regressão histórica, revertendo a tendência do final dos anos 70, que indicava a possibilidade de relativa autonomia tecnológica. Hodiernamente, estes países estão transformando-se em “plataformas de montagem” de manufaturados de modesto grau tecnológico e em exportadores de *commodities* com pouco conhecimento incorporado.

A CF assegura que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de licença. No entanto, a aceitação dos princípios das patentes da OMC, torna a liberdade de expressão um ideal longínquo. No final do século XIX e ainda nas primeiras décadas do século XX, perto de 90% das pesquisas e invenções eram de domínio público. Atualmente existem 3.5 milhões de patentes, 90% delas de propriedade das grandes corporações. Destas, apenas 1% foi registrada por países periféricos, 90% delas foram registradas por corporações multinacionais instaladas na periferia. Entre as patentes estratégicas, nenhuma pertence a país periférico.

O *apartheid* entre as nações que produzem e as que consomem conhecimento é compreendido pelo Ministro da Educação Paulo Renato de Souza como virtude. Em célebre entrevista à revista Exame, o ministro sustentou como expressão de modernidade, a possibilidade de compra de conhecimento e atacou a defesa da universidade produtora de conhecimento:

“a ênfase no ensino universitário foi uma característica de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado que demandava criar pesquisa e tecnologias próprias (...) Hoje este modelo está em agonia terminal”.

A ideologia da globalização (com a aceitação passiva da desconexão forçada) fornece ao Ministro argumentos para sustentar que:

“o acesso ao conhecimento fica facilitado, as associações e *joint ventures* se encarregam de prover as empresas de países como o Brasil do *know-how* de que necessitam. A terceirização das universidades, como fez a Coréia, faz mais sentido do ponto de vista econômico”(Exame, 10/06/96).

Em entrevista a Achard e Flores¹, o presidente Fernando Henrique Cardoso apresenta como as suas prioridades educacionais: 1) o ensino elementar e 2) freagem do crescimento das universidades públicas, comprovando que seu governo assimilou a doutrina do Banco Mundial.

A globalização é a ideologia mais insistentemente evocada, na década de 1990, para justificar a inevitabilidade das reformas estruturais de feição neoliberal. Em seu

¹ Governabilidad: Un reportaje de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

último ato de campanha, em 30 de setembro de 1998, FHC afirmou enfaticamente: *Sim à globalização, não à marginalização*. Dois anos antes, em discurso na Índia, asseverou que os países que não querem ficar excluídos do fluxo hegemônico do tempo terão que promover as reformas estruturais requeridas pelo mundo “globalizado”:

“O mundo pode ser dividido entre os países que participam do processo de globalização e usufruem os seus frutos e aqueles que não participam. Os primeiros estão geralmente associados à idéia de progresso, riqueza, melhores condições de vida; os demais, à exclusão, à marginalização e à miséria.” (Cardoso, 1996)

No caso dos países latino-americanos, não há como dissociar a ideologia da globalização das políticas encaminhas pelo Banco Mundial. De fato, as proposições do Banco Mundial são muito representativas do pensamento sistematizado como o *Consenso de Washington*.

O vento proveniente do Norte que impulsiona a tempestade neoliberal nos impele a olhar para a frente, em direção ao mundo globalizado, no sentido de um porvir em que todos os que se qualificarem corretamente terão empregos e prosperidade. Conforme a ideologia dominante, a tempestade é irresistível pois é produzida por uma suposta nova revolução científico-tecnológica que engendrou uma nova era do capitalismo, o capitalismo intelectual, em que a luta de classes já não tem lugar. Segundo este discurso, somente os que estão apegados ao passado não aceitam este fato.

Em nossa própria Central, a CUT, uma construção de que nos orgulhamos de ter dela participado, muitos dirigentes e sindicatos enveredaram por esse caminho, aceitando a tese da revolução C&T e do fim do trabalho como processos inexoráveis e que, portanto, deveriam ensejar uma nova postura sindical. No lugar da resistência e do confronto de massas, os sindicatos deveriam encaminhar reformas propositivas capazes de atenuar os desdobramentos do neoliberalismo. As negociações da CUT com o governo FHC em torno da reforma da previdência e, mais recentemente, dos programas de qualificação profissional com verbas do FAT, em detrimento da defesa da educação tecnológica pública, são exemplos significativos dessa orientação.

Humildemente, nosso sindicato pode reivindicar uma posição de destaque na luta contra o globalitarismo. Não foi por mérito de nenhum diretor ou intelectual individualmente considerado que a leitura da conjuntura da entidade não aceitou os dogmas do pensamento único. Foi por sua dinâmica interna democrática e autônoma que foi possível forjar nos Congressos, Conad e GTs, um pensamento diverso, muitas vezes compreendido incorretamente como isolacionista, radical, obreirista e sectarista. Ousamos andar na contramão do sindicalismo propositivo, como o Anjo da História de Klee, mencionado por Walter Benjamin em suas Teses sobre a Filosofia da História:

“O Anjo da História deve parecer assim. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde diante de *nós* aparece uma série de eventos, *ele* vê uma catástrofe única, que sem cessar acumula escombros sobre escombros, arremessando-os diante de seus pés (...).”

Foi assim que conseguimos impor uma série de reveses às políticas neoliberais para o ensino superior. Não nos deixamos seduzir pelo pacto social da Nova República, enfrentamos o seu projeto educacional elitista com greves memoráveis, recusamo-nos a fazer parte de “comissões de alto nível” que já haviam aceitado a premissa da dualidade dos sistemas; enfrentamos o governo Collor, novamente com uma longa e magnífica greve e estivemos na linha de frente do impeachment, recusando-nos a aceitar que o problema era apenas o fato de ele ser desonesto, mas, sobretudo, que o problema era a sua política neoliberal: uma batalha que, naquele momento, não foi vitoriosa. Enfrentamos e continuamos a enfrentar o governo FHC. Construimos, em 1998, uma longa, dura e extraordinária greve que levou admiráveis companheiros, a quem peço uma calorosa salva de palmas, a uma greve de fome que colocou em

xeque a política do governo. Construimos, com os companheiros da CNESF, uma greve nacional dos SPF que contou com forte apoio popular.

Evidentemente, nossa história não é uma história só de vitórias. Perdemos batalhas importantes: a LDB, o PNE da Sociedade Brasileira; não conseguimos, ainda, reverter os efeitos perversos das Gratificações de Desempenho. Mas podemos nos orgulhar e reivindicar a memória dessas derrotas, pois estas comprovam que houve luta e sujeitos em luta. Estamos convencidos de que a alteração das relações de forças exigem lutas massivas e no espaço público, como os companheiros do MST nos têm mostrado. Assim, as negociações podem ser negociações e não capitulação diante de um adversário que tem o objetivo de nos destruir. Por isso, o tema de nosso 20º Congresso é “ Movimentos Sociais e Universidade: a mesma luta”. Daí por que estamos em júbilo por contarmos com tão importantes representantes dos movimentos sociais em nosso Ato Comemorativo. Estamos ainda mais felizes pelos avanços conquistados no FSM na articulação dos movimentos sociais latino-americanos e mundiais. Vivemos um momento magnífico, em que os germes de um novo internacionalismo estão sendo gestados em bases radicalmente democráticas.

O processo de privatização e mercantilização insidiosas que corroem o ethos acadêmico, que levam à *macdonaldização* da docência, à hipertrofia do setor de prestação de serviços na própria universidade, vinculando a atividade universitária aos interesses do capital, estão ganhando um poderoso impulso com os Fundos Setoriais. A Universidade está sendo empurrada na direção do circuito do capital, desqualificando-se acadêmica, ética e politicamente. O contrato da Extracta com a Glaxo-Wellcom que transformou pesquisadores em “laranjas” de atividades de biopirataria é um triste exemplo disso. A privatização, em suas expressões de mercantilização, restrição do acesso, condução empresarial da educação, valoriza o conhecimento por seu valor de mercado, é, para nosso Sindicato Nacional, um eixo interpretativo fundamental da realidade educacional do país.

A postura conformista da Andifes, ao aceitar a premissa do regime da CLT na universidade, fragiliza a luta pela universidade pública de alta qualidade, autônoma, capaz de produzir conhecimento novo e de propiciar conhecimento rigoroso dos movimentos da natureza, das contradições e transformações sociais, não para ampliar a razão instrumental que transforma a natureza em mercadoria e subordina o homem aos imperativos do capital, mas para trazer conforto, felicidade, saúde e conhecimento para todos os que vivem-do-trabalho.

A responsabilidade de nosso movimento diante da sociedade brasileira, representada nos movimentos sociais, é imensa. Lutas de massas serão necessárias para impedir que o Governo Federal faça aprovar o regime do emprego público (CLT). É preciso construir uma pauta em que estudantes, técnico-administrativos, movimento negro, povos indígenas, MST e entidades científicas se reconheçam. Essa pauta não pode ser unilateral – dos docentes para os movimentos –, mas construída no debate democrático, em rua de mão dupla. Nosso movimento tem o que falar, mas sabe escutar. Do mesmo modo, a Diretoria tem o que dizer, mas está ciente de que escutar o que dizem as Assembléias e os demais campos políticos é princípio fundante da democracia. A construção de um plano de lutas consistente é uma tarefa crucial para que possamos reformular e reconstruir a universidade para sua inserção dentro do novo período que se abre a partir do presente fracasso dos modelos neoliberais que somente acentuam as terríveis marcas do capitalismo dependente.

São duas décadas de lutas, inspiradas e orientadas pela democracia e autonomia. Logramos construir um sindicato respeitado, solidário, combativo e com um belo histórico de lutas. Em nome da Diretoria Nacional (gestão 2000-2002), saudamos e abraçamos todas as companheiras e companheiros que escreveram essa história.

ANEXO 2

Mensagem ao Congresso do ANDES-SN, enviada por Daniel MONTEUX da Fédération Internationale Syndicale de l'Enseignement

A l'attention de Roberto LEHER, Président d'ANDES-SN' '.

Chères et Chers Camarades et Collegues congressistes,

Au nom de la Fédération Internationale Syndicale de l'Enseignement (FISE), de son Secrétaire Général, Mrinmoy BHATTACHARIYA. et en mon nom personnel, j'adresse des vœux de succes à votre congres. auquel j'aurais été heureux d' assister si j'avais pu prolonger mon séjour au Brésil apres Porto Alegre.

La FISE est solidaire de vos luttes pour défendre l'Université publique, contre la privatisation, la soumission aux lois du marché, l'exclusion, les restrictions de la démocratie, les agressions contre le droit du travail et contre les syndicats. Nous sommes solidaires de vos luttes pour le financement public suffisant de l'école et de l'Université, contre la dévalorisation de nos professions, pour les libertés académiques et syndicales.

L'accueil fraternel que vous avez réservé à Carlos Poblete et à moi-même lors de votre atelier de Porto-Alegre sur la défense de l'université, les discussions amicales que nous avons eues ensuite, ouvrent une nouvelle phase de la coopération, déjà ancienne et fructueuse, entre ANDES-SN et la FISE.

Il suffit de rappeler nos communs efforts pour la réussite de la premiere rencontre latino-américaine des syndicats de l'Enseignement Supérieur en 1990 à Rio-de-Janeiro, la participation active de ANDES-SN à la bataille mondiale pour la Recommandation de l'UNESCO sur la condition des personnels enseignants du supérieur, les interventions actives de vos représentants à la Conférence mondiale de 1998 sur l'Enseignement Supérieur, l'activité d'ANDES-SN à Mexico, en 1999, lors de la grande rencontre des syndicats universitaires d'Amérique Latine.

Aujourd'hui, face au néo-libéralisme et aux milieux financiers qui tentent de transformer l'éducation en marchandise et de se l'appropriier comme un marché soumis à la seule « loi » du profit capitaliste et des multinationales, l'éducation publique et en premier lieu l'enseignement supérieur sont en péril mortel. La menace est mondiale. L'Amérique Latine est particulièrement convoitée. Il faut mobiliser de tres larges forces sociales pour empêcher la monstrueuse régression que les milieux financiers veulent imposer par l'intermédiaire de l'Organisation Mondiale du Commerce, de la Banque Mondiale, du Fonds Monétaires International, de l'OCDE, de l'ALENA, de la Commission Européenne. avec la complicité servile de nombreux gouvernements.

Il faut nous considérer comme en ETAT D'URGENCE pour combattre et faire reculer l'offensive néolibérale, et en même temps inventer les alternatives sociales, politiques, éducatives et culturelles nécessaires à la construction d'une société juste, solidaire et démocratique.

L'éducation et l'université publiques, gratuites, démocratiques sont un droit du peuple, un patrimoine social à préserver et développer, un des instruments stratégiques grâce auxquels les peuples se réapproprièrent enfin l'avenir du monde. Car nous sommes profondément convaincus qu'un autre monde est possible.

L'échec de l'OMC à Seattle, les puissantes manifestations et luttes du mouvement social qui reprend l'offensive, l'immense succes du Premier Forum Social de Porto Alegre - succes dont votre syndicat et les autres forces syndicales, sociales et politiques progressistes du Brésil ont été des artisans efficaces- tracent la voie et

créent les conditions de la mobilisation mondiale qu'il faut maintenant développer et consolider de toute urgence.

C'est pour la FISE LA tâche prioritaire dans un esprit unitaire, offensif, innovant, rejetant toute exclusive et toute étroitesse.

C'est le sens de notre présence à Porto Alegre, de notre soutien à la campagne mondiale pour l'abolition de la dette publique des pays du Sud, de notre engagement contre l'accord général sur le commerce des services que prépare dans l'ombre l'OMC et qui vise en priorité l'éducation, la culture, la santé.

La FISE soutient pleinement l'action et la plateforme du «Forum Nacional en Defesa da Escola Publica» brésiliens, qui est un exemple de large rassemblement syndical et social à faire connaître au monde entier : nous allons en informer largement les nombreux syndicats avec lesquels nous sommes en liaison sur tous les continents.

La FISE s'associe à la «Journée Continentale en défense de l'Education publique» qui aura lieu le 20 avril prochain à l'appel de la coalition trinationale de défense de l'Education publique animée par nos collègues du Mexique, des Etats-Unis et du Canada.

Il faut en effet mettre en échec la tentative des grandes entreprises et des gouvernements à leurs ordres, d'imposer un Traité de «libre» commerce à tout le continent américain, en réunissant, pour cela le «sommet des Amériques» en avril au Québec.

Nous appelons tous les syndicats universitaires et enseignants du Continent à assurer le succes de la journée continentale de luttes, et nous demandons à ceux des autres continents d'en être solidaires. Car il s'agit partout d'empêcher que le droit social à l'éducation soit soumis à des traités commerciaux: L'Ecole et l'Université ne sont pas à vendre, ne sont pas des marchandises.

A Porto Alegre, la FISE a proposé publiquement à tous les syndicats, associations, partis politiques, groupes de citoyens, villes qui agissent déjà pour défendre et développer l'éducation publique, d'agir ensemble dans ce but en créant le forum mondial permanent des actions et des alternatives pur une éducation démocratique, contre la privatisation du savoir et sa transformation en marchandise.

Cette proposition converge avec vos initiatives au Brésil et au niveau du continent américain. Nous proposons de la faire vivre dans et par l'action commune, le débat, l'information, la solidarité aux luttes nationales.

Nous pourrions nous donner comme objectif unificateur une journée mondiale de lutte de toutes les forces qui menent ce combat, avant la fin de l'année 2001.

La FISE souhaite que puisse se réaliser en 2002, car il y a urgence, une nouvelle rencontre des syndicats universitaires d'Amérique Latine et de la Caraïbe, pour renforcer l'action commune.

ANDES-SN sera, naturellement invité à la prochaine Conférence statutaire de la FISE, à l'automne prochain, qui sera d'abord un rassemblement de lutte largement ouvert.

Vive le congres d'ANDES-SN !

Vive la solidarité internationale des universitaires, des enseignants, de tous les travailleurs!

Paris, le 10 février 2001

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 20º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às dez horas e trinta minutos do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e um, no Teatro Odylo Costa Filho, no Campus da UERJ – Maracanã - no Rio de Janeiro - RJ, após verificado o quorum regimental, teve início a Plenária de Instalação do 20º CONGRESSO. A mesa foi constituída pelos professores Roberto Leher, Presidente; Antonio Luís de Andrade, Vice-presidente; Fernando Mascarenhas, 1º Secretário; Maria Cristina Miranda da Silva, 2ª secretária. Inicialmente o Professor José Miguel Bendrao Saldanha, delegado da Adufrj-SSind, retirou a proposta de cronograma que havia apresentado no Caderno Anexo de Textos do 20º Congresso. Em seguida, o professor José Henrique Sanglard, delegado e também presidente da Adufrj-Ssind, esclareceu que a proposta não poderia ser retirada visto que havia sido assumida pela SSind e aprovada em Assembléia Geral. Em seguida passou-se à discussão do Regimento. Foram feitas várias propostas de alteração ou de correção pela diretoria do ANDES-SN e pela plenária. Após a apresentação dos destaques a Plenária tomou as seguintes decisões: 1) Cap. III, Art. 4, parágrafo 2º, alteração na redação, que por ter sido copiada do regimento do Conad refere-se a apenas um delegado por AD/SSind. Alteração: de “O delegado da AD/Ssind” por “Os delegados”, aprovado por ampla maioria. 2) Ainda no parágrafo 2º, supressão do item “c” aprovada. 3) parágrafo 2º, item “d”, após “se ausentar”, acrescentar “definitivamente”; aprovado. 4) Cap. V, Seção I, Art. 7º, parágrafo 3º, substituir “metade mais um” por “mais da metade”; aprovado. 5) Seção II, Art. 9º, Inciso IV, substituir integralmente por “participar da comissão diretora”; aprovada. 6) Seção III, Art. 10, substituir “por 03 (três) membros da comissão organizadora, indicados entre seus membros” por “pelos membros da comissão organizadora”, aprovada. 7) Seção IV, artigo 15, correção automática, sem votação, de “50 % mais um” para “mais da metade”, aprovada para todos os outros artigos. 8) Ainda no artigo 15, parágrafo 2º, proposta de supressão do trecho “recolhida a primeira lista de freqüência e iniciada/aberta uma nova lista” foi rejeitada e o texto foi mantido integralmente. 9) Artigo 21, aprovada, com algumas abstenções, a renumeração do Inciso III para parágrafo 1º e do parágrafo único para parágrafo 2º. 10) Inclusão do parágrafo 3º com a seguinte redação: “A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no Relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização das propostas oriundas dos Grupos Mistos” aprovada com 108 votos favoráveis, 76 votos contrários e 09 abstenções. 11) Às 11 horas foi aprovada a prorrogação da plenária e do credenciamento por mais uma hora. 12) Seção V, artigo 24, inciso IV, proposta de acréscimo ao final de “não devendo ultrapassar 20% dos pronunciamentos de cada grupo” rejeitada. 13) Seção V, artigo 30º, solicitação de que o Caput fique “no cabide” aguardando a aprovação do cronograma (acatada pela mesa). 14) Seção V, artigo 30, parágrafo 1º, acréscimo ao final da frase de “excetuando-se a Plenária de Encerramento que poderá ser prorrogada por um prazo maior”, aprovado. 14) Artigo 34, Inciso III, parágrafo 2º, inclusão do item “d” com o seguinte texto: “sugeridas pela comissão Diretora, conforme o parágrafo 3º do artigo 21”, aprovada. Foi apresentada à plenária uma proposta de alteração do cronograma proposto no Caderno de textos. A proposta altera, na segunda-feira, dia 19, o período da Plenária do Tema II, que deverá ser de seis horas, havendo uma primeira sessão de 15 às 18 horas e uma segunda sessão de 19 às 22 horas. A manutenção do cronograma proposto também foi defendida. A alteração foi aprovada pela plenária. Após a discussão do cronograma, foram apreciadas as pendências de credenciamento. A Secretaria do CONAD solicitou à plenária autorização para estender o credenciamento para o período da tarde, apresentando inicialmente uma

única pendência: ADUNEB. Outra pendência surgiu no momento da discussão: ADCAC. Surgiu uma proposta de prorrogação do credenciamento para todos até a instalação da Plenária Inicial. Esta proposta foi aprovada. Com o cronograma alterado, o caput do artigo 30 foi corrigido, substituindo-se “03 (três) horas” por “06 (seis) horas (em dois períodos)”. O regimento, com a incorporação dessas emendas, foi aprovado em bloco. Houve proposta de que nos próximos eventos o regimento do evento anterior seja aprovado em bloco no início da Plenária. A mesa encaminhou a proposta para o Tema III - Questões Organizativas. O Temário foi votado e aprovado em bloco. Às 12 horas foi encerrada a Plenária de Instalação e eu, Maria Cristina Miranda da Silva, 2ª secretária, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Presidente.

Maria Cristina Miranda da Silva
2ª Secretária

Roberto Leher
Presidente

ANEXOS A ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

1 – REGIMENTO

2 - CRONOGRAMA

I - REGIMENTO DO 20º CONGRESSO

Capítulo I - Do CONGRESSO

Art. 1º - O 20º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SN, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SN, reúne-se de 15 a 20 de fevereiro de 2001, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), organizado pela Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (ASDUERJ).

Art. 2º - O 20º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a PAUTA aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Capítulo II - Das Atribuições

Art. 3º - São atribuições do 20º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do Art. 15 do seu ESTATUTO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - excluir os sindicalizados, em consonância com o disposto no art. 11;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente da pauta do mesmo;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de ADs-SSINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das ADs-SSINDs, observado o disposto no art. 45;

X - criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.”

Capítulo III - Dos Participantes

Art. 4º - São participantes do 20º CONGRESSO:

I - delegados devidamente credenciados, com direito a voz e voto:

a - um por diretoria de Seção Sindical (inciso I, Art. 16 do Estatuto) do ANDES-SN;

b - de base de cada Seção Sindical (inciso II, Art. 16 do Estatuto) do ANDES-SN, escolhidos em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17.

c - representantes dos sindicalizados via Vice-Presidências Regionais (inciso III, Art. 16 do Estatuto).

II – os membros das Comissões Organizadora e Diretora do 20º CONGRESSO, com direito a voz;

III - os sindicalizados do ANDES-SN, devidamente credenciados como observadores pela sua respectiva Seção Sindical e VPRs, com direito a voz. Estes deverão ter seus

nomes indicados na Ata da Assembléia que constituiu a delegação ao 20º CONGRESSO;

IV - os convidados pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito a voz.

Parágrafo 1º - Os sindicalizados do ANDES-SN não poderão participar como convidados do 20º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

Parágrafo 2º - Os Delegados, devidamente credenciados, só podem ser substituídos, durante a realização do 20º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a - comprovar a necessidade de ausentar-se definitivamente do 20º CONGRESSO, junto à Comissão Diretora;

b - os Suplentes de Delegados indicados pelas Assembléias das AD/SSIND e pelas Assembléias dos sindicalizados, via Vice-Presidências Regionais, devem estar credenciados como observadores no 20º CONGRESSO;

c - quando o delegado de AD/SSIND ou VPR comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º - O Presidente do ANDES-SN preside o 20º CONGRESSO, com direito a voz e voto em suas sessões, e os demais membros efetivos da DIRETORIA do ANDES-SN dele participam com direito a voz e sem direito a voto.

Capítulo IV - Do Credenciamento

Art. 6º - O prazo de credenciamento dos delegados e observadores das Seções Sindicais do ANDES-SN e dos delegados representativos dos sindicalizados, via Vice-Presidências Regionais, ao 20º CONGRESSO encerrar-se-á às 11:00h do dia 16 de fevereiro de 2001.

Parágrafo 1º - Para o credenciamento dos delegados, será exigida ata (ou extrato) da Assembléia Geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

Parágrafo 2º - Para o credenciamento dos Observadores será exigida ata (ou extrato da mesma), e no caso de não ter havido Assembléia Geral, será exigido documento da Seção Sindical indicando os mesmos.

Parágrafo 3º - Fica assegurado a qualquer delegado credenciado ter vistas e cópias da totalidade de documentos que credenciam os delegados e observadores de qualquer seção sindical, mediante requerimento à Comissão Diretora.

Parágrafo 4º - Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até a instalação da Plenária Inicial que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V - Do Funcionamento

Seção I - Dos órgãos

Art. 7º - São órgãos do 20º CONGRESSO:

I – As Comissões:

a) Organizadora

b) Diretora

II – Os Grupos Mistos.

III – As Plenárias.

Parágrafo 1º - As Comissões, Organizadora e Diretora, são criadas a partir da convocação do 20º CONGRESSO;

Parágrafo 2º - Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 20º CONGRESSO;

Parágrafo 3º - O quorum mínimo de funcionamento de cada órgão do 20º CONGRESSO é de mais da metade dos membros desse órgão com direito a voto.

Parágrafo 4º - Passados 15 minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o *quorum* de funcionamento reduz-se para 30% dos seus membros com direito a voto, só podendo ocorrer deliberação após verificado o *quorum* previsto no parágrafo 3º deste Artigo.

Seção II - Da Comissão Organizadora

Art. 8º - A Comissão Organizadora é constituída por 02 (dois) representantes da ASDUERJ e por 2 (dois) diretores do ANDES-SN, indicados pela Secretaria Geral e pela 1ª Tesouraria do ANDES-SN.

Art. 9º - É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infra-estrutura necessária à realização do 20º CONGRESSO;

II - organizar a sessão de abertura do 20º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 20º CONGRESSO, organizando o rateio entre as Seções Sindicais;

IV – participar da Comissão Diretora;

V – realizar, junto com a comissão Diretora, o credenciamento dos participantes do 20º CONGRESSO.

Seção III - Da Comissão Diretora

Art. 10 - A Comissão Diretora do 20º CONGRESSO é composta pelos Diretores do ANDES-SN e pelos membros da Comissão Organizadora, indicados entre seus membros.

Art. 11 - É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos participantes do 20º CONGRESSO;

II – decidir e efetivar a substituição de delegados de acordo com o disposto no parágrafo 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste Regimento e anunciar a substituição ao CONGRESSO.

III – elaborar a prestação de contas do 20º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 20º CONGRESSO;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos do 20º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV - Dos Grupos Mistos

Art. 12 - Os Grupos Mistos são compostos por:

I – Delegados, devidamente credenciados, de Seção Sindical, sindicalizados via Vice-Presidências Regionais e pelo Presidente do ANDES-SN, com direito a voz e voto;

II - Observadores devidamente credenciados, de Seção Sindical e de sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, com direito a voz;

III - Diretores do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - Convidados, devidamente credenciados, com direito a voz.

Art. 13 – Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 35 delegados e igual número de observadores.

Parágrafo único – Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado de uma mesma AD S.Sindical ou mais de um delegado representativo dos sindicalizados de uma mesma Vice-Presidência Regional, caso o respectivo número de delegados seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos observadores.

Art. 14 - Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por 01 (um) Coordenador, 01 (um) Relator e 01 (um) Secretário.

Parágrafo 1º - Os membros da Mesa Coordenadora são eleitos pelos delegados componentes dos Grupos.

Parágrafo 2º - O coordenador e o Secretário da Mesa Coordenadora serão eleitos entre os delegados componentes dos Grupos e o relator poderá ser, excepcionalmente, um observador credenciado.

Parágrafo 3º - A qualquer momento, os delegados integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 15 - As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 20º CONGRESSO, observado o *quorum* de mais da metade dos delegados participantes do Grupo.

Parágrafo 1º - Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo o quorum mínimo será de 30% dos delegados participantes do Grupo.

Parágrafo 2º - Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados presentes, recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e iniciada/aberta uma nova lista.

Parágrafo 3º - As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% dos delegados.

Art.16 - Compete ao Coordenador dirigir os trabalhos do Grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art.17 - É de competência do Relator:

I - elaborar o relatório dos trabalhos do Grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, e

II - fazer constar do relatório o número de votos de cada proposta submetida à deliberação.

Art. 18 - Compete ao Secretário auxiliar o Coordenador e o Relator em suas atividades.

Art. 19 - Os Relatores dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 03 (três) horas, após o encerramento da reunião para entregar à Comissão Diretora, o Relatório Consolidado de seu Grupo, digitado, garantidas as condições pela Comissão Organizadora.

Parágrafo Único - Excetuam-se do prazo estabelecido no caput deste art. Relatórios de Grupos Mistos cujas reuniões terminarem após as 19 horas. Para esses casos o prazo limite é até as 10 horas do dia seguinte.

Art. 20 – A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será feita pela Comissão Diretora.

Parágrafo Único – O horário e o local da consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será amplamente divulgado pela Comissão Diretora, sendo facultada e estimulada a presença dos relatores dos Grupos.

Art. 21 - Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 20º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - As propostas aprovadas por maioria simples;

II - As propostas que tenham obtido no mínimo 30% dos votos dos delegados presentes em pelo menos um dos Grupos Mistos.

Parágrafo 1º - Na consolidação dos relatórios dos Grupos Mistos a serem apreciados nas Plenárias não serão consideradas as propostas de acréscimo/alteração que impliquem redação pela Comissão Diretora.

Parágrafo 2º - O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos Temas do 20º CONGRESSO

Parágrafo 3º - A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no Relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização das propostas oriundas dos Grupos Mistos.

Art. 22 - O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, improrrogavelmente, aos horários previstos no Cronograma do 20º CONGRESSO.

Art. 23 - A duração do Grupo Misto do Tema I será de 06 (seis) horas (em dois períodos) e dos Grupos Mistos Temas II e III será de 03 (três) horas cada um, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput deste Artigo poderá, por deliberação do Grupo, ser prorrogado por no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 20º CONGRESSO.

Seção V - Das Plenárias

Art. 24 - As Plenárias são compostas por:

I - Delegados de cada Seção Sindical e representativos dos sindicalizados via Vice-Presidência Regional e pelo Presidente do ANDES-SN, com direito a voz e voto, devidamente credenciados.

II - Observadores de cada Seção Sindical e representativos dos sindicalizados via Vice-Presidência Regional, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - Membros das Comissões Organizadora e Diretora com direito a voz; e

IV - Convidados, devidamente credenciados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 25 - Os trabalhos das Plenárias do 20º CONGRESSO serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente, 01 (um) 1º Secretário e 01 (um) 2º Secretário.

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora indica entre seus membros os componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias;

Parágrafo 2º - A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 20º CONGRESSO ser eleitos pelos delegados presentes à Plenária.

Parágrafo 3º - As deliberações observam a maioria simples dos delegados presentes a cada sessão, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo 4º - A Plenária Inicial – MD e Conjuntura não tem caráter deliberativo.

Art. 26 - Compete ao Presidente da Mesa Coordenadora:

- I - preparar junto com o 1º Secretário a ordem dos trabalhos das Plenárias, e
- II - dirigir as Plenárias, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27 - Compete ao Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

- I - auxiliar o Presidente em suas atividades;
- II - substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28 - Compete ao 1º Secretário:

- I - preparar junto com o Presidente a Ordem do Dia das Plenárias;
- II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária.
- III – o Relatório deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitado e na forma definitiva, até 24 horas após a conclusão da Plenária.

Art. 29 - Compete ao 2º Secretário:

- I - auxiliar o 1º Secretário em suas atividades;
- II - elaborar a ata da sessão Plenária.
- III – a ata deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitada e na forma definitiva, até 24 horas após a conclusão da Plenária.

Art. 30 - A duração das Plenárias será a seguinte: Plenária de Instalação - 02 (duas) horas; Plenária Inicial - 03 (três) horas; Plenária do Tema I - 06 (seis) horas (em dois períodos); Plenária do Tema II - 06 (seis) horas (em dois períodos); Plenária do Tema III, 03 (três) horas e Plenária de Encerramento - 03 (três) horas.

Parágrafo 1º - Por deliberação da Plenária, o prazo estipulado no *caput* deste Artigo poderá ser prorrogado por mais 01 (uma) hora, excetuando-se a Plenária de Encerramento que poderá ser prorrogada por um prazo maior.

Parágrafo 2º - As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* e Parágrafo 1º deste Artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

Art. 31 - A verificação do quorum, no início das Plenárias do 20º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença onde constará o nome do delegado, o nome da Seção Sindical, assinatura do delegado e o horário da assinatura.

Parágrafo 1º - Passados, 30 minutos do horário previsto para o início das plenárias será recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e iniciada/aberta uma nova lista;

Parágrafo 2º - A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem dos Delegados através do cartão de voto.

Capítulo VI - Das Discussões e Votações

Art. 32 - Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões, a palavra somente é concedida para discuti-la a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 33 - Para discussão de cada matéria será estabelecido um período de tempo, compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo ou Plenária.

Parágrafo 1º - O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste Artigo.

Parágrafo 2º - O plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34 - As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 03 (três) minutos improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 03 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento, por parte da Plenária e dos inscritos.

III - fase de votação: através de levantamento do cartão de voto pelos Delegados, de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do Plenária.

Parágrafo 1º - Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

Parágrafo 2º - Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a - aprovadas nos Grupos Mistos;

b - minoritárias que tenham obtido no mínimo 30% dos votos dos delegados presentes, em pelo menos um dos Grupos Mistos;

c - oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d - sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o parágrafo 3º do artigo 21.

Art. 35 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso ao Plenário.

Parágrafo 1º - Na fase de encaminhamento das votações só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

Parágrafo 2º - Na fase de votação não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36 - As deliberações que impliquem alterações do Estatuto do Sindicato Nacional serão tomadas por cinquenta por cento (50%) dos Delegados inscritos no 20º CONGRESSO, conforme dispõe o Art. 71 do seu Estatuto.

Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37 - As propostas de Moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 20º CONGRESSO até as 12 (doze) horas do dia 18 de fevereiro de 2001, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados os responsáveis e os destinatários com endereço completo.

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 20º CONGRESSO uma cópia das Moções propostas até as 18 (dezoito) horas do dia 19 de fevereiro de 2001.

Parágrafo 2º - A critério do Plenário podem ser acrescentadas outras Moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38 - As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39 - Nos Grupos Mistos e nas plenárias só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se absterem no momento da votação.

Parágrafo Único - Das declarações de voto feitas nas Plenárias só constarão do Relatório Final aquelas apresentadas por escrito à Mesa.

Art. 40 - A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a partir do encerramento do 20º CONGRESSO para divulgar o seu Relatório Final.

Art. 41 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 42 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 20º CONGRESSO do ANDES-SN.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2001.

CRONOGRAMA E PAUTA DO 20º CONGRESSO

15/02 5ª feira	16/02 6ª feira	17/02 Sábado	18/02 Domingo	19/02 2ª feira	20/02 3ª feira
Credenciamento 09:00 às 12:00h	Credenciamento 8:00 às 11:00h Plenária de Instalação 9:00 às 11:00h	Grupos Mistos Tema I 09:00 às 12:00h	Livre	Plenária do Tema I 9:00 às 12:00h	Plenária Tema III 09:00 às 12:00h
Credenciamento 14:00 às 18:00h	Plenária Inicial MD e Conjuntura 14:00 às 17:00h	Grupos Mistos Tema II 14:00 às 17:00h	Grupos Mistos Tema III 14:00 às 17:00h	Plenária Tema II 15:00 às 18:00h	Plenária de Encerramento 13:00 às 16:00h
Plenária de Abertura 18:00h Ato Político comemorando os 20 anos do ANDES-SN	Grupos Mistos Tema I 19:00 às 22:00h	Livre	Plenária do Tema I 19:00 às 22:00h	Plenária Tema II 2º sessão 19:00h às 22:00h	

Temário: Movimento Docente e Conjuntura

Tema I – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Segurança Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe

Tema II – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores.

Tema III - Questões Organizativas e Financeiras

ATA DA PLENÁRIA INICIAL

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e um, após constatado o quorum regimental, com a presença de cento e oitenta e um delegados, foi iniciada a Plenária Inicial, onde foram apresentadas as teses sobre a conjuntura. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos diretores do ANDES-SN: Professor Roberto Leher – Presidente; Professor Antonio José Vale da Costa – Vice-presidente; Professor Mário Luiz Alves – 1ª Secretária; Professor Cláudio Lopes Maia – 2º Secretário. Após a composição da mesa passou-se a apresentação das teses sobre a conjuntura. Cinco teses foram apresentadas, no tempo de dez minutos para cada uma. A primeira tese, texto 1 do Caderno de textos do 20º Congresso do ANDES-SN, texto da Diretoria do ANDES-SN, foi apresentada pelo professor Edmundo Fernandes Dias. A segunda tese, texto 2 do Caderno de textos, contribuição da Assembléia Geral dos Docentes da UFOP, foi apresentada pelo professor Fábio Faversoni. A terceira tese, texto 3 do Caderno de textos, foi apresentada pelo seu autor o Professora Marsílio Alencar Sá Leitão. A quarta tese, texto 4 do Caderno de textos foi apresentada pelo seu autor José Eustáquio Diniz. A quinta tese, texto 37 do anexo do Caderno de texto do 20º Congresso do ANDES-SN, foi apresentado pelo seu autor o professor Francisco Santana. Após a apresentação das teses transcritas no Caderno de Textos e no Anexo, foi aberto o debate sobre a conjuntura. O companheiro Roberto Leher, Presidente da Mesa, as dezessete horas colocou em votação a prorrogação da Plenária Inicial por uma (01) hora, o que foi aprovado por ampla maioria. Esgotadas as inscrições e as falas, às dezessete horas e quarenta minutos, foi encerrada a Plenária Inicial e eu, Cláudio Maia, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente.

Cláudio Maia
2º Secretário

Roberto Leher
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I - POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, C&T, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE

Às dezenove horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito de fevereiro do ano de dois mil e um, no Teatro Odylo Costa Filho, no Campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, após verificada a existência de quorum regimental (no momento cento e oitenta e seis delegados), foi instalada a Plenária do Tema I - POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, C&T, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE - do ANDES-SN. A Mesa Coordenadora dos Trabalhos foi composta pelos Diretores do Sindicato: Fernando Molinos Pires Filho, Presidente; Maria Cristina Mendes, Vice-Presidente; Adriano Severo Figueiró, 1º Secretário e Mario Luiz Alves, 2º Secretário. A Mesa Coordenadora iniciou explicando a proposta de trabalho, que sistematiza os TRs, anexados ao Relatório Consolidado, para discussão e votação do Tema I. Por essa sistematização os TRs foram agrupadas em oito itens: **1. Política Educacional**, (TR 5.1 – item 1 – Item 2 – Item 3, subitens C e D – Item 4 - Item 5, subitens B e C – Item 6 – Item 8 - Item 9 – Itens 10, 12, 13, 14 e 15 – TR 5.2, Texto Avulso) com dois subitens, **1.1 Carreira** (TR 10 – Texto Avulso; TR 5.1, Item 3 – subitens A e B, Item 5 – Sub-item E e Item 11; TR 11.1; TR 43 e TR 45) e **1.2 Autonomia** (TR 6.1, TR 5.1 – Item 7, TR 8.1, TR 8.2 e TR 8.3); **2. Política de C&T** (TR 5.1 – Item 5 – subitens A e D; TR 14.1; TR 15.1 e TR 44); **3. Política Sindical** (TR 12.1, TR 13.1, TR 38 e TR 40); **4. Seguridade Social** (TR 7.1, TR 19.1, TR 39 e TR 41); **5. Etnia, Gênero e Classe** (TR 21.1 e TR 22.1); **6. Política Agrária** (TR 42, TR 17.1 e TR 18.1); **7. Política de Comunicação** (TR 16.1 – item 4, TR 16.2, TR 16.3 e TR 46) e **8. Relações Internacionais** (TR 20.1). Os TRs 8.1, 8.2 e 8.3 foram remetidas para o Tema II e os TRs 16.1 (itens 1, 2, 3 e 5), 16.2 e 16.3 para o Tema III. Não havendo manifestação em contrário, os trabalhos foram iniciados pelo Relatório Consolidado. **TR 5.1, item 1** – foi aprovada por unanimidade a manutenção do texto com as modificações propostas pelos grupos mistos 4 e 6, resultando na seguinte redação: Face à natureza da Reforma do Estado, às orientações neoliberais que a configuram, e, em particular, à política educacional implementada pelo governo FHC, o 20º Congresso do ANDES SN delibera: 1 - Fortalecer, interna e externamente, a luta contra a política neoliberal no mundo contemporâneo e, em especial, suas aplicações na área de educação. **TR 5.1, item 2** – Foi aprovado por unanimidade o texto original, ou seja: Defender de forma intransigente, a educação pública, gratuita e de qualidade social em todos os níveis e modalidades, reforçando os princípios que fundamentam o *padrão unitário de qualidade*, de acordo com a *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*. **TR 5.1, item 3** – as letras A e B foram remetidas para o tópico Carreira. No que coube, a TR foi aprovada, com algumas abstenções e alguns votos contrários, com modificações e supressão (Esses projetos destroem a identidade do trabalho e do trabalhador da universidade e do ensino socialmente referenciados, impedem a formação plena das pessoas, privilegiam os interesses do capital em detrimento das necessidades humanas e sociais), resultando na seguinte redação (conservando seu *caput*): a) - as Diretrizes Curriculares para a Educação ditadas pelo FMI, Banco Mundial e demais organismos do capital financeiro internacional; b) - os cursos seqüenciais, os cursos a distância e os programas especiais de formação pedagógica que aligeiram e minimizam a formação acadêmica. **TR 5.1, item 4** – Foi aprovado com a substituição de “no ensino médio” por “na educação básica” (proposta do Grupo Misto 4), ficando o texto com a seguinte redação: Fortalecer a luta pela democratização da educação brasileira, exigindo: respeito ao dispositivo constitucional que trata da gratuidade do ensino em escolas oficiais; expansão das vagas públicas

necessárias tanto na educação básica como na educação superior, investimentos adequados e suficientes nesses níveis de ensino e respectivas modalidades, exclusivamente em estabelecimentos públicos; e valorização real dos profissionais da educação, em termos de carreira, capacitação, remuneração e condições de trabalho.

TR 5.1, item 5 – Foi aprovado com modificações (feitas pelos grupos mistos 11 e 3) e o sub-item B foi desmembrado em 2 (proposta do Grupo Misto 11), resultando: Participar e articular as lutas em defesa da Educação Pública, gratuita e socialmente referenciada, e da Ciência e Tecnologia, especificamente no campo da pesquisa e da pós-graduação, defendendo intransigentemente: a) a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; b) a integração graduação – pós-graduação, educação superior – educação básica com suas diferentes modalidades; c) a liberdade acadêmica dos professores, estudantes e técnico-administrativos bem como a autonomia institucional, na definição e abordagem dos problemas e busca de soluções contra a ingerência das instâncias do capital e do governo nas políticas acadêmicas e de C & T. Às 19 horas e 40 minutos a mesa informou as **substituições de delegados**: da Adufrj, José Antonio Martins Simões pela suplente Leila Rodrigues da Silva.

TR 5.1, item 6 – Com algumas abstenções e alguns votos contrários foi aprovado o texto original a saber: Denunciar e combater as diferentes formas de privatização interna das IES públicas, seja pela utilização privada de recursos públicos (pessoal, espaços, materiais), através de convênios e contratos para realização de pesquisas e prestação de serviços, seja pela cobrança de taxas e mensalidades nos diferentes níveis e modalidades de ensino, posto que subordinam as políticas implementadas nessas IES a interesses empresariais privados, em detrimento das necessidades e interesses da sociedade. A proposta do Grupo Misto 11 de inclusão de complemento do TR 24.1 não foi aceita.

TR 5.1, item 8 – Foi aprovado com modificações propostas pelos grupos 5 e 11, com algumas abstenções e alguns votos contra, resultando no texto: Lutar pela rearticulação dos integrantes do *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública* e pela recuperação dos seus fundamentos democráticos com participação efetiva da base das diferentes entidades que o compõem, como estratégia de forte mobilização para os necessários enfrentamentos que ocorrerão no ano de 2001 e no próximo Fórum Social Mundial a ser realizado em 2002. Articular as atividades do Fórum com a plataforma de ações da CUT em âmbitos estadual e nacional. As demais proposições foram rejeitadas.

TR 5.1, item 9 – Foi aprovado o texto original com algumas abstenções e nenhum voto contra, como segue: Resgatar e fortalecer os *Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública*, onde houver, e estabelecer articulações em âmbito estadual para a construção desses Fóruns em todos os estados onde ainda não existam.

TR 5.1, item 10 – Com algumas abstenções e alguns votos contrários, foi aprovada nova redação, proposta pelo grupo 11, fundindo os itens 10 e 12, como segue: Intensificar a luta pela revogação da Lei 9394/96 e da legislação que a regulamenta, em especial a que dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação e Cursos Normais Superiores, defendendo a aprovação, pelo Congresso Nacional, do PDL 385/00, que susta os efeitos do Decreto 3276/99, reafirmando o papel das universidades como o *locus* da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação.

TR 5.1, item 12 – prejudicado em função do aprovado no item 10.

TR 5.1, item 13 – O Grupo 1 apresentou um substitutivo que foi rejeitado, sendo aprovado por ampla maioria o texto original, a seguir: Posicionar-se contra a utilização de recursos do FUNDEF na formação inicial de professores, intensificando a luta pela garantia de financiamento estatal integral dos cursos de licenciatura e pedagogia das IES públicas.

TR 5.1, item 14 – Por ampla maioria, foi suprimido este item.

TR 5.1, item 15 – Foram apresentadas, nos grupos, várias propostas de modificações que mereceram uma quantidade considerável de falas. Após a discussão foi aprovada a substituição proposta pelo G6, resultando no texto: Ampliar as discussões no GTPE e no GT Carreira sobre a questão da transformação de CEFETs em universidades, conforme as deliberações do 41º CONAD para apreciação do 42º CONAD.

TR 5.1, proposta de acréscimo – Proposta do G7 e aprovada com algumas abstenções e

nenhum voto contra: Lutar para reintegrar a educação profissional ao sistema regular de ensino público e, pela ampliação dos recursos orçamentários especificamente destinados a essa modalidade de ensino. Proposta do G6 aprovada com algumas abstenções e nenhum voto contra: Que o GTPE, juntamente com o GTPFS, recupere e aprofunde a discussão sobre temas como centros públicos de educação profissional e qualificação profissional para subsidiar a intervenção do sindicato nacional no interior da CUT. Proposta do G7 aprovada com alguns votos contrários e algumas abstenções: Lutar contra a atuação compulsória e em regime precário dos alunos de graduação das universidades públicas no ensino básico, resultante de convênios, parcerias ou acordos que signifiquem contrapartida do graduando por usufruir do direito ao ensino gratuito ou de alguma forma de auxílio em bolsa. Outras propostas do G7 foram ou superadas ou suprimidas. Às 21 horas a mesa anunciou a **substituição de delegados**: da ADUFF, Vera Regina da Silva Massena por Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa. **TR 5.2, item 1** – A modificação proposta pelo G1 foi rejeitada, permanecendo o texto original: pela reafirmação do **PNE da sociedade brasileira** como documento de referência política, pedagógica e metodológica para a educação pública brasileira e para as intervenções do ANDES-SN na elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. **TR 5.2, item 2** – Foi aprovado, por ampla maioria de votos, algumas abstenções e alguns votos contra, com as modificações propostas pelo G11 e complementada pela plenária, como segue: Propor às demais entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública a realização do IV CONED em novembro de 2001, reafirmando-o como um espaço coletivo de discussão democrática para o encaminhamento da luta pela educação pública e de qualidade socialmente referenciada. **TR 5.2, item 3** – Foi aprovado, com algumas abstenções e nenhum voto contra, o texto original com modificações propostas pelo G11, a seguir: Posicionar-se contra o Plano Nacional de Educação instituído pela Lei n. 10.172/2001, dando início imediato às ações e articulações necessárias à luta pela sua revogação. Neste momento, foi solicitada uma inversão de pauta, em função de proposta avulsa do Grupo Misto 4 que indicava para a plenária a realização de um ato público contra o projeto de Emprego Público na segunda-feira, pela manhã, na porta principal da UERJ. A inversão foi aprovada por unanimidade. Após a discussão do assunto deliberou-se pela constituição de uma comissão, composta por um representante de cada Seção Sindical do Rio de Janeiro e um da Secretaria Regional, para organizar, preparar e tomar as providências necessárias para a realização do ato, comunicando o resultado das ações aos Congressistas, em tempo hábil para a participação. Aprovado por unanimidade. A seguir o Presidente da mesa submete ao plenário a prorrogação da plenária por mais uma hora. Aprovada por unanimidade. A partir deste momento passou-se a tratar do tópico **Carreira. TR 10.1**- A mesa, ao colocar este TR em discussão, foi interpelada por uma questão de ordem, levantada por delegado da ADUFSCAR, no sentido de que o TR 50.2 seria prejudicada, uma vez que consta do Tema II e este ainda não foi consolidado. Lembrou que este TR faz parte do tópico em discussão e, ainda, quer recuperar, na discussão, o resultado da reunião do GT Carreira, em Brasília. A questão de ordem, portanto, foi no sentido de que se remeta a discussão dessa temática para o Tema II e solicita esclarecimentos da Reunião do GT Carreira. Os esclarecimentos foram prestados pelo Presidente do ANDES-SN, Roberto Leher. A mesa consultou o plenário se já estava esclarecido para votar a questão de ordem. Foi aprovada a continuidade das falas. Ainda no transcorrer das falas foram apresentadas mais duas questões de ordem. Uma por não haver referência do Grupo 9 no relatório consolidado e outra para limitação das inscrições. Durante as falas o Alcir retirou a sua proposta constante no relatório consolidado. Após as falas de dois blocos de cinco inscritos encerrou-se a discussão e passou-se à votação da questão de ordem: remeter o tópico Carreira para o Tema II. Com alguns votos contrários e algumas abstenções foi aprovada a questão de ordem. Em função do aprovado, passou-se a trabalhar o tópico **Autonomia. TR 6.1** – Por ampla maioria o TR foi rejeitado. **TR 5.1, item 7** – Este TR mereceu várias falas, principalmente sobre a

questão da reserva de vagas, para, logo após, em votação, ser aprovado com modificações. Como o tempo da plenária esgotou-se (23 horas) as modificações ficaram no “cabide” para serem apresentadas dia 19/02/2001, 2ª fase da plenária. No dia 19/02/2001, a 2ª fase da plenária do Tema I, prevista para as 9 horas, foi instalada com quorum regimental (no momento 163 Delegados) às 9 horas e 55 minutos. A mesa retomou o TR 5.1, item 7, que tinha ficado no cabide. Com a contribuição dos Grupos 1 e 7 construíram-se as modificações, gerando um texto com dois subitens, conforme segue: **Face à natureza da Reforma do Estado, às orientações neoliberais que a configuram, e, em particular, à política educacional implementada pelo governo FHC, o 20º Congresso do ANDES SN delibera:** a) Lutar contra políticas demagógicas e intervencionistas, emanadas dos diferentes poderes, que não operam efetivo investimento para ampliação da oferta e melhoria da qualidade do ensino médio, desrespeitam a autonomia universitária das IES públicas, não prevêem incremento financeiro para a garantia de todos os aportes pedagógicos e acadêmicos necessários a essa concepção política, a qual, de fato, escamoteia as questões relativas à responsabilidade do Estado e ao acesso ao ensino superior e deixa intocado o conjunto de problemas da educação pública. b) Denunciar a política de “reserva de vagas” proposta pelo governo como sendo demagógica, pois não democratiza o acesso ao ensino superior e está inserida no quadro de uma política geral de destruição da universidade pública, ferindo sua autonomia. Encaminhar esta denúncia reafirmando a luta pela ampliação de vagas nas IES públicas exigindo melhoria da qualidade do ensino público que garanta as condições de qualidade e democratização no acesso ao ensino superior. **TR 8.1** – Com alguns votos contrários e algumas abstenções o plenário acatou as propostas dos grupos 2 e 9 e **Suprimiu** o TR. O Presidente da mesa leu a **substituição de delegados** do SINDOCEFET. PR: Nanci S. Silva por Neiva Teresinha Bardim. **TR 8.2** – Com a contribuição da maioria dos Grupos Mistos o TR foi todo modificado e aprovado resultando no que segue: O *20º Congresso do ANDES-SN delibera por:* 1) Consolidar a realização de um diagnóstico abrangente das reformas e transformações ocorridas no sistema de educação superior brasileiro durante a década de 90, apresentando o resultado no 42º CONAD. Sem prejuízo do diagnóstico técnico, envidar esforços para realizar diagnóstico vivo com debates, testemunhos, etc., mobilizando para o enfrentamento da privatização interna; 2) Dar início à discussão sobre os reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente para os Servidores Públicos, visando subsidiar a luta pela sua revogação; 3) Consolidar e publicar a Cartilha sobre Orçamento Público o mais breve possível; 4) Apresentar estudos atualizados sobre a evolução das Verbas de OCC e Pessoal das IES e dos mecanismos da sua distribuição, relacionando a evolução da Receita Tributária, o Orçamento do MEC e pessoal (Receita tributária/OCC/pessoal, pessoal/Orçamento do MEC); 5) Ampliar um conjunto de debates, discussões e atividades públicas que tenham como tema central a *Dívida Externa e sua relação com o Orçamento Geral da União* (pautando centralmente as prioridades definidas pelo governo e seus reflexos para a Lei de Diretrizes Orçamentárias/2002 e sua relação com os serviços públicos e a qualidade de vida da população). **TR 8.3** – Para este TR foi apresentado um encaminhamento para deixá-lo no “cabide” remetendo-o para o Plano de Lutas do Setor das IFES. Aprovado por unanimidade. **Substituição de Delegados** – a mesa informou que Mario Lopes Amorim do SINDOCEFET. PR será substituído por Sirley Laurindo Ramalho. **TR 5.1, item 5, letras A e D** – Por proposta do grupo 11 a letra D foi suprimida integralmente. A letra A foi aprovada com modificações por proposta do Grupo 4. **O item 5 do TR 5.1** ficou com a redação: Participar e articular as lutas em defesa da Educação Pública, gratuita e socialmente referenciada, e da Ciência e Tecnologia, especificamente no campo da pesquisa e da pós-graduação, defendendo intransigentemente: a ampliação de verbas públicas para financiamento da C & T (em recursos não inferiores a 1,5% do PIB imediatamente, até atingir 2,7% do PIB, em 10 anos); O Presidente da Mesa observa aos delegados que o prazo da Plenária do

Tema I está se esgotando. Torna-se necessário, portanto, remeter o material não discutido para a Plenária do Tema II. Submetido como proposta ao plenário, foi aprovada a remessa do material não discutido do Tema I para a Plenária do Tema II. Em função do tempo, 12 horas, encerrou-se a Plenária do Tema I. **No dia 19/02/2001, às 15 horas foi composta a mesa para a instalação da Plenária do Tema II – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores.** Por haver, ainda, muita matéria do Tema I para ser discutida não houve modificação da mesa. A Plenária teve a sua instalação efetiva às 15 horas e vinte e cinco minutos com quorum Regimental (no momento estavam presentes 164 delegados). **Substituição de delegados.** A mesa deu ciência à Plenária da substituição dos delegados: da ADUFC, Iberê Guimarães Aguiar e Franquiberto dos Santos Pessoa por Maria de Fátima Vitoriano de Azevedo e Maria de Fátima Bandeira de Paula, respectivamente; da ADUFERPE, Francisco de Oliveira Magalhães por Irenilda de Souza Lima. **TR 14.1** – Com propostas dos grupos 5, 9 e do plenário as letras A, B e C foram aprovadas com modificações. Por proposta do grupo 5 e complementação do plenário foi aprovado a inclusão de uma nova letra. A recomendação foi aprovada por unanimidade na sua forma original. O TR resultou na seguinte redação: **TR 14.1** - O 20º Congresso delibera: a) Dar continuidade às discussões no interior do sindicato direcionando-as no sentido da construção de uma proposta de C&T para a universidade brasileira, a ser submetida ao 21º Congresso do ANDES-SN; b) Reiterar a decisão do 41º CONAD de realizar, em conjunto com o GTPE, o GT CARREIRA e o GTPA, durante a 53ª Reunião Anual da SBPC, em julho 2001, em Salvador - BA, simpósios e mesas-redondas para discutir a política de ciência e tecnologia adotada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia; c) Realizar um evento nacional para discutir o papel das IES na formulação, acompanhamento e avaliação de “Estudos de Impacto Ambiental” (EIA) e “Relatórios de Impacto Ambiental” (RIMA) previstos nas resoluções do CONAMA e pela constituição federal; d) Que o GT C&T discuta patentes, tratado de Livre Comércio e as resoluções da OMC sobre a educação e a ciência e suas relações com a universidade brasileira e latino-americana. **RECOMENDAÇÃO** - O 20º Congresso recomenda: Que as Seções Sindicais, em 2001, realizem discussões sobre a ética da ciência e do cientista, com o objetivo de formularem propostas sobre o tema e submetê-las à discussão durante o 21º Congresso do ANDES-SN. Das discussões deste, TR surgiu a necessidade de se registrar a preocupação dos Delegados deste 20º Congresso com a relevância do debate da questão da gestão dos órgãos de fomento à pesquisa, orientando para que fique contemplada (o debate) nos eventos do ANDES que são similares ao Tema. **TR 15.1** – Com modificações propostas pelos grupos 5 e 9, a letra A foi aprovada com alguns votos contrários e algumas abstenções. Por proposição do G5, as letras B e C foram suprimidas integralmente, com alguns votos contrários e algumas abstenções. O *caput* foi aprovado na sua forma original. **O TR ficou com a redação:** Considerando-se que: 1 - as chamadas “áreas de ponta” do desenvolvimento representam progresso para toda a humanidade e que, apesar de avançarem sempre *a partir e dirigidas para* os interesses dominantes, elas devem se constituir objeto de atenção e referência de luta dos grupos organizados que defendem os interesses históricos de reprodução e emancipação da humanidade; 2 – a soberania do Estado brasileiro bem como os interesses de significativo número de trabalhadores do município de Alcântara estão, uma vez mais, em jogo com a implantação e os avanços do CLA. Recomenda-se que o ANDES, através de seus GTs de Ciência e Tecnologia e Política e Formação Sindical e de sua secretaria de relações internacionais, analise e promova debates com outras entidades nacionais como a SBPC, a sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA) e os partidos políticos sobre os acordos internacionais referentes ao Centro de Lançamento de Alcântara, bem como sobre os impactos sociais e ambientais do programa, assim como, em relação aos diferentes programas nas chamadas áreas de ponta desenvolvidos no Brasil. **TR 44** – Por proposição substitutiva do grupo 9 e complementação da plenária, com alguns votos contrários e algumas abstenções, o TR foi aprovado na sua forma modificada como segue: O 20º

Congresso delibera: Que o GT Nacional de C & T, juntamente com os GTs locais das Ssind, identifique regional e nacionalmente a transferência de empregos e os convênios de desenvolvimento no mercado de trabalho. Estabelecer e promover ações de luta em defesa do emprego nacional, devido ao processo de privatização. **TR 12.1, item 1** – Com a contribuição dos Grupos 2 e 6, foram aprovadas, com alguns votos contrários e algumas abstenções, a substituição do texto original deste item e a inclusão de um outro renumerando os demais. Em função desta decisão a proposta dos outros grupos ou ficaram prejudicadas ou foram rejeitadas. A redação final do item ficou da seguinte forma (**como TR 12.1, itens 1 e 2, em função da inclusão de novo item e renumeração dos demais**): O 20º Congresso delibera que o ANDES-SN deverá: 1 - Organizar ações e atividades, em conjunto com os sindicatos cutistas, movimentos sociais organizados e setores da sociedade civil do campo democrático e popular, em defesa da liberdade de organização e exercício da atividade sindical; 2 - Fortalecer a nossa organização sindical, reafirmando seus princípios, seu caráter nacional, classista, autônomo e articulado com os demais setores da sociedade civil, combatendo as propostas e ações do governo de FHC contra a organização sindical em geral e, em especial, aquelas que põem em risco o ANDES-SN, realizando debates, seminários, encontros de abrangência Nacional, Regional e Local. **TR 12.1, item 2** – Por unanimidade este item foi aprovado na sua forma original, passando-se para item 3 do TR. Sua redação é a seguinte: Ampliar e fortalecer a *Rede de Solidariedade Internacional* e a *Rede SEPA*, em especial na América Latina, articulando ações e criando espaços de formação e atuação para os movimentos sociais em geral e para o movimento sindical, especificamente. **TR 12.1, item 3** – Este item, **renumerado como 4**, mantido o *caput*, foi aprovado com modificações e supressão de letra. Os grupos 3 e 11 tiveram as suas propostas de modificação da letra A aprovadas, com alguns votos contrários e algumas abstenções. Para a mesma letra houve uma contribuição da plenária que foi rejeitada. A letra B foi aprovada na sua forma original, por unanimidade. Os grupos 5, 9 e 11 e o plenário contribuíram para o texto final (consolidado por este último) aprovado da letra C, com alguns votos contrários e algumas abstenções. Neste momento, 18 horas e 55 minutos, o Presidente da mesa propõe a **prorrogação da plenária por mais uma hora. Aprovado por unanimidade.** A letra D foi aprovada na sua forma original, com algumas abstenções e nenhum voto contrário. A letra E ficou superada em função do aprovado na letra C. O grupo 4 propôs a inclusão de uma nova letra que foi aprovada com algumas abstenções e alguns votos contrários. A redação final deste **item (renumerado 4) do TR 12.1** ficou da seguinte forma: Implantar, ao longo de 2001, uma política de formação sindical, orientada pelas deliberações das instâncias do ANDES SN relativas tanto ao campo da política sindical quanto a outros campos cuja contribuição seja necessária, sob coordenação do GTPFS e da Encarregatura de Assuntos Sindicais, voltada para os seguintes objetivos: a) estabelecer um debate que permita a atualização dos militantes em relação aos grandes temas da conjuntura, qualificando a intervenção dos militantes nos debates sobre reformas neoliberais, transformações no mundo do trabalho, política educacional, política sindical e seguridade social, entre outros; b) socializar experiências e informações sobre política sindical entre os militantes das diferentes regiões e realidades universitárias abrangidas pela atuação do Sindicato, nos três setores que o compõem; c) contribuir para o surgimento e a preparação de quadros para o exercício da atividade sindical, criando condições para uma renovação da militância e da direção das seções sindicais e do sindicato nacional; d) despertar interesse pela vinculação de discussões acadêmicas aos campos de atuação do sindicato; e) Realizar atividades formativas conjuntas com outras categorias envolvidas com as lutas desenvolvidas nas IES, em especial, com os técnicos administrativos e estudantes”. **TR 12. 1, item 4 – item 5 em função da renumeração** – As letras B e C, com algumas abstenções e nenhum voto contrário foram aprovadas na sua forma original. A letra A foi aprovada com modificações propostas pelos grupos 9 e 10 e consolidada pela relatoria. Por proposta

dos grupos 3 e 9, foi aprovado a inclusão de dois itens e duas letras. A do G9 aparecerá como letra A, de acordo com a sua propositura e aprovação da plenária. Ambos os acréscimos foram consolidados pela plenária. **O item da TR resultou na seguinte redação:** Como parte das iniciativas de política de formação sindical, deverão ser viabilizados os seguintes instrumentos: a) Cursos, seminários, debates de formação em âmbitos nacional e regional, abordando a história do sindicalismo e das universidades; política educacional atual; movimento sindical e transformações do mundo do trabalho; gestão sindical no ANDES-SN"; b) publicação de Cadernos ANDES, com o material fruto da política de formação sindical, a ser lançado em CONAD; c) implantação de uma lista de discussão através do *site* do ANDES-SN, sobre temas de política sindical (1º semestre de 2001); d) realização de seminários temáticos, em momentos de reunião do GTPFS e/ou antes de eventos nacionais do sindicato (ao longo de 2001); e) Construção da unidade na luta dos trabalhadores com os setores desempregados e informalizados, combatendo a alternativa da criação de agência de emprego no interior da Central. **TR 13.1** – Este TR mereceu da plenária intensa discussão e proposta de modificações das letras, bem como da inclusão de outra. Também o Grupo 9 propôs a modificação da letra B. Após a discussão dos destaques, o *caput* e a letra A, com algumas abstenções e alguns votos contrários, foram aprovados na sua forma original. Para o *caput*, houve uma proposta de modificação do plenário, que foi rejeitada. Houve duas propostas do plenário e uma do grupo 9, que não eram excludentes, para modificação da letra B. Essas propostas foram consolidadas originando a redação final da letra, sendo aprovada com alguns votos contrários e algumas abstenções. A proposta de inclusão de letra surgiu do plenário e foi aprovada, com alguns votos contrários e algumas abstenções, da forma como está abaixo redigida como letra C. A íntegra do **TR ficou da seguinte forma:** O 20º Congresso do ANDES SN, à luz da sentença exarada pela 5ª Vara Cível de Brasília, reconhecendo legalmente nossa entidade como representante sindical dos docentes da educação superior da cidade de São Paulo, autoriza a Diretoria Nacional a dar conseqüência prática à decisão judicial e a adotar as medidas pertinentes para: a) iniciar os procedimentos necessários à execução provisória da dívida; b) negociar com o SINPRO - São Paulo a(s) forma(s) e prazo(s) de pagamento da dívida correspondente ao total das verbas arrecadadas a título de contribuições sindicais apresentando o resultado dessas negociações ao próximo CONAD, organizando imediatamente a devolução do imposto aos docentes; c) assumir papel crescente nas negociações já em curso com as mantenedoras das Instituições Particulares de Ensino Superior, com o objetivo de reassumir plenamente a representação sindical e política dos docentes dessas instituições. **TR 38** – O *caput*, por proposta dos grupos 3, 8 e 9 é aprovada com algumas abstenções e nenhum voto contrário; sofreu alterações no item 1 e 2 (suprimida a palavra perverso e alterada federais por públicos). A letra A foi aprovada, com algumas abstenções e nenhum voto contrário, na sua redação original. O grupo G9 propôs substituição da letra B, que foi aprovada com alguns votos contrários e algumas abstenções. Outra proposta de alteração da letra B, do grupo 10 ficou prejudicada. Os grupos 9 e 3 fizeram propostas de alteração da letra C. As propostas não eram excludentes e, por isso, a letra foi consolidada com as duas contribuições, sendo aprovada com algumas abstenções e nenhum voto contrário. As letras D e E foram aprovadas na sua forma original com algumas abstenções e nenhum voto contrário. A letra F foi aprovada com algumas abstenções e nenhum voto contra na forma substitutiva proposta pelo grupo 9, conforme transcrito abaixo. Proposta de inclusão apresentada na plenária em razão do grupo 3 não ter tido tempo de apreciar. A proposta foi lida e colocada em votação, já que não houve destaque, sendo aprovada com algumas abstenções e nenhum voto contrário. **O TR 38 ficou com a seguinte redação:** Considerando: 1 – que as alterações introduzidas pelo governo FHC na legislação trabalhista, com o propósito de maximizar os mecanismos de exploração do trabalhador, retiram-lhe as já precárias proteções contra os interesses do capital; 2 - que a flexibilização e a precarização do trabalho não se

restringem à iniciativa privada, mas atingem, com sérios prejuízos, os servidores públicos, na medida em que a proposta de Emprego Público submete-os ao regime celetista, o 20º Congresso do ANDES-SN delibera: a) que a AJN realize pesquisa sobre o processo de desconstitucionalização dos direitos dos trabalhadores com o objetivo de subsidiar o MD em suas discussões; b) que o ANDES-SN articule ações concretas de denúncia e sensibilização contra a desconstitucionalização dos direitos do trabalhador, no âmbito do MD; c) que o ANDES-SN promova um seminário temático com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a flexibilização e precarização das relações de trabalho decorrentes da desconstitucionalização dos direitos trabalhistas; d) que as Secretarias Regionais, também, promovam seminários temáticos, nos mesmos moldes do seminário nacional; e) que a DN organize uma agenda de ações conjuntas com as demais entidades sindicais, visando ao enfrentamento do processo de desconstitucionalização dos direitos do trabalhador; f) que todo material PERTINENTE seja publicado em Caderno ANDES especial sobre o tema; g) Que o ANDES-SN envide esforços para encaminhar em conjunto com os demais SPFs, CUT, etc., a Agenda Internacional dos Movimentos Sociais, elaborada no Fórum Social Mundial. (São exemplos a proposta do México do Dia em defesa da educação na América Latina – dia 20 de abril e o Dia Internacional contra a Dívida Externa). **TR 40** – Este TR foi aprovado com modificações. Para o *caput*, aprovou-se, por unanimidade, a contribuição do grupo 8. O item 1 foi suprimido por estar superado pelo TR 12.1. No item 3, a plenária acatou a sugestão do grupo 9 e no item 5, a proposta do grupo 10. Os outros itens foram aprovados na sua forma original. **A redação final do TR ficou da seguinte forma:** O 20º Congresso delibera: ser necessário e estratégico: 1) Reafirmar às Seções Sindicais a necessidade de se integrarem à CUT, tendo como primeiro passo o pagamento de suas contribuições, nos termos do acordo aprovado pelo XVI Congresso, João Pessoa, 1997; 2) ADs/Seções Sindicais devem considerar prioritárias a preparação e participação na 11ª Plenária da CUT, levando propostas para a construção de uma plataforma da educação; 3) Articular com as entidades da educação reunião com a executiva da CUT, objetivando a busca de solução para o impasse do DNTE e realização do III Congresso; 4) Reafirmar a posição de manutenção do DNTE nos termos da resolução aprovada no XVI Congresso, João Pessoa, 1997, enfatizando seus eixos de fundamentação; 5) Realizar eventos, seminários, plenárias e debates com as entidades da educação tendo como eixos centrais a questão da organização e manutenção sistemática do DNTE; Terminado este Tema, Política Sindical, o Presidente do ANDES-SN, Roberto Leher, propôs **inversão de pauta**, isto é, discutir Carreira e remeter para a próxima plenária o restante. Por outro lado, Fábio Faversoni propôs que se discutisse primeiro Etnia, Gênero e Classe e depois poderia seguir no rumo da proposta de Roberto. Foi aprovada, com alguns votos contrários e algumas abstenções as propostas de inversão de pauta, isto é, **discute-se Etnia, Gênero e Classe, depois Carreira e remete-se o restante para a próxima plenária**. Nesse momento Gelta Terezinha Ramos Xavier, uma das encarregadas de organizar o Ato Público aprovado, informou sobre as providências tomadas pela Comissão Organizadora, esclarecendo que o mesmo será realizado das 13 às 14 horas do dia já programado. **TR 21.1** – Para este TR o plenário decidiu ir para a votação sem intervenções. O TR foi aprovado na sua forma original, como segue: **20º Congresso do ANDES-SN delibera:** 1 - Lutar contra as opressões, desigualdades e discriminações de gênero, etnia, cultura, idade, orientação sexual, classe, religião e nacionalidade, construindo durante o ano de 2001, sob a Coordenação do GT Gênero, Etnia e Classe, estratégias para a inserção do ANDES-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados. 2 – Realizar uma avaliação cuidadosa da ação dos Conselhos Tutelares e das Delegacias de Mulheres (entre outros) para que possa construir sua política de intervenção sindical no que se refere às questões de Gênero e de Etnia. **TR 22.1** – Este TR mereceu dos Congressistas várias falas, até que se chegasse a um consenso para a construção do texto. No final, a contribuição do grupo

1 foi aprovada com algumas abstenções e alguns votos contrários, **ficando com esta redação**: O ANDES-SN deve estimular o conjunto do sindicato e as universidades a se engajarem na luta contra o racismo e as desigualdades raciais, especialmente contra as mulheres afrodescendentes. Que o conjunto do sindicato se engaje na discussão referente à preparação da “3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas correlatas de Intolerância”, convocada pela ONU para agosto/setembro de 2001. A seguir, conforme a inversão de pauta aprovada, passou-se a discutir o **Tema Carreira**. A mesa apresentou um encaminhamento no sentido de se trabalhar a matéria de forma mais organizada. Apresentou 4 itens que deveriam decidir para a organização dos trabalhos: 1) se vamos abrir a discussão da Carreira; 2) Caso seja aprovado esta discussão, que itens podemos discutir e quais devemos remeter às bases; 3) devemos definir a amplitude das nossas abordagens, somente transposição ou outras questões e 4) em que palco devemos deliberar: no próximo CONAD ou em um Congresso Extraordinário. Pelo encaminhamento proposto faríamos um processo de discussão e passaríamos aos TRs, tendo como referência estes quatro itens. Submetido o encaminhamento ao plenário foi aprovado com alguns votos contrários e algumas abstenções. Como o tempo da plenária do Tema II estava esgotando-se, o plenário aprovou a remessa do material não discutido para a plenária do Tema III e, às 22 horas, encerraram-se os trabalhos. A plenária do Tema II estava encerrada. **Instalação da plenária do Tema III – Questões Organizativas e Financeiras - dia 20/02/2001, 9 horas.** Não houve mudanças na composição da mesa. Esta plenária, com previsão de instalação para as 9 horas, só foi instalada às 10 horas e 25 minutos quando se alcançou o quorum regimental – neste momento contava-se com 163 Delegados. Conforme estabelecido, a mesa informou que iniciaria os trabalhos com uma discussão sobre a carreira em particular. Encerrada a discussão passaríamos aos TRs, que no Bloco Carreira são em número de 9: 10.1, 5.1 (2 letras), 11.1, 43, 45, 47, 49, 51 e 50 (item2) – Texto Consolidado. Informou também que sobre a questão carreira especificamente os TRs são 10.1, 49, 51, 50 – Texto Consolidado. Primeiros procedimentos adotados pela mesa: receber inscrições para discussão aberta para depois passar para a apreciação dos TRs, observados os encaminhamentos já aprovados. O processo de inscrição para as falas, depois de várias intervenções do plenário, resultou no recebimento dos cartões de votação ou identificação, no caso de observadores e convidados, sua mistura e colocação no piso do palco, em frente à mesa, com a identificação para baixo, para posterior recolhimento aleatório. Conforme os cartões eram recolhidos, dava-se a determinação da ordem das falas. Ao todo foram 32 inscrições, divididas em blocos de 5. Logo após passou-se as falas. Todos tiveram oportunidade de usar a palavra. Às 11 horas e 50 minutos a plenária do tema III foi prorrogada por unanimidade dos delegados presentes por mais 1 hora, isto é, até as 13 horas. Às 12 horas e 40 minutos a mesa leu ofício de Seção Sindical, APROFURG, comunicando a **substituição de Delegados**, Jaci Maria Bilhalva Saraiva por Eder Dions de Paula Costa. Com a proximidade do término, em função do tempo, da plenária do tema III, o presidente da mesa propõe a remessa do material não discutido para a plenária de encerramento. A proposta foi aprovada por unanimidade. Antes do encerramento da plenária do Tema III, a mesa fez referência aos TRs que fazem parte do bloco Carreira, inclusive a Carreira Típica de Estado, relembrando os encaminhamentos já discutidos no sentido de se “limpar o terreno”. A mesa lembrou que em primeiro lugar deve deliberar se estamos “abrindo” Carreira. Se for entendido que não os TRs dos cadernos estarão, em parte prejudicados. Se for entendido que se abra Carreira, o plenário deve decidir, também, se esta refere-se somente à transposição ou se atinge um leque mais amplo. Se for um leque mais amplo, este abarca todas as propostas dos grupos. Este encaminhamento já tinha sido aprovado no dia 19/02/2001, que contemplou 2 propostas do plenário. A seguir encerrou-se a plenária do tema III e, em seguida foi instalada a Plenária de encerramento, às 13 horas, com quorum regimental, continuando com a mesma mesa coordenadora. Como já tinha sido

discutido e programado foi aprovado, pela plenária, um intervalo de 2 horas para que fosse realizado o Ato Público com participação dos congressistas. Às 15 horas reiniciou-se a Plenária de Encerramento, passando a mesa a encaminhar para a votação de deliberações preliminares. A mesa lembrou mais uma vez, em razão do intervalo, que a primeira deliberação deve decidir se vamos ou não abrir a discussão sobre Carreira nesse momento. Se negativa passaremos a revisar os TRs por esta deliberação. Se positiva teremos que definir o limite da discussão (transposição, se vai ser uma discussão mais ampla, pontos que serão indicados, quando e como estaremos criando condições para esta discussão). Feitas as explicações a mesa colocou em votação se estaremos ou não reabrindo a discussão da Carreira nesse momento. Com alguns votos contrários e algumas abstenções **o plenário decidiu que não estaríamos abrindo a discussão da Carreira nesse momento.** Frente a este posicionamento, passamos a analisar os TRs à luz desta decisão do plenário. As propostas construídas no plenário por Maria Odete e Sanglard, durante o processo de discussão, foram superadas. **TR 10.1** – O TR, frente à deliberação preliminar sobre o Tema Carreira foi **superada**. O **TR 50, item 2** (texto 50 do caderno anexo) – O subitem 2.1, com alguns votos contrários e algumas abstenções foi aprovado na sua forma original. Os subitens 2.2 e 2.3 foram aprovados, com alguns votos contrários e algumas abstenções, nas suas formas originais. Por proposta do grupo 1, foi aprovado, com alguns votos contrários e algumas abstenções, o acréscimo de 1 subitem. A redação final do **TR 50, item 2** ficou da seguinte forma: **2 - Lutar pela implantação da Proposta do ANDES-SN para Carreira Única, acompanhada de Plano Nacional de Capacitação Docente** - 2.1 - Reafirmar a Proposta do ANDES-SN para Carreira Única, evitando qualquer processo de revisão; 2.2 - Encaminhar ações que mobilizem a categoria docente em defesa da implantação da proposta de Carreira Única; 2.3 - Realizar Campanha pela implementação da Proposta do ANDES-SN para a Carreira Única, estudando a viabilidade, enquanto uma das peças da Campanha, da proposta de uma Cartilha Nacional; 2.4 - Lutar por dotação orçamentária para viabilizar, através da CAPES, bolsas PIC DT para todos os docentes e técnico-administrativos afastados para pós-graduação strictu-senso. **TR 49** – Colocado em votação este **TR foi rejeitado** com alguns votos contrários e algumas abstenções. **TR 51** – Em função de deliberações já tomadas, o plenário entendeu que este **TR estava prejudicado** (no que diz respeito ao que estava em discussão: CONTRIBUIÇÃO DA SEÇÃO FACED/APUB - MODIFICAÇÃO NO TEXTO RESOLUÇÃO PROPOSTA PELA ASSEMBLÉIA DA APUB, REALIZADA NO DIA 25.01.2001: 1 – Retirar o item 4; 2 – Incluir como item 4 a seguinte proposta de resolução: Caso o governo federal insista na nova modalidade de emprego público, com celetização e conseqüente precarização das relações de trabalho dos docentes das instituições federais de ensino superior, IFES, o ANDES-SN radicalizará a sua posição de defesa da universidade pública, reivindicando e pugnando pela Carreira Típica de Estado para os docentes do sistema federal de ensino superior.). **Substituição de Delegados** – Às 16 hora e 5 minutos a mesa informou substituição de delegados da ADUFF, Jorge Nassim Vieira Najjar por Gelta Terezinha Ramos Xavier. **TR 5.1, item 3** – As contribuições dos grupos 1, 4, 5, 6, 7, 8 e 11 foram consideradas prejudicadas pelo plenário. Diante disso, o **TR, referente ao item 3 foi aprovado**, com alguns votos contrários e algumas abstenções, **na sua forma original, transcrita a seguir:** Face à natureza da Reforma do Estado, às orientações neoliberais que a configuram, e, em particular, à política educacional implementada pelo governo FHC, o 20º Congresso do ANDES SN delibera: **3) Defender metas referentes à Educação Superior expressas no PNE: proposta da sociedade brasileira** quanto a expansão, qualidade social do ensino, avaliação, autonomia, combatendo, articulada e unificadamente, as medidas definidas nos projetos do governo, como o são: a) - a superexploração do trabalho docente através de mecanismos de produtividade (GED e GID, no âmbito federal, e seus equivalentes, com outras nomenclaturas, nas esferas estadual e municipal); b) - a perda de direitos com a possível implantação do “emprego público”. **TR 11.1** – Após

discussões foi **aprovada**, com alguns votos contrários e algumas abstenções, a **proposta substitutiva** do grupo 1, ficando o TR com a **seguinte redação**: Que a Diretoria do ANDES-SN realize um Seminário Nacional para discussão e aprofundamento das questões relacionadas aos docentes de 1º e 2º graus. **TR 45** – Ao colocar em apreciação este TR, a mesa foi interpelada se o mesmo não estaria prejudicado em função da deliberação, já tomada, da não “abertura da Carreira” naquele momento. O presidente da mesa respondeu que não entendia assim, mas que iria submeter ao plenário o entendimento. Com alguns votos contrários e algumas abstenções entendeu-se que o TR não estava superado. Com esse entendimento foi colocado em votação, sendo **rejeitado**, com alguns votos contrários e algumas abstenções. **TR 47** – A Plenária acatou a proposta dos grupos 1, 2, 4, 6, 7, 8, e 9 e **rejeitou o TR** com alguns votos contrários e algumas abstenções. **Substituição de delegados** – A mesa comunicou a substituição de delegados: da ADUFPB/JP Wojeich Andrey Kuleska por Rosa de Lourdes Albuquerque C. dos Santos e da ADUFMAT, Adenil Costa Claro em substituição a Vadir Bertúlio. Neste momento foram solicitadas a discussão e votação imediata de três assuntos por estes exigirem quorum qualificado. São eles: **TR 33.1, TR 31.1 e dos Artigos 70, 71 e 72 do Estatuto do ANDES-SN. TR 33.1 - Artigo 70 do Estatuto do ANDES-SN** - Em consonância com o disposto no Art. 70 do Estatuto do ANDES-SN, fica prorrogado até o 21º Congresso o processo de transformação das Associações de Docentes em Seções Sindicais do ANDES-SN. **Parágrafo único.** As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o 21º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI). submetido à discussão e **votação** foi aprovado com 180 votos favoráveis, nenhum voto contra e 2 abstenções. **Artigo 71 do Estatuto do ANDES-SN** - Em consonância com o disposto no Art. 71 do Estatuto do ANDES-SN, fica prorrogada até o 21º Congresso a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES-SN desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21. **Votação:** 180 votos favoráveis, nenhum voto contra e 2 abstenções. **Artigo 72 do Estatuto do ANDES-SN** - O 20º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 21º Congresso como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados do ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente.² 180 votos favoráveis, nenhum contra e 1 abstenção. **TR 31.1** – Este TR submetido à discussão e votação foi **aprovado** com 166 votos a favor, nenhum contra e 2 abstenções. O plenário homologou o parecer da Diretoria do ANDES-SN favorável à criação da Seção Sindical dos Professores da Universidade do Estado de Santa Catarina – APRUDESC, com as observações nele contidas conforme Caderno de Textos do 20º Congresso. O plenário referendou ato da Diretoria do ANDES-SN que manifestou-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Pará – SINDUEPA, ad referendum do 20º Congresso, de acordo com o Artigo 45, §2º do Estatuto do ANDES-SN. Foi solicitado à mesa, pelo delegado Gil Vicente, da ADUFSCar-Ssind, a inscrição para a fala. Este delegado informou ao plenário. em nome da ANDES-Sind, que ele e seus companheiros não tinham mais condições políticas de continuar discutindo as matérias nesse Congresso e, que, por esse motivo, juntamente eles estavam deixando o plenário. Após o comunicado, eles deixam o plenário. Em seguida foi concedida a palavra ao Presidente do ANDES que fez um pronunciamento no sentido de que “é

² Artigo acrescido pelo 19º (Juiz de Fora) Congresso da ANDES-SN estabelecendo o prazo para o 20º Congresso.

sintomático a atitude dos companheiros”. “Sempre que se vai discutir o plano de lutas, eles se ausentam, demonstrando o descompromisso que têm com o sindicato e com os sindicalizados”. **O Texto consolidado – Eixos de luta item 3**, com seus subitens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 foram considerados, pela plenária, **superados** (os 3 primeiros) e **prejudicado** (o último sub-item). **TR 5.1, item 5, letra E** – Este TR foi **aprovado com modificação na letra e**, proposição do grupo 1, com algumas abstenções e nenhum voto contrário. A redação final ficou da seguinte forma: 5) Participar e articular as lutas em defesa da Educação Pública, gratuita e socialmente referenciada, e da Ciência e Tecnologia, especificamente no campo da pesquisa e da pós-graduação, defendendo intransigentemente: e) os direitos adquiridos referentes ao trabalho docente, respeitado, nesse caso, o que decidiu o STR na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 1620/DF, em 1997, ao interpretar o Art. 206, V, da Constituição Federal, bem como, combatendo formas de transição de regimes (RJU para CLT) que objetivam retirar e restringir tais direitos. **TR 5.1, item 11** – Com algumas abstenções e nenhum voto contrário o TR foi **aprovado nesse item com a substituição** proposta pelo grupo 6. Sua **redação final ficou da seguinte forma**: Posicionar-se contra o programa ESTÁGIO DE DOCÊNCIA imposto pela CAPES e lutar contra a atuação, compulsória ou voluntária, de alunos de pós-graduação nas atividades de docência dos cursos de graduação das IES onde estudam. Com este TR acabou-se a discussão do tema Carreira. Em seguida, às 17 horas e 35 minutos, houve a substituição da Mesa Coordenadora e, eu, Mario Luiz Alves lavrei a presente ata. Rio de Janeiro, RJ, 20 de fevereiro do ano de 2001.

Prof. Mário Luiz Alves
2º Secretário

Fernando Molinos Pires Filho
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II – POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e um, no Campus da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ), foi instalada a Plenária do Tema II do 20º Congresso da ANDES-SN – PLANO DE LUTAS GERAIS . A Mesa Coordenadora dos trabalhos foi composta *por* José Vitório Zago, Presidente; Vera Lúcia Jacob Chaves, Vice-Presidente; Maria Elisabete Barbosa de Almeida, primeira secretária e Cláudio Lopes Maia, segundo secretário. O Secretário Geral, Edmundo Fernandes Dias, comunicou o lançamento do número 23 da revista Universidade e Sociedade, cujo tema central é “Políticas públicas e Acumulação Capitalista”, e que conta ainda com entrevista de Cristina Morais, sindicalizada da ADURN e ex-presidente do sindicato e reportagens fotográficas sobre a história do sindicato desde sua fundação e sobre a greve das paulistas do ano passado. José Henrique Sanglard, presidente da ADUFRJ, pediu respostas ao questionário da pesquisa sobre a adaptação à LDB distribuído pela ADUFRJ. Solange Calcagno, da secretaria regional Norte, lembrou a responsabilidade da presença dos delegados nos trabalhos do congresso. Antônio de Pádua Rodrigues, encarregado de assuntos jurídicos e vice-presidente da Regional Nordeste I, informa que a Justiça federal negou o mandado de segurança impetrado pelo ANDES-SN contra cobrança de imposto de renda em fevereiro, que incidiria sobre dois salários devido à mudança de data de pagamento. O mandado será contudo submetido a agravo de instrumento e Pádua recomenda que as seções sindicais entrem com mandados de segurança nos estados. As seções sindicais foram informadas e lhes foi enviada cópia do processo. A discussão foi aberta pelo presidente da mesa que apresentou ao plenário o Texto de resolução 8.3. O assunto já havia sido discutido no Tema I. Em seguida foi votado o TR 24.1, apresentado pelos sindicalizados da ADURN Manuel Claudemir Silva Caldas e Luiz Guilherme Meira de Souza. O texto foi aprovado (sem prejuízo de modificações) por ampla maioria e com abstenções. Foi votada a substituição do caput *do texto por* “O 20º Congresso do ANDES-SN *delibera por:*” A substituição foi aprovada por ampla maioria de votos dos delegados presentes com poucas abstenções. As substituições propostas pelos Grupos Mistos G4 e G8 já tinham sido discutidas e aprovadas no Tema I e não foram apreciadas. Os acréscimos ao TR 24.1, propostos pelos G1 e G2, foram aprovados por maioria de votos e poucas abstenções. O Grupo Misto G1 propôs acrescentar: “*Que este levantamento envolva os três segmentos na medida do possível, buscando a mobilização dos docentes com sua participação efetiva nas unidades.*” O acréscimo foi aprovado por maioria de votos. A inclusão no item 1 de “*entre outros, como a prestação de serviços*” depois de “*complementações salariais*” ao TR 24.1, proposta pelo G6, foi aprovada por ampla maioria de votos e poucas abstenções. A proposta do G4 de incluir no item 2a “e debater” depois de “divulgar” foi aprovada por maioria de votos com abstenções. A proposta do G4 de substituir no item 2b “em Encontro nacional...” por “além de definir localmente formas de luta contra tais práticas e constituir, com os demais segmentos, comitês em defesa da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada” foi aprovada por maioria de votos com *poucas* abstenções. Em seguida passou-se a apreciar o texto de resolução número 48. Foi votado o texto original do item 1 “*Lutar contra a estrutura autocrática dominante no país aprofundada pelo governo FHC, apoiada por setores do Legislativo e do Judiciário e pelos interesses do capital nacional e internacional, visando à construção da democracia de massa*” contra a modificação proposta pelo G7: “*Lutar contra a estrutura autoritária dominante no país aprofundada pelo governo FHC e seus aliados nos estados e municípios, com anuência de setores do legislativo e do judiciário que atendem aos interesses do grande capital conforme preconizam o FMI, o Banco Mundial e outros organismos internacionais.*” A modificação foi rejeitada por maioria de votos com abstenções. A

supressão de *“nacional e internacional”* no item 1 foi proposta pelo G4. A supressão foi rejeitada por maioria de votos com abstenções. O G5 propôs a substituição de *“autocrática”* por *“autoritária”*. A redação original foi mantida por maioria de votos com poucas abstenções. Ao texto original do item 2, foi proposto pelo G3 acrescentar *“de qualidade e socialmente referenciada”* depois de *“Universidade pública brasileira”*. O acréscimo foi aprovado por ampla maioria de votos e com poucas abstenções. A manutenção do texto original do item 3 foi proposta pelos sindicalizados da APES-JF. O texto original foi mantido por maioria de votos com abstenções. O G10 propôs a supressão de: *“que apontem para a construção da sociedade socialista”* no item 5. A proposta foi rejeitada por maioria de votos e poucas abstenções e a redação original foi mantida. Regina Célia de Souza Pugliese, da ADUFRJ, solicita a substituição do delegado Clóvis de Figueiredo Neves Filho pelo observador suplente Antonio Carlos Moraes, que foi efetivado como delegado. O G4 propôs o acréscimo de novo item ao TR48: *“Trabalhar, construindo a articulação com as entidades da comunidade científica, na defesa de políticas de ciência e tecnologia que evitem o desmonte da capacidade produtiva atual do país nesta área, bem como possibilitem a pesquisa que promova o conhecimento autônomo”*. O novo item foi aprovado sem votos contrários e com poucas abstenções. O G7 propôs o acréscimo de novo item, cujo subitem tinha a seguinte redação: *“Lutar para a construção de conduções políticas necessárias para promover uma interlocução com as demais entidades populares do país (do campo e da cidade), no sentido de avançar na construção de uma pauta nacional, tendo como ponto de partida a defesa da Amazônia (contra todas as implicações que sua “entrega” acarretará, na soberania nacional, na identidade de seus povos, no problema ambiental, na questão do plano Colômbia, no campo energético, mineral, militar, etc.) Uma proposta como esta é passível de promover a construção de um largo espectro de forças políticas, cujos limites se dariam no âmbito de uma agenda política anti-imperialista, anti-monopolista e anti-latifundiário.”* A substituição por *“Lutar para a construção de conduções políticas necessárias para promover uma interlocução com as demais entidades populares do país (do campo e da cidade), no sentido de avançar na construção de uma pauta nacional em defesa da Amazônia e de sua biodiversidade e da soberania nacional”* foi aprovada por unanimidade. Para o novo subitem b: *“Assumir a Luta pela Auditoria da Dívida Externa, integrando-se à Comissão Nacional; e do Fórum Social Mundial, organizando e participando dos Comitês Locais”*, proposto pelo G8, foi proposto seu desdobramento em duas partes para a votação; encaminhamento aprovado por maioria de votos. A primeira parte, *“Assumir a Luta pela Auditoria da Dívida Externa, integrando-se à Comissão Nacional”* foi rejeitada por ampla maioria de votos e poucas abstenções. A segunda parte, *“Participar do Fórum Social Mundial, organizando e participando dos Comitês Locais”* foi aprovada por maioria de votos com abstenções e foi encaminhada para outro ponto, por não ser um eixo de luta.. Foi proposta por Pedro Ferreira Filho, da ADUFSCAR, a alteração da ordem dos trabalhos para a votação de alteração estatutária proposta pela diretoria do sindicato: **TÍTULO VII – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Artigo 72. O 20º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional estabelece o XXI Congresso como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados do ANDES-Sindicato Nacional no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente”**. A alteração da ordem dos trabalhos foi aprovada por maioria de votos. A alteração estatutária foi votada e aprovada por 188 (cento e oitenta e oito) votos favoráveis, nenhum contra e 4 (quatro) abstenções. A proposta de nova alteração da ordem dos trabalhos para votar outra alteração estatutária que permitisse a reorganização da Secretaria Regional Norte, apresentada por Solange Calcagno, da Regional Norte, foi rejeitada por maioria de votos com abstenções. Em seguida voltou-se a apreciação do TR 48, que foi votado in totum com as modificações já aprovadas. O texto foi aprovado por maioria com abstenções. Passou-se à votação do TR 51, proposta da APUB (FACED). O texto proposto foi rejeitado por ampla maioria de votos com abstenções. Passou-se então à apreciação do TR 50, proposto por sindicalizados

da ADURN. O G1 propôs retirar do subitem 1.1.c a palavra “identidade”, o que foi aprovado por maioria de votos com abstenções. O G9 propôs o acréscimo do sub-item 1.1.f: “de acordo com o já aprovado pelo MD, a saber: - recursos de pessoal para pagamento de docentes e funcionários das IFES, dentro do RJU; - recursos de OCC correspondentes a, no mínimo, 25% da dotação de pessoal.” O acréscimo foi aprovado por maioria de votos com poucas abstenções. Foi proposta pelo G9 a substituição do item 1.2. por: “preencher, por concurso público, pelo RJU, todas as vagas existentes e, na seqüência, ampliar o número de vagas.” A substituição foi aprovada por ampla maioria com poucas abstenções. A manutenção da redação original do item 1.3, “Lutar pela extinção de todas as formas de precarização do trabalho docente tais como: professores substitutos, voluntários, estágio docente de bolsistas, celetistas, convênios com fundações para a contratação de professores, etc” foi votada contra a modificação proposta pelo G1: acrescentar após “trabalho docente”: “...em lugar da contratação de efetivos...” . O texto original foi mantido por maioria de votos com poucas abstenções. O G8 propôs ao item 1.5 o acréscimo de “Combater quaisquer formas de tratamento diferenciado e discriminatório a segmentos da categoria docente, como por exemplo, a professores de 1º e 2º grau e a professores aposentados”. O acréscimo foi aprovado por maioria de votos com poucas abstenções. O G6 propôs a supressão do item 1.9: “Realizar campanha publicitária contra o Emprego Público”. A supressão do item 1.9 foi aprovada por maioria de votos com poucas abstenções. No item 3.1, o G9 propôs a supressão de “com ênfase no reajuste salarial linear (75,48% pelo ICV do DIEESE, até dezembro de 2000)” . A proposta foi rejeitada por maioria de votos com abstenções. Para o item 4.1, foi proposta pelo G8 a nova redação:” Fortalecer a nossa organização sindical, reafirmando seus princípios, seu caráter nacional, classista, autônomo e articulado com as demais organizações populares e democráticas, combatendo as posturas e ações do governo de FHC contra a organização sindical em geral e, em especial, aquelas que põem em risco o ANDES-SN”. A proposta foi aprovada por maioria de votos com poucas abstenções. Passou-se à apreciação de textos da proposta de consolidação dos eixos de luta feita pela diretoria com correspondentes no TR 50. Ao item 2, foi proposto pelo G10 o acréscimo de “da proposta” depois de “implantação”. O acréscimo foi aprovado por maioria de votos com muito poucas abstenções. Ao item 2.1.b, foi proposto o acréscimo de “das Escolas e “ depois de “manutenção”. O acréscimo foi aprovado por maioria de votos com abstenções. O G5 propôs que no item 2.1.d se substitua “a manutenção e todos” por “a manutenção de todos”. A substituição foi aprovada por maioria de votos com abstenções. O G-5 propôs o item 2.4.d: “tomar a Carreira Única do ANDES-SN como uma das bandeiras centrais da greve docente.” A proposta foi rejeitada por maioria de votos com abstenções. O G11 propôs para o item 2.6 a nova redação: “lutar para garantir a isonomia constitucional entre professores em atividade, aposentados e pensionistas, garantindo que os recursos para pagamento dos docentes aposentados e pensionistas sejam mantidos na folha das IFES, sem comprometimento da rubrica manutenção e desenvolvimento do ensino”. A proposta foi aprovada por maioria de votos com muito poucas abstenções. O G10 propôs incluir no item 2.8 “projeto de lei de” antes de “emprego público”. No Texto de Consolidação da Diretoria é proposta a criação do item 2.10: “Realizar amplo movimento pela imediata abertura de concurso público no RJU”. A proposta foi aprovada por maioria de votos com poucas abstenções. Passou-se a votar a manutenção dos itens a e b do TR 50.2.: “a) Encaminha firme luta contra a política de gratificação de desempenho expressa pela GID/GED; b) Propõe manifestação no MEC em favor da carreira única do Andes-SN e pela imediata abertura de concurso público no RJU, como parte das atividades da Marcha sobre Brasília em Defesa do Serviço Público, 5 de abril”: A manutenção foi aprovada por ampla maioria com abstenções. Com as modificações aprovadas, o TR 50 in totum foi votado e aprovado por ampla maioria de votos com poucas abstenções. Da proposta de consolidação de textos de resolução da diretoria foi proposta a manutenção do item

1.1 da Pauta econômica: “Lutar pelo reajuste salarial, nos termos propostos pelo conjunto dos Servidores Públicos Federais e pela incorporação imediata da GAE aos salários básicos, proventos e pensões, pelo seu valor mais alto”. O item foi mantido por maioria de votos. Na parte B – estratégias de ação, item b de I – Greve da Educação: “realizar rodada nacional de Acs, deve analisar a possibilidade de que, caso o movimento unificado da educação não seja viável, a categoria venha a discutir a greve específica dos docentes”. Foi proposta pelo G1 a substituição de “realizar” por “propor”. A substituição foi aprovada por maioria de votos com abstenções. No item b de II – Greve dos SPFs, “intensificar a mobilização com a perspectiva de retomada da Greve Nacional dos SPFs, com indicativo de que essa construção se efetive em prazo não muito dilatado o suficiente para atender à gravidade e urgência de uma resposta por parte dos servidores, ao mesmo tempo que garanta a diversidade de organização de luta das categorias, em estágios diferenciados de mobilização, tendo como horizonte a primeira quinzena de maio”, foi votada a supressão da palavra “retomada” contra sua manutenção, proposta pela diretoria. A “retomada” foi mantida por ampla maioria de votos com poucas abstenções. O G5 propôs acrescentar item d ao TR 50: “d) tomar a Carreira Única do ANDES-SN como uma das bandeiras centrais da greve docente”. A proposta foi rejeitada por maioria de votos com poucas abstenções. O G4 encaminhou a proposta da ADFCAP-SSIND: “Que o 20º Congresso da ANDES-SN aprove um encaminhamento de confronto do movimento docente contra o governo FHC, baseado na pauta protocolizada no MEC no ano passado, como alternativa, caso a campanha conjunta com os SPFs não se concretize ou venha a se arrefecer durante um possível movimento solidário”. A proposta foi rejeitada com abstenções. A proposta de texto Consolidado para o Eixo de lutas, com as modificações aprovadas foi votada in totum e aprovada por ampla maioria de votos, com apenas três votos contra e duas abstenções. Passou-se à apreciação do Plano de lutas das IEES – TR 25 proposto pela diretoria. A redação do item 6 “Lutar pelo não pagamento da dívida pública dos estados e municípios, como parte da estratégia de luta pelo não pagamento da dívida externa e interna. Nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, debater com a população em tribunais públicos, em fóruns municipais, nos bairros, as prioridades de aplicação desses recursos na Educação, Saúde, Saneamento Básico, Habitação Popular, Reforma Agrária, Ciência e Tecnologia” foi posta em votação e foi aprovada por maioria de votos com abstenções. O G5 propôs o desdobramento do item 13 em subitens de a) a e): “13) Lutar: a) pela desprivatização e retorno ao setor público da Universidade de Tocantins (UNITINS); b) pela manutenção do vínculo do Centro Tecnológico Paula Souza com a UNESP; c) pela manutenção das FATEC do estado de São Paulo como instituições de ensino superior; d) pela implementação do Plano de Carreira, pelo vínculo empregatício com o Estado e pela gratuidade do ensino na UEMG, UEG e UNIMONTES; e) contra a tentativa do governo de Pernambuco de privatizar a UPE, sob o pretexto de conceder-lhe autonomia.” A proposta foi aprovada por maioria de votos com abstenções. Foi proposto um novo item 13 a: “Acompanhar e avaliar o processo de federalização da Universidade do Tocantins, bem como de outras iniciativas neste sentido” e aprovado por maioria de votos com abstenções. O TR 25 foi votado in totum com as modificações e foi aprovado por ampla maioria de votos com abstenções. Passou-se em seguida ao Plano de Lutas das IPES - TR 26. Foi apresentada neste momento a solicitação de substituição de Sônia Lúcio Rodrigues de Lima, da delegação da ADUFF-Ssind, pelo observador e suplente Jairo Paes Telles, que foi efetivado como delegado. O G5 propôs a substituição do item 4.1 “A Campanha Salarial 2001, com o lançamento de peças publicitárias em março de 2001, dada a diversidade de datas-base da categoria” por : “Recomenda-se ao GTCA que, em conjunto com o setor das IPES, estude o lançamento de peças publicitárias divulgando a Campanha Salarial 2001, dada a diversidade de data-base da categoria”. A nova redação foi aprovada por maioria de votos e poucas abstenções. No item 4.3.II.c, o G8 propôs substituir “10 por cento” por “5 por cento”. A substituição foi aprovada por maioria de votos. O G7 propôs

acrescentar ao item 4.3. VI uma alínea f: “assegurar a possibilidade de formação (capacitação docente) sem perder a remuneração durante a capacitação”. O acréscimo foi aprovado por ampla maioria de votos com abstenções. A alínea f, proposta como acréscimo ao item 4.3. VI, “Recomenda-se ao setor das particulares que faça uma proposta para quantificar, no regime de trabalho do docente, o direito a um mínimo de horas dedicadas à pesquisa e/ou extensão “, proposta pelo G7, foi rejeitada com abstenções. O G7 propôs ainda no item 4.3. VI depois de “respectivo departamento”, incluir “ou unidade acadêmica”. O TR 26, com as modificações aprovadas, foi então votado em bloco e aprovado com abstenções. Nada mais havendo a tratar, às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, o presidente deu por encerrados os trabalhos. A presente ata é assinada pelo presidente e pelo 2º secretário da Mesa Coordenadora dos trabalhos.

Cláudio Lopes Maia
2ª Secretário

José Vitório Zago
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III – Questões Organizativas e Financeiras, do 20º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às vinte e duas horas e quinze minutos), do dia vinte de fevereiro do ano de dois mil e um, teve início a **Plenária do Tema III – Questões Organizativas e Financeiras** do 20º CONGRESSO DO ANDES SINDICATO NACIONAL, no Teatro Odilo Costa Filho, situado no interior do Campus Maracanã, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, sob a coordenação da Mesa composta pelos professores: José Domingues Godoi Filho (Presidente), Vera Lúcia Jacob Chaves (Vice-Presidente), Carlos Roberto Sanches (1º Secretário) e Valter Pires Pereira, (2º Secretário). Ao início dos trabalhos, o Presidente da mesa apresentou o Relatório Consolidado do Tema III, observando a relação dos TRs que foram incorporados, por terem sido remetidos pela Plenária do Tema I. Em seguida, passou-se à leitura dos TRs, com respectivas discussões e deliberações, conforme a seqüência dos registros desta Ata. **TR 27.1** – (Diretoria do ANDES-SN) **“O 20º Congresso aprova a prestação de contas do 41º CONAD”**. Em votação, a resolução foi **aprovada** por unanimidade. Em seguida, foram apreciadas as propostas complementares, provenientes dos Grupos Mistos: proposta complementar proveniente do **Grupo 10** [13f, 6ab] **“A tabela de prestação de contas dos CONADs e CONGRESSOS deverá conter uma quarta coluna, além das colunas normalmente existentes, contendo a totalização dos gastos efetuados (colunas 2 e 3).”** Em votação, foi **aprovada** por ampla maioria e algumas abstenções; proposta complementar proveniente do **Grupo 8** [17f, 2c, 3ab] **“Que os relatórios financeiros e prestações de contas apresentados pela Diretoria contenham, em formato claro e compreensível para os delegados do CONAD ou Congresso: A) a classificação detalhada das despesas; B) o agrupamento das despesas segundo atividades de tal modo que também seja possível uma apreciação política do emprego dos recursos do sindicato.”** Submetida à discussão, a proposta foi encaminhada à votação como **RECOMENDAÇÃO**, e assim, foi **aprovada** por ampla maioria. **TR 28.1** (Diretoria da APUBH) **“Que a diretoria do ANDES-SN se esforce para racionalizar a convocação dos Grupos de Trabalho, tanto no que diz respeito ao seu número quanto ao local de sua realização, dentro de uma política geral de controle de gastos, para garantir a possibilidade de as ADs enviarem seus representantes.”** Em votação, registraram-se apenas 2 (dois) votos favoráveis à resolução, que foi **rejeitada** por ampla maioria, além de algumas abstenções; em consequência, os textos substitutivos provenientes dos Grupos 1 e 4 (um e quatro) foram considerados superados; bem como a proposta de **RECOMENDAÇÃO** proveniente do Grupo 8 (oito). Ainda em relação às questões organizativas discutidas no âmbito do TR 28.1, foram apreciadas as propostas complementares provenientes do **Grupo 10**, nos termos em que se seguem: **Recomendação 01** [15f, 6c, 1ab] **“Que nos eventos nacionais (CONADs e CONGRESSOS), seja aberto um espaço (algo em torno de 02 horas) para que os diversos GTs apresentem, em caráter informativo, oralmente e por escrito, um relatório de suas atividades e as principais discussões e polêmicas, ocorridas durante o período desde o último evento.”** Submetida à votação, a recomendação foi **aprovada** por ampla maioria, com algumas abstenções; **Recomendação 02** [12f, 8c, 2ab]: **“A Diretoria deverá elaborar um balanço crítico do Plano de Lutas do período anterior (Plano de Lutas aprovado no último Congresso). Ele deve ser um texto de apoio e deverá fazer parte obrigatória da Seção “Movimento Docente e Conjuntura”. Para tanto, a Diretoria deverá solicitar a cada AD-Seção Sindical este balanço do Plano de Lutas.”** Submetida à votação, a recomendação foi **aprovada** por ampla maioria, com algumas abstenções. Ainda em relação às questões organizativas, o Professor José Miguel (ADUFRJ-Ssind) encaminhou à Mesa uma proposta complementar de **Recomendação: “O 20º Congresso RECOMENDA à Diretoria que elabore um texto de apoio para o próximo CONAD que contenha uma consolidação das**

resoluções dos CONGRESSOS e CONADs, organizando-as em eixos e planos de lutas, princípios, posicionamentos etc., indicando quais, a seu juízo, permanecem em vigor, quais as que estão superadas e quais as que precisam ser atualizadas. Para a elaboração do texto, a Diretoria deverá contar com o apoio dos grupos de trabalho e das seções sindicais do ANDES-SN.” Submetida à votação, a recomendação foi **aprovada** por ampla maioria, com algumas abstenções. Dando prosseguimento aos trabalhos, exatamente às 23:52 h (vinte e três horas e cinquenta e dois minutos), o Presidente da Mesa colocou em votação a **prorrogação do 20º CONGRESSO** para o dia 21 (vinte e um) de fevereiro, que foi **aprovada**, registrando-se apenas 2 (duas) abstenções. **TR 30.1** (da ADUCSAL-SSind). Preliminarmente, a Mesa coordenadora dos trabalhos acolheu o seguinte encaminhamento: submeter à votação o texto básico, sem prejuízo das modificações, o que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, passou-se à apreciação dos destaques. O primeiro destaque propôs a supressão do primeiro item do TR 30.1 - **“1 - Encaminhar à CUT a proposta de criação de um Fundo de Solidariedade Sindical Cutista.”** Em votação, foi **aprovada a supressão**, por ampla maioria, registrando-se 1 (um) voto contrário e 3 (três) abstenções. Em seguida, a Mesa submeteu à apreciação do plenário o texto básico do TR 30.1, que passou a conter o seguinte teor: **“1) manter o Fundo de Solidariedade Sindical do ANDES-SN com a contribuição no valor de 1% da arrecadação mensal das Ssinds repassada em conta específica até o dia 15 de cada mês. A administração da referida conta é de responsabilidade da Diretoria. A prestação de contas deverá ser apresentada no CONADs; 2) ampliar a concepção de solidariedade sindical para diretores da Direção Nacional e das Seções Sindicais demitidos arbitrariamente ou sem justa causa, e/ou impedidos de exercer o mandato sindical por normatização dos poderes públicos (RJU e/ou Estatutos do Magistério Estaduais), assim como regulamentações advindas de órgãos reguladores da iniciativa privada (Conselhos de Entidades Mantenedoras, e/ou CONSUs de IPES); 3) manter o direito à periodicidade da estabilidade sindical e o valor de pagamento que deverá ser igual ao salário percebido, compreendendo ser este valor, liberação para a atividade sindical, em horas equivalentes ao tempo de dedicação acadêmica; 4) na hipótese de ações judiciais movidas pelo ANDES-SN serem perdidas, fica o dirigente liberado do reembolso ao Fundo, em situações contrárias, segundo o mesmo índice, com o qual for reembolsado judicialmente e quando o for, o dirigente devolverá os recursos ao Sindicato; 5) em caso de o dirigente sindical conseguir outro emprego com igual salário ou maior que o anterior, terá suspensa, após a inclusão em folha de pagamento, a contribuição originada do Fundo de Solidariedade Sindical. No caso de salário menor, o Fundo complementarizará até o patamar do salário anterior; 6) fica o dirigente obrigado a restituir os valores decorrentes do interstício, que venha a ocorrer, entre sua admissão e o recebimento do 1º salário; 7) esse regimento altera o aprovado no XVI Congresso do ANDES-SN, João Pessoa/1997, entrando em vigor a partir de março de 2001.”** Em seguida, o texto básico do TR 30.1 foi submetido à discussão, incluindo as proposições complementares provenientes dos Grupos Mistos, que contribuíram para a apresentação de um texto substitutivo consolidado, contendo as resoluções aprovadas no Congresso de João Pessoa, as proposições do TR 30.1 e as proposições complementares provenientes dos Grupos 10 e 11 (dez e onze), o que foi encaminhado à Mesa pelo Professor José Miguel (ADUFRJ-Ssind), contendo a seguinte redação: **“O 20º Congresso do ANDES-SN aprova reativar o Fundo de Solidariedade, aprovado no 16º Congresso (João Pessoa), observando o seguinte regimento, devendo sua prorrogação ser apreciada no 21º Congresso: PARTE A - Sobre a vigência do fundo e forma de pagamento – 1) a contribuição extra de 1% (um por cento) da arrecadação mensal das seções sindicais e a contribuição do caixa nacional abrangerão o período de 1 (um) ano, compreendendo os meses de março de 2001 a fevereiro de 2002; 2) a contribuição mensal de 1% das seções não incidirá sobre a contribuição mensal do sindicalizado para o ANDES-SN e da seção sindical para a CUT; 3) a**

contribuição mensal de 1% do caixa nacional não incidirá sobre a contribuição mensal à CUT; 4) A contribuição mensal será efetuada em conta específica do ANDES-SN até o dia 15 de cada mês; 5) o Fundo será administrado pela Diretoria do ANDES-SN, devendo a prestação de contas ocorrer nos CONADs. – PARTE B – Sobre critérios de utilização – 1) O Fundo será destinado ao atendimento de diretor sindical da diretoria nacional e das seções sindicais, demitido arbitrariamente ou sem justa causa [e/ou impedido de exercer o mandato sindical por normatização dos poderes públicos (RJU e/ou Estatutos do Magistério Estaduais), assim como regulamentações advindas de órgãos reguladores da iniciativa privada(Conselhos de Entidades Mantenedoras e/ou Conselhos Universitários de IPES)]² .[Em caráter excepcional, o uso do Fundo de Solidariedade em benefício de outros companheiros demitidos por motivos político-sindicais, que não sejam dirigentes sindicais, poderá ser aprovado pelo CONAD ou CONGRESSO; 2) O dirigente sindical terá direito ao fundo durante a estabilidade sindical, de valor igual ao salário percebido à época da demissão, compreendendo ser esse valor liberação para a atividade sindical em horas equivalentes ao tempo de dedicação acadêmica; 3) No caso de ação judicial pleiteando o pagamento dos salários não recebidos: a) caso o sindicato perca a ação judicial, o dirigente não reembolsará o Fundo; b) caso o sindicato ganhe a ação, o dirigente reembolsará o Fundo, segundo o mesmo índice com o qual for reembolsado judicialmente e quando o for; 4) Em caso de o dirigente sindical conseguir outro emprego com igual salário ou maior que o anterior, terá suspensão , após inclusão em folha de pagamento, a contribuição originada do FSS. No caso de salário menor, o Fundo complementar até o patamar do salário anterior, enquanto durar o seu mandato; 5) Fica o dirigente obrigado a restituir os valores decorrentes do interstício, entre sua admissão e o recebimento do primeiro salário; 6) O Fundo será distribuído até o limite de seu caixa. Caso seja insuficiente para atender a todos os casos, isso será feito mantendo-se a proporcionalidade segundo o salário do dirigente sindical demitido; 7) Não haverá retroatividade na administração do Fundo de Solidariedade, sendo que o dirigente sindical já demitido por ocasião da constituição do fundo integralizará o período de estabilidade por mandato classista; 8) É remetida para o 21º CONGRESSO a deliberação sobre a forma de recomposição do Fundo de Solidariedade; 9) Este regimento passa a vigorar a partir de março de 2001.” Submetida à votação, a RESOLUÇÃO foi aprovada por ampla maioria, registrando-se algumas abstenções. Em seguida, passou-se à apreciação do TR 31.1 – (Diretoria do ANDES-SN) – “Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, a Diretria apresenta ao 20º Congresso os pareceres favoráveis à homologação da criação das Seções Sindicais do ANDES-SN, conforme pareceres enviados às referidas Seções Sindicais. PARECER 1 - Em consonância com os dispositivos estatutários do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições Públicas de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria do ANDES-SN manifesta-se favorável à criação da Seção Sindical dos Professores da Universidade do Estado de Santa Catarina – APRUDESC. Deverá ser incluído no corpo do Regimento determinação pela qual o processo de exclusão de qualquer sindicalizado deverá ser obrigatoriamente ponto de pauta da Assembléia que tratar do assunto. No sentido de garantir o amplo direito de defesa ao sindicalizado, não poderá ser feita a inclusão desse ponto de pauta após a convocação. O 20º Congresso homologa o Regimento citado, mas seus efeitos só passarão a ter uso legal após as referidas modificações regimentais. Brasília, 10 de janeiro de 2001. Prof. Edmundo Fernandes Dias. Secretário Geral. PARECER 2 - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - manifesta-se favorável à homologação da constituição da

Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Pará - SINDUEPA, ad referendum do 20º Congresso, de acordo com o Artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 12 de janeiro de 2001. Prof. Edmundo Fernandes Dias. Secretário Geral. PARECER 3 - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo - SS-ADUNIFESP, ad referendum do 20º Congresso, de acordo com o Artigo 45, § 2º do Estatuto da ANDES-SN. Brasília, 12 de janeiro de 2001. Prof. Edmundo Fernandes Dias. Secretário Geral. PARECER 4 – Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 20º Congresso do ANDES-SN homologa as alterações feitas no Regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia - ADUFU Seção Sindical, aprovada ad referendum pelo 40º CONAD. Brasília, 20 de fevereiro de 2001. Prof. Edmundo Fernandes Dias. Secretário Geral” Em votação, a RESOLUÇÃO e respectivos PARECERES foram **aprovados** por unanimidade. Em seguida, a Mesa coordenadora dos trabalhos informou ao plenário que o TR-33.1, da Diretoria do ANDES-SN (*Em consonância com o disposto no Art. 70 do Estatuto do ANDES-SN, fica prorrogado até o 21º Congresso o processo de transformação das Associações de Docentes em Seções Sindicais do ANDES-SN.*) já estava superado, por ter sido votado na Plenária do Tema II. Passou-se, então, à apreciação do **TR 34.1** (Diretoria do ANDES-SN) **“O 21º Congresso do ANDES-SN será realizado na cidade de Rio Grande-RS, sob a organização da APROFURG - Seção Sindical do ANDES-SN.”** Em votação, a resolução foi **aprovada** por unanimidade. Em seguida, a Mesa concedeu a palavra ao Professor Manuel Luís Martins da Cruz, da APROFURG, que dirigiu mensagem de agradecimento ao plenário e votos de pleno êxito do ANDES-SN, no ano 2001 e no próximo Congresso a se realizar na Cidade de Rio Grande. Ainda em relação ao TR 34.1, passou-se à OBSERVAÇÃO proveniente do Grupo 5 – *“Proposta da ADUFSC remetida à Plenária: A.) viabilizar, na abertura dos Congressos, espaços para manifestações diversas (culturais, científicas etc), assim como seminários de temas prementes; B.) organizar, no interior do Sindicato Nacional, uma assessoria parlamentar permanente.”* Submetida à votação, a proposta foi **rejeitada** pela totalidade dos votantes, com algumas abstenções. Na seqüência, passou-se às considerações concernentes ao **TR 35.1** (Diretoria do ANDES-SN) **“O 20º Congresso aprova as alterações de artigos e/ou parágrafos e incisos do Estatuto do ANDES-SN.”** A Mesa coordenadora dos trabalhos apresentou ao plenário as condições preliminares a serem observadas para a reforma estatutária, especialmente quanto ao quorum qualificado exigido para a aprovação, nas votações necessárias; considerando ainda que o TR-33.1 bem como os efeitos dos Artigos 71 e 72 dos Estatutos do ANDES-SN já tinham sido objeto de deliberação pela Plenária do Tema II, que prorrogou sua vigência até 21º Congresso, a Mesa coordenadora dos trabalhos propôs que a matéria contida no TR 35.1 seja remetida para apreciação e deliberação no próximo Congresso do ANDES-SN. Submetida à votação, foi **aprovado**, por unanimidade, remeter para o 21º Congresso as matérias que requeiram quorum qualificado. Em seguida, a Mesa concedeu a palavra à Professora Solange Bretas (ADUFU-Ssind.), que, em relação à reforma estatutária, apresentou à apreciação do plenário a seguinte **RECOMENDAÇÃO: “Que o GT-Verbas pautе a discussão sobre o cronograma de apresentação de previsão orçamentária de receitas e despesas, conforme aprovado na 17º Congresso(Porto Alegre), como parte da política de Finanças do ANDES-SN.”** Submetida à votação, a recomendação foi **aprovada** por unanimidade. Prosseguindo na apreciação das matérias que requerem quorum qualificado, foram formalmente destacadas: **TR 55** (Diretoria do ANDES-SN) – **“O 20º Congresso delibera que: A.) a Secretaria Regional Norte passe a se organizar em duas Secretarias: Secretaria Regional Norte I, englobando as seções sindicais dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Roraima (quatro**

*Ssinds.) e Secretaria Regional Norte II, aglutinando as Seções Sindicais dos estados do Pará e Amapá (duas Ssinds.); B.) Essa nova organização deverá ser efetivada na próxima eleição de diretoria do ANDES-SN (ano de 2002)”. TR 28.2 (Diretoria da APUBH) “Que o 20º Congresso delibere pela redução do número de CONADs de 02 para 01 por ano, a realizar-se no início do segundo semestre e de preferência centralizado em Brasília para facilitar o deslocamento dos professores.” TR 29.1 (Diretoria da APUBH) “Que o 20º Congresso adote as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN: TÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO ANDES-SINDICATO NACIONAL - Art. 13. São instâncias do ANDES-SINDICATO NACIONAL: - I. ...; II. ...; III. ...; IV. CONSELHO FISCAL DO ANDES-SINDICATO NACIONAL; ... etc. etc ...” - submetidos à votação, os TRs 55, 28.2 e 29.1 foram formalmente remetidos para o 21º Congresso do ANDES-SN. A seguir, passou-se ao exame do **TR-52** (contribuição do Professor Jonicael Oliveira, sindicalizado da APUB), **relativa à política de comunicação do ANDES-SN**. Iniciadas as discussões, a Mesa coordenadora dos trabalhos acatou o encaminhamento de submeter à votação, separadamente, cada ponto do texto de resolução. Assim, cotejados os resultados, seguem os registros dos pontos que foram rejeitados, pela grande maioria dos votos, mesmo havendo alguns votos favoráveis e abstenções: **foram rejeitados do TR-52 Item 2) Integrar o sindicato ao movimento em defesa da radiodifusão comunitária, participando das ações promovidas pela ABRAÇO e entidades estaduais; Item -4.)- Que o ANDES-SN realize um seminário nacional, no DF, no 1º semestre de 2001, para rediscutir o projeto de política de comunicação do movimento docente; Item 5) Ampliar a participação das ADs no GTCA; formar novos GTs locais e definir um calendário de discussão sobre mecanismos de comunicação interna, atividades de arte e ações para a democratização da comunicação; Item 6) Que o sindicato, por meio do GTCA e das ADs, desenvolva estudos e ações visando à produção de programas e à participação dos docentes na gestão das rádios e TVs universitárias, bem como dos canais comunitários e universitários das TVA, via cabo; Item 8) Que o FNDC, incluído o ANDES-SN, pressione os parlamentares para a instalação do Conselho Nacional de Comunicação Social e aprovação e instalação dos Conselhos nos Estados e Municípios.** Em consequência, ficaram prejudicados para votação as seguintes contribuições, provenientes dos Grupos Mistos: **Item 2 – Grupo-7 [17f, 1ab] – proposição de nova redação; Item 4 – Grupo-4 [17f, 3ab] – alteração na redação; Item 5 – Grupo-7 [u] – proposição de nova redação; Item 6 – Grupo-4 [14f, 2ab] – proposição de nova redação; Item 6 – Grupo-6 [u] alteração na redação.** Cotejados os resultados, seguem os registros dos pontos que foram aprovados, pela grande maioria dos votos, após o cômputo de alguns votos contrários e abstenções: **foram aprovados os seguintes pontos do TR-52: Item -1) Rearticular o sindicato com as entidades nacionais e locais para que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e os Comitês Regionais sejam reativados; Item 2) (proveniente do Grupo 7) [17f, 1ab] - Rearticular o sindicato com o movimento em defesa da radiodifusão comunitária, participando efetivamente das ações promovidas pela ABRACO e entidades estaduais; Item 3) Que o GTCA estude a viabilidade de participação do sindicato na ARLIVRE, Agência do rádio livre das comunidades e na HYPERLINK <http://www.acauanfm.ufba.br> juntamente com a UNE, FASUBRA, SINASEFE, na perspectiva de uma rádio (via internet 2) das comunidades universitárias brasileiras.** Concluindo este processo de deliberações, submeteu-se ao plenário a proposta de nova redação para o Item-1, proveniente do Grupo-7 [u], formulada nos seguintes termos: “Atuar no sentido da reativação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e os Comitês Regionais.” Submetida à votação a proposta foi **rejeitada**, por ampla maioria, com algumas abstenções. Ainda em relação ao **TR-52**, foi proposto remeter o item 7 para discussões e deliberações em conjunto com o **TR 16.1**, o que foi aprovado por ampla maioria. Em seguida, passou-se à apreciação do **TR-53** (Contribuição 2 da AG da ADUFSCar-Ssind) “**O 20º***

Congresso do ANDES-SN delibera: 1) *As convocações dos eventos nacionais de caráter deliberativo do ANDES SN devem ser acompanhadas de um cronograma que estabeleça os seguintes prazos: a) Mínimo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas contribuições ao Caderno de Textos; b) Mínimo de 20 dias, contados a partir da distribuição do Caderno de Textos, para que as Seções Sindicais e AD's Seções Sindicais possam apreciar as análises e propostas apresentadas no mesmo; c.) Mínimo de 10 dias de antecedência do Congresso para publicação de Anexo, incluindo: correções e análises do Caderno de Textos original e novas propostas.* 2.) *Após a publicação do Anexo, qualquer novo texto somente poderá ser submetido à discussão no evento se aprovada sua inclusão pela Plenária de Instalação. Para a apreciação pela Plenária de Instalação, o novo texto deverá apresentar uma justificativa demonstrando a necessidade da sua apreciação no evento e os fatos excepcionais que levaram à apresentação fora dos prazos fixados.* 2.1) *A inclusão de novos textos deve ser aprovada por maioria simples dos delegados presentes.* 2.2) *No caso de aprovação da inclusão de novos textos, cabe à comissão organizadora a responsabilidade da reprodução dos mesmos para o conjunto de participantes do evento.”* Em votação, a RESOLUÇÃO foi aprovada por ampla maioria, registrando-se alguns votos contrários e abstenções. Apreciou-se, também, a proposta de modificação relativa aos itens supra da parte 2, provenientes do **Grupo-6** [18f, 1c, 5ab] *“2.1 A inclusão de novos textos deve ser aprovada por maioria simples dos delegados presentes nos Grupos Mistos; 2.2) cabe à Comissão organizadora a responsabilidade de reprodução dos mesmos para o conjunto dos participantes do evento.”* Mesmo considerada superada, a proposta foi submetida à votação, e **rejeitada** por ampla maioria. Em seguida, passou-se à apreciação do **TR-54** (contribuição da Diretoria da ADUNESP) *“O ANDES-SN, com base no parágrafo único do Artigo 11 e inciso II do Artigo 15 do seu Estatuto, reafirma a deliberação da Plenária da ADUNESP-SSINDICAL de EXCLUSÃO do nosso quadro de sindicalizados, dos professores associados às Associações dos Docentes dos campi de Botucatu e Araçatuba. Qualquer solicitação de regularização por parte dessas Associações Docentes, ora excluídas, deverá necessariamente passar pela aprovação das instâncias de deliberação da ADUNESP-SSINDICAL e, posteriormente, encaminhadas para deliberação no Congresso do ANDES-SN.”* Preliminarmente foram prestados os esclarecimentos necessários para instruir as discussões. Em seguida, a Professora Maria Valéria Barbosa Veríssimo (ADUNESP-SSind) apresentou uma redação substitutiva, no seguinte teor: *“O ANDES-SN, com base no parágrafo único do Artigo II e inciso II do Artigo 15 do seu Estatuto, reafirma a deliberação da Plenária da ADUNESP-SSINDICAL de EXCLUSÃO do quadro de sindicalizados, dos professores associados à ADUNESP-SSINDICAL dos campi de Botucatu e Araçatuba. 1º) A ADUNESP-SSINDICAL deverá encaminhar aos professores dos campi de Botucatu e Araçatuba todas as informações referentes ao processo de EXCLUSÃO ora reafirmado. 2º) Os professores dos campi de Botucatu e Araçatuba, ora excluídos, nos termos do artigo 3, parágrafo 2 do Regimento da ADUNESP-SSINDICAL, poderão inscrever-se individualmente à ADUNESP-SSINDICAL por meio de solicitação dirigida ao Presidente.”* Submetida à votação, a proposta substitutiva foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a Mesa coordenadora dos trabalhos concedeu a palavra ao Professor Edmundo Fernandes Dias, Secretário-Geral do ANDES-SN, que observou à Mesa e ao plenário que, nos termos do Art. 21, Parágrafo Único, Inciso II, dos Estatutos do ANDES-SN, a votação do TR-54, ora realizada, era nula de direito, porque a decisão requer, como votos favoráveis, pelo menos 2/3 (dois terços) dos delegados inscritos no Congresso e, dada à falta de legitimidade e de validade, a questão deveria ser remetida à apreciação do próximo Congresso do ANDES-SN. A Mesa coordenadora dos trabalhos acatou a ressalva como questão de ordem e considerou improcedente o

encaminhamento do processo de votação. Em seguida, concedeu a palavra aos inscritos, pela ordem, para apresentação de novos encaminhamentos sobre o TR-54. O Professor Antônio Tato formulou a seguinte RECOMENDAÇÃO: **“O 20º Congresso do ANDES-SN recomenda que a Tesouraria do Sindicato faça o acompanhamento e a verificação mensal das contribuições sindicais e fundos enviados pelos docentes de Botucatu e Araçatuba à ADUNESP-SSind.”** Em votação, a RECOMENDAÇÃO foi aprovada por ampla maioria dos delegados presentes, com algumas abstenções. Em seguida, o Professor Chico Vitória, considerando que a votação do TR-54, apesar da insuficiência do quorum, foi acolhida pela manifestação unânime dos delegados presentes no plenário, formulou a seguinte RECOMENDAÇÃO: **“Considerando-se que em plenária do 20º Congresso foi aprovado por unanimidade o TR 54, apresentado pela ADUNESP, que exclui as Associações Docentes de Botucatu e Araçatuba por descumprirem dispositivo do Estatuto do ANDES-SN, e, tendo em vista, que durante a votação não foi verificado quorum qualificado de dois terços dos delegados inscritos no Congresso, o que invalidou legalmente a decisão, os delegados então recomendam: quando do exercício de direito por parte dos filiados das citadas regionais da ADUNESP, o ANDES-SN tenha como parâmetro a dimensão política da decisão aprovada pela plenária do 20º Congresso.”** Em votação, a RECOMENDAÇÃO foi aprovada por ampla maioria dos delegados presentes, com algumas abstenções. Ainda sobre o TR-54, o Professor Pedro (ADUFSCar) formulou a seguinte RECOMENDAÇÃO: **“Que a Secretaria Geral do ANDES-SN, por questões estatutárias, faça uma revisão do processo, considerando as contribuições financeiras anteriores, para que as SSINDS envolvidas sejam informadas.”** Em votação, a RECOMENDAÇÃO foi aprovada por ampla maioria dos delegados presentes, com algumas abstenções. Na continuação dos trabalhos, passou-se à apreciação do conjunto de TRs remetidas pela plenária do Tema I, iniciando-se pelo conjunto de matérias referentes à política de comunicação. **TR-16.1 (Diretoria do ANDES-SN) “O 20º Congresso do ANDES-SN delibera por instituir e aprovar a seguinte Política de comunicação: 1) ESTRUTURA DA ASSESSORIA DE IMPRENSA. Um sindicato nacional com o perfil do ANDES-SN não pode prescindir de um trabalho permanente de Assessoria de Imprensa. Uma de suas atribuições será criar um espaço na mídia tradicional para a veiculação da agenda política da entidade, na contra-mão do chamado “pensamento único”: suas reivindicações, atividades e posicionamento frente à conjuntura. Caberá ainda à Assessoria de Imprensa contatos permanentes com profissionais da mídia, principalmente em Brasília, capazes de influir em seus noticiários; analisar notícias veiculadas e sugerir respostas à presidência; assessorar a presidência da entidade em suas relações com a mídia; contribuir para a formação de uma rede de informações junto às Seções Sindicais, auxiliando as Assessorias de imprensa das ADs em sua divulgação junto à mídia regional/local; colaborar no municiamento de informações ao Núcleo de produção jornalística, alimentando o trabalho dos jornalistas. As atribuições da Assessoria de Imprensa serão coordenadas pela presidência do sindicato nacional e pela encarregatura de imprensa e divulgação. 2) ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA – A existência do núcleo deverá possibilitar a redação de todo material jornalístico a ser veiculado no infomANDES mensal, impresso em papel, e imformANDES On Line (a ser criado), jornal eletrônico, com link na home page, além de contribuir, quando necessário, com a Assessoria de imprensa. Será sua responsabilidade tornar eficiente a circulação do material informativo acima apontado, garantindo que essa informação não perca periodicidade e efetivamente chegue aos sindicalizados e à mídia. O núcleo estará subordinado, hierarquicamente, à Encarregatura de Imprensa e Divulgação. Caberá, ainda propor formas para melhorar a comunicação da DN com as Seções Sindicais (e vice-versa),**

estabelecendo mecanismos de funcionamento de uma rede de e-mail (via internet) e mala direta, posto que o trabalho de distribuição exige constante atualização e a instauração de rotinas. Os serviços de elaboração e execução do material promocional (confecção de cartazes, folhetos, capas etc) também integrarão esse núcleo e serão produzidos por profissionais na área de programação visual, a ser contratado. Eventualmente esse profissional poderá subsidiar as secretarias regionais nesse tipo de demanda. Reforça-se a necessidade de contratação de agência de publicidade quando o material promocional assumir a conformação de campanhas nacionais, por sua evidente complexidade. O sucesso desse núcleo estará diretamente vinculado à capacidade de articulação com a Assessoria de Imprensa do SN (e com as demais assessorias de comunicação das ADs) e com as Secretarias Regionais. No entanto, para que o infomANDES On Line atinja seus objetivos será necessário proceder a uma reformulação técnica e estética da home page do ANDES-SN (sugere-se que seja administrada/atualizada pela Secretária Geral), tornando-a uma efetiva porta de acesso e de diálogo do sindicato com todos os que navegam na web. 3) CRIAÇÃO DO NÚCLEO EDITORIAL. A instalação do núcleo editorial deverá encarregar-se basicamente da produção de revista Universidade & Sociedade, principal veículo institucional do ANDES-SN, espaço midiático onde se dão os debates das idéias da entidade com a sociedade. Ao núcleo caberá a edição dos artigos, resenhas e demais seções editoriais e a produção operacional de editoração gráfica e critérios específicos para definição de sua circulação nacional. Todos os artigos analíticos deverão ser previamente aprovados pelo conselho editorial da revista. Concretamente, esse trabalho deverá ser dirigido pelo editor e dois editores-adjuntos indicados pela Diretoria Nacional (DN), que comporão o núcleo editorial. 4) REDESENHO DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DO ANDES-SN a) InformANDES – jornal impresso (em papel branco, 75 g), de 12 páginas, de periodicidade mensal, destinados aos sindicalizados. A Diretoria implementará os procedimentos necessários à constituição de um banco de dados para a remessa do informativo e demais publicações do ANDES-SN aos sindicalizados. As Secretarias Regionais deverão se responsabilizar pela sua distribuição em IES fora da base sindical do ANDES-SN, contribuindo para a expansão do trabalho sindical. A edição do jornal deverá obedecer a um projeto editorial e gráfico (atualmente já existe um aprovado pela Diretoria), com validade de, pelo menos, por um ano. Dependendo das condições concretas do Sindicato Nacional, a periodicidade deverá ser alterada de mensal para quinzenal. O jornal terá a supervisão de um Conselho Editorial, cujas atribuições básicas serão as de acompanhamento técnico e político da linha editorial, em avaliações trimestrais. b) InformANDES On Line versão eletrônica do InformANDES, a ser disponibilizado em link na home page do Sindicato, deverá ser uma adaptação do jornal impresso, seguindo as especificidades técnicas de um veículo web, ou seja, dado seu caráter mais imediatista e volátil, suas páginas deverão ser atualizadas a cada semana. Uma versão do InformANDES On Line deverá ser produzida, de modo a ser enviada a todos os internautas que se cadastrarem. Dadas as características desse boletim, que se resumirá a divulgar textos curtos informativos, sua periodicidade será de atualizações às segundas e quintas feiras. c) Universidade & Sociedade, revista quadrimestral do ANDES-SN e principal veículo institucional de apresentação e debate das idéias do Sindicato com a sociedade. Nesse sentido, a publicação destina-se à comunidade universitária e a toda sociedade interessada. A revista é de responsabilidade do Núcleo Editorial e deve permanecer com o formato atual, mantendo a idéia de um tema central por edição (por onde circularão artigos técnicos e políticos), espaço para demais artigos de outros temas pertinentes ao universo dos docentes, uma entrevista longa e aprofundada, resenhas de

livros, comentários analíticos de produções culturais (cinema, teatro, dança, etc), e um ensaio fotográfico. Os artigos técnicos e políticos passarão por um referenciamento abalizado de um Conselho Editorial, composto por pessoas de reconhecida produção intelectual, artística, política ou acadêmica. Recomenda-se que o Núcleo Editorial estude estratégias de distribuição e circulação da revista em todas as Ads e nos espaços possíveis da sociedade, principalmente no âmbito das universidades (bibliotecas), institutos de pesquisa e centros de estudos brasileiros e internacionais. Recomenda-se, ainda, estudos para a edição de um CD-ROM com todas as edições já publicadas, que possua um design apropriado de multimídia e um estímulo à interatividade. Após a geração deste CD-ROM de caráter histórico, recomenda-se a edição atualizada anualmente do produto multimídia. 5) RECURSOS (humanos e materiais) NECESSÁRIOS. Para o funcionamento adequado da Assessoria de Imprensa e do Núcleo de Produção Jornalística, deverão ser disponibilizados três jornalistas, um dos quais assumirá as funções de assessor de imprensa e a coordenação operacional do Núcleo, ficando os demais responsáveis pela produção do InformANDES impresso e on line. O 20º Congresso autoriza a Diretoria a contratar um profissional visual, que se ocupará da produção gráfica do material promocional e publicitário do Sindicato. Este corpo profissional, juntamente com diretores do Sindicato Nacional e jornalistas assessores das Ads, deverá ser estimulado a participar de um processo permanente de qualificação profissional, principalmente em comunicação sindical, de modo a promover uma sintonia política nas ações de comunicação do ANDES-SN entre jornalistas e o corpo dirigente. Esta é uma atribuição a ser desenvolvida pela Encarregatura de Imprensa e Divulgação. A Diretoria deverá também maximizar os recursos materiais necessários, adquirindo equipamentos de informatização em quantidade e qualidade compatíveis com o trabalho específico dos Núcleos, notadamente computadores, scanners, impressoras, gravador de CD e máquinas fotográficas digitais e convencionais.” O texto básico do TR foi submetido à votação, sem prejuízo das modificações, sendo **aprovado** por ampla maioria, com algumas abstenções. Pela ordem, foram encaminhadas as propostas de alterações. Em primeiro lugar, **substituir** o caput do TR-16.1 pela seguinte redação: **“O 20º Congresso do ANDES-SN, visando atualizar a Política de Comunicação aprovada no 16º Congresso, de acordo com a síntese feita pelo GTCA de propostas apresentadas nos 39º, 40º e 41º CONADS e no 19º Congresso, delibera por instituir a seguinte Política de Comunicação: ... (segue o texto básico restante).”** Em votação, foi **aprovada** por ampla maioria, com algumas abstenções. Em seguida passou-se à contribuição proveniente do **Grupo-2** [7f, 10c, 4a] **“suprimir, no texto, a expressão mala direta.”** Em votação, foi aprovada por ampla maioria, com algumas abstenções. Em seguida, foram consideradas as contribuições provenientes do **Grupo 3**: Em primeiro lugar, **“substituir, no título do item, a palavra imprensa por comunicação”** [17f, 2ab]. Em votação, foi **aprovado** por ampla maioria, com alguns votos contrários e abstenções; em segundo lugar, apreciou-se a proposta **“substituir “também integrar esse núcleo” por “também constituirão parte dos trabalhos desta assessoria” e deslocar o parágrafo alterado como parágrafo final do item 1.”** [17f, 3ab]. Em votação, a proposta foi **aprovada** por ampla maioria, com alguns votos contrários e abstenções; em terceiro lugar, foi submetida à votação a RECOMENDAÇÃO: **“que o ANDES-SN estude a viabilidade de edição ou co-edição de livros dos professores.”** [19f, 3ab]. Em votação, a proposta foi **rejeitada**, por ampla maioria, com algumas abstenções; em quarto lugar, foram submetidas à votação as proposições: **“após a palavra semana, substituir por “O InformAndes on line deverá ser produzido e enviado a todos os sindicalizados cujo e-mail puder ser cadastrado com o auxílio das ADs. No caso de as ADs colocarem restrições ao fornecimento dos e-mails para esta finalidade, caberá à AD cadastrar previamente os internautas que**

se declararem interessados”. [14f, 3ab]. Inserir a RECOMENDAÇÃO após o Item ‘b’ “Que a adaptação do jornal impresso considere que os textos jornalísticos sejam “linkados”, a partir da aprovação de um conselho editorial, com artigos produzidos pelos professores sindicalizados ao ANDES-SN.” [15f, 2ab]. Em votação, ambas as proposições foram **rejeitadas**, por ampla maioria, com abstenções. Em seguida, passou-se à apreciação das contribuições provenientes do **Grupo-5**. Em primeiro lugar, **Suprimir, no Item 1, Estruturação da Assessoria... a expressão e sugerir respostas à presidência.**” [15f, 3ab]; em segundo lugar, **Suprimir, no Item 4, Redesenho dos Veículos de Comunicação... a expressão de 12 páginas**” [13f, 5c]. Em votação, as proposições foram **aprovadas**, por ampla maioria, com alguns votos contrários e abstenções. Em seguida, foi apreciada a proposta concernente ao **Item 7 do TR-52**, no seguinte teor: “Que o GTCA rediscuta a proposta de constituição de um Conselho Editorial para o InformAndes, além do conselho editorial da revista e possíveis alterações no Site do ANDES-SN.” Iniciado o processo de discussão, foi encaminhada à Mesa a **questão de ordem**, no sentido de que o Item 7 estava superado, porque já tinha sido aprovado no corpo do Item 4, do TR-16.1, em que consta a frase “**O jornal terá a supervisão de um Conselho Editorial, cujas atribuições básicas serão as de acompanhamento técnico e político da linha editorial, em avaliações trimestrais.**”. Em consequência, foi encaminhado à Mesa o **recurso de votação, relativo à criação do Conselho Editorial do InformAndes, contida no TR-16.1, devendo as questões relativas ao Conselho Editorial serem anexadas ao TR-16.2**. A Mesa acatou a questão de ordem e encaminhou o recurso de votação concernente à expressão sobre a criação do Conselho Editorial. Em votação, o recurso foi **aprovado**, com alguns votos contrários e abstenções. Em prosseguimento, a Mesa acolheu a proposta apresentada pelo Professor Roberto Leher, **encaminhando para o próximo CONAD as deliberações concernentes ao InformAndes e Conselho Editorial**. Em votação, a proposta foi **aprovada**. Em seguida, passou-se à apreciação do **TR-16.2 – (Diretoria do ANDES-SN) “Tendo em vista a aprovação no 41º CONAD que o GT de Comunicação e Arte se responsabilizaria pela elaboração de uma proposta definitiva de composição e atribuições do Conselho Editorial do InformANDES, o 20º Congresso, delibera que: 1) O Conselho Editorial do InformANDES seja composto por três representantes da Diretoria Nacional; quatro representantes das Ads/S.Sinds., eleitos anualmente na plenária do Congresso. 2) São atribuições do Conselho Editorial: discutir e avaliar, dentro de um processo continuado de acompanhamento, a linha editorial e gráfica do InformANDES. 3) O Conselho Editorial reunir-se-á, em caráter deliberativo, ordinariamente, a cada trimestre, em reunião específica para o cumprimento de suas atribuições, emitindo parecer a ser publicado na coluna opinião do jornal. 4) A votação dos membros do Conselho seja realizada por cédula uninominal na plenária do Congresso.”** Submetida à discussão, foi apresentada à Mesa a proposta **de se remeter o TR para o próximo CONAD**. Em votação, foi **aprovada**, por ampla maioria, com algumas abstenções. Em seguida, passou-se à apreciação do **TR – 16.3 (Diretoria do ANDES-SN) “Tendo em vista a aprovação no 41º CONAD de que o GT de Comunicação e Arte se responsabilizaria pela elaboração de uma proposta definitiva de composição do Conselho da Revista Universidade e Sociedade, o 20º Congresso delibera que: 1) O Conselho Editorial seja composto por pessoas de reconhecida produção intelectual, artística, política ou acadêmica, respeitados os critérios de representatividade regional e das áreas do conhecimento; 2) O número de integrantes do Conselho deverá ser definido pela diretoria, a partir das demandas e dos critérios explicitados no item I..”** Em votação, a proposta foi **aprovada**, com algumas abstenções. Em seguida passou-se à RECOMENDAÇÃO proveniente do **Grupo-3 – “coerente com o tema do 20º Congresso, recomendamos que a diretoria do ANDES-SN convide representantes dos Movimentos Sociais para compor o Conselho editorial da Revista Universidade e Sociedade.”** [17f, 2c, 4ab]. Em

votação, a proposta foi **aprovada**, com algumas abstenções. Seguiu-se o **TR-46** (Contribuição da Professora Edva Maria Gomes Barreto de Carvalho (da APUB-SSind) **“O GTCA deve recolher exemplos e propostas de atividades (com as artes cênicas em geral), de modo a abrir nova dimensão à luta e à expressão do movimento docente. As atividades cênicas devem ser parte de um projeto de comunicação da entidade.”** Em votação, a proposta foi **rejeitada**, por ampla maioria, com algumas abstenções. A seguir, foram consideradas as proposições relativas à seguridade social, remetidas pela Plenária do Tema I. **TR-7.1** (Contribuição do Professor Dileno Dustan Lucas de Souza (da ASPUV-SSind.) **“1) que o ANDES-SN, por meio do GTPE, discuta junto às organizações representativas de crianças e adolescentes em situação de risco uma intervenção conjunta que garanta os direitos assegurados no ECA; 2) que o ANDES-SN, por meio do GTPE, articule ações concretas que visem à sensibilização do conjunto de sua base sindical sobre o papel social da universidade junto às crianças e adolescentes em situação de risco e suas organizações.”** No processo de discussão, foi remetida à Mesa uma proposta substitutiva, no seguinte teor: **1) que o ANDES-SN, por meio do GTPE e do GTSS, discuta, em conjunto com as organizações de representação e defesa dos direitos da criança e adolescente, particularmente daqueles em situação de risco, uma intervenção conjunta, na luta pela garantia efetiva dos direitos assegurados no Estatuto da criança e adolescente (ECA); 2) que o ANDES-SN, por meio do GTPE e do GTSS, articule ações concretas que visem à sensibilização do conjunto de sua base sindical, sobre o papel social da Universidade junto às crianças e adolescentes, particularmente àqueles em situação de risco e suas organizações.”** Em seguida, o Professor Fernando Molinos propôs que o substitutivo do TR fosse transformado em RECOMENDAÇÃO e, sendo aprovado, remetido para o GTPS. Em votação, o texto substitutivo foi **aprovado** como recomendação, por ampla maioria, com algumas abstenções. **TR – 19.1** (Diretoria do ANDES-SN) **“O 20º Congresso: 1) Reafirma a sua posição contrária às reformas neoliberais de FHC. 2) Posiciona-se contra a Previdência Complementar para o Servidor Público. 3) Indica a necessidade de forte ação política voltada para: a) denunciar os prejuízos que a introdução da Previdência Complementar acarretará aos servidores públicos, favorecendo o desmonte da Previdência Social Pública e sua privatização; b) impedir a aprovação de legislação e/ou medidas que favoreçam sua implementação.”** Em discussão, foi proposto incluir um item 4, no seguinte teor: **4) Que o 20º Congresso posicione-se de forma contrária aos atuais encaminhamentos da CUT para a Previdência Social, que estimulam o crescimento da Previdência Complementar viabilizada pelos Fundos de Pensão.”** Em votação, o TR e a inclusão proposta foram **aprovados**, por ampla maioria, com algumas abstenções. Em seguida, foram apreciadas as propostas de modificações do texto, sendo todas rejeitadas. A seguir, foram apreciados, em conjunto. **TR – 39** (Diretoria do ANDES-SN) **“O 20º Congresso do ANDES-SN aprova as conclusões, encaminhamentos, moção e recomendações resultantes do VII Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria.”** E **TR-39.1** (Diretoria do ANDES-SN) **“O 20º Congresso: 1) posiciona-se pela revogação da lei de responsabilidade fiscal, entendendo tratar-se de um mecanismo de perpetuação e comprometimento das administrações com as políticas de caráter neoliberal, inviabilizando os investimentos sociais para garantia do pagamento da dívida externa; 2) propõe que a Frente Parlamentar de Entidades Cíveis e Militares em Defesa da Previdência Social Pública transforme-se em Frente Parlamentar de Entidades Cíveis e Militares em Defesa da Seguridade Social, na perspectiva de resgatar a luta em defesa dessa política pública na sua integralidade; 3) posiciona-se pela reativação, em caráter urgente, do Conselho Nacional de Seguridade Social, extinto pelas medidas provisórias números 1729 e 1799, por considerar que esta extinção constitui quebra da integralidade do conceito de seguridade social, operacionalizando de forma**

*isolada o trato das questões da saúde, previdência e assistência social; 4) indica às S.Sinds. a realização de seminário com o título: Prepare-se para a aposentadoria, cujo objetivo deve ser o de analisar com docentes da ativa e aposentados as questões relativas à aposentadoria. A pauta do seminário deverá ser formulada pelo GTSS/Aposentadoria de cada AD; 5) indica que as S.Sinds., dentro da especificidade de suas organizações, dêem ênfase ao trato das questões de aposentadoria, articulando, interna e externamente, a luta pelo resgate da categoria em relação a esta temática; 6) demanda ao GTCA estudos que, por meio de veículos de comunicação do sindicato ou de iniciativas conjuntas com outras entidades do movimento popular, instrumentalizem a luta pelo resgate dos direitos sociais de seguridade dos trabalhadores; 7) aprova a publicação de uma edição especial do InformANDES, que enfatize as questões relativas à seguridade social, que hoje constituem-se em centralidade na pauta política do sindicato; 8) delibera que o Sindicato, junto a entidades nacionais e internacionais, articule, para o dia 25 de julho (dia do aposentado na América Latina), a realização de uma manifestação internacional de denúncia dos ataques que o neoliberalismo desencadeia contra esse segmento dos trabalhadores, tomando como referência a realização, em Madri, em 22/23 de maio de 2002, da Assembléia Mundial do envelhecimento digno; 9) delibera que os GTs, C&T e SS/Assuntos de Aposentadoria pautem, para discussão no MD, as questões relacionadas à biopirataria e à entrega do patrimônio, representado pela biodiversidade da flora/fauna brasileiras e à exploração das multinacionais da área químico-farmacêutica como: 1) Bioamazônia/Novartis Phama (Suíça) ; 2) Extracta e Glaxo Wellcom; 3) IBAMA e Cognis, entre outros.” Em discussão, foi apresentada à plenária a RECOMENDAÇÃO, de autoria do Professor Fernando Molinos e da Professora Cleusa (ADUFRJ), no seguinte teor: **“Realização de uma oficina internacional para discussão dos problemas de aposentadoria e previdência social de docentes, durante o II Fórum Social Mundial a ser realizado em janeiro de 2002, em Porto Alegre.”** Submetidos à votação, ambos os TRs e a RECOMENDAÇÃO foram aprovados, por ampla maioria, com algumas abstenções. A seguir, a Mesa acolheu a proposta RECOMENDAÇÃO, do Professor Antônio Maciel, no seguinte teor: **“Que a Diretoria do ANDES-SN remeta para as Ads. S.Sinds. o relatório final da XXI Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em dezembro de 2000, com o objetivo de: 1) estimular a discussão e o encaminhamento das conclusões que envolvem, mais diretamente, as IES, a formação dos profissionais da área de saúde; 2) engajar o MD na preparação e realização das Conferências específicas propostas e aprovadas pela XXI CNS, a saber: 1) Conferência Nacional de Segurança Alimentar; 2) Saúde do Trabalhador; 3) Assistência Farmacêutica.”** Submetida ao plenário, a proposta foi aprovada, por ampla maioria, com abstenções. Em prosseguimento, foi apresentado o encaminhamento de se remeter para o CONAD as propostas de resoluções concernentes à política agrária e a relações internacionais; alternativamente, foi apresentado um segundo encaminhamento de se fazerem as votações em bloco. Em deliberação, foi **aprovado** o encaminhamento de se votarem em bloco, as questões pertinentes aos setores supra citados. Em seguida, foram arrolados os TRs relativos à política agrária, já transcritos, nesta Ata, com as compatibilizações feitas pela relatoria: TR – 42 (Contribuição da SEÇÃO APUB–FACED/UFBA) **“1) incentivar a criação e as ações dos GTs de Política Agrária com os demais GTs (nacional e locais), ampliando assim o movimento de defesa dos direitos dos trabalhadores; 2) que sejam apoiadas e desenvolvidas campanhas nacionais e internacionais de denúncia e repúdio à violência imposta aos que lutam por seus direitos; 3) que sejam articuladas as ações para a construção da unidade nas reivindicações, nas manifestações e na organização dos trabalhadores da cidade e do campo; 4) que a luta dos diferentes setores da base do ANDES-SN e dos três segmentos da Universidade se dê de forma articulada, em defesa da***

Educação e da Reforma Agrária sob os auspícios dos trabalhadores; 5) estimular a interação direta entre professores e experiências desenvolvidas no campo pelos movimentos sociais.” TR – 17.1 (Diretoria do ANDES-SN) *“O 20º Congresso do ANDES-SN delibera que: 1) os Grupos de Trabalho (PE,C&T,PFS,V) discutam as estratégias de luta por reforma agrária, a partir de temas como Educação no campo, Transgênicos, Biodiversidade e Fundos Setoriais, de forma solidária e articulada com outros movimentos; 2) o ANDES-SN promova ações integradas de caráter político para intensificar a inserção e o compromisso do MD com os movimentos sociais organizados no campo, como estágios, vivências, cooperações, etc.; 3) o ANDES-SN assegure ações conjuntas com os movimentos sociais para: a) apuração de crimes (assassinatos, prisões, torturas), contra os trabalhadores; b) combate à criminalização dos movimentos sociais, por parte do governo por meio de ações como fóruns, campanhas, etc.; c) construção de pauta conjunta de reivindicações em torno da luta pela cidadania(terra, trabalho, educação e saúde), que permita ampliar setores organizados em torno de reivindicações básicas; d) pressão pela execução imediata dos orçamentos da União, Estados e Municípios e pronto atendimento das reivindicações dos setores organizados como, por exemplo, a liberação e ampliação de crédito para os assentados. 4) aproximação e inserção em movimentos de base agrária nacionais e internacionais na perspectiva da construção conjunta de ações de caráter reivindicatório e confrontacional às políticas neoliberais nas Américas e demais continentes.”* TR – 18.1 (Contribuição do Professor Dileno Dustan Lucas de Souza (da ASPUV –S.Sind.) e do Professor José dos Santos Souza (da ADUESB – S.Sind.) *“Trabalhar junto aos grupos de Estágios de Vivência, no sentido de estreitar relações com os movimentos de trabalhadores rurais; desenvolver campanha: pela libertação imediata dos presos políticos vinculados ao MST arbitrariamente mantidos em presídios.”* Em votação, os TRs foram **aprovados**, por ampla maioria, com alguns votos contrários e abstenções. Em seguida, foram apreciadas, em conjunto, as matérias concernentes à Política Internacional: TR – 20.1 (Contribuição do Professor Felix H. D. Gonzalez – sindicalizado da ADUFRGS-S.Sind.) *“1) Repudiar o Plano Colômbia, implementado pelos EUA, como um plano de guerra que irá exacerbar a situação de violência e a sistemática violação dos direitos humanos contra a população colombiana. 2) Denunciar e divulgar, principalmente nas Universidades e nos meios de comunicação, as verdadeiras intenções do Plano Colômbia como sendo as de: a) eliminar a insurgência colombiana e qualquer tipo de oposição ao regime; b) apoiar logisticamente os paramilitares, agentes do terrorismo de estado que o governo colombiano exerce sobre a população; e c) dominar a Amazônia. O objetivo pretendido de combater o narcotráfico não tem como ser cumprido com a estratégia proposta. 3) Denunciar as conseqüências do Plano, funestas para milhares de colombianos e para a sobrevivência da Amazônia, devido à fumigação indiscriminada com agentes biológicos e químicos.”* Em discussão, foi proposto o acréscimo de um item, com o seguinte teor: *“4) Cobrar do governo brasileiro que assuma posição clara sobre o Plano Colômbia.”* Em votação, as proposições foram **aprovadas**, com algumas abstenções. TR 39.2 (Proposta da ADUFRJ-S.Sind., apresentada na plenária pela Professora Cleusa) *“Que o 20º Congresso delibere que o ANDES-SN deverá, em 2001, aprofundar eixos temáticos que tratem das orientações político-econômicas dos organismos internacionais, particularmente da OMC, no âmbito da seguridade social, a fim de estabelecer estratégias de luta e fortalecimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores e dos cidadãos.”* Em votação, foi **aprovada**, com algumas abstenções. TR – 41 – (Contribuição das Professoras Maristela Said e Elizabeth Bittencourr, sindicalizadas da APUB-S.Sind.). Propõe-se aos docentes, por meio do ANDES, atualizar-se com a ANDIFES e tornar pública a proposta que esta encaminhou ao governo, para que, sendo conhecida, seja incluída nos debates da categoria, com vistas à sua

operacionalização, de maneira que também os professores tenham garantido, como responsabilidade do empregador, o direito à assistência à saúde como ocorre com outros servidores liberais. Em votação, a proposta foi **rejeitada**, por ampla maioria, com alguns votos a favor e abstenções. Finalmente, o Professor José Miguel (ADUFRJ-Ssind) encaminhou à Mesa a proposição de que o TR-36 – (contido nas páginas 7 a 9 do Anexo ao Caderno), fosse apreciado pela plenária como RECOMENDAÇÃO de metodologia de trabalho para a organização dos próximos eventos deliberativos. **TR- 36 (Contribuição do Prof. José Miguel Bendrão Saldanha – Sindicalizado da ADUFRJ-Ssind). Fases e temas Os debates e deliberações do Congresso, excluídas as Plenárias de Abertura (uma solenidade), Inicial, de Instalação e de Encerramento, dar-se-ão em três fases. Cada fase terá um determinado objetivo e realizar-se-á integralmente antes do início da fase seguinte³. As fases são as seguintes: Fase 1 – Eixos de Luta (gerais e setoriais); Fase 2 – Políticas Sociais e Organização; Fase 3 – Planos de Lutas (geral e setoriais). Cada fase terá uma dinâmica de trabalho própria, mas todas se comporão das seguintes etapas: 1) reuniões dos grupos mistos; 2) reuniões dos grupos políticos (para quem fizer parte de algum); 3 - consolidação e sistematização dos trabalhos dos grupos mistos, e 4 - plenária deliberativa. As etapas 2 e 3 poderão realizar-se simultaneamente, total ou parcialmente, evidentemente com o prejuízo da não-participação na etapa 2 dos responsáveis pela etapa 3. Fase 1) Eixos de Luta. A Fase 1 será precedida pela Plenária Inicial, na qual serão apresentadas e inicialmente debatidas (sem deliberação) as diversas avaliações da conjuntura e do movimento docente, assim como as propostas de *eixos de luta*, tanto os gerais (válidos para todo o MD, inclusive nas suas articulações com outros movimentos) quanto os setoriais (federais, estaduais e particulares). Estas avaliações e propostas de eixos de luta serão discutidas nas reuniões dos grupos mistos (Fase 1) e deliberadas na plenária da fase 1 antes de se passar à Fase 2. Nesta fase, todos os grupos discutem todos os temas. Fase 2) Políticas Sociais e Organização. Nesta fase, a que possui quantidade, diversidade e especificidade maior de temas, cada grupo tratará apenas de um tema e cada tema será tratado por vários grupos. É aqui que se pretende “ganhar tempo”. Por exemplo, com 300 delegados, podem ser formados 12 grupos de 25 delegados cada, e ser designado um tema para cada 3 grupos. Em princípio, a distribuição dos delegados pelos grupos seria feita por sorteio dirigido e acompanhado pelos delegados, valendo a pena pensar em alternativas a esta técnica. Ao final, as coordenações dos GTs relacionados aos temas, assessoradas pelos relatores dos grupos e pelos membros dos GTs presentes ao Congresso que desejarem fazê-lo, sistematizarão e prepararão para a plenária as questões levantadas nos grupos. Os temas serão os seguintes: Tema 1 - Políticas Sociais 1 (Seguridade Social, Verbas). Tema 2 - Políticas Sociais 2 (Políticas Educacional, Agrária, C&T, Comunicação e Artes). Tema 3 - Política Sindical (incluindo Carreira, História do MD, e Etnia, Gênero e Classe). Tema 4 - Organização (incluindo finanças e questões internas de comunicação). A quantidade de temas e seus agrupamentos e o tamanho dos grupos podem ser outros, o essencial aqui é que cada grupo trate apenas de alguns temas, para que tenha tempo de fazê-lo bem. É bom lembrar que a tática de levar os grupos a “especializarem-se” tem sido adotada na prática, mas por iniciativa da diretoria, que recomenda uma certa priorização dos temas em cada grupo, por intermédio do seu representante. Isto tem sido feito exatamente para tentar garantir a discussão de todos os temas em pelo menos algum grupo. O que se propõe aqui é a**

³ Ao contrário do que costumamos fazer, que é realizar todas as reuniões de grupos mistos e só depois as plenárias deliberativas; passamos de um tema a outro nos grupos sem saber o que vai ser deliberado na plenária sobre o tema anterior.

explicitação dessa técnica, afinal não é nada tão novo assim. A plenária desta fase, no entanto, terá de tratar seqüencialmente de todos os temas. Ou seja, não haverá como “ganhar tempo” nela. Por isso, o cronograma proposto, associado a esta proposta, prevê mais tempo para ela (duas sessões de três horas cada, prorrogáveis por mais uma hora cada). Fase 3 – Planos de Lutas O Congresso entrará neste tema já com as deliberações tomadas sobre os eixos de luta, políticas sociais e questões organizativas. Esta será a fase de síntese do Congresso, quando enfim as frentes de luta desenvolvidas na Fase 2 serão priorizadas e organizadas num todo coerente, passível de acompanhamento e avaliação posterior pelo Conad. É a fase mais importante do Congresso e ninguém vai querer ir embora mais cedo. Nesta fase, todos os grupos voltam a tratar de todos os temas. Cronograma – Vide página 270 O ato político poderá ser realizado após a Plenária de Abertura ou após a Plenária de Encerramento. Os períodos previstos para prorrogações de atividades estão indicados como “folga”. As previsões de reuniões de grupos políticos estão, evidentemente, sujeitas às conveniências dos grupos. Implantação da proposta. Caso haja uma mínima aceitação desta proposta por parte do conjunto do sindicato, serão apresentadas à Plenária de Instalação as propostas de inclusões, exclusões e alterações ao Regimento do 20º Congresso necessárias à sua implantação. Plenária Inicial – Apresentação e debate de Avaliação de Conjuntura e Movimento Docente (geral e setores) e Propostas de Eixos de Luta. Fase 1 – Eixos de Luta (gerais e setoriais). Fase 2 – Políticas Sociais, Sindical e Organização. Fase 3 – Planos de Lutas (geral e setoriais). Plenária de encerramento – moções. Em votação, a proposta foi aprovada, com alguns votos contrários e abstenções. Concluídas as deliberações relativas aos pontos da pauta, o Presidente da Mesa declarou encerrada a Plenária do Tema III, exatamente às 3:40 h (três horas e quarenta minutos) do dia 21 (vinte e um) de fevereiro, e eu Valter Pires Pereira, 2º Secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo Presidente.

Valter Pires Pereira
2º Secretário

José Domingues de Godoi Filh
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

Às três horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e um foi instalada a Plenária de Encerramento do 20º Congresso do ANDES-SN. A mesa foi composta pelos Profs. Roberto Leher, Presidente, Edmundo Fernandes Dias, Secretário Geral, José Godoy Domingues Filho, Primeiro Tesoureiro, Marcelo Badaró, Vice-Presidente da Regional Rio e Cláudia Gonçalves Lima, Presidente da ASDUERJ. Passou-se à leitura das moções abaixo transcritas que foram aprovadas por unanimidade: **1 - Moção de Apoio** - Os delegados presentes ao 20º Congresso do ANDES-SN, considerando que: a) o programa especial de treinamento (PET), criado há mais de 20 anos pelo MEC, forma estudantes de graduação, em sistema de tutoria, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo o potencial dos mesmos para a vida acadêmica e profissional; b) o programa interage com seus respectivos cursos de graduação, contribui para a sua melhoria e atua na irradiação de conhecimentos no interior da universidade, bem como em suas relações com a sociedade; c) desde 1998, o governo federal vem tentando desmembrar o PET mediante corte de recursos e ameaça de extinção; d) a tentativa de desvio de recursos do PET para um programa de “modernização dos cursos de graduação”, o qual não visava à formação direta de recursos humanos e que, portanto, não teria o mesmo impacto na qualidade de ensino; e) a CAPES implementa programas elitistas, como o de bolsas de graduação no exterior; f) a comunidade universitária, com o apoio de entidades, tais como, a SBPC e outras sociedades científicas, bem como de muitos parlamentares, vem conseguindo demonstrar resistência às investidas do governo que se viu obrigado a recuar, mantendo o PET, citando-se como exemplo o pagamento da bolsa dos estudantes que, apesar de considerável atraso, foram pagas; g) a SESU, atual responsável pelo programa no MEC, não só suspendeu o pagamento das bolsas dos tutores no ano 2000, como também volta a ameaçar com modificações do PET, estando previstas a redução no tempo de permanência dos bolsistas no programa, a redução em 50% do número de bolsistas, a supressão do pagamento de bolsas para tutores e cortes nas taxas acadêmicas para manutenção dos grupos; em avaliações do programa PET, encomendadas pelo próprio MEC, constatou-se que o mesmo cumpre todos os seus objetivos, e que desde modo, não se podem aceitar as modificações impostas pelo governo que fragilizam a continuidade do Programa e que, portanto, vem contra a qualidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; manifestam seu apoio à manutenção do Programa PET, em sua concepção original (delegados da APUF-PR no 20º Congresso do ANDES-SN). **2 - MOÇÃO DE REPÚDIO** - Os delegados presentes ao 20º Congresso do ANDES-SN, considerando que: - o governo do estado do Paraná, na figura do governador Jaime Lerner, por intermédio de sua Secretária de Estado da Educação Alcione Saliba (ex-técnica do Banco Mundial), promoveu redução na carga horária de diversas disciplinas do Ensino Médio da Rede Pública a vigorarem a partir do ano letivo em curso; - tais reduções de carga horária: a) trazem visíveis e graves prejuízos aos alunos da Rede Pública quando ao processo de aprendizagem e à construção da cidadania; b) geraram diminuição de jornada de trabalho e mesmo dispensa de professores; c) visam a, tão somente, somar-se à série de práticas adotadas pelo governo paranaense, no sentido de reduzir seus gastos com os serviços públicos, para dar conta de uma política irresponsável que já perdura por mais de seis anos; - manifestam o seu mais veemente repúdio a este ataque frontal ao ensino público de qualidade. **3 - Moção de Repúdio** - O 20º Congresso do ANDES-SN manifesta seu repúdio às ações empreendidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul no processo de criação da Universidade Estadual. Contrariando a tradição política das forças que o compõem, a metodologia utilizada pelo Governo na constituição do ‘Grupo de Trabalho’ e na elaboração do projeto de Universidade Estadual do RGS (UERGS) desconsiderou as

entidades sindicais dos trabalhadores do ensino superior, entre elas o ANDES-SN. A ausência de diálogo do governo com as entidades durante o processo de formulação do projeto, bem como a falta de informações básicas previamente fornecidas pelo Governo às entidades impossibilitaram o diálogo verdadeiro nas audiências públicas, inviabilizando a interlocução democrática, o que sugere a presença de contradições no Governo que fundamenta suas ações na democracia e na participação popular. Assim sendo, reiteramos o pedido de audiência com o Sr. Governador do Estado, já formulado anteriormente pelas Seções Sindicais e Vice-Presidência Regional do Rio Grande do Sul (VPR/RS), deixando claro para o Governo e para a sociedade, que o Movimento Docente está atento e buscará insistentemente atuar no rumo da correção dos rumos do processo de construção da UERGS.

4 - Moção de Repúdio - Os delegados presentes ao 20º Congresso do ANDES-SN reiteram o repúdio a todas as formas de perseguição política que a Reitoria da Universidade Federal de Pelotas vem realizando contra os estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos participantes das manifestações no “Ato em Defesa da Democracia na UFPel”, já manifestado por ocasião do 41º CONAD.

5 - MOÇÃO DE REPÚDIO - Os delegados participantes do 20º Congresso do ANDES-SN repudiam o governo Garotinho pela implementação do famigerado Projeto “Nova Escola”, que representa um golpe contra a educação pública e o claro compromisso desse governo estadual com o projeto neoliberal, na medida em que: acaba com isonomia estatuindo como improdutivos o segmento dos aposentados; estabelece a competição entre os profissionais; culpabiliza-os pela situação da escola (inclusive pelo tamanho das instalações!!!), o Projeto Nova Escola reproduz a essência do projeto anti-social e de desmonte da escola pública na agenda neoliberal. Não bastasse tudo isso, ao punir com o congelamento salarial dos profissionais das escolas estaduais que não aderiram ao Projeto, o governo Garotinho evidencia o caráter inerentemente autoritário do referido projeto, dito de “adesão voluntária” pelo próprio governo do Estado. Pela União em defesa da Educação Pública e Gratuita e da Luta dos Profissionais da Educação: ABAIXO AO PROJETO “NOVA ESCOLA”!!! TODO REPÚDIO AO GOVERNO GAROTINHO!!

6 - Moção de Repúdio - Os delegados presentes ao 20º Congresso do ANDES-SN ante o conhecimento de que: a) o antropólogo Francisco Ferreira de Alencar, professor e pesquisador do ex-Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, teve que deixar o país, no início dos anos 60, em virtude de perseguição política do regime militar; b) o professor Alencar teve que permanecer na Suíça, durante vários anos, na condição de refugiado, exercendo suas atividades como antropólogo; c) ao retornar ao Brasil, após a aprovação da anistia política, teve seus pedidos de reintegração sucessivamente negados, consubstanciando-se, assim, uma situação de não cumprimento da lei da anistia e de negação de direitos. Manifesta o seu veemente protesto quanto a essa situação de discriminação política contra o Professor Alencar, ao mesmo tempo em que exige das autoridades competentes a sua imediata reintegração à Universidade, garantindo-lhe o pleno exercício de seus direitos de cidadão e de professor.

7 - MOÇÃO DE REPÚDIO - Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, repudiam a ação do governo do estado de Pernambuco que tenta, pela segunda vez, privatizar a universidade de Pernambuco (UPE), por intermédio de um pseudo-projeto de autonomia, dando curso ao projeto neoliberal, do qual é fiel executor.

8 - MOÇÃO DE APOIO - Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, apóiam a abertura imediata do processo estatuinte na UFPE com a participação efetiva da comunidade universitária. Esse processo poderá garantir a produção e a difusão do saber visando a uma sociedade mais justa. Para isso, é necessária uma gestão descentralizada e transparente de recursos do patrimônio da instituição, sustentada na concepção de uma Universidade Democrática e Autônoma, que se configura pela probidade administrativa, pela democracia na composição das suas instâncias e na sua articulação com a sociedade civil organizada.

9- MOÇÃO DE

REPÚDIO - Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, repudiam a política de destruição do ensino público superior do governo Tasso Jereissati por quebrar a autonomia universitária e impedir a realização de concurso público para preencher as carências das 3 (três) Universidades Estaduais: URCA (Universidade Regional do Cariri), UECE (Universidade Estadual do Ceará) e UVA (Universidade do Vale do Acaraú). O 20º Congresso posiciona-se contra a precarização do serviço público nas Universidades Estaduais e a carência de concursos públicos para preencher as vagas efetivas. **10 - MOÇÃO DE REPÚDIO** - Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, repudiam o governo do estado do Pará pela prisão arbitrária de cinco dirigentes do Fórum em Defesa da Educação, no dia 15/12/00, bem como por sua política de contenção de vagas no ensino médio, e manifestam solidariedade com a luta dos professores, pais e estudantes de Belém em favor da escola pública, universal, gratuita e de qualidade. **11 - MOÇÃO DE APOIO** - Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, apóiam os companheiros da ADUEPB em sua luta contra o lesivo vínculo empregatício imposto pelo governo da Paraíba a seus docentes como forma perversa de legitimação do processo de precarização das relações de trabalho e unem-se aos companheiros para exigir o concurso público que o governo se comprometeu a realizar durante a greve de 1999, dando-lhes todo apoio na luta pela universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. **12 - MOÇÃO** - Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, diante da gravidade do quadro analisado pelos participantes do VII Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria, realizado de 12 a 14 de janeiro de 2001, na Universidade Federal de Uberlândia, que apontou: - a indignação da cidadania com os desvios, os desperdícios, ou simplesmente o roubo dos recursos públicos; - o aumento das denúncias e dos indícios de corrupção nos escalões administrativos do Governo Federal; - a ousada tentativa do Poder Executivo, no sentido de intimidar e silenciar o Ministério Público e o Poder Judiciário, que têm a atribuição de combater e punir a corrupção e improbidade administrativa; - o uso recorrente e autoritário de Medidas Provisórias para legislar indiscriminada e abusivamente; denunciam essas práticas lesivas aos direitos políticos e sociais da maioria da população e solicitam ao Congresso Nacional a urgente retomada da votação da lei que limita o abuso do recurso a medidas provisória pelos governo federal. **13 - MOÇÃO** - O 20º Congresso do ANDES-SN manifesta total repúdio à odiosa perseguição por parte da UFRJ contra o presidente do ANDES-SN professor Roberto Leher, a quem expressa incondicional solidariedade, considerando profundamente inaceitável que: a) aos 20 anos de existência alicerçada na luta pelos direitos da categoria, o ANDES-SN, no alvorecer do século XXI, seja tão duramente atingido pela injusta agressão contra seu presidente; b) atitudes como a do diretor da Faculdade de Educação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, que não obstante conhecer os direitos conferidos pela lei ao professor Roberto Leher, atribuiu-lhe 90 dias de faltas na vigência de seu mandato de presidente do ANDES-SN, obrigando-o a transferir-se temporariamente para a UnB; c) nem mesmo na ditadura militar registraram-se em relação ao ANDES-SN ações de tamanho obscurantismo como as de alguns dirigentes da UFRJ, que contaram com a conivência de seu Reitor; repudia a violação do direito conferido ao presidente do ANDES-SN, professor Roberto Leher, ao recebimento pleno de seus vencimentos, manifestando, total unidade em defesa do exercício pleno de seu mandato SINDICAL. **14 - MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO POVO CUBANO** - Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, à vista da gravidade do ataque ao direito de autodeterminação e das tentativas de legitimação do boicote perpetrado contra o povo cubano, denuncia e recusa por reconhecer como falsa e hipócrita, a alegação de combate às violações aos direitos humanos patrocinado pelo governo americano e seus aliados. Pois essa vem

se caracterizando como a mais perversa das formas de intervencionismo contra todos os povos que levantam contra o domínio avassalador do capitalismo, como fica tão bem demonstrado no Plano Colômbia. Condenam, ainda, qualquer tentativa de manipulação da opinião pública, reafirmando seu respeito à livre manifestação política desses povos, em especial o cubano. Após a leitura e a aprovação das moções foi lida a Carta do Rio de Janeiro que segue transcrita: **“Carta do Rio de Janeiro - O 20 Congresso do ANDES-Sindicato Nacional reunido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre 15 e 20 de fevereiro de 2001, com a presença de 324 delegados e 46 observadores foi inaugurado com a presença de amplos setores dos movimentos sociais, dos sem terra aos povos indígenas, do movimento negro às sociedades científicas e com a destacada presença das entidades sindicais da área da Educação, da Central Única dos Trabalhadores e de partidos políticos do campo da oposição ao governo federal. A unidade na luta contra as políticas neoliberais que manifestam sua perversidade máxima em países onde as desigualdades estruturais são maximizadas pela exploração brutal dos trabalhadores, inclusive por meio do ignominioso trabalho infantil foi a tônica do pronunciamento das manifestações dos nossos companheiros de luta social. Os representantes dos diversos movimentos proclamaram claramente que Movimento Social e Universidade têm a mesma luta. O programa político aqui expressado coloca tarefas de articulação nacional e internacional com o objetivo de promover o enfrentamento à ditadura das políticas que exacerbam o mercado e aniquilam os direitos e as necessidades das populações. Presenciamos o fortalecimento da resistência às organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio. Seattle, Praga, o Fórum Social Mundial demonstram o aprofundamento da luta e o internacionalismo, ainda que com formas muito variadas, lutas e sentimentos que anunciam que “um outro mundo é possível” a partir da unidade dos trabalhadores. Coloca-se como tarefa para nosso Sindicato a inserção nas redes de solidariedade internacional (Red Sepa, Aliança Social Continental) e a construção do dia 20 de abril como dia continental de luta contra a subordinação da educação aos ditames das Zonas de Livre Comércio. O cenário nacional o desenhado pela derrota do governo nas eleições municipais de 2000 coloca para o campo popular tarefas novas e renovadas. O combate ao ajuste neoliberal do Estado e à Lei de Responsabilidade Fiscal – instrumento utilizado pelo FMI para monitorar todas as esferas do Estado foi definido como eixo fundamental. As prefeituras eleitas pelo campo da oposição encontram-se fortemente limitadas e por isso os movimentos partidários e sociais devem manter sua mobilização para alterar essa brutal correlação de forças, lutando para impedir que o sistema de alianças que sustenta a coalizão no poder seja recomposta. Como parte da ofensiva de organismos internacionais e das classes representadas pelo governo FHC contra os direitos sociais do trabalho, o Executivo tenta apressar, no Parlamento, a votação das propostas governamentais de aniquilamento dos direitos dos trabalhadores atingindo os direitos dos trabalhadores da esfera privada (modificação da legislação trabalhista) e da esfera estatal (ampliação do processo de celetização, emprego público, destruição do Regime Jurídico Único). Em decorrência dos compromissos assumidos com o capital financeiro, a seguridade social pública é violentamente atacada com o propósito de ampliar a esfera privada dessa seguridade. A agudização e a radicalização da condição capitalista dependente da economia brasileira criam obstáculos terríveis à autonomia da nação com repercussões na área de C&T. Na divisão internacional do trabalho engendrada pelas organizações internacionais (FMI, BM, OMC, G-7, OTAN), os países periféricos estão relegados à condição de consumidores de tecnologia como atesta a situação mundial das patentes. Esse processo foi acentuado pelo desmonte dos centros de pesquisa das antigas estatais. O 20 Congresso reconhece a necessidade de aprofundar a crítica ao projeto de universidade em curso, em especial o seu afastamento em relação aos movimentos sociais e ao conjunto da sociedade brasileira. O processo de atrelamento da C&T às necessidades das multinacionais evidencia claramente a distorção dos objetivos**

próprios desta Instituição. A Universidade não pode ser gerida na perspectiva administrativista e concorrencial, não pode ser reduzida a um mero balcão de pesquisas. Ela deve afirmar seu compromisso com o conjunto da sociedade que a sustenta. As formas de sua democratização, tanto da gestão, quanto do acesso) colocam tarefas ainda mais importantes. Uma universidade democratizada é uma universidade que se coloca na perspectiva do social, do trabalho com a sociedade e não com uma parte dela. O 20 Congresso acentua a necessidade de luta em defesa do Regime Jurídico Único, da Carreira Docente Unificada e do padrão unitário de qualidade. Rejeita as tentativas de subordinação da Universidade à lógica das medidas neoliberais e declara sua firme intenção de resistir diante dos ataques que o governo sinaliza contra as condições de trabalho nas Instituições Públicas Federais de Ensino Superior e sinaliza que esse projeto será estendido aos conjuntos dos estados salvo naqueles em que esse projeto já se encontra em fase de implementação. ampla liberdade de organização sindical e da liberdade de expressão e de ensino. A universidade deve expressar a diversidade existente no real e não eliminar as diferenças reais. A tarefa dos docentes é, cada vez mais, a defesa do social, das classes trabalhadoras. O Congresso declara a necessidade de ampliar o debate com todas as formas de expressão do conhecimento e conclama a todos – docentes e não docentes – a atuarem no sentido da construção de uma nova sociedade. Ao apagar as diferenças, ao eliminar o divergente, caímos na ditadura do pensamento único, esterilizamos nossa capacidade de atuar como sujeitos dessa transformação social que se faz necessária. Por fim o Congresso se colocou o desafio do permanente processo de democratização interna e de compromisso com a Sociedade. O 20 Congresso reafirma sua bandeira. A Universidade e os Movimentos Sociais devem atuar juntos e colocar a palavra de ordem de superação da Ordem do Capital.” O presidente dos trabalhos passou a palavra à Prof. Cláudia que, em nome da ASDUERJ, fez uma breve saudação ao Congresso. O Prof. Roberto Leher fala sobre as enormes responsabilidades que nos esperam e desejando boa luta aos companheiros declara encerrado o Congresso às 4h45m. Sendo o que se passou eu Edmundo Fernandes Dias lavrei a presente ata que é subscrita pelo Presidente do Sindicato, Prof. Roberto Leher, para os devidos fins de direito.

Edmundo Fernandes Dias
Secretário Geral

Roberto Leher
Presidente

ANEXOS A ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

ANEXO I

1 - Moção de Apoio

Os delegados presentes ao 20º Congresso do ANDES-SN, considerando que:

- a) o programa especial de treinamento (PET), criado há mais de 20 anos pelo MEC, forma estudantes de graduação, em sistema de tutoria, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo o potencial dos mesmos para a vida acadêmica e profissional;
- b) o programa interage com seus respectivos cursos de graduação, contribui para a sua melhoria e atua na irradiação de conhecimentos no interior da universidade, bem como em suas relações com a sociedade;
- c) desde 1998, o governo federal vem tentando desmembrar o PET mediante corte de recursos e ameaça de extinção;
- d) a tentativa de desvio de recursos do PET para um programa de “modernização dos cursos de graduação”, o qual não visava à formação direta de recursos humanos e que, portanto, não teria o mesmo impacto na qualidade de ensino;
- e) a CAPES implementa programas elitistas, como o de bolsas de graduação no exterior;
- f) a comunidade universitária, com o apoio de entidades, tais como, a SBPC e outras sociedades científicas, bem como de muitos parlamentares, vem conseguindo demonstrar resistência às investidas do governo que se viu obrigado a recuar, mantendo o PET, citando-se como exemplo o pagamento da bolsa dos estudantes que, apesar de considerável atraso, foram pagas;
- g) a SESU, atual responsável pelo programa no MEC, não só suspendeu o pagamento das bolsas dos tutores no ano 2000, como também volta a ameaçar com modificações do PET, estando previstas a redução no tempo de permanência dos bolsistas no programa, a redução em 50% do número de bolsistas, a supressão do pagamento de bolsas para tutores e cortes nas taxas acadêmicas para manutenção dos grupos;
- h) em avaliações do programa PET, encomendadas pelo próprio MEC, constatou-se que o mesmo cumpre todos os seus objetivos, e que desde modo, não se podem aceitar as modificações impostas pelo governo que fragilizam a continuidade do Programa e que, portanto, vem contra a qualidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- i) manifestam seu apoio à manutenção do Programa PET, em sua concepção original (delegados da APUF-PR no 20º Congresso do ANDES-SN).

Enviar para:

- Ministro da Educação;
- Secretário da SESU - Mac Dowell;
- Comissão de Educação da Câmara e Senado Federais;
- Deputados e Senadores da bancada paranaense;
- Ampla divulgação na Comunidade Universitária.
- Imprensa Nacional

2 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados presentes ao 20º Congresso do ANDES-SN, considerando que:

- o governo do estado do Paraná, na figura do governador Jaime Lerner, por intermédio de sua Secretária de Estado da Educação Alcione Saliba (ex-técnica do Banco Mundial), promoveu redução na carga horária de diversas disciplinas do Ensino Médio da Rede Pública a vigorarem a partir do ano letivo em curso;
- tais reduções de carga horária:
 - a) trazem visíveis e graves prejuízos aos alunos da Rede Pública quando ao processo de aprendizagem e à construção da cidadania;
 - b) geraram diminuição de jornada de trabalho e mesmo dispensa de professores;
 - c) visam a, tão somente, somar-se à série de práticas adotadas pelo governo paranaense, no sentido de reduzir seus gastos com os serviços públicos, para dar conta de uma política irresponsável que já perdura por mais de seis anos;
- manifestam o seu mais veemente repúdio a este ataque frontal ao ensino público de qualidade.

Enviar para:

- Governo do Estado do Paraná
- Secretaria de Estado da Educação do Paraná
- Assembléia Legislativa do Paraná
- APP-Sindicato
- Imprensa Nacional e Paranaense.

3 - Moção de Repúdio

O 20º Congresso do ANDES-SN manifesta seu repúdio às ações empreendidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul no processo de criação da Universidade Estadual.

Contrariando a tradição política das forças que o compõem, a metodologia utilizada pelo Governo na constituição do 'Grupo de Trabalho' e na elaboração do projeto de Universidade Estadual do RGS (UERGS) desconsiderou as entidades sindicais dos trabalhadores do ensino superior, entre elas o ANDES-SN.

A ausência de diálogo do governo com as entidades durante o processo de formulação do projeto, bem como a falta de informações básicas previamente fornecidas pelo Governo às entidades impossibilitaram o diálogo verdadeiro nas audiências públicas, inviabilizando a interlocução democrática, o que sugere a presença de contradições no Governo que fundamenta suas ações na democracia e na participação popular.

Assim sendo, reiteramos o pedido de audiência com o Sr. Governador do Estado, já formulado anteriormente pelas Seções Sindicais e Vice-Presidência Regional do Rio Grande do Sul (VPR/RS), deixando claro para o Governo e para a sociedade, que o Movimento Docente está atento e buscará insistentemente atuar no rumo da correção dos rumos do processo de construção da UERGS.

Enviar para:

Governador do Estado: Olívio Dutra
Vice-governador: Miguel Rosseto
Secretária de Estado da Educação: Lúcia Camini
Regional Rio Grande do Sul
ADUFPEL
ADUFRGS
APROFURG
SEDUFMS

4 - Moção de Repúdio

Os delegados presentes ao 20º Congresso do ANDES-SN reiteram o repúdio a todas as formas de perseguição política que a Reitoria da Universidade Federal de Pelotas vem realizando contra os estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos participantes das manifestações no “Ato em Defesa da Democracia na UFPel”, já manifestado por ocasião do 41º CONAD.

Enviar para:
Reitoria da UFPel
ADUFPEL
MEC

5 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados participantes do 20º Congresso do ANDES-SN repudiam o governo Garotinho pela implementação do famigerado Projeto “Nova Escola”, que representa um golpe contra a educação pública e o claro compromisso desse governo estadual com o projeto neoliberal, na medida em que:

acaba com isonomia estatuidando como improdutivos o segmento dos aposentados; estabelece a competição entre os profissionais; culpabiliza-os pela situação da escola (inclusive pelo tamanho das instalações!!!), o Projeto Nova Escola reproduz a essência do projeto anti-social e de desmonte da escola pública na agenda neoliberal.

Não bastasse tudo isso, ao punir com o congelamento salarial dos profissionais das escolas estaduais que não aderiram ao Projeto, o governo Garotinho evidencia o caráter inerentemente autoritário do referido projeto, dito de “adesão voluntária” pelo próprio governo do Estado.

Pela União em defesa da Educação Pública e Gratuita e da Luta dos Profissionais da Educação:

ABAIXO AO PROJETO “NOVA ESCOLA”!!!

TODO REPÚDIO AO GOVERNO GAROTINHO!!!

Enviar para:

Governador do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Partidos Políticos

Imprensa Nacional e Fluminense

6 - Moção de Repúdio

Os delegados presentes ao 20º Congresso do ANDES-SN ante o conhecimento de que:

- a) o antropólogo Francisco Ferreira de Alencar, professor e pesquisador do ex-Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, teve que deixar o país, no início dos anos 60, em virtude de perseguição política do regime militar;
- b) o professor Alencar teve que permanecer na Suíça, durante vários anos, na condição de refugiado, exercendo suas atividades como antropólogo;

- c) ao retornar ao Brasil, após a aprovação da anistia política, teve seus pedidos de reintegração sucessivamente negados, consubstanciando-se, assim, uma situação de não cumprimento da lei da anistia e de negação de direitos.

manifesta o seu veemente protesto quanto a essa situação de discriminação política contra o Professor Alencar, ao mesmo tempo em que exige das autoridades competentes a sua imediata reintegração à Universidade, garantindo-lhe o pleno exercício de seus direitos de cidadão e de professor.

Enviar para: Ministro da Educação e do Desporto
Ministro da Justiça
Reitor da UFC.
ADUFC

7 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, repudiam a ação do governo do estado de Pernambuco que tenta, pela segunda vez, privatizar a universidade de Pernambuco (UPE), por intermédio de um pseudo-projeto de autonomia, dando curso ao projeto neoliberal, do qual é fiel executor.

Enviar para:

- Governador do Estado
- Assembléia Legislativa
- Partidos Políticos
- ADUPE
- Sindicato dos Trabalhadores
- DCE

8 - MOÇÃO DE APOIO

Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, apóiam a abertura imediata do processo estatuinte na UFPE com a participação efetiva da comunidade universitária. Esse processo poderá garantir a produção e a difusão do saber visando a uma sociedade mais justa. Para isso, é necessária uma gestão descentralizada e transparente de recursos do patrimônio da instituição, sustentada na concepção de uma Universidade Democrática e Autônoma, que se configura pela proibidade administrativa, pela democracia na composição das suas instâncias e na sua articulação com a sociedade civil organizada.

Enviar para:

- Reitoria da UFPE
- ADUFEPE
- Sindicato dos Trabalhadores da UFPE
- DCE
- Imprensa Estadual

9- MOÇÃO DE REPÚDIO

Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, repudiam a política de destruição do ensino público superior do governo Tasso Jereissati por quebrar a autonomia universitária e impedir a realização de concurso público para preencher as carências das 3 (três) Universidades Estaduais: URCA (Universidade Regional do Cariri), UECE (Universidade Estadual do Ceará) e UVA (Universidade do Vale do Acaraú).

O 20º Congresso posiciona-se contra a precarização do serviço público nas Universidades Estaduais e a carência de concursos públicos para preencher as vagas efetivas.

Enviar para:

- Governador do Estado do Ceará
- Secretário de Ciência e Tecnologia
- Imprensa Nacional e Cearense
- Reitoria da UVA
- Reitoria da UECE
- Reitoria da URCA

10 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, repudiam o governo do estado do Pará pela prisão arbitrária de cinco dirigentes do Fórum em Defesa da Educação, no dia 15/12/00, bem como por sua política de contenção de vagas no ensino médio, e manifestam solidariedade com a luta dos professores, pais e estudantes de Belém em favor da escola pública, universal, gratuita e de qualidade.

Enviar para:

- Governador Almir Gabriel
- Secretaria de Educação
 - SINTEPP
 - UMES
 - CUT
- Secretaria de Segurança
- Imprensa Nacional

11 - MOÇÃO DE APOIO

Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, apóiam os companheiros da ADUEPB em sua luta contra o lesivo vínculo empregatício imposto pelo governo da Paraíba a seus docentes como forma perversa de legitimação do processo de precarização das relações de trabalho e unem-se aos companheiros para exigir o concurso público que o governo se comprometeu a realizar durante a greve de 1999, dando-lhes todo apoio na luta pela universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Enviar para:

- Governador da Paraíba
- Assembléia Legislativa
- Partidos Políticos
- ADUEPB
- Sindicato dos Trabalhadores
- Imprensa Estadual

12 - MOÇÃO

Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, diante da gravidade do quadro analisado pelos participantes do VII Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria, realizado de 12 a 14 de janeiro de 2001, na Universidade Federal de Uberlândia, que apontou:

- a indignação da cidadania com os desvios, os desperdícios, ou simplesmente o roubo dos recursos públicos;
- o aumento das denúncias e dos indícios de corrupção nos escalões administrativos do Governo Federal;
- a ousada tentativa do Poder Executivo, no sentido de intimidar e silenciar o Ministério Público e o Poder Judiciário, que têm a atribuição de combater e punir a corrupção e improbidade administrativa;
- o uso recorrente e autoritário de Medidas Provisórias para legislar indiscriminada e abusivamente

denunciam essas práticas lesivas aos direitos políticos e sociais da maioria da população e solicitam ao Congresso Nacional a urgente retomada da votação da lei que limita o abuso do recurso a medidas provisória pelos governo federal.”

Enviar para: Congresso Nacional

- Partidos Políticos
- Imprensa Nacional

13 - MOÇÃO

O 20º Congresso do ANDES-SN manifesta total repúdio à odiosa perseguição por parte da UFRJ contra o presidente do ANDES-SN professor Roberto Leher, a quem expressa incondicional solidariedade, considerando profundamente inaceitável que:

- a) aos 20 anos de existência alicerçada na luta pelos direitos da categoria, o ANDES-SN, no alvorecer do século XXI, seja tão duramente atingido pela injusta agressão contra seu presidente;
- b) atitudes como a do diretor da Faculdade de Educação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, que não obstante conhecer os direitos conferidos pela lei ao professor Roberto Leher, atribuiu-lhe 90 dias de faltas na vigência de seu mandato de presidente do ANDES-SN, obrigando-o a transferir-se temporariamente para a UnB;
- c) nem mesmo na ditadura militar registraram-se em relação ao ANDES-SN ações de tamanho obscurantismo como as de alguns dirigentes da UFRJ, que contaram com a conivência de seu Reitor;

repudia a violação do direito conferido ao presidente do ANDES-SN, professor Roberto Leher, ao recebimento pleno de seus vencimentos, manifestando, total unidade em defesa do exercício pleno de seu mandato SINDICAL.

Enviar para:

- MEC
- Reitoria da UFRJ

14 - MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO POVO CUBANO

Os Delegados do 20º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 15 a 21 de fevereiro de 2001, à vista da gravidade do ataque ao direito de autodeterminação e das tentativas de legitimação do boicote perpetrado contra o povo cubano, denuncia e recusa por reconhecer como falsa e hipócrita, a alegação de combate às violações aos direitos humanos patrocinado pelo governo americano e seus aliados. Pois essa vem se caracterizando como a mais perversa das formas de intervencionismo contra todos os povos que levantam contra o domínio avassalador do capitalismo, como fica tão bem demonstrado no Plano Colômbia.

Condenam, ainda, qualquer tentativa de manipulação da opinião pública, reafirmando seu respeito à livre manifestação política desses povos, em especial o cubano.

Enviar para:

Embaixada de Cuba

Embaixada dos Estados Unidos

Embaixada da República Checa

Imprensa

Partidos Políticos

Congresso Nacional.

Carta do Rio de Janeiro

O 20º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional reunido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre 15 e 20 de fevereiro de 2001, com a presença de 324 delegados e 46 observadores foi inaugurado com a presença de amplos setores dos movimentos sociais, dos sem terra aos povos indígenas, do movimento negro às sociedades científicas e com a destacada presença das entidades sindicais da área da Educação, da Central Única dos Trabalhadores e de partidos políticos do campo da oposição ao governo federal.

A unidade na luta contra as políticas neoliberais que manifestam sua perversidade máxima em países onde as desigualdades estruturais são maximizadas pela exploração brutal dos trabalhadores, inclusive por meio do ignominioso trabalho infantil foi a tônica do pronunciamento das manifestações dos nossos companheiros de luta social.

Os representantes dos diversos movimentos proclamaram claramente que Movimento Social e Universidade têm a mesma luta. O programa político aqui expressado coloca tarefas de articulação nacional e internacional com o objetivo de promover o enfrentamento à ditadura das políticas que exacerbam o mercado e aniquilam os direitos e as necessidades das populações. Presenciamos o fortalecimento da resistência às organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio. Seattle, Praga, o Fórum Social Mundial demonstram o aprofundamento da luta e o internacionalismo, ainda que com formas muito variadas, lutas e sentimentos que anunciam que “um outro mundo é possível” a partir da unidade dos trabalhadores. Coloca-se como tarefa para nosso Sindicato a inserção nas redes de solidariedade internacional (Red Sepa, Aliança Social Continental) e a construção do dia 20 de abril como dia continental de luta contra a subordinação da educação aos ditames das Zonas de Livre Comércio.

O cenário nacional desenhado pela derrota do governo nas eleições municipais de 2000 coloca para o campo popular tarefas novas e renovadas. O combate ao ajuste neoliberal do Estado e à Lei de Responsabilidade Fiscal - instrumento utilizado pelo FMI para monitorar todas as esferas do Estado foi definido como eixo fundamental. As prefeituras eleitas pelo campo da oposição encontram-se fortemente limitadas e por isso os movimentos partidários e sociais devem manter sua mobilização para alterar essa brutal correlação de forças, lutando para impedir que o sistema de alianças que sustenta a coalizão no poder seja recomposta. Como parte da ofensiva de organismos internacionais e das classes representadas pelo governo FHC contra os direitos sociais do trabalho, o Executivo tenta apressar, no Parlamento, a votação das propostas governamentais de aniquilamento dos direitos dos trabalhadores atingindo os direitos dos trabalhadores da esfera privada (modificação da legislação trabalhista) e da esfera estatal (ampliação do processo de celetização, emprego público, destruição do Regime Jurídico Único). Em decorrência dos compromissos assumidos com o capital financeiro, a seguridade social pública é violentamente atacada com o propósito de ampliar a esfera privada dessa seguridade. A agudização e a radicalização da condição capitalista dependente da economia brasileira criam obstáculos terríveis à autonomia da nação com repercussões na área de C&T. Na divisão internacional do trabalho engendrada pelas organizações internacionais (FMI, BM, OMC, G-7, OTAN), os países periféricos estão relegados à condição de consumidores de tecnologia como atesta a situação mundial das patentes. Esse processo foi acentuado pelo desmonte dos centros de pesquisa das antigas estatais.

O 20º Congresso reconhece a necessidade de aprofundar a crítica ao projeto de universidade em curso, em especial o seu afastamento em relação aos movimentos sociais e ao conjunto da sociedade brasileira. O processo de atrelamento da C&T às

necessidades das multinacionais evidencia claramente a distorção dos objetivos próprios desta Instituição. A Universidade não pode ser gerida na perspectiva administrativista e concorrencial, não pode ser reduzida a um mero balcão de pesquisas. Ela deve afirmar seu compromisso com o conjunto da sociedade que a sustenta. As formas de sua democratização, tanto da gestão, quanto do acesso) colocam tarefas ainda mais importantes. Uma universidade democratizada é uma universidade que se coloca na perspectiva do social, do trabalho com a sociedade e não com uma parte dela.

O 20º Congresso acentua a necessidade de luta em defesa do Regime Jurídico Único, da Carreira Docente Unificada e do padrão unitário de qualidade. Rejeita as tentativas de subordinação da Universidade à lógica das medidas neoliberais e declara sua firme intenção de resistir diante dos ataques que o governo sinaliza contra as condições de trabalho nas Instituições Públicas Federais de Ensino Superior e sinaliza que esse projeto será estendido aos conjuntos dos estados salvo naqueles em que esse projeto já se encontra em fase de implementação. ampla liberdade de organização sindical e da liberdade de expressão e de ensino. A universidade deve expressar a diversidade existente no real e não eliminar as diferenças reais. A tarefa dos docentes é, cada vez mais, a defesa dos interesses da maioria da sociedade, das classes trabalhadoras.

Em consonância com as avaliações dos movimentos sociais presentes ao Congresso, o plano de luta do Sindicato aponta para a necessidade do fortalecimento da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais e das lutas unificadas. A pauta unificada centrada na luta pela reposição salarial, pelo pagamento da correção do FGTS, pela realização dos concursos no Regime Jurídico Único e contra o projeto de emprego público, contra a privatização da previdência social dos servidores públicos e pelos direitos de representação sindical, as campanhas salariais e a luta pela democratização das Instituições Estaduais de Ensino Superior, a luta contra as tentativas de privatização dessas instituições, contra a extensão no âmbito estadual das propostas de emprego público, as campanhas salariais e a luta pela democratização das Instituições Particulares de Ensino Superior, tudo isso expressa a opção de enfrentamento ao conjunto das políticas neoliberais de FHC e de seu sistema de alianças. Na mesma linha se coloca o reforço as lutas internacionais contra essa mesma política em âmbito internacional e, em especial, a luta contra a mercantilização da educação tal como proposta pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comercio. O Congresso reafirma a luta contra o intervencionismo das grandes potenciais, em especial, contra o Plano Colômbia.

O Congresso declara a necessidade de ampliar o debate com todas as formas de expressão do conhecimento e conclama a todos - docentes e não docentes - a atuarem no sentido da construção de uma nova sociedade. Ao apagar as diferenças, ao eliminar o divergente, caímos na ditadura do pensamento único, esterilizamos nossa capacidade de atuar como sujeitos dessa transformação social que se faz necessária.

Por fim o Congresso se colocou o desafio do permanente processo de democratização interna e de compromisso com a Sociedade. O 20º Congresso reafirma sua bandeira. A Universidade e os Movimentos Sociais devem atuar juntos e colocar a palavra de ordem de superação da Ordem do Capital.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÕES DO TEMA I - POLÍTICAS SOCIAIS

I - POLÍTICA EDUCACIONAL:

I.0 - Questões Gerais

Face à natureza da Reforma do Estado, às orientações neoliberais que a configuram, e, em particular, à política educacional implementada pelo governo FHC, o 20º Congresso do ANDES SN delibera:

1 - fortalecer, interna e externamente, a luta contra a política neoliberal no mundo contemporâneo e, em especial, suas aplicações na área de educação;

2 - defender de forma intransigente, a educação pública, gratuita e de qualidade social em todos os níveis e modalidades, reforçando os princípios que fundamentam o *padrão unitário de qualidade*, de acordo com a *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*;

3 - defender metas referentes à Educação Superior expressas no *PNE: proposta da sociedade brasileira* quanto a expansão, qualidade social do ensino, avaliação, autonomia, combatendo, articulada e unificadamente, as medidas definidas nos projetos de governo:

a) as Diretrizes Curriculares para a Educação ditadas pelo FMI, Banco Mundial e demais organismos do capital financeiro internacional;

b) os cursos seqüenciais, os cursos à distância e os programas especiais de formação pedagógica que aligeiram e minimizam a formação acadêmica.

4 - fortalecer a luta pela democratização da educação brasileira, exigindo: respeito ao dispositivo constitucional que trata da gratuidade do ensino em escolas oficiais; expansão das vagas públicas necessárias tanto na educação básica quanto na educação superior, investimentos adequados e suficientes nesses níveis de ensino e respectivas modalidades, exclusivamente em estabelecimentos públicos; e valorização real dos profissionais da educação, em termos de carreira, capacitação, remuneração e condições de trabalho;

5 - participar e articular as lutas em defesa da Educação Pública, gratuita e socialmente referenciada, e da Ciência e Tecnologia, especificamente no campo da pesquisa e da pós-graduação, defendendo intransigentemente:

a) a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão;

b) a integração graduação pós-graduação, educação superior – educação básica com suas diferentes modalidades;

c) a liberdade acadêmica dos professores, estudantes e técnico-administrativos, bem como a autonomia institucional na definição e abordagem dos problemas e busca de soluções contra a ingerência das instâncias do capital e do governo nas políticas acadêmicas e de C&T.

6 - denunciar e combater as diferentes formas de privatização interna das IES públicas, seja a utilização privada de recursos públicos (pessoal, espaços, materiais), através de convênios e contratos para realização de pesquisas e prestação de serviços, seja a cobrança de taxas e mensalidades nos diferentes níveis e modalidades de ensino, posto que subordinam as políticas implementadas nessas IES a interesses empresariais privados, em detrimento das necessidades e interesses da sociedade;

7 - lutar pela rearticulação dos integrantes do *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública* e pela recuperação dos seus fundamentos democráticos com participação efetiva da base das diferentes entidades que o compõem e pela recuperação dos seus fundamentos democráticos como estratégia de forte mobilização para os necessários enfrentamentos que ocorrerão no ano de 2001 e no próximo Fórum Social Mundial a ser realizado em 2002. Articular as atividades do Fórum com a plataforma de ações da CUT em âmbitos estadual e nacional;

8 - resgatar e fortalecer os *Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública*, onde houver, e estabelecer articulações em âmbito estadual para a construção desses Fóruns em todos os Estados onde ainda não existam;

9 - intensificar a luta pela revogação da Lei 9394/96 e da legislação que a regulamenta, em especial a que dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação e Cursos Normais Superiores, defendendo a aprovação, pelo Congresso Nacional, do PDL 385/00, que susta os efeitos do Decreto 3276/99, reafirmando o papel das universidades como o *locus* da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação;

10 – posicionar-se contra a utilização de recursos do FUNDEF na formação inicial de professores, intensificando a luta pela garantia de financiamento estatal integral dos cursos de licenciatura e pedagogia das IES públicas;

11 - ampliar as discussões no GTPE e no GT Carreira sobre a questão da transformação de CEFETs em universidades, conforme as deliberações do 41º CONAD para apreciação do 42º CONAD;

12 - lutar contra a ação compulsória e em regime precário dos alunos de graduação das universidades públicas no ensino básico, resultante de convênios, parcerias ou acordos que signifiquem contrapartida do graduando por usufruir do direito ao ensino gratuito ou de alguma forma de auxílio em bolsa.

I.1 Plano Nacional de Educação

O XX CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

1 – reafirmar o **PNE da sociedade brasileira** como documento de referência política, pedagógica e metodológica para a educação brasileira e para as intervenções do ANDES-SN na elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação;

2 – propor às demais entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública em novembro de 2001, a realização do IV CONED em novembro de 2001, reafirmando-o como um espaço coletivo de discussão democrática para o encaminhamento da luta pela educação pública e de qualidade socialmente referenciada;

3- posicionar-se contra o Plano Nacional de Educação instituído pela Lei no. 10.172/2001, dando início imediato às ações e articulações necessárias à luta pela sua revogação;

4- lutar para reintegrar a educação profissional ao sistema regular de ensino público, e pela ampliação dos recursos orçamentários especificamente destinados a essa modalidade de ensino ;

5- que o GTPE juntamente com o GTPFS recupere e aprofunde a discussão sobre temas como centros públicos de educação profissional e qualificação profissional para subsidiar a intervenção do sindicato nacional no interior da CUT;

6- lutar contra a atuação compulsória e em regime precário dos alunos de graduação das universidades públicas no ensino básico, resultante de convênios, parcerias ou

acordos que signifiquem contrapartida do graduando por usufruir do direito ao ensino gratuito ou de alguma forma de auxílio em bolsa.

I.2 - Carreira

O 20º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 - lutar pela implantação da Proposta do ANDES-SN para Carreira Única, acompanhada de Plano Nacional de Capacitação Docente;

2 - reafirmar a Proposta do ANDES-SN para Carreira Única, evitando qualquer processo de revisão;

3 - encaminhar ações que mobilizem a categoria docente em defesa da implantação da proposta de Carreira Única;

4 - realizar Campanha pela implementação da Proposta do ANDES-SN para a Carreira Única, estudando a viabilidade, enquanto uma das peças da Campanha, da proposta de uma Cartilha Nacional. Lutar por dotação orçamentária para viabilizar, através da CAPES, bolsas PIC DT para todos os docentes e técnico-administrativos afastados para pós-graduação *strictu sensu*;

5 - Que a Diretoria do ANDES-SN realize um Seminário Nacional para discussão e aprofundamento das questões relacionadas aos docentes de 1º e 2º graus.

6 - defender metas referentes à Educação Superior expressas no *PNE: proposta da sociedade brasileira* quanto a expansão, qualidade social do ensino, avaliação, autonomia, combatendo, articulada e unificadamente, as medidas definidas nos projetos de governo:

a) a super exploração do trabalho docente através de mecanismos de produtividade (GID e GED, no âmbito federal, e seus equivalentes, com outras nomenclaturas, nas esferas estadual e municipal);

b) a perda de direitos com a possível implementação do “emprego público”

7 - posicionar-se contra o programa ESTÁGIO DE DOCÊNCIA imposto pela CAPES e lutar contra a atuação, compulsória ou voluntária, de alunos de pós-graduação nas atividades de docência dos cursos de graduação das IES onde estudam;

8 - participar e articular as lutas em defesa da Educação Pública, gratuita e socialmente referenciada, e da Ciência e Tecnologia, especificamente no campo da pesquisa e da pós-graduação, defendendo intransigentemente os direitos adquiridos referentes ao trabalho docente, respeitado, nesse caso, o que decidiu o STR na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 1620/DF, em 1997, ao interpretar o Art. 206, V, da Constituição Federal, bem como combatendo formas de transição de regimes (RJU para CLT) que objetivam retirar e restringir tais direitos.

I.3. Autonomia e Financiamento

20º Congresso do ANDES-SN delibera por:

1 - lutar contra as políticas demagógicas e intervencionistas, emanadas dos diferentes poderes, que não operam efetivo investimento para a ampliação da oferta e melhoria da qualidade do ensino médio, desrespeitam a autonomia universitária das IES públicas, não prevêm incremento financeiro para a garantia de todos os aportes pedagógicos e acadêmicos necessários a essa concepção política, a qual, de fato, escamoteia as questões relativas à responsabilidade do Estado e ao acesso ao ensino superior e deixa intocado o conjunto de problemas da educação pública;

2 - denunciar a política de “reserva de vagas” proposta pelo governo como sendo demagógica, pois não democratiza o acesso ao ensino superior e está inserida no quadro de uma política geral de destruição da universidade pública, ferindo sua autonomia. Encaminhar esta denúncia reafirmando a luta pela ampliação de vagas nas IES públicas exigindo melhoria da qualidade do ensino público que garanta as condições de qualidade e democratização no acesso ao ensino superior;

3 - consolidar a realização de um diagnóstico abrangente das reformas e transformações ocorridas no sistema de educação superior brasileiro durante a década de 90, apresentando o resultado no 42º CONAD. Sem prejuízo do diagnóstico técnico, envidar esforços para realizar diagnóstico vivo com debates, testemunhos, etc., mobilizando para o enfrentamento da privatização interna;

4 - dar início à discussão sobre os reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente para os Servidores Públicos, visando subsidiar a luta pela sua revogação;

5 - consolidar e publicar a Cartilha sobre Orçamento Público o mais breve possível;

6 - apresentar estudos atualizados sobre a evolução das Verbas de OCC e Pessoal das IES e dos mecanismos da sua distribuição, relacionando a evolução da Receita Tributária, o Orçamento do MEC e pessoal (Receita tributária/OCC/pessoal, pessoal/Orçamento do MEC);

7 - ampliar um conjunto de debates, discussões e atividades públicas que tenham como tema central a *Dívida Externa e sua relação com Orçamento Geral da União* (pautando centralmente as prioridades definidas pelo governo e seus reflexos para a Lei de Diretrizes Orçamentárias/2002 e sua relação com os serviços públicos e a qualidade de vida da população).

II – POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 20º Congresso delibera:

1 – participar e articular as lutas em defesa da Educação pública, gratuita e socialmente referenciada, e da Ciência e Tecnologia, especificamente no campo da pesquisa e da pós-graduação, defendendo intransigentemente a ampliação de verbas públicas para financiamento da C&T (em recursos não inferiores a 1,5% do PIB, imediatamente até atingir 2,7% do PIB em dez anos);

2 - dar continuidade às discussões no interior do sindicato direcionando-as, no sentido da construção de uma proposta de C&T para a universidade brasileira, a ser submetida ao 21º Congresso do ANDES-SN;

3 - reiterar a decisão do 41º CONAD de realizar, em conjunto com o GTPE, GTCARREIRA e GTPA, durante a 53ª Reunião Anual da SBPC, em julho 2001, em Salvador - BA, simpósios e mesas-redondas para discutir a política de ciência e tecnologia adotada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia;

4 - realizar um evento nacional para discutir o papel das IES na formulação, acompanhamento e avaliação de “Estudos de Impacto Ambiental” (EIA) e “Relatórios de Impacto Ambiental” (RIMA), previstos nas resoluções do CONAMA e pela constituição federal;

5 - que o GT C&T discuta patentes, tratado de Livre Comércio e as resoluções da OMC sobre a educação e a ciência e suas relações com a universidade brasileira e latino-americana

6 - que o GT Nacional de C & T, juntamente com os GTs locais das Ssind, identifique regional e nacionalmente a transferência de empregos e os convênios de

desenvolvimento no mercado de trabalho. Estabelecer e promover ações de luta em defesa do emprego nacional, devido ao processo de privatização

Recomendações:

1 - O 20º Congresso considerando que:

- as chamadas “áreas de ponta” do desenvolvimento representam progresso para toda a humanidade e que, apesar de avançarem sempre *a partir e dirigidas para* os interesses dominantes, elas devem se constituir objeto de atenção e referência de luta dos grupos organizados que defendem os interesses históricos de reprodução e emancipação da humanidade;

– a soberania do Estado brasileiro bem como os interesses de significativo número de trabalhadores do município de Alcântara estão, uma vez mais em jogo, com a implantação e os avanços do CLA;

recomenda que o ANDES-SN, através de seus GTs de Ciência e Tecnologia e Política e Formação Sindical e de sua Secretaria de Relações Internacionais analise e promova debates com outras entidades nacionais como a SBPC, a sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA) e os partidos políticos sobre os acordos internacionais referentes ao Centro de Lançamento de Alcântara, bem como sobre os impactos sociais e ambientais do programa, assim como em relação aos diferentes programas nas chamadas áreas de ponta desenvolvidos no Brasil.

2 - O 20º Congresso recomenda:

Que as Seções Sindicais, em 2001, realizem discussões sobre a ética da ciência e do cientista, com o objetivo de formularem propostas sobre o tema e submete-las à discussão durante o 21º Congresso do ANDES-SN.

III - POLÍTICA SINDICAL

III. 0 – Questões Gerais

O 20º Congresso delibera que o ANDES-SN deverá:

1 - organizar ações e atividades, em conjunto com os sindicatos cutistas, movimentos sociais organizados e setores da sociedade civil do campo democrático e popular, em defesa da liberdade de organização e exercício da atividade sindical;

2- fortalecer a nossa organização sindical, reafirmando seus princípios, seu caráter nacional, classista, autônomo e articulado com os demais setores da sociedade civil, combatendo as propostas e ações do governo de FHC contra a organização sindical em geral e em especial, aqueles que põem em risco o ANDES-SN, realizando debates, seminários, encontros de abrangência Nacional, Regional e Local;

3 - ampliar e fortalecer a *Rede de Solidariedade Internacional* e a *Rede SEPA*, em especial na América Latina, articulando ações e criando espaços de formação e atuação para os movimentos sociais em geral e para o movimento sindical, especificamente.

III.1 – Formação Sindical

O 20º Congresso delibera que o ANDES-SN deverá:

1 - Implantar, ao longo de 2001, uma política de formação sindical, orientada pelas deliberações das instâncias do ANDES SN relativas tanto ao campo da política sindical quanto a outros campos cuja contribuição seja necessária, sob coordenação

do GTPFS e da Encarregatura de Assuntos Sindicais, voltada para os seguintes objetivos:

- a) estabelecer um debate que permita a atualização dos militantes em relação aos grandes temas da conjuntura, qualificando a intervenção dos militantes nos debates sobre reformas neoliberais, transformações no mundo do trabalho, política educacional, política sindical e seguridade social, entre outros;
- b) socializar experiências e informações sobre política sindical entre os militantes das diferentes regiões e realidades universitárias abrangidas pela atuação do Sindicato, nos três setores que o compõem;
- c) contribuir para o surgimento e a preparação de quadros para o exercício da atividade sindical, criando condições para uma renovação da militância e da direção das seções sindicais e do sindicato nacional;
- d) despertar interesse pela vinculação de discussões acadêmicas aos campos de atuação do sindicato;
- e) realizar atividades formativas conjuntas com outras categorias envolvidas com as lutas desenvolvidas nas IES, em especial, com os técnicos administrativos e estudantes”;

2 - como parte das iniciativas de política de formação sindical, deverão ser viabilizados os seguintes instrumentos:

- a) cursos, seminários, debates de formação em âmbitos nacional e regional de formação, abordando a história do sindicalismo e das universidades; política educacional atual; movimento sindical e transformações do mundo do trabalho; gestão sindical no ANDES-SN;
- b) publicação de Cadernos ANDES, com o material fruto da política de formação sindical, a ser lançado em CONAD;
- c) implantação de uma lista de discussão através do *site* do ANDES-SN, sobre temas de política sindical (1º semestre de 2001);
- d) realização de seminários temáticos, em momentos de reunião do GTPFS e/ou antes de eventos nacionais do sindicato (ao longo de 2001);
- e) construção da unidade na luta dos trabalhadores com os setores desempregados e informalizados, combatendo a alternativa da criação de agência de emprego no interior da Central.

III.2 - Relação ANDES-SN/Sinpro-SP

O 20º Congresso do ANDES SN, à luz da sentença exarada pela 5ª Vara Cível de Brasília, reconhecendo legalmente nossa entidade como representante sindical dos docentes da educação superior da cidade de São Paulo, autoriza a Diretoria Nacional a dar conseqüência prática à decisão judicial e a adotar as medidas pertinentes para:

- a) iniciar os procedimentos necessários à execução provisória da dívida.
- b) negociar com o SINPRO - São Paulo a(s) forma(s) e prazo(s) de pagamento da dívida correspondente ao total das verbas arrecadadas a título de contribuições sindicais apresentando o resultado dessas negociações ao próximo CONAD, organizando imediatamente a devolução do imposto aos docentes.
- c) assumir papel crescente nas negociações já em curso com as mantenedoras das Instituições Particulares de Ensino Superior, com o objetivo de reassumir plenamente a representação sindical e política dos docentes dessas instituições.

III.3 - Reforma do Estado e Precarização dos Direitos Sociais

Considerando que:

1 – as alterações introduzidas pelo governo FHC na legislação trabalhista, com o propósito de maximizar os mecanismos de exploração do trabalhador, retiram-lhe as já precárias proteções contra os interesses do capital;

2 - a flexibilização e a precarização do trabalho não se restringem à iniciativa privada, mas atingem, com sérios prejuízos, os servidores federais, na medida em que a proposta de Emprego Público submete-os ao regime celetista, o 20º Congresso do ANDES-SN delibera que:

a) a AJN realize pesquisa sobre o processo de desconstitucionalização dos direitos dos trabalhadores com o objetivo de subsidiar o MD em suas discussões;

b) o ANDES-SN articule ações concretas de denúncia e sensibilização contra a desconstitucionalização dos direitos do trabalhador, no âmbito do MD;

c) o ANDES-SN promova um seminário temático com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a flexibilização e precarização das relações de trabalho decorrentes da desconstitucionalização dos direitos trabalhistas;

d) as Secretarias Regionais, também, promovam seminários temáticos, nos mesmos moldes do seminário nacional;

e) a Diretoria Nacional organize uma agenda de ações conjuntas com as demais entidades sindicais, visando ao enfrentamento do processo de desconstitucionalização dos direitos do trabalhador;

f) todo material PERTINENTE seja publicado em Caderno ANDES especial sobre o tema;

g) o ANDES-SN envie esforços para encaminhar em conjunto com os demais SPFs, CUT, etc., a Agenda Internacional dos Movimentos Sociais, elaborada no Fórum Social Mundial. (São exemplos a proposta do México do Dia em defesa da educação na América Latina – dia 20 de abril e o Dia Internacional contra a Dívida Externa).

III.4 - Participação na CUT

O 20º Congresso delibera ser necessário e estratégico:

1 - reafirmar às Seções Sindicais a necessidade de se integrarem à CUT, tendo como primeiro passo o pagamento de suas contribuições, nos termos do acordo aprovado pelo XVI Congresso, João Pessoa, 1997;

2 - ADs/Seções Sindicais devem considerar prioritárias a preparação e participação na 11ª Plenária da CUT, levando propostas para a construção de uma plataforma da educação;

3 - articular com as entidades da educação reunião com a executiva da CUT, objetivando a busca de solução para o impasse do DNTE e realização do III Congresso;

4 - reafirmar a posição de manutenção do DNTE nos termos da resolução aprovada no XVI Congresso, João Pessoa, 1997, enfatizando seus eixos de fundamentação

5 - realizar eventos, seminários, plenárias e debates com as entidades da educação tendo como eixos centrais a questão da organização e manutenção sistemática do DNTE.

IV - ETNIA, GÊNERO E CLASSE

20º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 - lutar contra as opressões, desigualdades e discriminações de gênero, etnia, cultura, idade, orientação sexual, classe, religião e nacionalidade, construindo durante o ano de 2001, sob a Coordenação do GT Gênero, Etnia e Classe, estratégias para a inserção do ANDES-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados;

2 – realizar uma avaliação cuidadosa da ação dos Conselhos Tutelares e das Delegacias de Mulheres (entre outros) para que possa construir sua política de intervenção sindical no que se refere às questões de Gênero e de Etnia;

3 – que o ANDES-SN deve estimular o conjunto do sindicato e as universidades a se engajarem na luta contra o racismo e as desigualdades raciais, especialmente sobre as mulheres afrodescendentes. Que o conjunto do sindicato se engaje na discussão referente à preparação da “3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas correlatas de Intolerância”, convocada pela ONU para agosto/setembro de 2001.

V - POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL

O 20º Congresso delibera:

V.1 – Sobre Seguridade Social

1 – Pela reativação, em caráter urgente, do Conselho Nacional de Seguridade Social, extinto pelas medidas provisórias números 1729 e 1799, por considerar que esta extinção constitui quebra da integralidade do conceito de seguridade social, operacionalizando de forma isolada o trato das questões da saúde, previdência e assistência social;

2 – Que o ANDES-SN proponha a transformação da Frente Parlamentar de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Previdência Social Pública em Frente Parlamentar de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Seguridade Social, na perspectiva de resgatar a luta em defesa dessa política pública na sua integralidade;

3 - Que o ANDES-SN, em 2001, aprofunde eixos temáticos que tratem das orientações político-econômicas dos organismos internacionais, particularmente da OMC, no âmbito da seguridade social, a fim de estabelecer estratégias de luta e fortalecimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores e dos cidadãos.

4 – Pela publicação de uma edição especial do InformANDES, que enfatize as questões relativas à seguridade social, que hoje constituem-se em centralidade na pauta política do sindicato;

5 – Que o GTCA realize estudos que, por meio de veículos de comunicação do sindicato ou de iniciativas conjuntas com outras entidades do movimento popular, instrumentalizem a luta pelo resgate dos direitos sociais de seguridade dos trabalhadores;

V.2 – Sobre Previdência Complementar

1 – Reafirma a sua posição contrária às reformas neoliberais de FHC.

2 – Posiciona-se contra a Previdência Complementar para o Servidor Público.

3 – Indica a necessidade de forte ação política voltada para:

- a) denunciar os prejuízos que a introdução da Previdência Complementar acarretará aos servidores públicos, favorecendo o desmonte da Previdência Social Pública e sua privatização;
 - b) impedir a aprovação de legislação e/ou medidas que favoreçam sua implementação
- 4 – Posiciona-se de forma contrária aos atuais encaminhamentos da CUT para a Previdência Social, que estimulam o crescimento da Previdência Complementar viabilizada pelos Fundos de Pensão.

V.3 – Sobre Aposentadoria

- 1 – Que as S.Sinds., dentro da especificidade de suas organizações, dêem ênfase ao trato das questões de aposentadoria, articulando, interna e externamente, a luta pelo resgate da categoria em relação a esta temática;
- 2 – Que o Sindicato, junto a entidades nacionais e internacionais, articule, para o dia 25 de julho (dia do aposentado na América Latina), a realização de uma manifestação internacional de denúncia dos ataques que o neoliberalismo desencadeia contra esse segmento dos trabalhadores, tomando como referência a realização, em Madri, em 22/23 de maio de 2002, da Assembléia Mundial do envelhecimento digno;
- 3 – Que as S.Sinds. realizem seminário com o título: Prepare-se para a aposentadoria, com o objetivo de analisar com docentes da ativa e aposentados as questões relativas à aposentadoria. A pauta do seminário deverá ser formulada pelo GTSS/Aposentadoria de cada AD;

RECOMENDAÇÃO:

Realização de uma oficina internacional para discussão dos problemas de aposentadoria e previdência social de docentes, durante o II Fórum Social Mundial a ser realizado em janeiro de 2002, em Porto Alegre.

V.4 – Sobre a Defesa das Crianças e Adolescentes

- 1 - Que o ANDES-SN, por intermédio do GTPE e do GTSS, discuta, em conjunto com as organizações de representação e defesa dos direitos da criança e adolescente, particularmente daqueles em situação de risco, uma intervenção conjunta, na luta pela garantia efetiva dos direitos assegurados no Estatuto da criança e adolescente (ECA);
- 2 - Que o ANDES-SN, por intermédio do GTPE e do GTSS, articule ações concretas que visem à sensibilização do conjunto de sua base sindical, sobre o papel social da Universidade junto às crianças e adolescentes, particularmente àqueles em situação de risco e suas organizações.

V.5 – Sobre Saúde

Que os GTs C&T e SS/Assuntos de Aposentadoria pautem, para discussão no MD, as questões relacionadas à biopirataria e à entrega do patrimônio, representado pela biodiversidade da flora/fauna brasileiras e à exploração das multinacionais da área químico-farmacêutica como: 1) Bioamazônia/Novartis Phama (Suíça); 2) Extracta e Glaxo Wellcom; 3) IBAMA e Cognis, entre outros.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria do ANDES-SN remeta para as Ads. S.Sinds. o relatório final da XXI Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em dezembro de 2000, com o

objetivo de: 1) estimular a discussão e o encaminhamento das conclusões que envolvem, mais diretamente, as IES, a formação dos profissionais da área de saúde; 2) engajar o MD na preparação e realização das Conferências específicas propostas e aprovadas pela XXI CNS, a saber:

- a) Conferência Nacional de Segurança Alimentar;
- b) Saúde do Trabalhador;
- c) Assistência Farmacêutica.

V.6 - Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal

O 20º Congresso posiciona-se pela revogação da lei de responsabilidade fiscal, entendendo tratar-se de um mecanismo de perpetuação e comprometimento das administrações com as políticas de caráter neoliberal, inviabilizando os investimentos sociais para garantia do pagamento da dívida externa;

VI - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

O 20º Congresso do ANDES-SN, visando atualizar a Política de Comunicação aprovada no 16º Congresso, de acordo com a síntese feita pelo GTCA de propostas apresentadas nos 39º, 40º e 41º CONADs e no 19º Congresso, delibera por instituir e aprovar a seguinte Política de comunicação:

1- Estrutura da Assessoria de Comunicação

Um sindicato nacional com o perfil do ANDES-SN não pode prescindir de um trabalho permanente de Assessoria de Comunicação. Uma de suas atribuições será criar um espaço na mídia tradicional para a veiculação da agenda política da entidade, na contramão do chamado “pensamento único”: suas reivindicações, atividades e posicionamento frente à conjuntura.

Caberá ainda à Assessoria de Imprensa fazer contatos permanentes com profissionais da mídia, principalmente em Brasília, capazes de influir em seus noticiários; analisar notícias veiculadas; assessorar a presidência da entidade em suas relações com a mídia; contribuir para a formação de uma rede de informações junto às Seções Sindicais, auxiliando as Assessorias de imprensa das ADs em sua divulgação junto à mídia regional/local; colaborar no municiamento de informações ao Núcleo de produção jornalística, alimentando o trabalho dos jornalistas.

As atribuições da Assessoria de Imprensa serão coordenadas pela presidência do sindicato nacional e pela encarregatura de imprensa e divulgação. Os serviços de elaboração e execução do material promocional (confecção de cartazes, folhetos, capas etc) também constituirão parte dos trabalhos dessa assessoria e serão produzidos por profissional na área de programação visual, a ser contratado. Eventualmente esse profissional poderá subsidiar as secretárias regionais nesse tipo de demanda. Reforça-se a necessidade de contratação de agência de publicidade quando o material promocional assumir a conformação de campanhas nacionais, por sua evidente complexidade.

2 - Estruturação do núcleo de produção jornalística

A existência do núcleo deverá possibilitar a redação de todo material jornalístico a ser veiculado no infomANDES mensal, impresso em papel, e imformANDES On Line (a ser criado), jornal eletrônico, com link na home page, além de contribuir, quando necessário, com a Assessoria de imprensa.

Será sua responsabilidade tornar eficiente a circulação do material informativo acima apontado, garantindo que essa informação não perca periodicidade e efetivamente chegue aos sindicalizados e à mídia. O núcleo estará subordinado, hierarquicamente, à Encarregatura de Imprensa e Divulgação.

Caberá, ainda, propor formas para melhorar a comunicação da DN com as Seções Sindicais (e vice-versa), estabelecendo mecanismos de funcionamento de uma rede de e-mail (via internet), posto que o trabalho de distribuição exige constante atualização e a instauração de rotinas.

O sucesso desse núcleo estará diretamente vinculado à capacidade de articulação com a Assessoria de Imprensa do SN (e com as demais assessorias de comunicação das ADs) e com as Secretarias Regionais. No entanto, para que o infomANDES On Line atinja seus objetivos será necessário proceder a uma reformulação técnica e estética da home page do ANDES-SN (sugere-se que seja administrada/atualizada pela Secretaria Geral), tornando-a uma efetiva porta de acesso e de diálogo do sindicato com todos os que navegam na web.

3 - Criação do núcleo editorial

A instalação do núcleo editorial deverá encarregar-se basicamente da produção da revista Universidade & Sociedade, principal veículo institucional do ANDES-SN, espaço midiático onde se dão os debates das idéias da entidade com a sociedade.

Ao núcleo caberá a edição dos artigos, resenhas e demais seções editoriais e a produção operacional de editoração gráfica e critérios específicos para definição de sua circulação nacional. Todos os artigos analíticos deverão ser previamente aprovados pelo conselho editorial da revista. Concretamente, esse trabalho deverá ser dirigido pelo editor e dois editores-adjuntos indicados pela Diretoria Nacional, que comporão o núcleo editorial.

4 - Redesenho dos veículos de comunicação do ANDES-SN

a) InformANDES – jornal impresso (em papel branco, 75 g), de periodicidade mensal, destinado aos sindicalizados. A Diretoria implementará os procedimentos necessários à constituição de um banco de dados para a remessa do informativo e demais publicações do ANDES-SN aos sindicalizados. As Secretarias Regionais deverão se responsabilizar pela sua distribuição em IES fora da base sindical do ANDES-SN, contribuindo para a expansão do trabalho sindical. A edição do jornal deverá obedecer a um projeto editorial e gráfico (atualmente já existe um aprovado pela Diretoria), com validade de, pelo menos, por um ano. Dependendo das condições concretas do Sindicato Nacional, a periodicidade deverá ser alterada de mensal para quinzenal. O jornal terá a supervisão de um Conselho Editorial, cujas atribuições básicas serão as de acompanhamento técnico e político da linha editorial, em avaliações trimestrais.

b) InformANDES On Line – versão eletrônica do InformANDES, a ser disponibilizado em link na home page do Sindicato, deverá ser uma adaptação do jornal impresso, seguindo as especificidades técnicas de um veículo web, ou seja, dado seu caráter mais imediatista e volátil, suas páginas deverão ser atualizadas a cada semana. Uma versão do InformANDES On Line deverá ser produzida, de modo a ser enviada a todos os internautas que se cadastrarem. Dadas as características desse boletim, que se resumirá a divulgar textos curtos informativos, sua periodicidade será de atualizações às segundas e quintas feiras.

c) Universidade & Sociedade, revista quadrimestral do ANDES-SN e principal veículo institucional de apresentação e debate das idéias do Sindicato com a sociedade. Nesse sentido, a publicação destina-se à comunidade universitária e a toda sociedade interessada. A revista é de responsabilidade do Núcleo Editorial e deve permanecer com o formato atual, mantendo a idéia de um tema central por edição (por onde circularão artigos técnicos e políticos), espaço para demais artigos de outros temas

pertinentes ao universo dos docentes, uma entrevista longa e aprofundada, resenhas de livros, comentários analíticos de produções culturais (cinema, teatro, dança, etc), e um ensaio fotográfico. Os artigos técnicos e políticos passarão por um referenciamento abalizado de um Conselho Editorial, composto por pessoas de reconhecida produção intelectual, artística, política ou acadêmica. Recomenda-se que o Núcleo Editorial estude estratégias de distribuição e circulação da revista em todas as Ads e nos espaços possíveis da sociedade, principalmente no âmbito das universidades (bibliotecas), institutos de pesquisa e centros de estudos brasileiros e internacionais. Recomenda-se, ainda, estudos para a edição de um CD-ROM com todas as edições já publicadas, que possua um design apropriado de multimídia e um estímulo à interatividade. Após a geração deste CD-ROM de caráter histórico, recomenda-se a edição atualizada anualmente do produto multimídia.

5 – Recursos (humanos e materiais) necessários

Para o funcionamento adequado da Assessoria de Imprensa e do Núcleo de Produção Jornalística, deverão ser disponibilizados três jornalistas, um dos quais assumirá as funções de assessor de imprensa e a coordenação operacional do Núcleo, ficando os demais responsáveis pela produção do InformANDES impresso e on line. O 20º Congresso autoriza a Diretoria a contratar um profissional visual, que se ocupará da produção gráfica do material promocional e publicitário do Sindicato.

Este corpo profissional, juntamente com diretores do Sindicato Nacional e jornalistas assessores das ADs, deverá ser estimulado a participar de um processo permanente de qualificação profissional, principalmente em comunicação sindical, de modo a promover uma sintonia política nas ações de comunicação do ANDES-SN entre jornalistas e o corpo dirigente. Esta é uma atribuição a ser desenvolvida pela Encarregatura de Imprensa e Divulgação.

A Diretoria deverá também maximizar os recursos materiais necessários, adquirindo equipamentos de informatização em quantidade e qualidade compatíveis com o trabalho específico dos Núcleos, notadamente computadores, scanners, impressoras, gravador de CD e máquinas fotográficas digitais e convencionais.

6 - Conselho Editorial da Revista Universidade e Sociedade

Tendo em vista a aprovação no 41º CONAD que o GT de Comunicação e Arte se responsabilizaria pela elaboração de uma proposta definitiva de composição do Conselho da Revista Universidade e Sociedade, o 20º Congresso delibera que:

1 – o Conselho Editorial seja composto por pessoas de reconhecida produção intelectual, artística, política ou acadêmica, respeitados os critérios de representatividade regional e das áreas do conhecimento;

2 – o número de integrantes do Conselho deverá ser definido pela diretoria, a partir das demandas e dos critérios explicitados no item I.

RECOMENDAÇÃO:

Coerente com o tema do 20º Congresso, recomendamos que a diretoria do ANDES-SN convide representantes dos Movimentos Sociais para compor o Conselho Editorial da Revista Universidade e Sociedade.

7 - O ANDES-SN e a Comunicação

1.Rearticular o sindicato com as entidades nacionais e locais para que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e os Comitês Regionais sejam reativados.

2. Rearticular o sindicato com o movimento em defesa da radiodifusão comunitária, participando efetivamente das ações promovidas pela ABRAÇO e entidades estaduais.

3. Que o GTCA estude a viabilidade de participação do sindicato na ARLIVRE, Agência do rádio livre das comunidades e na HYPERLINK <http://www.acauanfm.ufba.br> www.acauanfm.ufba.br, juntamente com a UNE, FASUBRA, SINASEFE, na perspectiva de uma rádio [via internet 2] das comunidades universitárias brasileiras.

VII - POLÍTICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O 20º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 – repudiar o Plano Colômbia, implementado pelos EUA, como um plano de guerra que irá exacerbar a situação de violência e a sistemática violação dos direitos humanos contra a população colombiana.

2 - denunciar e divulgar, principalmente nas Universidades e nos meios de comunicação, as verdadeiras intenções do Plano Colômbia como sendo as de:

- a) eliminar a insurgência colombiana e qualquer tipo de oposição ao regime;
- b) apoiar logisticamente os paramilitares, agentes do terrorismo de estado que o governo colombiano exerce sobre a população; e
- c) dominar a Amazônia. O objetivo pretendido de combater o narcotráfico não tem como ser cumprido com a estratégia proposta.

3 - denunciar as conseqüências do Plano, funestas para milhares de colombianos e para a sobrevivência da Amazônia, devido à fumigação indiscriminada com agentes biológicos e químicos.

4 – cobrar do governo brasileiro que assuma posição clara sobre o Plano Colômbia.

VIII - POLÍTICA AGRÁRIA

O 20º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 – incentivar a criação e as ações dos GTs de Política Agrária com os demais GTs (nacional e locais), ampliando assim o movimento de defesa dos direitos dos trabalhadores;

2 – apoiar e desenvolver campanhas nacionais e internacionais de denúncia e repúdio à violência imposta aos que lutam por seus direitos;

3 – articular as ações para a construção da unidade nas reivindicações, nas manifestações e na organização dos trabalhadores da cidade e do campo;

4 – que a luta dos diferentes setores da base do ANDES-SN e dos três segmentos da Universidade se dê de forma articulada, em defesa da Educação e da Reforma Agrária sob os auspícios dos trabalhadores;

5 – estimular a interação direta entre professores e experiências desenvolvidas no campo pelos movimentos sociais;

6 – que os Grupos de Trabalho (PE, C&T, PFS, V) discutam as estratégias de luta por reforma agrária, a partir de temas como Educação no campo, Transgênicos, Biodiversidade e Fundos Setoriais, de forma solidária e articulada com outros movimentos;

7 – que o ANDES-SN promova ações integradas de caráter político para intensificar a inserção e o compromisso do MD com os movimentos sociais organizados no campo, como estágios, vivências, cooperações, etc.;

8 – que ANDES-SN assegure ações conjuntas com os movimentos sociais para:

a) apuração de crimes (assassinatos, prisões, torturas), contra os trabalhadores;

b) combate à criminalização dos movimentos sociais, por parte do governo, por meio de ações como fóruns, campanhas, etc.;

c) construção de pauta conjunta de reivindicações em torno da luta pela cidadania(terra, trabalho, educação e saúde), que permita ampliar setores organizados em torno de reivindicações básicas;

d) pressão pela execução imediata dos orçamentos da União, Estados e Municípios e pronto atendimento das reivindicações dos setores organizados, como por exemplo, a liberação e ampliação de crédito para os assentados;

8 – pela aproximação e inserção em movimentos de base agrária nacionais e internacionais na perspectiva da construção conjunta de ações de caráter reivindicatório e confrontacional às políticas neoliberais nas Américas e demais continentes;

9 - trabalhar junto aos grupos de Estágios de Vivência, no sentido de estreitar relações com os movimentos de trabalhadores rurais;

10 - desenvolver campanha pela libertação imediata dos presos políticos vinculados ao MST, arbitrariamente mantidos em presídios.

RESOLUÇÕES DO TEMA II – POLÍTICAS SETORIAIS

I – EIXOS GERAIS DE LUTA

O 20º Congresso do ANDES-SN, ante às exigências da realidade brasileira neste início de século, indica para o conjunto do movimento docente os desafios para o ano 2001:

1 - lutar contra a estrutura autocrática dominante no país, aprofundada pelo governo FHC, apoiada por setores do Legislativo e do Judiciário e pelos interesses do capital nacional e internacional, visando à construção da democracia de massa.

2 - lutar intransigentemente em defesa da Universidade pública e gratuita brasileira de qualidade e socialmente referenciada, contra os mecanismos internos e externos de privatização, emprego público, ruptura da democracia interna nas IES, que interferem na autonomia da universidade, comprometendo a sua função social.

3 - combater o arrocho salarial imposto aos docentes e os mecanismos de superexploração do trabalho, unificando o funcionalismo público das três esferas e os demais trabalhadores da iniciativa privada.

4 - lutar contra a Reforma do Estado, as Políticas Sociais e Econômicas do governo FHC, que materializam formas de subserviência ao capital nacional e internacional, contrárias aos interesses e necessidades dos trabalhadores.

5 - lutar pela união e organização dos trabalhadores do campo e da cidade, no Brasil e no mundo, particularmente na América Latina, com objetivo de definir e implementar estratégias conjuntas de luta, que apontem para a construção da sociedade socialista.

6 - lutar em defesa da liberdade de organização e exercício sindical das entidades dos trabalhadores do campo e da cidade.

7 - trabalhar, construindo a articulação com as entidades da comunidade científica, na defesa de políticas de ciência e tecnologia que evitem o desmonte da capacidade produtiva atual do país nesta área, bem como possibilitem a pesquisa que promova o conhecimento autônomo.

8 - lutar pela democratização dos meios de comunicação.

9 - lutar para a construção de conduções políticas necessárias para promover uma interlocução com as demais entidades populares do país (do campo e da cidade), no sentido de avançar na construção de uma pauta nacional em defesa da Amazônia, sua biodiversidade e da soberania nacional

10 - participar do Fórum Social Mundial, organizando e participando dos comitês Locais.

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES⁴

2.1 – APRESENTAÇÃO

Neste momento crucial para a luta em defesa da Universidade Pública e dos direitos conquistados pela categoria docente, sem deixar de reafirmar as propostas já aprovadas em Congressos e CONAD's que continuam fazendo parte da agenda política do ANDES-SN, propõe-se como prioridade para o Plano de Lutas do Setor dos Docentes das IFES para o ano 2001 a unidade na luta com o conjunto dos Servidores Públicos Federais a partir de quatro grandes e importantes pontos: a luta contra o anteprojeto de lei de Emprego Público proposto por FHC; a luta pela implantação da Carreira Única do ANDES-SN; a luta pelo reajuste salarial e a defesa intransigente do direito à organização sindical.

2.2 – EIXOS DE LUTA

- 2.2.1 Revisão Salarial**, referenciada na perspectiva de recuperação das perdas referentes ao período de janeiro de 1995 a dezembro de 2000 (43,01% segundo o ICV-DIEESE), correspondendo a um índice de reajuste para recuperar essa perda de 75,48%;
- 2.2.2 Emprego Público/Carreira**, caracterizado pela posição contrária a esse regime de contratação no serviço público, garantindo-se a forma estatutária de relação de trabalho no serviço público regida pelo RJU, preservando-se a não fragmentação e duplicidade de carreiras;
- 2.2.3 Previdência Social Pública**, configurada na luta contra a Previdência Complementar para o Servidor Público e de posicionamento contrário ao PEC 136 que define a cobrança de contribuição dos aposentados à previdência;
- 2.2.4 Direito e liberdade de organização Sindical**, contrapondo-se a toda legislação e medidas que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores.

2.3 AÇÕES

2.3.1 Referentes à Reivindicações Salariais

1 – Lutar pelo reajuste salarial, nos termos propostos pelo conjunto dos Servidores Públicos Federais (75,48% pelo ICV do DIEESE, até dezembro de 2000) e pela incorporação imediata da GAE aos salários básicos, proventos e pensões, pelo seu valor mais alto.

2 - Lutar pela implementação imediata do piso salarial da carreira docente do ANDES-SN nos termos do 19º Congresso.

3 - Encaminhar firme luta contra a política de gratificação de desempenho expressa pela GID/GED.

4 - Combater quaisquer formas de tratamento diferenciado e discriminatório a segmentos da categoria docente, como por exemplo, a professores de 1º e 2º graus (atual ensino fundamental e médio) e a professores aposentados.

5 - Lutar para garantir a isonomia constitucional entre professores em atividade, aposentados e pensionistas, garantindo que os recursos para pagamento dos docentes aposentados e pensionistas sejam mantidos na folha das IFES, sem comprometimento da rubrica manutenção e desenvolvimento do ensino.

⁴ Consolidado a partir das deliberações aprovadas.

2.3.2 - Referentes à defesa do Sistema Federal de Ensino Superior

1 - Defender a manutenção do Sistema Federal de Ensino Superior, garantindo:

a) dotação orçamentária necessária para o pleno desempenho das atividades nas IFES de acordo com o já aprovado pelo MD, a saber:

- Recursos de pessoal para pagamento de docentes e funcionários da IFES, dentro do RJU;
- Recursos de OCC correspondentes a, no mínimo, 25% da dotação de pessoal.

c) a manutenção das Escolas e Colégios Técnicos, Escolas Agrotécnicas e Colégios de Aplicação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES);

d) a preservação dos CEFET's como Instituição de Ensino Superior;

e) a manutenção de todos os níveis e modalidades de ensino existentes nas IFES;

f) o combate à política governamental de expansão, favorecimento e fortalecimento da privatização da educação, submetida à lógica do mercado.

2 – No combate à privatização interna das IFES, o ANDES-SN deve:

a) - realizar um diagnóstico abrangente das reformas e transformações do sistema de educação superior pública brasileira na década de 90. Que este levantamento envolva os três segmentos na medida do possível, buscando a mobilização dos docentes com sua participação efetiva nas unidades;

b) analisar, divulgar e debater amplamente os dados colhidos, além de definir localmente, formas de luta contra tais práticas e, constituir, com os demais segmentos, comitês em defesa da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

3 - Combater todas os instrumentos e ações que afrontam a democracia interna das IFES, com ênfase à escolha de dirigentes e participação dos três segmentos (docentes, técnico-administrativos e discentes) nas instâncias deliberativas;

2.3.3 Referentes ao combate ao emprego público, a defesa do RJU e da Proposta de Carreira Única do ANDES-SN.

1 - Lutar contra a implantação da proposta do Emprego Público no Sistema Federal de Ensino Superior.

2 - Defender a manutenção do Regime Jurídico Único.

3 - Preencher, por concurso público, pelo RJU, todas as vagas existentes e, na seqüência, ampliar o número de vagas.

4 - Implementar ações no sentido de que a ANDIFES se posicione contrária ao projeto de lei de Emprego Público e lute contra sua implementação nas IFES, garantindo, assim, a manutenção do RJU.

5 - Realizar amplo movimento pela imediata abertura de concurso público no RJU.

6 – Realizar manifestação no MEC em favor da carreira única do Andes-SN e pela imediata abertura de concurso público no RJU, como parte das atividades da Marcha sobre Brasília em Defesa do Serviço Público, 5 de abril.

7 – Lutar pela inclusão de todos os docentes de 1º e 2º graus (atual ensino fundamental e médio) das IFES na Carreira Única do ANDES-SN.

8 - Lutar pela extinção de todas as formas de precarização do trabalho docente tais como: professores substitutos, voluntários, estágio docente de bolsistas, celetistas, convênios com fundações para a contratação de professores, etc.

2.3.4 – Referente à defesa do direito à organização sindical

4.1 - Fortalecer a nossa organização sindical, reafirmando seus princípios, seu caráter nacional, classista, autônomo e articulado com os demais setores da sociedade civil, combatendo as propostas e ações do governo de FHC contra a organização sindical em geral e, em especial, aquelas que põem em risco o ANDES-SN;

4.2 - Realizar debates, seminários, encontros de abrangência Nacional, Regional e Local sobre a Reforma do Estado e seu impacto na organização sindical dos servidores públicos, com ênfase para o Emprego Público.

2.4 – ESTRATÉGIAS

2.4.1– Greve da Educação

O 41º CONAD indicou a construção de greve do setor da educação como recurso de luta contra o Anteprojeto de Lei de emprego público. Conforme avaliação do Setor da IFES, este encaminhamento deve ser objetivado em virtude da determinação do MEC de acelerar o seu envio ao Congresso Nacional.

Por envolver outras entidades do campo da educação (Fasubra, Sinasefe, UNE), a construção da greve do Setor da Educação irá demandar um conjunto de iniciativas, como:

a) manter o processo de interlocução com as demais entidades do campo da educação, em conformidade com as deliberações do Encontro Nacional Unificado, avançando na discussão quanto à disposição e mobilização desses setores para, no momento oportuno, assumir essa proposta.

b) realizar rodada nacional de AGs para analisar a possibilidade de que, caso o movimento unificado da educação não seja viável, a categoria venha a discutir a greve específica dos docentes;

c) mobilizar as Seções Sindicais para que discutam e organizem pautas específicas, retratando as demandas expressas em nível local pela categoria, tanto no que se refere às condições de trabalho quanto a direitos e conquistas que precisam ser encaminhadas junto às administrações de suas respectivas IFES.

2.4.2 – Greve dos SPF

Em função da negativa do governo em dar resposta efetiva às reivindicações, o 20º Congresso delibera:

a) referendar a deliberação da Plenária dos SPF de retirada da CNESF da mesa de interlocução, até que o Governo apresente respostas efetivas as nossas reivindicações;

b) intensificar a mobilização com a perspectiva de retomada da Greve Nacional dos SPFs, com indicativo de que essa construção se efetive em prazo não muito dilatado o suficiente para atender à gravidade e urgência de uma resposta por parte dos servidores, ao mesmo tempo que garanta a diversidade de organização de luta das categorias, em estágios diferenciados de mobilização, tendo como horizonte a primeira quinzena de maio;

c) propor um evento que reúna os servidores públicos das três esferas com o objetivo de apontar estratégias e ações unificadas de luta

d) propor Plenárias Estaduais dos SPFs, como forma de construir unitariamente o movimento pela base das diferentes entidades que organizam a categoria dos servidores federais e também, como instrumento de unificação das três esferas de servidores públicos;

e) produzir material de divulgação (jornal/panfleto) para ser distribuído à população e internamente para a categoria retratando a situação dos serviços públicos e a política de penalização que o governo vem submetendo os servidores. Esse material deverá ser usado nas programações do dia 28 de março.

Calendário de Lutas:

- 16 a 23 de março – Rodada nacional de Assembléias Gerais para discutir o indicativo da Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais de retomada da Greve Nacional Unificada (esta atividade pode ser antecipada a partir da movimentação do MEC quanto a apresentação do Projeto de Lei do Emprego Público);
- 28 de março - Dia Nacional de Luta em defesa da Educação Pública, com Paralisações, manifestações e atos em todo o país e realização das Plenárias Estaduais para lançamento da Campanha Salarial dos SPF em nível estadual;
- 04 de abril – Reunião do Setor das Federais, em Brasília;
- 05 de abril – Marcha sobre Brasília em defesa do Serviço Público e manifestação no MEC em favor da carreira única do ANDES-SN e pela imediata abertura de concurso público no RJU;
- 06 de abril - Reunião do Setor das Federais, em Brasília ;
- 07 de abril - Plenária Nacional dos SPF, em Brasília.

III - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES

O 20º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 - reorganizar no interior do Sindicato o Setor das Estaduais para viabilizar a implementação do Plano de Lutas de 2001.

2 - realizar campanha por reposição salarial nas IEES;

3 - lutar contra as reformas administrativas estaduais que atinjam a autonomia das universidades, principalmente as formas privatizantes como os “contratos de gestão”, “contratos de desenvolvimento institucional” e transformação das universidades em organizações sociais.

4 - articular a criação de frentes estaduais e municipais de defesa da universidade pública e organizar e realizar ações políticas em defesa da Ciência e Tecnologia, contra a destruição dos institutos e entidades públicas de pesquisa;

5 - unificar a luta com os demais trabalhadores das esferas estadual e municipal, contra o sucateamento do serviço público, o arrocho salarial, as variadas formas de privatização dos serviços públicos e as reformas administrativas nos estados e municípios. Principalmente no que diz respeito ao emprego público nos estados e municípios;

6 - lutar contra as reformas previdenciárias estaduais que venham contra os direitos adquiridos pelos servidores estaduais. Promover ações políticas e eventualmente judiciais contra o confisco ou redução de salários e proventos, via instituição e aumento de alíquotas previdenciárias.

a) Nos estados em que o governo apresentou ou vier a apresentar proposta de Lei ou Decreto, promover ações políticas articuladas com o conjunto do funcionalismo público estadual para impedir sua aprovação;

b) Existindo lei ou decreto, ingressar com ações judiciais (Mandado de Segurança Coletivo) para evitar o confisco salarial. Recomenda-se ainda que o ANDES - SN realize campanhas, em âmbito local, coordenadas nacionalmente pelo setor, junto a outras entidades de servidores públicos, visando uma ação conjunta;

7 - lutar pelo não pagamento da dívida pública dos estados e municípios, como parte da estratégia de luta pelo não pagamento da dívida externa e interna. Nos âmbitos federal, estadual e municipal, debater com a população em tribunais públicos, em fóruns municipais, nos bairros, as prioridades de aplicação desses recursos na Educação, Saúde, Saneamento Básico, Habitação Popular, Reforma Agrária, Ciência e Tecnologia;

8 - lutar pela manutenção e ampliação dos programas de capacitação docente nas IEES;

9 - lutar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais dos estados que garantam recursos para C&T através das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP);

10 - denunciar e desenvolver ações que impeçam a continuidade e/ou instalação da implementação do ensino pago nas universidades públicas (mensalidades, taxas etc.);

11 - a diretoria deverá construir, juntamente com o Setor da Estaduais, num prazo de até 60 dias após o encerramento do 20º Congresso, cronograma de atividades que tratem dos seguintes temas, regionalmente:

a) autonomia e financiamento do ensino superior público e gratuito;

b) privatização interna nas IEES: fundações, convênios, cursos de extensão pagos, flexibilização dos regimes de dedicação integral à docência e pesquisa;

c) cursos sequenciais, ensino a distância, Institutos Superiores de Educação, diretrizes curriculares, reformas didático-pedagógicas, reformas na educação técnica e tecnológica;

12 - criar, até o 42º CONAD, GT Verbas Regionais para que realizem, nos estados, estudos sobre a forma de regulamentação do financiamento público para as respectivas IEES, definindo a vinculação de atributos estaduais ou ao orçamento geral dos estados. Tais estudos deverão ser trabalhados de forma global pelo GT Verbas nacional do ANDES-SN até o 43º CONAD, com o apoio e participação dos integrantes dos Verbas Regionais a serem criados;

13 - a diretoria do ANDES-SN deverá elaborar caderno especial sobre reformas estatutárias das IES públicas, até o 43º CONAD;

14 - lutar:

a) acompanhar e avaliar o processo de federalização da Universidade do Tocantins, bem como de outras iniciativas neste sentido;

b) pela manutenção do vínculo do Centro Tecnológico Paula Souza com a UNESP;

c) pela manutenção das FATEC do Estado de São Paulo como instituição de ensino superior;

d) pela implementação do Plano de Carreira, pelo vínculo empregatício com o Estado e pela gratuidade do ensino na UEMG, UEG e UNIMONTE;

e) contra a tentativa do governo do Pernambuco de privatizar a UEP, sob o pretexto de conceder-lhe autonomia

ENCAMINHAMENTOS

1 - Continuar o levantamento, por meio das Secretarias Regionais, acerca do perfil do setor das universidades estaduais enfatizando:

- a) reformas Estatutárias de adequação das instituições à nova LDB;
- b) o regime jurídico do quadro docente e suas alterações na década de 90, reflexos nas IEES decorrentes das reformas administrativas e da previdência;
- c) situação atual das Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs - com relação às mudanças ocorridas no orçamento, e aspectos da composição e nomes dos membros dos conselhos;
- d) Plano de Cargos, Carreira e Salários vigentes (regime de trabalho, piso salarial e gratificações);
- e) situação dos Hospitais Universitários (HU), considerando: o grau de participação no orçamento das IEES; a transferência de recursos do SUS; o impacto das arrecadações das fundações e convênios, e os mecanismos de transparência e democracia na gestão desses recursos;
- f) organização Sindical (número de associados, filiações e seções sindicais);
- g) a participação das Seções Sindicais nos espaços de deliberação institucional da IES – Conselhos Universitários ou Conselhos Diretores, Congregações, Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão, Câmara de Administração, pós-graduação etc., bem como de sua participação nos âmbitos estaduais e Municipais, em conselhos de educação, saúde e outros;
- h) legislação que trate da criação e da autonomia das IEES (quando houver);

2 - Organizar, através das Seções sindicais, seminários sobre as Leis Orçamentárias e Política Fiscal dos Estados (LDO/LO), com objetivo de subsidiar as lideranças e a base da categoria para que tenham condições melhores de intervenção ao buscar garantir, concretamente, maiores aportes públicos à educação em todos os níveis e modalidades e exigir o cumprimento de dotação orçamentária que permita expansão e melhoria das instituições estaduais públicas.

3 - Promover uma discussão aprofundada das implicações da nova LDB sobre as IES.

4 - Lutar para que os governos estaduais cumpram as respectivas Constituições, com repasse das verbas ali estabelecidas para C&T

IV - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

Considerando o atual quadro de expansão do Setor e o substancial aumento de docentes vinculados à iniciativa privada, o 20º Congresso aprova:

1 – a realização, durante o ano de 2001, de um Seminário Nacional sobre a Expansão do Ensino Privado, as Condições de Trabalho dos Docentes e a Liberdade de Organização Sindical, com o objetivo de inserir, no âmbito do MD, a discussão relativa à Política de Expansão do ANDES-SN.

2 – a realização de seminários regionais que priorizem a presença de docentes dos três setores, (IEES, IFES e IPES) assim como da base não organizada e desenvolvam a seguinte pauta de discussão: concepção e representatividade sindical; organização por local de trabalho, sindicalização transitória via Secretarias Regionais, Política de Expansão do ANDES-SN.

3 – o desenvolvimento de estudos referentes ao financiamento das IPES, numa ação conjunta entre a Coordenação do Setor e o GT Verbas, no que tange à utilização de verbas públicas via empréstimos do BNDS, recursos do FIES e outros.

4 – a Campanha Salarial e a Pauta Unificada de Negociação do Setor das IPES:

4.1 - recomenda-se ao GTCA que, em conjunto com o setor das IPES, estude o lançamento de peças publicitárias divulgando a Campanha Salarial 2001, dada a diversidade de data-base da categoria.

4.2 – a Campanha Salarial 2002, com lançamento via o InformANDES, Edição Especial, em outubro de 2001.

4.3 – Pauta Unificada para os docentes das IPES/2001

I - Diretrizes Gerais:

- direitos conquistados: deverão constar nas pautas de reivindicações, particularmente as cláusulas que assegurem a manutenção de todos os direitos anteriormente conquistados e que integrem o contrato de trabalho dos docentes.

- gestão democrática: as pautas deverão contemplar reivindicações que garantam o processo de democratização, no interior das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES).

II - Questões salariais

Neste item, as pautas de reivindicações devem conter:

a) piso salarial de dois mínimos do DIEESE;

b) reposição das perdas salariais acumuladas no período de vigência de acordos anteriores, cujos índices serão definidos nas Assembléias da categoria com base nos índices do ICV/DIEESE;

c) correção automática de salário toda vez que a inflação acumulada no período, contada a partir da data-base, ultrapassar o índice de 5 % (cinco por cento);

d) aumento real de, no mínimo, o índice equivalente ao crescimento do PIB nacional;

e) pagamento de 50% (cinquenta por cento) do salário até o dia 20 de cada mês trabalhado;

f) deverá ser fornecido ao professor, documento comprobatório da remuneração total paga, explicitando: horas extras; adicional noturno; descontos efetuados; valor líquido pago no mês; valor do depósito do FGTS e demais pagamentos;

g) qualquer convocação fora do horário de trabalho dos docentes, para efeito de remuneração, deve ser considerada hora extra;

h) que fique assegurado a todo docente a cada 1 (um) ano de efetivo exercício, contando a partir da data de contratação, o adicional denominado anuênio, de 1% (um por cento) sobre seu salário base;

i) deve ser garantida a irredutibilidade do regime de trabalho docente;

j) é irredutível a remuneração;

l) caso haja alteração na política salarial vigente, as partes reunir-se-ão, no prazo máximo de trinta dias da mudança verificada, para negociarem;

m) adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário até o mês de junho, salvo manifestação expressa do docente em sentido contrário;

n) a remuneração dos docentes, contratados em regime de hora - aula, deve se dar com base no regime de trabalho contratado sendo o mês constituído de 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) semanas, já incluídas as quatro semanas e meia a que se refere

o art. 320, parágrafo 1º da CLT e já incluído o repouso semanal remunerado de 1/6 (um sexto) a que se refere a Lei 605/49, regulamentada pelo Decreto n.º 27.048 de 12 de agosto de 1949. O cálculo do desconto das faltas far-se-á multiplicando-se o número de aulas não dadas pelo correspondente da hora contratada;

o) que fique assegurado o pagamento adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 22 horas, para atividades docentes independentemente do regime de trabalho.

III - Carreira Docente

Neste item deve se tomar como referência o Plano de Carreira e Capacitação Docente do ANDES-SN, criando-se estímulos para a sua construção, em cada IPES, implantando uma política de valorização da qualificação stricto sensu, como defendemos.

Deste modo, deve-se considerar os seguintes pontos:

- a) criação/implementação dos Planos de Carreira e Capacitação Docente;
- b) pagamento de adicional salarial por qualificação;
- c) contratação por concurso público devidamente regulamentado pelos órgãos competentes da instituição, que atenda aos critérios da transparência e do padrão unitário de qualidade;
- d) assegurar as condições necessárias à participação nos eventos científicos culturais como parte do processo de capacitação.
- e) assegurar a possibilidade de formação (capacitação docente) sem perder a remuneração durante a capacitação.

IV - Regime de Trabalho

Neste item é fundamental que se avance no sentido da superação da relação de contratação por regime horista, instituindo-se o regime de tempo contínuo, de acordo com a proposta do ANDES-SN, contemplando:

- a) piso de dois salários mínimos DIESSE, por vinte horas semanais;
- b) a jornada de trabalho do docente deverá contemplar:
 - as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
 - a administração acadêmica e a participação em órgãos colegiados;
 - horas para preparação das aulas, correspondentes a, pelo menos, o equivalente ao número de aulas ministradas;
 - a duração da hora aula será computada como de 50 minutos.
- c) plano de implementação de regime de tempo contínuo para todos os docentes;
- d) o regime de Dedicção Exclusiva (DE), que tem como meta garantir disponibilidade plena para o desenvolvimento das funções docentes de ensino, pesquisa e extensão, implica a remuneração de 3 (três) vezes o salário do docente em regime de 20 (vinte) horas;
- e) o número máximo de alunos em sala de aula deve ser compatível com o padrão unitário de qualidade da Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira.

V - Questões Sociais

a) deverá ser assegurada a isenção integral de taxas de mensalidades em todos os cursos, de todos os níveis, no caso de opção do docente pela matrícula em seu local de trabalho, para si próprio ou para seu (sua) companheiro (a), filhos e dependentes, sem restrições;

b) garantia de creche para o(s) filho(s) dos docentes, quando do seu período de trabalho na instituição, nos termos acordados.

VI - Estabilidade e Garantia do Emprego

a) nos termos do Decreto nº 68, 17/09/1992, que aprovou a Convenção nº 158 da OIT, os professores têm garantia a estabilidade do emprego;

Este direito só não subsiste nos casos de demissão por justa causa precedida de inquérito administrativo onde se assegure amplo direito de defesa, os recursos cabíveis e, ainda, de prévia anuência departamental, em reunião especificamente convocada para apreciar o ato demissório e que conte com 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros efetivos do respectivo departamento ou unidade acadêmica a que estiver vinculado o docente.

b) estabilidade da gestante desde a concepção até sessenta dias após o término do afastamento legal de 120 (cento e vinte) dias, inclusive para a adoção de recém-nascido;

c) integralização do salário do docente que complete o benefício do auxílio-doença da Previdência Social, por um semestre letivo.

d) multa rescisória de 100% (cem por cento) sobre o valor depositado do FGTS, por demissão sem justa causa;

e) será assegurado ao docente demitido sem justa causa, no decorrer do ano letivo, a percepção total dos salários calculados até o final do mesmo, garantindo-se o pagamento até o início do próximo ano letivo;

f) quando houver demissão por justa causa, nos termos do art. 482 da CLT, a IPES será obrigada a determinar na carta aviso o motivo que deu origem à dispensa. Caso contrário, fica descaracterizada a justa causa.

g) o docente que for readmitido até 12 (doze) meses após o seu desligamento ficará desobrigado de firmar contrato de experiência;

h) que fiquem assegurados empregos e salários aos docentes em vias de aposentadoria, que estejam contratados pela IPES há pelo menos 03 (três) anos. O cálculo deste item levará em conta 01(um) ano de estabilidade para cada 05(cinco) anos trabalhados.

VII - Relações Sindicais

Tendo em vista a importância de garantir as condições para o exercício e fortalecimento da organização sindical, faz-se necessário que seja assegurado ao docente dispensa das atividades acadêmicas sem prejuízo de funções e vencimentos quando convocado para:

- exercício do mandato sindical no Andes-SN, como na própria Seção Sindical;
- participação em eventos do sindicato.

VIII - Disposições Transitórias

As disposições referentes à transição do regime de trabalho de hora-aula para o regime de trabalho contínuo serão avaliadas pelas Assembléias Gerais - locais e regionais -, objetivando criar as condições de aproximação gradativa ao padrão unitário de qualidade que defendemos.

5 – Resgatar o debate, juntamente com o GTPFS em reunião a realizar-se ainda no decorrer do ano 2001, das relações ANDES-SN e SINPROS que envolvem os docentes das IPES e incidem sobre a liberdade de organização sindical.

RESOLUÇÕES DO TEMA III – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

I – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 41º CONAD

O 20º Congresso aprova a prestação de contas do 41º CONAD.

II – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONADs e CONGRESSOS

A tabela de prestação de contas dos CONADs e CONGRESSOS deverá conter uma quarta coluna, além das colunas normalmente existentes, contendo a totalização dos gastos efetuados (colunas 2 e 3).

III – FUNDO DE SOLIDARIEDADE

O 20º Congresso aprova:

Reativar o Fundo de solidariedade aprovado no 16º Congresso (João Pessoa), devendo sua prorrogação ser apreciada no 21º Congresso do ANDES-SN, com o seguinte regimento:

A) Sobre a vigência do fundo e forma de pagamento:

1 - a contribuição extra de 1% da arrecadação mensal das seções sindicais e a contribuição do caixa nacional abrangerão o período de 01 (um) ano, compreendendo os meses de março de 2001 a fevereiro de 2002;

2 - a contribuição mensal de 1% das seções não incidirá sobre a contribuição mensal do sindicalizado para o ANDES-SN e da seção sindical para a CUT;

3 - a contribuição mensal de 1% do caixa nacional não incidirá sobre a contribuição mensal à CUT;

4 - a contribuição mensal será efetuada em conta específica do ANDES-SN até o dia 15 de cada mês, e

5 - o Fundo será administrado pela Diretoria do ANDES-SN, devendo a prestação de contas ocorrer nos CONADs.

B) Sobre critérios de utilização:

1 - o Fundo será destinado ao atendimento de diretor sindical da diretoria nacional e das seções sindicais, demitido arbitrariamente ou sem justa causa e/ou impedido de exercer o mandato sindical por normatização dos poderes públicos (RJU e/ou Estatutos do Magistério Estaduais), assim como regulamentações advindas de órgãos reguladores da iniciativa privada (Conselhos de Entidades Mantenedoras e/ou Conselhos Universitários de IPES). Em caráter excepcional, o uso do Fundo de Solidariedade em benefício de outros companheiros demitidos por motivos político-sindicais, que não sejam dirigentes sindicais, poderá ser aprovado pelo CONAD ou CONGRESSO;

2 - o dirigente sindical terá direito ao fundo durante a estabilidade sindical, de valor igual ao salário percebido à época da demissão, compreendendo ser esse valor liberação para a atividade sindical em horas equivalentes ao tempo de dedicação acadêmica;

3 - no caso de ação judicial pleiteando o pagamento dos salários não recebidos:

a) caso o sindicato perca a ação judicial, o dirigente não reembolsará o Fundo;

b) caso o sindicato ganhe a ação, o dirigente reembolsará o Fundo, segundo o mesmo índice com o qual for reembolsado judicialmente e quando o for;

4 - em caso de o dirigente sindical conseguir outro emprego com igual salário ou maior que o anterior, terá suspensão, após inclusão em folha de pagamento, a contribuição originada do FSS. No caso de salário menor, o Fundo complementar até o patamar do salário anterior, enquanto durar o seu mandato;

5 - fica o dirigente obrigado a restituir os valores decorrentes do interstício entre sua admissão e o recebimento do primeiro salário;

6 - o Fundo será distribuído até o limite de seu caixa. Caso seja insuficiente para atender a todos os casos, isso será feito mantendo-se a proporcionalidade segundo o salário do dirigente sindical demitido;

7 - não haverá retroatividade na administração do Fundo de Solidariedade, sendo que o dirigente sindical já demitido por ocasião da constituição do fundo integralizará o período de estabilidade por mandato classista;

8 - é remetida para o 21º CONGRESSO a deliberação sobre a forma de recomposição do Fundo de Solidariedade;

9 - este regimento passa a vigorar a partir de março de 2001.

IV – EVENTOS NACIONAIS

Sobre a realização de Eventos Nacionais

O 20º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 - as convocações dos eventos nacionais de caráter deliberativo do ANDES-SN devem ser acompanhadas de um cronograma que estabeleça os seguintes prazos:

a) mínimo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas contribuições ao Caderno de Textos;

b) mínimo de 20 (vinte) dias, contados a partir da distribuição do Caderno de Textos, para que as Seções Sindicais e AD's Seções Sindicais possam apreciar as análises e propostas apresentadas no mesmo;

c) mínimo de 10 (dez) dias de antecedência do Congresso para publicação de Anexo, incluindo: correções e análises do Caderno de Textos original e novas propostas

2 - após a publicação do Anexo, qualquer novo texto somente poderá ser submetido à discussão no evento se aprovada sua inclusão pela Plenária de Instalação. Para a apreciação pela Plenária de Instalação, o novo texto deverá apresentar uma justificativa demonstrando a necessidade da sua apreciação no evento e os fatos excepcionais que levaram à apresentação fora dos prazos fixados.

2.1 a inclusão de novos textos deve ser aprovada por maioria simples dos delegados presentes.

2.2 - no caso de aprovação da inclusão de novos textos, cabe à comissão organizadora a responsabilidade da reprodução dos mesmos para o conjunto de participantes do evento.

RECOMENDAÇÕES:

1 - O 20º Congresso RECOMENDA à Diretoria que elabore um texto de apoio para o próximo CONAD, contendo uma consolidação das resoluções dos CONGRESSOS e CONADs, organizando-os em eixos e planos de lutas, princípios, posicionamentos etc., indicando quais, a seu juízo, permanecem em vigor, quais as que estão superadas e quais as que precisam ser atualizadas. Para a elaboração do texto, a

Diretoria deverá contar com o apoio dos grupos de trabalho e das seções sindicais do ANDES-SN.

2 - Que nos eventos nacionais (CONADs e CONGRESSOS), seja aberto um espaço (algo em torno de 02 horas) para que os diversos GTs apresentem, em caráter informativo, oralmente e por escrito, um relatório de suas atividades e as principais discussões e polêmicas, ocorridas durante o período, desde o último evento

3 - Sobre Metodologia para a organização dos próximos eventos deliberativos:

Fases e temas

Os debates e deliberações do Congresso, excluídas as Plenárias de Abertura (uma solenidade), Inicial, de Instalação e de Encerramento, dar-se-ão em três fases. Cada fase terá um determinado objetivo e realizar-se-á integralmente antes do início da fase seguinte⁵. As fases são as seguintes:

Fase 1 – Eixos de Luta (gerais e setoriais);

Fase 2 – Políticas Sociais e Organização;

Fase 3 – Planos de Lutas (geral e setoriais).

Cada fase terá uma dinâmica de trabalho própria, mas todas se comporão das seguintes etapas:

1 - reuniões dos grupos mistos;

2 - reuniões dos grupos políticos (para quem fizer parte de algum); ativação dos trabalhos dos grupos mistos, e

4 - plenária deliberativa.

As etapas 2 e 3 poderão realizar-se simultaneamente, total ou parcialmente, evidentemente com o prejuízo da não-participação na etapa 2 dos responsáveis pela etapa 3.

Fase 1) Eixos de Luta. A Fase 1 será precedida pela Plenária Inicial, na qual serão apresentadas e inicialmente debatidas (sem deliberação) as diversas avaliações da conjuntura e do movimento docente, assim como as propostas de eixos de luta, tanto os gerais (válidos para todo o MD, inclusive nas suas articulações com outros movimentos) quanto os setoriais (federais, estaduais e particulares). Estas avaliações e propostas de eixos de luta serão discutidas nas reuniões dos grupos mistos (Fase 1) e deliberadas na plenária da fase 1 antes de se passar à Fase 2. Nesta fase, todos os grupos discutem todos os temas.

Fase 2) Políticas Sociais e Organização.

Nesta fase, a que possui quantidade, diversidade e especificidade maior de temas, cada grupo tratará apenas de um tema e cada tema será tratado por vários grupos. É aqui que se pretende “ganhar tempo”. Por exemplo, com 300 delegados, podem ser formados 12 grupos de 25 delegados cada, e ser designado um tema para cada 3 grupos. Em princípio, a distribuição dos delegados pelos grupos seria feita por sorteio dirigido e acompanhado pelos delegados, valendo a pena pensar em alternativas a esta técnica. Ao final, as coordenações dos GTs relacionados aos temas, assessoradas pelos relatores dos grupos e pelos membros dos GTs presentes ao Congresso que desejarem fazê-lo, sistematizarão e prepararão para a plenária as questões levantadas nos grupos. Os temas serão os seguintes:

⁵ Ao contrário do que costumamos fazer, que é realizar todas as reuniões de grupos mistos e só depois as plenárias deliberativas; passamos de um tema a outro nos grupos sem saber o que vai ser deliberado na plenária sobre o tema anterior.

Tema 1 - Políticas Sociais 1 (Seguridade Social, Verbas).

Tema 2 - Políticas Sociais 2 (Políticas Educacional, Agrária, C&T, Comunicação e Artes).

Tema 3 - Política Sindical (incluindo Carreira, História do MD, e Etnia, Gênero e Classe).

Tema 4 - Organização (incluindo finanças e questões internas de comunicação).

A quantidade de temas e seus agrupamentos e o tamanho dos grupos podem ser outros, o essencial aqui é que cada grupo trate apenas de alguns temas, para que tenha tempo de fazê-lo bem. É bom lembrar que a tática de levar os grupos a “especializarem-se” tem sido adotada na prática, mas por iniciativa da diretoria, que recomenda uma certa priorização dos temas em cada grupo, por intermédio do seu representante. Isto tem sido feito exatamente para tentar garantir a discussão de todos os temas em pelo menos algum grupo. O que se propõe aqui é a explicitação dessa técnica, afinal não é nada tão novo assim.

A plenária desta fase, no entanto, terá de tratar seqüencialmente de todos os temas. Ou seja, não haverá como “ganhar tempo” nela. Por isso, o cronograma proposto, associado a esta proposta, prevê mais tempo para ela (duas sessões de três horas cada, prorrogáveis por mais uma hora cada).

Fase 3 – Planos de Lutas

O Congresso entrará neste tema já com as deliberações tomadas sobre os eixos de luta, políticas sociais e questões organizativas. Esta será a fase de síntese do Congresso, quando enfim as frentes de luta desenvolvidas na Fase 2 serão priorizadas e organizadas num todo coerente, passível de acompanhamento e avaliação posterior pelo Conad. É a fase mais importante do Congresso e ninguém vai querer ir embora mais cedo.

Nesta fase, todos os grupos voltam a tratar de todos os temas.

Cronograma – (Vide página 270) O ato político poderá ser realizado após a Plenária de Abertura ou após a Plenária de Encerramento. Os períodos previstos para prorrogações de atividades estão indicados como “folga”. As previsões de reuniões de grupos políticos estão, evidentemente, sujeitas às conveniências dos grupos.

Implantação da proposta. Caso haja uma mínima aceitação desta proposta por parte do conjunto do sindicato, serão apresentadas à Plenária de Instalação as propostas de inclusões, exclusões e alterações ao Regimento do 20º Congresso necessárias à sua implantação.

Plenária Inicial – Apresentação e debate de Avaliação de Conjuntura e Movimento Docente (geral e setores) e Propostas de Eixos de Luta.

Fase 1 – Eixos de Luta (gerais e setoriais).

Fase 2 – Políticas Sociais, Sindical e Organização.

Fase 3 – Planos de Lutas (geral e setoriais). Plenária de encerramento – moções

V - HOMOLOGAÇÃO DE CRIAÇÃO/TRANSFORMAÇÃO/ALTERAÇÕES REGIMENTAIS DE SEÇÃO SINDICAL

Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 20º Congresso do ANDES-SN aprova os pareceres favoráveis à homologação da criação ou de transformação das seguintes seções sindicais do ANDES-SN:

PARECER 1 - Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria do ANDES-SN manifesta-se favorável à criação da Seção Sindical dos Professores da Universidade do Estado de Santa Catarina – APRUDESC.

Deverá ser incluído no corpo do Regimento determinação pela qual o processo de exclusão de qualquer sindicalizado deverá ser obrigatoriamente ponto de pauta da Assembléia que tratar do assunto. No sentido de garantir o amplo direito de defesa ao sindicalizado, não poderá ser feita a inclusão desse ponto de pauta após a convocação.

O 20º Congresso homologa o Regimento citado, mas seus efeitos só passarão a ter uso legal após as referidas modificações regimentais.

Brasília, 10 de janeiro de 2001.

Prof. Edmundo Fernandes Dias

Secretário Geral

PARECER 2 - Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria do ANDES-SN manifesta-se favorável à criação da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Pará – SINDUEPA.

Brasília, 12 de janeiro de 2001.

Prof. Edmundo Fernandes Dias

Secretário Geral

PARECER 3 - Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 20º Congresso do ANDES-SN aprova os pareceres favoráveis à homologação da transformação da Associação de Docentes da Escola Paulista de Medicina em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo.

Brasília, 20 de fevereiro de 2001.

Prof. Edmundo Fernandes Dias

Secretário Geral

PARECER 4 - Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 20º Congresso do ANDES-SN homologa as alterações feitas no Regimento da Seção Sindical dos docentes da Universidade Federal de Uberlândia – ADUFU – Seção Sindical, aprovadas ad referendum pelo 40º CONAD.

Brasília, 20 de fevereiro de 2001.

Prof. Edmundo Fernandes Dias

Secretário Geral

VI – ALTERAÇÕES ESTATURÁRIAS

Artigo 70 do Estatuto do ANDES-SN

Em consonância com o disposto no Art. 70 do Estatuto do ANDES-SN, fica prorrogado até o 21º Congresso o processo de transformação das Associações de Docentes em Seções Sindicais do ANDES-SN.

Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o 21º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e

encaminhar à DIRETORIA atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

Artigo 71 do Estatuto do ANDES-SN

Em consonância com o disposto no Art. 71 do Estatuto do ANDES-SN, fica prorrogado até o 21º Congresso a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES-SN desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

Artigo 72 do Estatuto do ANDES-SN

O 20º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 21º Congresso como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados do ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente.⁶

VII – LOCAL DO 21º CONGRESSO

O 21º Congresso do ANDES-SN será realizado na cidade de Rio Grande-RS, sob a organização da APROFURG - Seção Sindical do ANDES-SN.

VIII - RECOMENDAÇÕES GERAIS:

1 - Sobre Prestação de Contas

Que os relatórios financeiros e prestações de contas apresentados pela Diretoria contendam, em formato claro e compreensível para os delegados do CONAD ou Congresso:

- a) a classificação detalhada das despesas;
- b) o agrupamento das despesas segundo atividades de tal modo que também seja possível uma apreciação política do emprego dos recursos do sindicato.

2 - Sobre apresentação de previsão orçamentária

Que o GT-Verbas pautar a discussão sobre o cronograma de apresentação de previsão orçamentária de receitas e despesas, conforme aprovado na 17º Congresso (Porto Alegre), como parte da política de Finanças do ANDES-SN.

3 – Sobre o Plano de Lutas

A Diretoria deverá elaborar um balanço crítico do plano de lutas do período anterior (Plano de Lutas aprovado no último Congresso). Ele deve ser um texto de apoio e deverá fazer parte obrigatória da Seção “Movimento Docente e Conjuntura”. Para tanto a Diretoria deverá solicitar a cada AD-Seção Sindical este balanço do plano de lutas.

2 – Sobre a exclusão de sindicalizados da ADUNESP.

3.1 - O 20º Congresso do ANDES-SN recomenda que a Tesouraria do Sindicato faça o acompanhamento e a verificação mensal das contribuições sindicais e fundos enviados pelos docentes de Botucatu e Araçatuba à ADUNESP-Ssind

3.2 - Considerando-se que em plenária do 20º Congresso foi aprovado por unanimidade o TR 54, apresentado pela ADUNESP, que exclui as Associações

⁶ Artigo acrescentado pelo 19º (Juiz de Fora) Congresso do ANDES-SN estabelecendo o prazo para o 20º Congresso.

Docentes de Botucatu e Araçatuba por descumprirem dispositivo do Estatuto do ANDES-SN, e, tendo em vista, que durante a votação não foi verificado quorum qualificado de dois terços dos delegados inscritos no Congresso, o que invalidou legalmente a decisão, os delegados então recomendam: quando do exercício de direito por parte dos filiados das citadas regionais da ADUNESP, o ANDES-SN tenha como parâmetro a dimensão política da decisão aprovada pela plenária do 20º Congresso.

3.3 - Que a Secretaria Geral do ANDES-SN, por questões estatutárias, faça uma revisão do processo, considerando as contribuições financeiras anteriores, para que as SSINDs envolvidas sejam informadas.

RATEIO DO 20º CONGRESSO

Nº	AD	Nº Filia	Nº Delegados Permitido	Nº Delgados Presentes	Fator	COTA	Taxa Obser.	Passagem Aérea/Ter.	PAGAR RECEBER(-)
NORTE									
1	ADUA	849	8	4	4,0	3.644,88	0,00	6.024,00	-2.379,12
2	ADFCAP	122	3	2	2,0	1.822,44	0,00	2.744,00	-921,56
3	ADUFAC	374	5	1	1,0	911,22	0,00	1.594,00	-682,78
4	ADUFPA	1120	9	7	7,0	6.378,54	0,00	9.604,00	-3.225,46
5	SESDUF-RR	150	3	1	1,0	911,22	0,00	1.692,00	-780,78
6	ADUNIR	237	4	2	2,0	1.822,44	0,00	3.980,00	-2.157,56
NORDESTE I									
7	ADUFC	1925	10	10	10,0	9.112,20	40,00	13.380,00	-4.227,80
8	SINDURCA	59	2	1	ISENTO	ISENTO	20,00	0,00	20,00
9	APRUMA	904	8	4	4,0	3.644,88	0,00	5.312,00	-1.667,12
10	ADUFPI	1237	9	1	1,0	911,22	0,00	1.292,00	-380,78
NORDESTE II									
11	ADUPE	778	8	3	3,0	2.733,66	0,00	3.402,00	-668,34
12	ADUFPB-PATOS	79	2	1	ISENTO	ISENTO	0,00	0,00	0,00
13	ADUFPB-JP	1834	10	10	10,0	9.112,20	100,00	11.760,00	-2.547,80
14	ADUFPB-CG	1117	9	2	2,0	1.822,44	0,00	2.352,00	-529,56
15	ADUFEPE	1860	10	10	10,0	9.112,20	0,00	11.340,00	-2.227,80
16	ADURN	2027	11	11	11,0	10.023,42	0,00	13.332,00	-3.308,58
17	ADUFERPE	601	7	7	7,0	6.378,54	40,00	7.938,00	-1.519,46
NORDESTE III									
18	ADUFAL	1090	9	1	1,0	911,22	0,00	1.070,00	-158,78
19	ADUFS-BA	510	6	1	1,0	911,22	0,00	864,00	47,22
20	ADUFS-SE	512	7	7	7,0	6.378,54	0,00	7.938,00	-1.559,46
21	ADUCSAL	350	5	5	5,0	4.556,10	0,00	4.320,00	236,10
22	ADUSB	297	4	4	4,0	3.644,88	0,00	3.456,00	188,88
23	APUB	2531	12	12	12,0	10.934,64	20,00	10.368,00	586,64
24	ADUNEB	460	6	1	1,0	911,22	0,00	864,00	47,22
PLANALTO									
25	ADUNB	1400	9	7	7,0	6.378,54	0,00	5.103,00	1.275,54
26	ADCAC	68	2	1	ISENTO	ISENTO	0,00	0,00	0,00
27	ADUFG	1585	10	10	10,0	9.112,20	80,00	7.600,00	1.592,20
PANTANAL									
28	ADOURADOS	96	2	1	ISENTO	ISENTO	40,00	0,00	40,00
29	ADUFMS	855	8	2	2,0	1.822,44	0,00	2.218,00	-395,56
30	ADUNEMAT	348	5	1	1,0	911,22	0,00	894,00	17,22
31	ADUFMAT	1180	9	9	9,0	8.200,98	20,00	9.981,00	-1.760,02
LESTE									
32	ADUFOP	326	5	3	3,0	2.733,66	0,00	308,88	2.424,78
33	ADFUNREI	205	4	4	4,0	3.644,88	0,00	200,00	3.444,88
34	ASPUV	888	8	8	8,0	7.289,76	0,00	413,44	6.876,32
35	ADCEFET-MG	461	6	6	6,0	5.467,32	0,00	617,76	4.849,56
36	APROEFEI	195	3	1	1,0	911,22	0,00	37,00	874,22
37	ADUFES	1161	9	7	7,0	6.378,54	0,00	875,00	5.503,54
38	ADUFU	1245	9	5	5,0	4.556,10	0,00	3.230,00	1.326,10
39	APES-JF	1026	9	9	9,0	8.200,98	20,00	324,00	7.896,98
40	APUBH	2730	12	12	12,0	10.934,64	60,00	1.235,52	9.759,12
RIO DE JANEIRO									
41	ASDUERJ	1457	9	9	9,0	8.200,98	120,00	0,00	8.320,98
42	ADUFRJ	3412	13	13	13,0	11.845,86	100,00	0,00	11.945,86
43	ADUFF	2571	12	12	12,0	10.934,64	100,00	0,00	11.034,64
44	ADUR	684	7	7	7,0	6.378,54	20,00	0,00	6.398,54
45	ADUNIRIO	618	7	7	7,0	6.378,54	0,00	0,00	6.378,54

	SÃO PAULO								
46	ADUNESP	1597	10	6	6,0	5.467,32	0,00	300,00	5.167,32
47	ADUNIMEP	363	5	2	2,0	1.822,44	0,00	100,00	1.722,44
48	ADUFSCAR	692	7	7	7,0	6.378,54	0,00	350,00	6.028,54
49	ADUNICAMP	1970	10	4	4,0	3.644,88	0,00	400,00	3.244,88
50	ADEPM	502	7	3	3,0	2.733,66	0,00	150,00	2.583,66
51	ADUSP	3096	13	5	5,0	4.556,10	0,00	250,00	4.306,10
	SUL								
52	APUFSC	2259	11	8	8,0	7.289,76	0,00	5.984,00	1.305,76
53	SINDOCEFET-PR	955	8	8	8,0	7.289,76	40,00	4.992,00	2.337,76
54	APUFPR	2485	11	11	11,0	10.023,42	0,00	6.864,00	3.159,42
	RIO GRANDE DO SUL								
55	APROFURG	680	7	7	7,0	6.378,54	20,00	6.944,00	-545,46
56	ADUFRGS	2689	12	12	12,0	10.934,64	0,00	10.224,00	710,64
57	SEDUFMS	1184	9	2	2,0	1.822,44	0,00	2.212,00	-389,56
58	ADUFPEL	1165	9	9	9,0	8.200,98	0,00	8.730,00	-529,02
					322,0		840,00	205.163,60	

PREVISÃO DE DESPESAS DO 20º CONGRESSO

RATEIO	Despesas Previstas
1 - PESSOAL / Secretaria e Tesouraria	
Passagens aéreas (4 funcionários)	1.273,20
Diárias (4 funcionários)	2.400,00
Hora extras (4 funcionários)	5.000,00
Hotel (1 aptº duplo 1 Triplo)	2.292,00
Subtotal	10.965,20
2- PESSOAL / Imprensa	
Passagens aéreas (1 funcionário)	576,35
Diárias (1 funcionário)	600,00
Hora extras (1 funcionário)	1.496,00
Hotel (item 1-Pessoal)	0,00
Subtotal	2.672,35
3 – PESSOAL / Apoio	
Pessoal Limpeza e Vigilância	1.328,00
Alimentação	10,90
Subtotal	1.338,90
4 – Telefone/Fax/Internet	
Instalação contas telefônicas	0,00
Conta telefônica	750,00
Subtotal	750,00
5 - Material de Secretaria	
Farmácia	42,88
Copos descartáveis	94,00
Material de Informática	1.163,00
Material de Consumo (adaptadores)	39,97
Material Papelaria	446,99
Subtotal	1.786,84
6 – Imprensa e Divulgação	
Caderno Textos (fotolito, editoração, impressão)	5.716,00
Correios (Sedex e Vaspex)	3.240,15
Arte do cartaz, logomarca, pasta(desenho) e convites	3.600,00
Cartaz	1.890,00
Adesivos	910,00
Filmagem	11.309,00
Fotografo	1.231,48
Faixa	350,00
Bandeira	280,00
Banner	1.620,00

Subtotal	30.146,63
7 – Infra-estrutura	
Aluguel de equipamentos	6.410,00
Aluguel de teatro (abertura)	0,00
Operador de som (abertura)	130,00
Secretaria teatral (abertura)	130,00
Operador de luz (abertura)	130,00
Eletricista (abertura)	130,00
Manutenção de limpeza (abertura)	105,00
Manutenção do ar condicionado (abertura)	130,00
Maquinistas (abertura)	260,00
Chaveiro	2,80
Coquetel	0,00
Decoração	350,00
Água	677,00
Café e biscoitos	1.100,00
Coffee Break	4.800,00
Material de Limpeza	42,06
Táxi	456,70
Subtotal	14.853,56
8 – Pastas, camisetas, crachás	
Pastas	7.770,00
Camisetas	4.800,00
Crachás	1.751,25
Canetas	300,00
Subtotal	14.621,25
9 – Xerox	
Aluguel Máquinas	0,00
Toner	0,00
Papel	1.400,00
Subtotal	1.400,00
10- Assistência médica	2.455,00
TOTAL	80.989,73

José Domingues de Godoi Filho
Tesoureiro do ANDES-SN

Cláudia Gonçalves de Lima
Presidente da ASDUERJ

RESUMO DA PREVISÃO DE GASTOS

ITENS	RECEITA	DESPESA
1 - Pessoal Secretaria e Tesouraria		10.965,20
2 - Pessoal Imprensa		2.672,35
3 - Pessoal Apoio		1.338,90
4 - Telefone/Fax/Internet		750,00
5 - Material de Secretaria		1.786,84
6 - Imprensa e Divulgação		30.146,63
7 - Infra-estrutura		14.853,56
8 - Pastas, camisetas, crachás e canetas		14.621,25
9 - Xerox		1.400,00
10 - Assistência Médica		2.455,00
Receita de Observadores	840,00	
Total de Gastos na Organização		80.989,73
Margem de Segurança (10%)		8.098,97
Transporte de Delegados		205.163,60
Valor a ser rateado		293.412,30
Taxa de rateio		911,22

CADERNO DE TEXTOS

20º CONGRESSO DO ANDES- Sindicato Nacional

Rio de Janeiro, 15 a 20 de fevereiro de 2001

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

UnB Pavilhão Multi Uso I - Bloco A - Sala A1-72

Campus da UnB - Brasília - DF

Caixa Postal 04470 - CEP 70919-970

Tel: (061) 347-2028

Fax: (061) 274-3303

Gestão 2000/2002

Presidente: Roberto Leher

Secretário Geral: Edmundo Fernandes Dias

1º. Tesoureiro: José Domingues de Godoi Filho

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: José Domingues de Godoi Filho

Jornalista Responsável/Editoração: Denise Veiga

Secretária Administrativa: Maria de Fátima Alves da Silva

Secretária Adjunta: Clara Venâncio Alves

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Impresso em Brasília, janeiro de 2001

Apresentação

Movimentos Sociais e Universidade: a mesma luta

Duas décadas atrás, o Movimento Docente se reunia em Campinas para deliberar a criação ou não de uma entidade que coordenasse as lutas dos docentes universitários. Tempos duros, tempos em que uma ditadura se recusava a morrer. Mas, tempos de muita energia, de muita iniciativa, de ousadia na proposição de formas de luta.

O movimento buscava construir não apenas uma entidade nacional. Acima de tudo, tinha pela frente desafios os mais variados. Como enfrentar, como docentes, as questões colocadas pelo despotismo aberto daqueles que se sobrepunham à sociedade e afirmavam o privilégio de poucos, armados não apenas de poder bélico, mas de controle institucional? Como lutar contra aqueles que eram fortes por uma censura que impedia a livre circulação de informações e que buscava impedir a formação das idéias, limitar a liberdade de ir e vir, de castrar as possibilidades de pensar? As Universidades continham órgãos de segurança interna (as famosas Assessorias de Segurança). O poder impunha, sem quaisquer restrições, quem e como se comandava as instituições. Mas, o movimento resistia e avançava na histórica luta de democratização das Instituições de Ensino Superior.

O movimento enfrentava problemas que iam da necessidade de construir uma carreira única à obtenção não apenas de melhores salários, mas, de financiamentos adequados ao funcionamento das instituições. Colocava em questão autocratas internos e externos.

De Maluf a Geisel muitos se opunham à liberdade. O coronelismo estava presente no interior de muitas das nossas universidades. Era uma época em que os Conselhos de Curadores das Fundações tinham poder sobre toda a comunidade acadêmica e que a polícia política e os órgãos de segurança concediam ou não o famoso aval ideológico para que os intelectuais pudessem trabalhar.

Tempos em que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em memoráveis encontros (como o de Brasília em 1976), partilhava dessa luta. E não apenas a SBPC, mas, várias entidades científicas estavam, em maior ou menor grau, presentes. O cotidiano de docentes, técnico-administrativos e estudantes era marcado pela possibilidade do desaparecimento físico (morte ou prisão) até à demissão pura e simples dos membros das duas primeiras categorias.

Contrariamente ao sindicalismo tradicional, nós (e a maioria das categorias de trabalhadores públicos) nos organizávamos por local de trabalho, nos auto-sustentávamos. Tudo isso era uma imensa novidade. A Central Única dos Trabalhadores só veio a se constituir dois anos e meio depois, em agosto de 1983. Recusávamos a redução apenas às questões puramente corporativas e desde o início pensamos a construção de um projeto educacional para nossa sociedade.

O debate preparatório para o nascimento da então Associação Nacional foi longo. Passou por greves nacionais e pelos famosos ENADs (Encontros Nacionais das ADs). As primeiras greves nacionais prefaciaram o I Congresso Nacional dos Docentes do Ensino Superior que, em fevereiro de 1981, fundou nossa entidade.

A polêmica democrática sempre marcou esta categoria e seus representantes políticos. Duas concepções estavam presentes já na fundação. Uma, afirmava a idéia de uma Entidade Nacional, com Congresso anual de toda a base e Conselhos Anuais das Representações das Unidades de Trabalho. A outra, defendia a criação de um modelo confederativo, com participação não da base, mas das direções locais, no melhor estilo do sindicalismo vigente.

O Teatro interno do Centro de Convenções de Campinas foi o palco de memoráveis plenárias. O ambiente era propício à grande decisão. O Teatro era inteiramente forrado de preto e o cartão de voto da decisão sobre a criação da entidade era vermelho. Rubro-negro que sintetizava a vontade dos docentes. E por uma maioria absolutíssima se decidiu pela primeira proposta. Na abertura, um sindicalista petroleiro afirmava: “Quem nasce sob o signo da luta está destinado à vitória”. E a um trabalho sem cessar.

Uma diretoria provisória, única eleita em congresso, implementava, em tempos de controle das eleições pelo Executivo, um processo de eleição nacional, onde cada filiado às então Associações de Docentes votava. Essa mesma diretoria já vê constituir-se algo de que nos orgulhamos muito: os grupos de trabalho.

As diretorias que se seguem vão enfrentando os velhos e novos problemas. A política de destruição da Universidade não é apanágio apenas de FHC. Já teve outros nomes: Comissão de notáveis, GERES, GRIPE etc. etc. O debate sobre as questões políticas marcaram sempre

os filiados. Apresentavam-se e aos outros sob os mais diversos rótulos “acadêmicos x sindicalistas”, “alto clero x baixo clero”, “privilegiadores das ações genéricas x defensores da categoria profissional diferenciada”, “azuis X pretos”. As diversas posições político-partidárias sempre estiveram entre nós, embora as deliberações congressuais, em sua quase totalidade, sempre eram respeitadas por todos. Questões como “apoio ou não a Tancredo”, “colégio eleitoral” e outras como “filiação ou não à CIOSL”, sempre surpreenderam os críticos externos pelo grau de maturidade e pelo respeito à deliberação entre nós.

Não nos cabe, obviamente, uma história da entidade, aqui e agora. Valeria apenas ressaltar que fizemos longa e democraticamente o debate sobre a filiação à CUT, sobre a transformação em Sindicato e sobre a forma que esse Sindicato assumiria. Questões polêmicas quanto ao imposto sindical (devolução ou utilização) nunca dividiram o movimento.

Em 1988, o direito à sindicalização passou a ser possível e fizemos um Congresso Extraordinário, nesta mesma ASDUERJ que ora nos recebe, e por amplíssima maioria, deliberamos sobre a forma do Sindicato (“das federais”, “de todas os Setores” etc.) e construímos o que é hoje o ANDES-SN. Essa sigla diz respeito à produção da memória da nossa luta. Conservou-se o ANDES para manter viva a nossa tradição de luta e colocou-se o Sindicato Nacional para falar da nova forma organizativa e das novas e velhas tarefas. Representa, portanto, a continuidade da nossa história de duas décadas.

Travamos batalhas memoráveis, ganhamos, perdemos, mas lutamos. Da LDB ao PNE construímos com o conjunto das sociedades populares, sindicais e científicas um importante elemento de constituição de uma nova sociedade. Durante todo esse tempo não silenciámos nunca diante do arbítrio, seja político seja econômico. Grandes documentos foram elaborados sobre todas as propostas de política econômica, de política educacional, de ciência e tecnologia.

Chegamos aos nossos 20 anos. Novamente na ASDUERJ, novamente em momentos de fortes lutas. Talvez pudéssemos assinalar nossa trajetória como sendo a de uma entidade que é contemporânea do seu tempo, porque está una e indissolivelmente ligada à trajetória dos trabalhadores. E se dissemos acima que Universidade e Movimentos Sociais têm a mesma luta, o mesmo desafio, isso não significa que ignoramos as diferenças, mas, que assumimos como uma totalidade a vocação de estar com eles na criação da nova sociedade.

Sob o calor carioca recebam, companheira(o)s, nossos desejos mais sinceros de aprofundar o debate para encontrar as soluções que se fazem necessárias.
Bom congresso!

A Diretoria

Sumário

Pauta e Cronograma

Regimento do 20º Congresso

Temário: Movimento Docente e Conjuntura

TEXTO 1 – Análise de Conjuntura – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 2 – Análise de Conjuntura para o 20º Congresso da ANDES-SN - Contribuição da Assembléia Geral dos Docentes da UFOP

TEXTO 3 – Quando Vamos Aprender a Somar? – Contribuição do Prof. Marsílio de Alencar Sá Leitão – Sindicalizado da ADUFEPE – S. Sind.

TEXTO 4 – Análise das Eleições Municipais 2000 (Conjuntura Nacional pós-eleitoral – 10 de novembro de 2000) - Contribuição do Prof. José Eustáquio Diniz Alves - Sindicalizado da ADUFOP-S. Sind.

Tema I – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe

TEXTO 5– Reforma do Estado e Política Educacional – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 6 –. Autonomia e Carreira - Contribuição da Assembléia Geral dos Professores da UFMG

TEXTO 7 - Criança e Adolescente em situação de risco: uma luta comum? - Contribuição do Prof. Dileno Dustan Lucas de Souza – Sindicalizado da ASPUV-S.Sind

TEXTO 8 - A política fiscal, a dívida externa e a Campanha Salarial: Elementos para a ação política em 2001 - Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 9 – Prioridades de governo: pagando as dívidas (?) às custas do calote interno.- Contribuições do Prof. Ernesto Luiz Casares Pinto - Sindicalizado da APROFURG- S.Sind. e do Prof. Gil Vicente Reis de Figueiredo - Sindicalizado da ADUFSCar – S.Sind.

TEXTO 10 – Projeto de Carreira Única do ANDES-SN: proposta de alteração na forma de transposição e reenquadramento – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 11 – GID (Gratificação de Incentivo à Docência) - Contribuição da Assembléia Geral dos Professores da UFMG

TEXTO 12 – Movimento Docente: Avançar na Luta – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 13 – Processo SINPRO-SP – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 14 - Ciência e Tecnologia: A universidade pública e o movimento docente – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 15 - A Base Espacial de Alcântara e a Defesa dos Interesses Nacionais do Brasil - Contribuição da Profª Josefa Batista Lopes - Sindicalizada da APRUMA - S.Sind.

TEXTO 16 – Política de Comunicação do ANDES-SN – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 17 – Internacionalizar a luta do campo: apontamentos para uma verdadeira Reforma Agrária – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 18 – Reforma Agrária: Luta de Todos - Contribuição do Prof. Dileno Dustan Lucas de Souza - Sindicalizado da ASPUV-S.Sind e do Prof. José dos Santos Souza - Sindicalizado da ADUESB-S. Sind.

TEXTO 19 – Posicionamento e Estratégia de Luta em relação à Previdência Complementar – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 20 - Plano Colômbia – Ponto Inicial da Direta Intervenção Norte-Americana na América do Sul - Contribuição do Prof. Félix H. D. González - Sindicalizado da ADUFRGS-S.Sind.

TEXTO 21 – Etnia, Gênero e Classe – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 22 - Racismo: Uma Questão Inadiável - Contribuição da Assembléia Geral da UFOP

Tema II – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores.

TEXTO 23 – Plano de Lutas do Setor das IFES – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 24 – Privatização Interna das IFES – é preciso reverter a privatização interna nas IFES - Contribuição dos Professores: Manuel Claudenir Silva Caldas e Luíz Guilherme Meira de Souza -Sindicalizados da ADURN-S.Sind.

TEXTO 25 – Plano de Lutas do Setor das IEES: Breve avaliação - Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 26 – Plano de Lutas do Setor das IPES - Diretoria do ANDES-SN

Tema III - Questões Organizativas e Financeiras.

TEXTO 27 – Prestação de Contas do 41º CONAD - Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 28 – Eventos Nacionais e Grupos de Trabalho – Contribuição da Diretoria da APUBH

TEXTO 29 – Conselho Fiscal - Contribuição da Diretoria da APUBH

TEXTO 30 – Fundo de Solidariedade Sindical – Contribuição da ADUCSal-S. Sind.

TEXTO 31 – Homologação de Criação/Transformação em Seções Sindicais - Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 32 – Indicações e confirmações em Grupos de Trabalhos – GT - Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 33 – Prorrogação do prazo de prerrogativas das ADs- Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 34 – Local do próximo Congresso - Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 35 – Revisão Estatutária – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 18 – Reforma Agrária: Luta de Todos - Contribuição do Prof. Dileno Dustan Lucas de Souza - Sindicalizado da ASPUV-S.Sind e do Prof. José dos Santos Souza - Sindicalizado da ADUESB-S. Sind.

TEXTO 19 – Posicionamento e Estratégia de Luta em relação à Previdência Complementar – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 20 - Plano Colômbia – Ponto Inicial da Direta Intervenção Norte-Americana na América do Sul - Contribuição do Prof. Félix H. D. González - Sindicalizado da ADUFRGS-S.Sind.

TEXTO 21 – Etnia, Gênero e Classe – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 22 - Racismo: Uma Questão Inadiável - Contribuição da Assembléia Geral da UFOP

Tema II – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores.

TEXTO 23 – Plano de Lutas do Setor das IFES – Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 24 – Privatização Interna das IFES – é preciso reverter a privatização interna nas IFES - Contribuição dos Professores: Manuel Claudenir Silva Caldas e Luíz Guilherme Meira de Souza -Sindicalizados da ADURN-S.Sind.

TEXTO 25 – Plano de Lutas do Setor das IEES: Breve avaliação - Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 26 – Plano de Lutas do Setor das IPES - Diretoria do ANDES-SN

Tema III - Questões Organizativas e Financeiras.

TEXTO 27 – Prestação de Contas do 41º CONAD - Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 28 – Eventos Nacionais e Grupos de Trabalho – Contribuição da Diretoria da APUBH

TEXTO 29 – Conselho Fiscal - Contribuição da Diretoria da APUBH

TEXTO 30 – Fundo de Solidariedade Sindical – Contribuição da ADUCSal-S. Sind.

TEXTO 31 – Homologação de Criação/Transformação em Seções Sindicais - Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 32 – Indicações e confirmações em Grupos de Trabalhos – GT - Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 33 – Prorrogação do prazo de prerrogativas das ADs- Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 34 – Local do próximo Congresso - Diretoria do ANDES-SN

TEXTO 35 – Revisão Estatutária – Diretoria do ANDES-SN

SUMÁRIO (Atenção, a numeração está de acordo com o Caderno impresso)

TEMA I – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE

TR 5.1 – Reforma do Estado e Política Educacional.....	Pág. 43
TR 6.1 – Autonomia e Carreira.....	Pág. 48
TR 7.1 – Criança e Adolescente em situação de risco: Uma luta comum.....	Pág. 49
TR 8.1 – A política Fiscal, a Dívida Externa e a Campanha Salarial.....	Pág. 51
TR 8.2 – A política Fiscal, a Dívida Externa e a Campanha Salarial.....	Pág. 51
TR 8.3 – A política Fiscal, a Dívida Externa e a Campanha Salarial.....	Pág. 51
TR 11.1 – GID.....	Pág. 60

TR 12.1 – Movimento Docente: Avançar na luta.....	Pág. 62
TR 13.1 – Processo SINPRO-SP.....	Pág. 63
TR 14.1 – Ciência e Tecnologia.....	Pág.65
TR 15.1 – A base espacial de Alcântara.....	Pág.66
TR 16.1 – Política de Comunicação do ANDES-SN.....	Pág.67
TR 16.2 – Conselho Editorial do Informandes.....	Pág.69
TR 16.3 – Conselho Editorial da Revista Universidade e Sociedade.....	Pág.69
TR 17.1 – Internacionalizar a luta do campo.....	Pág.70
TR 18.1 – Reforma Agrária: luta de todos.....	Pág.71
TR 19.1 – Previdência Complementar.....	Pág.72
TR 20.1 – Plano Colômbia.....	Pág.73
TR 21.1 – Etnia, Gênero e Classe.....	Pág.75
TR 22.1 – Racismo.....	Pág.76

TEMA II - POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTA DOS SETORES

TR 24.1 – Privatização Interna das IFES.....	Pág.79
TR 26.1 – Plano de Lutas do Setor das IPES.....	Pág.83

TEMA III – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TR 27.1 – Prestação de Contas do 41º CONAD.....	Pág.87
TR 28.1 – Eventos Nacionais e Grupos de Trabalho.....	Pág.87
TR 28.2 – Número de CONADs.....	Pág.87
TR 29.1 – Conselho Fiscal.....	Pág.87
TR 30.1 – Fundo de Solidariedade Sindical.....	Pág.88
TR 31.1 – Homologação de Criação/Transformação em Seções Sindicais.....	Pág.89
TR 33.1 – Prorrogação do Prazo de Prerrogativas das ADs.....	Pág.89
TR 34.1 – Local do próximo Congresso.....	Pág.89
TR 35.1 – Revisão Estatutária.....	Pág.90

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA DO 20º CONGRESSO

15/02 5ª feira	16/02 6ª feira	17/02 Sábado	18/02 Domingo	19/02 2ª feira	20/02 3ª feira
Credenciamento 09:00 às 12:00h	Credenciamento 8:00 às 11:00h Plenária de Instalação 9:00 às 11:00h	Grupos Mistos Tema I 09:00 às 12:00h	Livre	Plenária do Tema I 9:00 às 12:00h	Plenária Tema III 09:00 às 12:00h
Credenciamento 14:00 às 18:00h	Plenária Inicial MD e Conjuntura 14:00 às 17:00h	Grupos Mistos Tema II 14:00 às 17:00h	Grupos Mistos Tema III 14:00 às 17:00h	<i>Plenária Tema II</i> 16:00 às 19:00h	Plenária de Encerramento 13:00 às 16:00h
Plenária de Abertura 18:00h Ato Político comemorando os 20 anos do ANDES-SN	Grupos Mistos Tema I 19:00 às 22:00h	Livre	Plenária do Tema I 19:00 às 22:00h	Livre	

Temário: Movimento Docente e Conjuntura

Tema I – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe

Tema II – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores.

Tema III - Questões Organizativas e Financeiras

I - REGIMENTO DO 20º CONGRESSO

Capítulo I - Do Congresso

Art. 1º - O 20º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto da ANDES-SN, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto da ANDES-SN, reúne-se de 15 a 20 de fevereiro de 2001, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), organizado pela Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (ASDUERJ).

Art. 2º - O 20º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a PAUTA aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19, e seus parágrafos, do Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Capítulo II - Das Atribuições

Art. 3º - São atribuições do 20º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do Art. 15 do seu ESTATUTO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - excluir os sindicalizados, em consonância com o disposto no art. 11;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente da pauta do mesmo;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de ADs-SSINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação da ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das ADs-SSINDs, observado o disposto no art. 45;

X - criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.”

Capítulo III - Dos Participantes

Art. 4º - São participantes do 20º CONGRESSO:

I – os delegados devidamente credenciados, com direito a voz e voto:

a) um de cada diretoria de Seção Sindical (inciso I, Art. 16 do Estatuto) do ANDES-SN;

b) de base de cada Seção Sindical (inciso II, Art. 16 do Estatuto) do ANDES-SN, escolhidos em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17.

c) representativos dos sindicalizados via Vice-Presidências Regionais (inciso III, Art. 16 do Estatuto).

II - os membros das Comissões Organizadora e Diretora do 20º CONGRESSO, com direito a voz;

III - Os sindicalizados do ANDES-SN, devidamente credenciados como observadores pela sua respectiva Seção Sindical e VPRs, com direito a voz. Estes deverão ter seus nomes indicados na Ata da Assembléia que constituiu a delegação ao 20º Congresso;

IV - os convidados pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito a voz.

Parágrafo 1º - Os sindicalizados do ANDES-SN não poderão participar como convidados do 20º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

Parágrafo 2º - O Delegado da AD/SSIND, devidamente credenciado, só pode ser substituído, durante a realização do 20º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a - comprovar a necessidade de ausentar-se definitivamente do 20º CONGRESSO, junto à Comissão Diretora;

b - os Suplentes de Delegados indicados para tanto pelas Assembléias das AD/SSIND, quanto pelas Assembléias dos sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, devem estar credenciados como observadores no 20º CONGRESSO;

c - cada AD/SSIND e Vice-Presidências Regionais só poderão substituir seu Delegado uma única vez.

d - quando o delegado de AD/SSIND ou VPR comprovadamente se ausentar, sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º - O Presidente do ANDES-SN preside o 20º CONGRESSO, com direito a voz e voto em suas sessões, e os demais membros efetivos da DIRETORIA da ANDES-SN dele participam com direito a voz e sem direito a voto.

Capítulo IV - Do Credenciamento

Art. 6º - O prazo de credenciamento dos delegados e observadores das Seções Sindicais da ANDES-SN, e dos delegados representativos dos sindicalizados, via Vice-Presidências Regionais ao 20º CONGRESSO encerrar-se-á às 11:00h do dia 16 de fevereiro de 2001.

Parágrafo 1º - Para o credenciamento dos delegados será exigida ata (ou extrato) da Assembléia Geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

Parágrafo 2º - Para o credenciamento dos Observadores será exigida ata (ou extrato da mesma), e no caso de não ter havido Assembléia Geral, será exigido documento da Seção Sindical indicando os mesmos.

Parágrafo 3º - Fica assegurado a qualquer delegado credenciado ter vistas e cópias da totalidade de documentos que credenciam os delegados e observadores de qualquer seção sindical, mediante requerimento à Comissão Diretora.

Parágrafo 4º - Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até a instalação da Plenária Inicial que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V - Do Funcionamento

Seção I - Dos órgãos

Art. 7º - São órgãos do 20º CONGRESSO:

I – As Comissões:

a) Organizadora

b) Diretora

II – Os Grupos Mistos.

III – As Plenárias.

Parágrafo 1º - As Comissões, Organizadora e Diretora, são criadas a partir da convocação do 20º CONGRESSO;

Parágrafo 2º - Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 20º CONGRESSO;

Parágrafo 3º - O quorum mínimo de funcionamento de cada órgão do 20º CONGRESSO é de metade mais um dos membros desse órgão com direito a voto.

Parágrafo 4º - Passados 15 minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quorum de funcionamento reduz-se para 30% dos seus membros com direito a voto, só podendo ocorrer deliberação após verificado o quorum previsto no parágrafo 3º deste Artigo.

Seção II - Da Comissão Organizadora

Art. 8º - A Comissão Organizadora é constituída por (dois) 02 representantes da ASDUERJ e por dois (2) diretores do ANDES-SN, indicados pela Secretaria Geral e pela 1ª Tesouraria do ANDES-SN.

Art. 9º - É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infra-estrutura necessária à realização do 20º CONGRESSO;

II - organizar a sessão de abertura do 20º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 20º CONGRESSO, organizando o rateio entre as Seções Sindicais;

IV - indicar, entre seus componentes, três (3) membros para compor a Comissão Diretora, e

V – realizar, junto com a comissão Diretora, o credenciamento dos participantes do 20º Congresso.

Seção III - Da Comissão Diretora

Art. 10 - A Comissão Diretora do 20º CONGRESSO é composta pelos Diretores do ANDES-SN e por três (3) membros da Comissão Organizadora, indicados entre seus membros.

Art. 11 - É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo Credenciamento dos participantes do 20º CONGRESSO;

II – decidir e efetivar a substituição de delegados de acordo com o disposto no parágrafo 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste Regimento e anunciar a substituição ao Congresso.

III – elaborar a prestação de contas do 20º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 20º CONGRESSO;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos do 20º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV - Dos Grupos Mistos

Art. 12 - Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegados devidamente credenciados, de Seção Sindical, de sindicalizados via Vice-Presidências Regionais e o Presidente do ANDES-SN, com direito a voz e voto;

II - Observadores devidamente credenciados, de Seção Sindical e de sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, com direito a voz;

III - Diretores do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - Convidados, devidamente credenciados, com direito a voz.

Art. 13 – Cada grupo misto é composto, no máximo, por 35 delegados e igual número de observadores.

Parágrafo único – Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado de uma mesma AD S.Sindical ou mais de um delegado representativo dos sindicalizados de uma mesma Vice-Presidência Regional, caso o respectivo número de delegados seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos observadores.

Art. 14 - Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por um (1) Coordenador, um (1) Relator e um (1) Secretário.

Parágrafo 1º - Os membros da mesa coordenadora são eleitos pelos delegados componentes dos Grupos.

Parágrafo 2º - O coordenador e o Secretário da mesa coordenadora serão eleitos entre os delegados componentes dos Grupos e o relator poderá ser, excepcionalmente, um observador credenciado.

Parágrafo 3º - A qualquer momento os Delegados integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 15 - As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 20º CONGRESSO, observado o quorum de 50% mais um (1) dos Delegados participantes do Grupo.

Parágrafo 1º - Passados quinze (15) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo o quorum mínimo será de 30% dos Delegados participantes do Grupo.

Parágrafo 3º - Passados trinta (30) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de Delegados presentes, recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e iniciada/aberta uma nova lista.

Parágrafo 4º - As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% dos Delegados.

Art.16 - Compete ao Coordenador dirigir os trabalhos do Grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art.17 - É de competência do Relator:

I - elaborar o relatório dos trabalhos do Grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, e

II - fazer constar do relatório o número de votos de cada proposta submetida à deliberação.

Art. 18 - Compete ao Secretário auxiliar o Coordenador e o Relator em suas atividades.

Art. 19 - Os Relatores dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de três (03) horas após o encerramento da reunião para entregar à Comissão Diretora, o Relatório Consolidado de seu Grupo, digitado, garantidas as condições pela Comissão Organizadora.

Parágrafo Único - Excetuam-se do prazo estabelecido no caput deste art. Relatórios de Grupos Mistos cujas reuniões terminarem após as 19 horas. Para esses casos o prazo limite é até as 10 horas do dia seguinte.

Art. 20 – A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será feita pela Comissão Diretora.

Parágrafo Único – O horário e o local da consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será amplamente divulgado pela Comissão Diretora, sendo facultada e estimulada a presença dos relatores dos Grupos.

Art. 21 - Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 20º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - As propostas aprovadas por maioria simples;

II - As propostas que tenham obtido no mínimo 30% dos votos dos Delegados presentes em pelo menos um dos Grupos Mistos.

III - Na consolidação dos relatórios dos Grupos Mistos a serem apreciados nas Plenárias não serão consideradas as propostas de acréscimo/alteração que impliquem em redação pela Comissão Diretora.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos Temas do 20º CONGRESSO

Art. 22 - O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, improrrogavelmente, aos horários previstos no Cronograma do 20º CONGRESSO.

Art. 23 - A duração do Grupo Misto do Tema I será de 06 (seis) horas (em dois períodos) e dos Grupos Mistos Tema II e III será de 03 (três) horas cada um, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput deste Artigo poderá, por deliberação do Grupo, ser prorrogado por no máximo (uma) 1 hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 20º CONGRESSO.

Seção V - Das Plenárias

Art. 24 - As Plenárias são compostas por:

I - Delegados de cada Seção Sindical e representantes dos sindicalizados via Vice-Presidência Regional e o Presidente do ANDES-SN, com direito a voz e voto, devidamente credenciados.

II - Observadores de cada Seção Sindical e representantes dos sindicalizados via Vice-Presidência Regional, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - Membros das Comissões Organizadora e Diretora com direito a voz, e

IV - Convidados, devidamente credenciados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 25 - Os trabalhos das Plenárias do 20º CONGRESSO serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um (01) Presidente, um (01) Vice-Presidente, um (01) 1º Secretário e um (01) 2º Secretário.

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora indica entre seus membros os componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias;

Parágrafo 2º - A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 20º CONGRESSO ser eleitos pelos Delegados presentes à Plenária.

Parágrafo 3º - As deliberações observam a maioria simples dos Delegados presentes a cada sessão, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo 4º - A Plenária Inicial – MD e Conjuntura não tem caráter deliberativo.

Art. 26 - Compete ao Presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar junto com o 1º Secretário a ordem dos trabalhos das Plenárias, e

II - dirigir as Plenárias, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27 - Compete ao Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o Presidente em suas atividades;

II - substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28 - Compete ao 1º Secretário:

I - preparar junto com o Presidente a Ordem do Dia das Plenárias;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária.

III – o Relatório deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitado e na forma definitiva, até 24 horas após a conclusão da Plenária.

Art. 29 - Compete ao 2º Secretário:

I - auxiliar o 1º Secretário em suas atividades;

II - elaborar a Ata da sessão Plenária.

III – a ata deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitada e na forma definitiva, até 24 horas após a conclusão da Plenária.

Art. 30 - A duração das Plenárias será a seguinte: Plenária de Instalação - 2 (duas) horas; Plenária Inicial - 03 (três) horas; Plenária do Tema I - 6 (seis) horas (em dois períodos); Plenária do Tema II - 3 (três) horas; Plenária do Tema III, 3 (três) horas e Plenária de Encerramento - 3 (três) horas.

Parágrafo 1º - Por deliberação da Plenária, o prazo estipulado no caput deste Artigo poderá ser prorrogado por mais uma (01) hora.

Parágrafo 2º - As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no Caput e Parágrafo 1º deste Artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

Art. 31 - A verificação do quorum, no início das Plenárias do 20º CONGRESSO, será feita através de lista de presença onde constará o nome do Delegado, o nome da Seção Sindical, assinatura do Delegado e o horário da assinatura.

Parágrafo 1º - Passados, 30 minutos do horário previsto para o início das plenárias será recolhida a (primeira) 1ª lista de frequência e iniciada/aberta uma nova lista;

Parágrafo 2º - A verificação, de quorum em qualquer momento do andamento da Plenária, será feito pela contagem dos Delegados através do cartão de voto.

Capítulo VI - Das Discussões e Votações

Art. 32 - Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões, a palavra somente é concedida para discuti-la a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 33 - Para discussão de cada matéria será estabelecido um período de tempo, compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo ou Plenária.

Parágrafo 1º - O número de inscrições observará o prazo definido no caput deste Artigo.

Parágrafo 2º - O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34 - As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de três (03) minutos improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento, por parte do Plenário e dos inscritos.

III - fase de votação: através de levantamento do cartão de voto pelos Delegados, de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do Plenário.

Parágrafo 1º - Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

Parágrafo 2º - Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a – aprovadas nos Grupos Mistos;

b – minoritárias que tenham obtido no mínimo 30% dos votos dos Delegados presentes, em pelo menos um dos Grupos Mistos;

c – oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

Art. 35 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso ao Plenário.

Parágrafo 1º - Na fase de encaminhamento das votações só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

Parágrafo 2º - Na fase de votação não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36 - As deliberações que impliquem alterações do Estatuto do Sindicato Nacional serão tomadas por cinquenta por cento (50%) dos Delegados inscritos no 20º CONGRESSO, conforme dispõe o Art. 71 do seu Estatuto.

Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37 - As propostas de Moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 20º CONGRESSO até as 12 (doze) horas do dia 18 de fevereiro de 2001, endereçada à Comissão Diretora, sendo especificados os responsáveis e os destinatários com endereço completo.

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 20º CONGRESSO, uma cópia das Moções propostas até as 18 (dezoito) horas do dia 19 de fevereiro de 2001.

Parágrafo 2º - A critério do Plenário, podem ser acrescentadas outras Moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38 - As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39 - Nos grupos mistos e nas plenárias só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abstiverem no momento da votação.

Parágrafo Único - Das declarações de voto feitas nas Plenárias só constarão do Relatório Final aquelas apresentadas por escrito à Mesa.

Art. 40 - A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do encerramento do 20º CONGRESSO para divulgar o seu Relatório Final.

Art. 41 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 42 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 20º CONGRESSO da ANDES-SN.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2001.

TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

Movimento Docente e Conjuntura

Observação preliminar: É compreensão da Diretoria do ANDES-SN que o 20º Congresso tem uma importante tarefa: a de propor não apenas um conjunto de tarefas, que normalmente se apresentam como um somatório de ações, mas, para além disso, apresentar uma leitura política do real e indicar que o debate se centre nas políticas e nas tarefas. Muitas vezes nos perdemos nos pequenos encaminhamentos e abandonamos as grandes questões, como aqueles que vêem a árvore mas não conseguem distinguir o conjunto do horizonte. Haverá algum grau de redundância entre o texto deste documento e os textos apresentados na explicitação das políticas sociais que estaremos debatendo. Não se trata de falta de revisão mas, pelo contrário, de, já nesta análise, apresentar os elementos essenciais do debate.

As determinações internacionais

O século XX iniciou de uma forma aparentemente triunfalista. O capitalismo parecia incontrastado e incontrastável. O colonialismo e a *belle époque* pareciam ser a certidão da consolidação de uma civilização que aparentemente banira seus antagonistas. Os trabalhadores, depois de algumas derrotas graves, como a da Comuna de Paris, pareciam destinados à subalternidade. Os teóricos socialistas chamados de “revisionistas” mostravam e praticavam o determinismo tecnológico e sua contra face institucionalista. A neutralidade da técnica, a lei de ferro de uma história que “seguia” um destino para além de toda e qualquer vontade humana, “determinava” a aceitação de uma ordem excludente.

A segunda década, contudo, alterava esse quadro. As contradições inter e intraburguesas mostravam os limites de uma cidadania que, pressionada pelas classes trabalhadoras, ativava a tendência decrescente da taxa de lucro. A guerra mundial e a redefinição dos espaços econômicos e políticos encontram um antagonismo renascido com as experiências dos trabalhadores: 1917 na Rússia, 1918 na Europa central, 1920 na Itália, na França, na Inglaterra. Ainda dentro do marco da institucionalidade burguesa, os trabalhadores impuseram sua vontade de luta. O fascismo, o nazismo, as políticas keynesianas, o Estado de Bem Estar Social e o New Deal (Estados Unidos) não apenas respondiam à crise econômica mas, sobretudo, à incapacidade da ordem burguesa de integrar ativamente a massa da sociedade à sua hegemonia.

As classes dominantes saem da cômoda inércia e, para fazer valer suas propostas, têm que disputar ideologicamente. O fascismo (em todas as suas formas) passou a aglutinar *manu militari* as massas urbanas e rurais desorganizadas contra as formas organizativas dos trabalhadores. Pela primeira vez, por exemplo, a burguesia nos Estados Unidos, tem que aceitar construir uma legislação trabalhista.

O taylor-fordismo, que criara as condições de subordinação dos trabalhadores à *ordem do capital* expropriara, no fundamental, o domínio que aqueles tinham sobre o trabalho. Mas, contraditoriamente, potencializara o surgimento do moderno proletariado fabril, o trabalhador coletivo agora tendencialmente universalizado.

Do choque dessas forças nasceu um pós-guerra renovado. Movimentos de libertação nacional anti-colonial, lutas de gêneros e de etnias, movimentos de jovens e de estudantes, enfim, das mais diferentes formas que o capitalismo criara colocam uma palavra de ordem: não basta produzir, não basta apenas ter emprego e salário. É necessário pensar e construir uma nova qualidade: a produção socializada e o controle das formas e conteúdos da industrialização. Sindicatos de massa, partidos ideológicos de massa, movimentos sociais variados – do ecológico ao sanitário – tudo é possível e passível de elaboração e superação.

O enfrentamento vivido pelo mundo capitalista é exemplar. Dos neoliberais (que só ganham força total nos anos 70) aos regulacionistas (na sua maioria de “esquerda”) surge a palavra de ordem que unifica o exército do capital. O trabalho estava sobrevalorizado. Era preciso destruir essa corrupção para que a acumulação fosse possível, para que esse limite fosse ultrapassado. *As lutas de classe na produção* eram inimigos mais perigosos que a luta de classes no campo político. Como diziam os industriais: “na fábrica não pode haver dois poderes”. Era preciso quebrar a resistência dos trabalhadores.

As reformas liberais se deram inicialmente sob forma de ditaduras. O aparente paradoxo é viabilizado por Pinochet e pelos seus “exterminadores do passado e do futuro”.

Com eles, foi possível experimentar essas reformas. A ditadura chilena transformou aquele país no *grande laboratório*. Foram, aí, testadas as hipóteses dos *Chicago Boys* de Friedman, e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) tiveram o máximo de liberdade para atuar. Nos países centrais, como os Estados Unidos e a Inglaterra, a conversa é outra. O protecionismo segue valendo e, apesar dos estragos, as políticas sociais não são inteiramente destruídas.

Os anos 80 e 90 marcam fundamentalmente a mundialização incontestada dessa ideologia e de suas práticas. Um ciclo histórico parecia concluído. Novamente se criam as condições de um aparente domínio incontestado e incontestável.

O clima de tranquilidade olímpica que parecia dominar o cenário capitalista é atravessado por uma série de novas contradições. A promissora “Nova Economia” que garantiria um permanente estado de euforia nos mercados teve um tempo de vida menor que o milênio prometido pelo Terceiro Reich ou mesmo que o fim fukuiâmico da história.

As oscilações e quedas bruscas, tanto dos índices NASDAQ e Dow Jones, a busca desenfreada de uma expansão da economia americana levaram até mesmo a que o “eleito” Bush pressionasse o Federal Reserve (Banco Central Americano) na busca da redução de juros, contra a tradição de autonomia desse órgão. Ao mesmo tempo em que aparece como o beneficiário da centralização financeira internacional, os Estados Unidos vêem uma crescente invasão de capitais japoneses, de petrodólares e outros, que intervêm no controle das suas Bolsas de Valores. Se, por um lado, o mundo capitalista parece mais forte pela inexistência de antagonistas, por outro, vê aumentar suas contradições internas. A era da expansão ilimitada conhece seus limites.

A Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA), apesar de apresentar-se como uma fronteira em expansão, tem seu segredo revelado pelo Acordo de Livre Comércio Americano (NAFTA). Este último tem implicado a subalternidade crescente tanto do Canadá como, em especial, do México, reduzido ao longo do processo, a implementador de “maquilladoras” e sem perspectivas de autonomia. O novo governo Fox não deu mostras de reversão desse cenário.

A proposta do Mercado Comum do Sul (Mercosul), para além de seus limites como pura associação de livre comércio, sofreu e vem sofrendo sucessivos golpes como, por exemplo, a preferência chilena e argentina pelo NAFTA. E demonstrou, ao longo de sua existência, dois elementos fundamentais: (1) o fato de ser um acordo de pura integração inter e intraburguês, com a exclusão dos trabalhadores que são reduzidos apenas à força de trabalho; e (2) que os conflitos subimperialistas entre as burguesias internacionalizadas que dominam o Brasil e a Argentina levam à possibilidade de sua própria neutralização enquanto área de comércio livre.

A recente Reunião de Cúpula de Florianópolis (dezembro de 2000) selou o processo de maior debilitamento do Mercosul. Lembremos que os governos da região sempre procuram, em consonância com suas políticas globais, impedir quaisquer cláusulas sociais que ponham limites ao capital. É preciso não confundir “fortalecimento do capital” com autonomia “nacional”, autonomia que exclui os trabalhadores.

Os países da região vêm, ao longo da última década, atravessando crises que aprofundam sua dependência estrutural ao capital financeiro. A aplicação mecânica dos receituários do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) – diga-se de passagem, criticadas pelos próprios proponentes – tem aumentado a miséria e a destruição social.

No plano político, a região vem sofrendo com um “cordão sanitário”, que vem atuando no sentido da militarização da luta contra os movimentos sociais, em especial no que se refere à Colômbia, teoricamente para combater o narcotráfico.

Vivemos, na região e no Brasil, uma ditadura midiática extraordinária. As oposições são apresentadas como portadoras do caos, e quando se fala da ação governamental – com raras e honrosas exceções – a mídia adota uma posição *cândida*: “tudo vai bem no melhor dos mundos”.

A crise argentina, a estagnação econômica e social da maioria dos países, a indefinição quanto às posições mexicanas e venezuelanas dão o tom da cena continental. Sobre a Venezuela, deve-se dizer que, apesar das imensas simpatias despertadas – entre setores da esquerda, o governo Chavez, em que pese ter obtido vitórias plebiscitárias e “limpado o terreno”, não concretizou, de fato, qualquer transformação de fundo. Registre-se que, no plano sindical, o governo Chavez fez uma intervenção nas organizações dos trabalhadores,

buscando assenhorear-se delas, conforme denunciado no *Fórum Mundial por la Educación de los Pueblos* (Santiago, novembro de 2000).

As manifestações contra esse processo concentracionista em nível planetário continuam ocorrendo. De Seattle à realização do *Fórum Social Mundial*, passando pelos enfrentamentos de Praga, vem ressurgindo uma perspectiva internacionalista. São movimentos multifacetados, com uma grande dose de espontaneidade, de matrizes absolutamente distintas, mas que colocam uma perspectiva contra a forma do capitalismo atual e, em muitos casos, claramente anticapitalista.

Ressaltemos por fim que, do ponto de vista dos trabalhadores, o processo de unificação das diferentes centrais em torno da *Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres* (CIOSL) não propiciou a criação de uma agenda internacional de luta dos trabalhadores, o que seguramente facilita a idéia de que o capitalismo é natural, eterno, o destino da humanidade. No mesmo sentido, a unificação excludente das organizações sindicais dos docentes em torno da Internacional da Educação debilitou a luta pelo desaparecimento da *Confederação Mundial de Organizações de Profissionais da Educação* (CEMOP) e pelo isolamento da *Federação Internacional de Sindicatos da Educação* (FISE). Uma perspectiva importante de coordenação da luta dos docentes é o fortalecimento da *Confederação dos Educadores Americanos* (CEA) que no Fórum de Santiago aprovou a convocação de um *Congresso Pedagógico Continental* (nos moldes dos nossos CONEDs). Nesse mesmo sentido, a *Red Social por la Educación Pública en las Américas* (Red SERPA) e a *Aliança Social Continental*, em conjunto com a CEA, vêm preparando a intervenção dos educadores, em atividade paralela ao Encontro das Américas (Quebec, abril de 2001), onde os chefes de Estado da região estarão reunidos.

A década da implantação do neoliberalismo: a destruição dos direitos

A última década do século XX, no Brasil, foi marcada pela crença de que o País não poderia ousar construir alternativas capazes de propiciar condições de vida justas e igualitárias para todos os cidadãos. A convicção de que o País estava destinado ao crescimento constante, apesar dos percalços, foi desmanchada com a explicitação do fracasso do Plano Cruzado (1986). O sentimento de que o desenvolvimento não seria mais possível não foi uma idéia fora do tempo histórico, um “raio cortando o céu azul”, mas coetânea do ataque do governo Reagan a todo o aparato da ONU relacionado ao desenvolvimento: PNUD, UNCTAD, OMS, UNESCO, OIT, FAO etc.. A partir desse momento, as classes dominantes locais passaram a operar uma outra agenda, em que o desenvolvimento e, mais tarde, o crescimento, cederam lugar à estabilidade. Em virtude da assimetria econômica entre os países centrais e periféricos - uma dinâmica do capitalismo dependente agravada pelo abandono do desenvolvimentismo, a *agenda educacional* também foi redefinida. No caso do Brasil e da América Latina, as prioridades não incluem mais a universidade inspirada no “modelo europeu”. É bom ter em mente que esse “modelo europeu” continua, na maior parte daqueles países, a produzir conhecimentos e tecnologia. O abandono desse “modelo” oculta o verdadeiro problema: o do desaparecimento do projeto de desenvolvimento nacional autônomo e o fortalecimento da subsunção integral ao atual projeto capitalista mundializado. Oculta, também, a luta entre as empresas interessadas na “desregulamentação” do “mercado” educacional que vão das instituições tipo ‘Objetivo’ às multinacionais, sem esquecermos a entrada no cenário das chamadas “universidades corporativas”.

Foi nesse ambiente que os dois principais governos neoliberais brasileiros, os de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, implementaram as políticas discutidas adiante. De fato, o primeiro governo a assumir plenamente a agenda neoliberal foi o de Fernando Collor, uma débil coalizão de forças resultante de um arranjo fortemente orientado pelo pragmatismo (impedir a vitória do PT em 1989). No entanto, em simbiose com as forças dominantes da burguesia mundial (e sob sua direção), em especial dos EUA, uma coalizão orgânica entre as diversas frações das classes dominantes brasileiras foi costurada pelo PFL e pelo PSDB, produzindo a unidade de classe e de projeto perdidas desde o final do governo militar. Internacionalmente, esse rearranjo das coalizões e do projeto ficou conhecida como “Consenso de Washington”. A implementação do decálogo de medidas no sub-continentes latino-americano foi conduzida pelo FMI e pelo Banco Mundial, através de uma burocracia avessa ao projeto desenvolvimentista-keynesiano e fiel ao ideário neoliberal.

Nesse cenário, o Plano Plurianual/PPA 2000-2003 - Avança Brasil é peça chave. Ele atua redefinindo e transformando o país em 9 eixos de desenvolvimento, deixando de lado as categorias geopolíticas de estado e/ou regiões na formulação dos programas e projetos que

envolvem a apropriação dos recursos naturais disponíveis no território brasileiro. O PPA/Avanço Brasil, elaborado por um consórcio privado, planeja o desenvolvimento do país tendo como referência os interesses privados e os seguintes eixos territoriais para a acumulação capitalista: - Leste (MG, ES, RJ); Araguaia-Tocantins (PA, MT, TO, MA, GO); Fronteira Norte (AP, RR, AM, AC); Mercosul; Nordeste (PI, CE, RN, PB, PE, AL); São Francisco (BA, SE, norte de MG); Sudoeste (MT, MS, sul de GO, sudeste brasileiro); Oeste-Norte (AM, PA, RO, MT); Transmetropolitano (SP e sudoeste de MG).

Essa recriação do espaço para o capital está assentada em macro-objetivos que, por sua vez, determinam quais as prioridades governamentais. O macro-objetivo nº 1 refere-se, sem qualquer margem de dúvida, à questão das políticas econômicas que deverão “estar cada vez mais ligadas à consolidação do novo padrão de crescimento, com ênfase no aumento da produtividade, das exportações e do investimento. Com as reformas de ordem econômica, o Governo abriu espaço para o capital privado na modernização da infra-estrutura básica do País. São essenciais, nessa nova etapa, as ações de regulação e fiscalização da participação privada, de modo a garantir o atendimento das demandas do consumidor e assegurar as condições de competitividade do setor produtivo.” Nas suas próprias palavras, o Governo buscará: “Simplificar o sistema tributário e desonerar a produção, o investimento e a exportação; criar condições para que o sistema de crédito se oriente para operações de longo prazo com vistas à reestruturação produtiva, crescimento das exportações e do investimento; reforçar a regulação e fiscalização da atuação privada e dar continuidade ao programa de privatização.” (D.O.U. de 24.07.2000/Suplementos. Grifo nosso.).

O modo específico com que o governo atuará no campo educacional está previsto no macro-objetivo 3: Elevar o nível educacional da população e ampliar a capacitação profissional: “*A educação e a qualificação profissional tornaram-se fundamentais para a redução das desigualdades sociais e o aumento da competitividade da economia nacional. Face a expansão crescente do conhecimento e da inovação presentes na produção de bens e serviços, cada vez mais se torna imprescindível profissionais de maior nível educacional, capacitados de forma permanente para atender as transformações e exigências do mercado de trabalho.*”. Os instrumentos governamentais estão claramente definidos: “*Promover a erradicação do analfabetismo; Concentrar os investimentos da educação para a melhoria da qualidade do ensino; Melhorar a qualificação do magistério no ensino fundamental e médio; Garantir a expansão do ensino médio; Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes adequados às exigências locais e regionais do mercado de trabalho estabelecendo parcerias entre os sistemas estaduais, municipais, federais e da iniciativa privada; Melhorar a qualidade do ensino universitário em sintonia com a demanda de profissionais e com as necessidades de desenvolvimento científico e tecnológico.*”. Sempre é bom lembrar que, como diria Pessoa, entre a intenção e o gesto vai uma grande diferença. Sabe-se, por exemplo, que o governo trabalha sobre duas hipóteses básicas: (1) as necessidades educacionais básicas estão atendidas e (2) o problema não é de recursos e sim da sua gestão. Isso “autoriza” o governo a tentar bloquear ainda mais a autonomia das universidades e, sob o título de gerenciamento eficiente, pretende-se a imposição de modelos do que pensar, investigar, ensinar e como fazê-lo. Mas expressa, com clareza, o projeto fundamental: criar o *trabalhador para o capital* e não mais o indivíduo integral com a possibilidade de desenvolvimento de suas potencialidades.

O macro-objetivo 14 - oferta de escola de qualidade para todos - completa o cenário: “Uma sociedade democrática e avançada não pode consolidar-se sem um ensino fundamental de qualidade que atinja todas as crianças em idade escolar. Sem exceção, os países que efetivamente democratizaram o ensino em tempo relativamente breve, contaram com o intenso envolvimento da comunidade na melhoria da qualidade do ensino.”. *Como proceder para atingir esses fins? O Governo, nesse campo, se propõe a: “Garantir uma escola de qualidade para todas as crianças de sete a quatorze anos; Intensificar as ações de valorização do magistério; Assegurar a participação da comunidade na gestão das escolas; Valorizar o Sistema de Avaliação do Ensino Básico, definindo critérios para alocação dos recursos aos Estados e Municípios com base em indicadores de qualidade e rendimento escolar; Combater a repetência e a evasão e corrigir a distorção idade-série; Ajustar a complementação da União aos Fundos de Manutenção do Ensino e Valorização do Magistério, no âmbito dos estados, de modo a garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade e ensino definido nacionalmente.”. Aqui, como de costume, a distância entre o que se fala e o que se faz é abissal. O valor de referência do FUNDEF, irrisórios R\$ 333,00, encontra-se defasado, pelo menos, em 40%. A valorização dos docentes limita-se a gratificações que rompem com a*

paridade e a isonomia, nos moldes da GED e da GID, e a queda do padrão de qualidade não pode mais ocultado nem mesmo pelo Provão, pelo ENEM e pelo SAEB.

Para coroar esse quadro terrível, lembremos o macro-objetivo 7 - desenvolver a indústria cultural - que é auto-explicativo. “A indústria da cultura é uma atividade econômica em expansão no Brasil. A riqueza e a diversidade do patrimônio cultural são a garantia do potencial de negócios e empregos que o setor deverá gerar nos próximos anos. Para melhor aproveitamento desta oportunidade, torna-se fundamental integrar ações de turismo, cultura e divulgação da imagem do País, visando conferir sustentabilidade à produção e uso dos bens e serviços culturais.”. Coerentemente, o governo assume uma concepção extremamente reducionista-mercantil de cultura e se propõe a “Estimular o turismo cultural para melhoria e sustentabilidade do patrimônio histórico e valorização do artesanato; Estimular a indústria audiovisual e editorial.”.

As grandes orientações da política neoliberal que se tenta realizar

A Reforma do Estado é a pedra de toque de todo o processo de adequação entre o “governo das massas” (forma política da dominação) e o “governo da economia”, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo capitalista. Conhecido pelo nome de reestruturação produtiva, o processo visou (visa) basicamente criar as condições de maior fusão entre Estado e Mercado. Vale dizer: o que se busca são as condições de homogeneidade necessárias para alavancar a eficácia do capitalismo. Se o entendermos não apenas como modo de produção, mas como modo de vida, perceberemos claramente que, quando se fala de Mercado, o que, de fato, está sendo defendido é o predomínio dos interesses privados sobre o coletivo. Quando o Mercado é apresentado como o único horizonte possível, a sociedade é identificada com o capitalismo. O velho projeto liberal de controlar o Estado e pô-lo a seu serviço se atualiza. As reformas institucionais e constitucionais visam, acima de tudo, criar as formas de legitimação do poder arbitrário. Com essa identificação, o capitalismo passa a ser visto com naturalidade. E tudo que se opõe a essa “naturalidade” é visto como artificialidade, desordem, caos.

É absolutamente necessário realizar a “reforma” do Estado, não para suprimi-lo, mas para criar as condições que garantam tanto a acumulação da mais-valia, através do aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital, como, ainda, o afastamento do Estado de seu dever universal de prover educação, saúde e demais direitos sociais básicos para todos. Toda uma ofensiva ideológica é empreendida, em diversos aparelhos de hegemonia, para tentar obter a lealdade das massas. O conflito, outrora reconhecido e admitido pelos velhos liberais, ainda que dentro de estreitos limites, agora é incompatível com a “natureza” capitalista. O *pensamento único* não é filho da mundialização e da financeirização do capital; antes, pelo contrário, é um dos seus parceiros. Mundialização e financeirização que não são senão o momento atual do desenvolvimento do capitalismo, das suas forças produtivas e das relações sociais que implica e requer.

O pretexto não podia ser outro: reconstruir a estabilidade necessária ao mundo capitalista, que a política e a luta das classes tinham rompido. Na linguagem *ortopédica* de neoliberais e regulacionistas, trata-se de *desengessar* o capitalismo, liberá-lo das amarras que impediam o seu livre desenvolvimento. O Estado de Bem Estar Social teria criado corrupção e privilégios. A liberdade do mercado (a famosa ‘mão invisível’ de Adam Smith) eliminaria essa turbulência espúria. Para tanto, o governo dos sábios, por cima e por fora do jogo parlamentar. É fato comum na nossa história que o Parlamento seja visto como um entrave à liberdade “racionalizadora” dos “modernizantes” (da ditadura de Vargas à atual ditadura aberta do capital, passando pela ditadura do capital sob a tutela militar). Assim, nada há de surpreendente no fato de que o parlamento não faça parte do núcleo estratégico do Estado, no Plano Diretor da Reforma do Estado de Bresser Pereira. O executivo busca eliminar ou minimizar ao máximo a possibilidade de manifestação dos setores sociais, limitando os próprios poderes constitucionais (do legislativo e do judiciário).

É característico dos governos neoliberais (e FHC não foge à regra) o exercício do poder por meio de medidas provisórias (ao arrepio da própria definição jurídica desse instrumento legal) ou de instrumentos afins e a reescrita da Constituição e da ordem jurídica. Trata-se aqui de eliminar o contraditório mesmo aquele no interior da burguesia internacionalizada. O Parlamento não é mais o *locus* da mediação. Essa forma de “democracia sem participação”, a forma bonapartista, garante a mais ampla liberdade para a ampliação da acumulação capitalista e a subsunção real do trabalho ao capital (aí a desregulamentação do trabalho é fundamental). Com esses instrumentos e sob o pretenso “aval” de uma “revolução científico-tecnológica”, todo o processo se dá diretamente nos gabinetes palacianos, dispensando assim

a ação parlamentar e possíveis e ocasionais riscos. Tenta-se suprimir o debate político, em nome da racionalidade técnica, abolindo-se, desse modo, na prática, as condições da própria cidadania burguesa. Na prática, o governo dos sábios reduz política à administração, em si mesma portadora da racionalidade possível. Por isso mesmo, apesar do esforço da bancada oposicionista, o bloco governista tem impedido a votação de projeto que limita o uso e a reedição de medidas provisórias.

Para restaurar e ampliar a liberdade do mercado, em um aparente paradoxo, o fundamental dos recursos do Estado são direcionados para esse fim. E isso é feito em especial por meio da estabilidade monetária e do pagamento da dívida. Faz-se necessário ajustar tudo e todos à dinâmica da acumulação capitalista internacional e ao predomínio do capital financeiro. O Governo Brasileiro usou e vem usando como justificativas algumas premissas fundamentais ao credo neoliberal: o resgate da autonomia financeira do Estado (por isso, as privatizações) e de sua capacidade de implementar políticas com a sociedade (vista não mais como sociedade civil, mas como articulação de organizações sociais e Organizações Não-Governamentais [ONGs]), para evitar que a “ineficiente burocracia estatal” se aproprie desses recursos. Por outro lado, ele afirmou e afirma que o Estado não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas que lhe são dirigidas, sobretudo na área social (colocam-se novamente aqui as privatizações associadas às parcerias).

Feito esse “diagnóstico”, o receituário, como esperado, teria necessariamente que compor-se do ajuste fiscal duradouro e da adoção de reformas econômicas orientadas para o mercado, idênticas, na forma e no conteúdo, ao “Decálogo do Consenso de Washington”, em suas duas versões. O governo empreendeu vigorosa política de delimitação do papel do Estado, utilizando-se de estratégias como privatização, publicização e terceirização; redução do grau de intervenção do Estado nas políticas sociais, por intermédio da desregulação, da reforma administrativa, do ajuste fiscal e da reforma política. Medidas como a reforma da previdência social; a implantação de inovações nos instrumentos de política social (Comunidade Solidária), e, mais amplamente, a reforma do aparelho de Estado, com vistas a aumentar a governabilidade.

Um traço marcante dessa política nos anos 90 é a ressignificação da sociedade civil, entendida, para fins práticos, como articulação de ONGs e Organizações Sociais, configurando o Terceiro Setor. O Estado delega para aquele, o conjunto das tarefas que anteriormente era de sua competência. Delegação que, obviamente, implica na conseqüente transferência de recursos públicos para o setor privado e, ao mesmo tempo, os trabalhadores públicos são desqualificados: “Os Amigos da Escola” são exemplo clássico desse processo.

Aqui não vigora a lógica do que “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Nos países capitalistas hegemônicos (os Estados Unidos, por exemplo) essa lógica neoliberal é, para dizer o mínimo, muito matizada. O projeto de conceder bônus para que os pais paguem a melhor escola para seus filhos (implementado já por Pinochet) foi recentemente derrotado em plebiscito em alguns estados da União, quando da recente eleição de Bush.

O quadro abaixo sintetiza o conjunto das modificações propostas pelo Estado.

	Atividades Exclusivas	Serviços Sociais e Científicos	Produção de Bens e Serviços para o Mercado
Atividades Principais	Estado (enquanto pessoal)	Publicização. Entidades públicas não estatais.	Privatização. Empresas privadas.
Atividades Auxiliares	Terceirização. Empresas terceirizadas.	Terceirização. Empresas terceirizadas.	Terceirização. Empresas Terceirizadas.
Novas Figuras da Reforma	Núcleos estratégicos. Autarquias e fundações. Agências executivas.	Organizações sociais.	Agências reguladoras.

A questão agrária e as lutas no campo

Ano após ano, a política agrária implementada pelo governo brasileiro, sob os auspícios do capital internacional, tem uma lógica de falsa “modernização”: tem realizado a centralização do mercado agrícola nacional, abrindo espaço para as grandes empresas de abastecimento; estimulado as grandes fazendas para exportações de grãos, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste; ampliado a rede de produtores “integrados”, gerando uma exclusão ainda maior dos “não-integrados”; promovido o desaparecimento da agricultura familiar de subsistência. Entre 1995 e 1998, 400 mil pequenos agricultores perderam suas terras no Brasil, ao lado da redução do nível de emprego agrícola, através da tecnificação da

propriedade. O principal resultado desta política agrária neoliberal, formadora de *agrobusiness*, se reflete no aumento da massa de trabalhadores que são excluídos do processo produtivo e passam a se organizar em movimentos reivindicatórios cada vez mais fortes, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A reação do governo tem sido a da repressão violenta a essa organização, com assassinatos, torturas, perseguições e prisões arbitrárias. Por outro lado, busca desenvolver e propagandear um processo de distribuição de terras que, muito mais do que favorecer os trabalhadores, visa dinamizar o mercado de terras com verbas públicas, por meio de desapropriações superfaturadas. A maior prova disso é que tal distribuição de terras não se faz acompanhar da liberação de crédito agrícola aos assentados.

Esse quadro não é distinto em relação aos países latino-americanos. A luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), dos indígenas no Peru, Guatemala e Bolívia, são as provas concretas da tentativa de internacionalização deste modelo de dominação e do processo de resistência que se constrói a ele. Se por um lado, no Brasil, o MST tem conseguido estabelecer um importante movimento de resistência no campo e, apesar de tudo, avançado nas suas conquistas, por outro lado, o movimento sindical, lamentavelmente, não tem conseguido organizar adequadamente este enfrentamento. O movimento sindical não tem acompanhado a dinâmica reivindicatória e confrontacional dos movimentos sociais que se organizam no campo e na cidade, e isso tem criado um distanciamento extremamente comprometedor para o processo de unificação das lutas dos trabalhadores. No interior da Central vemos serem reforçadas contradições entre as próprias organizações do campo cutista. Assistimos à promoção pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em agosto de 2000, de uma marcha de mulheres trabalhadoras rurais (Marcha das Margaridas) na mesma data e de forma paralela à marcha organizada pelo MST por ocasião do seu IV Congresso Nacional. É urgente que os sindicatos cutistas passem a debater as políticas da Central, na perspectiva de colocá-las em consonância com as lutas transformadoras e de massa desencadeadas por outros setores organizados da sociedade.

Ao Movimento Docente das Instituições de Ensino Superior (IES) cabe um papel estratégico nessa construção, não só enquanto resistência cultural aos dominantes mas, também, enquanto trabalhadores capazes de compreender e contribuir organicamente, em conjunto com os demais, na construção de uma nova hegemonia.

Mais uma década de repressão e violência: a integração à ordem

Enfrentamos um dos momentos mais brutais de repressão aos trabalhadores, cabendo-nos, como Sindicato, organizar ações e atividades com o conjunto dos sindicatos do campo cutista, movimentos sociais organizados, como o MST e a Central dos Movimentos Populares (CMP), e setores da sociedade civil do campo popular, com o objetivo de criar laços de solidariedade entre os movimentos, denunciar a repressão que vêm sofrendo, esclarecer à sociedade e construir uma resistência organizada à repressão.

Os governos federal, estaduais e municipais vêm criminalizando esses movimentos, ao mesmo tempo em que se mantêm inertes quando se trata de combater os mandantes da violência sistemática que vêm se generalizando sobre a sociedade. Para esses governos e seus aliados, os Sem-Terra devem estar na cadeia, enquanto os fazendeiros da União Democrática Ruralista (UDR) têm que ter ampla liberdade de atuação, as greves devem ser reprimidas, enquanto o desemprego e a ampliação da superexploração dos trabalhadores são tidos como sinais de desejável e inexorável modernidade. Frequentemente, a Justiça tem acobertado a violência do Estado e de seus órgãos de repressão. Ganha particular destaque, nesse quadro, a atuação da Agência Brasileira de Informação (ABIN), sucessora do SNI (Serviço Nacional de Informações).

É necessário, assim, ampliar e fortalecer a Rede de Solidariedade Internacional, em especial na América Latina, bem como da *Red Social por la Educación Pública en las Américas* (Red SERPA), articulando ações e criando espaços de formação e atuação para os movimentos sociais, em geral, e para o movimento sindical, especificamente. Nesse sentido, o *Fórum Social Mundial* (FSM), que pretende constituir-se em contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, poderá vir a ser um espaço privilegiado de debate entre propostas políticas e de articulação de uma nova forma de internacionalismo.

É sintomático de todo o processo de ataque ao sindicalismo a perseguição contra Roberto Leher, presidente do ANDES-SN. No momento em que escrevemos este texto, encaminhava-se uma reversão desse quadro, mas devemos manter-nos alertas, acompanhando o desdobramento do processo. O desrespeito acintoso à liberdade de

organização e ação sindical, garantida, em nosso país, pela Constituição Federal (Art. 8º), e, internacionalmente, pela Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mostra, com clareza, que os governantes vêem, nos sindicatos, limites à sua “liberdade” de atuação e não legítimos instrumentos de organização e defesa de que os trabalhadores dispõem para se organizar e resistir à ameaça ou a perda de seus direitos trabalhistas e sociais. E é exatamente contra isso que eles se movem, desde as propostas de desregulamentação até a perseguição e, em alguns casos, o assassinato de quadros diretivos dos sindicatos, violência essa que vem se acentuando de forma evidente no governo de FHC.

Previdência Social e Sindicalismo

A constatação de que o neoliberalismo produziu estragos também na CUT tornou-se patente quando Vicente Paulo da Silva, representando a Articulação Sindical, inseriu a CUT na “negociação” da reforma da previdência, admitindo a mudança na Constituição Federal e suspendendo a campanha, já esboçada, contra essa reforma, sustando, com isso, a eclosão de um movimento que a greve geral francesa de novembro/dezembro de 1995 atestara como de imensa repercussão e apoio popular. Naquele momento, a CUT funcionou como força supletiva do capital.

O “acordo” retirava direitos dos trabalhadores e contrariava pontos básicos das resoluções cutistas. Um dos aspectos mais graves da reforma era a substituição do *tempo de serviço* pelo *tempo de contribuição*, na contagem do tempo para a aposentadoria, atingindo, com isso, os trabalhadores de baixa renda da chamada economia informal e também os trabalhadores rurais. Ademais, a reforma objetivava também a destruição da previdência social pública conquistada pelos servidores públicos.

Na ocasião, o projeto não foi aprovado, pois nem mesmo o PT, o Partido com maior vinculação com a CUT, sustentou os termos da “negociação”. No entanto, desde então, a CUT não tem conseguido transformar a luta em defesa da previdência social pública em uma luta de massa, como ocorrera na Itália e na França.

A posição “propositiva”, desvinculada da luta de massas, acabou levando ao rebaixamento das ações cutistas. No caso da previdência, houve um corte, uma ruptura com as lutas seculares dos trabalhadores de todo o mundo.

Marx, em uma fascinante passagem da *Crítica ao Programa de Gotha*, qualifica o trabalho subordinado ao capital como “*subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual*”, (neste contexto), o trabalho é meio de vida e não “*a primeira necessidade vital*”. Por isso, os trabalhadores, historicamente, apontaram a construção de uma “sociedade de outro tipo”, capaz de emancipar o trabalho de seus elementos embrutecedores.

Submetidas ao capitalismo real, as organizações dos trabalhadores forjaram “direitos sociais” fundamentais, germes da sociedade do futuro. Um dos pilares axiais desses direitos, sem dúvida, foi a construção da previdência pública, visto que esse sistema não apenas tem o objetivo de assegurar um período de vida em que o “não-trabalho” pudesse abrir espaço de criação, de cultura, de lazer e de convivência fraterna, mas também de estabelecer vínculos de solidariedade entre as gerações, elevando, com isso, a condição humana. O progresso da ciência e da medicina possibilitam, cada vez mais, a extensão quantitativa e qualitativa desse tempo de “não-trabalho”, abrindo possibilidades, inimagináveis há duas ou três décadas, para uma *aposentadoria ativa e criadora*.

No entanto, as possibilidades emancipatórias da aposentadoria, construídas pela solidariedade social edificada nas lutas seculares dos trabalhadores e pela ampliação da vida produtiva, se chocam com as necessidades do capital. Os fundos de aposentadoria são reivindicados pelo capital rentista, contra o trabalho. Por isso, a inflexão da CUT significou uma guinada, de fato, radical, impondo a todos os trabalhadores a árdua tarefa de reconstrução da própria civilização, atingida pela barbárie do capital.

A hipertrofia do capital rentista está estritamente associada ao desmonte da previdência social pública. Parte significativa do capital especulativo tem sua origem nos fundos de pensão que ora estão avançando no Brasil, no rastro da reforma da previdência. O destino da previdência pública determina, em grande medida, o futuro da sociedade, de seus princípios e valores. O regime de capitalização que o governo FHC pretende implementar no setor público é antinômico com princípios que estão nos fundamentos do próprio conceito de República. De fato, esse regime joga o futuro dos fundos de aposentadoria e pensão dos trabalhadores na “exuberância irracional” das bolsas de valores. Além disso, o deslocamento do

fundo para o setor privado acarreta em altas taxas de administração e, ainda, em alto índice de inadimplência (na Argentina supera 70%), incerteza quanto aos benefícios. A aprovação da EC-20 e da legislação complementar fazem emergir, também no setor público, a situação de anti-solidariedade, de darwinismo social e de barbárie.

A reforma administrativa, aprovada em dezembro de 1998, definiu que Lei Complementar estabelecerá normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender a seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo (§ 15 do Art. 40 da Constituição Federal). Trata-se, na prática, da minimização dos direitos assegurados pelo Regime de Previdência do Servidor Público e, ao mesmo tempo, da criação das condições necessárias para viabilizar mercado para a previdência privada. A questão ganhou centralidade na pauta de luta dos servidores públicos com a entrada do PL 09/99 em regime de urgência, na Câmara dos Deputados.

O movimento dos servidores apresenta diferentes entendimentos sobre a questão. Determinadas entidades sindicais, majoritárias na CNESF, como o ANDES-SN, e, também, algumas correntes no interior do sindicalismo, em geral aquelas do “Bloco de Esquerda da CUT”, atuam no sentido de impedir a tramitação da regulamentação da Reforma de modo que, em uma nova conjuntura, os retrocessos no rumo da chamada Reforma Neoliberal da Previdência possam ser revertidos. Cabe, nessa orientação, a mobilização em torno dos Destaques de Votação em Separado (DVS) apresentados ao PL 09/99, ainda em curso, desde que não impliquem a aceitação da privatização e da lógica dos fundos de pensão. Outras entidades consideram que a batalha está perdida e, portanto, o que resta é trabalhar no sentido de garantir menores prejuízos, admitindo os fundos de pensão e o privatismo. Esta posição assemelha-se, na linha de argumentação e nos embates que promove, à luta contra o Emprego Público.

A defesa da previdência social pública é um objetivo realista e de alta legitimidade na sociedade. O *VII Encontro Sobre Assuntos de Aposentadoria* – um encontro amplo e extremamente representativo – permite construir um conjunto de encaminhamentos capazes de impulsionar o debate e o posicionamento ativo de nossa base, bem como de produzir ecos em nossa Central Única dos Trabalhadores para que possamos intensificar as lutas no Congresso Nacional e, principalmente, no espaço público, contra a barbárie do capital.

Implicações do neoliberalismo na economia e na ciência e tecnologia

Com as políticas neoliberais, a economia mundial aprofundou o processo de franca decadência, mesmo a dos países ricos. O crescimento econômico expresso pelo PIB dos países do G-7 ilustra a afirmação: no período 1960-73, o crescimento anual foi de 4.8%; em 1990-1996 de 1.6%. A produtividade da economia caiu. No Japão, por exemplo, passou de 8% (1960-73) para meros 1% (1990-96) e o desemprego nos países centrais (G-7) passou de 3.1% (1960-73) para 6.9% (1990-96).

A situação dos países periféricos ficou ainda pior. O crescimento econômico não chega a ser a metade das taxas que prevaleceram nos anos 50 e 60. Segundo a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), em 1965 a renda *per capita* dos 20% mais ricos era 30 vezes superior à dos 20% mais pobres; hoje, a diferença é superior a 60 vezes.

No Brasil, a taxa média de crescimento da renda *per capita* foi de 6% em 1970; em 1980, já havia caído para 0,9%; entre 1990 e 1998, desabou para 0,6%, conforme o IPEA. Considerando os 49 setores que compõem 90% do PIB industrial brasileiro, é possível constatar que, entre 1989 e 1997, aumentou substantivamente a participação dos setores baseados em recursos naturais. Pior. No passado, as atividades de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) foram frequentes nesses ramos (petróleo, agricultura, laticínios etc.); atualmente, a P&D é muito mais incipiente nessas atividades, excetuando a área de Petróleo. Os ramos de atividade baseados em ciência (eletrônicos, farmacêuticos, comunicações) mantiveram-se constantes, mas isso não quer dizer que o País manteve a sua capacidade tecnológica em desenvolvimento. Os eletrônicos caíram de 56% para 27% e, em contrapartida, os farmacêuticos – um setor sob o controle de multinacionais - aumentaram (25 a 60%). A participação de áreas em que a tecnologia vem de fora foi crescente no período, notadamente a partir da abertura econômica e da Lei de Patentes. A P&D é realizada atualmente em pequenos nichos como EMBRAER (26% das exportações de alta tecnologia), sendo escassa na maior parte dos ramos. Em contrapartida, a importação de produtos intensivos em tecnologia subiu, no período 1989/1998, de 9% para 34%, debilitando o sistema nacional de

inovações. Um aspecto importante: a manutenção dos gastos tecnológicos deve-se principalmente às atividades de ajuste e adequação de pacotes (indústria automobilística). As exportações brasileiras, por sua vez, entre 1989/1997, indicam uma perda de peso relativo dos setores intensivos em tecnologia.

Um breve exame da situação das patentes é ilustrativo da divisão do trabalho, quadro agravado pela imposição, pelos EUA, de uma nova legislação de patentes feita, sob medida, para atender aos interesses da sua indústria farmacêutica.

Vale registrar que não há mais lugar para o inventor individual. No final do século passado, 95% das patentes eram registradas por indivíduos; atualmente, o mesmo percentual é de empresas multinacionais. Dos 3.5 milhões de patentes que existem no mundo, apenas 1% são de países periféricos. Dessas, a maior parte é de multinacionais. Exemplo: 92% das patentes registradas no México são de multinacionais. Entre as patentes estratégicas, nenhuma é de país latino-americano.

Os desdobramentos dessas transformações no mundo do trabalho foram terríveis. Tão grande como o encolhimento da economia é a sua transformação. Chegamos ao final da década de 1990 com o mesmo percentual da força de trabalho no setor industrial presente no início da década de 1940, quando a indústria ainda engatinhava no País. Com a abertura econômica prevista no “Consenso de Washington” e o estrangulamento do financiamento à Ciência & Tecnologia (C&T) (0,4% do PIB, em 2000), a economia se afasta dos setores intensivos em tecnologia e vai sendo moldada como uma “plataforma de montagem”. De fato, entre 1989 e 2000, o segmento de *serviços* na área, que caracteriza a “Nova Economia”, cresceu, passando de 346 mil para 411 mil postos de trabalho; entretanto, no setor industrial de informática, a redução de pessoal foi da ordem de 48% e, ainda mais profunda, no setor de comunicação: 54% a menos.

Com efeito, os governos neoliberais abandonam quaisquer tentativas de desenvolvimento auto-sustentado, resignando-se com a nova (a rigor, antiga) divisão internacional do trabalho, ainda que aparentemente modernizada.

As campanhas salariais e a política econômica do governo

O movimento docente e o conjunto do movimento sindical brasileiro vêm se defrontando com uma política econômica que, para retirar o Capital de sua crise, tem que destruir não apenas os direitos sociais mas, e fundamentalmente, os que se opõem aos seus propósitos. Na prática, a implementação desse processo se consolidou com a instauração do discurso único, lastreado em análises centradas basicamente em leituras deterministas sobre as formas de desenvolvimento da sociedade. Reduzindo tudo e todos à lógica de uma presumida revolução científica e tecnológica, os governos neoliberais conseguiram fazer passar para uma boa parte da sociedade a moeda falsa segundo a qual o trabalho não é mais central, os conflitos não existem (ou são obra de agitadores externos aos movimentos) e que a tecnologia em si mesma dá conta de solucionar todos os problemas.

Essa adequação máxima da sociedade ao mercado exige, para ser obtida, a destruição dos laços de solidariedade através, fundamentalmente, da desregulamentação do trabalho, atirando a maioria dos trabalhadores na chamada informalidade. Esse processo de superconcentração de capitais, de recomposição orgânica do capital, produz e acentua a superexploração a que os trabalhadores estão submetidos. Passam a ser tarefas cruciais a reconstrução dos laços de solidariedade, a reconquista das organizações sindicais pelas próprias categorias e a implementação de campanhas salariais unificadas. A construção da “nova” racionalidade capitalista no Brasil está centrada na idéia e na prática da “estabilidade monetária” e do controle e maior eficiência do aparato repressivo fiscal.

A brutal dívida externa tem levado ao mais brutal processo de concentração de renda, com seu conseqüente aumento da pobreza; o recrudescimento da violência do Estado contra os movimentos populares – de triste tradição histórica; a desregulamentação e a destruição de uma gama importante e direitos sociais. É a partir dessa consideração que se torna estratégica a ação articulada e organizada dos trabalhadores e, para tal, é fundamental a produção de estudos, simulações e análises que mostrem outras perspectivas e que estejam vinculadas aos interesses e necessidades do conjunto das classes sociais subalternas.

A compressão e o arrocho salarial se constituem em um dos pilares axiais de sustentação da acumulação capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento. O que coloca a questão salarial com uma importância central no enfrentamento com o governo e sua política econômica. Lutar por reajuste salarial, unificando o funcionalismo público das três esferas (uma iniciativa esboçada no âmbito da CUT) e o conjunto de trabalhadores da iniciativa privada,

constitui uma estratégia importante na luta contra a superexploração a que estão submetidos, uma forma de interromper esse brutal processo de transferência de riqueza, do trabalho para o capital e do estado para a iniciativa privada, através das políticas econômica e fiscal adotadas pelo governo. A campanha salarial de 2001, na avaliação de muitas entidades do funcionalismo público - CNESF e das lideranças presentes à Reunião da Direção Executiva Nacional da CUT, que definiu as prioridades da Central para 2001, realizada em 31/11 e 01/12 em São Paulo, assume conotação e importância estratégicas ímpares, frente ao quadro político e econômico que está se delineando para o corrente ano.

Ainda no campo da questão sindical, e com conseqüências no sentido de desdobramentos da campanha salarial, as recentes decisões do Tribunal Regional do Trabalho, dando ganho de causa em processo movido contra nós pelo Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP), nos coloca a tarefa de atuar no sentido de definir já, neste Congresso, uma pauta de reivindicações para o Setor das Particulares e os mecanismos para uma efetiva inserção do ANDES-SN em uma categoria dispersa e com baixíssimo grau de organicidade.

Mas não se trata apenas da campanha salarial. O Sindicato, em momentos anteriores, já elaborou uma política de transição para o Setor. Nossa proposta de *educação pública, gratuita, laica, democrática e socialmente referenciada* implica pensar que política(s) teremos de implementar para (1) enfrentar a enormidade de um sistema privado de ensino superior criado pelas políticas governamentais, ao mesmo tempo em que temos de fazer a representação e a defesa intransigentes dos(as) companheiros(as) do Setor submetidos à brutal superexploração do seu trabalho, e (2) priorizar nossa ação de forma mais incisiva e regular, junto aos docentes das IPES, levando-lhes as propostas presentes no *Cadernos ANDES Nº 2* (1996), criando espaços e condições para discutir seu conteúdo e suas implicações para a carreira, a qualidade, a extensão, a pesquisa, C&T, o regime de trabalho, a liberdade de organização e representação, etc.

As campanhas salariais do Setor poderão (*e deverão*) ser um instrumento privilegiado para aprofundar esse processo de aproximação e de interlocução com o professorado das IPES de forma mais constante e articulada. Precisamos desenvolver formas e instrumentos de comunicação que mostrem a esses docentes quais são os princípios e fundamentos que regem a concepção e ação sindical do Andes-SN e que existem alternativas políticas e organizativas.

As propostas neoliberais para a Universidade

As reformas do sistema de ensino superior, mesmo aquelas propostas pelo BM, variam de país para país sendo necessário, portanto, ter claro a historicidade desse processo. Existem singularidades que devem, necessariamente, ser consideradas. E mais, as repercussões dessas reformas têm especificidades segundo a natureza e o caráter das instituições: públicas e privadas; recentes e antigas; localização regional etc.. Para além dessas singularidades é preciso considerar como o capitalismo, com todas as suas contradições, contribuiu e contribui decididamente para a formulação e implementação dessas reformas. Em especial, é crucial captar as transformações do mundo do trabalho verificadas nos últimos anos nos países periféricos e, mais concretamente, no Brasil. É preciso considerar também as transformações no âmbito do Estado em virtude das reformas neoliberais (ajuste estrutural) e as implicações da supremacia do capital rentista para as políticas públicas. A partir dessas considerações é possível desenvolver a indagação: quais as demandas educacionais engendradas por essas transformações econômicas? O mercado está demandando conhecimento como apregoam os adeptos da Nova Economia e, conseqüentemente, o aprimoramento das instituições que produzem conhecimento novo? Por isso, a análise de conjuntura tem de tecer finamente os laços que unem as partes ao todo, sem perder de vista a história.

O governo Collor tentou implementar a política do Banco Mundial para a universidade chamando para o seu governo membros de um “centro de influência” gestado dentro da Universidade de São Paulo, o Núcleo de Pesquisa de Ensino Superior – NUPES/USP, que, prontamente, elaborou as linhas-mestras do projeto de universidade desse governo em consonância com as orientações do BM. Em poucas palavras, o projeto objetivava *diferenciar* as instituições de ensino superior e *diversificar* as suas fontes de financiamento, uma iniciativa que fora ensaiada na “Nova República”, através do Projeto GERES, no qual atuaram membros do NUPES.

Para favorecer o crescimento do setor empresarial, além da diversificação já apontada, foram tomadas uma série de iniciativas para promover uma desregulamentação radical, capaz de remover o controle público das instituições privadas que, desse modo, passaram a ser

reguladas pelo mercado. O resultado dessa política foi (e continua sendo) a explosão de instituições privadas.

As públicas, por sua vez, deveriam ser reconfiguradas conforme as suas “vocações” como “unidades de ensino” ou como “unidades de serviços educacionais e de adequação tecnológica”, chamadas ingenuamente de “centros de excelência”. Ademais, o orçamento das universidades públicas, conforme o novo cânone, deveria ser fortemente reduzido. Para implementar essas medidas, o governo Collor propôs a PEC-56-B, com o propósito de remover pontos centrais da Constituição de 1988, considerados, em seu conjunto, um *acidente histórico* anacrônico, como: gratuidade nos estabelecimentos oficiais; autonomia constitucional; indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; regime jurídico único, aspectos que, em seu conjunto, configuram o que o Banco Mundial denomina pejorativamente de “modelo europeu”.

A história do fracasso do *modus operandi* do governo Collor é relativamente conhecida. A partir do *impeachment*, as frações das classes dominantes criam o governo FHC que, finalmente, pois tardiamente no Brasil, representa plenamente os interesses da burguesia internacional, especialmente a financeira e da burguesia local internacionalizada, sua aliada. Diferente de Collor, que combinou a nova burocracia neoliberal com representantes de forças oligárquicas de âmbito regional, FHC confiou o “seu” projeto educacional a uma burocracia afinada com a agenda neoliberal. Os principais nomes do NUPES retornaram ao governo e muitos técnicos brasileiros em atividade em organismos internacionais, como o BID e o Banco Mundial, são chamados a compor a equipe de governo.

A burocracia do MEC do governo Cardoso implementa a política de[do governo] Collor de forma mais sistemática e profunda. A esses burocratas é confiada a condução da política de reconfiguração sistêmica da educação brasileira para adequá-la à nova estrutura produtiva do país que, conforme apontado anteriormente [e será retomado adiante], não requer a elevação da formação cultural e científica dos trabalhadores. Segundo o BM, o sistema educacional deve espelhar-se no mercado, mesmo que de uma economia deformada por sua condição capitalista dependente.

Educação, projeto de FHC?

A ideologia dominante tornou um truísmo a crença de que a educação deve se espelhar na produção, uma noção assimilada por parte significativa da esquerda e da CUT, como é possível depreender a partir do exame dos cursos de formação profissional patrocinados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), uma das principais marcas do sindicalismo brasileiro na década de 1990.

Considerando a estrutura da produção, esboçada acima, as forças representadas no governo federal e o sistema de disposições de pensamento, é fácil compreender a afirmação de FHC de que suas prioridades educacionais são: ampliar a expansão do ensino elementar e frear o crescimento da IES públicas. A linha geral para o ensino superior é a mesma de Collor: desregulamentação do setor empresarial, diferenciação institucional e diversificação das fontes de financiamento. Essas prioridades podem ser criticadas por todos os motivos, exceto por incoerência com a sua política econômica.

A reconfiguração da educação brasileira à luz do projeto econômico engendrado pelo “Consenso de Washington” foi sendo empreendida pela combinação de coerção econômica e ações normativas de diversos níveis: reformas na constituição (municipalização do ensino fundamental por meio do FUNDEF, reformas administrativa e da previdência, com efeitos mais diretos no ensino superior), leis complementares (LDB e Lei do Emprego Público), leis ordinárias (Conselho Nacional de Educação, Exame Nacional de Cursos, escolha de dirigentes etc.), Decretos (diferenciação das IES, reforma do ensino técnico), Portarias (formação profissional, formação de professores etc.) e, mais recentemente, da aprovação do Plano Nacional de Educação - Substitutivo Nelson Marchezan - com vetos presidenciais ainda mais restritivos ao ensino público. Embora as reformas possuam diversos níveis de institucionalização, todas primam por obedecer linhas gerais bem demarcadas:

- a) eficiência interna e externa do sistema;
- b) equidade: a política educacional sofre uma inflexão em direção ao ensino fundamental e à formação profissional desvinculada da formação propedêutica;
- c) “empregabilidade”: a profissionalização do ensino médio não é considerada uma boa medida, devendo ser abandonada. O ensino fundamental, ao contrário, é visto como capaz de incrementar a produtividade do trabalhador, bem como a equidade social, com a vantagem de ser mais flexível e, portanto, de permitir futuras requalificações. Cursos de curta

duração, dirigidos aos desempregados, também são enfatizados, preferencialmente conduzidos por sindicatos e financiados por recursos dos próprios trabalhadores, como o FAT.

d) O ensino médio propedêutico é redirecionado para o acesso ao setor privado da educação superior (ENEN) e para os cursos pós-médios do antigo sistema de educação tecnológica. A privatização do ensino médio é enfatizada e, nesse particular, os exemplos da América Latina, da Coreia e da Indonésia são lembrados como casos bem sucedidos, pois já possuem uma vasta rede privada.

e) a universidade pública é reconceituada como o “locus” dos privilegiados que desviam as verbas dos pobres em seu favor. A propósito do ensino superior, o BM afirma que irá continuar a se concentrar principalmente no financiamento mais equitativo e justo desse nível de ensino, por meio de bolsas de estudo (FIES) voltadas para o setor privado. O chamado modelo europeu de universidade é claramente o principal alvo da política do governo, dada a sua incompatibilidade com a política econômica para os países periféricos.

Em relação à eficiência interna, o Banco Mundial (e, por extensão, o MEC) implementou medidas capazes de melhorar o *fluxo* escolar em todos os níveis: módulos, nova periodização, reformas curriculares, promoção direta, treinamento de professores etc.. O caso das universidades federais é significativo. Apesar de terem reduzido o número de docentes, em virtude de aposentadorias não repostas, o número de estudantes aumentou em 11% entre 1995 e 1998 (IPEA, 2000), especialmente através de cursos aligeirados de formação de professores e da ampliação do número de estudantes nas salas-de-aula. As medidas que contribuem para a configuração das instituições de ensino superior como unidades estritamente de ensino, desvinculadas da pesquisa, estão inscritas nesse escopo: centros universitários, institutos superiores de educação, cursos seqüenciais.

Com o duplo objetivo de enxugar o Estado (e abrir mercado para o setor privado) e ampliar as formas de intervenção governamental nas instituições educacionais, uma engenhosa política de descentralização e autonomia vem sendo empreendida. O primeiro propósito é alcançado: (1) pela desobrigação da União com o custeio do ensino fundamental. Originalmente, a Constituição Federal determinava 50% dos 18% da receita de impostos para este nível. Com a Emenda Constitucional nº 14 o governo Federal somente complementa o *per capita* rebaixado do FUNDEF, um montante de recursos que não soma 1% das verbas da União para a educação. Desse modo, com a descentralização, toda a responsabilidade passou a ser dos estados e municípios, e (2) pela autonomia das instituições que passou a ser uma porta aberta para a busca de fontes alternativas de recursos como as parcerias com o setor privado (amigos da escola, escolas adotadas por empresas cidadãs etc. e, no caso das universidades, por meio de contratos de prestação de serviços com empresas, venda de cursos de pós-graduação, acobertamento das ações de grandes corporações etc.) e mesmo pela contribuição direta dos pais e responsáveis, através de taxas escolares.

O segundo objetivo, a ingerência governamental, em um aparente paradoxo, vem sendo buscado por meio da autonomia das instituições educacionais. Distintamente da autonomia apregoada por Humboldt, na fundação da Universidade de Berlim, que tem o objetivo manifesto de impedir a ingerência governamental, a autonomia defendida pelo Banco Mundial objetiva o desvencilhamento dos vínculos institucionais da universidade com o Estado, deslocando-a para a esfera privada. Com efeito, a elevação da autonomia à condição de princípio constitucional, foi vista, desde o governo Collor, como uma perigosa ameaça.

Conforme a ótica governamental, a autonomia deve ser introduzida por meio da descentralização do setor público, visto que, conforme o cânone dominante, não é possível confiar no Estado. A descentralização, a desregulamentação e o fortalecimento das ONGs e das parcerias com o setor privado são iniciativas vitais para “desagregar” o Estado.

O governo descentraliza a oferta do serviço e concentra, vigorosamente, o controle político-ideológico da educação nacional através da tríade currículo centralizado, uso intensivo de tecnologias e avaliação nacional unificada, iniciativas que almejam expropriar o conhecimento dos professores para “quebrar o monopólio do saber docente”, conforme sustenta um analista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Subjacente à autonomia encontra-se não apenas a “adequação da escola à realidade local”, uma orientação que aumentou a desigualdade social, conforme a própria CEPAL reconhece, mas, também, a ruptura com políticas nacionais de educação públicas, discutidas na esfera parlamentar e pelos movimentos sociais.

A preocupação com a equidade foi colocada no topo da agenda educacional. O direito de cada um à educação (entenda-se, ensino fundamental) foi reconhecido apenas abstratamente; medidas que promovam a igualdade e a distribuição da riqueza socialmente produzida são combatidas. Em outras palavras, o direito à educação é reconhecido, mas não o direito às condições materiais apazes de propiciar, para todos, o padrão unitário de qualidade. Assim, a equidade e o aprofundamento da desigualdade social caminham juntos.

A educação adaptada aos “pobres” é vista aqui no contexto da função ideológica assumida pela Educação no escopo da “globalização”. A proximidade com os “pobres” e com as “minorias étnicas” é condição para a sua eficácia ideológica (governabilidade). O desemprego decorrente das contradições engendradas pela condição capitalista dependente do País é redefinido como se resultante da falta de qualificação dos trabalhadores para se adaptarem ao mundo globalizado. A alternativa, então, é a formação profissional para obter empregabilidade. A formação profissional deve oferecer condições para que o capital humano seja mais elevado e, deste modo, possa assegurar melhor taxa de retorno aos indivíduos que se qualificam. Em resumo, verifica-se o retorno à teoria do capital humano, uma ideologia assumida inclusive pelos setores majoritários da CUT. Novamente, a subordinação da educação ao processo do capital é o *leitmotiv* dessas medidas.

Por um lado, toda essa “forma” de fazer educação esconde a natureza do problema capitalista, descaracterizando a natureza estrutural do desemprego e, por outro, legitima a desresponsabilização do Estado não apenas com a educação em geral e, em particular, com o desmonte da educação profissionalizante - técnica e tecnológica.

Nas universidades, o Executivo tentou desconstitucionalizar a autonomia que poderia resguardar as instituições da ingerência governamental. Para tanto, tentou aprovar no Congresso Nacional um projeto de autonomia neoliberal que, em um prazo de dez anos, permitiria que estas “caminhassem com seus próprios pés”. A resistência do movimento docente, técnico-administrativo e estudantil, acrescido da crítica da área econômica do próprio governo que não aceitara a sub-vinculação orçamentária (75% dos 18% previstos no Art. 212, CF) prevista para o período de transição, bloquearam esse projeto. Entretanto, os mesmos objetivos gerais foram perseguidos por outras vias, através das reformas administrativa e da previdência. Com a autonomia, o governo pretende flexibilizar as universidades de modo que possam ser moldadas pelo mercado.

As reformas constitucionais, em especial o Art.206 da CF e as Emendas 19 e 20, respectivamente, da reforma administrativa e da previdência, a LDB, a Lei 9192/96, o Decreto 2308/97, formam um amálgama que inviabilizam a universidade pública. FHC e o seu Ministro da Educação deixam claro esse propósito: o primeiro, ao afirmar que os objetivos educacionais de seu governo são o ensino fundamental e frear o crescimento das universidades públicas; o segundo, ao definir que a busca de autonomia tecnológica e científica é uma idéia dos anos 1950. A se realizarem os seus propósitos, teremos uma outra instituição, voltada para o ensino e, em alguns lugares, para a adequação tecnológica. São linhas gerais desta política:

a) *a autonomia compreendida em sua acepção liberal de “autonomia para operar livremente no mercado, sem constrangimentos estatais e intrainstitucionais”;*

b) *diferenciação das IES em centros universitários e universidades de serviços, processo que se reproduz no interior dessas instituições;*

c) *a avaliação de qualidade como regulamentação externa;*

d) *o estrangulamento das verbas públicas, deslocando as atividades acadêmicas da esfera pública para a esfera privada, ressignificando a instituição;*

e) *combate ao autogoverno da instituição;*

f) *deslocamento da decisão sobre as prioridades da universidade para espaços externos, como os conselhos científicos dos órgãos de fomento e, em especial, para ministérios afins, como o MCT, ou ainda, para a Fazenda, mentora dos acordos com os organismos multilaterais; e*

g) *regime de emprego público, tornando a relação do professor com a instituição regida por contrato de natureza privada. Pelo projeto do MEC, o regime de dedicação exclusiva dependerá de avaliação periódica, poderá haver o professor exclusivo de ensino, pomposamente denominado de “conferencista” com regime de 12h. Com essa medida, o governo conclui o fundamental da reforma da universidade brasileira.*

O Ministério de Ciência e Tecnologia e o PPA/Avança Brasil.

O governo militar brasileiro, empenhado na modernização conservadora, apoiou a expansão do ensino superior. No período, houve significativo crescimento da pós graduação e da pesquisa em áreas básicas das ciências da natureza e nas ciências sociais. É importante destacar que a política neoliberal introduz mudanças na política educacional ainda mais regressivas do que a do desenvolvimentismo.

Nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) do governo militar, a pesquisa tinha o objetivo de capacitação do país para setores estratégico-militares como energia (inclusive nuclear e de biomassa), informática, aeronáutica e telecomunicações. Os objetivos da modernização conservadora eram também políticos. Foi visível o esforço do governo de tornar competitivos os seus aliados fundamentais do setor agrário, em especial, por meio do

desenvolvimento nas ciências agrárias e do melhoramento genético vegetal. Na concepção dos militares no governo, em especial do General Geisel, a autonomia tecnológica nos setores estratégicos era um objetivo a ser perseguido. Por isso, admitiu-se, na época, a importância da pesquisa básica e da formação de pesquisadores capacitados na pesquisa avançada. A pós-graduação cresceu vigorosamente, o aumento do número de bolsas de pós-graduação no exterior também foi incentivado de modo que, contraditoriamente, o resultado foi a consolidação de um dos mais fortes pólos de pesquisa dos países periféricos, junto com a Índia e a Coreia.

Mas a expansão do aparato de C&T deixou cicatrizes, como a deformação do sistema de apoio às atividades de C&T e da universidade, em especial a desvinculação da política de pesquisa da esfera institucional da universidade. Os órgãos de fomento encaminharam linhas de pesquisa que não foram deliberadas pela comunidade acadêmica e pelo parlamento. Para legitimar essa política, o governo militar contou com a participação de pesquisadores convites com a política de modernização conservadora. Habilmente, o governo militar constituiu conselhos vários em todos os órgãos de fomento, com pesquisadores escolhidos por parâmetros aparentemente técnicos. No entanto, estes conselhos estavam submetidos a rigoroso controle governamental. Desse modo, os órgãos de fomento afastaram-se do controle público (parlamento e entidades representativas da comunidade) e da universidade (conselhos). As áreas prioritárias do PADCT, por exemplo, praticamente não foram discutidas nos espaços universitários.

Na universidade, os pesquisadores vinculados ao projeto conservador, lograram construir laboratórios e projetos com somas razoáveis de recursos, lideraram a criação de programas de pós-graduação, atraindo bolsistas para os seus laboratórios e atuaram na criação de sociedades científicas em suas áreas de atuação ou as revitalizaram. A tríade “programas prioritários de pesquisa vinculados ao Plano governamental, pós-graduação e sociedades científicas” autonomizou-se dos (incipientes) espaços colegiados da universidade, esvaziando-os, cindindo a graduação e a pós. Não é um exagero afirmar que o espaço público da universidade, então em construção por parcelas da comunidade, já estava comprometido em seus aspectos fundamentais, visto que as decisões das políticas científicas já estavam localizadas em outros *loci*: os Conselhos e Comitês escolhidos entre os beneficiários da modernização conservadora (é preciso reconhecer as exceções e a existência de pesquisadores independentes) e selecionados pelo crivo governamental. Esta deformação, que desvinculou o sistema de fomento dos espaços públicos, da universidade não foi corrigida com a chamada redemocratização. Ao contrário, é um processo que se aprofundou de lá para cá. E os artifícios da política educacional hodierna, são em grande parte, os beneficiários da modernização conservadora. Mas agora os objetivos e interesses são outros: não há mais projetos estratégicos, mas negócios lucrativos a serem realizados no “mercado”.

Em consonância com as “orientações estratégicas do Presidente da República” e na perspectiva acima definida, o MCT construiu um conjunto de objetivos setoriais, uma agenda de compromissos permanentes e um elenco de programas que devem organizar suas ações no período 2000-2003 e estabelecer “um novo padrão de financiamento de ciência e tecnologia”. É nesse quadro que se constituem os fundos setoriais de desenvolvimento científico e tecnológico, que são o primeiro passo e um dos pilares dessa estratégia que pretende incentivar o desenvolvimento tecnológico empresarial (ponto central da agenda do MCT).

Conforme demonstram os documentos do MCT, o novo formato do modelo de financiamento deve representar um indicativo da mudança da política, ou seja, os investimentos terão como prioridade a ênfase em P&D, maior articulação com o setor privado, promoção de políticas industriais, busca de resultados e avaliação dinâmica e permanente de resultados. O MCT afirma que os programas foram definidos segundo seu potencial de mobilização de diferentes segmentos da sociedade, em torno de propostas e temas estratégicos para ampliar o desenvolvimento científico e tecnológico e seu impacto no desenvolvimento econômico e social do país. Nesse sentido, destacam-se os Programas Estruturantes: Climatologia; Meteorologia e Hidrologia; Inovação para Competitividade; Sistemas Locais de Inovação; Sociedade da Informação; Biotecnologia e Recursos Genéticos.

Os fundos setoriais de apoio ao desenvolvimento tecnológico surgem no âmbito do processo de privatização e desregulamentação das atividades de infra-estrutura no país. Inicialmente, seu objetivo foi o de consolidar e ampliar os investimentos em C&T, que já eram feitos pelas *empresas públicas, especialmente nos setores de energia elétrica, telecomunicações, e gás e petróleo*. Com as privatizações e desregulamentações desses setores, perdeu-se uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento de novas

tecnologias e, não menos grave, perderam-se diversos centros de pesquisa, fechados pelas novas controladoras, via de regra, corporações internacionais.

Os fundos setoriais (energia, recursos hídricos, transportes/eixos, atividades espaciais, interação universidade-empresa) serão formados por percentuais de faturamento de empresas privatizadas ou por contribuições pela exploração de recursos naturais. Como admite o próprio MCT, em grande parte os recursos que alimentarão os fundos já são previstos e cobrados, “apenas não estão sendo aplicados em ciência e tecnologia”. São recursos coletados pelas agências reguladoras (ANEEL, ANP, ANATEL...) e recolhidos ao Tesouro.

A novidade será encaminhá-los para os fundos. Citemos alguns exemplos: o Fundo Setorial de Energia Elétrica – destinado a financiar programas e projetos na área de energia, com especial ênfase na área de eficiência energética no uso final. A proposta procurará aprimorar o mecanismo de incentivo à P&D adotado pela ANEEL nos contratos de concessão, ampliando sua abrangência setorial. Esse “é um modelo que enfatiza a articulação entre os gastos diretos das empresas em P&D e a definição de um programa abrangente, que busca enfrentar os desafios de longo prazo no setor, tais como fontes alternativas de energia e redução do desperdício”. Já o Fundo Setorial de Mineração – destinado a programas e projetos na área das atividades do setor, será financiado por recursos provenientes da compensação financeira das empresas detentoras de direito de mineração. O fundo permitirá que se desenvolvam programas e projetos voltados para o uso intensivo de técnicas modernas como geomatemática, geoestatística e mapeamento tridimensional de superfície para atender aos desafios impostos pela diversidade nacional, pela extensão do território brasileiro e pelas potencialidades do setor na geração de divisas e no desenvolvimento do País.

Nesse cenário, não é difícil imaginar a retomada já prevista da construção do Complexo Hidrelétrico Belo Monte (Cararaô-Babaquara, em terras indígenas da volta grande do rio Xingu), recebendo recursos de todos os fundos para viabilizar mais um pólo minero-metalúrgico na região que um dia foi patrimônio nacional (área da ex-Cia. Vale do Rio Doce), retomar a implantação das obras hidro-energéticas do antigo Plano 2010, financiar a expropriação de biodiversidade via programas de meio ambiente associados e cooptar grupos de IFES e/ou de IEES para cooperarem, em nome do desenvolvimento sustentado, elaborando Estudos de Impacto Ambiental nos moldes definidos e determinados pelos empreendedores de sempre (isto é, desde que também se enquadrem no regime de emprego público e constituam suas fundações de apoio no interior das universidades... organizações sociais).

Os fundos setoriais, tal como foram concebidos e acreditando em Papai Noel, mesmo na melhor das hipóteses, deveriam ser considerados apenas como recursos adicionais à P&D, ainda assim clara e explicitamente articulados com uma proposta de política industrial e comercial não lesiva aos interesses do conjunto da sociedade. Isso é algo muito distante das ações realizadas e anunciadas pelo atual governo, não existindo, portanto, também nesse sentido, motivo algum para justificar o açodamento de parte da comunidade científica nacional e dos reitores das IFES.

Ciência e Tecnologia : a Universidade Pública e o Movimento Docente

Discutir ciência e tecnologia na perspectiva de construirmos uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade, certamente será, por um lado, buscar novas respostas para velhas questões como: - que motivações tem a introdução de invenções e inovações nas relações humanas e na economia? Continuará sendo a taxa de lucro? Qual é o custo social das inovações e invenções? Não existe a necessidade premente de levar-se em consideração os possíveis efeitos sociais da ausência de trabalho com a adoção das inovações? Por outro, teremos que aprofundar as discussões sobre os diferentes saberes e a racionalidade científico-tecnológica, bem como sobre as diferentes formas de uso e apropriação da natureza, razão principal dos conflitos sócio-ambientais, premeditadamente negligenciados pelas políticas públicas, tanto na escala mundial, como nacional e local.

Ciência e tecnologia representam um dos principais fatores de produção dos tempos atuais, sendo que vivemos em um mundo onde a dependência científico-tecnológica pode determinar a dependência econômica e a perda de soberania, além de se impor como um agente perpetuador da pobreza e da injustiça social. Portanto, constitui um grave subterfúgio político insistir-se na neutralidade da ciência e no não-reconhecimento de que os resultados decorrentes de sua elaboração têm sido progressivamente monopolizados e transformados em instrumentos de disputa de grupos econômicos. Na comunidade acadêmica mesmo, é comum separar, como se isto fosse possível, os docentes em pesquisadores e sindicalistas, o que

necessitamos urgentemente superar para não só discutirmos a ciência a serviço da sociedade humana, como também para mudarmos os métodos de construção do conhecimento.

O processo tecnológico vem se constituindo em um produto de demandas de caráter sócio-político de longo prazo e de determinados estilos de desenvolvimento que nem sempre buscam as demandas coletivas e/ou as necessidades da maioria, até porque “conhecimento e poder”, ao longo da história, tem mostrado uma relação bastante íntima. É fundamental atentarmos para o fato de que a opção por uma tecnologia não se restringe ao seu aspecto exclusivamente técnico, mas também representa a opção por uma série de itens relacionados a padrão de consumo, à força de trabalho, aos níveis de investimentos, e, sobretudo, ao modo de exploração dos recursos naturais e energéticos, a estruturação do sistema educacional e da pesquisa.

No Brasil, é grave a situação dos investimentos e dos critérios de decisão em ciência e tecnologia. Além dos recursos diminuírem por conta da política adotada por FHC, continuamos submetidos a decisões imediatistas e perniciosas, que contemplam preferencialmente a aquisição de pacotes tecnológicos no exterior, a abertura indiscriminada para o capital estrangeiro e a busca, muitas vezes cega, de inovações. Também, um número bastante significativo de nossos cientistas e tecnólogos não tem questionado as relações entre as suas atividades e as condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, contribuindo com a maior naturalidade para pesquisas armamentistas, para a produção de bens mais adequados para outros países e para implementação de projetos de interesse e alcance duvidosos.

Embora fundamental, o tema ciência e tecnologia tem sua compreensão dificultada pelo seu caráter interdisciplinar, por envolver muitas atividades humanas, e, principalmente, por estarem as discussões mais acaloradas localizadas em restritos espaços acadêmicos e nos centros de decisões que impedem uma maior disseminação da informação. A tecnologia tem sido apresentada como mercadoria, como um pacote técnico ou como um meio de intervenção social e política. Como consequência imediata, pode-se, via desenvolvimento científico-tecnológico, controlar, de alguma forma, o uso dos recursos naturais, dos recursos energéticos, a posse e distribuição da terra, a divisão e o uso do trabalho e a distribuição da renda, além de possibilitar a interveniência na política das sociedades.

O parque industrial do Brasil fundou-se e continua se caracterizando pelo uso indiscriminado de pacotes tecnológicos montados no exterior e controlados pelas empresas transnacionais. Assim, a tecnologia externa se transformou num dos principais instrumentos para moldar e controlar a produção nacional e conformar um sofisticado meio de dominação neocolonialista.

A elevação da ciência ao nível de Ministério trouxe algumas expectativas aos membros da chamada comunidade científica, que infelizmente, em grande parte, já se encontrava envolvida no sistema neocolonial de tal maneira que apenas foram e continuam sendo considerados os relatos, as observações e sugestões de “cientistocratas” ou “cérebros de aluguel” que, a serviço do poder, não mostram a menor preocupação em mudar os rumos até então adotados e redirecioná-los para os interesses de nossa sociedade. Com o passar dos anos ficou evidente que não foi aceito pelos diferentes governos que se sucederam, o papel estratégico do processo científico-tecnológico na estruturação de um poder nacional, com suas ramificações e implicações sociais, econômicas, políticas, culturais e até mesmo militares.

A questão da ciência e da tecnologia é tão grave e complexa que exige de todos nós, principalmente da comunidade acadêmica como um todo, um debate amplo, aprofundado e democrático para que não sejam ampliadas as desigualdades sociais e a dependência tecnológica a que estamos submetidos. Necessitamos, também, de uma melhor compreensão sobre as diferenças existentes entre ciência e tecnologia e discutir propostas que indiquem que estrutura institucional devemos adotar para melhor responder as demandas colocadas por ambas as atividades. Evidentemente, não poderemos desvincular as questões da ciência e da tecnologia da política nacional de educação e da política industrial e, conseqüentemente, do poder que estas atividades representam em todas as escalas.

O movimento docente necessita urgentemente retomar as discussões e promover atividades que permitam uma maior inserção da comunidade acadêmica em torno das questões relacionadas à ciência e tecnologia, para melhor reforçarmos, como preconizado pelo fórum da UNESCO reunido em Paris, em 1999, a função de servir à sociedade e, mais concretamente, contribuir para a erradicação da pobreza, da intolerância, da violência, do analfabetismo, da fome e da degradação do meio ambiente. Precisamos compreender a complexa realidade que envolve o mundo da ciência e da tecnologia para realizarmos melhores

análises e críticas sobre os problemas éticos, culturais e sociais. Daí a importância do envolvimento do ANDES-SN e das Seções Sindicais não só para melhorar a qualidade do trabalho docente, mas também para a construção, em conjunto com outros movimentos organizados, de alternativas democráticas para o encaminhamento das questões relacionadas ao desenvolvimento científico-tecnológico e suas interfaces com os demais problemas enfrentados pela sociedade brasileira.

Comunicação do ANDES-SN

Mais do que nunca, o Sindicato deve colocar em sua agenda a questão dos meios de comunicação de massa. A força midiática tem sido um dos elementos vitais na construção das políticas neoliberais e, entre outros, da criminalização dos movimentos sociais.

É verdade que o ANDES-SN deve aumentar e melhorar os seus meios de comunicação interna e externa. Sem dúvida alguma. Mas é também, e principalmente verdade, que o essencial para nossa relação com os movimentos sociais e com a sociedade exige o aprofundamento do debate e a intervenção conjunta no sentido de construir um projeto de Comunicação Social nos moldes em que pensamos e realizamos os nossos CONEDs.

A mídia é o espaço privilegiado para o embate de projetos. É nela, com ela e por ela, que se pode potencializar a luta ou sacrificar os contendores. O famoso debate da eleição presidencial de 89 e a própria construção do candidato dos dominantes demonstram a necessidade dessa agenda com os sindicatos, os movimentos populares e os setores sociais que se opõem ao atual momento neoliberal e trabalham pela construção de novas formas de vida social.

Mesmo recusando a idéia de que a “guerra de posições” inviabiliza os amplos movimentos sociais, mesmo rechaçando a idéia de que o convencimento se dá por fora e por cima da luta social não há como negar a poderosa eficácia midiática na conquista de “corações e mentes”. Nesse sentido, a reconstrução do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação passa a ser tarefa prioritária.

Deverá ser preocupação da política de comunicação do ANDES-SN promover o debate sobre as políticas públicas de comunicação que estão sendo propostas para a sociedade brasileira, de modo a oferecer alternativas de intervenção nessa realidade e contribuir para sua democratização.

Devemos, portanto, aprofundar, como estratégia de ação política, a construção de uma estrutura que realize a efetiva comunicação entre seus atores principais e seus interlocutores diretos e indiretos. Essa estrutura, contudo, não deve se limitar a um recurso meramente técnico.

Política e Formação Sindical

Para fazer frente a esses desafios e para consolidar uma cultura sindical democrática e autônoma, faz-se necessário que o ANDES-SN implemente um projeto de formação sindical. Um projeto que será distinto daqueles que vêm sendo implementados pela Central Única dos Trabalhadores, não apenas pela especificidade da nossa base social, mas, também, porque ao longo do tempo, a Central tem alterado seus rumos e abandonado seus princípios fundadores de independência de classe e combatividade.

Muitos docentes novos não conhecem a história do Sindicato e devem ser convidados a participar das lutas classistas, democráticas e de categoria que temos que levar adiante. Essa renovação visível nos quadros dirigentes das Seções Sindicais e do Sindicato Nacional, bem como a maior renovação que desejamos e devemos estimular atualizam a demanda por formação sindical. O ritmo e a amplitude das mudanças em curso, no mundo do trabalho, nas políticas públicas, na área educacional e no próprio movimento sindical, justificam um esforço permanente de reflexão e socialização de informações e experiências.

É oportuno resgatarmos tais experiências bem sucedidas e planejarmos uma política de formação em médio prazo, que dê conta tanto das necessidades formativas dos dirigentes das várias instâncias do sindicato, quanto daqueles militantes de base que pretendemos sejam em número cada vez maior. Para isso, faz-se necessário, preliminarmente, afirmar a importância da autonomia do ANDES-SN na formulação dessa política. Isso não apenas porque o Sindicato conhece melhor as especificidades da categoria docente, possuindo quadros capacitados e experimentados em formação sindical, mas também porque a política de formação da CUT não pode contemplar as demandas do ANDES-SN. Sobre isto, cabe uma reflexão mais detida.

A formação político-sindical da Central foi abandonada para dar lugar aos projetos de qualificação profissional, apoiados em verbas dos fundos públicos. O argumento das direções comprometidas com essa proposta é o de que os sindicatos e instâncias da Central estariam assim interagindo com a enorme e crescente massa de desempregados. Tais cursos acabam por reforçar o discurso empresarial e governamental da “empregabilidade”. Além da perda de perspectivas politizadoras, ampliou-se o grau de dependência econômica da CUT em relação aos fundos públicos. (Ver documento sobre Formação Sindical)

Finalmente, gostaríamos de dizer que ao completarmos duas décadas de lutas o Sindicato Nacional (e anteriormente a Associação Nacional) cumpriu um papel decisivo na denúncia do arbítrio e das políticas públicas que ao longo desse tempo infelicitaram nossa sociedade.

Estivemos presentes em todas as lutas relevantes: do combate à destruição da universidade à constituição da nossa Central Única dos Trabalhadores, passando pelos cantos de sereia dos governos de unidade (Colégio Eleitoral) ao Impeachment de Collor. Construímos, inicialmente, com os técnico-administrativos e com os estudantes as alianças e as lutas que se fizeram necessárias. Depois, com o conjunto dos movimentos dos trabalhadores e, em especial, o dos SPF. Coletiva e Democraticamente (ambos com maiúsculas) deliberamos e lutamos por implementar nosso Projeto de Universidade, a LDB, o PNE. Participamos nacional e internacionalmente das lutas dos educadores.

Podemos assim encerrar este documento afirmando, sem ufanismo nem falsa modéstia: as sucessivas gerações de militantes do nosso Sindicato sempre se colocaram com autonomia em relação aos partidos, às confissões religiosas e ao patronato (seja ela da ordem pública, seja da ordem privada). E este legado de luta nos trouxe para os desafios dos próximos anos com a certeza de que mais e mais travaremos a boa luta.

Os EIXOS GERAIS que informam nossa luta são: fora FHC/FMI, a Greve Geral, a Unidade na Luta, Combate à proposta governamental de Emprego Público e a Defesa do Direito e da Liberdade de Organização Sindical.

O EIXO ORGANIZATIVO decisivo continua a ser o fortalecimento político permanente das instâncias democráticas de elaboração política do Sindicato.

TEXTO 2

Análise de conjuntura para o 20º Congresso da Andes

Assembléia Geral dos Docentes da UFOP – 19 de dezembro de 2000

TEXTO APOIO

Panorama Histórico Internacional

O século XX terminou e foi marcado pelo triunfo do capitalismo internacional sobre o socialismo estatal. Apesar das crises econômicas e da exclusão social, as forças capitalistas começam o século XXI mais fortes que há cem anos, quando existiam um forte movimento proletário internacional e partidos políticos sustentados na aliança operária-camponesa, representada no símbolo da foice e do martelo. No começo do século XXI, depois de uma década de globalização e abertura dos mercados (tendo como marco a queda do Muro de Berlim), os países do capitalismo central já não precisam estabelecer colônias e usar tropas para garantir entrepostos comerciais ou o acesso aos recursos naturais estratégicos. Hoje, o controle se dá mais pelo mercado do que nunca, permitindo a crescente desterritorialização do poder. A Bolsa de Chicago “controla” o preço das commodities de forma muito mais eficiente do que através da produção direta colonial. Neste quadro, a conjuntura internacional tem favorecido as forças mais conservadoras e desfavorecido as forças de esquerda que sofreram derrotas importantes e foram colocadas numa situação defensiva.

A situação era outra na primeira metade do século XX. As duas grandes guerras mundiais foram momentos de enfraquecimento do capitalismo internacional e de fortalecimento do movimento operário e camponês. No bojo do conflito imperialista da Primeira Guerra Mundial aconteceu a Revolução Bolchevique, de 1917, e a organização da Terceira Internacional Comunista. O período seguinte, entre guerras, foi marcado pela fraqueza geral das políticas internacionais do capitalismo. A hiperinflação alemã de 1923, o fim do padrão-

ouro, a crise na bolsa de valores de Nova York de 1929, a depressão dos anos 30, o crescimento do protecionismo no comércio internacional, o desemprego em massa sem qualquer política compensatória e a ascensão do Fascismo e do Nazismo como alternativas autoritárias para o enfrentamento da crise do capital ameaçaram a hegemonia burguesa e desembocaram na Segunda Guerra Mundial. A primeira metade do século XX terminou com o esgotamento dos mecanismos econômicos e políticos que caracterizaram a etapa de expansão da chamada Segunda Revolução Industrial, gestada ainda no século XIX, e da concorrência intercapitalista própria deste período. É esse quadro de crise que permite a Trotsky, em 1938, afirmar que: “as premissas objetivas da revolução proletária não estão somente maduras: elas começam a apodrecer”⁷. E, de fato, apodreceram. O fim da guerra, em 1945, trouxe uma nova situação na correlação de forças no mundo com uma clara divisão bipolar do poder, apesar de desigual, entre o mundo capitalista e o mundo socialista. Por um lado, houve um crescimento das forças socialistas, começando pelo fortalecimento econômico, político e militar da União Soviética, a constituição dos países socialistas do Leste Europeu, a Revolução Camponesa na China, o fortalecimento dos partidos comunistas em todo o mundo, a descolonização de países da Ásia e da África etc.

Contudo, ao contrário do que muitos previram, o socialismo saiu vitorioso em países atrasados e pobres e os dirigentes socialistas tiveram como tarefa superar o hiato existente em relação aos países capitalistas. Ou seja, os países socialistas tiveram de desenvolver as forças produtivas e a forma de organização da produção próprias da Segunda Revolução Industrial para se equiparar aos seus congêneres capitalistas. Neste sentido, o socialismo, tal como posto em prática no século XX, não foi um sistema tecnicamente mais avançado que o capitalismo. O socialismo do século XX ficou limitado aos marcos da “sociedade industrial” e não conseguiu ser um sistema mais avançado, nem em termos econômicos, nem em termos políticos. O socialismo que deveria ser uma etapa de transição para o comunismo - propiciando a extinção do estado e o fim das classes sociais – fracassou em sua missão histórica. O fracasso do “socialismo real” não representa necessariamente o fracasso da teoria socialista, mas contribuiu, na década de 90, para o fortalecimento da ideologia neoliberal.

De outro lado, baseada nas idéias keynesianas e num pacote de novas tecnologias geradas inicialmente para fins militares, houve uma reorganização dos países capitalistas após a Segunda Guerra. O período de 1950 a 1973 ficou conhecido como os “anos dourados” da economia internacional. A reorganização dos países capitalistas começou através de mudanças internas a cada país e na histórica reunião de Bretton Woods, em 1944 (que criou as instituições do BIRD, FMI e GATT/OMC). Naquele momento, foram criados os mecanismos nacionais e internacionais de administração da demanda agregada. Aproveitando os ganhos de produtividade, reconhecendo os erros do passado e diante da “ameaça soviética” a burguesia dos países centrais foi capaz de se unir evitando novas guerras entre si (neste sentido a organização da OTAN e o início da organização da futura União Européia foram importantes), ao mesmo tempo que fazia concessões significativas aos interesses dos trabalhadores. O welfare state, o pleno emprego e a redução da jornada de trabalho foram concessões da burguesia diante do fortalecimento da classe trabalhadora e da pressão decorrente da Guerra Fria. Adicionalmente, os ganhos de produtividade, nos países do Primeiro Mundo, possibilitaram um crescimento real dos salários, o controle da inflação e a instituição de políticas públicas para a redução da pobreza e da concentração da renda.

Os anos 70 marcaram o fim da “época de ouro” da economia internacional. Em 1971, Nixon rompeu com a conversibilidade do dólar jogando por terra o sistema de taxas de câmbio fixas estabelecido em Bretton Woods. Em 1973, estoura o primeiro choque do petróleo, acabando com o período de energia farta e barata. O restante da década foi marcada pela redução do ritmo de crescimento econômico e pela inflação, isto é, a estagflação. Os países capitalistas foram obrigados a procurar novas oportunidades de investimento, a reestruturar a produção e investir em novas tecnologias da chamada Terceira Revolução Industrial. Paralelamente, os países socialistas também entraram em crise pois não conseguiram apresentar uma economia mais eficiente, com mais progresso técnico, liberdade, bem-estar social e não conseguiram entrar na chamada “Terceira Onda”. Ao invés de eliminar as classes, o socialismo estatal criou novas classes de burocratas ao mesmo tempo que hipertrofiava os tentáculos do estado, especialmente os tentáculos de controle policial. É exatamente como já afirmava Trotsky, em 1937, quando trata do “teorema inverso [ao socialismo]: o monstruoso crescimento da imposição e violência estatais na URSS demonstra que a sociedade soviética

⁷ “Programa de transição.”

se afasta do socialismo”.⁸ O fracasso do socialismo estatal fortaleceu, no imaginário popular, a idéia de que tudo que é estatal é ruim, ao mesmo tempo que se criou um mito em torno dos “poderes mágicos” da iniciativa privada e das virtudes da “mão invisível”.

Neste contexto, e diante da crise do modelo keynesiano, os anos 80 foram marcados pela reação conservadora. Os governos de Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha, e de Ronald Reagan, nos EUA, estabeleceram o início do neoliberalismo. O welfare state e o pleno emprego só não abandonaram a agenda das políticas públicas porque viraram alvos do ataque conservador, juntamente com a organização sindical e outras organizações de defesa dos interesses populares. A queda do Muro de Berlim, o fim da União Soviética, a restauração capitalista do Leste Europeu e China e a direitização dos partidos da social-democracia européia marcaram a hegemonia do neoliberalismo que triunfou soberano durante toda a década de 90. O fim do bloco socialista e o enfraquecimento das forças progressistas facilitou a flexibilização das leis trabalhistas e sociais por toda parte e uma abertura comercial e financeira indiscriminada nos países do Terceiro Mundo. A integração do ex-países socialistas, as privatizações nos países do Terceiro Mundo e os novos setores de atividade (como a informática) abriram novas frentes de valorização do capital e de remuneração para o setor financeiro.

A globalização, tão decantada pelo neoliberalismo, se constitui num processo aparentemente contraditório que se baseia na integração de países e mercados *pari passu* à exclusão social. A globalização neoliberal é um fenômeno recente e não deve ser confundida com a internacionalização capitalista que é um processo tão velho quanto o próprio capitalismo. A “mundialização do capital”, segundo François Chesnais se caracteriza pela “liberdade de se implantar onde quiser, quando quiser, para produzir o que quiser, comprando e vendendo onde quiser, e com a menor quantidade possível de restrições em matéria de direito do trabalho e de convenções sociais”. Numa conjuntura de ampliação dos fluxos internacionais de capital, a globalização dos anos 80 e 90 acentua quatro tendências: 1) mercantilização de todas as esferas da vida, inclusive algumas que ficavam relegadas ao espaço doméstico; 2) universalização da concorrência e mudança qualitativa nos padrões do comércio internacional; 3) concentração e centralização do poder econômico e político; 4) enfraquecimento da soberania dos Estados Nacionais e, em cada nação, enfraquecimento dos mecanismos de intervenção estatal. Em síntese, a globalização é um processo de mundialização da ideologia neoliberal visando aumentar as forças do mercado e enfraquecer seus mecanismos de controle. Tudo isto ampliou o poder de chantagem do capital sobre as sociedades nacionais e, dentro destas, sobre os trabalhadores organizados.

Um aspecto fundamental nesse avanço neoliberal é a fórmula da reestruturação produtiva. Através da chamada “lean production” empresas menores e mais produtivas substituem as maiores, empregando o princípio da flexibilização (do trabalho, das ferramentas, dos produtos) e da terceirização de tudo que escape ao foco principal da empresa. Com isso, crescentemente o setor industrial perde espaço para o de serviços e a informalidade dos contratos de trabalho se expande rapidamente. Nesse quadro, “de uma forma geral, parecendo atrelados ao modelo socioeconômico anterior, os sindicatos não têm conseguido se desvencilhar de uma realidade marcada pelo grande porte, pela exterioridade das empresas, pela rigidez e pelo enfrentamento direto.”⁹ Nesse quadro, atesta-se que: Houve na década de 80 redução do número de greves em vários países do centro. Aumentam os casos de corporativismo, xenofobia e racismo no interior da própria classe trabalhadora. Tudo isso permite constatar que o movimento sindical encontra-se numa crise de proporções nunca vistas”.¹⁰

Portanto, a globalização, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são as respostas do capitalismo central à crise do modelo keynesiano, em uma conjuntura de retrocesso da organização internacional dos trabalhadores. No plano das classes sociais, representa uma volta à ideologia malthusiana (Malthus, no início do século XIX, já combatia as “leis do pobres” e fazia uma apologia da inevitabilidade da pobreza) e, no plano das nações, representa uma forma de se estabelecer uma espécie de neocolonialismo. Neste quadro, qual a tática de luta mais adequada para as classes exploradas e oprimidas? Colocar propostas de

⁸ “Os noventa anos do Manifesto Comunista”.

⁹ SANTANA, Marco Aurélio *et alii*. *Trabalho e educação*: Centrais Sindicais e reestruturação produtiva no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet, 1999. p. 36

¹⁰ ANTUNES, Ricardo. “Impasses e desafios: a crise e os sindicatos”. *Teoria e Debate*. São Paulo, n. 20, fev./abr. 1993. pp. 15-65. Aqui fica claro que o Brasil passou por “efeito Orloff”. Estando na contra-mão desse refluxo dos sindicatos nos países centrais, mergulhou nele na década de 90, quando o neoliberalismo se torna hegemônico por aqui.

superação da “Ordem do Capital” é, certamente, cair num voluntarismo inconseqüente. A tática de luta possível, no momento, não é a do avanço e sim a da resistência e da acumulação de forças. É preciso forjar um contra-projeto à atual hegemonia neoliberal. Neste sentido, terá grande importância as contribuições do Fórum Social Mundial, que ocorrerá em Porto Alegre, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001.

Conjuntura Internacional

No momento de reordenação da ordem internacional, liderada pela ideologia neoliberal, um dos países que mais se beneficiou deste processo foi os EUA. Depois da derrota americana na guerra do Vietnã e da desvalorização do dólar ocorrida na reunião do Plaza em 1985, era comum se ouvir falar do declínio relativo da economia americana. Mas não foi bem isto o que aconteceu. Ao contrário do que previam os defensores do “ciclo longo” de Kondratieff, entre 1982 a 2000 a economia americana só teve 9 meses de recessão (no ano de 1991) e criou 35 milhões de empregos. Segundo Michael Cox, estes dados contrastam com o período de 1853 a 1953 quando houve recessão em 40% do tempo nos EUA e o desemprego atingiu índices alarmantes na década de 30. Nos últimos 5 anos (1996-2000) o PIB americano cresceu em torno de 4% ao ano e a taxas de desemprego ficaram em níveis bastante baixos. Este crescimento é superior ao de várias regiões do mundo, o que faz aumentar o grau de concentração de riquezas em benefício daqueles que já são mais ricos. Portanto, não podemos desconsiderar, nem subestimar, estes dados nem o fato de que a expansão da economia americana se acentuou após 1992, durante todo o governo Clinton. É preciso compreender que a retomada da hegemonia americana, pelo menos do jeito que está sendo feita, enfraquece a luta internacional dos trabalhadores. O sucesso do neoliberalismo americano consolida a liderança dos EUA no G-7, na OCDE e nos organismos financeiros multilaterais. Também aumenta a dependência dos países do Terceiro Mundo.

As perspectivas para 2001 continuam apontando para o predomínio das forças capitalistas, apesar do surgimento de alguns sinais de que o ritmo de crescimento econômico deve se desacelerar. O aumento da inflação, do preço do petróleo, dos déficits na balança comercial e do nível de endividamento das pessoas e firmas fez o Banco Central americano (FED), no ano 2000, elevar as taxas de juros para conter a “exuberância irracional”, nas palavras do chairman Alan Greenspan. Todavia, já existem autores dizendo que o FED errou na dose dos juros, o que provocaria uma recessão em 2001 (hard landing). O índice NASDAQ fechou o ano 2000 no vermelho e não está descartada a possibilidade de uma grande queda no índice Dow Jones. Outros autores garantem que vai haver apenas uma desaceleração da economia e que o FED já sinaliza com a redução dos juros, possibilitando uma transição sem grandes traumas (soft landing). As dificuldades da economia americana podem ser agravadas pelo imbróglio eleitoral que possibilitou a posse de um presidente que não teve maioria dos votos na eleição direta. No final do século XX os EUA tiveram os seus dias de “República de Banana”, resta saber se o presidente George W. Bush vai ter a legitimidade necessária para enfrentar as dificuldades que virão pela frente. O novo presidente sinaliza com a retomada das políticas econômicas do “supply side” e políticas sociais do “conservadorismo compassivo”. O importante a destacar é que a ausência de um agente social (forte movimento de massas) capaz de questionar a forma atual de acumulação do capital permite que as crises capitalistas sejam resolvidas a favor da burguesia e em detrimento dos trabalhadores e dos setores excluídos da sociedade.

Além desta questão de classe, existe também a questão nacional. Ao contrário do período pós-Segunda Guerra, não existe atualmente nenhum Plano Marshall nem uma política de reconstrução e recuperação dos países do Terceiro Mundo. Nem mesmo propostas retóricas e demagógicas como a “Aliança para o Progresso” da era Kennedy/Johnson. Será que a política externa americana estaria voltando à época do “Big Stick” (“fale manso e carregue um porrete e você vai longe”) de Theodore Roosevelt? Só para lembrar foi Roosevelt que construiu o Canal do Panamá, localizado, na época, em território Colombiano. Diante da oposição colombiana à perda de soberania advinda da proposta americana, Roosevelt se referiu aos colombianos da seguinte forma: “aquelas criaturas desprezíveis de Bogotá”, “esses corruptos idiotas e homicidas” e “talvez tenhamos de dar uma boa lição a esses labregos”. A lição veio em forma da “independência” do Panamá. Ou seja, os EUA têm uma longa experiência de intervenção na Colômbia, que vai além do “controle do narcotráfico” nos dias de hoje.

Mas sem dúvida, a atual política externa dos EUA para o restante do continente americano está representada na proposta da ALCA (Área de Livre Comercio das Américas).

Com a ALCA os EUA pretendem ter acesso irrestrito aos mercados nacionais de todo o continente. Apesar da presença de assessores militares dos EUA em vários países, não existe, hoje em dia, uma política de intervenção militar direta do Tio Sam na América do Sul e América Central. Os Estados Unidos pretendem exercer sua influência e seus interesses (“nosso negócio são os negócios”) através das leis do mercado, regulados em um tratado de livre comércio. A ALCA é uma atualização para o século XXI da doutrina Monroe que estabelecia: “América para os americanos”. Neste sentido, os defensores do livre comércio apresentam o México como exemplo de um país que se deu bem ao se unir ao NAFTA. Depois da integração norte-americana, as exportações mexicanas quase que triplicaram e o país conseguiu manter taxas de crescimento econômico mais alta do que o restante dos países da América Latina. Baseado neste canto de sereia, o Chile e a Argentina estão abandonando o Mercosul, dando preferência ao NAFTA e estão defendendo a antecipação do início da ALCA para 2003. A 19ª reunião do Conselho de Cúpula, ocorrida em Florianópolis em dezembro de 2000, mostrou o enfraquecimento do Mercosul. Algumas forças de esquerda comemoram este fracasso. Acontece que o fim do Mercosul e o isolamento do Brasil só servem aos interesses dos Estados Unidos que tem chamado a política externa brasileira de “infantil”. Não existem muitas alternativas, a América Latina precisa se integrar à própria América Latina e buscar uma posição de força para negociar com o NAFTA, a União Européia e a APEC. Caso contrário tem grande chance de virar uma enorme Zona Franca. Em oposição a esta perspectiva, várias manifestações de protesto estão previstas para o mês de abril de 2001 durante o “Encontro das Américas”, em Quebec, no Canadá.

Contudo, a união latino-americana é um fato cada vez mais distante. Depois de desvalorizar o Sucre, o Equador abandonou sua moeda e aderiu à onda da dolarização. O mesmo aconteceu em El Salvador que abandonou o Cólon e também aderiu à dolarização. Ao mesmo tempo, a dolarização é apresentada como uma solução para a combalida situação econômica da Argentina. Há cerca de dez anos, a Argentina adotou o câmbio fixo baseado no “currency board”, uma adaptação do mecanismo monetário utilizado pelo império inglês para controlar suas colônias. Foi uma política desesperada que, num primeiro momento, conseguiu reduzir a inflação e fazer a economia voltar a crescer. Mas o país perdeu a capacidade de se autogovernar e, ao abrir mão de ajustar a taxa de câmbio, teve que se contentar com baixo crescimento econômico e elevado desemprego. Mesmo depois de um amplo programa de privatização, a Argentina continua sem competitividade internacional e apresenta elevados déficits interno e externo. O modelo argentino teve uma sobrevida enquanto durou o populismo cambial do primeiro governo FHC. Depois da desvalorização do real, a economia argentina entrou em agonia profunda.

O presidente Fernando de la Rúa, em menos de um ano, já apresentou 3 pacotes fiscais: o primeiro pacote, em 29 de maio de 2000, propôs um corte drástico nos gastos públicos com redução dos salários do funcionalismo e das aposentadorias e reestruturação do serviço público e estatais; o segundo, em 23 de outubro, propôs a redução de impostos para estimular o investimento privado; o terceiro, em 10 de novembro, propôs a privatização do sistema de previdência social, desregulamentação do setor de saúde e elevação da idade mínima da aposentadoria para mulheres, de 60 para 65 anos. Cada anúncio de um pacote foi seguido pela convocação de uma greve geral pelas centrais sindicais. Enquanto cresce a crise política no país, inclusive com a renúncia do vice-presidente Carlos “Chacho” Álvarez, o ministro da economia José Luis Machinea conseguiu o socorro do FMI, como última tentativa de evitar uma moratória, que viria, não como uma reafirmação de soberania, mas por absoluta falta de condições de honrar os compromissos internacionais da Argentina. O pacote de US\$ 39,7 bilhões, acertado em dezembro de 2000, vai evitar, temporariamente, a desvalorização do peso e vai possibilitar uma certa retomada da economia em 2001, mas não resolve os problemas estruturais da economia argentina. A situação dos outros países latino-americanos não é muito diferente. Basta ver que o presidente Fujimori, depois de “ganhar” sua terceira eleição, fugiu para o Japão abandonando o Peru. Ao contrário do que sonhou Bolívar, a maioria dos países da América Latina está na dependência dos fluxos internacionais de capital e da ajuda do FMI, enquanto aumenta a crise social e os indicadores de pobreza no continente.

Conjuntura Nacional

O Brasil não ficou imune à onda neoliberal que, como uma torrente, extrapolou as fronteiras da Grã-Bretanha e dos EUA e invadiu o mundo na década de 90. A primeira tentativa de implementação da cartilha do “Consenso de Washington” no Brasil se deu no governo Collor, logo após a derrota da candidatura popular à presidência da República. Entretanto, a

perda de legitimidade deste governo devido aos processos de corrupção e a falta de condições políticas no Congresso Nacional para aprovar reformas estruturais, retardaram a aplicação do receituário neoliberal no país. A correlação de forças mudou totalmente com a eleição do presidente Fernando Henrique, em 1994. O Plano Real propiciou o apoio popular necessário à constituição de uma “Frente Ampla” que, com apoio da opinião pública, reuniu diferentes partidos políticos em torno de uma agenda neoliberal de reformas visando mudar o perfil do sistema produtivo nacional, a forma de inserção internacional do Brasil e o quadro institucional desenhado pela Constituição Federal de 1988. Formou-se uma enorme coligação conservadora que juntou os partidos oriundos da antiga ARENA com forças políticas da oposição à ditadura militar que compunham o MDB. Esta “Frente Ampla” conservadora, composta pelos partidos PSDB, PFL, PMDB, PPB, PTB e PL (só para citar os maiores), perfazendo cerca de três quartos da bancada da Câmara Federal, atuou como um rolo compressor e impôs derrotas significativas ao funcionalismo público, ao movimento sindical e aos trabalhadores em geral. Neste sentido, o Plano Real foi mais que um plano de estabilização monetária, ele criou uma nova institucionalidade econômica e política e reconfigurou o posicionamento dos agentes sociais em torno de uma nova agenda.

Esta “Frente Ampla” nunca foi totalmente coesa, mas conseguiu atuar suficientemente em bloco para garantir o combate à inflação, a abertura comercial e financeira, a retirada do estado como agente produtor de bens e serviços (privatizações), a reestruturação do sistema bancário (PROER, etc), a flexibilização dos monopólios estatais, a atração de capitais produtivos internacionais (desnacionalização da economia), a atração de empréstimos externos (dívida externa), a rolagem dos débitos governamentais (dívida interna) a desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas etc. Esta agenda “positiva” uniu os participantes desta aliança governamental durante todo o primeiro mandato do presidente FHC. Um ponto de desunião aconteceu em torno do regime cambial. Dois grupos se formaram: o chamado grupo “desenvolvimentista” que pregava uma desvalorização do real já em 1995 e os “liberais” que davam ênfase à estabilidade monetária e pregavam a necessidade de uma maior abertura e de um choque de competitividade que adviria da maior exposição da economia brasileira à globalização. Mas as divergências entre estes dois grupos foi abafada em decorrência do projeto da reeleição de FHC, cuja principal bandeira seria o real forte e a inflação baixa. Esta bandeira seria necessária e suficiente para reelegê-lo. Todo o governo se uniu, então, em torno do “populismo cambial”, que tantos estragos causou à economia do país. Para manter o real sobrevalorizado a equipe econômica elevou a taxa de juros interna, causando quebra de empresas nacionais, perda de competitividade internacional, elevação dos custos de produção, incremento da dívida financeira, elevação do desemprego e crescimento das dívidas interna e externa. O país como um todo está pagando e ainda vai pagar os custos desta política antinacional e antisocial.

Com a desvalorização do real, treze dias após a segunda posse de FHC, ressurgiram as divergências. Um sinal claro desta divergência ocorreu no episódio do “grampo” do BNDES (com participação da ABIN), que “fritou” o “ex-futuro” Ministro da Produção, L.C. Mendonça de Barros, representante do grupo desenvolvimentista. A divisão “ideológica” da aliança vem se acentuando, apesar dos dois grupos concordarem com o enterro da chamada “herança getulista” e com a necessidade da austeridade fiscal. O grupo liberal, formado pela equipe econômica (comandada pelos “filhos da PUC” do Rio de Janeiro), defende a máxima redução da interferência estatal na economia, a redução das barreiras tarifárias e uma maior abertura financeira. O grupo desenvolvimentista considera que a economia de mercado é imperfeita, cabendo ao governo coordenar ações estratégicas, em conjunto com o setor privado, para garantir algumas transformações. Eles são a favor da manutenção das atuais barreiras tarifárias e querem uma redução mais rápida das taxas de juros. Estas divergências ficaram claras no Encontro de Cúpula do Mercosul, em Florianópolis, quando o grupo desenvolvimentista saiu vitorioso e o Brasil foi contra a redução de 3% da TEC (Tarifa Externa Comum) no âmbito do Mercosul.

As divergências na “Frente Ampla” não se restringem à ideologia econômica. Tem crescido os problemas no *front* político. A aliança conservadora conseguiu sair vitoriosa no primeiro turno das eleições municipais de outubro de 2000, uma vez que o bloco situacionista (PSDB, PFL, PMDB, PPB, PTB e PL) elegeu 81,2% das prefeituras, 73,8% dos vereadores e obteve 64,55% dos votos válidos. Retirando-se o PTB e o PL os números foram: 70% das prefeituras, 61% dos vereadores e 55% dos votos válidos. Mas esta vitória governista no primeiro turno foi seguida de uma derrota no segundo turno, quando os partidos de oposição, principalmente o PT, saíram vitoriosos nas cidades com mais de 200 mil habitantes. No

segundo turno ficou evidente a falta de unidade do bloco governista. No Rio de Janeiro o PTB derrotou o PFL e o prefeito eleito, César Maia, tem atuado em aliança com o presidenciável Ciro Gomes. Em São Paulo, a cúpula Tucana apoiou a candidata Marta Suplicy contra a dupla Pitta/Maluf. O PPB foi o partido governista que teve o pior desempenho eleitoral. O PTB está abandonando a "Frente Ampla", já ensaiou uma aliança com o PDT e está de "namoro" com o PPS. O PL está de "namoro" com o presidenciável Itamar Franco (sem partido). Apesar do caráter local das eleições municipais, o desgaste do Governo Federal contribuiu para a derrota dos partidos da situação nos maiores municípios, exatamente aqueles que tem sofrido mais de perto os efeitos da crise econômica.

A eleição para as mesas diretoras do Congresso é outro ponto de atrito na aliança conservadora. Nos últimos 6 anos, o PSDB abriu mão da presidência de uma das duas Casas para manter coesa a aliança com o PMDB e o PFL. Mas para 2001, existe uma disputa acirrada entre estes partidos, disputa esta que aumentou devido a briga pessoal entre os senadores Jáder Barbalho e Antônio Carlos Magalhães. Se o PFL ficar de fora da presidência da Câmara dos Deputados ou da presidência do Senado poderá haver um racha imediato na base de sustentação do governo FHC, comprometendo irremediavelmente a governabilidade e a hegemonia da "Frente Ampla". Mas mesmo o PFL não tem atuado coeso. Os ataques do senador ACM ao PMDB acabaram minando a candidatura do deputado Inocêncio de Oliveira, assim com tem desagradado os grupos do vice-presidente Marco Maciel e do senador Bornhausen. O PSDB também está dividido entre aqueles que apoiam o presidenciável José Serra e aqueles que apoiam o governador do Ceará, Tasso Jereissati. Caso o PSDB lance o ministro José Serra à presidência em 2002 a aliança prioritária seria com o PMDB. Caso lance o governador Tasso a aliança prioritária seria com o PFL. Por seu lado, o PMDB já lançou a candidatura do senador Pedro Simon, mas poderia voltar atrás. O PPB parece que não tem cacife para lançar um candidato próprio. Tudo indica que a eleição presidencial de 2002 vai ser mais parecida com a de 1989, que teve segundo turno devido ao lançamento de vários candidatos potencialmente fortes, do que com a eleição de 1998 que não teve segundo turno e houve o lançamento de apenas dois nomes com possibilidade de vitória. Na conjuntura atual, tudo indica que o bloco da oposição deve lançar pelo menos três candidatos (Lula, Ciro e Itamar) e o bloco da situação deve vir com pelo menos dois candidatos. Mas ainda é cedo para se traçar um quadro mais definitivo.

Em relação ao quadro econômico brasileiro para 2001, o ministro Pedro Malan tem se vangloriado com a perspectiva de que no primeiro ano do século XXI o crescimento do PIB, pela primeira vez em décadas, "deverá ser maior (4,5%) que a variação da inflação (4%)". Como o forte do ministro não são as previsões, resta saber se alguma crise internacional não vai jogar por terra seu otimismo. Mas mesmo com este quadro de ligeiro crescimento econômico, baixa inflação, taxa de juros interna em declínio e queda no déficit em transações correntes, a situação da economia brasileira continua com as mesmas fraquezas estruturais apontadas nas análises anteriores da Adufop. Mesmo apresentando uma ligeira queda, as taxas de desemprego são extremamente altas para um país como o Brasil que não possui um sistema de proteção social ao trabalhador. O aumento da salário mínimo para R\$ 180,00 não atinge sequer a meta de US\$ 100,00, uma vez que o valor do dólar, no paralelo, já ultrapassou a casa dos R\$ 2,00. Ou seja, o valor do salário mínimo proposto para o ano que vem está aquém da meta proposta até pelo senador ACM. Nem mesmo a idéia de salário mínimo regional tem sido preservada, como demonstra o surreal imbróglio judicial que considerou inconstitucional a matéria, sem se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de um salário mínimo tão baixo. O governo mais uma vez deu reajuste para os militares e deixou de fora os servidores públicos civis. O projeto de emprego público das IFES significará a extinção do RJU (Regime Jurídico Único) e precarização da carreira docente. Estamos voltando ao tempo em que se dizia: "A economia vai bem, mas o povo vai mal". O governo FHC vai passar para a história por ter deflacionado a economia e inflacionado a pobreza.

O objetivo desta análise de conjuntura foi situar o quadro geral de correlação de forças em que se insere a nossa luta. A situação internacional e nacional não tem favorecido as forças de esquerda que se encontram em um ambiente defensivo. Por outro lado, as políticas do neoliberalismo, que tem sido eficientes na defesa dos interesses do capital, tem aumentado as desigualdades entre as nações (conflito Norte X Sul) e as desigualdades sociais dentro de cada país. Os burgueses cuidam dos lucros e do luxo, enquanto crescem as diferenças de renda, as injustiças sociais, os preconceitos e a intolerância. Neste quadro, cabe às forças de esquerda assumir o seu histórico papel de agente civilizador. Se os trabalhadores e as parcelas excluídas da sociedade não tivessem ousado constituir suas organizações sindicais e

partidárias para lutar por um leque de direitos sociais que se integram aos direitos da cidadania a história do mundo seria muito diferente... e pior. O eixo da confrontação atual passa pela luta contra as perdas sociais, civis e políticas e pela reintrodução do conceito do coletivo e do altruísmo. O neoliberalismo, ao defender uma sociedade egoísta, fragmentada e baseada no individualismo, representa a negação do Estado moderno e da cidadania. No 20º Congresso da Andes devemos apresentar alternativas concretas para a defesa da universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, contra os ataques que vem sofrendo das forças neoliberais. Mas, ao invés de “assaltar o Palácio de Inverno”, precisamos saber combinar todas as frentes de luta. Devemos combinar a luta institucional, através dos mecanismos da democracia representativa, com a ação direta e as formas inovadoras de expressão do social. É preciso não desconsiderar as pequenas batalhas, mas utilizar de maneira criativa todas as formas de luta.

Nesse campo, apresenta-se como fundamental tentar adequar nossas bandeiras a uma luta que se coloca numa conjuntura profundamente alterada com relação àquela da década de 80. Nesse sentido, é fundamental investir nas lutas que contemplem as maiores vítimas do capitalismo nessa fase. Esse não é uma necessidade nova, mas por ser esquecida com frequência, assume ares de inédita. É nesse sentido que apela Trotsky, no Programa de Transição, ao afirmar que: “Todas as organizações oportunistas, por sua própria natureza, concentram sua atenção principalmente nas classes superiores da classe operária e, conseqüentemente, ignoram igualmente a juventude e as mulheres trabalhadoras”. E o mesmo autor ainda destacava: “o movimento das raças de cor contra os opressores imperialistas é um dos mais poderosos e importantes movimentos contra a ordem social existente e é esta a razão pela qual necessita do total apoio, indiscutível e sem reticências, do proletariado de raça branca.” Note-se que os dois textos são da década de 30!

Além disso, é preciso aproximar nosso discurso dos interesses imediatos de nossa base. Como já assinalava Lenin nas Teses de Abril: “é preciso adaptar-se; passar para o outro lado é indispensável.” Não estamos em um movimento de construir uma “guerra de movimento”, pois não ganhamos campo suficientemente na “guerra de posições”, como entendidas por Gramsci. E destaque-se, antes que nos entendam mal, que: “os conceitos de guerra de movimento e guerra de posição não indicam a passagem da ofensiva à defensiva e vice-versa, mas duas estratégias substancialmente diversas, relativas a duas situações históricas profundamente diferentes.”¹¹ Em especial após o desenvolvimento da sociedade civil em nosso país, a partir sobretudo da década de 80 e do refluxo da organização dos trabalhadores na década de 90, é preciso refletir sobre as críticas que faz Gramsci à perspectiva de tomada do poder propugnada por Trotsky. Para aquele: “esta me parece a questão da teoria política mais importante posta pelo período do pós-guerra e a mais difícil de resolver corretamente. Ela está ligada às questões levantadas por Bronstein, que, de um modo ou de outro, pode ser considerado o teórico político do ataque frontal num período em que este é apenas causa de derrotas.”¹² A crítica de Gramsci a Trotsky talvez possa ser vista, entre outros aspectos, na perspectiva de se pensar na impossibilidade de se ganhar apenas o Estado sem vencer a luta no campo da sociedade civil.¹³

Em síntese, nossa análise aponta para a necessidade de enfrentar a conjuntura a partir de bandeiras práticas e imediatas que façam avançar a guerra de posições e contemplem com centralidade questões de gênero e de raça, por exemplo mas não só, como vimos insistindo ao longo dos últimos eventos da ANDES-SN.

¹¹ GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 142.

¹² Caderno 6, par. 138.

¹³ Cf. Caderno 7, par. 16.

TEXTO 3

TEXTO APOIO

Contribuição do prof. Marsílio de Alencar Sá Leitão - Sindicalista da ADUFEPE-S.Sind.

Quando Vamos Aprender A Somar?

Seja falando em termos oficiais, seja na linguagem do trabalhador em geral, uma organização sindical classista existe e se justifica por:

Representar, de modo geral, a categoria junto ao patronato.

Construir, em seus fóruns, as pautas de reivindicação.

Conduzir as negociações.

Discutir, nas bases, os encaminhamentos necessários.

Acatar e implementar as decisões da classe.

Tratar juridicamente as questões não resolvidas.

Zelar pelo direito de todos à informação clara e precisa.

Garantir a transparência em todas as ações.

O preenchimento de algumas condições essenciais é imprescindível para um bom desempenho, diante de tais encargos e responsabilidades:

Avaliação constante e criteriosa da conjuntura.

Linhas prioritárias de ação.

Descentralização: grupos de trabalho.

Distensão interna.

União de esforços.

Determinação.

Em um sindicato que se propõe ser nacional, descartando a forma federativa orgânica de ação, e trabalhando na base, através de seções, a presença dessas condições é o próprio fundamento de sua existência. Esse é o caso do ANDES-SN onde, entretanto, o resgate da história recente não indica essa direção, nem aponta nesse sentido. A gestão anterior da direção nacional, funcionando ancorada na chamada "maioria silenciosa", muito concreta em sua abstenção, mas muito abstrata em sua ação, quase sempre desconsiderou as decisões da classe; um pequeno grupo, encastelado no poder, manuseava os destinos do sindicato e da categoria, causando danos de amplitude e alcance tais, que ainda não puderam ser precisamente avaliados. Vieram as eleições, a derrota inevitável os retirou dos seus postos, a maioria silenciosa permaneceu como tal, mas os vencedores, antes oposição, parecem demonstrar perplexidade diante da realidade, ou que ainda não conseguiram assimilar completamente a condição de direção. Entretanto, a considerável experiência acumulada pelo grupo na condução das questões do movimento docente sugere fortemente a existência de questões outras a serem melhor estudadas. Não por acaso, o mesmo acontece na maioria das seções sindicais de mesma linha política, o que, se de um lado é ruim por caracterizar uma tendência, de outro é bom por favorecer a busca de soluções unificadas.

A nova diretoria nacional foi eleita dentro de uma greve unificada, com a qual sua corrente concordava, não sendo, portanto, esse fato o gerador dos problemas aqui citados:

Não houve uma avaliação criteriosa do momento, no que se refere à questão da unicidade do movimento grevista.

Não se fez uso da inegável força propositiva do ANDES-SN dentro da CNESF, no sentido da escolha e do ordenamento de linhas prioritárias de ação.

Em nenhum momento houve a iniciativa de se propor a união de esforços entre as seções sindicais, superando as divergências de ordem política.

No que se refere às seções sindicais, pode-se ainda destacar:

A falta de determinação das direções em intervir, via Comando Nacional de Greve, para modificar o quadro que se desenhava.

A não disposição para a distensão interna, trazendo discriminação contra aqueles que ousaram divergir e reagir, com relação aos encaminhamentos.

Passada a greve, com o desfecho e as conseqüências que são conhecidas, notou-se a permanência dos sintomas, e com alguns agravantes, como por exemplo a dificuldade de organização dos grupos de trabalho a nível local, muitas vezes por falta de interessados, mas nem sempre ...

A chegada das eleições municipais incorporou ao quadro novos parâmetros complicadores, em função da dificuldade de as direções propriamente ditas manterem-se neutras com relação ao processo. É evidente que os dirigentes sindicais são e devem ser

engajados na luta política de modo geral, mas é preciso que se saiba distinguir os espaços e os domínios, para que não sobrevenha internamente, como resultado do pleito, o imobilismo relativamente às questões do movimento docente. Há um marasmo no ar: as ênfases escolhidas não mobilizam; os canais de comunicação não são eficientemente utilizados, ou estão abandonados; as instâncias do movimento, como por exemplo os Conselhos de Representantes, parecem nem mais existir; enquanto as Assembléias são convocadas apenas mediante os procedimentos formais, sem um chamamento mais veemente, ao menos como tentativa de reverter seu esvaziamento.

Uma vez que, individualmente há dedicação, competência e experiência, e à entidade não faltam planejamento e organização, qual seria a origem dos problemas indicadores de sua momentânea insuficiência no desempenho global? Muitas análises podem ser feitas e muitos diagnósticos obtidos, mas parece estar claro que ela, na raiz, nasce como consequência da divisão, da discriminação, da desintegração e da dispersão de esforços na condução das ações, tanto a nível nacional, como regional e local. Evidentemente não se defende o convite a inimigos políticos declarados, ou desafetos pessoais, para atuarem conjuntamente em equipes de trabalho, mas até, e principalmente entre nós mesmos ... , Quando vamos aprender a somar?

TEXTO 4

Contribuição do professor José Eustáquio Diniz Alves – Sindicalizado da Adufop-S.Sind

Análise das eleições municipais 2000

(conjuntura nacional pós-eleitoral – 10 de novembro de 2000)

TEXTO APOIO

INTRODUÇÃO

As duas eleições de outubro de 2000 merecem uma análise criteriosa. O pleito municipal de 01 de outubro não foi uma espécie de plebiscito como em 1974, quando o MDB derrotou a ARENA. Não é correto ver os votos da oposição como um simples protesto às políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), nem os votos dos partidos da situação como aprovação ao governo. Ao contrário, os resultados das eleições municipais de 2000 devem ser vistos de uma maneira multifacetada. Não cabe uma análise dicotômica, pois são muitos os partidos e os ângulos a serem analisados. Várias lideranças partidárias cantam vitória no primeiro turno e, em termos de bloco, tanto as forças que apoiam o governo FHC quanto as forças de oposição comemoram o resultado das urnas: o PSDB diz que ganhou as eleições pois teve o maior percentual dos votos no primeiro turno; o PMDB se gaba de ter ganho o maior número de prefeituras; o PFL de ter se consolidado nacionalmente como o maior partido à direita do espectro político; o PPS comemora o fato de ter apresentado o maior percentual de crescimento nas administrações municipais e o PT se considera o grande vitorioso por ter dobrado seu percentual de votos e ter se consolidado nas médias e grandes cidades. Para uma melhor compreensão dos resultados não basta uma análise estática. Torna-se necessário comparar os dados atuais com os de eleições passadas buscando compreender as tendências do eleitorado. Além dos resultados gerais é preciso se avaliar a performance dos partidos nas capitais, nas cidades com mais de 200 mil eleitores e nas diversas regiões do país. A votação de 29 de outubro é quase uma outra eleição e merece ser tratada em separado. No segundo turno, a vitória do PT foi incontestada. O novo quadro saído das urnas de outubro de 2000 deve ter repercussão sobre a eleição presidencial de 2002, mas ainda é cedo para se prever qual vai ser a nova correlação de forças entre os partidos e os possíveis presidencializáveis nas primeiras eleições do século XXI.

Resultados Gerais

Vamos concentrar a nossa análise nos dez maiores partidos brasileiros segundo o número de deputados federais no ano 2000 (que é um pouco diferente da composição resultante das eleições de 1998) e que são também aqueles que obtiveram o maior número de prefeituras conquistadas em 2000. Apesar da heterogeneidade dos partidos, vamos agrupá-los em dois grupos: o bloco da situação, aqueles que de maneira geral apoiam o governo FHC, composto pelos partidos PSDB, PFL, PMDB, PPB, PTB e PL; e o bloco da oposição composto

pelos partidos PT, PDT, PSB e PPS. Este tipo de agrupamento é sempre problemático pois não existe homogeneidade entre os partidos e suas ações podem divergir em vários momentos. Contudo, este agrupamento arbitrário é útil para se ter um referencial para uma análise agregada. Tomando-se como ponto de partida os dados das eleições de 1998 podemos ver que o bloco da situação obteve 388 deputados federais, representando 75,6% dos 513 componentes da Câmara Federal. A oposição composta pelos 4 partidos elegeu 107 deputados, representando 20,9% do total. Estes percentuais, entretanto, não refletem o número de votos de cada partido pois a representação federal não é baseada estritamente no princípio de “cada eleitor um voto” uma vez que existe uma desproporção que beneficia as representações dos estados menos populosos. Na eleição presidencial, ocorrida no mesmo ano, o resultado foi o seguinte: Fernando Henrique (PSDB) obteve 35,9 milhões de votos, representando 53,1% dos votos válidos, Lula (PT) obteve 21,5 milhões de votos (31,7%) e Ciro Gomes obteve 7,4 milhões de votos (11,0%) num total de 83,3 milhões de votos apurados em um eleitorado de 106.101.067 eleitores.

Tabela 1

**Número de deputados dos 10 maiores partidos da Câmara Federal
Segundo o resultado das eleições de 1998**

Partidos	Deputados 1998	% Total
PMDB	105	20,5%
PFL	99	19,3%
PSDB	83	16,2%
PPB	60	11,7%
PTB	29	5,7%
PL	12	2,3%
PDT	25	4,9%
PT	60	11,7%
PPS	03	0,6%
PSB	19	3,7%
Situação	388	75,6%
Oposição	107	20,9%
TOTAL	513	100,0%

Fonte: Câmara dos Deputados

A Tabela 2 mostra os 10 maiores partidos de acordo com a ordem decrescente do número de prefeituras e número de vereadores conquistados em 2000. Pela tabela, podemos ver que nas eleições de 1996 os partidos do bloco governista conquistaram 4.379 prefeituras, o que representou 81,4% em um total de 5378 municípios existentes. A oposição conquistou 729 prefeituras, representado apenas 13,6% do total. O PMDB foi o partido que conquistou maior número de prefeituras e o PPS o que conquistou menor número. Contudo, na ausência da fidelidade partidária, muitos prefeitos mudaram de partido na gestão 1997/2000. Os partidos que mais se beneficiaram do troca-troca partidário foram o PFL, que obteve 266 prefeituras e o PSDB que obteve 239 prefeituras nos 4 anos seguintes à eleição de 1996. O único partido da oposição que se beneficiou do inchamento partidário pós-eleitoral foi o PPS, que passou de 33 para 150 prefeituras. O crescimento do PPS ocorreu após a filiação e a candidatura do ex-ministro Ciro Gomes. Os partidos que mais perderam prefeituras foram o PMDB (321 prefeituras) e o PDT (207 prefeituras). Outro fator a ser considerado é que o número de municípios aumentou de 5.378 em 1996 para 5.559 no ano 2000, assim como o eleitorado passou de 101.284.121 eleitores em 1996 para 108.494.372 eleitores em 2000. Estes dados são importantes no momento da análise comparativa das duas eleições. Por exemplo, comparando-se os resultados eleitorais do PFL e do PSDB obtidos em 1996 com os resultados de 2000 conclui-se que houve um crescimento destes partidos, mas em relação ao número de prefeituras que estes partidos controlavam em setembro de 2000 percebe-se que eles saíram perdendo das urnas em outubro de 2000. Isto quer dizer que estes partidos incharam entre uma eleição e outra devido à força da estrutura do governo federal. Pelo critério de prefeituras conquistadas em relação ao mês anterior o PMDB foi o partido que apresentou o maior ganho e, no bloco da oposição, foi o PT e não o PPS que apresentou o melhor desempenho. Numa

análise agregada, podemos ver que o bloco da situação possuía 81,4% das prefeituras, inchou para 81,5% e caiu ligeiramente para 81,2% nas eleições de 2000. No bloco da oposição, o percentual de prefeituras conquistadas quase não se alterou, passando de 13,6% em 1996 para 13,8% em 2000. Neste campo, o partido que mais perdeu com o troca-troca partidário foi o PDT refletindo a perda de legitimidade de sua principal liderança, o ex-governador Leonel Brizola. Assim, não resta dúvida que o partido que mais cresceu foi o PT, apesar de controlar apenas 3,3% da prefeituras do país.

Refletindo a hegemonia do número de prefeitos conquistados no ano 2000, o bloco da situação conquistou 44.475 vereadores (73,8% do total) e obteve 64,55% dos votos válidos nas cidades onde disputou o primeiro turno e a oposição conquistou 10.535 vereadores (17,5% do total) e obteve 29,23% do votos válidos. Como era de se esperar este percentual de votos do bloco situacionista foi menor que o percentual de deputados que possuem na Câmara, mas foi maior que os 53,1% dos votos obtidos por FHC no primeiro turno das eleições presidenciais de 1998. Em termos absolutos, o bloco da situação obteve 54,8 milhões de votos no primeiro turno das eleições de 2000 enquanto a oposição obteve 24,5 milhões de votos. Isto quer dizer que os partidos da situação obtiveram o número maior de votos que o presidente FHC obteve em 1998 e os partidos da oposição obtiveram um número bem menor que a votação de Lula e Ciro Gomes em 1998. A razão para este fato se deve, em primeiro lugar, à maior presença dos partidos governistas no conjunto dos municípios, em particular naqueles menores e, em segundo lugar, ao fato da eleição local se reger por critérios de escolha diferentes daqueles da eleição nacional.

Tabela 2

Prefeituras dos 10 maiores partidos em 1996, setembro de 2000 e outubro de 2000

Vereadores e percentagem de votos válidos no 1º turno das eleições 2000

Partidos	Prefeitos 1996	% Total	Prefeitos 09/2000	% Total	Prefeitos 10/2000	% Total	Número Vereadores	% votos Válidos
PMDB	1295	24,1%	974	17,5%	1253	22,5%	11.373	15,69
PFL	934	17,4%	1200	21,6%	1027	18,5%	9.649	15,35
PSDB	921	17,1%	1160	20,9%	987	17,8%	8.516	15,99
PPB	625	11,6%	634	11,4%	617	11,1%	7.062	8,05
PTB	382	7,1%	343	6,2%	397	7,1%	4.988	6,84
PDT	436	8,1%	229	4,1%	287	5,2%	3.765	6,63
PL	222	4,1%	218	3,9%	233	4,2%	2.887	2,96
PPS	33	0,6%	150	2,7%	177	3,2%	2.563	4,02
PT	110	2,0%	107	1,9%	174	3,1%	2.485	13,96
PSB	150	2,8%	131	2,4%	131	2,4%	1.722	4,42
Situação	4379	81,4%	4529	81,5%	4514	81,2%	44.475	64,88
Oposição	729	13,6%	617	11,1%	769	13,8%	10.535	29,03
TOTAL	5378	100,0%	5559	100,0%	5559	100,0%	60.287	100,0%

Fonte: TSE¹⁴

No bloco da situação, o PMDB perdeu muitos prefeitos mas se recuperou em parte nas eleições de 2000, continuando como o partido que controla o maior número de municípios. Isto se deve à sua estrutura e presença em todo o país desde à época que ainda era o MDB e do período da “Nova República” em que elegeu quase todos os governadores do país e obteve, em 1988, 37,4% das prefeituras. Agora no ano 2000, em termos de votos conquistados, existe praticamente um empate entre PMDB, PSDB e PFL, sendo que estes três partidos possuem uma estrutura nacional e juntos obtiveram 46,6% dos votos. O PPB foi o partido da situação que apresentou o pior desempenho nos últimos anos, diminuindo o número de deputados federais que migraram para outros partidos (tinha 60 deputados federais em 1998 e caiu para 47 deputados em 2000), perdeu ainda várias prefeituras pequenas e, principalmente, perdeu a prefeitura de São Paulo, a maior cidade do país. O PL e o PTB não tiveram variações

¹⁴ Não estão computados os municípios que tiveram segundo turno nas colunas de prefeitos eleitos em 2000. Os totais apresentados na última linha da tabela se referem aos totais de municípios e não da soma dos 10 partidos.

substanciais e continuam como partidos médios e sem uma base nacional consolidada. No conjunto, o percentual de votos válidos dos partidos da situação caiu de 70,11% em 1996 para 64,88%.

No bloco da oposição o grande vitorioso foi o PT que passou de 110 prefeituras em 1996 para 174 prefeituras no primeiro turno de 2000, obtendo 13,99% dos votos válidos, quase o dobro do percentual obtido em 1996. A despeito do pequeno número de prefeituras, o PT obteve um percentual de votos semelhante aos dos outros 3 grande partidos da situação. Isto quer dizer que o PT avançou essencialmente nas grandes e médias cidades e se consolidou como o quarto maior partido do país. A maior vitória do PT se deu nas capitais e cidades com mais de 200 mil eleitores como veremos mais à frente. Um fato importante a considerar é que o PT ainda está longe de atingir os percentuais obtidos por Lula nas últimas eleições presidenciais. Já PSB perdeu alguns prefeitos mas continuou com o mesmo potencial de votos e manteve o controle de capitais e cidades importantes. O PPS foi o partido da oposição que vinha apresentando o maior inchaço, devido ao estímulo provocado pela campanha do presidenciável Ciro Gomes, mas não teve um desempenho muito bom nas urnas. Em percentagem de votos conquistados, o PPS ganha do PL mas perde para o PSB. Mesmo o PDT, que vinha sofrendo um esvaziamento acelerado no período pré-eleitoral, conseguiu crescer nas urnas, particularmente no Rio de Janeiro. No conjunto, o percentual de votos válidos dos 4 partidos da oposição aumentou de 24,51% em 1996 para 29,03% no primeiro turno das eleições 2000.

O Desempenho dos Partidos nos Estados

De modo geral, o partido que controla o Governo Estadual saiu-se vencedor no percentual de votos obtidos em cada estado. Por exemplo: o PSDB obteve 38,52% dos votos de Mato Grosso, o PFL obteve 33,27% dos votos da Bahia, o PMDB obteve 43,83% dos votos da Paraíba, o PT obteve 33,05% dos votos do Acre, o PDT obteve 22,96% dos votos do Rio de Janeiro, o PSB obteve 20,37% dos votos de Alagoas. Os partidos dos governadores foram vitoriosos em seus respectivos estados, mostrando a influência da máquina estadual, independentemente da ideologia partidária, no desempenho eleitoral final.

O PMDB, o PFL e o PSDB foram os únicos partidos que elegeram prefeitos em todos os estados. O PT, quarto partido em termos de percentual de votos, não elegeu nenhum prefeito nos estados do Amapá, Amazonas, Roraima, Alagoas e Espírito Santo. Em compensação o PT conquistou 33 prefeituras e obteve o maior percentual de votos (24,77%) de São Paulo, o maior estado brasileiro. Além de São Paulo, o PT teve um desempenho muito bom nos três estados da Região Sul, particularmente no Rio Grande do Sul. Em compensação, o desempenho do PT fluminense foi muito ruim. O partido só elegeu o prefeito de Paracambi, não esteve bem em nenhuma cidade grande do estado e ainda perdeu as prefeituras de Angra dos Reis e Barra Mansa. Em Minas Gerais o PT também não esteve bem, apesar de ter conquistado 34 prefeituras. Obteve apenas 8,82% dos votos estaduais, ficou de fora do segundo turno nas três cidades do interior com mais de 200 mil habitantes e perdeu várias prefeituras importantes. Estes dados mostram que o sucesso do PT não foi homogêneo nacionalmente e que o partido carece de bases mais sólidas em vários estados e nas cidades de menor porte.

Podemos dizer que o peso da administrações estaduais juntamente com o governo federal garantiu a maioria das prefeituras e o maior percentual de votos para os partidos da situação no primeiro turno das eleições 2000. Esta vitória ficou concentrada, majoritariamente, nas cidades menores e nos rincões do país. Mas o bloco governista conseguiu conquistar algumas cidades importantes além de ir para a disputa na maioria das cidades que tiveram segundo turno. Em termos quantitativos, houve uma vitória das forças governistas no pleito de 1º de outubro.

A Política de Cotas

A política de cotas foi implantada pela primeira vez no Brasil em 1996 (Lei 9.100/95) e reservava 20% das candidaturas dos partidos às mulheres. Nas eleições 2000 (reguladas pela Lei 9504/97) a cota passou a 30%. A política de cotas é uma ação afirmativa que visa aumentar a participação feminina no Poder Legislativo. É uma “discriminação positiva” pois pretende corrigir uma discriminação histórica que tem mantido as mulheres longe dos centros de decisão política nestes 500 anos do Brasil. Mas apesar da legislação favorável, nenhum partido conseguiu preencher a cota estipulada. Em 1996, foram lançadas 33.343 candidatas a

vereadoras representado 10,87% do total de candidatos. O número de candidatas subiu para 70.321 mulheres, representando 19,14% do total de candidatos no ano 2000. O número de candidatas dobrou mas ficou longe da meta de 30%. Os partidos continuam discriminando as mulheres e não investem na formação e apoio das candidatas femininas. Muitos partidos lançam candidatas “laranjas”, isto é, lançam nomes de mulheres apenas para preencher a nominata enviada ao Tribunal Eleitoral, mas sem chances reais de vitória. Como resultado, as mulheres continuam excluídas da política e não existe retribuição às suas contribuições à sociedade.

A tabela 3 mostra que, em todo o país, foram eleitas 7.001 vereadoras, o que representa 11,61% do total de 60.287 vereadores. Este número é um pouco superior às 6.536 vereadoras e que representavam 11,12% do total de vereadores eleitos em 1996, segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). O PMDB foi o partido que elegeu o maior número de vereadoras, representando um percentual de 11,72% entre seus vereadores. O PDT foi o partido que elegeu a menor proporção de mulheres entre seus vereadores, cerca de 10%. O PT foi o partido que elegeu a maior proporção de mulheres atingindo 14,08%. Mas, no geral, os partidos continuam apresentando um comportamento misógeno e têm feito pouco esforço para dar um suporte adequado ao combate da discriminação contra as mulheres. Contudo, os dados mostram que a política de cotas tem apresentado resultados positivos no sentido de aumentar o número de mulheres candidatas e o número de eleitas, mesmo que ainda falte muito para se conseguir a paridade do poder entre os sexos.

Tabela 3
Vereadores dos 10 maiores partidos, por sexo, eleitos em 2000

Partidos	Vereadoras	Vereadores	% Vereadoras
PMDB	1.333	10.036	11,72
PFL	1.164	8.482	12,06
PSDB	1.009	7.506	11,85
PPB	837	6.225	11,85
PTB	583	4.405	11,69
PDT	374	3.390	9,93
PL	322	2.566	11,14
PPS	282	2.281	11,00
PT	350	2.135	14,08
PSB	194	1.527	11,27
TOTAL	7.001	53.266	11,61

Fonte: CFEMEA

O Segundo Turno das Eleições 2000

Ao contrário do primeiro turno, houve uma clara vitória das forças de oposição ao governo federal no segundo turno das eleições 2000. A oposição que controlava apenas 7 capitais dobrou sua presença nestes municípios. O PT foi o partido que apresentou o melhor desempenho, pois conservou as duas cidades que administrava (Porto Alegre e Belém) e conquistou outras quatro cidades: São Paulo, Goiana, Recife e Aracajú, marcando presença em todas as regiões do país. O PSB manteve as cidades de Belo Horizonte, Maceió e Natal e ainda conquistou Macapá. O PDT manteve as cidades de Porto Velho e São Luiz. O PPS não conquistou nenhuma capital. O bloco da situação, ao contrário, perdeu cinco das dezenove capitais que administrava. O PFL foi o maior derrotado pois, das seis cidades que controlava, conservou apenas três: Salvador, Palmas e Curitiba. No primeiro turno o PFL perdeu Macapá e, no segundo, perdeu Recife e Rio de Janeiro, ficando completamente afastado da região Sudeste do país. O PPB conservou apenas a cidade de Florianópolis e também saiu bastante enfraquecido se considerarmos que o partido tinha elegido o prefeito da maior cidade do país, São Paulo, em 1996. O PMDB controlava 5 capitais, manteve as administrações de Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa e Fortaleza e perdeu, no primeiro turno, as eleições em Aracajú. Este partido que elegeu maior número de prefeituras ficou totalmente de fora das capitais das regiões Sul e Sudeste. O PSDB conservou o mesmo número de capitais, mas perdeu em uma capital grande, Goiana, e ganhou em uma capital pequena, Boa Vista, mas conservou Teresina, Cuiabá e Vitória. O PL manteve a prefeitura de Manaus. O PTB perdeu a prefeitura de Boa Vista, mas ganhou a prefeitura do Rio de Janeiro. Os cariocas elegeram

César Maia que, mesmo sendo do PTB, fez uma campanha em aliança política com o PPS de Ciro Gomes. Tudo indica que o novo prefeito do Rio de Janeiro vai marchar unido com a oposição à alternativa PSDB/PFL em 2002, apesar de estarmos contabilizando o PTB no bloco da situação.

A Tabela 5 mostra o desempenho dos 10 maiores partidos nas 62 cidades mais importantes do país (as 26 capitais e mais outras 36 cidades com mais de 200 mil eleitores). Em termos de número de cidades, o bloco da situação perdeu para a oposição dez das 42 cidades que administrava. O placar do número de cidades que indicava uma goleada governista de 42 X 18 ficou praticamente empatado em 32 X 28 cidades. Mas a vitória da oposição foi mais significativa se considerarmos o tamanho das cidades. O eleitorado das 42 cidades administradas pela situação no ano 2000 era de 27,2 milhões caindo para 16,6 milhões a partir da posse dos novos prefeitos. No conjunto dos 62 municípios em questão, o número de eleitores das cidades administradas pelos partidos da situação, em consequência das eleições de outubro, se reduziu de 75% para 46%. No outro bloco houve uma vitória inquestionável já que o eleitorado sob administração da oposição passou de 23% para 53% dos 35,4 milhões de eleitores existentes nestas 62 cidades. A oposição não só ganhou nas grandes cidades, mas principalmente nas maiores das grandes. Os partidos que mais perderam foram o PFL e PPB. O grande vitorioso foi o PT que conquistou 27% dos 62 municípios e vai administrar prefeituras que representam 40% do eleitorado destes municípios. Em síntese, a influência do bloco da situação caiu de 75% em 1996 para 46% no ano 2000 e a influência do bloco da oposição subiu de 23% para 53%, no mesmo período. Pode-se dizer, portanto, que a oposição ganhou no segundo tempo do jogo eleitoral, apesar de ter perdido de goleada no primeiro tempo.

Tabela 5

62 cidades (as capitais mais outras 36 cidades com mais de 200.000 eleitores) administradas pelos 10 maiores partidos segundo as eleições de 1996 e 2000

Partidos	Cidades que governavam em 2000	que Eleitorado destas em cidades	Prefeituras obtidas em 2000	Eleitorado destas cidades a partir de 2001
PSDB	14	4565404	12	3568542
PMDB	13	4601554	10	4063195
PFL	6	7911018	4	2849065
PPB/PTN	5	8.624.393	2	558135
PTB	2	540270	3	4887757
PL	2	963872	1	760925
Situação	42	27206511	32	16687619
PT	5	2689441	17	14418076
PDT	7	2307898	4	1319613
PSB	5	2884201	4	2483911
PPS	1	444319	3	907765
Oposição	18	8325859	28	19129365
TOTAL	62	36395884	62	36395884

Fonte: baseado em: www.uol.com.br/fernandorodrigues

Perspectivas para 2002

As eleições municipais não decidem uma eleição presidencial, mas podem ser um termômetro das tendências atuais do eleitorado. Nas últimas pesquisas de intenção de votos os presidenciáveis Lula, Ciro Gomes e Itamar estavam, respectivamente, em primeiro, segundo e terceiro lugares. Lula saiu muito fortalecido das urnas não só pelo montante de votos obtidos pelo PT, mas principalmente pelo PT ter se consolidado como a maior força eleitoral nas grandes cidades e, especialmente, em São Paulo. Em importantes cidades paulistas o PT superou seus índices históricos de votação, mostrando que o partido soube conquistar novas parcelas do eleitorado. Ciro Gomes sofreu um grande revés em Fortaleza pois a candidata do seu partido (sua ex-esposa) ficou em quarto lugar em uma cidade que é a base eleitoral do ex-prefeito e ex-governador do Ceará. Além disto o PPS obteve apenas 4,2% dos votos válidos em 1º de outubro e não teve o crescimento esperado, uma vez que possuía 150 prefeituras em setembro de 2000 e passou para 177 no primeiro turno. Entre as 62 cidades mais importantes

o PPS elegeu apenas 3 prefeituras. Na cidade de São Paulo o presidenciável Ciro Gomes saiu enfraquecido com o quarto lugar obtido pela chapa encabeçada por Luísa Erundina com o vice do PPS. Em compensação, o PPS se redimiu com a vitória de César Maia no Rio de Janeiro. No cômputo geral, o PPS não conseguiu crescer no eleitorado de esquerda, enquanto o PT avançou sobre o eleitorado de centro-esquerda. O governador de Minas, Itamar Franco (sem partido), saiu enfraquecido pois a vitória do PMDB em Minas deve ser capitalizada pelo vice-governador Newton Cardoso. Em Belo Horizonte houve uma vitória do PSB em aliança com o PT. Caso o governador Itamar se filie ao PSB para disputar as eleições de 2002 ele vai ter que dividir com o PT a disputa dos votos de oposição em Minas Gerais. Por fim, o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, outro possível candidato do campo da oposição, que conseguiu o maior percentual de votos do estado no primeiro turno, saiu muito enfraquecido do segundo turno. Sua saída do PDT torna o seu futuro incerto e dificulta uma articulação para sua candidatura à presidência em 2002. Neste sentido, no campo da oposição ao governo FHC, dificilmente vai haver unidade no primeiro turno das próximas eleições presidenciais, podendo existir uma unidade caso haja segundo turno.

No bloco governista a situação está mais indefinida. O PSDB, partido do presidente FHC, obteve o maior percentual de votos, mas não saiu bem no estado de São Paulo, o que prejudica as possíveis candidaturas do governador Mário Covas e dos ministros José Serra e Paulo Renato. Outro presidenciável do PSDB que não se saiu bem foi o governador do Ceará, Tasso Jereissati.. O PFL do senador Antônio Carlos Magalhães mostrou a sua força na Bahia mas saiu bastante enfraquecido do segundo turno com a perda das prefeituras do Recife e Rio de Janeiro. O enfraquecimento do PFL prejudica também a candidatura da governadora do Maranhão, Roseana Sarney. O PMDB além de vir perdendo força nos últimos anos é um partido muito dividido e que, apesar de sua estrutura nacional, teve dois fracassos retumbantes com as candidaturas de Ulisses Guimarães e Orestes Quércia. Neste sentido, dificilmente a candidatura do senador Pedro Simon conseguirá unir o partido e se consolidar como uma alternativa viável. O PPB não possui estrutura partidária nacional nem apelo eleitoral suficiente para apagar a imagem negativa do seu principal líder, Paulo Maluf. O PTB e o PL que foram colocados aqui no bloco da situação podem engrossar o campo da oposição com o primeiro apoiando o candidato Ciro Gomes e o segundo apoiando o candidato Itamar Franco. O amplo arco de aliança que elegeu o presidente Fernando Henrique em 1998 dificilmente será repetido. No bloco governista, a precedência da candidatura é do PSDB que encabeça a atual aliança de poder e que teve maior percentual de votos. Mas o partido ainda não conseguiu achar um candidato que possa sair-se bem junto à opinião pública ao mesmo tempo que seja capaz de manter o bloco da situação unido. O ministro Pedro Malan dificilmente será este nome. A atual dispersão de forças mostra que nenhum partido da atual base governista tem condições de sair sozinho com um candidato competitivo, mas a unidade de todo o bloco está difícil de ser construída haja visto a briga pela eleição dos presidentes do Senado e da Câmara Federal.

Na situação atual, a soma dos percentuais de votos da eleição 2000 dão vantagem ao bloco governista, mas a oposição ganhou nas grandes cidades e pode difundir sua influência sobre os demais municípios. Existe uma dificuldade comum que é achar um candidato que una a oposição e outro que una a situação. Se cada partido lançar o seu próprio candidato a próxima eleição presidencial fica totalmente indefinida. Neste sentido, a política de alianças, nos próximos dois anos, vai estar no centro do jogo político para a definição de quem vai ocupar o Palácio do Planalto.

Análise Geral e Conclusões

As eleições municipais de 2000 não tiveram, em geral, um caráter plebiscitário, pois a maioria dos pleitos foram regidos por temas locais e influenciados por injunções políticas paroquiais. Todavia o desgaste político do governo federal contribuiu para o crescimento da oposição. Desde a desvalorização do Real, em janeiro de 1999, a rejeição ao governo FHC tem se mantido elevada. O desemprego, o baixo valor do salário mínimo, a pobreza, a elevação dos índices de violência dentre outros fatores contribuíram para que as forças de oposição conquistassem as capitais com maior densidade eleitoral. Contudo, o bloco governista ainda ficou com cerca de quatro quintos das prefeituras e dois terços dos votos do país, sendo que no bloco governista o PSDB foi o partido que apresentou melhor desempenho. As tentativas de federalizar as eleições municipais através de um discurso anti-governista tipo “contra-tudo-isto-que-está-aí” não teve apelo eleitoral, como provam o baixo apoio obtido, à direita, pelo ex-

presidente Fernando Collor em São Paulo e, à esquerda, pelo ex-governador Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Foram amplamente derrotados, também, os partidos nanicos de esquerda que centraram suas campanhas no “Fora FHC” e não apresentaram propostas concretas para os municípios.

A grande novidade das eleições 2000 foi o crescimento do PT. O Partido dos Trabalhadores mostrou a sua viabilidade política como um partido parlamentar que respeita as regras democráticas e busca chegar ao poder pela via eleitoral. Surgido no bojo da luta contra a ditadura militar o PT nasceu da junção de três forças: o sindicalismo de oposição, as organizações de esquerda que estavam na clandestinidade antes da anistia e dos setores da “esquerda religiosa”. Durante muito tempo o PT se perdeu em infinitas discussões sobre as táticas de ação direta e ação parlamentar. Nos seus 20 anos de existência, o PT foi aprimorando seu discurso e sua prática e se apresentou nestas eleições com um perfil bem definido e uma atuação centrada em quatro pontos: 1) Soube capitalizar o sentimento de oposição às políticas do governo FHC; 2) Soube capitalizar a insatisfação popular com os políticos tradicionais e a insatisfação com a corrupção na política e a impunidade dos envolvidos. O PT se mostrou mais preparado no quesito honestidade e para enfrentar a questão da ética na política; 3) Soube apresentar propostas para a gestão municipal como: orçamento participativo, bolsa escola, renda mínima, banco do povo, primeiro emprego, abrigo para as mulheres vítimas de violência etc; 4) Soube construir uma política de alianças mais ampla, abandonando o sectarismo e aceitando compor chapas mesmo que em posição minoritária. Mas, a despeito do alto crescimento nacional, o partido possui algumas fraquezas evidentes: não conseguiu eleger sequer um prefeito nos estados de Amapá, Amazonas, Roraima, Alagoas e Espírito Santo. No Rio de Janeiro perdeu as prefeituras de Angra dos Reis e Barra Mansa. Em Minas Gerais, apesar de ter conquistado 34 prefeituras, só conseguiu reeleger 11 das 27 prefeituras que administrava. Ou seja, como qualquer partido, o PT tem dificuldade para manter o eleitorado conquistado em diversas cidades. No geral, o PT fracassou onde predominou as disputas internas do partido e onde saiu sozinho contra uma oposição unida.

De qualquer forma, o PT conseguiu crescer junto ao eleitorado de centro-esquerda e se consolidar como o quarto partido nacional. Em São Paulo, por exemplo, o PT aproveitou-se do declínio do malufismo (PPB), do quercismo (PMDB), e do desgaste do governador Mário Covas (PSDB) para se tornar a primeira força eleitoral do estado. Isto abre espaço para que o partido conquiste o governo do maior estado da Federação em 2002. Outro fator importante é que o PT se consolidou como o maior partido de oposição ao Governo Federal, conquistando uma fatia do eleitorado que estava em disputa com outras candidaturas como as de Ciro Gomes, Itamar Franco, Leonel Brizola e Garotinho. Tudo isto fortalece o candidato Lula que, apesar das três derrotas sucessivas, permanece com os maiores índices de intenção de votos em todas as pesquisas eleitorais. Nas eleições anteriores Lula sempre foi maior do que o PT servindo como referência para o eleitorado. Agora o PT se aproxima dos índices do candidato Lula (principalmente nas médias e grandes cidades) e pode ser o fator novo que faça a diferença na próxima eleição presidencial. Todavia, dois fatores vão ser decisivos para o pleito de 2002: o comportamento da economia e a política de alianças. A preservação da unidade tanto no bloco da situação quanto do bloco da oposição vai ser decisiva para os resultados de 2002. A política de alianças se dá em três turnos: no primeiro existe uma aliança programática, no segundo, existe uma aliança em torno de um campo de atuação política e no terceiro, após a vitória eleitoral, existe uma aliança em torno da governabilidade.

Assim como os temas federais não foram decisivos nas eleições municipais as eleições municipais podem não ser decisivas nas eleições para presidente em 2002. A fragmentação das forças políticas torna nebulosa qualquer análise prospectiva e como dizia um velho ditado mineiro, a política é como as nuvens que mudam de formato com muita rapidez. O desafio maior dos novos prefeitos vai ser administrar prefeituras com dívidas enormes e grandes problemas sociais, procurando administrar com eficiência os poucos recursos no meio da escassez orçamentária. A aliança governista vai tentar dar uma sobrevivida ao seu modelo de abertura comercial e financeira com endividamento interno e externo. Este modelo é muito vulnerável aos “humores” da economia internacional. As forças de oposição vão ter que dar respostas às demandas municipais ao mesmo tempo que constroem um projeto nacional alternativo. A opinião pública dirá em 2002 quem ela julga mais capaz de dar uma direção ao Brasil no primeiro governo eleito no século XXI.

**TEMA I - POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO,
CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, C&T, CO-MUNICAÇÃO, AGRÁRIA,
SEGURIDADE SO-CIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA,
GENERO E CLASSE**

TEXTO 5

Diretoria do Andes-SN

Reforma do Estado e Política Educacional

TEXTO APOIO

Os programas de estabilização e reforma econômica, aplicados nos países latino-americanos, alteraram de forma dramática os processos educacionais no campo das concepções e das políticas concretizadas nos anos 90.

Com o governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil se consolida como laboratório para as reformas neoliberais. Comprometido com as classes dominantes brasileiras e com o capital financeiro internacional, aprofundou a implementação, através do Plano Real, de um modelo econômico que assume proporções desastrosas, sem precedentes na história do país: desemprego, salário mínimo de fome, arrocho salarial para o funcionalismo público, ampliação da concentração de renda e da propriedade agrária, deterioração da vida social nos grandes centros com o aumento da violência, da mendicância e da criminalidade.

O ajuste fiscal, exigência dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), implica, cada vez mais, o aprofundamento de um Estado descomprometido quanto às políticas sociais. Seu papel de financiador da saúde e da educação é transferido para a iniciativa privada. Isso se traduz no 84º lugar mundial, quanto a financiamento de educação, ao nela aplicar menos de 4% do PIB.

Não faltam dados e informações que evidenciam um projeto deliberado de destruição da educação pública em nosso país, dos quais indicamos uns poucos: com uma população já próxima dos 170 milhões de habitantes, pelo menos, 19,5 milhões de brasileiros permanecem analfabetos; desses, aproximadamente 5,5 milhões estão na faixa de escolarização obrigatória (7 a 14 anos). Dos mais de 22 milhões de crianças entre 0 e 6 anos de idade, menos de 5 milhões estão matriculados na educação infantil (creches e pré-escola). Há, no mínimo, 350 mil professores(as) atuando na educação básica, sem a necessária formação, e 2,5 milhões de crianças, entre 7 e 14 anos, sem as necessárias vagas escolares.

O percentual de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio é de apenas 30%; o conjunto de habilitações profissionais (magistério e técnicas) de nível médio registrou apenas 490 mil concluintes em 1996, com alta tendência à redução desse número, dados os obstáculos criados, desde de 1997, pela legislação que reforma a educação profissional: as modalidades de ensino introduzidas a partir do Decreto 2208, de abril de 1997, acabam por descaracterizar a educação profissional de qualidade, com a introdução de cursos técnicos modulares, de curtíssima duração, centrados em treinamento de habilidades, destituídos de formação humanística; a evasão nos cursos de concomitância externa e pós-médios evidencia a irracionalidade desse tipo de política para a educação técnica e tecnológica, quando cursos e disciplinas de determinado período são extintos em decorrência da elevada desistência.

Na educação superior o engajamento é ainda mais baixo: somente 11,7% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados em cursos de graduação; diferentemente do propalado pela mídia brasileira, para “justificar” os poucos recursos para a educação superior, o Brasil é um dos países do mundo que aí menos investe: o custo aluno/ano, no Brasil, é de US\$ 4,7 mil; nos Estados Unidos é de US\$ 11,8 mil; no Canadá US\$ 12,3 mil; e na Alemanha US\$ 6,5 mil. Além do pequeno investimento estatal, há crescente incentivo do poder público à prevalência do setor privado em área que deveria ser considerada estratégica para o desenvolvimento do país.

Se considerarmos apenas o primeiro mandato de FHC, registramos: 68 universidades públicas (39 federais, 25 estaduais, 4 municipais) em 1994; em 1998, chegamos a 77: as mesmas 39 federais, além de 30 estaduais e 8 municipais. Se acrescentarmos outros tipos de IES (centros universitários, faculdades integradas e estabelecimentos isolados), esse número passa para 57 federais, 73 estaduais e 88 municipais, em 1994. Não houve expansão, em

1998, entre as IES federais, mantendo-se as 57 anteriores; ainda que duplicando o número de suas universidades, a esfera municipal perdeu 14 IES de outros tipos, fechando 1998 com 78 estabelecimentos municipais de ensino superior; criou-se, no período, apenas uma nova estadual, passando a 74. Em resumo, no período 1994-1998, o setor público encolheu mais de 4% (de 218 para 209 IES públicas). No mesmo período, as IES privadas (universidades, centros universitários e escolas isoladas) passaram de 633 para 764, apontando, pois, expansão de 20,7%. Vale registrar, ainda, que, somente entre 1998 e 1999, houve aumento percentual total de matrículas da ordem de 11,8%, com expansão destacada no setor privado (16,9%, contra 8,4% nas federais e 10,3% nas estaduais, no mesmo período de 1 ano), o qual detém cerca de 60% das matrículas no ensino superior. Comparem-se esses índices a resultados de pesquisas sobre perfil de vestibulandos, realizadas por grupos da maior respeitabilidade acadêmica, evidenciando, diferentemente dos argumentos governamentais, que as IES públicas *não são* apenas ou majoritariamente freqüentadas por uma elite composta de alunos com alto padrão de vida, oriundos de escolas particulares de qualidade. Esses resultados são confirmados, por exemplo, por estudos da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado (ABIPEME), apontando que 82,4% dos calouros de 1999 pertencem às classes B e C, contra 13,6% da classe A e 4% das classes D e E.

Esse modelo de expansão - privatista e excludente - não comporta o princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, já que cada um desses elementos se constitui em objeto de compra e venda nos mercados da educação e da ciência, em especial na educação superior e na educação profissional, onde o conceito e o significado de público e privado se imbricam incestuosamente: no interior das IES públicas, a mudança estrutural em curso vai ampliando as transformações das relações acadêmicas em consonância com a racionalidade capitalista. Não sem razão o sintomático Decreto 2.306, de 18 de agosto de 1997, cuida de conceituar e diferenciar *IES públicas* [art.5º], *IES privadas sem fins lucrativos* [art. 6º] e *IES privadas com fins lucrativos* [art. 7º], essas últimas “submetidas ao regime da legislação mercantil (...) como se comerciais fossem, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual.”.

Esse processo reformista exigiu a construção de uma nova configuração jurídica, representativa do ideário neoliberal para a educação, cuja expressão legal mais recente - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96) e suas regulamentações - vem afetando a autonomia das instituições e sua democracia interna, as relações de trabalho e interpessoais, as definições didático-pedagógicas, a gratuidade da educação, a produção científica, a formação integral dos estudantes. Ambas – a reforma e sua base legal – integram, no Brasil, o conjunto de estratégias mundializadas de enfrentamento da crise da acumulação do capital, através das restrições de gastos com as políticas sociais, em geral, e as políticas educacionais, em particular.

Ainda com relação à educação superior, observa-se a “identidade” entre a visão de autonomia universitária proposta pelo MEC e a definida pelo Banco Mundial para países de diferentes continentes, reiterada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras agências internacionais de financiamento e assistência. São sucessivos projetos e propostas do governo federal, os quais direta ou indiretamente vão configurando e dando concretude àquela visão de autonomia; inicialmente, a “autonomia” das universidades federais, nos termos definidos na LDB, mediante “contrato de desenvolvimento institucional”, variação semântica dos “contratos de gestão”, e redefinição das relações de trabalho via “emprego público”. Suas repercussões já afetam várias IES estaduais.

Três pilares dão sustentação à reforma imposta às universidades brasileiras: *autonomia* como sinônimo de *privatização*; *diretrizes curriculares* e *avaliação*, que, segundo CHAUI (1999) são introduzidas através de termos como “qualidade universitária”; “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade”.

A concepção de *autonomia* do governo é reduzida à gestão de receitas e despesas, de acordo com o “contrato de desenvolvimento institucional” pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinarão a renovação ou não do contrato. Assim, a autonomia, na prática, significa autonomia financeira, ou nas palavras de CHAUI (1999) “*gerenciamento empresarial da instituição e prevê autonomia para captar recursos de outras fontes fazendo parcerias com as empresas privadas.*”.

De acordo com as orientações do Banco Mundial (1994:28-29, grifos nossos) para a educação superior é essencial:

”- *fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas;*

- proporcionar incentivos para que as instituições diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo a participação de estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados;

- redefinir a função do governo no ensino superior;

adotar políticas destinadas a outorgar prioridades nos objetivos da qualidade e da equidade.”.

Graças à folgada correlação de forças no Parlamento e ao forte apoio da mídia, tem sido fácil para o governo viabilizar essas orientações de retraimento do setor público, no plano financeiro. O caso das IFES é exemplar:

“ ... tanto os montantes globais quanto os percentuais dos gastos do governo federal com as IFES em relação aos gastos dos recursos educacionais vinculados aos impostos diminuíram de R\$ 7.926 milhões (22% do total gasto em educação) em 1995, (...) para R\$ 7.247 milhões (19,9% do total gasto em educação), em 1999, numa redução no período de mais de 9,5% esses valores.”. (SGUISSARDI, 2000:19).

Essa concepção de autonomia, mesmo sem apresentação do projeto do governo ao Congresso Nacional, vem sendo implementada aos poucos no interior das IES públicas, através de uma diversidade de ações adotadas pelas reitorias e acatadas por grupos de docentes que passaram a aceitar a idéia de *modernização racionalizadora* pelas vias da privatização e da terceirização da atividade universitária.

Como parte dessas ações, as universidades públicas têm firmado convênios e contratos com empresas privadas para a realização de pesquisas e prestação de serviços; introduzido cobranças de taxas para cursos de pós-graduação; promovido a venda de “pacotes de treinamento” e cursos de licenciaturas para prefeituras do interior dos Estados com recursos do FUNDEF (destinado especificamente ao ensino fundamental). Com isso, consagra-se a idéia da universidade “moderna e produtiva”, essencialmente “prestadora de serviços” através do sistema de “cooperação entre a universidade e a sociedade civil”, desresponsabilizando o poder público de parte cada vez maior de seu custeio. Resta indagar: a crise das universidades públicas está sendo resolvida com os recursos assim arrecadados? Quem realmente tem-se beneficiado com esses recursos “externos”? Que uso tem sido feito desses recursos? Que controles existem sobre esses processos de captação e gestão financeira?

Evidencia-se, assim, que o governo brasileiro formula a “sua” política educacional segundo definições e supervisão do Banco Mundial, cujas diretrizes pretendem que a administração de uma instituição educacional pública se comporte no mesmo padrão de gerenciamento de uma empresa privada cujos objetivos, sabidos de todos, são a *produtividade* e o *lucro*. Ao tratar a educação como mercadoria, sob a lógica do mercado, introduzem concepções tecnicistas de qualidade e eficiência do sistema (produtividade e qualidade total), condicionando a alocação de recursos financeiros tanto à (pseudo)avaliação quantitativa do trabalho docente e da produção acadêmica individual como à (pseudo)avaliação institucional e à captação, pela instituição, de recursos no setor privado. Concedem uma (pseudo)autonomia aos dirigentes das instituições públicas, subjugados pelo executivo. Nesse último caso, em se tratando de educação superior, a conduta governamental fere o dispositivo constitucional sobre autonomia universitária.

Do ponto de vista da gestão, vale destacar a combinação de dois esquemas lógicos, aparentemente contraditórios: a centralização e a descentralização. Esta última tem sido particularmente enfatizada, pelos articuladores das orientações neoliberais no Brasil, como crucial à implementação da reforma educacional. De fato, tem-se verificado um intenso incentivo à descentralização de funções e de responsabilidades, como a estadualização de instituições federais e a municipalização das estaduais; alocações e gestão financeiras cada vez mais micro-localizadas (como “dinheiro diretamente na escola”), corrigindo as ‘distorções’ decorrentes do ‘centralismo estatal’; a flexibilização das relações de trabalho, a diversificação de carreiras e formas contratuais conduzindo à desarticulação dos processos unificados de negociação sindical. Por outro lado, simultaneamente, há poderosas estratégias centralizadoras em curso, focadas no controle pedagógico, como os programas nacionais de avaliação dos sistemas educacionais (Exame Nacional de Cursos – o “Provão”; SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica; ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio); o planejamento ultra-centralizado das reformas curriculares, onde se definem os conteúdos (supostamente) básicos de um currículo (supostamente) nacional (Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação); e, fechando o círculo, os programas nacionais de formação inicial e continuada de professores que atuarão como estritos implementadores das citadas reformas

curriculares, modelando-lhes o comportamento “tarefeiro”, gerando a sua desqualificação gradativa, alienando-os dos processos de concepção e controle do seu trabalho.

Como afirma GENTILI (1998:14), “a saída que o neoliberalismo dá à crise educacional é produto da combinação de uma dupla lógica, centralizadora e descentralizadora: *centralização* do controle pedagógico (em nível curricular, de avaliação do sistema e de formação de docentes) e *descentralização* dos mecanismos de financiamento e gestão do sistema.”.

Se, de um lado, essas questões relativas à autonomia e à gestão exigem intensificação de enfrentamento, de outro lado, o problema da democratização do ensino superior brasileiro é histórico, bem concreto e tende a agravar-se diante do quadro apresentado. Ao longo do tempo, a ampliação das vagas e a criação das condições de acesso a esse nível de ensino se deu em função das lutas sociais, das reivindicações da classe trabalhadora. Todavia, a sua viabilização tem sido marcada pelo favorecimento, por parte do setor público, das instituições privadas, as quais têm, mais e mais, tomado a si a tarefa de suprir tal demanda; o poder público tem, assim, privilegiado o empresariado educacional, ao conter recursos e investimentos para a ampliação da oferta de vagas públicas em quantidade suficiente e qualidade adequada às necessidades indicadas pela população.

Exigências e imposições dos organismos internacionais têm estado, não é de hoje, nos bastidores das políticas de governo: os acordos MEC/USAID na década de 60 são substituídos pelos do Banco Mundial nos anos 90. Como já citado, em 1998, registrava-se um engajamento da ordem de 11,7% nos *cursos de graduação*, considerada a população de 18 a 24 anos, marca essa a ser urgentemente superada para cumprir determinações do BM. Com efeito, a década de 90 foi marcada por tentativas nesse sentido, equivocada ou enganosamente denominadas “democratização” de acesso ao ensino superior, muitas das quais introduzidas pela LDB, a partir de 1996. As matrículas no ensino superior, em 1998, aumentaram cerca de 31% em relação a 1994. Vale notar que esse incremento se dá em época de intensa expansão e de subvenção pública do setor privado; de igualmente intensa contenção dos investimentos combinada ao claro incentivo a formas de privatização nas IES públicas; da desenfreada implementação de outras modalidades de ensino superior – como os cursos seqüenciais, cujos índices de matrícula irão falsear consideravelmente a realidade, já que aparecem como engajamento no ensino superior, sem se informar que não se trata de cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e formação profissional específica) – como ainda de introdução de novas formas de oferecimento desse nível de ensino previstas na LDB – como os cursos à distância, em assustadora proliferação; de utilização dos resultados do ENEM (o questionado e questionável Exame Nacional do Ensino Médio) como um dos instrumentos de ingresso em IES – em considerável número de IES privadas essa tem sido a única exigência; de restabelecimento de várias formas de crédito educativo, dessa forma indiretamente destinando recursos públicos majoritariamente ao setor privado; e, mais recentemente, pelas iniciativas de parlamentares legislando sobre a destinação de 50% das vagas das IES públicas para alunos que tenham cursado toda a educação básica em escola pública.

Essas políticas têm sido criadas e implementadas verticalmente, à revelia dos educadores e sem qualquer diálogo com a comunidade acadêmica envolvida com pesquisa e gestão educacional. Do ponto de vista político-pedagógico, são medidas fragmentadas, aligeiradas, de clara orientação tecnicista, que, em nome da modernidade e da racionalidade técnica, claramente se subordinam a interesses de mercado; assim, sua qualidade pedagógica e social é muito questionável. Já a reserva de vagas, a par de sua inconstitucionalidade, tem feições de medida demagógica, de um “temporário” que poderá se eternizar; não contempla, nos projetos de lei em tramitação, previsão de recursos para sua implementação; e, muito mais sério, viola flagrantemente a autonomia universitária.

Essas medidas, na verdade, não incidem sobre o problema concreto, cujas soluções somente serão de fato buscadas mediante: (a) respeito ao dispositivo constitucional que trata da gratuidade do ensino em escolas oficiais; (b) expansão das vagas necessárias tanto no ensino médio como na educação superior estatais; (c) investimentos adequados e suficientes nesses níveis de ensino, exclusivamente em estabelecimentos públicos; e (d) valorização real dos profissionais que atuam em todos os níveis educacionais, como garantia de qualidade de todo o percurso acadêmico do alunado. Essas diretrizes políticas poderão garantir não apenas a democratização do acesso à educação superior, como ainda a permanência no sistema e a conclusão bem sucedida de parcela significativamente maior de nossa população.

Em relação à *flexibilização*, o governo defende, no plano trabalhista, a eliminação do regime jurídico único de trabalho, substituindo-os por contratos flexíveis, como os previstos na

lei que cria o emprego público na administração federal. É interessante registrar que a figura do 'emprego público' foi assimilada, como prática de gestão de pessoal, por muitas administrações estaduais e municipais, desde 1996, tão logo começou a ser divulgada pelo governo federal. Defende, ainda, no plano pedagógico, uma suposta flexibilização dos currículos – apresentada pelo MEC através dos já citados 'parâmetros curriculares' do ensino fundamental e das 'diretrizes curriculares' do ensino médio e dos cursos superiores de graduação - para que sejam adaptados às demandas de uma sociedade de 'economia emergente'. Com base no referencial explicitado nos documentos do Banco Mundial, as diretrizes curriculares gerais para os cursos de graduação, bem como os 'parâmetros curriculares nacionais' para o ensino fundamental, considerado nesse último caso o papel das IES como centros de formação de educadores, evidenciam algumas características em torno das quais o ANDES SN deve aprofundar o debate, apropriando-se de seu significado e avaliando seus impactos e conseqüências na educação brasileira, em geral, e na superior, em particular: claramente apresentam a educação, em todos os seus níveis e modalidades, como bem de consumo; expressam a concepção instrumental da autonomia preconizada pelo MEC; priorizam a quantidade em detrimento da qualidade; estimulam as formações específicas, aligeiradas e cunho técnico em detrimento e desvinculadas das formações gerais, propedêuticas; incentivam a fragmentação e a pulverização da formação acadêmica, impedindo a construção de projetos profissionais vinculados a projetos de sociedade. Tais características estão presentes na totalidade da reforma da educação, reproduzindo-se em processos particulares que não podem ser analisados sem que se leve em conta a diversidade de componentes constitutivos dessa totalidade.

Sobre *qualidade*, o governo a define como competência e excelência, desde que atenda às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social e seja passível de aferição de produtividade através de três critérios: *quanto* produz; em que *tempo* produz e qual o *custo* do que produz. Em total coerência com a lógica subjacente a tal concepção de qualidade, o "produto" e sua finalidade ou destinação não são pertinentes ou relevantes: o trabalho docente é afetado e desvalorizado, despojado, em grande medida, de sua autonomia, passando a ser controlado, adequado e uniformizado segundo aqueles critérios de produtividade. A (pseudo)avaliação do trabalho docente, por exemplo, passa a ser feita através de instrumentos e procedimentos que tornam operacionais aqueles critérios, como é hoje o caso da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) nas instituições federais de ensino, as quais já vêm sendo progressivamente implementadas, sob outras denominações, nas esferas estadual e municipal.

São muitas e muito destrutivas as mudanças que foram impostas à educação e ao trabalho docente, ao longo dos últimos dez anos. Há, todavia, um histórico movimento de resistência tanto às imposições e determinações sobre o fazer profissional da categoria docente como aos projetos do governo que visam o desmonte da educação pública de qualidade, a precarização das relações trabalhistas e, no limite, a privatização total do ensino superior público, com graves conseqüências para a sociedade.

Diante desses vários processos de destruição da educação e da sociedade, esse movimento tem produzido coletivamente propostas alternativas para o enfrentamento e a superação da crise da educação em nosso país. Três registros precisam ser feitos, nesse sentido: o *Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, elaborado coletivamente por nosso Sindicato como contribuição ao amplo debate nacional que seguiu o processo constituinte de 1988 (*Revista Universidade e Sociedade*, nº 1, 1991); a *Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2, 1996)*, projeto coletivo do movimento docente elaborado ao longo de anos, e o *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira*, construído coletivamente durante a realização do I e II Congressos Nacionais de Educação, em Belo Horizonte (MG), nos anos de 1996 e 1997, respectivamente. O primeiro, em ampla medida, serviu de referência ao segundo; e este último ao *PNE da sociedade*, nas proposições sobre educação superior apresentadas por nosso Sindicato e encampadas pelas entidades, movimentos sociais e demais organizações integrantes do *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública*. Os três são marcos referenciais de nossa luta, fundados nos princípios de democracia, igualdade e qualidade social da educação, entendendo-a como direito de todos e dever do Estado. Essa produção se contrapõe, como ideário de nosso movimento docente, ao conjunto de concepções e ações governamentais em curso.

O cerne da proposta do nosso Sindicato para a universidade brasileira é a concepção de *padrão unitário de qualidade (Cadernos ANDES, nº 2, p.15-17)*, alicerçada em um conjunto de princípios:

- a) Ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;
- b) Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- c) Democratização interna e liberdade de organização;
- d) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- e) Condições do trabalho docente.”

A defesa intransigente da educação pública em geral e, em especial, do ensino superior, público e privado, de qualidade social, implica uma luta contínua pelos princípios que fundamentam o *padrão unitário de qualidade* e, necessariamente, inclui tanto as relações da educação superior com os demais níveis e modalidades de ensino, como as contribuições para a superação das dificuldades nacionais e diferenças regionais quanto ao desenvolvimento econômico e social, através da produção de conhecimento crítico e inovador, e, ainda, o cumprimento de seu papel como instituição social de interesse público, colocando-se a serviço do aperfeiçoamento da sociedade e da melhoria da qualidade de vida da maioria da população.

Dar curso a esse projeto, buscar a concretização dessas propostas exigem uma mudança total nas estruturas de poder e de produção do país; requerem a ampliação da resistência organizada; exigem o combate férreo às ingerências dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, e àqueles que, em flagrante *crime de lesa-sociedade*, as adotam como políticas nacionais.

Se a educação é, na nossa concepção, um instrumento de formação ampla, de luta pela emancipação humana, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um novo projeto de sociedade; se fomos capazes de expressar essa concepção na construção coletiva dos três grandes marcos referenciais de nosso Sindicato para a educação, seremos capazes, também, de construir - em suas dimensões econômica, social, cultural e política - e implementar, com setores sociais que partilhem de nossas concepções e de nosso ideário, esse projeto de sociedade que terá como centro a construção de indivíduos plenos, integrais, como aspirou o *PNE: proposta da sociedade brasileira*.

Em que pese ter sido, esse último, derrotado no Congresso Nacional com a aprovação do PNE do Governo FHC, em reedição do processo de tramitação e derrota parlamentar do Projeto de LDB gerado, nas palavras de Florestan Fernandes, num *movimento social de conciliação aberta*; em que pesem as dificuldades para se colocar em ação, nos marcos da legislação e da legitimidade, a proposta do nosso movimento docente para a universidade brasileira, essas são as *nossas referências políticas e pedagógicas para a resistência ativa* que devemos, mais que nunca, organizar em nosso Plano de Lutas para 2001 e implementar ao longo do ano, em todos os nossos espaços de trabalho e luta, buscando, na sociedade organizada, os nossos verdadeiros aliados para essa tarefa.

Referências / Bibliografia:

ANDES Sindicato Nacional (1991). A ANDES – Sindicato Nacional e a Luta pela Educação Pública [2 – O Projeto da ANDES – SN para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação]. *Universidade e Sociedade*, Ano I, nº 1, fevereiro/1991. Encarte.(1996). *Cadernos ANDES*, nº 2. Edição Especial Atualizada e Revisada. Brasília (DF).

BANCO MUNDIAL (1994). *La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia [El desarrollo en la práctica]*. Washington, D.C.: BIRD/Banco Mundial.

BRASIL: MEC/INEP (1999). *Sinopse Estatística do Ensino Superior – Graduação*. Brasília (DF).

(2000). *Resultados do Censo da Educação Superior – 1999*. Brasília (DF).

CHAUÍ, Marilena (1999). A Universidade Operacional. *Revista da ADUNICAMP*, Ano I, nº 1, p. 6-9. Campinas (SP): ADUNICAMP, junho/1999.

II CONED (1997). *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira*. Consolidado na Plenária de Encerramento do II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte (MG), novembro/1997.

FÓRUM Nacional em Defesa da Escola Pública (2000). *Caderno do III Congresso Nacional de Educação*. Brasília (DF), novembro/2000.

GENTILI, Pablo (1998). *El Consenso de Washington: la crisis de la educación en América Latina*. *Horizonte Sindical – Estudios Laborales y Sindicales*, nº 10/11, p. 7-22. México, DF: Instituto de Estudios Educativos y Sindicales de América.

SGUISSARDI, Valdemar (2000). Educação Superior – o Banco Mundial reforma suas teses e o Brasil reformará sua política? [mimeo]. Exposição no painel “O Brasil e os Compromissos Internacionais na Área de Educação Superior”. *I Conferência Nacional de Educação Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados*. Brasília (DF), 24 de novembro de 2000.

TR - 5.1

Face à natureza da Reforma do Estado, às orientações neoliberais que a configuram, e, em particular, à política educacional implementada pelo governo FHC, o XX Congresso do ANDES SN delibera:

1) Construir, interna e externamente, a resistência à política neoliberal no mundo contemporâneo e, em especial, suas aplicações na área de educação.

2) Defender, de forma intransigente, a educação pública de qualidade social em todos e níveis e modalidades, reforçando os princípios que fundamentam o *padrão unitário de qualidade*, de acordo com a *Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira*.

3) Defender metas referentes à Educação Superior expressas no *PNE: proposta da sociedade brasileira* quanto a expansão, qualidade social do ensino, avaliação, autonomia, combatendo, articulada e unificadamente, as medidas definidas nos projetos do governo, como o são:

- a super exploração do trabalho docente através de mecanismos de produtividade (GED e GID, no âmbito federal, e seus equivalentes, com outras nomenclaturas, nas esferas estadual e municipal);

- a perda de direitos com a possível implantação do “emprego público”;

- as Diretrizes Curriculares para a Educação orientadas pelos interesses do FMI e BM;

- os cursos seqüenciais que aligeiram e minimizam a formação acadêmica.

Esses projetos destroem a identidade do trabalho e do trabalhador da universidade e do ensino socialmente referenciados, impedem a formação plena das pessoas, privilegiam os interesses do capital em detrimento das necessidades humanas e sociais.

4) Fortalecer a luta pela democratização da educação brasileira, exigindo: respeito ao dispositivo constitucional que trata da gratuidade do ensino em escolas oficiais; expansão das vagas públicas necessárias tanto no ensino médio como na educação superior, investimentos adequados e suficientes nesses níveis de ensino e respectivas modalidades, exclusivamente em estabelecimentos públicos; e valorização real dos profissionais da educação, em termos de carreira, capacitação, remuneração e condições de trabalho.

5) Participar e articular as lutas em defesa da Educação Pública, gratuita e socialmente referenciada, e da Ciência e Tecnologia, especificamente no campo da pesquisa e da pós-graduação, defendendo intransigentemente:

- a) a ampliação de verbas públicas para financiamento da C & T (1,5% do PIB);

- b) a integração ensino – pesquisa – extensão; graduação - pós-graduação; educação superior – educação básica;

- c) a liberdade acadêmica dos professores, estudantes e técnico-administrativos bem como a autonomia institucional, na definição e abordagem dos problemas e busca de soluções, contra a ingerência das instâncias do capital e do governo nas políticas acadêmicas e de C & T;

- d) a participação na gestão dos órgãos de fomento;

- e) os direitos adquiridos referentes ao trabalho docente, combatendo formas de transição de regimes (RJU para CLT) que objetivam retirar e restringir tais direitos.

6 - Denunciar e combater as diferentes formas de privatização interna das IES públicas, seja a utilização privada de recursos públicos (pessoal, espaços, materiais), através de convênios e contratos para realização de pesquisas e prestação de serviços, seja a cobrança de taxas e mensalidades nos diferentes níveis e modalidades de ensino, posto que subordinam as políticas implementadas nessas IES a interesses empresariais privados, em detrimento das necessidades e interesses da sociedade.

7 - Lutar contra políticas demagógicas e intervencionistas, como a reserva de vagas nas IES públicas, emanadas dos diferentes poderes executivos, que não operam efetivo investimento para ampliação da oferta e melhoria da qualidade do ensino médio, desrespeitam a autonomia universitária das IES públicas, não prevêm incremento financeiro para a garantia de todos os aportes pedagógicos e acadêmicos necessários a essa concepção política, a qual, de fato, escamoteia as questões relativas à responsabilidade do Estado e ao acesso ao ensino superior e deixa intocado o conjunto de problemas da educação pública.

8 - Lutar pela rearticulação dos integrantes e pela recuperação dos fundamentos democráticos do *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública*, com participação efetiva da base das diferentes entidades que o compõem, como estratégia de forte mobilização para os necessários enfrentamentos que ocorrerão no ano de 2001.

9 - Resgatar e fortalecer os *Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública*, onde houver, e estabelecer articulações em nível estadual para a construção desses Fóruns em todos os Estados onde ainda não existam.

10 - Intensificar a luta pela revogação da Lei nº 9394/96 e da legislação que a regulamenta, em especial a que dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação e Cursos Normais Superiores, reafirmando o papel da universidade como *locus* da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação.

11 - Lutar contra a atuação compulsória de alunos dos cursos de pós-graduação, detentores de bolsas de mestrado ou doutorado, financiadas por quaisquer fontes, na docência dos cursos de graduação das IES onde estudam, em substituição a docentes concursados.

12 - Lutar pela aprovação, no Plenário da Câmara dos Deputados, do PDL nº 385/00, que susta os efeitos do Decreto nº 3276/99, reafirmando o papel das universidades como o *locus* da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação.

13 - Posicionar-se contra a utilização de recursos do FUNDEF na formação inicial de professores, intensificando a luta pela garantia de financiamento estatal integral dos cursos de licenciatura e pedagogia das IES públicas.

14 - Combater a implantação dos cursos seqüenciais nas IES, reafirmando a posição do MD contrária a esses cursos e lutando pela ampliação de vagas nos cursos de graduação das IES públicas.

15 - Aprovar a proposta do ANDES SN de transformação dos CEFET em universidades.

TEXTO 6

Autonomia e Carreira

Contribuição da Assembléia Geral dos Professores da UFMG de 24 de agosto de 2000

TEXTO APOIO

A discussão da autonomia é central para a vida universitária. Na verdade, as universidades só chegaram a se instituir no início do século XIII depois de muita luta durante todo o século anterior e que foi vencida quando os professores conquistaram os estatutos que lhes garantiam o direito à Greve, à Liberdade de Cátedra e à Autonomia Universitária. Estes direitos são da essência da universidade e esta falhou em sua função social sempre que perdeu algum deles. As pressões que temos sofrido desde os meados do século XX para adaptarmos nossa atividade aos ditames do capital configuram a crise mais grave que a Universidade tem vivido nestes últimos nove séculos. A conquista pelo MD da Autonomia configurada no artigo 207 da Constituição tem sido agredida desde então por inúmeras leis, decretos e portarias que restringem seu exercício. A posição do Congresso da ANDES tem sido a de lutar por sua autoaplicabilidade. No entanto, mais de uma década depois, é necessário discutirmos os efeitos desta estratégia. A perda de autonomia é crescente. Por convicção ou por pressão do varejo, observamos que os reitores estão abrindo mão de sua defesa em troca do prato de lentilhas. A adaptação dos professores é crescente. Neste sentido, nos parece que retomar a discussão pode reanimar o MD e garantir que a dissolução do princípio efetivada por ordenamentos inferiores se interrompa.

Para garantir a discussão da autonomia e da carreira, conforme defendidos pela Assembléia Geral dos Professores da UFMG, rerepresentamos o texto em que se encontram sintetizados os elementos que configuram o preceito autônomo:

Enunciados para o Estatuto da Universidade Autônoma

Da autonomia

1 - As universidades exercem uma função pública que abrange, de forma indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão, com autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, nos termos do Artigo 207 da Constituição Federal.

2 - A autonomia da universidade tem por fundamento a *liberdade de ciência e de conhecimento*, que se manifesta na liberdade de pesquisar, de ensinar, de aprender e de divulgar o pensamento, a arte e o saber, nos termos do Inciso II do Artigo 206 da Constituição Federal.

3 - A autonomia da universidade visa possibilitar o cumprimento de suas funções públicas, quais sejam: o desenvolvimento e a propagação da ciência, da técnica e da cultura; a formação profissional; o apoio ao desenvolvimento nacional, orientado, entre outros objetivos, para a redução das desigualdades sociais e inter-regionais.

4 - A autonomia compreende, basicamente, a autonormatização, o autogoverno e a auto-organização, com vistas às atividades-fins da universidade, quais sejam : o planejamento de suas atividades e de seu desenvolvimento institucional; a seleção e a formação de seu pessoal docente e técnico-administrativo; a seleção de estudantes, a regulamentação do estudo e do ensino, nos limites da legislação em vigor e das diretrizes do Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior; a criação e a dissolução de cursos e de unidades acadêmico-administrativas; o livre estabelecimento de relações de intercâmbio científico e cultural com instituições nacionais e estrangeiras; o estabelecimento de contratos e convênios, visando a realização de pesquisas ou cursos especiais.

5 - Os limites da autonomia das universidades públicas são os decorrentes da ordem constitucional, da legislação do ensino, das diretrizes do Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior e do controle social, nos termos definidos em lei, mais os concernentes à definição do regime jurídico, às diretrizes da carreira e à remuneração dos membros da comunidade universitária, que serão uniformes para todas as universidades públicas e definidas em lei; da universidade privada, são os concernentes ao regime jurídico, às garantias individuais, à liberdade de cátedra e às diretrizes de carreira.

Título I

Da criação e da Personalidade Jurídica

1.1 - A criação de universidades se dará por meio de lei, precedida de parecer favorável do Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior, com definição das unidades autorizadas a funcionar quando da fundação e da fixação das condições materiais e dos recursos humanos mínimos.

1.2 - As universidades são entes públicos autônomos, dotados de personalidade jurídica plena, dispondo dos meios e dos órgãos necessários para a afirmação de seu caráter, para a realização do interesse público e para a defesa de suas finalidades e prerrogativas, sujeitando-se os atos de seus órgãos administrativos a posterior controle de legalidade pelos órgãos competentes.

1.3 - As universidades terão procuradorias próprias, órgãos jurídicos de assessoramento dotados de poderes legais para a representação judicial da instituição, com independência técnica em relação aos órgãos dirigentes e sem qualquer vínculo de subordinação funcional ou técnica à administração central ou à Advocacia Geral da União, no caso das federais, às procuradorias dos Estados no caso das estaduais, ou aos órgãos jurídicos das entidades mantenedoras no caso das universidades privadas.

Título II

Da Autonormatização e do Autogoverno

2.1 - As universidades serão regidas por seus estatutos, elaborados pelas respectivas comunidades, aprovados em assembleias convocadas para tal fim, das quais participarão seus três segmentos – professores, funcionários e alunos – com pesos definidos em lei e com observância do princípio democrático.

2.2 - As universidades públicas e privadas existentes realizarão, no prazo de três anos, a revisão e a consolidação de seus estatutos, por meio de assembleias convocadas para tal fim, visando a adaptação às normas constitucionais e às normas desta lei. As novas universidades convocarão, no mesmo prazo, a contar do início do seu funcionamento, assembleias convocadas para tal fim, visando a substituição dos estatutos provisórios outorgados pelo ente instituidor.

2.3 - As universidades terão os seguintes órgãos de direção e de deliberação, com mandatos temporários de, no máximo, quatro anos para os seus membros e atribuições fixadas em seus estatutos, além daquelas aqui previstas :

2.3.1 - conselho universitário — órgão máximo de deliberação e de representação da comunidade universitária, com a participação do reitor e a do vice-reitor, dos diretores das

unidades organizativas, de representantes dos docentes, dos funcionários e dos estudantes, na proporcionalidade definida pelos seus estatutos;

2.3.2 - reitoria — formada pelo reitor e pelo vice-reitor, eleitos entre os professores titulares por eleição direta, com participação dos diversos segmentos da comunidade universitária, na proporcionalidade definida por seus estatutos, mais os pró-reitores definidos nos respectivos estatutos;

2.3.3 - direções de unidades — faculdades, escolas técnicas e institutos universitários – constituídas por diretor e vice-diretor, eleitos diretamente pelos segmentos da comunidade universitária a eles vinculados, entre os professores com título de doutor, com poderes de administração fixados nos estatutos;

2.3.4 - conselhos de unidades — faculdades, escolas técnicas e institutos universitários – com funções deliberativas, representativos da parcela da comunidade universitária a eles vinculados, conforme os estatutos;

2.3.5 - direções das unidades acadêmico-administrativas – constituídas por chefe e chefe-substituto, eleitos entre os respectivos docentes, por eleições diretas, com poderes de administração e coordenação de atividade acadêmica definidos nos estatutos;

2.3.6 - conselhos das unidades acadêmico-administrativas – com funções deliberativas e membros representativos da comunidade universitária em exercício na respectiva unidade, eleitos diretamente, na forma dos estatutos;

2.3.7 - conselho social - órgão de participação da sociedade na gestão da universidade, com funções consultivas e de aprovação do planejamento estratégico-institucional da universidade, do projeto orçamentário, dos planos de desenvolvimento, da política acadêmica e de pesquisa e das atividades de extensão, bem como de assessoramento na execução orçamentária e na captação de recursos que se somem aos oriundos do Tesouro Nacional, no caso das federais, e dos respectivos Tesouros Estaduais, no caso das universidades estaduais. Será composto por membros da comunidade universitária indicados, em parte, pelo conselho universitário e, em parte, pelos representantes de seus diversos segmentos; por representantes dos poderes públicos locais e/ou regionais; por entidades sindicais e por entidades representativas da sociedade civil.

Título III

Do Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior

3.1 - O Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior é o órgão colegiado, com personalidade jurídica, que tem as funções de coordenação, planejamento, orientação e assessoramento das universidades públicas e privadas, com as atribuições fixadas em lei, as quais exercerá observando o interesse público e as orientações emanadas do Conselho Nacional de Educação no que concerne ao ensino superior.

3.2 - O Conselho será formado por:

3.2.1 - um número determinado de reitores de universidades públicas e privadas, eleitos por fóruns dos respectivos setores;

3.2.2 - representantes dos Ministérios das áreas da Educação, da Ciência e Tecnologia, da Saúde, da Defesa Nacional, da Agricultura e do Abastecimento, do Trabalho e Emprego, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;

3.2.3 - membros escolhidos pela Câmara Federal e pelo Senado;

3.2.4 - representantes dos docentes universitários e dos funcionários, indicados pelas respectivas entidades nacionais;

3.2.5 - representantes dos estudantes, indicados pela respectiva entidade nacional;

3.2.6 - representantes da comunidade científica;

3.2.7 - representantes da sociedade civil, incluindo membros indicados pelas centrais sindicais e pelos três segmentos empresariais;

3.2.8 - representantes das comunidades indígenas.

A indicação dos membros do Conselho será homologada por ato do Presidente da República.

3.3 - O Conselho terá os seguintes órgãos:

3.3.1 - conselho pleno, com as atribuições básicas de elaborar regimento interno; de criar e/ou dissolver comissões de assessoramento do Conselho ou de universidades; de editar diretrizes e recomendações concernentes ao ensino e à pesquisa, em matérias que exijam coordenação das atividades; de emitir pareceres sobre a criação de novas universidades; de investigar, em primeira instância, irregularidades administrativas nas universidades; de aprovar a proposta do orçamento para as universidades federais; de definir a política nacional de expansão do ensino superior, incluindo, obrigatoriamente, metas e prazos; de identificar os respectivos recursos e suas fontes; de definir a política nacional de avaliação das universidades;

3.3.2 - seção das universidades federais, com as atribuições básicas de elaborar projetos de regulamentação do Sistema Federal de Ensino Superior; de propor orçamentos das instituições federais de ensino superior, com distribuição da dotação vinculada no orçamento da União; de arbitrar conflitos entre as universidades públicas.

Sua composição abrangerá, além dos representantes dos poderes do Estado, os representantes do parlamento, da sociedade civil, dos segmentos da comunidade universitária federal e os indicados pelo fórum dos reitores das universidades federais;

3.3.3 - seção das universidades privadas, com as atribuições básicas de estabelecer diretrizes para a organização e o funcionamento das universidades privadas, visando assegurar a autonomia das instituições em relação aos entes instituidores e mantenedores; de aprovar projetos de desenvolvimento institucional das universidades privadas; de elaborar pareceres sobre a qualidade do ensino das universidades e das instituições privadas de ensino superior; de aprovar planos de carreira dos docentes e dos funcionários das universidades e das instituições de ensino superior privadas;

3.3.4 - conselhos de gestão universitária e de ensino superior, em cada Estado-membro da federação e em cada município mantenedores de universidades públicas, com atribuições e composição similares às do Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior aqui proposto.

Título IV

Do Estudo Universitário

4.1 - O acesso ao estudo universitário, abrangendo o ensino, a pesquisa e a criação artístico-cultural, é assegurado a todos os brasileiros e o ingresso na universidade terá como critério seletivo apenas a capacidade de cada um, segundo a oferta de vagas.

Cada universidade terá autonomia para a instituição de mecanismos próprios para a seleção dos pretendentes às suas vagas, respeitado o critério da igualdade de oportunidades a todos os cidadãos.

4.2 - Na promoção do desenvolvimento científico, da pesquisa e da capacitação tecnológica, com vistas à solução dos problemas brasileiros e ao desenvolvimento dos sistemas produtivos, o Estado observará as seguintes diretrizes:

4.2.1 - ampliação contínua do ensino superior público visando sua universalização;

4.2.2 - busca da igualdade real de acesso às universidades públicas, criando possibilidades concretas de acesso para todas as regiões e camadas sociais;

4.2.3 - adoção de planos de desenvolvimento das universidades públicas e de apoio às universidades privadas, para a garantia da qualidade do ensino, da pesquisa e da criação artística e cultural;

4.2.4 - implementação de políticas públicas para eliminar a exclusão do estudo universitário por razões econômicas.

4.3 - Caberá a cada universidade, no exercício de sua autonomia e obedecidas a legislação de ensino e as diretrizes do Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior, a iniciativa da criação de novos cursos e titulações; a ampliação dos currículos e das práticas mínimas estabelecidas para os diversos cursos; a criação de cursos; a adoção de novas formas de transmissão e de aquisição do saber.

4.4 - As universidades manterão cursos de pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado e doutorado, na forma do que determinem seus estatutos, a legislação e as diretrizes do Conselho Nacional, bem como as instruções normativas do MEC para a aquisição de conhecimentos especializados em determinadas áreas do conhecimento e de técnicas de investigação.

4.5 - Os estatutos das universidades assegurarão a participação dos estudantes, por meio de representantes eleitos em seus órgãos deliberativos, com direito a voz e a voto, observando-se o princípio democrático.

4.6 - O estudo é um direito e um dever dos estudantes universitários, cabendo às universidades a verificação de seus conhecimentos e de seu rendimento acadêmico, bem como a avaliação de seu desenvolvimento e de sua formação intelectual, cabendo ainda aos respectivos Conselhos Sociais a normatização de sua permanência na instituição.

Título V

Do Corpo Docente

5.1 - As universidades observarão os seguintes princípios e diretrizes em relação aos seus corpos docentes:

5.1.1 - liberdade de ensino, de pesquisa e de divulgação dos seus resultados;

5.1.2 - valorização profissional, com fixação de pisos salariais. No caso das universidades privadas, condições de trabalho, garantia do direito à carreira e ao aperfeiçoamento profissional;

5.1.3 - garantia no cargo ou emprego e no exercício da função;

5.1.4 - regime jurídico de direito público nas universidades públicas e aposentadoria integral pelo regime básico;

5.1.5 - regime de direito do trabalho nas universidades privadas, com regime de previdência complementar, constituído pelas universidades, para garantia de aposentadoria integral.

5.2 - A carreira dos docentes das universidades públicas e das universidades privadas se desenvolverá por patamares de qualificação profissional, nas seguintes classes, sujeitas a revisão, por proposta do Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior :

I - professor auxiliar ;

II - professor assistente, com acesso pela aquisição do grau de mestre;

III - professor adjunto, com condição mínima de acesso pela aquisição do título de doutor;

IV - professor associado, com requisito mínimo de acesso pelo título de doutor, com avaliação de mérito acadêmico;

V - professor pleno, com acesso por meio de concurso, requerido pelo docente.

5.3 - O ingresso na carreira docente das universidades públicas e das universidades privadas se dará por meio de concurso público de provas e títulos, podendo seus estatutos autorizar, em caráter excepcional, a admissão de professores substitutos, por prazo determinado, não excedente a um ano e prever a acolhida de professores visitantes pelo prazo máximo de dois anos, renovável por igual período.

5.4 - O corpo docente das universidades contará, no mínimo, com ____ por cento de mestres; ____ por cento de doutores, tendo tempo integral e dedicação exclusiva, no mínimo, a parcela equivalente a ____ por cento.

5.5 - As universidades manterão, obrigatoriamente, cursos de pós-graduação para formação e aperfeiçoamento de professores, além de outros voltados ao desenvolvimento do exercício profissional nas diversas áreas do conhecimento.

Título VI

Do Pessoal Administrativo

6.1 - No que concerne ao corpo de funcionários técnico-administrativos das universidades, serão observados os seguintes princípios e diretrizes:

6.1.1 - valorização profissional, com direito a carreira associada a processos de formação e qualificação permanentes;

6.1.2 - ingresso por meio de concurso público e regime de direito público, para servidores em funções permanentes das universidades públicas, reconhecida a autonomia coletiva, o direito à negociação e a estabilidade;

6.1.3 - regime trabalhista, ingresso por processo seletivo público, garantia contra despedida imotivada e regimes de previdência complementares nas universidades privadas;

6.1.4 - garantia de participação de representantes dos funcionários nos órgãos deliberativos, eleitos nos termos definidos nos estatutos.

Título VII

Do regime Econômico e Financeiro

7.1 - As universidades gozarão de autonomia econômica, financeira e competência para administrar seus recursos orçamentários, seu patrimônio e todas as demais receitas e para celebrar contratos e convênios visando prestação de assessorias ou realização de pesquisas.

7.2 - Os atos de gestão econômica e financeira, supervisionados pelo Conselho Social nos termos dos estatutos, estão sujeitos a controle e a posterior verificação pelos órgãos definidos constitucionalmente, no caso das entidades públicas, e pela mantenedora no caso das entidades privadas.

7.3 - As universidades terão assegurados, pelos entes públicos e mantenedores privados, os recursos necessários para o desempenho de suas funções e para a concretização dos respectivos planos de desenvolvimento, por meio de:

7.3.1 - destinação de recursos orçamentários definidos pela vinculação de um percentual da receita tributária da União, para o caso das Instituições Federais de Ensino Superior, cabendo à Câmara das Universidades Federais definir as quotas-partes de cada instituição;

7.3.2 - destinação de recursos orçamentários definidos pela vinculação de um percentual da receita tributária do Estado-membro, definido em sua Constituição, para as universidades públicas estaduais cabendo ao Conselho Regional de Universidades Públicas definir as quotas-partes de cada instituição;

7.3.3 - destinação de recursos complementares necessários ao pleno cumprimento de suas funções, bem como os necessários ao desenvolvimento de cada universidade privada, pelas respectivas entidades mantenedoras, com base em proposta de seu Conselho Social.

7.4 - A dotação orçamentária das universidades públicas, definida na forma dos enunciados anteriores, terá assegurada, no mínimo, o valor equivalente às despesas de pessoal, acrescidos de 25% (vinte e cinco por cento) destinados a custeio e a investimento, acrescida ainda de previsão orçamentária relativa a afastamentos de pessoal.

7.5 - As despesas com pessoal inativo e pensionistas das IFES e IEES serão custeadas pela União e pelos Estados-membros da Federação e repassadas para pagamento nas respectivas instituições.

7.6 - As despesas decorrentes de ações judiciais anteriores ao regime aqui proposto serão custeadas pela União e pelos Estados-membros da federação.

7.7 - A União e os Estados-membros que mantêm universidades públicas constituirão Fundos de Contingência mediante transferências patrimoniais, de montante não inferior a três vezes o orçamento anual do conjunto das instituições que integram os respectivos sistemas, a serem administrados pelo Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior.

7.8 - As universidades públicas e privadas elaborarão suas propostas orçamentárias e seus planos de desenvolvimento, os quais serão submetidos, no caso das públicas, aos Conselhos de Universidades Nacional ou Estadual e, no caso das universidades privadas, à entidade mantenedora.

7.9 - As universidades exercerão, com plena autonomia, a administração de seus bens e gozarão dos benefícios atribuídos às entidades de utilidade pública e filantrópicas.

7.10 - Caberá ao Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior a proposição dos recursos orçamentários que viabilizem a expansão do ensino superior público, respeitadas as normas constitucionais.

Título VIII

Das Universidades Privadas

8.1 - As universidades privadas exercem, por delegação, as funções públicas indissociáveis do ensino, da pesquisa e da extensão, sendo que seu funcionamento se dará mediante autorização do Poder Público, que exercerá a fiscalização e a avaliação de qualidade, conforme as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior.

8.2 - A criação de universidades privadas se dará por meio de lei federal, precedida por parecer do Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior.

8.3 - A autorização para funcionamento das universidades privadas, bem como a criação de novas unidades de ensino nas mesmas instituições, será precedida de parecer favorável do Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior, o mesmo ocorrendo com a homologação dos títulos por elas expedidos.

8.4 - As universidades privadas reger-se-ão por normas próprias de gerenciamento editadas, interpretadas e aplicadas com observância no disposto na Constituição e na lei de autonomia, de forma a:

8.4.1 - assegurar sua autonomia didático-científica e de gestão financeira, em face da entidade mantenedora.;

8.4.2 - realizar o princípio democrático.

Documento aprovado na Assembléia Geral dos Professores da UFMG do dia 24 de agosto de 1999 como subsídio à discussão de Autonomia Universitária.

TR - 6.1

1- Analisar os efeitos políticos da estratégia adotada pelo MD na ininterrupta luta pela implantação da autonomia universitária.

2 – Discutir Carreira Docente no contexto da Universidade Autônoma.

TEXTO 7

Contribuição do professor: Dileno Dustan Lucas de Souza – Sindicalizado da ASPUV-S.Sind.

Criança e adolescente em situação de risco: uma luta comum?

A história das políticas educacionais voltadas para crianças e adolescentes em situação de risco no Brasil retrata um dos mais cruéis e exterminadores meios de exclusão da sociedade capitalista.

Considerando especificamente as leis que demonstram “preocupação” com essa população, vamos encontrar: o Decreto-Lei 1.313, de 1891, que regularizava as relações trabalhistas das crianças e adolescentes que trabalhavam nas fábricas.

O Decreto-Lei 16.272, de 1923, e o Decreto Legislativo 5.083, de 1026, que regulavam o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinqüente.

Durante o Estado Novo (1937/1945), o Decreto-Lei 2.024, de 17 de fevereiro de 1940, que fixava as bases de organização da proteção à maternidade, à infância e a adolescência em todo o país.

O Decreto-Lei 3.799, de 5 de novembro de 1941, que cria o Serviço de Assistência a Menores (SAM), desvinculado do Departamento Nacional da Criança (DNC).

Após o golpe militar de 1964, dentro da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), a Lei 4.513, de 1º de dezembro de 1964, dá origem à Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Agora mudando o enfoque, o “menor” não é mais visto como ameaça social e passa a ser considerado “carente” e “abandonado”; passa-se a priorizar as práticas assistencialistas.

Mas é na década de 70 que a figura do “menor” é colocada em evidência. O Novo Código de Menores, Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que remenda o primeiro código de menores de 1927, acaba delimitando sua abrangência na pauta das políticas de assistência, proteção e vigilância a “menores” de 18 anos, que estejam em situação irregular.

A Constituição Nacional, promulgada em 5 de outubro de 1988, incorpora os princípios básicos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (art. 227). Por força desse artigo e da ampla mobilização da sociedade civil, especialmente dos setores comprometidos politicamente com o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, surge a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - na condição de substitutivo ao segundo Código de Menores. Poderíamos enfatizar que no ECA a população infanto-juvenil é vista como pessoas em condições de desenvolvimento, cujos direitos devem ser garantidos.

Percebe-se então que as mudanças apresentadas pelo ECA procuram ir além de uma simples mudança da lei, avançando no sentido de assegurar garantias legais no trato e respeito com a pessoa humana que compreende uma faixa etária até os 18 anos. Nesse sentido, procura-se romper definitivamente com a distorção existente entre menor (crianças e adolescentes pobres, filhos da classe trabalhadora), crianças e adolescentes (população pacífica).

Desta forma, é preciso que a escola seja um espaço de liberdade e compreensão da diversidade social e não de marginalização e exclusão. No processo educativo é preciso considerar a necessidade durante o processo de formação dos diversos educadores-educandos, que passam pelos cursos das universidades sem ter uma formação que compreenda essa diversidade social.

É no sentido desta formação ampla, socialmente comprometida, e compreendendo as mazelas governamentais e os preconceitos sociais, que devemos analisar com muito cuidado os jargões comprometidos em desqualificar o ECA, afirmando ser esta uma lei de proteção de bandidos, devendo-se então diminuir a idade penal. Não podemos reproduzir o discurso do jornalismo policial, que a todo momento procura distorcer fatos e leis, a fim de garantir as regalias da burguesia.

Essa breve discussão não visa apenas chamar nossa atenção para essa questão, mas procura aproximar e estreitar as relações entre o Grupo de Trabalho de Política Educacional - GTPE/ANDES-SN - e as organizações que têm se dedicado à luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de risco, principalmente considerando a tendência atual de minimizar a ação do Estado no campo das políticas sociais, repassando para a sociedade civil tal responsabilidade, passando a atuar apenas como parceiro privilegiado. Entendendo-se o caráter privilegiado apenas no aspecto político e não no financeiro. Dessa forma, é preciso fazer uma análise rigorosa das prioridades sociais do governo, para então percebermos a distância entre as necessidades dos trabalhadores e as políticas implementadas, numa clara demonstração de que o governo executa uma política social pobre para pobres, que geralmente é muito bem aceita depois do caos ao qual a sociedade é sujeitada.

TR - 7.1

- 1) que o ANDES-SN, através de GTPE, discuta junto às organizações representativas de crianças e adolescentes em situação de risco uma intervenção conjunta que garanta os direitos assegurados no ECA;
- 2) que o ANDES-SN, através de GTPE, articule ações concretas que visem a sensibilização do conjunto de sua base sindical sobre o papel social da universidade junto às crianças e adolescentes em situação de risco e suas organizações.

TEXTO 8

Diretoria do Andes-SN

A Política Fiscal, a Dívida Externa e a Campanha Salarial: Elementos para a ação política em 2001

TEXTO APOIO

O Plano Real, na prática, muito mais que a adoção de uma âncora cambial semelhante àquelas ocorridas em outros países da América Latina, representou desde sua criação a forma mais avançada de legitimação dos pressupostos teóricos, políticos e ideológicos do neoliberalismo. Um passo à frente do capital sobre o trabalho. Frutos desse avanço, vieram as reformas constitucionais, o processo de privatização, elevação das taxas de juros, o desemprego, as desregulações e a perda de direitos, a flexibilização das relações trabalhistas, dentre tantas outras iniciativas que privilegiam o capital em detrimento do trabalho.

O Sr. Bresser Pereira, desde sua posse no (ex-)Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sempre pautou sua ação no sentido de realizar a adequação e a redefinição do conceito de *serviços públicos* de acordo com os princípios e determinações do mercado e do ideário neoliberal. Na prática, o governo estava criando espaço político, condições legais e objetivas para aprofundar o processo de privatização e mercantilização da previdência, da saúde, da educação, do saneamento básico, dos transportes etc.. Em suma, a implementação de um modelo de Estado e a adoção de políticas públicas em sintonia com os ajustes e acordos firmados com o FMI. Esses elementos nos permitem ver nitidamente a nova fisionomia da estrutura estatal que as classes dominantes foram reconstruindo e consolidando, passo a passo, durante toda a década de 90, no sentido da desresponsabilização em relação aos serviços sociais públicos gratuitos. Assim, podemos perceber que, sob o argumento de que era preciso reduzir o tamanho do Estado, sob a justificativa da necessidade de se reduzir “gastos” e “déficits”, estavam os princípios liberais que pautaram a realização de ajustes na estrutura e funcionamento estatal, com sua conseqüente redefinição, influenciando inclusive, na sua forma de atuar e mediar os serviços sociais básicos. E mais, foram decisivos na própria redefinição do conceito de serviço público, na redefinição do campo de atuação do Estado enquanto esfera pública.

Essa estrutura de Estado na verdade não constitui apenas condição básica para a “estabilidade monetária”, mas também para permitir e realizar o controle e tornar mais eficiente o aparato repressivo fiscal necessário à manutenção do *status quo*. Constitui-se, assim, como condição fundamental para a nossa inserção subordinada na ordem econômica globalizada.

Dessa inserção e das modernidades fernandistas, na prática, ao final da década que se encerrou, com sete anos de plano Real, ficam: uma impagável dívida externa; um brutal processo de concentração de renda e seu conseqüente aumento da pobreza; o recrudescimento da violência do Estado contra os movimentos populares – de triste tradição histórica; a desregulação e destruição de uma gama importante de direitos sociais. Os valores referentes à dívida pública são assustadores, a Dívida Mobiliária saltou de aproximadamente R\$48 bilhões, em janeiro de 1994, para quase R\$420 bilhões, em novembro de 1999. Mais grave, ainda: o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG, sucedâneo do MARE) trabalhou a proposta orçamentária de 2001 prevendo um crescimento de 25% da Dívida Mobiliária (*Valor Econômico*, 25 de setembro de 2000, p.3). As despesas com juros reais, que giravam em torno de R\$33 bilhões em janeiro de 95, já estavam em quase R\$125 bilhões, em agosto de 1999 (*Os Gastos Sociais no Governo FHC*, CUT/DESEP/ISP/INESC, agosto de 2000). A análise desses dados nos vários Orçamentos da

União, desde 1994, nos permite afirmar que houve, por parte do governo, uma brutal prevalência dos pagamentos financeiros dos juros das dívidas públicas em detrimento das despesas com pessoal, com saúde, saneamento, previdência, educação e cultura etc.. Vejamos alguns itens que são emblemáticos e reforçam nossas considerações: a área da Educação e Cultura teve sua participação no Orçamento Geral da União reduzida de 3.3%, em 1995, para 2,7% em 1999; Assistência e Previdência caíram de 32,7%, em 1995, para 15,1% em 1999; Saúde e Saneamento recuaram de 5,3%, em 1995, para 3,3% em 1999 (*idem*). A redução com gastos na áreas sociais e a compressão salarial foram as formas que o governo encontrou para colocar em prática, na área pública, seus compromissos com o FMI e os investidores internacionais. Tudo para continuarmos transferindo serviços e recursos públicos para a iniciativa privada. Precisamos compreender que se as contas públicas, no conjunto da política econômica do governo, assumem uma posição estratégica central, é fundamental, também, para uma ação articulada e organizada dos trabalhadores, valer-se de estudos, simulações e análises que mostrem outras perspectivas e que estejam vinculadas aos interesses e necessidades do conjunto das classes sociais subalternas.

As informações e dados apresentados acima, permitem que concluir que a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico adotado não pode prescindir do esforço fiscal; que para o governo FHC, o equilíbrio das finanças públicas, nos moldes em que vem sendo praticado, na verdade é seu calcanhar de Aquiles. A compressão e o arrocho salarial constituem, assim, principalmente do ponto de vista da economia política, um dos pilares de sustentação da acumulação capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento no país, além de ser uma das âncoras de sustentação da política econômica. O que nos faz levantar a tese de que a *questão salarial* pode assumir uma importância central no enfrentamento com o governo e sua política econômica.

Os trabalhadores, apesar do desemprego e repressão, devem ter clareza da centralidade e das implicações econômicas, políticas e sociais que a luta pela elevação da massa salarial assumem na atualidade. Lutar por reajuste salarial, unificando o funcionalismo público, que há quase sete anos não recebe reajuste linear, com o conjunto dos trabalhadores da iniciativa privada, que sofre o arrocho salarial imposto pelos patrões, constitui uma estratégia importante na luta de ambos contra a super-exploração a que estão submetidos, uma forma de interromper esse brutal processo de transferência de riqueza do Estado para a iniciativa privada através da política econômica e fiscal adotado pelo governo. A *questão salarial* pode constituir o primeiro e importante movimento de avanço da luta do trabalho sobre o capital, demarcando uma contra-ofensiva dos trabalhadores brasileiros ao neoliberalismo.

Dentro dessa estratégia, o ANDES-SN, deve trabalhar os dados colocados publicamente pelo governo na votação do orçamento de 2001. Vincular a questão do arrocho salarial, a redução da participação de gastos com as áreas sociais básicas como educação, previdência, saúde, saneamento, em contraposição às prioridades definidas pelo governo, que se resumem ao pagamento e rolagem da dívida externa.

A campanha salarial de 2001, na avaliação de muitas entidades do funcionalismo público – como na da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) e nas considerações apresentadas pelas lideranças presentes à reunião da Direção Executiva Nacional da CUT (São Paulo, 31/11 e 01/12, 2000), que definiu as prioridades da Central para 2001 - assume conotação e importância estratégica ímpares, frente ao quadro político e econômico que está se delineando para esse ano. Nesse sentido, consideramos fundamental a participação do ANDES-SN junto à Assessoria Econômica da CNESF, pois deveremos efetuar, de forma conjunta com os demais servidores públicos federais, estaduais e municipais, o levantamento de dados e estudos sobre as perdas salariais no sentido não apenas de subsidiar, mas de sensibilizar o MD para a campanha salarial desse ano, para que possamos construir um movimento forte e solidário. Uma campanha salarial devidamente preparada e organizada não poderá prescindir da articulação e ação conjunta com outros segmentos e ramos em campanha no primeiro semestre de 2001.

No ano passado foi possível sentir a retomada da luta sindical em vários ramos da atividade produtiva na iniciativa privada. No setor público, a greve unificada dos SPF deixou lições importantes e mostrou que é possível uma ação conjunta dos servidores na defesa tanto de seus interesses como na dos interesses da população e do serviço público. A greve nas universidades estaduais correu país a fora e as conquistas salariais das Estaduais Paulistas (reajuste de quase 25% sobre janeiro de 2000), depois de uma forte greve, deixam a lição de que com organização, mobilização e disposição de luta, pode-se reverter esse quadro desfavorável à quase totalidade do funcionalismo público.

Em 2001, com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, seremos obrigados a realizar nossa campanha salarial num contexto mais complicado e adverso que aqueles existentes até 2000. Para tanto, precisaremos de muito mais ousadia e integração, de outras forças sociais, de outros interlocutores. Por isso é necessário ter claro que, nesse processo, precisamos ser parte dinâmica e integrada às ações e iniciativas que já estão programadas pelas entidades do campo democrático e popular para o primeiro semestre de 2001.

Em nossa luta é imprescindível mostrar a nossos(as) companheiros(as) de trabalho(as), nossos(as) alunos(as), à população em geral, os vínculos existentes entre essa Lei e a política econômica adotada pelo governo FHC, de que forma estão ligadas e se articulam com o pagamento da dívida externa, se inserem e expressam os acordos firmados com o FMI, estrangulando orçamentariamente os municípios e, por conseqüência, os serviços públicos, a qualidade de vida da população. Precisamos, pois, ganhar a opinião pública politizando a campanha.

Uma primeira iniciativa, nesse sentido, poderia ser a realização de um seminário sobre *Leis Orçamentárias e Política Fiscal dos Estados* (proposta aprovada no 41º CONAD) que poderá constituir um momento importante de aglutinação das entidades dos Servidores Públicos e da CUT na campanha salarial unificada de 2001. Uma forma de politizar essa campanha salarial, e que está sendo proposta por inúmeras entidades sindicais que participarão da campanha unificada de 2001, seria vincular a campanha à questão da dívida externa e ao modelo econômico adotado. Nossa participação na organização e realização das atividades programadas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Luta para o primeiro semestre de 2001 se apresenta como estratégica para as ações de massa que estão programadas e que poderão dar maior visibilidade às nossas campanhas - a salarial e a em defesa dos serviços públicos.

A Diretoria entende que o ANDES-SN deverá, no ano de 2001, concomitantemente à campanha salarial, elaborar pauta de ações políticas a ser apresentada e tratada junto às outras entidades do Setor da Educação, como forma de dar início ao cumprimento das deliberações do *III Encontro Unificado do Setor da Educação* (Luziânia (GO), 17-19 de novembro, 2000). Nesse sentido, considerando as discussões políticas já protagonizadas pelo Sindicato sobre as nossas Instituições de Ensino Superior, poderíamos dar início à realização de um *diagnóstico abrangente das reformas e transformações ocorridas no ensino superior* durante a última década, e que deve incluir aquelas que envolvem Ciência e Tecnologia (C&T), principalmente frente aos novos padrões de financiamento de C&T que estão sendo propostos pelo governo, isto é, *os fundos setoriais de desenvolvimento científico e tecnológico*, outra investida no sentido da desregulamentação e privatização de uma área estratégica da vida nacional. Tal diagnóstico poderá, à medida que for sendo realizado, contribuir substantivamente na definição de estratégias e ações que o Sindicato utilizará para subsidiar o processo de discussão no interior das universidades e com a sociedade sobre padrão unitário de qualidade, autonomia, democracia, carreira, escolha de dirigentes, fomento à C&T, recolocando os docentes junto aos princípios defendidos pelo MD e que estão expressos no *Cadernos ANDES Nº 2* (1996), possibilitando inclusive uma atualização do mesmo.

Entendendo a necessidade de melhor preparar e qualificar as Seções Sindicais sobre questões relacionadas a *Financiamento da Educação, Pesquisa e C&T*, o ANDES-SN deve aprofundar seu trabalho de acompanhamento do Orçamento Geral da União, organizando e preparando informações, análises, estudos, argumentos, tabelas e outros instrumentos que possam contribuir para preparar, com consistência, a luta em defesa dos serviços públicos e do servidor público.

Uma primeira iniciativa aponta para que seja finalizada e publicada, até abril de 2001, a *Cartilha sobre Orçamento Público* que já está em elaboração no GT-Verbas. Essa *Cartilha* poderá se constituir num importante instrumento de apoio às Seções Sindicais na campanha salarial de 2001, auxiliando-as na análise e no acompanhamento do orçamento público da União, dos Estados e Municípios e na compreensão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Quanto ao Setor das IPES, frente à expansão do ensino privado, é necessário um estudo que dê conta de apresentar à sociedade, aos movimentos do campo democrático e popular e ao conjunto do Sindicato, as formas diretas e indiretas de financiamento desse setor da educação superior, cujo crescimento, no âmbito do ANDES-SN, coloca à direção a necessidade de estabelecer e desenvolver, a médio prazo, políticas de transição. Priorizar nossa ação de forma mais incisiva e regular, junto aos docentes das IPES, levando-lhes as propostas presentes no *Caderno 2*, criando espaços e condições para discutir seu conteúdo e

suas implicações para a carreira, a qualidade, a extensão, a pesquisa, C&T, o regime de trabalho, a liberdade de organização e representação etc..

A nossa participação nas campanhas salariais do setor das IPES tem ficado circunscrita às poucas universidades privadas cujas entidades sindicais são organicamente ligadas ao ANDES-SN. Precisamos reverter essa situação. A realização de encontros regionais, seminários e debates podem iniciar esse processo de aproximação e de interlocução com os professores das IPES de forma mais constante e articulada. Precisamos desenvolver formas e instrumentos de comunicação que mostrem a esses docentes quais são os princípios e fundamentos que regem a concepção e a ação sindical do ANDES-SN e que existem alternativas políticas e organizativas; que existem outros sujeitos na sociedade querendo promover e aprofundar questões que lhes interessam e que muitas vezes eles desejariam ver melhor tratadas, com a frequência e regularidade necessárias. Assim, a organização e preparação dessas iniciativas devem ser precedidas de informações, dados e estudos que ofereçam ao professorado das IPES um conjunto de elementos que possam subsidiar uma intervenção político-sindical substantiva e qualitativamente superiores.

TR - 8.1

O 20º Congresso do ANDES-SN reafirma as deliberações do seu 19º Congresso (Juiz de Fora (MG), 2000):

- a) de lutar pelo financiamento público das universidades públicas, nos termos do Art. 212 da CF, como historicamente defendido pelo movimento docente;
- b) pelo repassar mensal às IFES do volume de recursos resultante do cálculo da folha de pagamento de docentes e técnico-administrativos, a partir de plano único de cargos e salários, acrescido de percentual para OCC de 25%. Bem como de 1,5% do PIB em C&T.

TR - 8.2

O 20º Congresso do ANDES-SN delibera que a Diretoria Nacional deverá:

- 1) Dar início imediato à realização de um diagnóstico abrangente das reformas e transformações ocorridas no sistema de educação superior brasileiro durante a década de 90.
- 2) Consolidar e publicar a Cartilha sobre Orçamento Público até o mês de abril de 2001 (em anexo deverão constar a LRF e Leis complementares que disciplinam a elaboração, tramitação e execução do Orçamento Público).
- 3) Apresentar, a partir do 21º Congresso do ANDES-SN, estudos atualizados sobre a evolução das Verbas de OCC e Pessoal das IFES, relacionando a evolução da Receita Tributária, o Orçamento do MEC e pessoal (Receita tributária/OCC/pessoal, pessoal/Orçamento do MEC).
- 4) Iniciar um conjunto de debates, discussões e atividades públicas que tenham como tema central a *Dívida Externa e sua relação com Orçamento Geral da União* (pautando centralmente as prioridades definidas pelo Governo e seus reflexos para a Lei de Diretrizes Orçamentárias/2002 e sua relação com os serviços públicos e a qualidade de vida da população).

TR - 8.3

O 20º Congresso do ANDES-SN delibera que a Diretoria Nacional:

- 1) Coordene, conjuntamente com as demais entidades dos SPF e a CUT, a *campanha salarial de 2001* por reajuste linear.
- 2) Envide esforços, com essas mesmas entidades, para que sejam fixadas, no Orçamento Geral da União, as provisões referentes à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos federais, nos termos do Art. 37, inciso X da Constituição Federal.

TEXTO 9

Contribuição do Prof. Ernesto Luiz Casares Pinto - Sindicalizado da APROFURG-S.Sind. e do Prof. Gil Vicente Reis de Figueiredo - Sindicalizado da ADUFSCar-S.Sind.

TEXTO APOIO

Prioridades de governo: pagando as dívidas (?) às custas do calote interno.

1. Introdução

O GT-Verbas da ANDES-SN, em sua reunião de 6 a 8 de outubro de 2000, decidiu constituir uma comissão com a função de levantar dados e elaborar um documento preliminar contemplando análise de série histórica comparativa entre verbas de pessoal / recursos de custeio e o Orçamento Geral da União (O.G.U.).

Nos dias 26 e 27 de outubro, os professores Ernesto Luiz Casares Pinto (APROFURG), Gil Vicente Reis de Figueiredo (ADUFSCar), Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF) iniciaram, em Brasília, a coleta dos dados relatados neste texto, que foram consolidados, bem como a redação final, pelos dois primeiros docentes, ao longo dos meses seguintes, para debate no GT-VERBAS e posterior apresentação ao XX Congresso da ANDES-SN, a realizar-se entre 15 e 21 de fevereiro de 2001, como subsídio às discussões e proposições relativas ao tema.

Por dificuldades várias que não nos cabe avaliar, não foi possível reunir novamente aquele grupo de trabalho da ANDES-SN, até a presente data. Considerando-se, de um lado, que o dia de hoje - 10 de janeiro de 2001 - é o limite para o envio de artigos ao próximo Congresso, e, de outro, que é importante que as informações de que dispomos sejam imediatamente socializadas e utilizadas, remetemos ⁽¹⁵⁾ desde já o presente trabalho, na impossibilidade de submetê-lo em tempo próprio ao GT-Verbas, no qual, esperamos, será posteriormente debatido e com certeza aprimorado.

2. Orçamento da União: alguns dados sobre receitas/despesas em anos recentes

A análise técnica do Orçamento Geral da União - O.G.U. - é um instrumento fundamental para apoiar a argumentação política dos que, ao longo destes tantos anos, vêm sendo continuamente lesados por decisões governamentais que, cada vez mais, privilegiam o pagamento de encargos financeiros para o grande capital, em detrimento e às custas dos salários dos servidores e de destinações à área social. Embora, do ponto de vista qualitativo, esta seja uma verdade evidente, a questão que aqui tratamos é como quantificá-la, de forma a deixar transparentes os números do calote que vem sendo praticado.

É impossível, em um artigo relativamente curto, detalhar os muitos e importantes aspectos do O.G.U. que em tese seria desejável abordar; descreveremos, portanto, somente alguns elementos mínimos necessários - que vão devidamente sublinhados - ao entendimento dos dados que apresentaremos a seguir.

2.1 Receitas de capital, receitas correntes e receitas correntes líquidas

Os recursos existentes para distribuição, no O.G.U., são classificados, basicamente, em **receitas de capital** e **receitas correntes**.

As **receitas de capital** são as provenientes de alienação de bens, operações de crédito, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras. Note-se que, aqui, estas receitas não nos interessarão particularmente, pois são, via de regra, usadas para pagamento de despesas de capital e, portanto, não se relacionam ao tema tratado neste trabalho.

⁽¹⁵⁾ Este documento está sendo assinado pelos professores Ernesto Luiz Casares Pinto e Gil Vicente Reis de Figueiredo, a pedido do professor Paulo Antonio Cresciulo de Almeida, por considerar que sua participação se restringiu apenas ao início dos trabalhos.

Já as **receitas correntes** correspondem, em essência, à integralidade dos recursos arrecadados pelo governo durante um determinado exercício.

Compõem-se de:

1. **receitas tributárias**: são as provenientes da arrecadação de tributos, que compreendem impostos, taxas e contribuição de melhoria;
2. **receitas de contribuições**: são as que advêm de fontes tais como as contribuições previdenciárias, entre outras;
3. **receitas patrimoniais**: as oriundas da utilização, pela União, de seu patrimônio, aparecendo sob a forma de juros, aluguéis, dividendos, etc.;
4. **receitas agropecuárias, industriais e de serviços**: são aquelas que resultam da exploração, pela União, de atividades agropecuárias (produção animal, vegetal e derivados, por exemplo), industriais (extração, transformação, construção, etc.) e de serviços (tais como comércio, transporte, comunicações, consultorias, etc.);
5. há ainda as **transferências correntes** - decorrentes de transferências entre as várias esferas de governo ou entre pessoas físicas / jurídicas e o governo - e as chamadas **outras receitas correntes**, que incluem juros de mora, multas, indenizações, loterias, cobrança da dívida ativa, etc.

Faz-se necessário, aqui, precisar os conceitos de **receitas correntes** e **receitas correntes líquidas** da União, posto que será utilizado apenas este último, para fim das comparações que serão feitas.

O fato é que nem todas as **receitas correntes** estão disponíveis para a distribuição orçamentária da qual fazem parte, entre outros, os recursos para pagamento de pessoal da União e as despesas com Saúde, Educação e demais áreas sociais.

Na realidade, há uma parcela que deve ser subtraída antes daquela distribuição, que é a concernente a transferências constitucionais / legais e aos benefícios previdenciários.

O montante que resulta dessa subtração é chamado de **receitas correntes líquidas** e será, portanto, a referência para o nosso estudo, pois são exatamente essas as receitas passíveis de discussão e de disputa política, por ocasião da elaboração anual do O.G.U..

A Tabela 1, mostrada abaixo, explicita os valores nominais (isto é, não corrigidos) dessas receitas, de 1995 a 1999.

Os números referentes ao ano 2000 correspondem à lei orçamentária, após os vetos, ou seja, a dotação inicial.

Já os listados para o ano de 2001 dizem respeito ao Projeto de Lei Orçamentária.

Tabela 1

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Receitas correntes	127,1	152,5	175,3	200,4	218,0	251,4	282,9
Receitas correntes líquidas	67,3	89,4	97,04	104,5	129,9	141,7	159,1

Valores nominais, em bilhões de reais. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/ Ministério da Fazenda (MF)

2.2 Despesas - gastos com pessoal, educação e juros

Há diversas formas de classificação das despesas previstas no Orçamento Geral da União.

Mencionamos, primeiramente, a funcional-programática, de caráter macro-econômico, que explicita quais as funções básicas que o Estado vai desempenhar durante a vigência do orçamento, e quanto destinará a cada uma delas, com o devido detalhamento.

Esta ótica de análise das despesas orçamentárias tem, pois, cunho eminentemente político e expõe as características das despesas previstas (que são autorizadas mas não

obrigatórias), enquanto um norte para o planejamento do desenvolvimento econômico e social do país.

As despesas orçamentárias podem também ser vistas do ponto de vista administrativo; para tal, pode-se fazer seu estudo por esfera de governo, ou seja, pode-se analisar minuciosamente quanto cabe a cada ministério e outras unidades e sub-unidades administrativas da União.

A classificação que nos interessa mais de perto, entretanto, é a que é realizada por categoria econômica. Esta é a que permite conhecer em separado - como veremos a seguir, os gastos de pessoal e de custeio das instituições públicas, bem como os montantes destinados a despesas tais como amortizações da dívida interna e externa.

As despesas, segundo esta classificação, dividem-se em duas categorias econômicas: **despesas correntes** e **despesas de capital**.

As **despesas correntes** são as que se referem aos gastos necessários ao funcionamento da máquina governamental, no dia a dia.

Subdividem-se em:

1. **despesas de custeio**, correspondentes a pagamentos de rotina - seja de pessoal, de material de consumo, de serviços de terceiros e outros - que devem ser feitos para que haja continuidade na prestação de serviços por parte da União;
2. **transferências correntes**, relativas a destinações que não têm como contrapartida direta bens e/ou serviços - é o caso, por exemplo, de remanejamentos internos, entre Governo Federal, Estados e Municípios (Fundos de Participação) ou de subvenções da União a instituições privadas, como as disponibilizadas pelo Ministério de Educação a universidades particulares.

As **despesas de capital**, por sua vez, podem ser subdivididas em três categorias:

1. **investimentos**, que dizem respeito a valores que se destinam à construção de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e material permanente, entre outros tópicos;
2. **inversões financeiras**, utilizadas para a compra de títulos representativos de capital de empresas, operações com seguros, empréstimos, etc.;
3. **transferências de capital**, que abarcam, entre outros, transferências ao exterior, diferenças cambiais e, particularmente, **amortizações e juros da dívida (interna e externa)**.

2.3 Objetivos, metodologia de trabalho e resultados

Com essas informações básicas sobre o O.G.U., é possível pensar em investigar algumas questões, acerca das decisões político-orçamentárias tomadas pelo Executivo e Legislativo nos últimos anos.

Qual o ritmo de crescimento (ou decréscimo) dos percentuais representados, em relação às receitas correntes líquidas, pelos gastos: com Educação? com Ensino Superior? com pagamentos de pessoal da União, do MEC e do ensino superior? com pagamentos de juros e amortizações da dívida?

Responder estas perguntas tecnicamente, e ter em mãos os correspondentes dados é, sem dúvida, imprescindível para os que necessitam de fundamentação precisa a respeito do assunto.

A escolha da metodologia de trabalho para obtenção das informações é um ponto importante. Optamos por utilizar fontes oriundas da própria União, pois estas dificilmente podem ser questionadas, em particular pelo governo. Pensando assim, consultamos, nos itens de interesse (conforme explicado acima), alguns 'sites' que o governo federal mantém na Internet.

Deste trabalho, feito com o apoio da secretaria da ANDES-SN, que nos cedeu CDs com os respectivos 'downloads' da (extensa) informação necessária obtida naqueles 'sites', resultaram as tabelas que apresentamos na seqüência. Aproveitamos a oportunidade para

registrar que vários outros documentos consultados para conferência de dados foram obtidos na ANDIFES.

Tabela 2

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Variação percentual: 2001/1995
Gastos com pessoal e educação								
Gastos c/pessoal da União	37,8	40,6	44,5	47,9	51,6	52,1	59,6	+ 58%
Gastos c/pessoal, MEC	5,37	6,37	5,76	5,90	6,77	6,51	7,32	+ 36%
Gastos c/ativos, ensino superior	2,98	2,96	3,06	3,08	3,70	3,65	3,91	+31%
Gastos c/educação	13,64	12,39	12,10	13,00	12,50	12,64	15,42	+13%
Gastos c/ensino superior *(Tabela 4)	6,20	5,67	5,40	5,18	5,68	6,00	5,94	- 4%
Amortização e juros da dívida								
Gastos com amortização	9,0	7,9	13,3	24,4	27,2	66,4	72,6	+ 707%
Gastos com juros	16,8	19,5	21,0	30,8	45,4	78,1	67,8	+ 304%

Valores nominais, em bilhões de reais. Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) / STN

Tabela 3

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Gastos com pessoal e educação							
Gastos c/pessoal da União / RCL	56,1%	45,4%	45,9%	45,9%	39,7%	36,8%	37,5%
Gastos c/pessoal, MEC / RCL	8,0%	7,1%	5,9%	5,6%	5,2%	4,6%	4,6%
Gastos c/ativos, ensino superior / RCL	4,4%	3,3%	3,1%	2,9%	2,8%	2,6%	2,5%
Gastos c/educação / RCL	20,3%	13,9%	12,4%	12,4%	9,6%	8,9%	9,7%
Gastos c/ensino superior / RCL	9,2%	6,3%	5,6%	5,0%	4,4%	4,2%	3,7%
Amortização e juros da dívida							
Gastos c/amortização / RCL	13,4%	8,8%	13,7%	23,3%	20,9%	46,9%	45,6%
Gastos c/juros / RCL	24,9%	21,8%	21,6%	29,5%	35,0%	55,1%	42,6%

Resultado da comparação de tabelas anteriores. Fonte: SIAFI / STN

Tabela 4

• **Detalhamento das despesas da União com os vários graus de ensino**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Educação Infantil	75	80	81	65	36	46	36
Ensino Fundamental	1.527	1.547	2.113	3.042	2.567	1.506	1.819
Ensino Médio	770	603	560	560	597	90	578
Ensino Superior	6.202	5.667	5.399	5.177	5.684	5.999	5.938
Total	8.574	7.897	8.154	8.844	8.885	7.641	8.371

Valores nominais, em milhões de reais. Fonte: SIAFI / STN

Finalmente apresentamos, na Tabela 5, dados adicionais que detalham o percentual representado pelos gastos com pessoal da União em relação às **recentes correntes líquidas** (RCL), conforme constante da primeira linha da Tabela 3. Há concordância quase que completa entre os números das tabelas 3 e 5, provenientes, respectivamente, do SIAFI / STN e do MOG / SEAP. A única discrepância está nos 'Gastos c/pessoal da União / RCL', 1995, caso em que há uma diferença de 0,1%, possivelmente devida a métodos distintos de aproximação.

Tabela 5

	1995	1996	1997	1998
A: gastos com o Executivo / RCL	50,6%	40,2%	39,7%	38,8%
B: gastos com o Legislativo / RCL	1,8%	1,6%	1,8%	1,8%
C: gastos com o Judiciário / RCL	3,8%	3,6%	4,4%	5,3%
D: total de gastos c/pessoal da União / RCL	56,2%	45,4%	45,9%	45,9%
A / D	90,0%	88,5%	86,5%	84,7%
B / D	3,2%	3,5%	3,9%	3,9%
C / D	6,8%	7,9%	9,6%	11,6%

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal nº 38, junho de 1999, publicado pelo

Ministério do Orçamento e Gestão, Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio - MOG / SEAP

O mesmo Boletim apresenta uma tabela comparativa de 'Despesas com Pessoal da União, por Poder', desde 1987. Dela pode ser deduzido o seguinte: em termos relativos, a razão entre gastos da União com o Legislativo e com o Executivo ampliou-se **34%** entre 1987 e 1999; e a razão entre gastos da União com o Judiciário e com o Executivo cresceu **225%**, no mesmo período. A tendência de cortes pronunciados de gastos com os funcionários do Executivo, se comparados aos dos demais poderes, não se restringe a 1995 / 1998 (Tabela 5), predominando fortemente, portanto, no mínimo desde 1987.

3. Uma breve análise

Os números acima, vindos do próprio governo, são de uma eloquência calamitosa e irrefutável.

A Tabela 3 mostra que os gastos da União com pessoal, vistos como percentual das receitas correntes líquidas (RCL), caíram de 56,1% para 37,5%, entre 1995 e 2001. Ou seja, a fatia do bolo que hoje cabe aos salários do pessoal da União é de cerca de 2/3 do que era há seis anos. A Tabela 5 e as considerações subseqüentes, contudo, mostram que a situação dos funcionários do Executivo é substancialmente pior que a dos demais. De fato, sobre eles têm pesado, de forma avassaladora e desigual, os cortes orçamentários: os gastos com o Legislativo mantiveram-se constantes em 1,8% das RCL, entre 1995 e 1998, enquanto que os destinados ao Judiciário foram inclusive ampliados - de 3,8% para 5,3% - ao mesmo tempo, a redução das verbas para pagamento de pessoal do Executivo foi dramática, caindo de 50,6% para 38,8%. Dito de outra forma, os funcionários do Executivo da União vêm sendo, ano após ano, o principal alvo do calote governamental.

E para onde está indo esse dinheiro? Só os gastos com a amortização da dívida (interna e externa) subiram em 32,2% da RCL - de 13,4% (1995) para absurdos 45,6% (em 2001). Por outro lado, estamos gastando hoje com juros dessa mesma dívida mais 17,7% das RCL do que há seis anos atrás (Tabela 3).

Não é então por acaso que os gastos com Educação também despencaram (Tabela 3), de 20,3% das RCL, em 1995, para os atuais 9,7%. A situação no Ensino Fundamental é péssima: os recursos que lhe foram destinados em 2001 (vide Tabela 4) são apenas 19,1% superiores - em valores nominais - do que os aportados em 1995, enquanto que, no mesmo período, as RCL subiram, também nominalmente, 136,4% (Tabela 1). Já a Educação Infantil, o Ensino Médio e o Ensino Superior vivem um quadro ainda mais negativo - nesses mesmos seis anos, os montantes aí alocados diminuíram nominalmente! (Tabelas 2 e 4).

Essas são as verdadeiras prioridades de um governo que, em termos do que arrecada, reduz percentualmente para menos da metade os recursos do ensino superior, enquanto mais do que dobra os gastos em amortizações e juros da dívida. Um governo que caloteia seus funcionários e desvia recursos das áreas sociais - essenciais a um país carente como o nosso - para 'honrar', sem discutir, os pagamentos que faz ao sistema financeiro. Mudar essa realidade tão conhecida, que emerge de forma clara e inequívoca dos números orçamentários, é o nosso desafio.

TEXTO 10

Diretoria do Andes-SN

Projeto de Carreira Única do Andes-SN: Considerações sobre as disposições transitórias e proposta de alteração na forma de transposição e reenquadramento.

TEXTO APOIO

Construída no âmbito das lutas pelo *padrão unitário de qualidade* para a Educação Superior no País e pela isonomia e paridade entre os docentes ativos e aposentados dos diversos níveis e modalidades de ensino das IES, a *Proposta de Carreira Única do Andes-SN* voltou à cena no MD, após a greve de 98, como forma de viabilizar uma efetiva inserção, na carreira do ensino superior, dos docentes de 1º e 2º graus das IFES que foram excluídos da GED e, mais amplamente, com o objetivo de conquistar a carreira única para todos os docentes, uma meta comprometida pela política de gratificações e pelas perdas salariais dos planos econômicos que vem colocando a isonomia salarial em péssima situação .

Reafirmando o caráter de urgência na resolução do problema [acerca deste] do enquadramento dos professores de 1º e 2º graus das IFES na carreira única do Andes-SN, o 18º Congresso encaminhou ao 38º CONAD a aprovação do *Projeto de Lei de Carreira Única para o Magistério das IFES*, com algumas alterações e adaptações do texto original constante do *Cadernos ANDES nº2* (1996).

Dentre as adaptações aprovadas não constava nenhuma relativa às Disposições Transitórias. Desde que foi apresentada, no 31º CONAD, em outubro de 1995 em Salvador, e aprovada no 15º Congresso, em 1996, Santa Maria, a proposta de transição da carreira atual para a carreira única construída pelo Andes-SN continuou a mesma¹⁶.

Após a protocolização do projeto no MEC, em julho de 1999, o movimento docente passou a discutir as questões relativas à transposição dos docentes da carreira atual para a nova carreira. Nesta ocasião, algumas possíveis distorções foram aventadas mas, estrategicamente, decidiu-se pela não alteração do projeto já protocolado, visto que a reabertura da discussão poderia enfraquecer a luta pela abertura de negociações com o Ministério da Educação.

O 39º CONAD deliberou que, no processo de negociação pela implantação da nova carreira, as questões de transposição, envolvendo a situação de docentes aposentados e da ativa, seriam permanentemente acompanhadas pelo sindicato, através dos GT pertinentes e de assessoramento jurídico, com o propósito de garantir a não ocorrência de perdas salariais e de quebra da paridade entre os salários dos docentes da ativa e aposentados.

Concomitantemente, por recomendação do GT Carreira, as Seções Sindicais e os respectivos GT dariam prosseguimento aos estudos sobre as implicações da transposição desses docentes, a fim de subsidiar as negociações, no momento oportuno, em torno da implementação da nova carreira, possivelmente indicando itens que pudessem constar nas Disposições Transitórias. Entretanto, pouquíssimas Seções Sindicais responderam à recomendação do GT, o que torna necessário um posicionamento mais efetivo da Diretoria no momento.

Uma análise mais aprofundada das Disposições Transitórias do Projeto de Carreira Única, permitiu evidenciar a existência de alguns pontos que poderiam trazer problemas e que deveriam ser corrigidos, o quanto antes, a fim de evitar atropelos e improvisações durante a negociação do Projeto com o MEC, situação que poderia levar a perdas salariais no reenquadramento dos docentes e outros prejuízos funcionais.

O primeiro artigo do Capítulo *Da Transposição* (artigo 36), define que esta se dará por titulação e nível. Uma projeção dos salários atuais na nova malha salarial da carreira indica que podem ocorrer distorções que poderiam prejudicar companheiros hoje enquadrados em determinada classe sem a titulação correspondente.

Enquadrando na classe de Auxiliar, por exemplo, os docentes *cujo mais alto título seja o de graduado*, e na classe de Assistente, os docentes *cujo mais alto título portado seja o de mestre*, estamos desconsiderando completamente os docentes com especialização. Atualmente, este título não é considerado na carreira de magistério superior do PUCRCE para

¹⁶ O Projeto de Carreira foi aprovado no Congresso de Manaus em 1993. O de Santa Maria complementou com a proposta de inscrição da carreira atual para a carreira única.

mudança de classe. Entretanto, os docentes que o possuem como *mais alto título* têm um acréscimo de salário de 12% que não pode ser desprezado.

Outra questão importante de ser revista faz jus a *nomenclatura*. Como explicar a um docente, Adjunto, com 18 anos de carreira (mas com título de graduado), que na nova carreira ele será enquadrado como *Auxiliar*? Ainda que o salário corresponda a seu salário atual, ele estará 'voltando' ao início da carreira. É certo que a nova carreira terá de corrigir distorções que foram criadas ao longo de todo esse tempo. Entretanto, não é possível desconsiderar que esses docentes foram enquadrados numa carreira balizada por outros critérios. Em caráter *transitório*, é justo que este docente possa continuar na *mesma classe*, resguardando as diferenças salariais causadas pela falta da titulação *desejada* para aquela classe.

Conforme análise já feitas pelo MD¹⁷, o processo de qualificação avançou de forma rápida, mas desigual, nos últimos tempos, em decorrência de políticas deliberadas de segmentação das IES. Muitos professores dedicados e diligentes obtiveram sua progressão pela avaliação de suas atividades acadêmicas e não pela titulação. Foi por isso que a luta do ANDES/SN pela nova carreira única sempre veio acompanhada da luta por um plano de capacitação docente (PNCD- Plano Nacional de Capacitação Docente, anexo do Projeto de Carreira Única).

Com a implementação do PNCD todos os professores terão condições de se qualificar e progredir, pela titulação, nas classes da carreira. Mas e os docentes aposentados e em vias de se aposentar? Ficariam em uma carreira em extinção? Justamente o que pretendemos impedir no caso do *emprego público*? Ou teriam de optar por 'retornar' a uma classe anterior à sua na nova carreira?

De acordo com os estudos que estão sendo empreendidos (ainda em fase preliminar), estes problemas poderão ser resolvidos pela criação de um artigo, nas Disposições Transitórias, que permita o enquadramento dos docentes atualmente no PUCRCE em suas atuais classes, e que a diferenciação de titulação seja tratada de forma 'salarial'. Este tratamento seria dado apenas aos docentes que migrarem do PUCRCE para a carreira única do Andes-SN. Os novos docentes que [já] ingressarem na carreira única não terão este problema, porque somente poderão fazer concurso para a classe correspondente à sua titulação.

A alternativa acima apresentada não pode ser concebida como recurso de acréscimo salarial e, tampouco, como mecanismo de transição que proporcione uma elevação salarial exagerada e o abandono do princípio da progressão vertical por meio da titulação (o chamado 'trem da alegria').

Devemos garantir que os proventos dos servidores aposentados guardem paridade absoluta com os vencimentos dos servidores em atividade, criando meios para assegurar o nível salarial da referência a que chegou por ocasião da aposentação, não importando as novas denominações do cargo e reclassificações criadas posteriormente.

Igualmente imperativo é garantir que os docentes da ativa não serão 'rebaixados' à classe inferior à que já possui atualmente.

Diante da ameaça do MEC e da ANDIFES de enquadrarem a nova carreira no *emprego público* (regime de CLT), causando a perda da estabilidade do emprego, a precarização dos contratos de trabalho, a deterioração das condições do pleno exercício profissional, assim como o desmantelamento de carreiras e projetos de capacitação, o movimento docente deve assumir como tarefa urgente a defesa da Universidade Pública e Gratuita e a luta por condições dignas de trabalho. Esta luta não pode se dar apenas pela reivindicação de reajuste emergencial para todos os docentes em atividade e aposentados, uma insígnia importantíssima, mas também contra o regime de Emprego Público. É uma tarefa do ANDES-SN criar condições para assegurar que a nova carreira única seja a alternativa que melhor responde aos desafios da conjuntura que, indubitavelmente, colocam o futuro da dignidade profissional dos docentes em extremo risco, em decorrência das reformas administrativa e da previdência.

Por isso, a Diretoria Nacional do ANDES-SN estará apresentando no XX Congresso, após avaliação do GT Carreira (o comparecimento de todos os membros é crucial), uma proposta de complementação das Disposições Transitórias do Projeto de Carreira Única para o Magistério Superior, de modo que seja possível agregar o conjunto do movimento em sua defesa, configurando uma luta que será decisiva para os futuro da universidade pública.

¹⁷ Caderno de Textos do 31º CONAD – Carreira e Capacitação Docente.

TEXTO 11

Contribuição da Assembléia Geral dos Professores da UFMG do dia 24 de agosto de 1999.

GID – Gratificação de Incentivo à Docência

TEXTO APOIO

A Diretoria da APUBH e o seu departamento de Políticas Educacionais, desde a instituição da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) através da Medida Provisória 2020 de 24/03/2000, vêm desenvolvendo ações no sentido de acompanhar a implantação desta gratificação na UFMG, embora tenhamos posição contrária à adoção de gratificação, em substituição a reajuste salarial.

A referida gratificação dispensa tratamento diferenciado aos docentes de 1º e 2º graus, ao atribuir valores acentuadamente inferiores aos atribuídos pela GED aos seus pares de igual função e qualificação acadêmica. Também aprofunda ainda mais o seu caráter discriminatório, ao excluir os professores já aposentados e estabelecer regras diferenciadas daquelas da GED aos que vierem a se aposentar. Com o intuito de garantir o pagamento aos professores de uma conquista de greve, entendemos que a ANDES deve se esforçar para que se proceda ao efetivo pagamento dos direitos devidos aos professores que a eles fazem juz. Para tanto, apresentamos ao 20º Congresso o estado atual das demandas dos professores da UFMG:

Proposta de critérios para implantação da Gratificação de Incentivo à Docência (GID).

A Comissão instituída pela APUBH apresenta para apreciação da comunidade universitária, a proposta de Critérios para Implantação da GID, na UFMG.

I – Em relação à avaliação Quantitativa

Anualmente será atribuído a cada docente um número de pontos que será a média aritmética daqueles obtidos nos dois semestres, respectivos, pelo professor, de acordo com a sistemática descrita abaixo. Estabelece-se também, preliminarmente, que cada docente deverá ministrar no mínimo, 8 horas-aula anualmente na educação básica, tecnológica, graduação e pós-graduação, salvo casos excepcionais, que serão apreciados pela Comissão Institucional da GID.

A pontuação quantitativa deverá levar em consideração o número de horas-aula.

O conceito de "hora-aula" compreenderá:

a) As atividades de aula na educação básica, técnica e tecnológica¹⁸ graduação e pós-graduação, às quais o professor poderá agregar, desde que feito o pertinente registro acadêmico, um adicional de 50%, correspondente ao atendimento de alunos, esclarecimentos de dúvidas, orientação pedagógica, supervisão de trabalhos e atividades extra-classe. Além disso, deverá ser considerado um adicional de 50% para os casos em que o docente tenha que se deslocar para ministrar disciplinas curriculares em outra cidade.

Os pontos em cada semestre serão computados multiplicando-se o total de horas-aula obtido em cada semestre por 5, como previsto na Medida Provisória 2020 de 24.03.2000, e suas reedições de 25/04/2000 e 25/05/2000.

b) Outras atividades relativas à grade curricular cuja soma não poderá exceder a 50 pontos ou seja: $[(b_1+b_2+ \dots + b_n) \leq 50]$.

Neste caso, a pontuação a ser atribuída ao docente (em cada semestre) será a somatória dos pontos respectivos (indicados por P), contados à razão de 5 por "hora-aula" semanal, conforme especificado nos sub-itens a seguir:

b1) Estágios supervisionados com orientação direta do docente de no mínimo 1 hora por semana. Considera-se que a supervisão de um aluno que cumpra 12 créditos (isto é, 12 horas semanais de trabalho discente) demanda do professor o dispêndio de 01 hora semanal de trabalho, ou 5 pontos da GID. Portanto, o número de "horas-aula" será igual a 1/12 multiplicado pelo produto do número (n) de alunos supervisionados pelo número de horas (h) cumprido por discente. A pontuação será dada pela fórmula:

$P=5.[1/12.(n.h)]$, ou seja, $P=(5/12).n.h$

¹⁸ educação técnica e tecnológica na UFMG compreende: agropecuária; formação de atores; eletrônica; patologia clínica; instrumentação; química; entre outros

b2) Estágios supervisionados fora da instituição. Nesse caso, supõe-se que cada aluno supervisionado corresponda a 5 horas de trabalho semestrais do docente. Isso equivale a 5/15 ou 1/3 de hora semanal de trabalho docente; ou seja, a 5/3 pontos. Logo, para (n) estágios supervisionados fora da instituição, serão atribuídos ao docente:

$$P=(5/3).n;$$

b3) Orientação de alunos de educação básica, técnica, tecnológica e graduação, bolsistas ou não, engajados em projetos/atividades de ensino, iniciação científica, extensão, monitoria, treinamento, PET, PAD, PED, PID, PROVOC, e programas assemelhados, desde que estas atividades estejam registradas e aprovadas nos respectivos órgãos competentes. O número de horas semanais que o aluno deverá cumprir é de 12, portanto o número de pontos a ser computado será:

$$P=5.[1/12(n.12)], \text{ isto é, } P=5.n$$

b4) Orientação de trabalhos de educação básica, técnica, tecnológica e graduação. Nesse caso, vale exatamente a mesma sistemática proposta acima. Assim, se o aluno cumprir (c) créditos, a orientação de (n) alunos proporcionará igualmente:

$$P = (5/12) . n.h$$

b5) Orientação de trabalhos de pós-graduação e/ou acompanhamento de grupos de trabalho diferenciado tais como: monografia de especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado corresponderão a 10 pontos por aluno. Logo:

$$P=10.n$$

b6) Disciplinas do regime especial de recuperação e/ou Grupos de Trabalho diferenciado (GTD): serão atribuídos 5 pontos por disciplina.

b7) Coordenação das disciplinas estágio ou trabalho de graduação: deverão ser atribuídos 10 pontos por disciplina.

II- Em relação à avaliação qualitativa

Devem ser objeto de pontuação os seguintes quesitos:

II.1- Relativos a atividades de ensino:

a) Desempenho didático: a ser avaliado pela Comissão Institucional da GID/UFMG, a partir de critérios a serem definidos por essa Comissão e aplicados a partir de 2000. A avaliação qualitativa ficará sob responsabilidade da Comissão Interna da Unidade. Este quesito terá pontuação máxima de 10 pontos.

b) Orientação a alunos em projetos de iniciação científica, extensão, monitoria, treinamento, PET, PAD, PID, PROVOC assemelhados não vinculadas à grade curricular e aprovados institucionalmente ou por órgãos de fomento: 5 pontos por orientando, até o máximo de 10 pontos.

II.2- Relativos a atividades de pesquisa e extensão:

Observações Preliminares:

1 - Serão atribuídos 10 pontos por item (a, b, c) ao docente que apresentar pelo menos uma atividade das descritas em cada item (coordenação:10; subcoordenação: 5; participação:3)

2 - Somente será atribuída pontuação às atividades que não sejam “notadamente caracterizadas como prestação de serviços”:

a) Produção científica, técnica, cultural ou artística compreendendo: publicações (artigos, livros), produção de filmes, vídeos, peças e exposições artísticas, patentes e outros itens a critério da Comissão Institucional da GID/UFMG.

b) Projetos de pesquisa aprovado pela instituição ou por agências nacionais ou internacionais.

c) Projetos ou cursos de extensão.

d) Projetos aprovados pela Instituição.

e) Trabalhos de campo, visitas técnicas orientadas.

II.3 – Relativos às atividades de capacitação:

Deverão ser pontuadas todas as atividades de capacitação (afastamentos parciais ou integrais), tais como as de aperfeiçoamento, especialização, matrículas em disciplinas isoladas, mestrado, doutorado e pós-doutorado desde que os relatórios do docente tenham sido devidamente aprovados pelas instâncias competentes da UFMG.

O docente afastado para capacitação terá automaticamente 60% da pontuação máxima da GID. Poderá perceber percentual superior desde que tenha suas atividades submetidas aos critérios desta regulamentação, ou em gozo de licença sabática especial.

II.4 – Relativos a participação em bancas:

Será pontuada a participação em bancas examinadoras, seleção de aptidão de alunos, seleção de bolsistas e monitores, de trabalhos de graduação, monografias de especialização, de dissertações de mestrados, de teses de doutorado, de professores substitutos e de técnico-administrativos. Pontuação: pelo menos 2 pontos por banca, até o máximo de 10 pontos.

II.5 – Relativos às atividades administrativas remuneradas:

a) Cargos de Direção (CDs) e Funções Gratificadas (FG1 e FG2). Aos ocupantes dessas funções, serão atribuídos 60% da pontuação máxima da GID, podendo o docente perceber percentual maior, desde que tenha suas atividades submetidas aos critérios conforme a MP 2020.

II.6 - Relativos às atividades administrativas não remuneradas: serão atribuídos até 10 pontos de acordo com a relevância da função para a Instituição.

1) O número de pontos a ser atribuído ao docente que cumpra qualquer um dos itens abaixo será de 10 pontos (não cumulativamente, isto é, mesmo que o professor realize mais de uma dessas atividades, ainda assim poderá contar apenas 10 pontos).

2) Somente será atribuída pontuação às atividades que não sejam “notadamente caracterizadas como de prestação remunerada de serviços”.

a) Representação junto a órgãos administrativo-pedagógico, conforme especificidade das unidades envolvidas, assim como representações em órgãos e/ou comissões da universidade, desde que comprovada frequência superior a 75%.

b) Exercício de cargos de direção de sindicatos docentes (local ou nacional).

c) Assessoria e assistência junto à administração das IFES ou outras instituições públicas: o docente estimará o tempo dedicado a essas atividades em seu relatório, que será julgado pela Comissão.

Observações gerais:

1) Os docentes serão responsáveis pelas informações fornecidas.

2) Os docentes deverão manter sob sua guarda e disponibilizar à Comissão Institucional da GID toda a documentação comprobatória das informações fornecidas.

3) Os docentes poderão corrigir as informações entregues até 30 dias depois do julgamento pela Comissão Institucional da GID, fazendo jus ao pagamento retroativo;

4) Aos docentes do Núcleo de Ciências Agrárias de Montes Claros, que tiveram seus encargos didáticos reduzidos, em consequência da extinção do ensino médio, deverá ser dado um tratamento especial, de modo que lhes seja garantido o acesso ao recebimento integral da GID.

5) Aos docentes que recebam a bolsa de Incentivo à Docência será garantida a contagem deste período no cálculo da Gratificação de Incentivo à Docência para fins de aposentadoria;

6) A pontuação relativa à Gratificação de Incentivo à Docência será computada através do registro de atividades do relatório do INA 1999;

7) Aos professores afastados regularmente para capacitação, lato e strictu sensu, assim como licença sabática especial para conclusão de pós-graduação, serão atribuídos os valores máximos da Gratificação de Incentivo à Docência.

Sugestão de Critérios para atribuição de pontos para fins da GID
 Quadro Geral (comparativo com a GED)

		GED	GID
Encargos didáticos Avaliação Quantitativa	Hora aula	10 pontos/hora aula	5 pontos/hora aula
		Min: 80 pontos Máx.: 120 pontos	Min: 40 pontos Máx.: 70 pontos
	Orientação	Máx: 40	Incluídos nos 70 Pontos Hora aula
Avaliação Qualitativa	Prod. Intelectual Prod. Artística Prod. Técnica	Máx.: 60	Máx.: 35
	- Funções administrativas - Participação em comissões	Máx.: 20	Máx.: 15
Projetos e Programas de interesse	Proj. Ensino Proj. Extensão Proj. Pesquisa	Máx.: 30	Máx.: 20
Situações Especiais (podendo ser submetidos à avaliação para obtenção da pontuação máxima)	Qualificação Docente	60% da pontuação máxima	60% da pontuação máxima
	Afastamento	60% da pontuação máxima	60% da pontuação máxima
	Licenças	60% da pontuação máxima	60% da pontuação máxima

Face ao estágio de desenvolvimento do tema dentro da UFMG e a compreensão que os professores da Carreira de 1º e 2º grau não podem ficar com salários tão diferentes dos professores da Carreira de 3º grau, a diretoria da APUBH propõe:

TR – 11.1

- 1 - Imediata abertura de discussão acerca do conteúdo da proposta de Decreto Lei que institui as regras para pagamento da Gratificação de Incentivo à Docência - GID;
- 2 - A elaboração de um anteprojeto de Lei que trate da regulamentação do pagamento da Gratificação de Incentivo à Docência – GID – como forma de negociação e como instrumento de luta que se contraponha à proposta atual.

TEXTO 12

Diretoria do Andes-SN

Movimento Docente: Avançar na Luta.

TEXTO APOIO

No momento em que a ofensiva neoliberal recrudescer seu ataque aos trabalhadores, cabe ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) organizar ações e atividades, em conjunto com os sindicatos do campo cutista, movimentos sociais organizados como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central dos Movimentos Populares (CMP) e setores da sociedade civil do campo democrático e popular, com o objetivo de criar laços de solidariedade entre esses movimentos e denunciar a repressão que vêm sofrendo, esclarecer a sociedade e construir uma resistência organizada à repressão.

Essa repressão tem atuado no sentido de criminalizar os movimentos e suas lideranças e tem-se utilizado de variados instrumentos jurídicos com o objetivo de impedir a ação dos sindicatos na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores. A justiça vem, em grande medida, dando o verniz democrático e de legalidade à violência instaurada e perpetrada pelo Estado e seus órgãos de repressão, inclusive acatando acusações de incitação à violência, danos ao patrimônio e perturbação da ordem pública, ao mesmo tempo em que minimiza ou ignora os crimes praticados pelos dominantes, inclusive pessoas ligadas aos próprios poderes da República, impressionantemente freqüentes no atual governo. A atuação da Agência Brasileira de Informação (ABIN), sucessora do SNI (Serviço Nacional de Informações), e as ações concretas contra os movimentos sociais comprovam o caráter repressivo do atual regime.

A repressão policial-militar violenta, citada acima, que inclui prisões, tortura e assassinatos, aliada a acusações infundadas e campanhas de descrédito e desmoralização dos movimentos e de seus representantes e dirigentes, é da mesma natureza daquela que é praticada em outros países da América Latina contra greves e manifestações de massa. É necessário, assim, ampliar e fortalecer a *Rede de Solidariedade Internacional*, em especial na América Latina, articulando ações e criando espaços de formação e atuação para os movimentos sociais e, mais especificamente, para o movimento sindical. Nesse sentido, o *Fórum Social Mundial* (FSM), que pretende constituir-se em contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, tornando-se um fórum dos trabalhadores e excluídos que lutam contra o neoliberalismo, poderá vir a ser um espaço privilegiado tanto para o debate entre propostas políticas como para a articulação de uma nova forma de internacionalismo. O ANDES-SN tem aí uma importante função de análise e elaboração, cabendo-lhe ainda o papel de contribuir para a integração dos movimentos de resistência ao neoliberalismo em escala continental e mundial, com participação na *Rede Internacional de Solidariedade* e na *Red Social para la Educación Pública en América*.

Ainda no que tange a formas de repressão, perseguição e obscurantismo, o ANDES-SN sofre neste momento um ataque direto, centrado sobre a pessoa do seu presidente, Roberto Leher, alvo de perseguição declarada de superiores hierárquicos. Esses prepostos do regime, executores da política governamental para a universidade, agem em desrespeito acintoso à liberdade de organização e ação sindical garantidas tanto por nossa Constituição Federal (Art. 8º) como pela Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O problema, porém, ainda que materializado em sua pessoa, não é de natureza pessoal; ele é, sim, uma das expressões do estágio atual da luta de classes no nosso país. É necessário que se tenha clareza cristalina de que, apesar das várias reuniões já realizadas, a mais recente das quais no dia 08 de janeiro corrente, com a Delegacia do MEC (DEMEC) no Rio de Janeiro e a Reitoria da UFRJ, urge manter a mobilização, em defesa da liberdade de organização e exercício da atividade sindical até que o problema esteja de fato solucionado, não apenas para o ANDES-SN, mas para o conjunto tanto do funcionalismo público como do movimento sindical. A compreensão de que o Sindicato é o instrumento de organização e defesa de que os trabalhadores dispõem para resistir à ameaça ou à efetiva perda de seus direitos trabalhistas e sociais é o que pode mover o conjunto de sindicalizados do ANDES-SN na defesa de seu dirigente eleito.

Pendências políticas e sindicais podem oferecer um quadro novo e mais complexo ao nosso Sindicato Nacional. A expansão do setor privado e nossa atuação junto a essa base

colocam demandas novas às nossas Secretarias Regionais. A ação do sindicato deve evidenciar-se de uma forma mais contundente em relação à expansão do setor privado, seja tratando a questão da liberdade de organização e representação sindical do professorado daquele setor, seja nas questões relativas à estruturação de carreira, formação, capacitação e titulação desses docentes. É preciso atuar fortemente no sentido de forjar um controle público sobre as Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), impedindo a desenfreada mercantilização da educação, reafirmando-a como direito social inalienável. Precisamos realizar um diagnóstico, o mais preciso possível, tanto das alterações nas relações de trabalho e nos empregos nessas IES como de seus efeitos sobre a nossa organização sindical, bem como procurar alternativas para recolocar, sobre outras bases, os princípios históricos defendidos pelo sindicato como autonomia, padrão unitário de qualidade, escolha democrática de dirigentes.

Dar respostas mais articuladas às questões aqui abordadas - definindo prioridades, elaborando materiais, preparando debates e discussões, seminários, encontros e congressos - é tarefa de máxima urgência. Entendemos que tais questões devem representar o processo real de expansão e inserção do sindicato junto às suas bases, organizadas ou não. Nesse sentido, articular essas necessidades e lutas a um processo claro de formação, entendido necessariamente como parte da nossa política sindical, nos possibilitará definir e criar linhas de intervenção no debate político-sindical mais amplo e dar organicidade à nossa ação cotidiana.

Política e Formação Sindical

Nos seus últimos eventos nacionais, o ANDES-SN vem recorrentemente aprovando uma série de resoluções sobre política sindical que constituem um todo coerente, uma linha clara de intervenção no debate interno ao movimento sindical: a crítica à mudança de rumos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que a tem levado a abandonar seus princípios fundadores de independência de classe e combatividade; a ênfase na necessidade de atuação conjunta, no interior dos fóruns cutistas, com os setores dispostos a construir uma alternativa à direção majoritária que resgate os princípios da central; a disposição para reorganizar o Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT; a defesa da unificação das lutas com o conjunto dos servidores públicos, dos trabalhadores da área da educação e, especialmente, da unificação da classe trabalhadora. Tais linhas de atuação mantêm sua pertinência e atualidade e devem ser reforçadas.

Há que se resgatar, entretanto, um outro lado da política sindical, negligenciado há algum tempo: a política de formação. A renovação visível nos quadros dirigentes das Seções Sindicais e do Sindicato Nacional, bem como a maior renovação que desejamos e devemos estimular na base, atualizam a demanda por formação sindical. O ritmo e a amplitude das mudanças em curso, no mundo do trabalho, nas políticas públicas, na área educacional e no próprio movimento sindical, justificam um esforço permanente de reflexão e socialização de informações e experiências.

O Sindicato Nacional já teve experiências bem sucedidas nesse sentido, embora interrompidas. Em 1997, a Diretoria Nacional organizou um curso com programação ampla, que foi sediado na Escola 7 de Outubro da CUT Belo Horizonte, MG). Desse curso derivaram cursos menores promovidos por Secretarias Regionais. Nos anos seguintes, diante da interrupção daquela experiência, muitas Seções Sindicais promoveram, por sua própria conta, cursos de formação.

É oportuno resgatar tais experiências bem sucedidas e planejar uma política de formação a médio prazo, que dê conta tanto das necessidades formativas dos dirigentes das várias instâncias do sindicato, quanto daqueles militantes de base que pretendemos sejam em número cada vez maior. Para isso faz-se necessário, preliminarmente, afirmar a importância da autonomia do ANDES-SN na formulação dessa política. Isto não apenas porque o Sindicato conhece melhor as especificidades da categoria docente, possuindo quadros capacitados e experimentados em formação sindical, mas também porque a política de formação da CUT, por si só, não contempla as demandas específicas do ANDES-SN. Sobre isto, cabe uma reflexão mais detida.

A Política Atual de Formação da CUT

Uma das grandes mudanças observáveis nas orientações recentes da CUT diz respeito, justamente, à sua política de formação. A formação político-sindical foi abandonada para dar lugar aos projetos de qualificação profissional, apoiados em verbas de fundos públicos - do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em especial. O argumento das direções

comprometidas com essa proposta é o de que os sindicatos e instâncias da Central estariam assim interagindo com a enorme e crescente massa de desempregados. Questiona-se, entretanto, o fato de tais cursos reforçarem a charanga empresarial e governamental de que a culpa pelo desemprego é a baixa qualificação dos trabalhadores brasileiros e que os cursos de qualificação são uma chance de retorno ao mercado de trabalho – elevando o potencial de “empregabilidade”, como afirmam os economistas do governo, esses magos da linguagem.

Há que se constatar, porém, que tal transformação resultou não apenas na perda de perspectivas politizadoras do projeto de formação da Central como também na ampliação do grau de dependência econômica da CUT em relação aos fundos públicos. Os dados são aterradores: em 1998 a CUT arrecadou R\$ 28.666.695,00, sendo R\$ 4.181.191,32 em convênios (R\$ 3.000.000,00 vieram do FAT para qualificação profissional); já em 1999, as receitas da Central foram da ordem de R\$ 53.860.000,00, o que se explica pela ampliação das verbas de convênios para R\$ 27.635.225,99, cerca de 5 milhões a mais que as verbas oriundas de contribuições estatutárias das entidades filiadas. Foram 21 milhões repassados pelo FAT para programas de qualificação em 1999 e, em 2000, 35 milhões foram aprovados pelo Conselho do Fundo (CONDEFAT) para que a CUT aplicasse em programas de qualificação. Isto sem contar as verbas repassadas diretamente a entidades filiadas à CUT. Se, em 1999, 70% das despesas da CUT foram vinculadas aos Programas de Qualificação Profissional, percebe-se que mudou não apenas a linha política da formação cutista, como também reduziu-se substancialmente seu grau de autonomia perante as agências do governo e as entidades empresarias (que participam do CONDEFAT e dos acordos para rateio de verbas)¹

Por uma política de formação.

Uma proposta de política de formação de quadros no Sindicato deve contemplar os seguintes objetivos:

- a) atualizar a militância em relação aos grandes temas da conjuntura, qualificando a intervenção dos militantes nos debates sobre reformas neoliberais, transformações no mundo do trabalho, política educacional, política sindical, entre outros;
- b) socializar experiências e informações sobre política sindical entre os militantes das diferentes regiões e realidades universitárias abrangidas pela atuação do sindicato;
- c) preparar quadros para o exercício da direção sindical;
- d) despertar interesse pela vinculação de discussões acadêmicas aos campos de atuação do sindicato; e
- e) criar condições para uma renovação da militância e da direção das Seções Sindicais e do Sindicato Nacional.

Para tanto, fazem-se necessários instrumentos tais como: cursos de formação; lista de discussão sobre política sindical na página do ANDES-SN, com debates em “chat”, com convidados, em datas previamente divulgadas, com a publicação dos textos do I Curso de Formação Sindical, em um ou mais números da série *Cadernos ANDES*, com o objetivo de divulgar e ampliar as discussões abertas no curso.

Quanto aos cursos de formação, a proposta inicialmente debatida no interior do GTPFS prevê um segundo curso com duração de 4 dias, organizado em 4 módulos de 3 aulas cada, contemplando temáticas de história do sindicalismo e das universidades; política educacional atual: movimento sindical e transformações no mundo do trabalho; e gestão sindical no ANDES-SN. Tal curso daria base a novos *Cadernos ANDES* que teriam a função de divulgar e ampliar a discussão para os militantes que não possam participar desse curso e também subsidiar cursos menores (de um ou dois módulos), nas Regionais.

Todo o processo deverá ser avaliado pelos participantes das atividades e pelo GTPFS ao fim de um ciclo de 12 meses, de forma a possibilitar o planejamento de uma política de maior fôlego para os anos seguintes.

TR - 12.1

O 20º Congresso delibera que o ANDES-SN deverá:

- 1 - Promover uma campanha em defesa da liberdade de organização e exercício da atividade sindical.
- 2 - Ampliar e fortalecer a *Rede de Solidariedade Internacional* e a *Rede SERPA*, em especial na América Latina, articulando ações e criando espaços de formação e atuação para os movimentos sociais em geral e para o movimento sindical, especificamente.

3 - Implantar, ao longo de 2001, uma política de formação sindical, orientada pelas deliberações das instâncias do ANDES SN relativas tanto ao campo da política sindical como a outros campos cuja contribuição seja necessária, sob coordenação do GTPFS e da Encarregatura de Assuntos Sindicais, voltada para os seguintes objetivos:

a) atualizar a militância em relação aos grandes temas da conjuntura, qualificando a intervenção dos militantes nos debates sobre reformas neoliberais, transformações no mundo do trabalho, política educacional, política sindical, entre outros;

b) socializar experiências e informações sobre política sindical entre os militantes das diferentes regiões e realidades universitárias abrangidas pela atuação do Sindicato, nos três setores que o compõem;

c) preparar quadros para o exercício da direção sindical;

d) despertar interesse pela vinculação de discussões acadêmicas aos campos de atuação do sindicato; e

e) criar condições para uma renovação da militância e da direção das Seções Sindicais e do Sindicato Nacional.

4 - Como parte das iniciativas de política de formação sindical, deverão ser viabilizados os seguintes instrumentos:

a) publicação dos *Cadernos ANDES*, fruto das aulas do curso nacional, com lançamento no CONAD seguinte ao encerramento do curso;

b) implantação de uma lista de discussão através do *site* do ANDES-SN, sobre temas de política sindical (1º semestre de 2001);

c) realização de seminários temáticos, em momentos de reunião do GTPFS e/ou antes de eventos nacionais do sindicato (ao longo de 2001).

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

Processo SINPRO São Paulo

TEXTO APOIO

Em julho de 1995, o Sindicato dos Professores de São Paulo - SINPRO-SP - ingressou com um processo contra o ANDES-SN na 5ª Vara Cível de Brasília, tentando impedir o nosso Sindicato de organizar e representar professores universitários da rede privada na sua base em São Paulo. Isso ocorreu na esteira de uma greve e da fundação da ADUNISA - Associação dos Docentes da Universidade de Santo Amaro, conferindo um certo caráter retaliatório à ação jurídica impetrada. Nessa greve, os advogados do SINPRO-SP, supostos defensores dos interesses dos docentes, mais se comportaram como advogados da entidade patronal, tal a sanha em destruir a recém fundada associação de docentes.

Em dezembro de 1997, o Juiz da 5ª Vara que julgou o processo considerou improcedentes os pedidos e argumentos formulados pelo SINPRO-SP, e, em sua sentença, condenou-o a se abster do exercício de atividade sindical na educação superior, na cidade de São Paulo, bem como a restituir ao ANDES Sindicato Nacional todas as verbas arrecadas a título de contribuição sindical, com correção monetária e juros de mora, retroativa, tal restituição, à data da transformação da Associação Nacional de Docentes em Sindicato Nacional - 1989. Foi, pois, juridicamente reconhecida a legalidade da representação, pelo ANDES-SN, dos docentes da educação superior na cidade de São Paulo.

O SINPRO-SP recorreu ao Tribunal de Justiça do DF e Territórios, mas seu recurso foi considerado deserto, em decisão publicada em outubro de 2000. Ou seja, o SINPRO-SP perdeu definitivamente a ação, restando-lhe apenas medidas protelatórias, das quais está sucessivamente lançando mão.

Essa decisão da justiça coloca para o nosso Sindicato um desafio de primeira grandeza, que é o de transformar a legalidade judicialmente obtida em legitimidade reconhecida pelas bases, numa cidade que tem, no setor privado, cerca de 15 universidades e mais de uma centena de instituições de outros tipos (centros universitários, faculdades integradas e instituições isoladas).

A data-base dos professores, em todo o Estado de São Paulo, é março. As respectivas negociações ainda serão conduzidas, em 2001, pelo SINPRO-SP, fruto das medidas protelatórias que adotou. Todavia, a Secretaria Regional do ANDES em SP, que deseja fazer essa transição sem grandes sobressaltos, já realizou uma reunião com a diretoria do SINPRO-SP e está acompanhando o processo de discussão da pauta de reivindicações, tendo

comparecido, em outubro/2000, à assembléia da categoria convocada para discuti-la. Da reunião feita, ficou evidente que a direção do SINPRO-SP tenderá a propor alguma forma de negociação da dívida, pois a execução total da sentença, com devolução corrigida de todo o montante recolhido ao longo de mais de dez anos, inviabilizará aquele Sindicato. Com essas medidas protelatórias, parece estar tentando buscar melhores condições de negociação.

Como é de interesse do ANDES SN que essa situação não se prolongue e para que possamos estar preparados, de fato e de direito, para conduzir as negociações trabalhistas na data-base em 2002, faz-se necessário que a instância máxima do nosso Sindicato autorize a sua Diretoria Nacional a negociar formas possíveis de devolução das contribuições sindicais e, ao mesmo tempo, iniciar os procedimentos para a execução provisória da dívida.

TR - 13.1

O 20º Congresso do ANDES SN, à luz da sentença exarada pela 5ª Vara Cível de Brasília, reconhecendo legalmente nossa entidade como representante sindical dos docentes da educação superior da cidade de São Paulo, autoriza a Diretoria Nacional a dar consequência prática à decisão judicial e a adotar as medidas pertinentes para:

- a) iniciar os procedimentos necessários à execução provisória da dívida.
- b) negociar com o SINPRO - São Paulo a(s) forma(s) e prazo(s) de pagamento da dívida correspondente ao total das verbas arrecadadas a título de contribuições sindicais.

TEXTO 14

Diretoria do Andes-SN

Ciência e Tecnologia: A Universidade Pública e o Movimento Docente

Texto Apoio

A espécie humana, para garantir a sua sobrevivência e em função dos seus limites intrínsecos, necessita se apropriar de elementos da natureza que possam ser convertidos em alimentos, vestuário e habitações. Para tanto, vem desenvolvendo e acumulando, ao longo de sua existência, saberes vários e variados que permitiram construir ferramentas e utensílios ou meios que possibilitaram retirar e transformar os elementos da natureza a seu favor - água, solo, formações minerais, floras, faunas.

Dessa maneira, esses diferentes saberes, dentre os quais o científico-tecnológico, representam esse meio ou instrumento de mediação entre a espécie humana e a natureza, diferentemente do que nos tentam impor aqueles que detêm o poder econômico nesse final/início de século. E o mais grave, tentam estabelecer uma concepção de cultura e história que se contraponha à de natureza, fazendo crer que a geração de conhecimentos pelas diferentes formas de saberes não representa uma construção humana e que, muito menos, reflete as forças sociais que a utilizam e a envolvem. Esquecem até que, na base da modernidade, se encontram princípios de trabalho e energia que retratam a interação homem-natureza na busca dos elementos necessários à sua manutenção como espécie. O que nos permite, inclusive, conceituar 'mercadoria' como produto da transformação da natureza pelo trabalho humano.

De Isaac Newton e outros, no final do século XVI, a Einstein e muitos outros, no início do século XX, pela primeira vez, no decurso da história, o homem está sozinho, em frente de si mesmo e com o "privilégio" de se constituir na única espécie capaz de se autodestruir em poucos minutos. Diante dessa possibilidade, somos obrigados a refletir sobre a responsabilidade que acompanha, em particular, o cientista enquanto produtor do conhecimento.

Como observado por Edgar Morin, em recente passagem pelo Brasil, "*...da perspectiva dos cientistas é inevitável que toda a pesquisa sobre o vínculo entre as culturas no plural e a ciência no singular apareça como uma ameaça. Eles tornaram hábito, durante séculos, de construir a vida política ocidental sobre o seguinte modelo: - nós já sabemos o que forma o mundo comum de todos os habitantes da Terra - ela é composta de partículas, átomos, genes, neurônios, ecossistemas, infra-estruturas em suma, de um conjunto que forma a matéria e a natureza. Só depois existe o que não forma mais o mundo comum, causando, ao contrário, nossas divisões, nossas diferenças, nossas disputas, nossas particularidades*". Nesse modelo, tudo o que nos une ou nos desune é a natureza e a sua sustentabilidade, ou como ainda reflete

Morin “- quem se apossa da ciência, do poder científico se apropria da possibilidade de definir e de impor as fontes de acordo.”

Discutir então, ciência e tecnologia na perspectiva de construirmos uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade social, certamente será, por um lado, buscar novas respostas para velhas questões como: que motivações tem a introdução de invenções e inovações nas relações humanas e na economia? Continuará sendo a taxa de lucro? Qual é o custo social das inovações e invenções? Não existe a necessidade premente de se levar em consideração os possíveis efeitos sociais da ausência de trabalho com a adoção das inovações?

Por outro lado, teremos que aprofundar as discussões sobre os diferentes saberes e a racionalidade científico-tecnológica, bem como sobre as diferentes formas de uso e apropriação da natureza, razão principal dos conflitos sócio-ambientais, premeditadamente negligenciados pelas políticas públicas, tanto na escala mundial, como nacional e local.

Ciência e tecnologia representam fatores básicos, essenciais, de produção nos tempos atuais, quando vivemos em um mundo onde a dependência científico-tecnológica pode determinar a dependência econômica e a perda de soberania, além de se impor como um agente perpetuador da pobreza e da injustiça social. Portanto, constitui-se em grave subterfúgio político insistir na neutralidade da ciência e no não-reconhecimento de que os resultados decorrentes de sua elaboração têm sido progressivamente monopolizados e transformados em instrumentos de disputa de grupos econômicos. Na comunidade acadêmica mesmo, é comum separar, como se isto fosse possível, os docentes em pesquisadores e sindicalistas, ou militantes, o que necessitamos urgentemente superar para não só discutirmos a ciência a serviço da sociedade humana, como também para mudarmos os métodos de construção do conhecimento.

O processo tecnológico vem se constituindo como objeto de demandas de caráter sócio-político de longo prazo e de determinados estilos de desenvolvimento, que nem sempre buscam as demandas coletivas e/ou as necessidades da maioria, até porque “conhecimento e autoridade”, ao longo da história, têm mostrado uma relação bastante íntima. É fundamental atentarmos para o fato de que a opção por uma tecnologia não se restringe ao seu aspecto exclusivamente técnico, mas também representa a opção por uma série de outros elementos relacionados a padrão de consumo, a força de trabalho, aos níveis de investimentos e, em especial, ao modo de exploração dos recursos naturais e energéticos, à estruturação dos sistemas de educação e de pesquisa, a par da questão ética, que permeia todos esses temas e que, como regra, permanece intocada.

No Brasil é frustrante a situação dos investimentos e dos critérios de decisão em ciência e tecnologia. Além dos recursos diminuírem por conta da política adotada por FHC, continuamos submetidos a decisões imediatistas e perniciosas, que contemplam preferencialmente a aquisição de pacotes tecnológicos no exterior, a abertura indiscriminada para o capital estrangeiro e a busca, muitas vezes cega, de inovações. Também, um número bastante significativo de nossos cientistas e tecnólogos não tem questionado as relações entre as suas atividades e as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida das comunidades, contribuindo com a maior tranquilidade para pesquisas armamentistas, para a produção de bens mais adequados a outros países e para implementação de projetos de interesse e alcance duvidosos.

Embora fundamental, o tema *Ciência & Tecnologia* tem sua compreensão dificultada pelo seu caráter interdisciplinar, por envolver muitas atividades humanas e, principalmente, por estarem as discussões mais acaloradas localizadas em restritos espaços acadêmicos e nos centros de decisões, o que, no conjunto, impede uma maior disseminação da informação. A tecnologia tem sido apresentada como mercadoria, como um pacote técnico ou como um meio de intervenção social e política. Como consequência imediata, pode-se, via desenvolvimento científico-tecnológico, controlar, de alguma forma, o uso dos recursos naturais e dos recursos energéticos, a posse e distribuição da terra, a divisão e o uso do trabalho e a distribuição da renda, além de possibilitar a interveniência na política das sociedades.

O parque industrial do Brasil fundou-se e continua se caracterizando pelo uso indiscriminado de pacotes tecnológicos montados no exterior e controlado pelas empresas transnacionais. Assim, a tecnologia externa se transformou num dos principais instrumentos para moldar e controlar a produção nacional e conformar um sofisticado meio de dominação neocolonialista.

A elevação da ciência ao nível de Ministério trouxe algumas expectativas aos membros da chamada comunidade científica, que infelizmente, em grande parte, já se encontrava de tal

maneira envolvida no sistema neocolonial, que apenas foram e continuam sendo levados em consideração os relatos, as observações e as sugestões de “cientistocratas” ou “cérebros de aluguel” que, a serviço do poder, não mostram a menor preocupação em mudar os rumos até então adotados e redirecioná-los para os interesses de nossa sociedade. Com o passar dos anos, ficou evidente que não foi compreendido e/ou não foi aceito, pelos diferentes governos que se sucederam, o papel estratégico do processo científico-tecnológico na estruturação de um poder nacional, com suas ramificações e implicações sociais, econômicas, políticas, culturais e até mesmo militares.

A questão da ciência e da tecnologia é tão grave e complexa que exige de todos nós, principalmente da comunidade acadêmica, um debate amplo, aprofundado e democrático para que não sejam ampliadas as desigualdades sociais e a dependência tecnológica a que estamos submetidos. Necessitamos, também, adquirir uma melhor compreensão sobre as diferenças existentes entre ciência e tecnologia e discutir propostas que indiquem que estrutura institucional devemos adotar para melhor responder as demandas colocadas por ambas as atividades. Evidentemente, não poderemos desvincular as questões da ciência e da tecnologia da política nacional de educação e da política industrial e, conseqüentemente, do poder que essas atividades representam em todas as escalas.

O movimento docente necessita urgentemente retomar tais discussões e promover atividades que permitam uma maior inserção da comunidade acadêmica no debate das questões relacionadas à ciência e tecnologia, para que melhor ela possa cumprir, como preconizado pelo *Fórum da UNESCO*, reunido em Paris, em 1999, a função de servir a sociedade e, mais concretamente, contribuir para a erradicação da pobreza, da intolerância, da violência, do analfabetismo, da fome e da degradação do meio ambiente. Precisamos compreender a complexa realidade que envolve o mundo da ciência e da tecnologia para realizarmos melhores análises e críticas sobre os problemas éticos, culturais e sociais.

O Brasil, ainda dependente tecnologicamente e com suas condições agravadas pelo terremoto FHC, ainda reúne condições de reverter a sua situação e criar um formidável alicerce científico-tecnológico para sustentar o seu desenvolvimento autônomo. Daí a importância do envolvimento do ANDES-SN e das Seções Sindicais não só para melhorar a qualidade do trabalho docente, mas também para a construção, em conjunto com outros movimentos organizados, de alternativas democráticas para o encaminhamento das questões relacionadas ao desenvolvimento científico-tecnológico e suas interfaces com os demais problemas enfrentados pela sociedade brasileira. Ou como enfatizado pelo Prof. Alberto Coimbra (COPPE/UFRJ), alguns anos atrás: *“... nações permanecem subdesenvolvidas muito menos porque não dominam a ciência e a técnica, mas muito mais porque são governadas sob regimes econômicos socialmente injustos. Então, das reformas necessárias, as de caráter social são as primordiais em importância, e sem elas nada funcionará à contento, inclusive a criação de tecnologia. Impedir o neocolonialismo tecnológico, só será possível em conjunto com medidas genuinamente socializantes que irão apagar as altas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo, inflação e dependência externa.”*

TR - 14.1

O 20º Congresso delibera:

a) Organizar, em 2001, uma proposta de política de ciência e tecnologia para a universidade brasileira, a ser submetida ao 21º Congresso do ANDES-SN.

b) Reiterar a decisão do 41º CONAD de realizar, em conjunto com o GTPE, GTCARREIRA e GTPA, durante a 53ª Reunião Anual da SBPC, em julho 2001, em Salvador BA, simpósios e mesas-redondas para discutir a política de ciência e tecnologia adotada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

c) Realizar um evento nacional para discutir a elaboração de “Estudos de Impacto Ambiental (EIA)” e os respectivos “Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA)” e o papel das universidades.

RECOMENDAÇÃO:

O 20º Congresso recomenda:

Que as Seções Sindicais, em 2001, realizem discussões sobre a ética da ciência e do cientista, com o objetivo de formularem propostas sobre o tema e submete-las à discussão durante o 21º Congresso do ANDES-SN.

TEXTO 15

Contribuição da Profª Josefa Batista Lopes - Sindicalizada da APRUMA - S.Sind.

A Base Espacial de Alcântara e a defesa dos interesses nacionais do Brasil

TEXTO APOIO

A conquista aeroespacial se constitui hoje um fator estratégico para o poder mundial das nações. Por isto mesmo realiza-se um jogo neste campo, onde as relações de forças das nações que dele participam são determinadas a partir do grande capital e de uma tecnologia das mais avançadas; mas também necessitam de condições geográficas favoráveis para o lançamento de foguetes e mísseis. Desta forma os países que dispõem deste elemento também podem participar do jogo, próprio das relações internacionais, com significativa autonomia e possibilidades de disputa do poder, defendendo e resguardando os interesses nacionais, seja do ponto de vista estratégico orgânico, seja do ponto de vista tático e conjuntural. Mas não resta dúvida que o capital e a tecnologia prevalecem sobre as condições geográficas.

Esta referência é fundamental para se pensar e agir em relação à defesa dos interesses nacionais do Brasil no caso da base espacial de Alcântara, através do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, no Maranhão, reconhecido como um ponto geográfico privilegiado para o lançamento de foguetes, por causa de sua “proximidade do Equador, extensão aérea suficiente para expansão de diversos sítios de lançamento, estabilidade geológica e climatológica e uma excelente condição de segurança operacional que possibilita lançamentos diretamente em, praticamente, todas as inclinações de órbitas utilizadas para fins comerciais e científicos”¹⁹.

O jogo de poder internacional nas chamadas “áreas de ponta”, como de resto nas demais áreas de interesse de desenvolvimento do capital é realizado, historicamente, pelos governos nacionais, segundo as regras da política nacional e mundial dominante, com a participação, quase sempre *mecânica, travestida de neutralidade*, da comunidade científica nacional e internacional.

Todavia, dependendo do desenvolvimento da consciência política da sociedade civil, destacadamente da comunidade científica quanto ao significado estratégico da conquista aeroespacial e do avanço das pesquisas nesta área, é possível *reduzir* o poder das forças dominantes das grandes potências econômicas e tecnológicas que tendem, de um lado, impedir o desenvolvimento e as possibilidades de competitividade das nações mais atrasadas, em particular nas referidas áreas. E de outro lado, do ponto de vista dos grupos democráticos-populares organizados que, contraditoriamente, podem e devem ser beneficiários do desenvolvimento científico, também nestas áreas, é possível *reduzir* os impactos sociais e ambientais que a implantação e funcionamento de centros como o de Alcântara provocam, inevitavelmente; e, ao mesmo tempo, podem se constituir espaço de luta e formação de consciência dos grupos sociais subalternos, também inevitavelmente, os mais atingidos desfavoravelmente em particular nos países, regiões ou localidades onde são realizados programas dessa natureza.

O programa aeroespacial brasileiro surge em 1965 com o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, localizado em Natal-RN o qual, *em face da expansão urbana da Cidade de Natal*, se mostrou insuficiente para as pretensões da Missão Espacial Completa Brasileira - MECB, gerenciada pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais - COBAE, órgão interministerial presidido pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Particularmente aquele centro não comportava o lançamento de satelitizadores, do tipo do VLS ou superior. As pesquisas de área apontaram então a escolha da localidade de Alcântara-MA.

As condições que determinaram o *privilégio* de Alcântara em relação à Barreira do Inferno em Natal, são as mesmas pelas quais foram desapropriadas (expropriadas) as terras do município e transferida a população que nelas residia e trabalhava. Inicialmente foram expropriados 52.000 hectares. Todavia, a se considerar a premissa de possibilidades de expansão de diversos sítios de lançamento que constitui um dos fatores que determinaram a escolha de Alcântara, o limite para as perspectivas de expropriação será dado pelas necessidades de expansão do programa aeroespacial. A transferência da população (300

¹⁹ Ver (Perspectivas para Alcântara; Tecnologia & defesa on line <http://tecnodefesa.com.br/reportagens/44.htm>).

famílias até o final de 1998) foi feita com base em um acordo²⁰ que ao longo do processo vai sendo desconsiderado, além de que os direitos dos trabalhadores vão sendo restringidos, como ocorreu a partir do decreto presidencial nº 92571/86 que reduziu o módulo rural de Alcântara de 32 hectares para apenas 15 hectares e definiu a área como circunscrição do Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA.

Ademais a implantação do Centro Espacial de Alcântara também desconsiderou a autonomia do município e mesmo do Maranhão, como unidade da Federação brasileira, conforme bem o demonstra o fato de que o governador à época recebeu um “Aviso nº 007/GM4/C-033, do Ministro da Aeronáutica, de 27-08-1979. Do Ministro da Aeronáutica, Ten.-Brig.-do-Ar Délio Jardim de Matos, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão, Dr. João Castelo Ribeiro Gonçalves, solicitando reserva da área de terra necessária ao funcionamento do complexo da base de lançamento de foguetes, para desapropriação e posterior doação ao Ministério da Aeronáutica”.²¹

Como se pode concluir o poder do governo central se impõe sobre as forças das demais unidades da federação, enquanto as ações do programa reviram as condições de vida dos trabalhadores que aí residem, ao serem organizadas de acordo com os interesses do grande capital e das grandes potências mundiais, sob o domínio dos Estados Unidos que usa de todo e qualquer expediente contra a soberania das demais nações. Um exemplo, no caso de Alcântara, é um recente “Non paper” no qual, segundo José Monserrat Filho vice-presidente da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial, “o Governo dos EUA recomenda ao governo da Itália evitar a conclusão do acordo que está sendo negociado entre a empresa italiana Fiat Avio e a brasileira Infraero para lançamentos comerciais a partir da base espacial de Alcântara.”²² Para Monserrat “O negócio parece promissor. Caso contrário, dificilmente haveria o ‘non paper’²³ das autoridades norte-americanas a seus pares italianos”

TR –15.1

Considerando-se que:

1 - as chamadas “áreas de ponta” do desenvolvimento, representam progresso para toda a humanidade e, apesar de avançarem sempre *a partir e dirigidas para* os interesses dominantes, elas devem se constituir objeto de atenção e referência de luta dos grupos organizados que defendem os interesses históricos de reprodução e emancipação da humanidade;

2 – a soberania do Estado brasileiro bem como os interesses de significativo número de trabalhadores do município de Alcântara estão uma vez mais em jogo com a implantação e os avanços do CLA

Recomenda-se que a ANDES, através de seus Gts de Ciência e Tecnologia e Política e Formação Sindical e de sua secretaria de relações internacionais:

a) analise e promova debates com outras entidades nacionais como a SBPC, a sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA) e os partidos de esquerda sobre os acordos internacionais referentes ao Centro de Lançamento de Alcântara, bem como sobre os impactos sociais e ambientais do programa;

b) articule-se com os grupos que, em âmbito nacional, regional, local e internacional defendem os interesses das classes subalternas e de perspectiva histórica da humanidade, em relação aos diferentes programas nas chamadas áreas de ponta desenvolvidos no Brasil;

²⁰ O acordo prevê: terras para as famílias deslocadas; acesso aos locais de pesca (atividade produtiva e subsistência das populações deslocadas); não desagregação das comunidades; titulação definitiva das terras; estrutura e infraestrutura nos novos locais de moradia; manutenção de espaços para o desenvolvimento de atividades culturais próprias da comunidade.

²¹ Ver <http://www.cla.aer.mil.br/index.htm>

²² Ver “Non paper” Alcântara e direito Espacial” <http://www.sbda.org.br/artigos.htm>

²³ Segundo Monserrat “ ‘Non paper’ é um documento diplomático canhestro e envergonhado. Oficialmente, ele não existe, ainda que escrito e não raro até protocolado. Quando o governo de um país quer dizer ao governo de outro país algo que não convém dizer às claras, ele o faz por meio desse artifício curiosamente denominado ‘non paper’, ou seja papel inexistente. O recurso pode ser usado para contornar embaraços e constrangimentos, como recomenda a boa e sutil diplomacia. Mas pode também ser arma de ação desleal, quando não aleivosa, sem amparo ético e/ou legal” (Idem)

c) desenvolva a prática de elaborar moções às autoridades e à sociedade em relação a estes programas.

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

Política de Comunicação do ANDES-SN

TEXTO APOIO

Um sindicato como o ANDES-SN deve ter como uma de suas estratégias de ação política a construção de uma estrutura que realize a efetiva comunicação entre seus atores principais e seus interlocutores diretos e indiretos. Essa estrutura, contudo, não deve se limitar a um recurso meramente técnico. É, de fato, um instrumento político.

Apesar de requerer todo um aparato técnico – humano e tecnológico, esse tipo de estrutura deve estar amparado por um firme posicionamento político-editorial que norteie a sua produção, notadamente o trabalho dos profissionais e dos dirigentes diretamente ligados à comunicação sindical.

A estrutura de comunicação do ANDES-SN deverá, portanto, ser segmentada em três áreas:

Assessoria de Imprensa

Núcleo de Produção Jornalística

Núcleo Editorial

Desde o 16º Congresso do ANDES-SN (João Pessoa (PB), 1997), existe uma política de comunicação para as ações do Sindicato Nacional que já delinea os princípios e pressupostos acima elencados, apontando, inclusive, uma estrutura básica de funcionamento e uma configuração dos veículos.

Apesar de sua existência formal, essa política de comunicação sofreu, ao longo desses anos, defasagem política, fazendo que certas premissas fossem esquecidas e até modificadas, enquanto outras deixaram de existir pelo simples fato de serem superadas por outras tecnologias, como é o caso do jornal semanal InformANDES, hoje devendo ser alterado para um sistema informatizado *on line*.

Frente a algumas situações políticas ocorridas em anos recentes, o movimento sindical manifestou, nos 39º, 40º e 41º CONADs e 19º Congresso, que o GTCA repensasse as formulações da política de comunicação aprovada, com base na restauração de seus princípios democráticos e informativos.

Os trabalhos do GTCA, na atual gestão (2000-2002), consumiram parte substancial de suas reuniões em discussões políticas que apontaram caminhos no sentido desse resgate dos princípios originais, reformulando inclusive o conteúdo e o formato do InformANDES mensal, acreditando assim reforçar o princípio de que é direito dos associados receber o informativo e dever do Sindicato disponibilizá-lo periodicamente. Outras análises foram realizadas quanto à estruturação básica (equipamentos e pessoal) necessária à implementação/adequação dos veículos de comunicação do ANDES-SN, que reforçam a edição dos veículos tradicionais e a criação de instrumentos informatizados em transmissão *on line*.

A própria decisão política da diretoria atual do ANDES-SN de estruturar racionalmente uma rede informatizada do Sindicato possibilitará a construção de um banco de dados, a partir de informações recolhidas junto à Secretaria Geral e aos GT, que as disponibilizará para a equipe jornalística.

O GTCA também indicou a necessidade de se resgatar estratégias de participação do Sindicato Nacional na luta das demais entidades e movimentos sociais envolvidos na temática da comunicação social, principalmente na reconstrução do *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*. Deverá ser preocupação da política de comunicação do ANDES-SN promover o debate sobre as políticas públicas de comunicação que estão sendo propostas para a sociedade brasileira, de modo a oferecer alternativas de intervenção nessa realidade e contribuir para sua democratização.

Nesse sentido, para dar substância a essas intenções, que efetivamente reformulam o projeto de política de comunicação do Sindicato Nacional aprovado em João Pessoa, torna-se necessária sua discussão e aprovação na instância deliberativa máxima de nosso sindicato.

TR 16.1

O 20º Congresso do ANDES-SN delibera por instituir e aprovar a seguinte Política de Comunicação:

1 - Estruturação da Assessoria de Imprensa

Um sindicato nacional com o perfil do ANDES-SN não pode prescindir de um trabalho permanente de Assessoria de Imprensa. Uma de suas atribuições será a de criar espaços na mídia tradicional para a veiculação da agenda política da entidade, na contra-mão do chamado “pensamento único”: suas reivindicações, atividades e posicionamentos frente à conjuntura.

Caberá ainda à Assessoria de Imprensa realizar contatos permanentes com profissionais da mídia, principalmente em Brasília, capazes de influir em seus noticiários; analisar notícias veiculadas e sugerir respostas à presidência; assessorar a presidência da entidade em suas relações com a mídia; contribuir para a formação de uma rede de informações junto às Seções Sindicais, auxiliando as Assessorias de Imprensa das AD em sua divulgação junto à mídia regional/local; colaborar no municiamento de informações ao Núcleo de Produção Jornalística, alimentando o trabalho dos jornalistas.

As atribuições da Assessoria de Imprensa serão coordenadas pela presidência do Sindicato Nacional e pela Encarregatura de Imprensa e Divulgação.

2 - Estruturação do Núcleo de Produção Jornalística

A existência do Núcleo deverá possibilitar a redação de todo material jornalístico a ser veiculado no InformANDES mensal, impresso em papel, e InformANDES *On Line* (a ser criado), jornal eletrônico, com *link* na homepage, além de contribuir, quando necessário, com a Assessoria de Imprensa.

Será sua responsabilidade tornar eficiente a circulação do material informativo acima apontado, garantindo que essa informação não perca periodicidade e efetivamente chegue aos sindicalizados e à mídia. O Núcleo estará subordinado, hierarquicamente, à Encarregatura de Imprensa e Divulgação.

Caberá, ainda, propor formas para melhorar a comunicação da DN com as Seções Sindicais (e vice-versa), estabelecendo mecanismos de funcionamento de uma rede de e-mail (via Internet) e mala-direta, posto que o trabalho de distribuição exige constante atualização e a instauração de rotinas.

Os serviços de elaboração e execução de material promocional (tipo confecção de cartazes, folhetos, capas etc) também integrarão esse Núcleo e serão produzidos por um profissional da área de programação visual, a ser contratado. Eventualmente, esse profissional poderá subsidiar as Secretarias Regionais nesse tipo de demanda. Reforça-se a necessidade de contratação de agência de publicidade quando o material promocional assumir a conformação de campanhas nacionais, por sua evidente complexidade.

O sucesso desse Núcleo estará diretamente vinculado à capacidade de articulação com a Assessoria de Imprensa do SN (e as demais assessorias de comunicação das AD) e com as Secretarias Regionais. No entanto, para que o InformANDES *On Line* atinja seus objetivos, será necessário proceder a uma reformulação técnica e estética da homepage do ANDES-SN (sugere-se que seja administrada/atualizada pela Secretaria Geral), tornando-a uma efetiva porta de acesso e de diálogo do Sindicato com todos os que navegam na *web*.

3 - Criação do Núcleo Editorial

A instalação do Núcleo Editorial deverá encarregar-se basicamente da produção da revista *Universidade & Sociedade*, principal veículo institucional do ANDES-SN, espaço midiático onde se dá o debate das idéias da entidade com a sociedade.

Ao Núcleo caberá a edição dos artigos, resenhas e demais seções editoriais, a produção operacional de editoração gráfica e critérios específicos para definição de sua circulação nacional. Todos os artigos analíticos deverão ser previamente aprovados pelo Conselho Editorial da revista. Concretamente, esse trabalho deverá ser dirigido pelo editor e dois editores-adjuntos indicados pela DN, que comporão o Núcleo Editorial.

4 - Redesenho dos veículos de comunicação do ANDES-SN

a) InformANDES – jornal impresso (em papel branco, 75 g), de 12 páginas, de periodicidade mensal, destinado aos sindicalizados. A Diretoria implementará os procedimentos necessários à constituição de um banco de dados para a remessa do informativo (e demais publicações) do ANDES-SN aos sindicalizados. As Secretarias

Regionais deverão se responsabilizar pela sua distribuição em IES fora da base sindical do ANDES-SN, contribuindo para a expansão do trabalho sindical. A edição do jornal deverá obedecer a um projeto editorial e gráfico (atualmente já existe um, aprovado pela Diretoria), que deverá preservá-lo, pelo menos, por um ano. Dependendo das condições concretas do Sindicato Nacional, a periodicidade deverá ser alterada para quinzenal. O jornal terá a supervisão de um Conselho Editorial, cujas atribuições básicas serão as de acompanhamento técnico e político da linha editorial, em avaliações trimestrais.

b) InformANDES On Line – versão eletrônica do InformANDES, a ser disponibilizada em *link* na homepage do Sindicato, deverá ser uma adaptação do jornal impresso, seguindo as especificidades técnicas de um veículo na *web*, ou seja, dado seu caráter mais imediatista e volátil, suas páginas deverão ser atualizadas a cada semana. Uma versão do InformANDES *On Line* deverá ser produzida, de modo a ser enviada a todos os internautas que se cadastrarem a tê-la por e-mail. Dadas as características desse boletim, que se resumirá a divulgar textos curtos informativos, sua periodicidade será de atualizações às 2ª e 5ª feiras.

c) Universidade & Sociedade – revista quadrimestral do ANDES-SN e principal veículo institucional de apresentação e debate das idéias do Sindicato com a sociedade. Nesse sentido, a publicação destina-se à comunidade universitária e a toda a sociedade interessada. A revista é de responsabilidade do Núcleo Editorial e deve permanecer com o formato atual, mantendo a idéia de um tema central por edição (por onde circularão artigos técnicos e políticos), espaço para demais artigos de outros temas pertinentes ao universo dos docentes, uma entrevista longa e aprofundada, resenhas de livros, comentários analíticos de produções culturais (cinema, teatro, dança etc) e um ensaio fotográfico. Os artigos técnicos e políticos passarão por um referenciamento abalizado de um Conselho Editorial, composto por pessoas de reconhecida produção intelectual, artística, política ou acadêmica. Recomenda-se que o Núcleo Editorial estude estratégias de distribuição e circulação da revista em todas as AD e nos espaços possíveis da sociedade, principalmente no âmbito das universidades (bibliotecas), institutos de pesquisa e centros de estudos brasileiros e internacionais. Recomenda-se, ainda, estudos para a edição de um CD-ROM com todas as edições já publicadas, que possua um *design* apropriado de multimídia e um estímulo à interatividade. Após a geração deste CD-ROM de caráter histórico, recomenda-se a edição atualizada anualmente do produto multimídia.

5 - Recursos (pessoal e materiais) necessários

Para o funcionamento adequado da Assessoria de Imprensa e do Núcleo de Produção Jornalística, deverão ser disponibilizados três jornalistas, um dos quais assumirá as funções de assessor de imprensa e a coordenação operacional do Núcleo, ficando os demais responsáveis pela produção do InformANDES impresso e *on line*. O 20º Congresso autoriza a Diretoria a contratar um profissional programador visual, que se ocupará da produção gráfica do material promocional e publicitário do Sindicato.

Esse corpo profissional, juntamente com diretores do Sindicato Nacional e jornalistas assessores das AD, deverá ser estimulado a participar de um processo permanente de qualificação profissional, principalmente em comunicação sindical, de modo a promover uma sintonia política nas ações de comunicação do ANDES-SN entre jornalistas e o corpo dirigente. Esta é uma atribuição a ser desenvolvida pela Encargatura de Imprensa e Divulgação.

A Diretoria deverá também maximizar os recursos materiais necessários, adquirindo equipamentos de informatização em quantidade e qualidade compatíveis com o trabalho específico dos Núcleos, notadamente computadores, scanners, impressoras, gravador de CD e máquinas fotográficas digitais e convencionais.

TR - 16.2

Tendo em vista a aprovação no 41º CONAD de que o GT de Comunicação e Arte se responsabilizaria pela elaboração de uma proposta definitiva de composição e atribuições do Conselho Editorial do InformANDES, o 20º Congresso, delibera que:

- 1 – O Conselho Editorial do InformANDES seja composto por:
 - três diretores da Diretoria Nacional;

- quatro representantes das ADs/S.Sinds., eleitos anual-mente na plenária do Congresso.

2 – São atribuições do Conselho Editorial: discutir e avaliar, dentro de um processo continuado de acompanhamento, a linha editorial e gráfica do InformANDES.

3 - O Conselho Editorial reunir-se-á, em caráter deliberativo, ordinariamente, a cada trimestre, em reunião específica para o cumprimento de suas atribuições, emitindo parecer a ser publicado na coluna opinião do jornal.

4 – A votação dos membros do Conselho seja realizada por cédula uninominal na plenária do Congresso.

TR - 16.3

Tendo em vista a aprovação no 41º CONAD de que o GT de Comunicação e Arte se responsabilizaria pela elaboração de uma proposta definitiva de composição do Conselho da Revista Universidade e Sociedade, o 20º Congresso delibera que:

1 – o Conselho Editorial seja composto por pessoas de reconhecida produção intelectual, artística, política ou acadêmica, respeitados os critérios de representatividade regional e das áreas do conhecimento;

2 – o número de integrantes do Conselho deverá ser definido pela diretoria, a partir das demandas e dos critérios explicitados no item 1.

TEXTO 17

Diretoria do ANDES-SN

Internacionalizar a luta do Campo apontamentos para uma verdadeira Reforma Agrária

TEXTO APOIO

Ano após ano, a política agrária implementada pelo governo brasileiro, sob os auspícios do capital internacional, tem sido desastrosa para o conjunto dos trabalhadores. O projeto, historicamente construído pelas elites do país para o setor agrícola, toma nos últimos anos a sua forma mais elaborada, através de uma agricultura altamente capitalizada e excludente.

Esse projeto, imposto sob a lógica de uma falsa “modernização”, tem a sua materialidade em ações concretas desenvolvidas pelo governo brasileiro, como:

- centralização do mercado agrícola nacional, abrindo espaço para as grandes empresas de abastecimento. O Brasil, que na década de 80 importava por ano aproximadamente U\$ 1 bilhão em alimentos, passou a importar U\$ 7,5 bilhões a partir do governo FHC;
- estímulo às grandes fazendas para exportação de grãos, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde já foram aplicados mais de R\$ 20 bilhões nos portos de Itacoatiara (AM) e São Luís (MA). Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE, no período de 1985 a 1996, aproximadamente 942 mil pequenas propriedades com menos de 100 ha faliram e desapareceram;
- ampliação da rede de produtores “integrados”, gerando uma exclusão ainda maior dos “não-integrados”;
- desaparecimento da agricultura familiar de subsistência. Entre 1995 e 1998, 400 mil pequenos agricultores perderam suas terras no Brasil;
- redução do nível de emprego agrícola, através da tecnificação da propriedade.

O principal resultado dessa política agrária neoliberal, formadora de “agrobusiness”, refletiu-se no aumento da massa de trabalhadores que são excluídos do processo produtivo e passam a se organizar em movimentos reivindicatórios cada vez mais fortes, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A reação do governo se desencadeia sob a forma de duas grandes linhas de ação: por um lado, reprime violentamente os movimentos organizados, promovendo assassinatos, torturas, perseguições e prisões arbitrárias. Por outro lado, busca desenvolver e propagandar um processo de distribuição de terras que, mais do que favorecer os trabalhadores, visa dinamizar o mercado de terras com verbas públicas, por meio de desapropriações superfaturadas. A maior prova disso é que tal distribuição de terras não se faz acompanhar da liberação de crédito agrícola aos assentados. Enquanto, na década de 80, o Banco do Brasil aplicava em torno de R\$ 18 bilhões por ano em financiamentos rurais, somados o custeio, investimento e

comercialização, nos quatro primeiros anos do governo FHC, a média de crédito rural aplicado foi de R\$ 6 bilhões. A título de comparação, nunca é demais lembrar que a dívida externa brasileira, de U\$ 562 bilhões, com uma taxa de juros de 19,5% ao ano, faz que o governo despenda, anualmente, cerca de U\$ 100 bilhões só para o serviço da dívida.

Se o caso brasileiro é um bom exemplo da imposição das políticas neoliberais no campo, os demais países latino-americanos não são menos emblemáticos. A luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), dos indígenas no Peru, Guatemala e Bolívia, são as provas concretas da tentativa de internacionalização deste modelo de dominação e do processo de resistência que se constrói a ele.

Se por um lado, no Brasil, o MST tem conseguido estabelecer um importante movimento de resistência no campo e apesar de tudo, avançar nas suas conquistas, por outro lado, o movimento sindical lamentavelmente não tem conseguido organizar adequadamente esse enfrentamento. O movimento sindical não tem acompanhado a dinâmica reivindicatória e confrontacional dos movimentos sociais que se organizam no campo e na cidade, e isso tem criado um distanciamento extremamente comprometedor para o processo de unificação das lutas dos trabalhadores.

É inaceitável que a CONTAG, que congrega os trabalhadores rurais organizados no interior da CUT, promova, como aconteceu no mês de agosto de 2000, uma marcha de mulheres trabalhadoras rurais (Marcha das Margaridas), na mesma data e de forma paralela à marcha organizada pelo MST por ocasião do seu IV Congresso Nacional. É urgente que os sindicatos cutistas passem a debater as políticas da Central, visando colocá-la em consonância com as lutas transformadoras e de massa desencadeadas por outros setores organizados da sociedade. Urge que o movimento sindical caminhe no sentido de uma construção conjunta de ações não só com os movimentos do campo (MST) e da cidade (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), como também na aproximação com os movimentos sociais organizados em outros países e em outros continentes, na perspectiva da derrubada das políticas neoliberais e na construção de um outro modelo de sociedade.

Ao movimento docente das universidades cabe um papel estratégico nessa construção, não só enquanto resistência cultural à velha ética social das elites, como também enquanto movimento de trabalhadores capaz de compreender e contribuir organicamente na construção de uma contra-hegemonia.

Nesse sentido, é de fundamental importância que o 20º Congresso do ANDES-SN aponte para a intensificação do trabalho junto ao Fórum Nacional de Lutas, para a aproximação com os movimentos sociais organizados do campo e da cidade, nacionais e internacionais, bem como para a perspectiva de mudança na atuação da CUT, recuperando o papel histórico da Central na construção dos movimentos de massa.

TR - 17.1

O 20º Congresso do ANDES-SN delibera que:

- 1) Os Grupos de Trabalho (GTPE, GT C&T, GTPFS, GTV) discutam integradamente as estratégias para ampliar conquistas, deter perdas e armar o Movimento Docente para o confronto, solidaria e articuladamente com outros movimentos, a partir de temas como educação no campo, transgênicos, biodiversidade e fundos setoriais.
- 2) O ANDES-SN promova ações integradas de caráter político para intensificar a inserção e o compromisso das Instituições de Ensino Superior com os movimentos sociais organizados no campo, como estágios, vivências, cooperações, etc.
- 3) O ANDES-SN assegure ações conjuntas com os movimentos sociais organizados para:
 - a) apuração de crimes (assassinatos, prisões políticas, torturas) contra os trabalhadores;
 - b) combate à criminalização dos movimentos sociais, por parte do governo, através de ações como fóruns, campanhas etc.;
 - c) construção de pauta conjunta de reivindicações em torno da luta pela cidadania (terra, trabalho, educação) que permita ampliar setores organizados em torno de reivindicações básicas.
 - d) pressionar pela execução imediata dos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e pronto atendimento das reivindicações dos setores organizados, como por exemplo, a liberação e ampliação de crédito para os assentados.

4) Aproximação e inserção em movimentos de base agrária nacionais e internacionais na perspectiva da construção conjunta de ações de caráter reivindicatório e confrontacional às políticas neoliberais nas Américas e demais continentes.

TEXTO 18

Contribuição do Prof. Dileno Dustan Lucas de Souza – Sindicalizado da ASPUV - S. Sind. e do Prof. José dos Santos Souza - Sindicalizado da ADUESB- S.Sind.

Reforma Agrária Luta de todos

TEXTO APOIO

O GTPA – Grupo de Trabalho de Política Agrária – após sua rearticulação vem procurando subsidiar e chamar os companheiros envolvidos em discussões a respeito da questão agrária, para organizarmos nossa intervenção a partir do GT, bem como uma estratégia de intervenção social junto à universidade e aos movimentos vinculados à luta pela terra.

No 41º CONAD, realizado em Pelotas-RS no período de 03 a 06 de novembro de 2000, a diretoria do ANDES-SN apresentou um texto, que inicialmente tentou restabelecer esse compromisso e estreitamento com os movimentos sociais que discutem questões referentes à reforma agrária. A primeira indagação feita pelo texto, e que entendo ser merecedora de uma atenção especial, é: Por qual motivo devemos reconsiderar e discutir a “reforma agrária como uma luta de todos”?

Creemos que antes de fazer qualquer discussão referente à reforma agrária é preciso buscar subsídios de reflexão para fortalecer a disposição de luta. Nesse sentido, para garantir uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, entendemos ser necessário estabelecer um conjunto de medidas que transformem a estrutura agrária do país, que é altamente concentradora, disponibilizando recursos para que os pequenos e médios agricultores tenham condições de produzir, favorecendo a um reordenamento radical da estrutura agrária. Entendemos, ainda, ser necessária uma articulação com setores organizados da sociedade civil de caráter popular e democrático, do campo e da cidade, para que incorporem essa luta em seus planos de luta, com vistas à melhoria da qualidade de vida.

Desta forma rompe-se com a perspectiva concentradora da terra, que historicamente favoreceu e vem favorecendo aos grandes latifundiários e que levou e leva à expulsão dos trabalhadores do campo para as cidades, ficando os mesmos relegados a políticas compensatórias paternalistas-assistencialistas no plano governamental.

Considerando o último balanço do governo FHC sobre a reforma agrária e agricultura familiar, percebe-se o entusiasmo na comemoração da classificação do Brasil no *ranking* dos países com maior concentração de terra que, de quinto lugar, passou para décimo segundo. Segundo o relatório do governo FHC: “O Brasil, que ocupava o quinto lugar entre os países com maior concentração de terras, passa à 12ª posição. Não há registro de uma redução igual”. Esses dados do balanço das ações do governo no campo durante o ano 2000 e ao longo dos últimos seis anos foram apresentados no último dia 04 de janeiro pelo próprio presidente e pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, no Palácio do Planalto, em Brasília.

O que se percebe nesse balanço é seu teor altamente ideológico, tendo como preocupação fundamental a indicação para a sociedade de um quadro que não parece se confirmar a olho nu, ou seja, os dados apresentados afirmando que diminuíram os índices de violência, ocupação, que mais recursos foram disponibilizados e mais famílias foram assentadas... Mas qual a avaliação feita do ponto de vista dos movimentos sociais que lutam pelo acesso e permanência na terra? Por fim, explicita-se ainda mais seu teor ideológico quando afirma que esse “avanço” foi possível graças ao sucesso do plano real. Resta-nos uma lição: o bloco no poder, através de um discurso tecnocrático, pautado em dados estatísticos, busca a conformação ético-política das camadas subalternas da sociedade brasileira, fazendo emergir um tênue consenso em torno da idéia de que o governo FHC vem agindo positivamente no que diz respeito a questão agrária e agrícola.

É com a preocupação de desmistificar para entender a realidade do campo e da cidade, que nós, militantes sindicais, devemos trabalhar no sentido de estreitar nossa relação com os trabalhadores do campo por dois motivos: 1º) para que unifiquemos a luta contra o

neoliberalismo e a mundialização do capital, pelo fim do capitalismo e por uma sociedade sem classes; 2º) para que na luta conjunta construamos a consciência de que o bloco político responsável pela situação caótica no campo é o mesmo bloco que é responsável pelo sucateamento da universidade pública, pela privatização, pelo aumento da violência civil, pelo desemprego, pela corrupção e inúmeros outros problemas sociais que enfrentamos; 3º) para que a universidade pública cumpra seu papel social de produzir conhecimento sistemático e objetivo, através da pesquisa científica, e de socializá-lo por meio do ensino, das atividades de extensão e do fomento cultural. Isto reforça nosso compromisso sob dois aspectos: no sentido de construirmos a luta referenciada em ações práticas; e outro, no sentido de ampliarmos esta discussão, considerando a reforma agrária como uma luta ampla de mudança radical da sociedade na consolidação de uma revolução orgânica rumo ao socialismo.

TR - 18.1

Trabalhar junto aos grupos de estágio vivência;
Estreitar relações com os movimentos de trabalhadores rurais;
CAMPANHA:
Pela libertação imediata dos presos políticos vinculados ao MST que estão no presídio.
Reforma Agrária é uma luta de todos: o campo e a cidade pela reforma agrária já! Fora FHC/Fora FMI!

TEXTO 19

Diretoria do Andes-SN

Posicionamento e Estratégia de luta em relação a Previdência Complementar

TEXTO APOIO

A reforma administrativa, aprovada em dezembro de 1998, definiu que Lei Complementar estabeleceria normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender a seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo (Constituição Federal, Art. 40, §15).

Tal definição, na prática, estabeleceu os mecanismos de que o Governo necessitava para dar curso ao seu projeto de minimização dos direitos assegurados pelo Regime de Previdência do Servidor Público, ao mesmo tempo em que cria as condições necessárias para viabilizar mercado para a previdência privada.

No conjunto das questões que estavam em jogo, esse aspecto da reforma, apesar de sua importância, não foi tomado como tema central de preocupação dos servidores, tendo curso posteriormente, através de três PLC, que também tramitaram no Congresso, sem a atenção devida da maioria da categoria.

Somente com a entrada do PL 09/99 em regime de urgência, na Câmara dos Deputados, é que a questão ganhou centralidade na pauta de luta dos servidores públicos.

Nesse contexto, o ANDES-SN levou a matéria à consideração do 41º CONAD que deliberou:

“Que o ANDES-SN acompanhe a tramitação do PL da Previdência Complementar do servidor público, lutando contra todos os dispositivos que impliquem prejuízos aos servidores e privatizações dessa forma de previdência. Para tanto, as ADs S. Sinds devem pressionar os parlamentares em seus estados.”.

É importante ressaltar, entretanto, que a questão de trato previdenciário especial para os servidores públicos, bem como de mecanismos de Previdência Complementar, já havia, em situações anteriores, sido alvo de nossas atenções, tanto que o IX Congresso (Londrina (PR), 1990), frente a um Projeto de Lei do governo que propunha uma Seguridade Exclusiva para os SPF, assim manifestou-se:

“O IX Congresso reafirma a decisão política contrária à Seguridade Exclusiva. A luta deve se dar no sentido da seguridade única e de boa qualidade para todos os trabalhadores. Quanto à questão do financiamento dos direitos adicionais dos SPF, que os outros trabalhadores ainda não tem, esses não devem ser financiados por “Fundos de Previdência Complementares”.” (Relatório Final do IX Congresso. Londrina, 6-10, fevereiro, 1990, p.55-56)

No presente, frente à situação criada pela tramitação do PL 09/99, os SPF, tentando enfrentar o problema, constituíram uma Frente de Entidades para acompanhar o processo. A reação e o trabalho desenvolvido junto à oposição na Câmara dos Deputados, todavia, não foram suficientes para barrar o PL, tendo o Governo conseguido aprovar um substitutivo ao Projeto de Lei (chamado de 'texto básico'). Esse último, para viabilizar o processo de votação, trata a matéria de forma bastante geral, permitindo que através de emendas, pudesse, na medida da correlação de forças, adquirir forma mais definida. Iniciou-se assim um processo de apreciação de Destaques de Votação em Separado (DVS) que, na verdade, são os dispositivos que qualificam o PL, pois tratam das questões polêmicas que impediam o acordo para a votação.

No momento, após a apreciação de quatro DVS, a tramitação está suspensa, por iniciativa da base governista que pressentiu que, para garantir a aprovação de seus destaques ou a derrubada dos apresentados pela oposição, necessitaria de um quorum mais folgado, do qual na ocasião não dispunha.

Nesse sentido, a qualquer momento, o PL pode ser recolocado na Pauta de Votação da Câmara para a sua aprovação final, concretizando por completo a sua tramitação naquela casa. Ocorrendo isso, o PL ainda deve ser apreciado no Senado. Caso seja alterado volta à Câmara.

Dentro desse quadro, o movimento dos servidores dividiu-se no trabalho político em relação à matéria. Alguns entendem que, a questão central estando definida, o que resta é trabalhar no sentido de garantir menores prejuízos. Outros apostam na possibilidade de entrar no processo, no sentido de, em uma nova conjuntura, alcançar retrocesso no rumo da chamada Reforma Neoliberal da Previdência. Essa posição assemelha-se em muitos aspectos à luta contra o 'emprego público'.

Entre os docentes a polêmica também se estabeleceu, tendo, na última reunião do GTSS, ocorrido manifestações no sentido de trabalhar pela aprovação de alguns DVS e pela derrota de outros, abandonando-se a posição de ser contra a Previdência Complementar por já ser ela uma realidade, restando portanto garantir que seja o menos prejudicial possível. Em parte, isso se referenciou à própria deliberação do CONAD que, segundo alguns, dava margem a se trabalhar numa perspectiva mais defensiva e propositiva.

Deve-se lembrar que já passamos, no ANDES, por essa polêmica, quando da tramitação da PEC da Reforma da Previdência. Naquela ocasião, caracterizou-se um forte embate interno, reafirmando-se que o Sindicato não assumiria nenhuma proposta de revisão de sua posição congressual contrária às reformas neoliberais de FHC. Em adendo a esse posicionamento, reafirmou-se a compreensão de que o Sindicato é contrário a processos de negociação ou à prática de apresentação de proposições, na perspectiva de tornar menos prejudicial o projeto governamental. Complementando, indicou que tal posição não é impeditiva de que se desenvolvam ações políticas no Congresso Nacional, como manifestações, visita a lideranças partidárias, contato com parlamentares, entrega ou envio de correspondência, manifestos e documentos explicitando os problemas, prejuízos e inconveniências das propostas governamentais, sempre reafirmando, ao mesmo tempo, a posição assumida pelo Sindicato de rejeição às reformas neoliberais.

Nesse contexto, cabe ao XX Congresso apontar ao movimento, com a máxima clareza, sua posição sobre o regime de Previdência Complementar, eliminando dubiedades que possam criar obstáculos ou deixar margem a dúvidas com relação à posição e às ações políticas do ANDES-SN.

A posição da Diretoria do ANDES-SN está apresentada no Texto de Resolução abaixo, entendendo que todo tipo de negociação em torno de destaques, emendas ou outras formas, se constitui em consentimento antecipado à aprovação das reformas em curso, em especial, no caso, à da Previdência do Servidor Público.

TR - 19.1

O 20º Congresso:

1 – Reafirma a sua posição contrária às reformas neoliberais de FHC.

2 – Posiciona-se contra a Previdência Complementar para o Servidor Público.

3 – Indica a necessidade de forte ação política voltada para:

a denúncia dos prejuízos que a introdução da Previdência Complementar acarretará aos servidores públicos, favorecendo o desmonte da Previdência Social Pública e sua privatização;

impedir a aprovação de legislação e/ou medidas que favoreçam sua implementação.

TEXTO 20

Contribuição do Prof. Félix H. D. González - Sindicalizado da ADUFRGS.Sind.

Plano Colômbia: ponto inicial da direta intervenção norte-americana na América do Sul

TEXTO APOIO

O Plano Colômbia, elaborado pelo governo do presidente colombiano, Andrés Pastrana, com a participação do Departamento de Estado norte-americano tem um custo de 7,5 bilhões de dólares, cujas fontes seriam: 48% de recursos do estado colombiano, 46% da comunidade internacional e 6% de créditos. O destino do total de recursos está previsto para ser distribuído assim: 64% para defesa nacional (equipamento, armas e tecnologia militares), 22% em desenvolvimento social e 14% em política econômica. O problema é que a parte colombiana dificilmente pode ser coberta pois o país passa a pior crise econômica dos últimos tempos e países da comunidade europeia, que foram procurados como donantes, se opõem ao Plano, como Bélgica, Holanda e Itália. Em compensação, o governo dos EUA propôs cobrir uma boa parte do Plano e foi assim como o Congresso desse país aprovou recentemente a entrega de 1,3 bilhões de dólares. Desse dinheiro, 81% tem destino certo: a exacerbação da guerra. Entre os itens previstos estão: compra de helicópteros, instalação de estrutura para apoio em terra de aviões e helicópteros de combate, compra de radares terra-ar, equipamentos de comunicações, instalação de sistemas infra-vermelho para visão aérea noturna e fortalecimento dos batalhões antinarcóticos da polícia e do exército colombianos.

O objetivo do Plano pode ser interpretado como uma estratégia desesperada do governo colombiano, apoiado pelos EUA, para tentar acabar com o narcotráfico, mas na realidade carece de uma real estratégia antidrogas. Pode se tornar em mais uma tentativa frustrada para combater uma indústria que, nos últimos 25 anos, não pára de crescer, onde todas as tentativas para combatê-la têm contribuído para fazer mais rentável o negócio mundial do narcotráfico.

A fundamentação do Plano Colômbia, sustentada pelos assessores norte-americanos, parte de um princípio errado onde é colocada de cabeça para baixo a pirâmide que funciona no mundo das drogas e, a partir daí, justifica toda uma política passando por cima da autonomia do próprio governo colombiano.

A avaliação dos norte-americanos é que os traficantes dependem dos cultivos de coca e de papoula e que esses cultivos estão localizados em áreas do sul da Colômbia, fora do controle do governo e controladas pela guerrilha. Ora, não são os traficantes que dependem dos cultivos e sim os cultivadores que dependem dos traficantes para vender a sua produção. Basta observar o que aconteceu com os cultivadores peruanos que praticamente acabaram depois da ofensiva peruano-norte-americana de repressão antidrogas em meados da década de 90.

A atual política antidrogas dos EUA, portanto, afirma que o narcotráfico existe porque existem cultivos ilícitos e forças irregulares que os protegem e assim lança toda a sua ofensiva em uma maciça operação de guerra contra cultivadores e guerrilheiros colombianos. Na realidade, todo o dinheiro a ser investido no Plano Colômbia vai atingir menos de 1% dos responsáveis pelo tráfico, quais sejam os cultivadores, que participam de 0,7% do negócio. Mais de 99% da participação do narcotráfico fica nas mãos do crime organizado nos EUA e na Europa. No entanto, 82% do dinheiro que provém dos EUA para o Plano Colômbia está destinado a combater, fumigar indiscriminadamente e arrasar as regiões de camponeses pobres dependentes dos cultivos ilícitos.

A mais terrível das conseqüências do Plano Colômbia está justamente em produzir o efeito contrário do pretendido de alcançar a paz e melhorar a situação dos direitos humanos. Ninguém duvida que o Plano aumentará o conflito bélico e exacerbará a sistemática violação de direitos humanos que faz da Colômbia o país mais violento do mundo (média de 77 assassinatos para cada 100 mil habitantes), o de maior número de desalojados internos por causas políticas (1,5 milhão de pessoas), e o país onde morre o maior número de jornalistas e de juizes no mundo. O país também está atingindo altos níveis de migração externa, em número que pode superar as 500.000 pessoas, principalmente para os EUA, o Equador, a Venezuela e o Brasil.

Os principais responsáveis pelas contínuas massacres de civis desarmados são os grupos paramilitares, armados, treinados e financiados pelo exército e pelos próprios

narcotraficantes que o Plano Colômbia diz combater. O que está ocorrendo neste momento é a implementação do mais sanguinário terrorismo de estado que jamais viveu a história colombiana.

Não menos grave, tanto para a Colômbia como para a Amazônia, é a pretensão dos EUA de fumigar amplas regiões do sul da Colômbia com o fungo transgênico *Fusarium oxysporum*, que aparece entre a lista de armas biológicas proscritas em convenções contra a guerra tóxica. Esse fungo pode destruir outras 200 espécies de plantas, além da coca e da papoula, e contaminar sementes e pássaros que se alimentem delas, sem contar com a certa contaminação de fontes de água com conseqüências funestas para a própria vida humana. O pior desse fungo não é o que se conhece dele, mas o que se desconhece. O *Fusarium* tem grande capacidade de mutagenicidade, o que limita seu uso como herbicida, sendo proibido nos EUA. Assim, não sabendo até onde chega o poder maléfico do fungo, os EUA pretendem pesquisar isto na Colômbia sob o complacente governo do Pastrana.

Sob pretexto de atacar o narcotráfico, o Plano Colômbia na verdade busca derrotar a insurgência armada colombiana, que possui um exército regular com ampla base de apoio e domínio de 40% do território. Um objetivo estratégico para poder dominar a Amazônia.

O conflito já ultrapassou as fronteiras colombianas. Os EUA vêem o processo guerrilheiro como uma ameaça real, ainda mais com a posição estratégica da Colômbia, vizinha ao Canal do Panamá, o qual não pertence mais aos norte-americanos, e à Venezuela, com o governo de Chávez que não agrada nada a Washington. Para os EUA, a intervenção na Colômbia representa a oportunidade de impedir que a paz seja possível com a guerrilha porque poderia servir de referência para neutralizar os zapatistas no México, suspender a entrega do Canal de Panamá sob pretexto de segurança e cercar com tropas o processo político que Hugo Chávez lidera na Venezuela e, finalmente, dominar a Amazônia.

A ajuda militar norte-americana à Colômbia é a 3ª maior ajuda militar dos EUA no mundo, depois de Israel e Egito. Em outros países vizinhos da Colômbia está preparando-se o apoio logístico para a intervenção sobre a Colômbia. O governo equatoriano empresta as facilidades na base aérea de Manta, o governo de Holanda garante a cooperação dos Estados Unidos nas Antilhas holandesas (Aruba e Curaçao) e o Perú coloca a disposição a construção de uma base militar em Iquitos, na fronteira com a Colômbia. Diferentemente desses países, a Venezuela não autoriza bases militares estrangeiras e nega a permissão de vôos no espaço aéreo venezuelano de aviões americanos que partem de Aruba e Curaçao.

Os dados reais evidenciam que a intervenção militar dos Estados Unidos na Colômbia é comparável ao nível de intervenção que aconteceu em El Salvador em 1983, contra o governo sandinista em 1984 e no Vietnã em 1963.

A América Latina, e em particular o Brasil como líder da América do Sul, não podem ficar de braços cruzados enquanto os EUA destroem um país, incluída sua população, sua flora e sua fauna, com o argumento de estar protegendo a saúde pública dos norte-americanos viciados em drogas, mas com o claro objetivo de quebrar o movimento popular colombiano e apoderar-se da Amazônia. Denunciar e enfrentar o Plano Colômbia, divulgar seus verdadeiros objetivos e apoiar uma solução política na Colômbia é dever de todas as forças progressistas que lutam pela soberania e autodeterminação dos países.

TR - 20.1

1) Repudiar o Plano Colômbia, implementado pelos EUA, como um plano de guerra que irá a exacerbar a situação de violência e a sistemática violação dos direitos humanos contra a população colombiana.

2) Denunciar e divulgar, principalmente nas Universidades e nos meios de comunicação, as verdadeiras intenções do Plano Colômbia como sendo as de: (a) eliminar a insurgência colombiana e qualquer tipo de oposição ao regime; (b) apoiar logisticamente os paramilitares, agentes do terrorismo de estado que o governo colombiano exerce sobre a população; e (c) dominar a Amazônia. O objetivo pretendido de combater o narcotráfico não tem como ser cumprido com a estratégia proposta.

3) Denunciar as conseqüências do Plano, funestas para milhares de colombianos e para a sobrevivência da Amazônia, devido a fumigação indiscriminada com agentes biológicos e químicos.

TEXTO 21
Diretoria do ANDES-SN

Etnia, Genero e Classe

TEXTO APOIO

É sabido que durante as últimas décadas as organizações de mulheres começaram a ganhar notoriedade e tornar visíveis para a sociedade as questões que até então pareciam representar o padrão de normalidade das relações políticas e sociais. A sociedade capitalista, embasada em referenciais masculinos, transfere-os para os países periféricos, o Brasil entre eles. A histórica estrutura patriarcal constrói, então, formas sociais centradas, na sua maioria, em referenciais europeus, brancos, masculinos e machistas.

Esses foram elementos essenciais para a organização da sociedade em torno dos poderes mais próximos estabelecidos, ou seja, a territorialidade de dominação ficou circunscrita à composição familiar e às relações de compadrio por ela estabelecida. Essa construção histórica foi capaz de criar uma imbricada rede, onde a dominação de classe, etnia e gênero constituiu as bases da dominação econômica, política e sociocultural.

O estabelecimento do capitalismo não demarcou a derrocada das relações patriarcais de dominação. As relações de trabalho e produção introduzidas caminharam no sentido de dar materialidade à expansão do raio de exploração do trabalho e das relações sociais. O poder de base patriarcal perpassou os séculos e vem sendo obrigado a conviver, contraditória e conflitivamente, com a resistência dos grupos oprimidos e o afloramento das organizações reivindicatórias. Estas vêm se distanciando das imagens de caráter concessivo que embasaram a postura das classes dominantes no que se refere aos segmentos dominados.

Neste final/início de século, o capital vem combinando fortemente as formas mais primitivas de acumulação com as mais modernas tecnologias, operando uma mudança orgânica que concentra os investimentos em bens de capital produtivos e cria uma defasagem entre o crescimento da produção e os índices de emprego e salário, como parte da estratégia racionalizadora de diminuir custos e ampliar a rentabilidade. Por outro lado, são criados “novos” valores. Vale dizer: as formas arcaicas de dominação ganham nova formatação ideológica no sentido de construir a hegemonia do capital.

Essa estratégia, embora pareça contraditória, forja uma nova divisão internacional do trabalho, deflagra o processo de reestruturação produtiva, estabelecendo novas formas e significados, quantitativos e qualitativos, do trabalho que trazem no seu bojo profundas transformações sociais - a estruturação dos mercados, as relações internacionais, as inovações tecnológicas e a mundialização do capital. Com elas se redefinem as relações sociais, e, portanto, os espaços dos conflitos e da luta de classes.

A reestruturação produtiva no Brasil implica uma inserção passiva da economia nacional na mundialização do capitalismo. Nesse contexto, de liberalização e flexibilização, ressurgem o velho problema da racionalização da produção e do trabalho, agora apoiada na disseminação de novas tecnologias e nas políticas públicas de modernização do Estado. É a nova “disciplina” que objetiva criar *trabalhadores para o capital*, que encarem com naturalidade a expropriação do próprio trabalho e convivam passivamente com todas as formas de discriminação e violência.

Nessa conjuntura adversa, crescem em tamanho e importância as organizações dos explorados, das chamadas minorias, onde as discussões no campo do gênero apontam para uma nova abordagem, tanto das relações sociais entre homens e mulheres como entre o poder, no sentido político tradicional, e as questões privadas, como a violência na família, privilegiando as relações recíprocas entre a produção econômica e a reprodução biológica.

A expansão em torno da temática recai, então, sobre a diversidade entre homens e mulheres, ultrapassando porém os limites da simples reivindicação da diferença, no sentido de avançar para uma proposta mais ampla e democrática com o conjunto das lutas sociais.

É evidente que nesse processo de mundialização do capital, a priorização do equilíbrio macroeconômico tem agravado a pobreza estrutural, a marginalização, a segregação social e a violência; essa prioridade traz no seu rastro a deteriorização da convivência cidadã, do meio ambiente e da qualidade de vida das populações. A necessidade de reverter um quadro tão perverso torna-se prioritária e implica ultrapassar limites impostos dentro da sociedade brasileira, de base excludente, racista, sexista e classista. Essa reversão daria impulso a mudanças políticas, econômicas e culturais que nos aproximaria de novas formas de

convivência e respeito entre cidadãos e cidadãs e entre cidadanias e estados, no sentido de buscar a superação da dívida histórica que as sociedades têm com os grupos dominados.

Porém, as reações das sociedades ocorrem de forma diferenciada, principalmente na América Latina, onde as democracias são frágeis e as conquistas são constantemente ameaçadas pelo retrocesso político representado pela submissão ao projeto neoliberal. Por seu turno, a transversalidade e integralidade das políticas públicas para a igualdade e equidade de gênero requerem compromissos políticos e financeiros. As ações e programas pontuais desenvolvidos pelos governos evidenciam a recusa em adotar uma verdadeira estratégia de inserção dos grupos dominados nas esferas de decisão e de poder e a eliminação das desigualdades e discriminações baseadas em gênero, etnia, cultura, idade, orientação sexual, classe, religião e nacionalidade.

As respostas institucionais têm sido, pois, construídas na lógica das políticas compensatórias ou dos organismos de regulação da sociedade. É dentro dessa concepção que o Estado cria os Conselhos Tutelares e os Estatutos (da Criança e do Adolescente, das Mulheres, dos Idosos etc.), ao tempo em que militariza a solução, por exemplo, para os problemas da violência sexista instituindo as delegacias de mulheres. O fato de colocar no âmbito da polícia as questões sociais não tem arrefecido o crescimento da violência sexista e da prostituição infantil que atinge meninas e meninos. A multiplicidade de casos levou o *Movimento de Mulheres da América Latina* a instituir em 1999, o 25 de novembro como o *Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher*.

É extremamente importante que o ANDES-SN e o conjunto do movimento sindical produzam uma avaliação cuidadosa da ação dos Conselhos Tutelares e das Delegacias de Mulheres (entre outros). A experiência, rica e contraditória, varia local e regionalmente. A violência entre os gêneros atualiza e explicita a desagregação social potencializada pela ação das políticas neoliberais. Pensar uma política de intervenção sindical nessas questões é decisiva do ponto de vista das classes trabalhadoras.

No âmbito do mercado, as relações de discriminação, diferenciadas e polimórficas, são escamoteadas, utilizando-se de artifícios que vão da “boa aparência” às exigências de escolaridade, titulação, “espírito empreendedor” e outros parâmetros eivados de componentes preconceituosos. É importante denunciar as práticas de exploração capitalista no que tange à diversidade de salários arbitrados, por exemplo, a mulheres e homens, negros e negras, para o desempenho de um trabalho igual. A diferença salarial, segundo pesquisas recentes, atinge percentuais de até 50% quando se refere a mulheres negras. O fato de o Brasil ser signatário da Convenção 111/1958, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que deveria obrigá-lo a legislar para “impedir as discriminações ou desigualdades de tratamento por razões de raça, sexo e religião” - aliás, contemplado na letra do Art. 5º da Constituição Federal - não garante, efetivamente, o combate às práticas excludentes que permeiam o conjunto da sociedade e, em especial, o chamado mercado de trabalho.

A dominante mídia das elites banaliza, permanente e metodicamente, a violência, criando estereótipos, do masculino e do feminino, de classe, dos diferentes grupos raciais ou étnicos, que intensificam as formas de discriminação. Por representar um espaço de interesse de indivíduos e grupos, constitui-se instrumento de poder que expressa as opiniões pessoais, de classe e de ideologia. Ao reproduzir parcialmente a realidade, constrói o imaginário coletivo, utilizando-se de imagens e caricaturas que intensificam os preconceitos de classe, raça e sexo, tendo sido, durante muitas décadas, um instrumento eficaz para interiorizar a representação da superioridade masculina e branca. Além disso, a utilização desses estereótipos tem o sentido normatizador do comportamento, à medida que seu papel é o de disseminar um tipo particular de violência - a exclusão daqueles que já se encontram à margem da cultura hegemônica.

É necessário alertar para o fato de que a abordagem de gênero vem sendo utilizada, principalmente em nível institucional, para acobertar um desinteresse pelo tema, transformando-a numa expressão vazia, com a intenção velada de tornar inócua as iniciativas dos movimentos sociais organizados na defesa dos direitos que envolvem a promoção da equidade entre homens e mulheres e a consideração dos papéis sociais atribuídos a ambos. É, pois, nesse contexto, que a criação do sistema de cotas, pelos partidos políticos e sindicatos, representam um equívoco, na ótica dos movimentos sociais, já que essas ações, ao manter sua característica concessiva, não possibilitam avanços substantivos para a eliminação das desigualdades políticas, econômicas e sociais.

O movimento negro, por exemplo, continua na luta pelo reconhecimento da identidade e da cultura negra, colocando como ideal de resistência o resgate da sua própria história. A *VIII Conferência sobre a Mulher da América Latina e do Caribe* fez que os países participantes,

inclusive o Brasil, se comprometessem a reorientar as políticas públicas, colocando a equidade social e de gênero no centro das preocupações governamentais. Nesse sentido, a promoção de mudanças político-culturais que incluam os segmentos da sociedade no processo de potencialização da mulher e na busca da equidade e da igualdade de gênero, incorporando os homens como parte integrante e ativa dessa mudança, está hoje na pauta de reivindicações dos movimentos organizados.

O ano 2001 representará um marco substancial na luta dos grupos dominados, com a realização, na África do Sul, da *Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância*. Porém a VIII Conferência, na sua Declaração, já havia apontado para o seguinte horizonte: “a existência de identidades e culturas diversas que expressam multiplicidade de saberes e experiências deve poder resgatar as potencialidades dos grupos oprimidos no enfrentamento às práticas estruturais excludentes e autoritárias expressas no racismo, cultural e prático, que afeta as minorias étnicas, particularmente negras e indígenas.”

Resta-nos, pois, afirmar que o ANDES-SN, referenciado na concepção sindical que o norteia, compreende que as discussões e as lutas referentes às questões de classe, gênero e etnia não podem ser dissociadas das demais lutas da classe trabalhadora. Portanto, somente a articulação mais ampla com os movimentos sociais será capaz de delinear o papel político do Sindicato Nacional e o compromisso do MD na produção de respostas que atentem para a superação do atual estágio de opressão e exclusão social por que passa a sociedade brasileira.

TR - 21.1

20º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 - Lutar contra as opressões, desigualdades e discriminações de gênero, etnia, cultura, idade, orientação sexual, classe, religião e nacionalidade, construindo durante o ano de 2001, sob a Coordenação do GT Gênero, Etnia e Classe, estratégias para a inserção do ANDES-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados.

2 – Realizar uma avaliação cuidadosa da ação dos Conselhos Tutelares e das Delegacias de Mulheres (entre outros) para que possa construir sua política de intervenção sindical no que refere às questões de Gênero e de Etnia.

TEXTO 22

Assembléia Geral dos Docentes da UFOP - 19 de dezembro de 2000

Racismo: uma questão inadiável

TEXTO APOIO

A Luta contra o Racismo no Brasil

O Brasil não foi somente o último país a acabar com a escravidão, foi também o país que mais importou mão-de-obra escrava africana. O país tem um passado escravocrata que explica em grande parte suas desigualdades sociais. Contudo, passados 112 anos da emancipação formal dos afro-brasileiros, a sociedade e o Estado brasileiros não foram capazes de garantir a completa igualdade de oportunidades e de tratamento para todos os segmentos populacionais. Pior, muitas desigualdades são mantidas e até ampliadas quando se adotada o conceito de raça. Em vários aspectos, o capitalismo utiliza e incentiva estas diferenças para manter sua dominação. O mito da “democracia racial” ajuda a encobrir as discriminações, como se a miscigenação fosse uma forma de apagar as diferenças de raça. Mas os dados desmentem a ideologia da “democracia racial”. Segundo Silva⁸, o rendimento médio da população de cor, nas áreas metropolitanas do país, em 1980, era cerca da metade do correspondente para a população branca. Desta diferença, estima-se que 25% e 32% das diferenças de rendimentos entre brancos, por um lado, e pretos e pardos, respectivamente, podem ser atribuídas a práticas discriminatórias no mercado de trabalho. Em 1980, a mortalidade infantil por mil nascidos vivos era de 77 para brancos e 105 para o conjunto de pretos e pardos. A expectativa de vida ao nascer era de 66,1 para os brancos e de 59,4 para os pretos e pardos. Na área educacional, crianças pretas e pardas completam menos anos de estudo, mesmo quando se controla por origem social ou renda média familiar per capita. Segundo a PNAD 96, a renda dos chefes de família ou cônjuges era de R\$ 950,00 para

brancos, R\$ 403 para pretos e R\$ 433 para pardos. Baseado nestes e outros dados, o autor chama atenção para os “ciclos de desvantagens cumulativas”. Estas desigualdades reforçam os preconceitos e a intolerância contra a população não-branca no Brasil. Neste sentido, cresce o movimento por ações afirmativas, pelas reparações, ou indenizações dos descendentes de africanos pelos danos sofridos durante gerações de escravidão e exclusão social.

Mulheres Negras: escravas dos escravos

John Lenon disse que as mulheres podem ser comparadas às escravas dos escravos (“Slave to the slaves”). Esta afirmação é mais verdadeira para o caso das mulheres negras, que constituem a parcela da população mais discriminada da sociedade brasileira. As mulheres negras sofrem uma tripla opressão: de classe, de gênero e de raça. No século XIX existia uma ditado escravista patriarcal que dizia: “Branca para casar, mulata para foder, negra para trabalhar”. No século XX este ditado ainda se fazia presente de várias formas. É isto que diz, por exemplo, a música de Lamartine Babo: *“Mas como a cor não pega, mulata; mulata quero o teu amor”*. Isto quer dizer que, mesmo após a decretação da “Lei Áurea”, o destino socialmente traçado para milhões de mulheres negras e pobres continuou delimitado pelo triplo **C** - Casa, Cozinha e Cama. As mulheres negras do Brasil, devido à intolerância e à segregação, têm suas opções limitadas ao cuidado da sua própria casa, ao emprego doméstico nas cozinhas das classes médias e ricas e à cama da prostituição e do turismo sexual. Nas escolas, elas enfrentam as maiores taxas de evasão. No mercado de trabalho, estão nas piores ocupações e na base da escala de remuneração. Na política a presença da mulher negra é quase insignificante. Neste sentido, a luta das mulheres negras e trabalhadoras passa pela mudança da triste realidade que lhes foi imposta pela escravidão no passado e pela exclusão social no presente. É necessário que elas superem os limites de uma vida socialmente marginalizada e obtenham a “carta de alforria” que lhes permita ampliar seus espaços de atuação e um lugar de destaque na história. É urgente a necessidade de um firme posicionamento a favor da luta de classe, raça e gênero num contexto de transformação e justiça social.

TR - 22.1

O 20º Congresso da Andes recomenda, ao conjunto do sindicato, o engajamento na luta contra o racismo e contra as desigualdades raciais, especialmente contra o racismo que incide sobre as mulheres afro-descendentes. Que o conjunto do sindicato se engaje na discussão referente à preparação da “3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas correlatas de Intolerância”, convocada pela ONU para agosto/setembro de 2001.

TEMA II – POLÍTICAS SETORIAIS – Plano de Lutas dos Setores

TEXTO 23

Diretoria do ANDES-SN

Plano de lutas do Setor das IFES:

TEXTO APOIO

O MD diante de seu maior desafio

O exame das políticas do governo federal brasileiro, na década de 90, para o ensino superior, a partir do estudo tanto do financiamento como do impressionante conjunto de normas de iniciativa do Executivo aprovadas no Congresso, ou mesmo editadas diretamente, como os Decretos e Portarias, permite constatar, sem margem de erro, que a universidade pública, gratuita, autônoma e produtora de conhecimento novo não apenas está fora das prioridades governamentais, como fundamentalmente, é combatida com agilidade e rapidez.

Duas grandes medidas iniciaram o novo século, confirmando essa política. A ausência de previsão de reajuste salarial para os professores e, mais amplamente, para os servidores federais no Orçamento Geral da União, a exemplo dos últimos seis anos, e os vetos ao Plano Nacional de Educação elaborado por um órgão do próprio governo federal. Foram vetadas, entre outras, a meta de ampliação dos recursos educacionais de 5% para 7% do PIB, a implantação de planos gerais de carreira para os profissionais das áreas técnicas e

administrativas e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, apresentado como instrumento capaz de ampliar as matrículas nas instituições de ensino superior públicas para 40% do total de matrículas neste nível de ensino.

Embora o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública tenha criticado os fundamentos deste Plano e o seu processo de construção, profundamente anti-democrático, os vetos referidos acima são retrocessos em um projeto já privatizante e em conformidade com as políticas neoliberais da última década. Em outras palavras, os vetos são ainda mais perniciosos que o Projeto, ele mesmo avaliado como hostil ao ensino público.

As conseqüências nefastas dos acordos do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), atualizados no “pacote de salvação do Real” de 1998 (empréstimo de US\$ 40 bilhões), agravam-se perigosamente. Como apontado no 41º CONAD, a regulamentação das reformas administrativa e da previdência foram inseridas como itens prioritários do Acordo.

Como havíamos previsto, o governo Federal pressionou para que a regulamentação da reforma da previdência fosse efetivada. A transferência dos gigantescos fundos públicos da previdência social para a órbita do capital financeiro faz parte da lógica do sistema de alianças que governa o País. Por isso, o PL-9/99 (dispõe sobre a aposentadoria complementar) tramitou em regime de urgência constitucional e, apesar da ação dos servidores públicos e da oposição parlamentar, foi aprovado parcialmente (resta a votação de Destaques de Votação em Separado), ainda que por pequena margem de votos. É importante registrar que a mobilização dos servidores públicos foi muito modesta, considerando a gravidade das questões em jogo. No entanto, mesmo incipiente, fortaleceu a ação parlamentar da oposição. Obviamente, uma grande mobilização teria produzido desdobramentos muito mais favoráveis, em especial em um contexto de enfraquecimento do governo Federal, vigorosamente derrotado nas urnas e com problemas de unidade em sua base parlamentar (ACM versus Jäder Barbalho; Inocêncio de Oliveira versus Aécio Neves).

No que diz respeito à regulamentação da reforma administrativa é indubitável que o governo Federal obteve uma vitória importantíssima com a aprovação da Lei 9962/00 (dispõe sobre a criação de empregos públicos). No entanto, aqui a pressão do movimento docente já se faz sentir. Como destacado anteriormente, em todos os textos de análise produzidos pela Diretoria Nacional, o governo não pode criar empregos públicos sem a aprovação de uma Lei específica para o sistema federal de ensino. Inicialmente, o MEC conseguiu veicular, em diferentes setores, a idéia de que não havia possibilidade de concursos pelo RJU e que, portanto, a regulamentação da CLT seria inexorável. Assim, criou um Grupo de Trabalho para “discutir” os termos da regulamentação com a presença de entidades sindicais e da ANDIFES. Como desdobramento da greve dos SPF, as entidades se afastaram do GT Governamental e o ANDES-SN – que não indicara oficialmente representante neste GT- deliberou formalmente que não participaria de nenhuma comissão que tivesse o objetivo de implementar o regime de emprego público. A não seriedade da “negociação” ficou patente quando o MEC apresentou a sua primeira versão de projeto à revelia da ANDIFES que, por isso, apresentou a sua própria versão de Projeto. A mesma cena foi repetida nas duas versões subseqüentes, acompanhadas de versões alternativas produzidas pela ANDIFES.

Concomitantemente, o debate viabilizado pelo movimento docente, reunido no ANDES-SN, foi lançando luz sobre o significado do regime de emprego público (CLT) para a universidade e, também, sobre o conteúdo da proposta de carreira embutido no projeto de Lei, direcionado para a “universidade de ensino” (Centro de Ensino Superior). Na medida em que o significado real do emprego público foi sendo esclarecido, e a ação da militância das Seções Sindicais do ANDES-SN se revigorando, diversos Conselhos Universitários foram se posicionando contra o referido regime, rompendo, inclusive, com a então aparente unidade da ANDIFES.

Um breve balanço dos posicionamentos dos Conselhos mostra que acertamos quanto aos encaminhamentos dos 40º e 41º CONAD. A indicação da possibilidade de construção de uma greve contra o emprego público nas IFES, aprovada no 41º CONAD, permitiu a elevar o grau de mobilização da categoria. A partir da ruptura na unanimidade das reitorias em torno da necessidade de regulamentar o emprego público, como quer o MEC, torna-se plausível o objetivo de retomar o trabalho político junto a ANDIFES, para se buscarem aproximações e encaminhamentos comuns.

Outros aspectos que revelam avanços na construção de uma resistência ativa ao projeto do MEC são as alianças com as entidades representativas da comunidade, em especial com a FASUBRA, o SINASEFE e a UNE. A realização do III Encontro Unificado elevou o

patamar da unidade entre elas, permitindo vislumbrar ações conjuntas neste ano, como já se mostrou possível no Fórum Social Mundial. Também o trabalho na CNESF tem produzido frutos.

É na área da Educação que se intensifica a ameaça do emprego público, motivo por que o debate político interno assegurou incluir essa questão (emprego público) no topo da agenda da CNESF, ao lado do reajuste salarial para os servidores. Na reunião da CNESF com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), realizada em dezembro, a questão do emprego público foi incluída na Pauta de discussões. Deste modo, em tese, o MEC não poderá encaminhar o seu projeto ao Congresso sem um prévio debate no MPOG. Também ressalte-se aqui: para que a discussão seja efetiva, é preciso que a mobilização se intensifique.

Em resumo, os encaminhamentos políticos aprovados no 41º CONAD prosseguem respondendo aos desafios da conjuntura. Os destacáveis avanços organizativos e políticos na luta contra o emprego público comprovam a correção desses encaminhamentos. O XX Congresso do ANDES-SN deverá, entretanto, intensificar as lutas em torno dos eixos: reajuste salarial, emprego público e previdência social. Para que essas lutas ganhem concretude, ações correlatas devem ser fortalecidas, em especial:

1) a luta pelo reajuste salarial, estreitando os laços com a CUT e a CNESF, com objetivo de revigorar a presença da luta dos SPF no cenário político nacional, denunciando a subordinação do governo Federal ao FMI/ Banco Mundial e ao capital rentista;

2) com base nas alianças acima indicadas, intensificar a luta em defesa da previdência social pública, denunciando não só o fracasso das privatizações no Chile e na Argentina, países que hoje excluem a grande maioria da população dos direitos previdenciários como também os verdadeiros compromissos do governo FHC com o setor financeiro;

3) a luta pela carreira única do ANDES-SN, por meio de vigorosa ação política nas IFES, de modo a transformar esta insígnia em forte anseio de todos os professores. Ao mesmo tempo, é preciso encaminhar a reivindicação pela “imediata realização de concursos pelo RJU”.

4) ações de mobilização no âmbito das AD-S.Sind do ANDES-SN e no MEC de forma intensificada, a fim de reforçar a luta pelo restabelecimento da paridade salarial entre ativos, aposentado e pensionistas, bem como pela isonomia salarial entre os docentes da carreira de 1º e 2º graus e os da carreira de Ensino Superior;

5) medida emergencial no sentido de incorporar os valores máximos da GED aos salários básicos de todos os docentes das carreiras do magistério superior e de 1º 2º graus das IFES, ativos, aposentados e pensionistas, com imediata extinção da GID;

6) ações em defesa da universidade como esfera pública, discutindo e denunciando as diversas modalidades de privatização interna e de mercantilização da educação;

7) a luta contra as diversas formas de ingerência governamental na universidade, através de iniciativas que objetivem a defesa da autonomia (nos termos do Art.207, CF) da universidade, combatendo toda a legislação neoliberal antinômica à autonomia edificada na última década;

8) a reconstrução da democracia, revisando os estatutos que contrariem os procedimentos democráticos, buscando assegurar processos democráticos de escolha dos dirigentes que impeçam qualquer ingerência governamental;

9) a ampliação qualitativa da oferta de ensino superior, ampliando as verbas para o setor. Ênfase especial terá de ser conferida ao ensino técnico e tecnológico, hoje violentamente rebaixados pelas políticas do MEC e, também, à formação de professores, combatendo as alternativas aligeiradas em curso;

10) ações em defesa da democratização dos órgãos de fomento à C&T, buscando combater vigorosamente a ingerência governamental na escolha dos membros dos colegiados e da direção, ampliando a presença institucional das universidades nesses órgãos, hoje avessos à autonomia universitária, e criando meios para assegurar a mais ampla liberdade científica e cultural.

O Texto de Resolução estará sendo encaminhado no Caderno Anexo com base nas considerações acima

TEXTO 24

Contribuição dos Professores Manuel Claudemir Silva Caldas e Luiz Guilherme Meira de Souza, sindicalizados da ADURN-S.Sind.

PRIVATIZAÇÃO INTERNA DAS IFES

É preciso reverter a privatização interna nas IFES

TEXTO APOIO

“Tudo já foi dito uma vez. Como ninguém escuta é preciso dizer de novo”(André Gide)

Quando, no título do Texto 22 do Caderno de Textos do 41 CONAD, destacamos que “a luta contra a privatização interna das IFES é uma questão de sobrevivência” ressaltamos uma percepção óbvia e inconteste. Uma percepção experimentada por todos dentro das IFES, mesmo por aqueles que vêm praticando as ações privatistas, estimulados e incentivados, ou não, pela política submissa do MEC. Sim, em termos de política para o ensino superior, é irresponsável e vergonhosa a submissão do MEC às diretrizes de organismos internacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial. Nada há que embarace a constatação de tanta submissão. A título de simples conferência, compare-se a realidade das IFES com o seguinte trecho de recente documento desse organismo de “fomento e assessoria”: “A experiência demonstra que é fundamental romper com esse esquema[da Universidade Pública]. E também que não se deve subestimar as dificuldades das políticas em fazê-lo. Nos países com sistemas de governo débeis, os estudantes com suas reivindicações(e haverá se reduzirmos seus subsídios e privilégios) podem representar uma ameaça à estabilidade política. Portanto, os governos devem atuar com muita cautela ao introduzir as reformas[a privatização] que podem afetar as famílias poderosas e com maior potencial para desestabilizar os regimes políticos...” (“O Ensino Superior: as lições derivadas da experiência”, documento oficial do Banco Mundial, elaborado em Washington, D.C., p.29 da versão em espanhol.)

Sem dúvida, o MEC tem sido bastante habilidoso na implantação no ensino superior do país das fatídicas diretrizes compiladas nesse documento. Mas é claro, tamanha habilidade não prosperaria, se não estivesse afinada com uma forte articulação de ações e políticas demandadas pelos demais escalões do Governo Federal. Essa coesão produz inclusive adesões repercutidoras dentro das próprias IFES. É o governo de FHC divorciado das aspirações do povo, ou melhor, casado com os interesses do capital financeiro internacional parasitário(diga-se: globalização e neoliberalismo).

A presteza do MEC em aplicar as diretrizes do Banco Mundial, infelizmente, encontra eco na cotidianidade das IFES. Principalmente no tocante à diretriz: “os governos devem estimular as universidades a buscarem a diversificação das fontes de captação de financiamentos”. Por essa diretriz o Banco Mundial orienta que as universidades públicas têm de passar a cobrar mensalidades dos estudantes, elaborar cursos de curta duração, oferecer consultorias e prestação de serviços diversos, firmar convênios com empresas intermediados pelas fundações etc. É o quadro de obviedades que se expande. É a incontestabilidade que desafia o movimento docente.

Pode-se exemplificar a reprodução dessa política no âmbito da UFRN recorrendo-se a alguns dados sobre cobranças de mensalidades em cursos de especialização.

Registros da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRN demonstram que, de 1998 para cá, vários cursos pagos de especialização foram criados. São cerca de trinta departamentos envolvidos, mais da metade do total. Segundo os responsáveis pelas criações, as iniciativas procuram arrecadar recursos financeiros para cobrirem as necessidades de realizações acadêmicas, científicas e profissionais dos docentes participantes, (bem como propiciar retorno de conhecimentos à sociedade), uma vez que eles já não esperam verbas governamentais para tais demandas. Assumir essa desesperança não é um jogar de toalha? Não é um exercitar do cinismo como definido por Oscar Wilde (“o cinismo é a arte de ver as coisas como elas são, e não como deveriam ser”)? Não é o indefectível dançar conforme a música?

O fato é que o Centro de Tecnologia da UFRN, por exemplo, consegue receitas, mediante esses cursos, mais de três vezes superiores às dotações lhe destinadas na divisão orçamentária da instituição. Há vários desses cursos que cobram mensalidades acima de trezentos reais. Um determinado curso de especialização da área de engenharia de produção, formatado para desenvolver-se em treze meses, com uma clientela de trinta e dois alunos, recebe mensalidade de quatrocentos e vinte e sete reais. Um curso de especialização da área de psicopedagogia foi oferecido à mensalidade de cento e oitenta reais.

Essas são apenas algumas citações, sem maiores preocupações de análises e detalhamentos. Apenas a título de amostragem de existência.

Como não entender que um curso sobre psicopedagogia, por exemplo, é de interesse universal em relação ao conjunto dos professores do ensino básico, e que centenas deles não dispõem de condições financeiras para custear a mensalidade exigida? E o papel da instituição frente ao atendimento desse tipo de carência?

Até que ponto tais iniciativas não estão servindo prioritariamente como complementação de salários? E a isonomia salarial como fica diante disso?

Em que medida as estruturas e abordagens dos conteúdos desses cursos podem estar submetendo a produção e difusão do conhecimento a vinculações que ferem os fins, a natureza e os princípios da instituição Universidade?

Que parcelas dos recursos arrecadados destinam-se efetivamente à receita da instituição? É realmente expressiva a incrementação no financiamento da instituição produzida por essas parcelas?

Essas e outras questões cruciais precisam de ser enfrentadas, dissecadas.

Vale salientar, não obstante, que a reitoria da UFRN, por resolução do Conselho Superior de Administração, já oficializou parâmetros para cobranças de mensalidades em cursos de especialização. Reduziu a questão dessa forma aos meros limites do disciplinamento e do controle institucional.

Na verdade, de uma forma ou de outra, em um ou outro momento, todos que vêm, silenciosa ou ostensivamente, acatando ou aderindo às posições do MEC têm um ponto em comum: a consciência de que a continuação desse quadro levará as IFES ao definimento e à desfiguração inexoráveis. Raríssimas terão condição de sobreviver.

Será que todos já escolheram assimilar como irrevogável o destino que o MEC vem traçando? A resposta a essa pergunta não é óbvia. Será inconteste? Não acreditamos que seja absolutamente afirmativa.

Apesar do avanço da privatização interna em curso, cremos que a luta por sua reversão conseguirá sustentar a sobrevivência das IFES. Sobrevivência a partir da qual ainda restará ao movimento docente permanecer buscando transformá-las.

A condução e o fortalecimento dessa luta passam continuamente por etapas fundamentais de construção.

Uma das mais urgentes é a de ampliação e aprofundamento do conhecimento concreto de todo o quadro, tanto a nível de cada uma das IFES, quanto a nível de conjunto, a nível da totalidade das mesmas. A clareza daí resultante iluminará encaminhamentos, estratégias e saídas que produzirão a revertibilidade necessária. Revertibilidade que propiciará as IFES o reencontro com os referenciais de suas transformações em constante construção histórica pelo movimento docente.

Certamente, no fluxo dessa luta, deve-se evitar qualquer tipo de clivagem, sob pena de surgirem na categoria dos docentes divisões internas irreparáveis. Mas é importante compreender que alguns momentos de tensão irão ocorrer. As tensões políticas decorrentes dos choques contra convicções e esperanças compactadas por reflexos de espelhos como os do Banco Mundial direcionados aos campi pelo MEC.

É importante compreender também que choques contra outras barreiras concorrerão para o advento de tensões políticas nessa luta.

Nos planos das ideologias, dos interesses objetivos, das preferências políticas e das subjetividades, a composição da categoria docente é bastante complexa e diversificada, heterogênea e plural. Esses elementos de conformação potencializam conflitos, embates e enfrentamentos inevitáveis, quando do desenrolar dos processos de luta por hegemonia de modelos, princípios ou visões de identidade e de função social pertinentes às IFES.

Não obstante, não haverá transformação se, na ausência de consenso, não houver embate político a buscá-la ferrenhamente.

É óbvio e inconteste que a tendência predominante hoje nas IFES é de aceleração da privatização interna. Se desejar, num primeiro momento, vê-las sobreviverem, urge que se agilizem processos de definição de encaminhamentos e estratégias de luta. A partir dos seus núcleos internos mais organizados e imbuídos de vontade de luta. Luta que deve ser articulada nacionalmente sob o comando da direção do ANDES-SN. Com clareza, coerência, organicidade e tirocínio político.

Luta que irá se construindo e se desenvolvendo quer por convencimentos, quer por enfrentamentos necessários, num amálgama de objetivos e sabedorias incontornáveis e de dignidade, respeito mútuo e sensatez.

TR - 24.1

Reafirmamos aqui os textos de resolução apresentados nos itens 1 a 4 da TR 22 constante do Caderno de Textos do 41 CONAD, p. 72, cujas formulações substituímos pela formulação aprovada no 41 CONAD, redigida conforme aparece registrada no item IV-Luta Contra a Privatização Interna, na página 58 do Relatório Final do 41 CONAD, a saber:

IV - Luta contra a privatização interna

O 41º CONAD delibera que o ANDES-SN deve:

1 – Levantar os tipos de atividades que hoje se constituem em pontas de lança do processo de privatização interna de das IES públicas buscando obter, em cada instituição, uma descrição das normas hoje em vigor que se referem à flexibilização do regime de trabalho de DE (dedicação exclusiva), às complementações salariais e à utilização privada de recursos públicos (humanos e/ou materiais) por outras fontes de recursos que não a União e/ou órgãos de fomento governamentais.

2 – Analisar e divulgar amplamente os dados colhidos em um Encontro nacional a ser realizado com a finalidade de buscar formas de luta contra tais práticas.

TEXTO 25

Diretoria do ANDES-SN

Plano de Lutas do Setor das IEES: breve Avaliação

TEXTO APOIO

O Setor das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), ao longo do ano 2000, demonstrou vigor e combatividade. Foram inúmeros os movimentos de reivindicação ocorridos país afora - Paraná, Santa Catarina, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Mato Grosso. Em muitos estados nossas entidades de base pautaram, nas agendas de seus governantes e reitores, questões de fundo como: a autonomia das universidades estaduais e seu financiamento; a função social da universidade e sua importância para o desenvolvimento científico e tecnológico do país; a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade; a democratização do acesso e da permanência do alunado nas IES; a carreira da categoria, seus regimes de trabalho; a indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão. Ao mesmo tempo, as instâncias e os espaços de decisão e poder dessas instituições foram questionados de forma contundente.

A reação dos governos estaduais e dos reitores às nossas movimentações foi, seguramente, semelhante: perseguição de lideranças, liminares preventivas, demissões e muita repressão policial. Os choques com a polícia foram constantes e a repressão foi violenta com tropa de choque, cavalaria, helicópteros, bombas, balas de borracha e prisões. Mais ainda: tivemos também, a maioria dos meios de comunicação a serviço dos reitores e governadores. Mesmo num quadro violento como aquele, a opinião pública ficou sensível às nossas reivindicações e, em vários estados, apoiou nossas lutas - esteve *solidária*. Apesar da repressão e dos meios de comunicação, ganhamos a opinião pública. Mostramos a cara, fomos à luta. Num tempo em que se propugna o fim da história ou a quem re-escrita, como pretendem os ideólogos da social democracia brasileira, escrevemos mais um capítulo da história da luta de classes em nosso país. Escrita no melhor estilo da classe trabalhadora: com luta.

Outro elemento que merece destaque nas greves e atividades ocorridas nas universidades estaduais, que também pode ser visto na greve das IFES, foi a presença do movimento estudantil, com exceção de um ou outro estado e, em muitos casos, a despeito das direções majoritárias de algumas entidades de destaque dos estudantes. De forma engajada, o movimento estudantil, com suas organizações de base e lideranças de fato comprometidas com a luta, se constituiu num fator novo de diferenciação e peso político nas greves. Desse engajamento e articulação ficou um saldo importante, do ponto de vista político e organizativo que precisa ser consolidado e ampliado.

A luta contra as investidas do MEC pelo fim do ensino público e gratuito não pode ser relegada a um segundo plano; ela deve estar permanentemente em nossa agenda política. Numa avaliação preliminar, podemos perceber que esses movimentos possibilitaram importantes avanços políticos e organizativos da categoria. A pauta do nosso plano de lutas,

aprovada no 19º Congresso (Juiz de Fora-MG, 2000), quando comparada às ações realizadas pelas seções sindicais do Setor, mostra a nossa maturidade e nossa percepção política do movimento e da realidade. A nossa capacidade de implementar, na prática, de forma organizada e articulada, nossas lutas em defesa de nossos interesses e projetos, existe. Capacidade que muitas vezes ainda subestimamos e que precisa ser melhor estruturada no Setor. Mas isso depende, não só da Direção, mas de estarmos – todos - de fato presentes na vida e nos espaços de organização e deliberação da nossas seções sindicais e, imprescindivelmente, do ANDES-SN.

Estamos entrando em 2001 de cabeça erguida, com derrotas sofridas, mas com um conjunto de vitórias que nos dá dignidade e esperança, reanima nossas forças e nossa combatividade. A pauta e a agenda do conjunto do funcionalismo público brasileiro poderá inaugurar um novo estágio de nossa luta contra o neoliberalismo e a política de terra arrasada do governo FHC e da maioria dos governadores e prefeitos do país. A sinalização que vem sendo dada pelo *Fórum Nacional de Luta* e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), de estar presente de forma real e efetiva na campanha salarial dos servidores públicos e na defesa dos serviços públicos, poderá representar um momento privilegiado de nossa presença no seio da Central. O sucesso dessas empreitadas, dessas campanhas de 2001, dependerá de organização, articulação e efetiva intervenção na realidade que aí está. Muitos pontos que estiveram presentes no plano de lutas aprovado no Congresso de Juiz de Fora se mostram atualíssimos e, acreditamos, devem fazer parte do Plano de Lutas de 2001.

- 1) Realizar campanha por reposição salarial nas IEES;
- 2) Lutar contra as reformas administrativas estaduais que atinjam a autonomia das universidades, principalmente as formas privatizantes como os “contratos de gestão”, “contratos de desenvolvimento institucional” e transformação das universidades em organizações sociais.
- 3) Articular a criação de frentes estaduais e municipais de defesa da universidade pública e organizar e realizar ações políticas em defesa da Ciência e Tecnologia, contra a destruição dos institutos e entidades públicas de pesquisa;
- 4) Unificar a luta com os demais trabalhadores das esferas estadual e municipal, contra o sucateamento do serviço público, o arrocho salarial, as variadas formas de privatização dos serviços públicos e as reformas administrativas nos estados e municípios. Principalmente no que diz respeito ao emprego público nos estados e municípios;
- 5) Lutar contra as reformas previdenciárias estaduais. Promover ações políticas e eventualmente judiciais contra o confisco ou redução de salários e proventos, via instituição e aumento de alíquotas previdenciárias.
 - a) Nos Estados em que o governo apresentou ou vier a apresentar proposta de Lei ou Decreto, promover ações políticas articuladas com o conjunto do funcionalismo público estadual para impedir sua aprovação;
 - b) Existindo lei ou decreto, ingressar com ações judiciais (Mandado de Segurança Coletivo) para evitar o confisco salarial. Recomenda-se ainda que o ANDES - SN realize campanhas, em nível local, coordenadas nacionalmente pelo setor, junto a outras entidades de servidores públicos, visando uma ação conjunta;
- 6) Lutar pelo não pagamento da dívida pública dos estados e municípios, como parte da estratégia de luta pelo não pagamento da dívida externa e interna. Nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, debater com a população em tribunais públicos, em fóruns municipais, nos bairros, as prioridades de aplicação desses recursos na Educação, Saúde, Saneamento Básico, Habitação Popular, Reforma Agrária, Ciência e Tecnologia;
- 7) Lutar pela manutenção e ampliação dos programas de capacitação docente nas IEES;
- 8) Lutar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais dos Estados que garantam recursos para C&T através das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP);

9) Denunciar e desenvolver ações que impeçam a continuidade e/ou instalação da implementação do ensino pago nas universidades públicas (mensalidades, taxas etc);

10) A diretoria deverá construir, juntamente com o Setor da Estaduais, num prazo de até 60 dias após o encerramento do XX Congresso, cronograma de atividades que tratem dos seguintes temas, regionalmente:

- a) autonomia e financiamento do ensino superior público e gratuito;
- b) privatização interna nas IEES: fundações, convênios, cursos de extensão pagos, flexibilização dos regimes de dedicação integral à docência e pesquisa;
- c) Cursos seqüenciais, ensino à distância, Institutos Superiores de Educação, diretrizes curriculares, reformas didático-pedagógicas, reformas na educação técnica e tecnológica;

11) Criar, até o 42º CONAD, GT Verbas Regionais para que realizem, nos estados, estudos sobre a forma de regulamentação do financiamento público para as respectivas IEES, definindo a vinculação de atributos estaduais ou ao orçamento geral dos estados. Tais estudos deverão ser trabalhados de forma global pelo GT Verbas nacional do ANDES-SN até o 43º CONAD, com o apoio e participação dos integrantes dos Verbas Regionais a serem criados;

12) A Diretoria do ANDES-SN deverá elaborar caderno especial sobre reformas estatutárias das IES públicas, até o 43º CONAD;

13) Lutar pela desprivatização e retorno ao setor público da Universidade de Tocantins (UNITINS).

Encaminhamentos

1) Continuar o levantamento, através das Secretarias Regionais, acerca do perfil do setor das universidades estaduais enfatizando:

- a) reformas Estatutárias de adequação das instituições à nova LDB;
- b) o regime jurídico do quadro docente e suas alterações na década de 90, reflexos nas IEES decorrentes das reformas administrativas e da previdência;
- c) situação atual das Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs - com relação às mudanças ocorridas no orçamento, e aspectos da composição e nomes dos membros dos conselhos;
- d) Plano de Cargos, Carreira e Salários vigentes (regime de trabalho, piso salarial e gratificações);
- e) situação dos Hospitais Universitários (HU), considerando: o grau de participação no orçamento das IEES; a transferência de recursos do SUS; o impacto das arrecadações das fundações e convênios, e os mecanismos de transparência e democracia na gestão desses recursos;
- f) organização Sindical (número de associados, filiações e seções sindicais);
- g) A participação das Seções Sindicais nos espaços de deliberação institucional da IES – Conselhos Universitários ou Conselhos Diretores, Congregações, Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão, Câmara de Administração, Pós-Graduação etc, bem como de sua participação em nível de Estado e Municípios, em conselhos de educação, saúde e outros;
- h) legislação que trate da criação e da autonomia das IEES (quando houver);

2) Organizar, através das Seções sindicais, seminários sobre as *Leis Orçamentárias e Política Fiscal dos Estados (LDO/LO)*, com objetivo de subsidiar as lideranças e a base da categoria para que tenham condições melhores de intervenção ao buscar garantir, concretamente, maiores aportes públicos à educação em todos os níveis e modalidades e exigir o cumprimento de dotação orçamentária que permita expansão e melhoria das instituições estaduais públicas.

3) Promover uma discussão aprofundada das implicações da nova LDB sobre as IES.

4) Lutar para que os governos estaduais cumpram as respectivas Constituições, com repasse das verbas ali estabelecidas para C&T

TEXTO 26
Diretoria do Andes-SN

Plano de lutas do Setor das IPES
TEXTO APOIO

O ANDES-SN vem historicamente discutindo a urgência em priorizar a política de expansão do Sindicato, como uma das formas de enfrentamento da indiscriminada expansão do ensino privado. É de todos conhecida, no âmbito do MD, a acelerada proliferação de instituições privadas, com sua concepção mercadológica, que detêm na atualidade, cerca de 60% das matrículas do ensino superior brasileiro.

O processo de descontração regional e a tendência à interiorização dos estabelecimentos privados, particularmente no Sudeste e Sul do país, a partir dos anos 80, instaurou uma nova dinâmica para o Setor, possibilitando a criação de escolas isoladas que passaram a suprir uma demanda reprimida em regiões onde os processos de urbanização e de industrialização começava a se estabelecer. Tendo o mercado como o principal motor das transformações, o setor privado da educação nele ancorou sua estratégia de expansão utilizando-se ainda das “brechas” da legislação e da frágil fiscalização exercida pelo MEC.

Estudos recentes têm demonstrado como a superioridade numérica das IPES se produz: o aumento das ofertas de vagas e de cursos é coerentemente tratado, pelo empresariado da educação, como uma estratégia de mercado. A expansão se apoia na existência de demandas a serem atendidas e em duas dinâmicas instrumentais legalmente possíveis: a de promover a fragmentação das carreiras já existentes, formadoras de profissionais liberais de (pelo imaginário dos “consumidores” potenciais) alto prestígio social, e a da abertura de novas e “modernas” carreiras, ambas resultando em ações de adaptação ao mercado, com o objetivo de atrair um número cada vez maior de “consumidores”. Alguns exemplos podem evidenciar a situação, tanto no conjunto das carreiras tradicionais como nas carreiras gerenciais. No primeiro caso, o curso de Engenharia, por exemplo, foi desdobrado em 21 carreiras diferentes (Alimentos, Florestal, Ambiental etc.); como no segundo bloco, a área de Administração possibilitou o surgimento de 35 novas carreiras (Recursos Humanos, Comércio Exterior, Administração Hospitalar etc.).

De outro lado, as estratégias de marketing, o maciço investimento em equipamentos e laboratórios de última geração, associado ao alardeamento do “conceito MEC”, ambos utilizados como instrumentos de sedução em peças publicitárias, contribuem para manter as altas taxas de matrícula e acirrar a concorrência. É inegável que tais estratégias exercem um imenso poder cooptador para a sociedade, mesmo quando falseiam o padrão da realidade educativa.

Não sem razão o sintomático Decreto 2.306, de 18 de agosto de 1997, cuida de conceituar e diferenciar *IES públicas* [art.5º], *IES privadas sem fins lucrativos* [art. 6º] e *IES privadas com fins lucrativos* [art. 7º], essas últimas “submetidas ao regime da legislação mercantil (...) como se comerciais fossem, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual.”.

O quadro de preponderância numérica das instituições particulares, que até recentemente se apresentava como recorrente nos estados do Sudeste, aparece hoje como situação comum a todo o território nacional, decorrente de um amplo processo reformista – no Estado, na administração pública, na previdência etc. - que exigiu a construção de uma nova configuração jurídica, representativa do ideário neoliberal para a educação, cuja expressão legal mais recente - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96) e suas regulamentações – cria todas as condições para o cumprimento subserviente e diligente, pelo governo brasileiro, das determinações dos organismos internacionais de financiamento e assistência, em especial o Banco Mundial.

De acordo com as orientações do Banco Mundial (1994:28-29, grifos nossos) para a educação superior é essencial:

“- fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas;

- proporcionar incentivos para que as instituições diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo a participação de estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados;

- redefinir a função do governo no ensino superior;

- adotar políticas destinadas a outorgar prioridades nos objetivos da qualidade e da equidade”.

Esse processo de mercantilização, embora presente em todos os níveis e modalidades de ensino, é particularmente visível e gritantemente acelerado na educação superior a partir da submissão dos dois governos – Fernando Collor e, sobretudo, Fernando Henrique Cardoso - que tomaram a si a tarefa de transformar em política educacional e diligentemente implementar todas as orientações do Banco Mundial para a educação dos países periféricos. As estatísticas oficiais relativas à expansão do ensino superior nesses dois governos não deixam margem a dúvidas.

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – 1994-1998

Elementos e categorias	1994	1998
Instituições de Educação Superior (TOTAL)	851	973
IES por natureza administrativa		
Federais	57	57
Estaduais	73	74
Municipais	88	78
Privadas	633 (74,3% do total)	764 (78,5% do total)
Vagas oferecidas (TOTAL)	574.135	776.031
Públicas (federais + estaduais + municipais)	177.453	185.725
Privadas	396.682	570.306
Inscrições no Vestibular (TOTAL)	2.237.023	2.858.016
Públicas (federais + estaduais + municipais)	1.292.369	1.591.283 (+23%)
Privadas	944.654	1.266.733 (+34%)
Concluintes (dezembro/1997)	240.269	274.384 (dezembro/97)

Fonte: MEC/INEP (2000). Evolução do Ensino Superior – 1980 –1998. Brasília (DF).

Mesmo com as facilidades oferecidas e o tratamento preferencial dado pelo poder público ao empresariado da educação superior ao longo da década de 90, o século XX fechou com nível de engajamento ainda muito baixo: somente 11,7% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam matriculados em cursos de graduação. Diferentemente do propalado pela mídia brasileira, para “justificar” os poucos recursos públicos para a educação superior, o Brasil é um dos países do mundo que aí menos investe: o custo aluno/ano, no Brasil, é de US\$ 4,7 mil; nos Estados Unidos é de US\$ 11,8 mil; no Canadá US\$ 12,3 mil; e na Alemanha US\$ 6,5 mil. Esse pequeno e deliberado investimento estatal vem sendo “compensado”, exatamente, pelo crescente incentivo do poder público à prevalência do setor privado em área que deveria ser considerada estratégica para o desenvolvimento do país.

Se considerarmos apenas o primeiro mandato de FHC, verificamos que do conjunto de IES – universidades, centros universitários, faculdades integradas e estabelecimentos isolados, no período 1994-1998, o setor público encolheu mais de 4% (de 218 para 209 IES públicas). No mesmo período, as IES privadas passaram de 633 para 764, registrando, pois, expansão de 20,7%. Note-se, ainda, que, somente entre 1998 e 1999, houve aumento percentual total de matrículas da ordem de 11,8%, com expansão destacada no setor privado (16,9%, contra 8,4% nas federais e 10,3% nas estaduais, no mesmo período de 1 ano), o qual detém cerca de 60% das matrículas no ensino superior.

A política governamental para a educação superior que combina, de um lado, o sucateamento das IES públicas, e de outro, os amplos incentivos à iniciativa privada, é das mais preocupantes para o Sindicato Nacional, em razão tanto da qualidade do ensino oferecido pela rede privada, na maioria das vezes distanciada do princípio da indissociabilidade, como da precarização a que se vê relegado o trabalho docente, o que pode resultar na geração de um fosso difícil de transpor para que se alcance o padrão unitário de qualidade, princípio que referencia o *Projeto da ANDES para a Universidade Brasileira*.

Nesse contexto, diagnósticos sobre a baixa qualidade do ensino oferecido pelas IPES, que sempre pareceu algo irrefutável no interior do MD, hoje, devem ser expressos para além da categórica simplicidade que sempre norteou a análise - “é privado, é ruim” - em função da dinâmica que modificou de forma substancial o quadro da educação brasileira.

Algumas variáveis, de relativa complexidade, devem ser consideradas na análise: a omissão histórica do MEC no que diz respeito à fiscalização do privado como concessão do público; o processo migratório dos docentes aposentados das IES públicas para as instituições particulares, representando, em tese, a inequívoca possibilidade da melhoria do ensino

oferecido; as demandas do mercado que sempre tiveram um peso muito maior do que as normatizações emanadas da burocracia do Estado; a possibilidade legal de uma atuação que incida sobre as carreiras já existentes, promovendo sua fragmentação e a abertura de novas carreiras profissionais ditadas pela “modernidade”.

A análise da questão da qualidade deve retomar a ótica da proposta de avaliação institucional contida no *Cadernos ANDES nº 2* e manter a perspectiva da universalização do ensino público. Deve, pois, ser ampliada e perpassar a avaliação de fatores recorrentes e peculiaridade das instituições, dentro do leque abrangente de caracterizações jurídicas que configuram o setor privado: as organizações de caráter eminentemente empresarial e aquelas de caráter comunitário/filantrópico, o que norteia de forma diferenciada os projetos institucionais respectivos.

Torna-se portanto necessário avaliar, de um lado, as “exigências da LDB” em relação ao credenciamento institucional, às diretrizes curriculares, à aplicabilidade do princípio da indissociabilidade e aos percentuais de professores titulados por instituição.

A questão da titulação é tratada de forma secundarizada e disciplinada por regras rígidas criadas pelos órgãos normativos institucionais. O afastamento do docente para capacitação fica subordinado a exigências que vão da pura e simples negativa ao compromisso de permanência pelo dobro do tempo do afastamento para o curso, em raros casos com bolsas, passando pela parcialização do financiamento, traduzido como manutenção do salário, condicionada ao cumprimento da exigência de continuidade no exercício do magistério. Outra via se estabelece pelo ingresso dos docentes aposentados do setor público que no plano interno, apresenta alguns significados de cunho administrativo, acadêmico e sindical: possibilita a desresponsabilização do investimento na qualificação do quadro docente, ou seja, um caminho seguro para o empresariado usufruir indiretamente de recursos públicos, visto a titulação trazida ter sido financiada, no geral, pelo Estado; a quebra da isonomia salarial, em razão dos contratos “por fora” dos planos de carreira; as propostas de adequações curriculares, no geral pontuais, particularmente no que tange ao atendimento da fragmentação dos cursos tradicionais e/ou abertura de cursos novos em razão dos contratos específicos para creditar determinada área; o papel de referência social.

A diversidade de tratamentos contratuais, elemento extremamente complicador para a organização da categoria, tem representado reforço tanto ao autorismo centralizador das administrações superiores, como a dificuldade da isonomia salarial.

A ocupação pela iniciativa privada dos espaços educacionais - públicos, inclusive - torna extremamente maior e mais importante o papel do ANDES e do MD. A atual invasão pela lógica empresarial de um espaço de concessão do poder público representa, na prática, o distanciamento do padrão unitário de qualidade, da Carreira Única do ANDES-SN e a possibilidade do aumento do controle patronal, organizado em sindicatos e outras entidades, e da maior repressão à livre organização sindical dos trabalhadores. Esse conjunto de preocupações ganha contorno particularmente claros, quando nos preparamos para assumir a representação e a defesa dos docentes das IES privadas de São Paulo, onde se concentra o seu maior número de instituições, docentes e alunos. (Vide texto sobre *Processo do SINPRO SÃO PAULO*).

Lidar com realidades tão diversas é um desafio para o Sindicato Nacional à medida em que as contradições não devem inviabilizar o princípio da solidariedade, tampouco a defesa dos direitos dos docentes, independente do patrão ao qual esteja vinculado o profissional.

Na compreensão de que a organização classista se processa a partir do local de trabalho, o ANDES-SN vem, desde a sua fundação, buscando a organização dos docentes das IPES. As dificuldades são de ordens e grandezas diversas, desde a desmobilização com que vem convivendo o movimento sindical nas últimas décadas à repressão do patronato com as ameaças, às vezes concretizadas, de demissão daqueles que iniciam um processo de articulação pró- sindicalização.

O enfrentamento das questões relativas à mercantilização da educação, à precarização do trabalho dos docentes, pela via da diversificação dos contratos de trabalho, à exigência do cumprimento de uma carga horária que chega às raias da estupidez perversa, exige do Sindicato a construção de estratégias que contemplem a variedade das situações determinadas pelas entidades mantenedoras patronais e promovam a mobilização e a organização classista.

O lançamento, no mês de outubro/2000, da *Campanha Salarial para 2001* e da *Pauta Unificada* dos docentes das IPES, através do *InformANDES* - Edição Especial, representou

uma estratégia das mais importantes para a unificação da luta da categoria em torno do Sindicato Nacional.

TR - 26.1

Considerando o atual quadro de expansão do Setor e o substancial aumento de docentes vinculados à iniciativa privada, o 20º Congresso, aprova:

1 – A realização, durante o ano de 2001, de um Seminário Nacional sobre a Expansão do Ensino Privado, as Condições de Trabalho dos Docentes e a Liberdade de Organização Sindical, com o objetivo de inserir, no âmbito do MD, a discussão relativa à Política de Expansão do ANDES-SN.

2 – A realização de seminários regionais que priorizem a presença de docentes dos três setores, (IEES, IFES e IPES) assim como, da base não organizada e desenvolvam a seguinte pauta de discussão: concepção e representatividade sindical; organização por local de trabalho, sindicalização transitória via Secretarias Regionais, Política de Expansão do ANDES-SN.

3 – O desenvolvimento de estudos referentes ao financiamento das IPES, numa ação conjunta entre a Coordenação do Setor e o GT Verbas, no que tange a utilização de verbas públicas via empréstimos do BNDS, recursos do FIES e outros.

4 – A Campanha Salarial e a Pauta Unificada de Negociação do Setor das IPES:

4.1 – A Campanha Salarial 2001, com o lançamento de peças publicitárias em março de 2001, dada a diversidade de datas-base da categoria.

4.2 – A Campanha Salarial 2002, com lançamento via o InformANDES, Edição Especial, em outubro de 2001.

4.3 – **Pauta Unificada para os docentes das IPES/2001**

I - Diretrizes Gerais:

- Direitos conquistados: deverão constar nas pautas de reivindicações, particularmente as cláusulas que assegurem a manutenção de todos os direitos anteriormente conquistados e que integrem o contrato de trabalho dos docentes.

- Gestão democrática: as pautas deverão contemplar reivindicações que garantam o processo de democratização, no interior das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES).

II - Questões salariais

Neste item, as pautas de reivindicações devem conter:

a) piso salarial de dois mínimos do DIEESE;

b) reposição das perdas salariais acumuladas no período de vigência de acordos anteriores, cujos índices serão definidos nas Assembléias da categoria com base nos índices do ICV/DIEESE;

c) correção automática de salário toda vez que a inflação acumulada no período, contada a partir da data-base, ultrapassar o índice de 10 % (dez por cento);

d) aumento real de, no mínimo, o índice equivalente ao crescimento do PIB nacional;

e) pagamento de 50% (cinquenta por cento) do salário até o dia 20 de cada mês trabalhado;

f) deverá ser fornecido ao professor, documento comprobatório da remuneração total paga, explicitando: horas extras; adicional noturno; descontos efetuados; valor líquido pago no mês; valor do depósito do FGTS e demais paga;

g) qualquer convocação fora do horário de trabalho dos docentes para efeito de remuneração, deve ser considerada hora extra;

h) que fique assegurado a todo docente a cada 1 (um) ano de efetivo exercício, contando a partir da data de contratação, o adicional denominado anuênio, de 1% (um por cento) sobre seu salário base;

i) deve ser garantida a irredutibilidade do regime de trabalho docente;

j) é irredutível a remuneração;

l) caso haja alteração na política salarial vigente, as partes reunir-se-ão, no prazo máximo de trinta dias da mudança verificada, para negociarem;

m) adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário até o mês de junho, salvo manifestação expressa do docente em sentido contrário;

n) a remuneração dos docentes, contratados em regime de hora - aula, deve se dar com base no regime de trabalho contratado sendo o mês constituído de 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) semanas, já incluídas as quatro semanas e meia a que se refere o art. 320, parágrafo 1º da CLT e já incluído o repouso semanal remunerado de 1/6 (um sexto) a que se refere a Lei 605/49, regulamentada pelo Decreto n.º 27.048 de 12 de agosto de 1949. O cálculo do desconto das faltas far-se-á multiplicando-se o número de aulas não dadas pelo correspondente da hora contratada;

o) que fique assegurado o pagamento adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 22 horas, para atividades docentes independentemente do regime de trabalho.

III - Carreira Docente

Neste item deve se tomar como referência o Plano de Carreira e Capacitação Docente do ANDES-SN, criando-se estímulos para a sua construção, em cada IPES, implantando uma política de valorização da qualificação stricto sensu, como defendemos.

Deste modo, deve-se considerar os seguintes pontos:

- a) criação/implementação dos Planos de Carreira e Capacitação Docente;
- b) pagamento de adicional salarial por qualificação;
- c) contratação por concurso público devidamente regulamentado pelos órgãos competentes da instituição, que atenda aos critérios da transparência e do padrão unitário de qualidade;
- d) assegurar as condições necessárias à participação nos eventos científicos culturais como parte do processo de capacitação.

IV - Regime de Trabalho

Neste item é fundamental que se avance no sentido da superação da relação de contratação por regime horista, instituindo-se o regime de tempo contínuo, de acordo com a proposta do ANDES-SN, contemplando:

- a) piso de dois salários mínimos DIESSE, por vinte horas semanais;
- b) a jornada de trabalho do docente deverá contemplar:
 - as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
 - a administração acadêmica e a participação em órgãos colegiados;
 - horas para preparação das aulas, correspondentes a pelo menos o equivalente ao número de aulas ministradas;
 - a duração da hora aula será computada como de 50 minutos.
- c) plano de implementação de regime de tempo contínuo para todos os docentes;
- d) o regime de Dedicção Exclusiva (DE), que tem como meta garantir disponibilidade plena para o desenvolvimento das funções docentes de ensino, pesquisa e extensão, implica na remuneração de 3 (três) vezes o salário do docente em regime de 20 (vinte) horas;
- e) o número máximo de alunos em sala de aula deve ser compatível com o padrão unitário de qualidade da *Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira*.

V - Questões Sociais

a) deverá ser assegurada a isenção integral de taxas de mensalidades em todos os cursos, de todos os níveis, no caso de opção do docente pela matrícula em seu local de trabalho, para si próprio ou para seu (sua) companheiro (a), filhos e dependentes, sem restrições;

b) garantia de creche para o(s) filho(s) dos docentes, quando do seu período de trabalho na instituição, nos termos acordados.

VI - Estabilidade e Garantia do Emprego

a) nos termos do Decreto nº 68, 17/09/1992, que aprovou a Convenção nº 158 da OIT, os professores tem garantia a estabilidade do emprego;

Este direito só não subsiste nos casos de demissão por justa causa precedida de inquérito administrativo onde se assegure amplo direito de defesa, os recursos cabíveis e, ainda, de prévia anuência departamental, em reunião especificamente convocada para apreciar o ato demissório e que conte com 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros efetivos do respectivo departamento a que estiver vinculado o docente.

b) estabilidade da gestante desde a concepção até sessenta dias após o término do afastamento legal de 120 (cento e vinte) dias, inclusive para a adoção de recém-nascido;

c) integralização do salário do docente que complete o benefício do auxílio-doença da Previdência Social, por um semestre letivo.

d) multa rescisória de 100% (cem por cento) sobre o valor depositado do FGTS, por demissão sem justa causa;

e) será assegurado ao docente demitido sem justa causa, no decorrer do ano letivo, a percepção total dos salários calculados até o final do mesmo, garantindo-se o pagamento até o início do próximo ano letivo;

f) quando houver demissão por justa causa, nos termos do art. 482 da CLT, a IPES será obrigada a determinar na carta aviso o motivo que deu origem à dispensa. Caso contrário, fica descaracterizada a justa causa.

g) o docente que for readmitido até 12 (doze) meses após o seu desligamento ficará desobrigado de firmar contrato de experiência;

h) que fiquem assegurados empregos e salários aos docentes em vias de aposentadoria, que estejam contratados pela IPES há pelo menos 03 (três) anos. O cálculo deste item, levará em conta 01(um) ano de estabilidade para cada 05(cinco) anos trabalhados.

VII - Relações Sindicais

Tendo em vista a importância de garantir as condições para o exercício e fortalecimento da organização sindical, faz-se necessário que seja assegurado ao docente, dispensa das atividades acadêmicas sem prejuízo de funções e vencimentos quando convocado para:

- exercício do mandato sindical no Andes-SN, como na própria Seção Sindical;
- participação em eventos do sindicato.

VIII - Disposições Transitórias

As disposições referentes à transição do regime de trabalho de hora-aula para o regime de trabalho contínuo serão avaliadas pelas Assembleias Gerais - locais e regionais -, objetivando criar as condições de aproximação gradativa ao padrão unitário de qualidade que defendemos.

5 – Resgatar o debate, juntamente com o GTPFS em reunião a realizar-se ainda no decorrer do ano 2001, das relações ANDES-SN e SINPROS que envolvem os docentes das IPES e incidem sobre a liberdade de organização sindical.

TEMA III – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 27

Diretoria do ANDES-SN

Prestação de Contas do 41º CONAD

Nº	ITEM	Gastos efetuados		
		Previsão	ADUFPEL	ANDES-SN
1	Pessoal			
1.1	ANDES-SN			
	Horas Extras (3 funcionários)	5.000,00	0,00	8.883,44
	Diárias (3 funcionários)	3.000,00	0,00	3.000,00
	Hotel (Cortesia)	0,00	0,00	0,00
	Passagens Aéreas	49,05	0,00	49,05
	SUBTOTAL	8.049,05	0,00	11.932,49
1.2	Imprensa			
	Horas Extras	1.000,00	0,00	839,00
	Diárias	1.600,00	0,00	1.600,00
	Hotel	0,00	0,00	0,00
	Passagens Aéreas	958,30	0,00	958,30
	SUBTOTAL	3.558,30	0,00	3.397,30
1.3	ADUFPEL Seção Sindical			
	Horas Extras	1.400,00	2.674,06	0,00
	Alimentação	300,00	468,92	0,00
	Serviços de Terceiros	650,00	120,00	0,00
	Táxi / Transporte / Combustível	550,00	497,50	0,00
	Hotel Sala para a Imprensa	300,00	0,00	0,00
	Reunião Comissão Org. em Brasília	1.336,91	1.336,95	0,00
	SUBTOTAL	4.536,91	5.097,43	0,00
2	Imprensa e Divulgação			
	Impressão do Cartaz Conad/Seminário	1.570,00	1.615,00	0,00
	Impressão Convites	75,00	75,00	0,00
	Editoração e Diagramação Caderno de Textos	1.300,00	0,00	1.300,00
	Impressão Caderno de Textos	3.690,00	0,00	3.690,00
	Correio (ANDES-SN)	4.330,69	0,00	4.030,69
	Correio (ADUFPEL)	175,79	183,69	0,00
	Banner	190,00	284,00	0,00
	Filmagem	1.320,00	880,00	0,00
	Fotografo	960,00	406,00	0,00
	Arte Cartaz e Outros	120,00	100,00	0,00
	Faixas e Colocação	246,00	213,25	0,00
	Jornal Diário do CONAD	1.050,00	840,00	0,00
	Combustível Jornalista ANDES-SN	240,00	202,18	0,00
	Coquetel de Lançamento CONAD	326,00	326,00	0,00
	SUBTOTAL	15.593,48	5.125,12	9.020,69
3	Infra-estrutura			
	Aluguel de Equipamentos	3.300,00	2.982,00	0,00
	Instalação de linhas telefônicas	640,00	380,00	0,00
	Conta Telefene e Fax	1.600,00	649,51	0,00
	Papelaria	1.968,75	1.734,11	0,00
	Mantimentos/Material Consumo	362,16	349,21	0,00
	Coffee Breeak	420,00	350,00	0,00
	Água Mineral	120,00	92,00	0,00
	Xerox	2.400,00	981,06	0,00

	Aluguel Teatro para Abertura	300,00	300,00	0,00
	Apresentação Abertura	1.000,00	1.000,00	0,00
	Fármacia	43,57	43,46	0,00
	Coquetel de Abertura	3.014,00	2.459,00	0,00
	Aluguel Auditórios e salas para plenárias e grupos	2.750,00	1.715,00	0,00
	Café	120,00	37,04	0,00
	Frete revistas POA/PEL	0,00	46,00	0,00
	Arranjo de Flores (Abertura)	0,00	110,00	0,00
	Som Coquetel de Abertura	0,00	463,08	0,00
	Convênio Saúde	0,00	70,00	0,00
	SUBTOTAL	18.038,48	13.761,47	0,00
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores			
	Pastas	3.000,00	3.275,40	0,00
	Camisetas	2.370,00	2.370,00	0,00
	Crachás/ Catão de Votos	590,00	590,00	0,00
	SUBTOTAL	5.960,00	6.235,40	0,00
	Total de Gastos com Organização	55.736,22	30.219,42	24.350,48

TR 27.1

O 20º Congresso aprova a prestação de contas do 41º CONAD.

TEXTO 28

Contribuição da Diretoria da APUBH

Eventos Nacionais e Grupos de Trabalho

TEXTO APOIO

Em vista da estagnação da arrecadação e dos impactos da inflação nos gastos da AD, temos enfrentado dificuldades em garantir nossas atividades políticas e manter um mínimo de equilíbrio de receita. Se continuada, esta situação poderá nos colher em má posição financeira para fazer frente a crises políticas sérias que certamente virão. Podemos controlar nossos gastos, sem perda da qualidade de nossa atuação política, revendo práticas que já tiveram sua justificativa nos tempos iniciais do MD, mas que podem ser agora reavaliadas sem prejuízo de ação política conseqüente. Uma delas é reduzir o número de CONADs, evento que se concentra na atualização dos planos de luta definidos pelo Congresso, mas que tem se revelado - quando ocorre no final do ano, no início das férias de verão - menos conseqüente, em vista de que, logo em fevereiro ocorrerá novo Congresso e o período intermediário é, classicamente, de refluxo de atividades. Também os grupos de trabalho, cujo número tem crescido, devem ser pensados de forma a controlar sua freqüência para evitar reuniões esvaziadas pela dificuldade de as ADs manterem presença em um número expressivo de reuniões.

TR - 28.1-

Que a diretoria da ANDES-SN se esforce para racionalizar a convocação dos Grupos de Trabalho, tanto no que diz respeito ao seu número quanto ao local de sua realização, dentro de uma política geral de controle de gastos, para garantir a possibilidade de as ADs enviarem seus representantes.

TR - 28.2-

Que o 20º Congresso delibere pela redução do número de CONADs de 02 para 01 por ano, a se realizar no início do segundo semestre e de preferência centralizado em Brasília para facilitar o deslocamento dos professores.

TEXTO 29
Contribuição da Diretoria da APUBH

Conselho Fiscal

TEXTO APOIO

Nos últimos anos, o movimento docente tem debatido em assembléias de base, CONADs e CONGRESSOS sobre a importância e a urgência de alteração da norma estatutária que contemple a instituição de um Conselho Fiscal para a ANDES-SN, como instância intermediária imprescindível para o exame dos processos de prestação de contas do Sindicato a serem submetidos aos CONADs que manterá o seu direito à palavra final sobre a aprovação ou não das contas apresentadas .

TR - 29.1

Que o 20º Congresso adote as seguintes alterações no Estatuto da ANDES-SN:

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 13. São instâncias da ANDES-SINDICATO NACIONAL:

I -

II.

III.

IV. CONSELHO FISCAL DA ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO DA ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 22.

Art. 23.

I -

II -

III -

IV -

V - examinar e deliberar, em última instância, sobre os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela DIRETORIA, sempre com base em parecer técnico-contábil emitido pelo Conselho Fiscal;

VI -

VII -

VIII -

IX -

X -

XI -

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL DA ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. Compõe-se o CONSELHO FISCAL de cinco membros, eleitos diretamente, através de chapas concorrentes em pleito simultâneo com o da DIRETORIA DA ANDES-SINDICATO NACIONAL, desvinculada deste, e com igual período de mandato;

Art. Compete ao CONSELHO FISCAL:

I - acompanhar, trimestralmente, a execução orçamentária do Sindicato Nacional, apontando para a Diretoria as falhas porventura encontradas;

II - opinar ou sugerir sobre mudanças de processos e procedimentos nos serviços de contabilidade prestados ao Sindicato Nacional;

III - emitir parecer técnico-contábil conclusivo sobre a prestação de contas de cada exercício financeiro a ser submetido à deliberação do respectivo CONAD;

IV - é dispensável parecer do CONSELHO FISCAL nas prestações de contas dos CONADs e CONGRESSOS.

V – as deliberações dar-se-ão por maioria simples dos integrantes do Conselho Fiscal.

Art. É vedada a recondução de membros do CONSELHO FISCAL

Parágrafo Único – É vedada a participação de integrantes do Conselho Fiscal no CONAD que aprecie contas do Sindicato Nacional como delegado de base.

TEXTO 30

Contribuição da ADUCSAL-SSind

Fundo de Solidariedade Sindical

TEXTO APOIO

A ADUCSAL Seção Sindical do ANDES-SN por compreender que a dinâmica do desmonte da estrutura sindical no Brasil caminhava a passos acelerados, apresentou para apreciação do 19º Congresso um texto que tratava do Fundo de Solidariedade Sindical. Diante da implosão do Congresso/Juiz de Fora/2000, a plenária não teve oportunidade de apreciar o tema que ora rerepresentamos por considerarmos de enorme gravidade os retrocessos das conquistas sociais dos trabalhadores e, de maior relevância a construção de estratégias, embasadas na solidariedade, para fazer frente ao ataque frontal ao ANDES-SN, capitaneado pelo governo FHC e seus prepostos do MEC.

Regulamentado pelo XVI Congresso/João Pessoa/1997, a questão referente ao Fundo, reapareceu no 39º CONAD que apontou para a discussão, continuidade, utilização e revisão dos objetivos do Fundo de Solidariedade Sindical, identificado, equivocadamente, naquele evento, como prerrogativa do Setor das Particulares. Utilizá-lo ou extingui-lo na avaliação da ADUCSAL demandava uma análise atenta e responsável, pois o Fundo havia sido construído pelo conjunto do MD.

Ao remontarmos o histórico de sua criação deparamo-nos com os princípios políticos que nortearam as primeiras discussões travadas no XV Congresso/ Sta. Maria/1996. A argumentação apresentada, estava referenciada nas transformações da base técnica do processo de trabalho capitalista, oriundas da chamada revolução tecnológica e as novas formas de gestão da força de trabalho. A conjuntura do período já sinalizava para o caráter falacioso do receituário neoliberal em que a modernização se apresentava como ponta de lança gerando para os trabalhadores a eliminação dos direitos, a restrição de salários e o desemprego crescente. Apontava-se: “Neste quadro e na lógica do capital, é importante desmontar qualquer tentativa de organização dos trabalhadores. As entidades e as organizações independentes que lutam contra a exploração e se negam a aceitar a barbárie organizada pela especulação, são atacadas por vários meios, na tentativa de desmantelar qualquer iniciativa de resistência.”

A análise materializa-se no presente, quando a reforma da legislação trabalhista encontra-se em processo, num nítido propósito de negar as conquistas dos últimos sessenta anos. Cabe constatar, que o arbítrio e o uso da força contra os trabalhadores pelos patrões, sempre foi prática constante e cotidiana. O trabalhador do setor privado conhece há muito tempo, as consequências dessa política nefasta de concentração de poderes e de práticas autoritárias. A seu turno, o do setor público, depara-se com a política de esfacelamento dos serviços e com o autoritarismo que recentemente, passa a incorporar o repertório da esfera pública.

O MD já afirmou: “a solidariedade entre os trabalhadores, seja por iniciativa individual ou coletiva na defesa de interesses legítimos, tem se mostrado, ao longo da história, como uma das formas mais eficazes de garantir a sobrevivência ou mesmo avançar na luta e efetivar conquistas para os trabalhadores com o intuito de minimizar os efeitos devastadores das políticas anti-sociais (...) O ANDES –SN tem como prática exercer a solidariedade com o conjunto da classe trabalhadora em nível nacional e internacional, sob as mais diferentes formas e ações concretas.

Essa prática levou o Sindicato em 1996, a um pronunciamento categórico: “Temos a obrigação de exercer plenamente a solidariedade sindical, inclusive no que se refere à questão financeira, sempre que ocorrer demissão de um companheiro diretor.”

No presente, a categoria docente vê-se obrigada a conviver com a precarização do trabalho, decorrente da expansão do ensino privado e do desmonte das universidades públicas; com o esfacelamento da Carreira Docente; a perda da estabilidade; a descaracterização do RJU; o surgimento da modalidade do emprego público; a redução do número de dirigentes liberados e com o drástico impedimento da liberação para o exercício do mandato sindical que assegure a manutenção da contribuição previdenciária e a contagem do tempo de serviço para a aposentadoria. O mandato classista deve ser compreendido como um direito conquistado pelos trabalhadores, isso pois, indica a urgência de uma discussão que avalie e delibere sobre a aplicação do Fundo de Solidariedade Sindical.

Compreendemos que as SSinds no decorrer do ano discutiram e posicionaram-se quanto: o processo de desmonte do sindicalismo brasileiro, a particularidade da forma de retaliação política que atinge o Presidente do ANDES-S e as alternativas imediatas de sobrevivência política do nosso Sindicato.

Neste contexto, avaliamos a pertinência de apresentarmos uma proposta que objetiva avançar sobre a construída solidariedade sindical, ampliando os limites estabelecidos pela regulamentação do Fundo para sua aplicação e apontando possibilidades de enfrentamento às estratégias governamentais, de esfacelamento do sindicalismo. É evidente porém, que a extensão do ataque aos direitos e a organização livre dos trabalhadores terá de ser enfrentada com outras iniciativas de cunho político, na ótica da unificação da classe trabalhadora. Acreditamos porém, ser o Fundo de Solidariedade Sindical um dos suportes de sustentabilidade do mandato classista, no atual estágio de arbítrio estabelecido pelo capital e na esfera pública pelo governo FHC.

TR - 30.1

O 20º Congresso aprova:

1 - Encaminhar à CUT a proposta de criação de um Fundo de Solidariedade Sindical Cutista;

2 - Manter o Fundo de Solidariedade Sindical do ANDES-SN com a contribuição no valor de 1% da arrecadação mensal das SSinds repassada em conta específica até o dia 15 de cada mês, cuja administração é da responsabilidade da Diretoria. A prestação de contas deverá ser apresentada nos CONADs.

3 - Ampliar a concepção de solidariedade sindical para diretores da Direção Nacional e das Seções Sindicais demitidos arbitrariamente ou sem justa causa, e/ou impedidos de exercer o mandato sindical por normatização dos poderes públicos (RJU e/ou Estatutos do Magistério Estaduais) assim como, regulamentações advindas de órgãos reguladores da iniciativa privada (Conselhos de Entidades Mantenedoras, e/ou CONSUs de IPES).

4 - Manter o direito à periodicidade da estabilidade sindical e o valor de pagamento que deverá ser igual ao salário percebido, compreendendo ser este valor, liberação para a atividade sindical, em horas equivalentes ao tempo de dedicação acadêmica.

5 - Em caso de ações judiciais, o ANDES-SN, no caso de perder a ação, fica o dirigente liberado do reembolso ao Fundo, em situações contrárias, segundo o mesmo índice, com o qual for reembolsado judicialmente e quando o for, o dirigente devolverá os recursos ao Sindicato.

6 - Em caso do dirigente sindical conseguir outro emprego com igual salário ou maior que o anterior, terá suspensão, após a inclusão em folha de pagamento, a contribuição originada do Fundo de Solidariedade Sindical. No caso de salário menor, o Fundo complementarará até o patamar do salário anterior.

7 - Fica o dirigente obrigado a restituir os valores decorrentes do interstício que venha a ocorrer, entre sua admissão e o recebimento do 1º salário.

8 - Esse regimento altera o aprovado no XVI Congresso do ANDES-SN, João Pessoa/1997, entrando em vigor a partir de março de 2001.

TEXTO 31

Diretoria do ANDES-SN

Homologação de Criação/Transformação em Seção Sindical

TR - 31.1

Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 20º Congresso do ANDES-SN apresenta os pareceres favoráveis à homologação da criação das seguintes Seções Sindicais do ANDES-SN, conforme pareceres enviados às referidas Seções Sindicais:

PARECER 1 - Em consonância com os dispositivos estatutários do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria do ANDES-SN manifesta-se favorável à criação da Seção Sindical dos Professores da Universidade do Estado de Santa Catarina – APRUDESC.

Deverá ser incluído no corpo do Regimento determinação pela qual o processo de exclusão de qualquer sindicalizado deverá ser obrigatoriamente ponto de pauta da Assembléia que tratar do assunto. No sentido de garantir o amplo direito de defesa ao sindicalizado não poderá ser feita a inclusão desse ponto de pauta após a convocação.

O 20º Congresso homologa o Regimento citado, mas seus efeitos só passarão a ter uso legal após as referidas modificações regimentais.

Brasília, 10 de janeiro de 2001

Prof. Edmundo Fernandes Dias

Secretário Geral

PARECER 2 - A Diretoria da ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Pará - SINDUEPA., *ad referendum* do 20º Congresso, de acordo com o Artigo 45, § 2º do Estatuto da ANDES-SN.

Brasília, 12 de janeiro de 2001.

Prof. Edmundo Fernandes Dias

Secretário Geral.

TEXTO 32

Diretoria do Andes-SN

Indicações e confirmações em Grupos de Trabalhos – GT

As Seções Sindicais que desejarem integrar ou modificar a sua participação nos GT, deverão encaminhar suas propostas à Secretaria do ANDES-SN para homologação no 20º Congresso

TEXTO 33

Diretoria do ANDES-SN

Prorrogação do prazo de prerrogativas das ADs

TR - 33.1-

Em consonância com o disposto no Art.70 do Estatuto do ANDES-SN, fica prorrogado até o 21º Congresso o processo de transformação das Associações de Docentes em Seções Sindicais do ANDES-SN.

TEXTO 34

Diretoria do Andes-SN

Local do próximo Congresso

TR - 34.1

Sede do 21º Congresso do ANDES-SN

O 21º Congresso do ANDES-SN, será realizado na cidade de, sob a organização daSeção Sindical do ANDES-SN.

Obs.: As Seções Sindicais que se dispuserem a sediar o 21º Congresso do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até o dia 17/02/2001, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do Tema Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 35

Diretoria do ANDES-SN

Revisão estatutária

TEXTO APOIO

A Diretoria está apresentando ao 20º Congresso do ANDES – Sindicato Nacional, um conjunto significativo de modificações em nosso Estatuto. Elas podem ser classificadas em dois blocos:

- 1) adequações gramaticais formais; e
- 2) alterações de conteúdo.

As adequações gramaticais formais visam corrigir erros ortográficos, de concordância etc..

Essas alterações procuram corrigir, no nosso Estatuto, erros de concordância que deveriam ter sido sanados desde a edição da sua primeira versão, aprovada no Congresso de Transformação da ANDES em ANDES-SINDICATO NACIONAL. O novo Estatuto manteve sempre a referência à designação anterior de *Associação*, num sinal de continuidade que visa manter a história das lutas e das formas organizativas anteriores. Apesar disso, estamos adequando a concordância gramatical à natureza da entidade que é de SINDICATO NACIONAL e não mais de associação. Outras alterações se referem à utilização equivocada de algumas expressões, por exemplo “a nível de” quando se deve usar “em nível de”. Algumas outras modificações dessa mesma natureza serão encontradas nas alterações aqui propostas, como substituição, em muitas partes, da palavra “através” pela expressão “por intermédio”. São modificações que, não alterando o conteúdo, dão maior precisão gramatical ao texto do Estatuto.

As alterações de conteúdo modificam pontos importantes da estrutura, dinâmica e organização do Sindicato. Temos modificações que, ao corrigir a forma, na verdade realizam um ajuste fino do Sindicato à sua realidade de fato. Assim, em muitas partes do Estatuto, sempre encontramos a referência apenas às ADs-Seções Sindicais, quando, na verdade, desde o Congresso de criação do *Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*, deu-se início ao processo de transformação das antigas Associações de Docentes em Seções Sindicais (SSIND) e, principalmente, de criação *exclusivamente* de Seções Sindicais do ANDES-SN. A composição de nosso Sindicato é, hoje, de quase 100% de Seções Sindicais, com persistência de apenas um número muito reduzido de ADs. Nesse sentido vale lembrar que, desde novembro de 1988, o Sindicato só pode constituir Seções Sindicais e não mais ADs-Seções Sindicais.

As dificuldades para a sua transformação têm sido, até hoje, contornadas pelo reconhecimento provisório das prerrogativas de SSIND que os sucessivos Congressos têm concedido. Por esse motivo introduzimos a denominação Seção Sindical (SSIND) antes da denominação AD-Seção Sindical (AD-SSIND). Essa inclusão torna mais preciso o Estatuto ao se referir às entidades e à sua natureza na estrutura e funcionamento do Sindicato.

Outra modificação importante diz respeito à autonomia das Seções Sindicais e AD-SSind, quanto à sua forma de organização dentro da Instituição de Ensino Superior específica na qual está inserida e atua. Recentemente temos nos debatido com instituições universitárias multicampi, situação de fato já existente em muitas IES federais, estaduais e regionais que fazem parte do ANDES-SN e que possuem unidades espalhadas territorialmente. Estamos instituindo a possibilidade de, exclusivamente nesses casos, a critério da categoria nessas SSind ou AD-SSind, estas poderem constituir ou organizar-se em subseções a elas vinculadas organicamente, de acordo com suas necessidades.

Ainda em relação à autonomia das nossas entidades de base, estamos procurando garantir que cada uma possa exercer de fato sua autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, dentro dos limites do nosso Estatuto e de acordo com seus regimentos.

A Diretoria, preocupada com os últimos acontecimentos, envolvendo a prestação de contas do sindicato, propõe algumas modificações nas datas e na forma de apresentação e aprovação das previsões orçamentárias e das prestações de contas do Sindicato.

Acreditamos que as modificações propostas darão maior transparência ao ANDES SN, garantindo o respeito a todas as suas instâncias democráticas de decisão, como também mais agilidade e autonomia para que possa cumprir os fins e objetivos de sua existência.

TR - 35.1

O 20º Congresso aprova as alterações de artigos e/ou parágrafos e incisos do Estatuto do Andes-SN

ESTATUTO

(ATUALIZADO E CONSOLIDADO ATE O XX CONGRESSO – JUIZ DE FORA, MG, de 21 a 27 de fevereiro de 2000)

TÍTULO I

DA ENTIDADE, SEUS FINS, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º. A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, criada originalmente pelo Congresso Nacional dos Docentes Universitários, a 19 de fevereiro de 1981, em Campinas, Estado de São Paulo, como pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada, constituiu-se em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a partir do II Congresso Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para fins de defesa e representação legal dos docentes, sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades de 1º, 2º ou 3º grau,²⁴ das Instituições de Ensino Superior - IES, públicas e privadas, por prazo indeterminado, ~~em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior~~, com a denominação de ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Parágrafo único. Por Instituição de Ensino Superior entende-se toda universidade, Centro de Educação Tecnológica²⁵ conjunto de faculdades, faculdade isolada ou ainda campus universitário, sempre definido de acordo com a vontade dos docentes diretamente interessados.

Art. 2º. O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem sua sede jurídica e administrativa em Brasília e sua jurisdição em todo o território nacional.

Art. 3º. O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por finalidades próprias a união, a defesa de direitos e interesses da categoria e a assistência a seus sindicalizados.

Art. 4º. O ANDES-SINDICATO NACIONAL é uma Entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, às mantenedoras e às administrações universitárias.

Art. 5º. O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por objetivos próprios:

I - congregar e representar os docentes das IES de todo o país, sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades de 1º, 2º ou 3º grau²⁶;

II - expressar as reivindicações e lutas dos docentes das IES no plano educacional, econômico, social, cultural e político;

III - defender condições adequadas para o bom desempenho do trabalho acadêmico, bem como a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;

IV - incentivar a participação dos sindicalizados nas reuniões, assembleias e demais atividades inerentes à Entidade;

V - fortalecer e estimular a organização da categoria por local de trabalho, respeitando sua autonomia, nos limites deste Estatuto;

VI - coordenar e unificar o movimento dos docentes das IES nas suas iniciativas de alcance nacional, respeitando as dinâmicas regionais e setoriais;

²⁴ Acréscimo efetuado no XV Congresso da ANDES-SN.

²⁵ Acréscimo efetuado no XV Congresso da ANDES-SN.

²⁶ Acréscimo efetuado no XV Congresso da ANDES-SN.

VII - buscar a integração com movimentos e entidades nacionais e internacionais condizentes com a defesa dos interesses dos docentes;

VIII - buscar a integração com entidades representativas dos professores, dos trabalhadores em geral e de outros setores, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro;

IX - defender a Educação enquanto um bem público, e uma política educacional que atenda às necessidades populares e o direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;

X - defender a democratização, a autonomia e um padrão unitário de qualidade para as IES do país.

Art. 6º. Constituem prerrogativas e deveres do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com este Estatuto:

I - representar e defender, perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais da categoria e os interesses individuais de seus sindicalizados, inclusive como substituto processual;

II - celebrar convenções e acordos coletivos;

III - estabelecer contribuições financeiras para todos os sindicalizados de acordo com as decisões tomadas no CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, denominado CONAD, e no CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, denominado CONGRESSO;

IV - referendar a constituição de SEÇÕES SINDICAIS (SSIND) ADs-SEÇÕES SINDICAIS (ADs-SSINDs).

TÍTULO II

DOS SINDICALIZADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 7º. O número de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL é ilimitado.

Art. 8º. São sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL todos os docentes das IES públicas ou privadas, de todo o país, que junto a ela requeiram sua sindicalização.

§ 1º. Docentes, para efeito deste Estatuto, são os que exercem atividades de magistério, seja na educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades de 1º, 2º ou 3º graus²⁷, nas IES de todo o país.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se aos docentes aposentados, em disponibilidade ou desempregados.

§ 3º. A sindicalização far-se-á através por intermédio da SEÇÃO SINDICAL (SSIND) ou da AD-SEÇÃO SINDICAL (AD-SSIND), e, nas IES onde esta não existir, através por intermédio da Vice-Presidência-Secretaria Regional.

Art. 9º. São direitos dos sindicalizados:

I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto no art. 53;

II - participar de todas as atividades do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

III - apresentar ao CONAD ou ao CONGRESSO, por seu diretamente ou por intermédio ou de seus representantes, propostas, sugestões ou representações de qualquer natureza, que demandem providências daqueles órgãos deliberativos;

IV - recorrer das decisões da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL, denominada DIRETORIA, ao CONAD ou ao CONGRESSO imediatamente subsequente a estas decisões.

Art. 10. São deveres dos sindicalizados:

I - observar o Estatuto e os regimentos da Entidade;

II - pagar pontualmente as suas contribuições financeiras;

III - zelar pelo cumprimento dos objetivos do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

IV - exigir da DIRETORIA o cumprimento das decisões das instâncias deliberativas da Entidade.

Art. 11. Os sindicalizados estão sujeitos a sanções pelo descumprimento das normas estatutárias e regimentais do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

§ 1º. As sanções aplicáveis são:

I - advertência;

II - suspensão; e

III - exclusão.

§ 2º. A advertência e a suspensão serão aplicadas pela SSIND ou pela AD-SSIND, nos termos de seu Regimento e garantido sempre o direito à ampla defesa, cabendo recurso ao CONAD.

²⁷ Acréscimo efetuado no XV Congresso da ANDES-SN.

§ 3º. A exclusão será aplicada pela SSIND ou pela AD-SSIND, nos termos de seu Regimento e garantido sempre o direito à ampla defesa, cabendo recurso ao CONGRESSO. Parágrafo único. As sanções são de advertência, suspensão e exclusão, sendo as duas primeiras aplicáveis pelo CONAD e a última exclusivamente pelo CONGRESSO, garantido sempre o amplo direito de defesa.

Art. 12. Serão excluídos automaticamente os sindicalizados que solicitarem por escrito.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 13. São instâncias do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

I - CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONGRESSO);

II - CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD);

III - DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL (DIRETORIA);

IV - SEÇÕES SINDICAIS (SSINDs) ou ADs-SEÇÕES SINDICAIS (ADs-SSINDs) constituídas por:

a) Assembléia Geral;

b) Diretoria;

c) outros órgãos constituídos no seu interior nos limites deste Estatuto e de seu regimento.

CAPÍTULO I

DO CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 14. O CONGRESSO é a instância deliberativa máxima do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 15. São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas SSINDs ou ADs-SSINDs, excluir os sindicalizados, em consonância com o disposto no art. 11;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta do mesmo;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de SSINDs ADs-SSINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das SSINDs ou ADs-SSINDs, observado o disposto no art. 45;

X - criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.

Art. 16. O CONGRESSO é composto:

I - por um (1) delegado de cada Diretoria de SSIND ou AD-SSIND;

II - por delegados de base de cada SSIND ou AD-SSIND indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17;

III - por delegados representativos dos sindicalizados via Vice-Presidências Secretarias Regionais (art. 8º, § 3º) indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17;

IV - pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que o preside, com direito a voz e voto em suas sessões.

Parágrafo único. Os demais membros efetivos ou em exercício da DIRETORIA, excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional, dele participam com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 17. Os delegados de base da SSIND ou AD-SSIND e dos sindicalizados via Vice-Presidência Secretaria Regional são eleitos em Assembléia Geral convocada expressamente para tal finalidade nos termos de seu regimento, ou por votação direta e secreta do conjunto dos sindicalizados na respectiva SSIND ou AD-SSIND ou Vice-Presidência Secretaria Regional.

§ 1º. Os delegados de base das SSINDs ou ADs-SSINDs e dos sindicalizados via ~~Vice- Presidências Secretarias~~ Regionais serão eleitos na seguinte proporção cumulativa:

- I - até quinhentos (500) sindicalizados, um (1) delegado por conjunto de cem (100) ou fração;
- II - de quinhentos e um (501) a mil (1.000) sindicalizados, um (1) delegado por conjunto de duzentos e cinquenta (250) ou fração;
- III - a partir do milésimo sindicalizado, um (1) delegado por conjunto de quinhentos (500) ou fração.

§ 2º. A decisão sobre as alternativas constantes do caput deste artigo será tomada pelas Assembléias Gerais das SSINDs ou ADs-SSINDs ou dos sindicalizados via ~~Vice-Presidências Secretarias~~ Regionais.

Art. 18. O CONGRESSO se reúne:

- I - ordinariamente, uma vez por ano, ~~nos meses entre o mês de janeiro ou fevereiro e a primeira quinzena do mês de março~~, em data e local fixados pelo CONGRESSO anterior;
- II - extraordinariamente, quando requerido pelo CONAD, em data e local por este fixados.

Art. 19. Por ocasião da convocação do CONGRESSO, a DIRETORIA deverá apresentar proposta de pauta e de cronograma de atividades.

§ 1º. O CONGRESSO delibera sobre todo e qualquer assunto constante da pauta aprovada no seu início.

§ 2º. O CONGRESSO deve incluir obrigatoriamente em sua pauta a discussão dos assuntos previstos no inciso IV do art. 9º.

Art. 20. O quorum mínimo de funcionamento de cada plenária é de maioria absoluta (cinquenta por cento mais um - 50% + 1) dos delegados inscritos no CONGRESSO.

Art. 21. As deliberações do CONGRESSO são adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada plenária.

Parágrafo único. As deliberações referentes aos itens seguintes exigem a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos delegados inscritos no CONGRESSO:

- I - alteração do Estatuto (inciso V do art. 15); **(1) NOTA IMPORTANTE** no rodapé.
 - II - ~~apreciação e deliberação, exclusão em grau de recurso, da penalidade de exclusão de sindicalizado decididas pelas SSINDs ou ADs-SSINDs de sindicalizados~~ (inciso II do art. 15);
 - III - destituição de membros da DIRETORIA de acordo com o disposto no art. 42;
 - IV - dissolução do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com o disposto no art. 66.
- (1) NOTA IMPORTANTE:** *este inciso está com sua vigência suspensa, nos termos do art. 71, Título VII - Disposições Transitórias.*

CAPÍTULO II

DO CONSELHO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 22. O CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL - CONAD - é a instância deliberativa intermediária do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 23. São atribuições do CONAD:

- I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do CONGRESSO, lhe forem atribuídas, no limite desta atribuição;
- II - implementar o cumprimento das deliberações do CONGRESSO;
- III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do CONGRESSO;
- IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SINDICATO NACIONAL;
- V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela DIRETORIA;
- VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da DIRETORIA;
- VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO;
- VIII - ~~apreciar e deliberar, em grau de recurso, as aplicar~~ penalidades de advertência e suspensão aplicadas pelas SSINDs ou ADs-SSINDs aos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, conforme o disposto no art. 11;
- IX - criar comissões e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes;
- X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, ad referendum do CONGRESSO subsequente;
- XI - homologar a constituição das SSINDs ADs-SSINDs, ou as alterações nos seus regimentos, ad referendum do CONGRESSO subsequente.

Art. 24. Nos intervalos entre as reuniões do CONGRESSO, por motivos imperiosos e justificados, o CONAD pode deliberar sobre o previsto no inciso I do art. 15, ad referendum do CONGRESSO subsequente.

Parágrafo único. Estas deliberações não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores.

Art. 25. O CONAD é composto:

I - por um (1) delegado de cada SSIND ou AD-SSIND escolhido na forma deliberada por sua Assembléia Geral;

II - por um (1) delegado representativo dos sindicalizados via cada uma das Vice-Presidências Secretarias Regionais, escolhido na forma deliberada por sua Assembléia Geral;

III - pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que o preside, com direito a voz e voto em suas sessões.

Parágrafo único. -Os demais membros efetivos ou em exercício da DIRETORIA, excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional, dele participam com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 26. O CONAD se reúne:

I - ordinariamente, uma vez por semestre, em data e local fixados pelo CONAD anterior;

II - extraordinariamente quando requerido por um quarto (1/4) das SSINDADs-SSINDs ou pela DIRETORIA, em data e local fixados por quem o requerer.

Parágrafo único. As reuniões do CONAD não podem coincidir com as reuniões do CONGRESSO.

Art. 27. Por ocasião da convocação do CONAD, a DIRETORIA deverá apresentar proposta de pauta e de cronograma de atividades.

§ 1º. O CONAD poderá deliberar sobre todo e qualquer assunto constante da pauta aprovada no seu início.

§ 2º. O CONAD deve incluir obrigatoriamente em sua pauta a discussão dos assuntos previstos no inciso IV do art. 9º.

Art. 28. O quorum mínimo para funcionamento das plenárias do CONAD é de maioria absoluta (cinquenta por cento mais um - 50% + 1) dos delegados inscritos e as deliberações adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes a cada sessão.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 29. A DIRETORIA é o órgão executivo do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 30. À DIRETORIA, coletivamente, compete:

I - ~~de acordo com os incisos I e II do art. 6º,~~ representar a Entidade e defender os interesses da categoria perante os Poderes Públicos, mantenedoras e administrações universitárias, podendo a DIRETORIA nomear mandatário por procuração;

II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, os regimentos e as normas administrativas do ANDES-SINDICATO NACIONAL, bem como as decisões dos CONGRESSOS e CONADs;

III - representar o ANDES-SINDICATO NACIONAL no estabelecimento de negociações ~~e de dissídios coletivos~~;

IV - gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Estatuto e das deliberações de CONGRESSOS e de CONADs;

V - organizar serviços administrativos internos do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

VI - elaborar relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias ~~anuais semestrais~~ do ANDES-SINDICATO NACIONAL, remetendo-os às SSIND ou ADs-SSINDs, até trinta (30) dias antes das reuniões do CONAD que ~~irão examiná-los e realiza no primeiro semestre de cada ano, para sua aprovação~~;

VII - aplicar sanções, nos termos deste Estatuto;

VIII - dar posse à DIRETORIA eleita para o mandato consecutivo;

IX - convocar as reuniões extraordinárias do CONAD nos termos do inciso II do art. 26;

X - constituir comissões, coordenações e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer assuntos, indicando seus componentes;

XI - submeter seu relatório político e financeiro final ao CONAD no qual tome posse a DIRETORIA consecutiva ~~seu relatório político e financeiro final~~;

XII - elaborar as convocações do CONAD e do CONGRESSO, ordinários e extraordinários, conforme o disposto nos artigos 19 e 27, deste Estatuto.

Art. 31. A DIRETORIA será eleita por escrutínio secreto, universal e direto dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, no gozo de seus direitos, e terá mandato de dois (2) anos.

Art. 32. A DIRETORIA é composta de membros efetivos assim distribuídos:

I - cargos da Presidência, em número de quatro (4): Presidente, Primeiro-Vice-Presidente, Segundo-Vice-Presidente e Terceiro-Vice-Presidente;

II - cargos da Secretaria, em número de quatro (4): Secretário-Geral, Primeiro-Secretário, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário;

III - cargos da Tesouraria, em número de três (3): Primeiro-Tesoureiro, Segundo-Tesoureiro e Terceiro-Tesoureiro;

IV - Primeiros-Vice-Presidentes Regionais e Segundos-Vice-Presidentes Regionais, representando as seguintes regiões:

a) Norte I: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima;

b) Norte II: *

cb) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí;

de) Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;

ed) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia;

fe) Planalto: Distrito Federal, Goiás e Tocantins;

gf) Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

hg) Leste: Espírito Santo e Minas Gerais;

ih) Rio de Janeiro;

ji) São Paulo;

lj) Sul: Paraná e Santa Catarina;

m!) Rio Grande do Sul.

V - fazem parte ainda da DIRETORIA um Primeiro-Secretário Regional, um Segundo-Secretário Regional, um Primeiro-Tesoureiro Regional e um Segundo-Tesoureiro Regional, cujo âmbito de atuação e competência se limita à área de sua Regional.

§ 1º. É vedada a acumulação de cargos na DIRETORIA.

§ 2º. É vedada a participação de membros efetivos da DIRETORIA como delegados no CONAD, no CONGRESSO e nas reuniões setoriais, como representantes de SSIND ou ADs-SSINDs ou de sindicalizados via Vice-Presidências-Secretarias Regionais, excetuados os Secretários e Tesoureiros Regionais.

§ 3º. Na primeira reunião da DIRETORIA, serão atribuídasdeliberadas, entre outras, as seguintes atribuições de responsabilidade a Diretores:

a) encarregado de relações internacionais;

b) encarregado de imprensa e divulgação;

c) encarregado de relações sindicais;

d) encarregado de assuntos jurídicos;

e) encarregado de assuntos de docentes aposentadosde aposentadoria.

§ 4º - As atribuições de responsabilidades a Diretores previstas no parágrafo anterior, bem como outras que vierem a ser criadas, deverão ser regulamentadas em regimento próprio a ser apreciado pelos sindicalizados nos CONGRESSOS do ANDES-SINDICATO NACIONAL²⁸.

§ 5º. Devem ser divulgados, para conhecimento imediato das SSINDs ou ADs-SSINDs, os diretores responsáveis pelas atribuições de aos quais foram atribuídas as responsabilidades constantes do § 3º deste artigo e outras que venham a ser definidas pela DIRETORIA.

Art. 33. A DIRETORIA se reúne:

I - ordinariamente, uma vez a cada dois (2) meses, em data e local fixados pela reunião anterior;

II - extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por um terço (1/3) de seus membros, em data e local fixados por quem a convocou.

Art. 34. As deliberações da DIRETORIA são adotadas por maioria simples de votos dos Diretores presentes, exigindo-se a presença de, no mínimo, cinquenta por cento mais um (50% + 1) do número de diretores em efetivo exercício.

Art. 35. Compete ao Presidente:

I - representar o ANDES-SINDICATO NACIONAL em juízo ou fora dele, inclusive como-na qualidade de substituto processual, podendo delegar poderes a outro diretor, nos termos do artigo 6º, incisos I e II;

II - abrir, instalar e presidir o CONGRESSO, o CONAD e as reuniões de DIRETORIA;

III - convocar as eleições para a nova DIRETORIA, de acordo com o previsto no art. 51;

²⁸ Alteração procedida pelo XVIII CONGRESSO da ANDES-SINDICATO NACIONAL.

IV - abrir, rubricar e encerrar os livros do ANDES-SINDICATO NACIONAL;
V - assinar a correspondência oficial do ANDES-SINDICATO NACIONAL e, juntamente com o Secretário-Geral, toda a correspondência que estabeleça quaisquer obrigações para o ANDES-SINDICATO NACIONAL;
VI - movimentar, juntamente com o Tesoureiro em exercício, as contas do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Parágrafo único. Onde houver SSIND ou AD-SSIND constituída, os poderes aludidos no inciso I ficam automaticamente delegados aos Diretores da SSIND ou AD-SSIND, conforme seu próprio regimento, para agir no respectivo âmbito local e sempre em nome do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 36. Compete aos Vice-Presidentes, pela ordem, assumirem a Presidência no caso de vacância e/ou impedimento do Presidente.

Parágrafo único. No caso de afastamento definitivo do Presidente, compete ao Primeiro-Vice-Presidente assumir a Presidência, ao Segundo-Vice-Presidente assumir a Primeira Vice-Presidência e ao Terceiro-Vice-Presidente assumir a Segunda-Vice-Presidência.

Art. 37. Compete ao Secretário-Geral:

I - ter sob sua guarda e responsabilidade o arquivo da Secretaria;

II - secretariar as reuniões da DIRETORIA;

III - encarregar-se do expediente e da correspondência que estabeleçam quaisquer obrigações para o ANDES-SINDICATO NACIONAL;

IV - coordenar, ~~a~~-em nível nacional, em conjunto com os Vice-Presidentes Regionais, a atuação dos Secretários Regionais.

Art. 38. Compete aos Secretários, pela ordem, assumirem a Secretaria Geral, no caso de falta e/ou impedimento do Secretário-Geral.

Parágrafo único. No caso de afastamento definitivo do Secretário-Geral, compete ao Primeiro-Secretário assumir a Secretaria Geral, ao Segundo-Secretário assumir a Primeira Secretaria e ao Terceiro-Secretário assumir a Segunda Secretaria.

Art. 39. Compete ao Primeiro-Tesoureiro:

I - ter sob sua responsabilidade e guarda os bens e valores do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

II - ser responsável pelos recebimentos e pagamentos das despesas;

III - assinar, junto com o Presidente, os cheques para pagamento de despesas;

IV - movimentar, junto com Presidente, as contas bancárias do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - organizar o balanço anual e balancetes semestrais;

VI - apresentar o balanço ao Presidente quinze (15) dias após seu afastamento definitivo do cargo;

VII - coordenar, ~~a~~-em nível nacional, em conjunto com os Vice-Presidentes Regionais, a atuação dos Tesoureiros Regionais.

Art. 40. Compete ao Segundo-Tesoureiro:

I - substituir o Primeiro-Tesoureiro nas suas faltas e/ou impedimentos, nas competências definidas nos incisos I a IV do artigo anterior, combinado com o artigo 35, inciso VI;

II - assumir a Primeira Tesouraria no caso de afastamento definitivo do Primeiro-Tesoureiro.

Parágrafo único. O Terceiro-Tesoureiro assumirá o cargo de Segundo-Tesoureiro no caso previsto no inciso II deste artigo.

Art. 41. Compete aos Vice-Presidentes Regionais:

I - representar o ANDES-SINDICATO NACIONAL na Região de sua jurisdição e a referida Região no ANDES-SINDICATO NACIONAL perante os Poderes Públicos, mantenedoras e administrações universitárias;

II - sindicalizar os docentes das IES onde não exista SSIND ou AD-SSIND;

III - convocar Assembléia Geral dos sindicalizados via ~~Vice-Presidência~~-Secretaria Regional com vistas à participação nos CONADs e CONGRESSOS até quinze (15) dias antes dos referidos eventos, para:

a) discussão do temário do evento em questão;

b) escolha de delegados (arts. 16, III, e 25, II);

IV - convocar Assembléia Geral da categoria dos docentes onde não exista SSIND ou AD Seção Sindical, no âmbito máximo de sua base territorial, por IES isoladamente ou em grupo:

a) ordinariamente, uma vez por ano, com a finalidade de promover a campanha salarial da categoria, fixando as bases das negociações, respeitadas as decisões estabelecidas e aprovadas no CONAD e no Congresso do ANDES-SN;

b) extraordinariamente, sempre que houver fatos de interesse da categoria que justifiquem a convocação;²⁹

V - assinar acordos de trabalho e representar em dissídio nos termos do inciso III do art. 30 no âmbito da Região, ressalvado o disposto no art. 50;

VI - estimular e acompanhar a criação de ADs-SSINDs.

§ 1º. Da composição da Secretaria Regional fazem parte um Primeiro-Secretário, um Segundo-Secretário, um Primeiro-Tesoureiro e um Segundo-Tesoureiro.

§ 2º. O Segundo-Vice-Presidente Regional substituirá o Primeiro-Vice-Presidente Regional nas suas faltas, impedimentos e afastamento definitivo.

§ 3º. Os diretores de Secretarias Regionais substituirão os Segundos-Vice-Presidentes Regionais nas suas faltas, impedimentos ou afastamento definitivo.

Art. 42. Qualquer membro da DIRETORIA pode ser destituído em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, observado o disposto no art. 21, parágrafo único, III, o mesmo se aplicando à DIRETORIA coletivamente.

Parágrafo único. No caso de destituição de metade mais um dos diretores, o Congresso previsto neste artigo deverá eleger uma diretoria provisória e convocar eleições num prazo de noventa (90) dias.

Art. 43. Em caso de vacância de toda a DIRETORIA, o CONAD convocará, num prazo de trinta (30) dias a partir da data da vacância, um CONGRESSO Extraordinário para eleição de uma DIRETORIA PROVISÓRIA que completará o mandato anterior.

CAPÍTULO IV

DAS SEÇÕES SINDICAIS OU ADS-SEÇÕES SINDICAIS

Art. 44. A SEÇÃO SINDICAL (SSIND) ou AD-SEÇÃO SINDICAL (AD-SSIND) é a menor instância organizativa e deliberativa territorial do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

§ 1º. A SSIND ou AD-SSIND possui regimento próprio aprovado pela Assembléia Geral dos docentes a ela vinculados, respeitado o presente Estatuto.

§ 2º. A SSIND ou AD-SSIND tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, dentro dos limites deste Estatuto.

§ 3º. A SSIND ou AD-SSIND poderá organizar-se em subseções, respeitados os termos deste Estatuto.

Art. 45. A constituição de uma AD-SSIND será homologada mediante apresentação das atas das assembléias gerais que, convocadas especificamente para este fim, com ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 70, parágrafo único), propuseram sua constituição e aprovaram seu regimento compatível com este Estatuto.

§ 1º. A realização da Assembléia Geral deve ser previamente comunicada, com no mínimo quinze (15) dias de antecedência, ao Vice-Presidente Regional da respectiva Região de modo a possibilitar para o seu devido acompanhamento.

§ 2º. O CONAD ou a DIRETORIA podem homologar a constituição de uma AD-SSIND, ad referendum do CONGRESSO, atendidas as exigências previstas no caput deste artigo.

§ 3º. O CONGRESSO ou o CONAD, ad referendum do CONGRESSO, apreciará a revogação da homologação de constituição de SSIND ou AD-SSIND se esta deixar de repassar a contribuição financeira dos sindicalizados de sua jurisdição à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, por prazo igual ou superior a seis (6) meses.

§ 4º. A SSIND ou AD-SSIND, ad referendum do CONGRESSO, poderá, por intermédio de sua assembléia geral especificamente convocada, deliberar sobre a exclusão de sindicalizado, em razão de violação a dispositivos de seu regimento ou deste Estatuto, assegurando-se o direito à ampla defesa.

Art. 46. As alterações nos regimentos das SSINDs ou ADs-SSINDs serão homologadas pelo CONGRESSO ou pelo CONAD, ad referendum do CONGRESSO, que verificará exclusivamente sua compatibilidade com este Estatuto.

Art. 47. São atribuições da SSIND ou AD-SSIND:

I - sindicalizar os docentes de sua jurisdição à ao ANDES-SINDICATO NACIONAL;

II - representar e defender perante as autoridades administrativas e judiciais os interesses gerais e individuais dos sindicalizados de sua jurisdição nas questões que lhes sejam específicas, observado o disposto no parágrafo único do artigo 35;

²⁹ Alteração procedida no XIV Congresso do ANDES-SN.

III - fixar a contribuição financeira dos sindicalizados de sua jurisdição territorial destinada ao seu custeio nos termos do seu regimento;

IV - receber e repassar à Primeira Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL as contribuições financeiras estabelecidas pelo CONGRESSO ou pelo CONAD.

V – promover, em primeira instância, a exclusão de sindicalizado, por intermédio de assembléia geral específica e devidamente convocada, em virtude de violação a dispositivos de seu Regimento ou deste Estatuto.

§ 1º Parágrafo único. O regimento da SSIND ou AD-SSIND estabelece dentro dos limites deste Estatuto outras atribuições, entre elas, aquisição, administração e destinação de seu patrimônio, eleição de seus diretores e respectivos processos eleitorais.

§ 2º. As decisões tomadas em assembléia acerca da exclusão de sindicalizado em razão de falta de pagamento e repasse das contribuições financeiras estabelecidas pelo CONGRESSO ou pelo CONAD, terão meramente efeito devolutivo, cabendo ao CONGRESSO, na eventualidade de interposição de recurso, decidir em última instância o mérito da questão.

Art. 48. A SSIND ou AD-SSIND tem como instância deliberativa máxima a Assembléia Geral dos sindicalizados à ao ANDES-SINDICATO NACIONAL vinculados a sua jurisdição territorial. Parágrafo único. Por jurisdição territorial se compreende uma Instituição de Ensino Superior.

Art. 49. O regimento da SSIND ou AD-SSIND pode estabelecer outros órgãos deliberativos ou executivos, além da Assembléia Geral e Diretoria.

Parágrafo único. A SSIND ou AD-SSIND elege sua Diretoria pelo voto secreto e universal dos sindicalizados a ela vinculados e em pleno gozo de seus direitos.

Art. 50. As SSINDs ou ADs-SSINDs estão subordinadas às suas respectivas Assembléias Gerais para assinatura de acordos, convênios ou contratos de trabalho, podendo a Assembléia delegar à DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL a sua assinatura ~~dos mesmos~~.

TÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

Art. 51. A eleição da DIRETORIA é convocada para o mês de maio dos anos pares pelo Presidente em exercício, com pelo menos noventa (90) dias de antecedência, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 42.

§ 1º. A eleição da DIRETORIA dá-se pelo voto secreto e universal dos sindicalizados da Entidade em suas respectivas IES.

§ 2º. Não sendo convocada eleição dentro do prazo previsto no caput deste artigo, cabe ao CONAD convocá-la no máximo trinta (30) dias após este prazo ter se esgotado.

Art. 52. O CONGRESSO anterior à data da realização das eleições elabora o regimento e elege uma comissão eleitoral que é responsável pelo processo, de acordo com o previsto neste Estatuto.

Art. 53. São condições para participar das eleições:

I - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de inscrição de candidaturas perante o CONGRESSO, para ser votado;

II - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de realização das eleições, para votar;

III - estar em dia com o pagamento da contribuição financeira prevista no art. 10, inciso II, deste Estatuto.

Parágrafo único. É vedada a recondução como diretor do ANDES-SINDICATO NACIONAL de qualquer membro da DIRETORIA por mais de uma vez consecutiva.

Art. 54. Os candidatos deverão compor chapas que serão registradas por ocasião do CONGRESSO ordinário imediatamente anterior à data de realização das eleições.

§ 1º. Durante o CONGRESSO, o registro de chapa(s) é procedido mediante a apresentação de manifesto e dos candidatos a Presidente, Secretário-Geral e Primeiro-Tesoureiro.

§ 2º. A(s) chapa(s) deverá(ão) registrar os candidatos aos demais cargos até trinta (30)³⁰ dias após o encerramento do CONGRESSO.

§ 3º. Só podem existir candidatos aos cargos de Primeiro-Secretário e Segundo-Secretário Regional e Primeiro-Tesoureiro e Segundo-Tesoureiro Regional, na Regional cujo regimento da respectiva Secretaria Regional tenha sido aprovado em CONGRESSO.

³⁰ Alteração procedida no XV Congresso da ANDES-SN.

Art. 55. É proclamada eleita a chapa que obtiver maior número de votos, sendo empossada como DIRETORIA eleita num prazo de até quarenta e cinco (45) dias após a data da realização das eleições, durante o CONAD.

TÍTULO V

DO PATRIMÔNIO E FINANÇAS

CAPÍTULO I

DA AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS DO ATIVO PERMANENTE

Art. 56. O patrimônio do ANDES-SINDICATO NACIONAL é constituído de:

I - bens imóveis que o ANDES-SINDICATO NACIONAL possui e/ou venha a adquirir;

II - móveis e utensílios;

III - doações e legados recebidos com especificações para o patrimônio.

Art. 57. A aquisição, alienação ou aceitação de doações de bens imóveis e títulos de valores mobiliários, classificados como investimentos de caráter permanente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, só poderão ser efetuadas com aprovação do CONGRESSO, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 47.

Parágrafo único. Exceuem-se do disposto no caput deste artigo, as aquisições de móveis e utensílios e de títulos de valores mobiliários caracterizados como investimentos transitórios, que podem ser efetuados por deliberação da DIRETORIA.

Art. 58. Os bens patrimoniais do ANDES-SINDICATO NACIONAL não respondem por execuções resultantes de multas eventualmente impostas à Entidade por razão de dissídio coletivo de trabalho ou qualquer outro tipo de ação judicial.

CAPÍTULO II

DA RECEITA E DAS DESPESAS

Art. 59. A receita do ANDES-SINDICATO NACIONAL é classificada em ordinária e extraordinária:

I - constituem a receita ordinária:

a) o produto das contribuições financeiras dos sindicalizados;

b) os juros provenientes de depósitos bancários realizados pelo ANDES-SINDICATO NACIONAL, bem como de títulos incorporados ao patrimônio;

c) a renda dos imóveis, dos bens e valores de propriedades do ANDES-SINDICATO NACIONAL, quando possuir;

d) a renda de doações feitas ~~à~~ ao ANDES-SINDICATO NACIONAL.

II - constituem a receita extraordinária:

a) as subvenções de qualquer natureza;

b) as multas e rendas eventuais;

c) as contribuições financeiras provenientes de cláusula inserida em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou em sentença normativa da Justiça do Trabalho, conforme decisão das Assembléias Gerais de cada AD-SSIND.

Parágrafo único. Da contribuição financeira prevista na alínea "c" do inciso II deste artigo, o CONGRESSO fixa anualmente porcentagem, nunca superior a quarenta por cento (40%), a ser enviada para a Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 60. A deliberação sobre os relatórios financeiros, prestação de contas e previsões orçamentárias do ANDES-SINDICATO NACIONAL dar-se-á da seguinte forma:

I – a previsão orçamentária de receitas e despesas do ANDES-SINDICATO NACIONAL para o primeiro semestre de cada ano será apresentada pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano anterior, para exame e deliberação provisória, e ao CONAD que se realiza do segundo semestre do ano anterior, para exame, eventual revisão e deliberação definitiva;

II – a previsão orçamentária de receitas e despesas do ANDES-SINDICATO NACIONAL para o segundo semestre de cada ano será apresentada pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no segundo semestre do ano anterior, para exame e deliberação provisória, e ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano em curso, para exame, eventual revisão e deliberação definitiva;

III – os relatórios financeiros e prestações de contas relativos ao primeiro semestre de cada ano serão apresentados pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no segundo semestre do mesmo ano, para exame e deliberação;

IV – os relatórios financeiros e prestações de contas relativos ao segundo semestre de cada ano serão apresentados pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano seguinte, para exame e deliberação.

~~Os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias, acerca da receita e despesa da Entidade, são apresentadas pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no primeiro semestre de cada ano, para exame e deliberação.~~

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. Os membros da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL assim como os da DIRETORIA das SSINDs ou ADs-SSINDs, efetivos e suplentes, gozarão de estabilidade ~~no~~ emprego sindical, conforme o disposto no inciso VIII do art. 8º da Constituição Federal.

Art. 62. Os membros da DIRETORIA que representarem a Entidade em transações que envolvam responsabilidades primárias não são pessoalmente responsáveis pelos compromissos assumidos em razão de suas funções.

Art. 63. Nenhum sindicalizado, individual ou coletivamente, responderá subsidiariamente pelos encargos que seus representantes contraírem.

Art. 64. Os membros da DIRETORIA não recebem remuneração pelas atividades que desempenham no ANDES-SINDICATO NACIONAL, ressalvado o ressarcimento de despesas feitas para o desempenho das atividades sindicais, bem como eventual ônus de liberação de Diretor(es), pela categoria, aprovado em CONAD ou CONGRESSO.

Art. 65. O ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá se filiar a organizações nacionais e internacionais que lutem pelos princípios e objetivos no presente Estatuto, desde que a filiação seja aprovada em CONGRESSO em cuja pauta deverá constar esta matéria.

Art. 66. O ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá ser voluntariamente ~~dissolvida~~ dissolvido em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, de acordo com o disposto no art. 21, parágrafo único, IV.

Parágrafo único. No caso de dissolução, o destino dos bens do ANDES-SINDICATO NACIONAL será definido pelo CONGRESSO que a dissolver.

Art. 67. As contribuições dos sindicalizados são reconhecidas como contribuições ~~à~~ ao ANDES-SINDICATO NACIONAL e devem ser repassadas pelas SSINDs ou ADs-SSINDs, consideradas depositárias fiéis, à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 68. O ANDES-SINDICATO NACIONAL luta contra toda taxa compulsória sindical não deliberada nas suas instâncias competentes.

Parágrafo único. Toda taxa compulsória, referida neste artigo, recebida pela Entidade, deverá ser devolvida àqueles de quem foi descontada, na forma definida pelo CONGRESSO.

Art. 69. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo CONGRESSO.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-SSINDs) a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas até o XX³¹ CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem ao contrário.

Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o XIX CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

Art. 71. Fica prorrogada até o XXI Congresso a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES-SN, desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos

³¹ Alteração procedida no XIV Congresso da ANDES-SN; por deliberação do XIX Congresso da ANDES-SN (Juiz de Fora), ficou prorrogado até o XX Congresso, o processo de transformação das Associações Docentes em ADs Seções Sindicais.

delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.³²

Art. 72. O XX Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o XXI Congresso como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados do ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente.³³

Art. 73. Os termos do art. 60 entrarão em vigor a partir do 42º CONAD, inclusive.

Parágrafo Único. O 42º CONAD deliberará sobre os relatórios financeiros e prestações de contas do ano de 2000, aprovará provisoriamente o orçamento do primeiro semestre de 2001 e aprovará provisoriamente o orçamento de 2002.

³² Alteração procedida no XIX (Juiz de Fora) Congresso da ANDES-SN: "... fica prorrogada até o XX Congresso a possibilidade de alteração seja aprovada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados nele inscrito, ...". O XIV Congresso da ANDES-SN havia realizado a seguinte alteração: "Fica prorrogada até o XV Congresso a possibilidade de alteração, desde que aprovados por cinquenta por cento mais um (50% + 1) dos delegados nele inscritos, suspensas, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21 (vinte e um)". Agora, prevalece a alteração mais recente.

³³ Artigo acrescido pelo XIX (Juiz de Fora) Congresso da ANDES-SN estabelecendo o prazo para o XX Congresso. Propomos a alteração no Art. 72.

***ANEXO AO CADERNO
DE TEXTOS
20º CONGRESSO DO
ANDES-Sindicato
Nacional***

Rio de Janeiro, 15 a 20 de fevereiro de 2001

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

UnB Pavilhão Multi Uso I - Bloco A - Sala A1-72

Campus da UnB - Brasília - DF

Caixa Postal 04470 - CEP 70919-970

Tel: (061) 347-2028

Fax: (061) 274-3303

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2000/2002

Presidente: Roberto Leher

Secretário Geral: Edmundo Fernandes Dias

1º. Tesoureiro: José Domingues de Godoi Filho

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: José Domingues de Godoi Filho

Brasília, fevereiro de 2000

SUMÁRIO

TEXTO 36 - PROPOSTA DE METODOLOGIA DE TRABALHO PARA O 20º CONGRESSO (PAUTA E CRONOGRAMA) - Contribuição do Prof. José Miguel Bendorá Saldanha – Sindicalizado da ADUFRJ-SSind.	06
Movimento Docente e Conjuntura	
TEXTO 37 - O ANARQUISMO E O POMPOSO CATÁLOGO DOS DIREITOS INALIENÁVEIS DO HOMEM: AS ARMAS DO NEOLIBERALISMO - Contribuição do prof. Francisco Santana – Sindicalizado da APUB SSind - Instituto de Física/UFBA	10
TEMA I – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe	
TEXTO 38 - DA FLEXIBILIZAÇÃO À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: DESAFIO PARA O MOVIMENTO SINDICAL CLASSISTA – Diretoria do ANDES-SN	14
TEXTO 39 – SEGURIDADE SOCIAL – ASSUNTOS DE APOSENTADORIA - Diretoria do ANDES-SN	20
TEXTO 40 – POLÍTICA SINDICAL – Contribuição dos Professores Márcio Antônio de Oliveira e André Silva Martins - Sindicalizados da APESJF-SSIND.	23
TEXTO 41 – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL - Contribuição das Professores Maristela Said e Elizabeth Bittencourt – Sindicalizadas da APUB Ssind.	28
TEXTO 42 - POLITICA AGRÁRIA E POLITICA EDUCACIONAL: MOVIMENTOS ESTRATÉGICOS DA LUTA DE CLASSES - Contribuição da Seção APUB - FACED/UFBA	29
TEXTO 43 - PROPOSTA DE PORTARIA QUE ENTRARÁ EM PAUTA NA PRÓXIMA REUNIÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFSCAR – Contribuição 3 da Assembléia Geral da ADUFSCar – Seção Sindical de 23/01/2001	32
TEXTO 44 - A TRANSFERÊNCIA DE EMPREGOS NACIONAIS E CONVÊNIO DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA COM A UNIVERSIDADE BRASILEIRA PARA O EXTERIOR ATRAVÉS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO - Contribuição do Prof. Iberê Luiz Nodari – Sindicalizado da APUB SSind. - Escola Politécnica	35
TEXTO 45 - PISO E MALHA SALARIAL: UMA PROPOSTA - Contribuição do Prof. Gil Vicente Reis de Figueiredo – Sindicalizado da ADUFSCar SSind. – Departamento de Matemática, Universidade Federal de São Carlos - Contribuição 1 da AG da ADUFSCar – Seção Sindical de 23/01/2001.	37
TEXTO 46 - A DANÇA COMO UM ELEMENTO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO - Contribuição da Profª Edva Maria Gomes Barreto de Carvalho – Sindicalizada da APUB SSind.	39
TEMA II – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores.	
TEXTO 47 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS FEDERAIS - SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS PROVENTOS - Contribuição do Prof. Marsílio de Alencar Sá Leitão - Sindicalizado da ADUFEPE-S.SIND	41
TEXTO 48 - EIXOS DE LUTA - Contribuição dos Professores André Silva Martins, Márcio Antônio de Oliveira, Eduardo Sérgio Leão de Souza, Eunice Maria Godinho Morando, Prof. Teixeira de Melo, Daniela Motta de Oliveira e Álvaro de Azeredo Quelhas - Sindicalizados da APESJF-SSIND	42
TEXTO 49 - PROPOSTA DE TEXTO DE RESOLUÇÃO A SER APRESENTADA AO 20º CONGRESSO DA ANDES-SN - Contribuição do Prof. Aurélio Lacerda – Sindicalizado da APUB SSind. – Instituto de Letras da UFBA	42

TEXTO 50 - PLANO DE LUTA - Contribuição dos professores Almir Serra Martins Menezes Filho, Ana Lúcia Xavier Vieira, Delando Nasário de Medeiros, Francisco Welson Lima da Silva, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, João Wanderley Rodrigues Pereira, Márcia Silva de Oliveira, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho e Naire Jane Capistrano - Sindicalizados da ADURN_S.Sind.	43
TEXTO 51 - MOVIMENTO SINDICAL E EMPREGO PÚBLICO - Contribuição da SEÇÃO FACED/APUB	50
TEMA III - Questões Organizativas e Financeiras.	
TEXTO 52 - ESTRATÉGIAS POLÍTICO-COMUNICACIONAIS DO MOVIMENTO DOCENTE - Contribuição do Prof. Jonicael Oliveira – Sindicalizado da APUB SSind. – Faculdade de Comunicação	54
TEXTO 53 - A DEMOCRACIA INTERNA DO ANDES-SN E SUAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS - PARTE II - Contribuição 2 da AG da ADUFSCar - Seção Sindical de 23/01/2001	56
TEXTO 54 - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS - Contribuição da Diretoria da ADUNESP	57

SUMÁRIO DOS TRS

TR 36 - PROPOSTA DE METODOLOGIA DE TRABALHO PARA O 20º CONGRESSO (PAUTA E CRONOGRAMA)	07
TR 38 - DA FLEXIBILIZAÇÃO À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: DESAFIO PARA O MOVIMENTO SINDICAL CLASSISTA	19
TR 39 – SEGURIDADE SOCIAL – ASSUNTOS DE APOSENTADORIA	23
TR 40 – POLÍTICA SINDICAL	28
TR 41 – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL	29
TR 42 – POLITICA AGRÁRIA E POLITICA EDUCACIONAL: MOVIMENTOS ESTRATÉGICOS DA LUTA DE CLASSES	31
TR 44 - A TRANSFERÊNCIA DE EMPREGOS NACIONAIS E CONVÊNIOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA COM A UNIVERSIDADE BRASILEIRA PARA O EXTERIOR ATRAVÉS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO	36
TR 45 - PISO E MALHA SALARIAL: UMA PROPOSTA	39
TR 46 - A DANÇA COMO UM ELEMENTO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO -	39
TR 47 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS FEDERAIS - SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS PROVENTOS -	41
TR 48 - EIXOS DE LUTA -	42
TR 49 - PROPOSTA DE TEXTO DE RESOLUÇÃO A SER APRESENTADA AO 20º CONGRESSO DA ANDES-SN -	43
TR 50 - PLANO DE LUTA	48
TR 51 - MOVIMENTO SINDICAL E EMPREGO PÚBLICO R	51
TR 52 - ESTRATÉGIAS POLÍTICO-COMUNICACIONAIS DO MOVIMENTO DOCENTE R	55
TR 53 - A DEMOCRACIA INTERNA DO ANDES-SN E SUAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS - PARTE II	57
TR 54 - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	61

TEXTO 36

Contribuição do Prof. José Miguel Bendoricchio – Sindicalizado da ADUFRJ-SSind.

Proposta de metodologia de trabalho, pauta e cronograma para o 20º Congresso (para a Plenária de Instalação)

Problemas crônicos de organização

TEXTO APOIO

Os encontros nacionais deliberativos (Congressos e Conades) do Andes-SN têm apresentado pelo menos três graves problemas de organização.

Tempo

Um deles podemos chamar resumidamente de “falta de tempo”. Nenhum grupo consegue discutir todos os textos de apoio (TAs) e de resolução (TRs) e as plenárias, que têm de deliberar sobre todos os TRs, não conseguem fazê-lo nos horários previstos. “Remeter para a plenária” o que não foi discutido nos grupos e “remeter para a próxima plenária” o que não foi discutido na anterior que deveria tê-lo feito são coisas que sempre ocorrem. Os resultados são conhecidos: muitos assuntos vão para as plenárias sem um amadurecimento nos grupos (muitas vezes, nenhum grupo ou apenas um tratou do tema), resultando, naturalmente, num gasto de tempo muito maior; as plenárias são sempre prorrogadas até o limite regimental, e a última plenária é prorrogada um monte de vezes, transformando-se numa autêntica “Noite dos Desesperados”³⁴, com gente dormindo, falta de quorum, falta de discussão e um desânimo total, justamente no momento em que todos deveriam estar mais animados e dispostos para a luta, depois de um encontro de importantes debates e deliberações.

Associado a este problema está a questão das reuniões dos grupos políticos, tendências, correntes etc., que têm de ser previstas mais claramente no cronograma e na seqüência dos trabalhos. O movimento das tendências é parte integrante do movimento docente e não deve ser tratado de forma envergonhada ou misteriosa, como o foi durante longo tempo entre nós, o que, felizmente, não ocorre hoje. É necessário, no entanto, consolidar os avanços nessa área.

Preparação das plenárias

Outro problema é a preparação insatisfatória das plenárias, a partir das discussões ocorridas nos grupos. Não é uma questão de competência ou de vontade política de quem faz a “consolidação” dos relatórios dos grupos, embora estas sejam de grande importância, e sim da forma de funcionamento dos próprios grupos mistos, que têm servido muito mais como uma antecipação das plenárias do que para prepará-las. A existência dos grupos tem sido defendida como uma etapa indispensável para o amadurecimento das questões que vão ser deliberadas. No entanto, a forma de funcionamento dos grupos, formalizada nos regimentos, tem privilegiado o embate de propostas e a medição de forças pela contagem de votos, deixando de lado o tal do amadurecimento, a identificação clara das divergências, a busca de sínteses e de acordos, enfim, o trabalho mais propriamente *político*. As regras são rígidas em relação a isso: uma proposta obter um mínimo de votos em algum grupo é condição necessária para ir a voto na plenária.

Plano de lutas

O terceiro é a falta de formulação de um autêntico plano de lutas. O que costumamos aprovar com esse nome é composto em grande parte de *desejos* e não *planos* de luta. Não temos conseguido formular planos de fato, com atividades e encaminhamentos bem definidos, prioridades claras, definição de responsabilidades, prazos, recursos, etc. Desperdiçamos assim

³⁴ Filme da década de 70, com Jane Fonda, cujo tema era um concurso de dança muito louco, no qual o vencedor era quem conseguia “dançar” (ou melhor, caminhar) durante mais tempo seguido, com breves intervalos para comer e beber.

uma rara oportunidade, em que dirigentes e militantes de todo o país e de todos os setores se reúnem, de nos *organizarmos* de fato para a luta.

Que fazer?

Estes problemas não são exclusivos do Andes-SN e chamar a atenção para eles pode dar a falsa impressão de que estamos piores do que realmente estamos. O espaço que temos para debate, convencimento mútuo, participação da base etc no nosso sindicato é muito bom, principalmente se comparado ao funcionamento burocrático de outros e, principalmente, da nossa central sindical. No entanto, é necessário avançar em organização, palavrinha mágica que muitos, por má fé ou por ignorância, confundem com burocratização, que, no fundo, é exatamente o seu oposto.

A proposta de metodologia de trabalho que se segue tem o objetivo de ajudar a resolver estes problemas e baseia-se na idéia de que não basta para isso fazer ajustes no cronograma e que é necessário ir mais longe, modificando, em alguns aspectos profundamente, nossa maneira de trabalhar.

Há tempos (Viçosa 94), tivemos um avanço nesse sentido, com a aprovação da chamada “emenda Magrão”, da qual resultou a atual divisão dos textos em Apoio e Resolução, mas progressivamente os textos de resolução têm inchado a ponto de hoje passarmos boa parte do tempo discutindo redação, palavras de ligação nos próprios TRs e coisas semelhantes, quando era justamente a eliminação disto uma das motivações para aquela emenda.

Peço aos companheiros que dêem mais atenção às idéias principais da proposta e menos aos detalhes da sua implantação, que certamente admitem alternativas compatíveis com aquelas idéias.

Características da metodologia proposta

Papel dos grupos e das plenárias

O espaço deliberativo do Congresso é a Plenária, que também é um espaço de debate. Os Grupos devem ser espaços de debate mais detalhado, cujo objetivo passa a ser o de *preparar as plenárias*.

Preparar as plenárias significa identificar as questões em debate e encaminhar claramente as alternativas surgidas, agrupando as que forem afins, definindo com precisão as diferenças entre as que não forem, enfim, fazer com que os delegados estejam, ao votar nas plenárias, o mais possível conscientes do que significam os seus votos. Esta preparação depende da existência de uma etapa fundamental entre as reuniões de grupos e as plenárias, que é a consolidação e sistematização das propostas dos grupos, sempre citada e regulamentada nos nossos encontros, mas nunca bem executada. Nesta etapa, seriam, entre outras coisas, compatibilizadas as diferentes redações dadas pelos grupos a uma mesma proposta de fundo, para evitar as discussões intermináveis nas plenárias sobre a posição de uma vírgula (coisa que sempre se promete não fazer mas acaba se fazendo) ou sobre as palavras de ligação mais adequadas.

A comissão de sistematização (composta em princípio por diretores e relatores dos grupos) teria a liberdade de redigir propostas que julgasse sintetizarem as idéias desenvolvidas pelos grupos e/ou pelas diferentes posições políticas, com o objetivo de levar à plenária claramente definido aquilo sobre o qual há acordo e aquilo sobre o qual não há. Evidentemente, a plenária poderá aproveitar ou não os resultados desta sistematização. Na maioria dos casos, ganharemos tempo, havendo ou não consenso.

TR- 36

Fases e temas

Os debates e deliberações do Congresso, excluídas as Plenárias de Abertura (uma solenidade), Inicial, de Instalação e de Encerramento, dar-se-ão em três *fases*. Cada fase tem um determinado objetivo e realiza-se integralmente antes do início da fase seguinte³⁵. As fases

³⁵ Ao contrário do que costumamos fazer, que é realizar todas as reuniões de grupos mistos e só depois as plenárias deliberativas; passamos de um tema a outro nos grupos sem saber o que vai ser deliberado na plenária sobre o tema anterior.

são as seguintes:

Fase 1 – Eixos de Luta (gerais e setoriais)

Fase 2 – Políticas Sociais e Organização

Fase 3 – Planos de Lutas (geral e setoriais)

Cada fase tem uma dinâmica de trabalho própria, mas todas se compõem das seguintes etapas:

- 1 - reuniões dos grupos mistos;
- 2 - reuniões dos grupos políticos (para quem fizer parte de algum);
- 3 - consolidação e sistematização dos trabalhos dos grupos mistos, e
- 4 - plenária deliberativa.

As etapas 2 e 3 podem realizar-se simultaneamente, total ou parcialmente, evidentemente com o prejuízo da não-participação na etapa 2 dos responsáveis pela etapa 3.

Fase 1 – Eixos de Luta

A Fase 1 será precedida pela Plenária Inicial, na qual serão apresentadas e inicialmente debatidas (sem deliberação) as diversas avaliações da conjuntura e do movimento docente, assim como as propostas de *eixos de luta*, tanto os gerais (válidos para todo o MD, inclusive nas suas articulações com outros movimentos) quanto os setoriais (federais, estaduais e particulares). Estas avaliações e propostas de eixos de luta serão discutidas nas reuniões dos grupos mistos (Fase 1) e deliberadas na plenária da fase 1 *antes* de se passar à Fase 2. Nesta fase, todos os grupos discutem todos os temas.

Fase 2 – Políticas Sociais e Organização

Nesta fase, a que possui uma quantidade, diversidade e especificidade maior de temas, cada grupo tratará apenas de um tema e cada tema será tratado por vários grupos. É aqui que se pretende “ganhar tempo”. Por exemplo, com 300 delegados, podem ser formados 12 grupos de 25 delegados cada, e ser designado um tema para cada 3 grupos. Em princípio, a distribuição dos delegados pelos grupos seria feita por sorteio dirigido e acompanhado pelos delegados, valendo a pena pensar em alternativas a este método. Ao final, as coordenações dos GTs relacionados aos temas, assessoradas pelos relatores dos grupos e pelos membros dos GTs presentes ao Congresso que desejarem fazê-lo, sistematizarão e prepararão para a plenária as questões levantadas nos grupos. Os temas serão os seguintes:

Tema 1 - Políticas Sociais 1 (Seguridade Social, Verbas)

Tema 2 - Políticas Sociais 2 (Políticas Educacional, Agrária, C&T, Comunicação e Artes)

Tema 3 - Política Sindical (incluindo Carreira, História do MD, e Etnia, Gênero e Classe)

Tema 4 - Organização (incluindo finanças e questões internas de comunicação)

A quantidade de temas e seus agrupamentos e o tamanho dos grupos podem ser outros, o essencial aqui é que cada grupo trate apenas de alguns temas, para que tenha tempo de fazê-lo direito. É bom lembrar que a prática de levar os grupos a “especializarem-se” tem sido adotada na prática, mas por iniciativa da diretoria, que recomenda uma certa priorização dos temas em cada grupo, por intermédio do seu representante. Isto tem sido feito exatamente para tentar garantir a discussão de todos os temas em pelo menos algum grupo. O que está se propondo aqui é a explicitação desse processo, afinal não é nada tão novo assim.

A plenária desta fase, no entanto, terá de tratar seqüencialmente de todos os temas. Ou seja, não haverá como “ganhar tempo” nela. Por isso, o cronograma proposto, associado a esta proposta, prevê mais tempo para ela (duas sessões de três horas cada, prorrogáveis por mais uma hora cada).

Fase 3 – Planos de Lutas

O Congresso entrará neste tema já com as deliberações tomadas sobre os eixos de luta, políticas sociais e questões organizativas. Esta será a fase de síntese do Congresso, quando enfim as frentes de luta desenvolvidas na Fase 2 serão priorizadas e organizadas num todo coerente, passível de acompanhamento e avaliação posterior pelo Conad. É a fase mais importante do Congresso e ninguém vai querer ir embora mais cedo.

Nesta fase, todos os grupos voltam a tratar de todos os temas.

Cronograma

Ver ao final deste texto. O ato político poderá ser realizado após a Plenária de Abertura ou após a Plenária de Encerramento. Os períodos previstos para prorrogações de atividades estão indicados como “folga”. As previsões de reuniões de grupos políticos estão, evidentemente, sujeitas às conveniências dos grupos.

Implantação da proposta

Caso haja uma mínima aceitação desta proposta por parte do conjunto do sindicato, serão apresentadas à Plenária de Instalação as propostas de inclusões, exclusões e alterações ao Regimento do 20º Congresso necessárias à sua implantação.

Cronograma – proposta José Miguel

hora	5ª feira, 15/2		6ª feira, 16/2		sábado, 17/2
9 – 10	Credenciamento (9 – 12)	reuniões grupos políticos (9 – 12)	credenciamento (9 – 11)	Plenária de Instalação (9 – 11)	Plenária Fase 1 (9 – 12)
10 – 11					
11 – 12			folga		folga
12 – 13	almoço		almoço		folga
13 – 14					almoço
14 – 15	credenciamento (14 – 17)	reuniões grupos políticos (14 – 17)	Plenária Inicial (14 – 17)		Grupos Mistos Fase 2 (14 – 17)
15 – 16					
16 – 17					
17 – 18	folga		folga		folga
18 – 19	Plenária de Abertura (18 – 21)		Grupos Mistos Fase 1 (18 – 21)		reuniões grupos políticos (19 – 21)
19 – 20					
20 – 21					
21 – 22	Ato político ou Livre		folga		Festa, gandaia
22 – 23					

Hora	domingo, 18/2	2ª feira, 19/2	3ª feira, 20/2
9 – 10	Livre (mesmo)	2ª Plenária Fase 2 (9 – 12)	Plenária Fase 3 (9 – 12)
10 – 11			
11 – 12		folga	
12 – 13		almoço	
13 – 14	1ª Plenária Fase 2 (14 – 17)	Grupos Mistos Fase 3 (15 – 18)	Plenária de Encerramento (15 – 18)
14 – 15			
15 – 16			
16 – 17	folga		Ato Político ou Livre
17 – 18	reuniões grupos políticos (18 – 22)		
18 – 19	reuniões grupos políticos (19 – 22)		
19 – 20			
20 – 21			
21 – 22			
22 – 23	folga		

Plenária Inicial – Apresentação e debate de Avaliação de Conjuntura e Movimento Docente (geral e setores) e Propostas de Eixos de Luta
 Fase 1 – Eixos de Luta (gerais e setoriais)
 Fase 2 – Políticas Sociais, Sindical e Organização
 Fase 3 – Planos de Lutas geral e setoriais
 Plenária de encerramento - moções

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

TEXTO 37

Contribuição do prof. Francisco Santana – Sindicalizado da APUB SSind - Instituto de Física/UFBA

O ANARQUISMO E O POMPOSO CATÁLOGO DOS DIREITOS INALIENÁVEIS DO HOMEM: AS ARMAS DO NEOLIBERALISMO

O projeto neoliberal executado no Brasil a partir de Collor e exacerbado por FHC tem na essência uma coerência com a linha política adotada pela nova esquerda brasileira e em particular com o projeto sindical da CUT. Sem essa forte ajuda da CUT, provavelmente o neoliberalismo só se imporia através de um processo que levasse o país a uma convulsão social e exigisse um governo forte que impusesse as regras do FMI. Semelhante a uma Fujimorização. Examinemos três exemplos para provar essa asserção:

1º exemplo: A contratação de funcionários público via CLT. Ora, a CUT previa para o funcionário público algo pior do que a CLT, o famigerado Contrato Coletivo de Trabalho (CCT). Ou seja, desregulamentação total dos seus direitos. Os funcionários só manteriam esses direitos ou conquistariam outros, abrindo uma NEGOCIAÇÃO, se tivessem força para isso, e “impondo” um contrato que o “Patrão” assinasse.

Há um surrealismo total nessa bandeira criada pela CUT de opor CCT a CLT. Pois, significa opor uma coisa meramente adverbial (um mero critério na realidade, de se fazer um CCT) a uma outra substantiva (direitos substanciais consolidados há mais de 50 anos). Essa é a razão pela qual os trabalhadores ouviram e aplaudiram durante 20 anos essa monstruosidade, pois nunca a entenderam. A ambigüidade e bordões demagógicos eram o modo de impor o CCT. Mas, um outro surrealismo maior surge quando se trata de aplicar (Bandeira da CUT) o CCT aos funcionários públicos. Na formulação original do CCT, o Estado tem que ficar fora de qualquer negociação. Só os sindicatos patronais podem representar o empregador. Que sindicato patronal representaria o governo?

2º Exemplo: A retirada da estabilidade do funcionário público. Durante o debate na Comissão de Justiça do Congresso para se suprimir a cláusula da constituição que dava a estabilidade ao funcionário público, o Relator Prisco Viana do PPR (até 93), defendeu com unhas e dentes a nossa estabilidade, pois, segundo ele, ela era Cláusula Pétreia. Já Genuíno, usando a Globo como tribuna gratuita, comparou a nossa estabilidade com os salários dos marajás que poderiam também ser considerados Cláusula Pétreia. Com argumentos emocionais e pelo que seu passado de militante da CUT representa, reforçou o clima na opinião pública contra nossa estabilidade e nós perdemos. No plenário não sei se o deputado Genuíno manteve sua posição ou negou-a demagogicamente, pois, o Governo não precisava do seu voto. Essa atitude de Genuíno não era isolada, pois, na mesma época enquanto se travava esse debate, Lula juntamente com Vicentinho declaravam publicamente que eram a favor de se instituir o CCT para o funcionalismo público. E levando-se em conta que o mesmo Vicentinho fez o acordo com Estephanes que possibilitou desenterrar a reforma da previdência, conclui-se que tanto Lula, como Vicentinho e Genuíno cumpriram corretamente o que está expresso na linha da CUT. Desde 1988 que os cutistas (no Caderno da CUT está escrito “Cutistas De Primeira Hora”) implantaram um projeto piloto visando a concretização do CCT no setor público. Essa experiência foi feita no IAMPE – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – S. Paulo. Evidentemente, uma experiência farsa pois os servidores do IAMPE já estavam protegidos ou por CLT ou pelo estatuto do servidor público. Entretanto, é uma sinalização clara para qualquer governo neoliberal que queira desregulamentar as relações de trabalho.

3º, exemplo: A separação entre o público e o estado. Essa separação também é uma criação da “Nova Esquerda”. O conceito de “Empresa Pública de Qualidade” em oposição a Empresa Estatal, a bandeira contra a privatização das “Águas” ao invés de contra a privatização das Estatais que distribuem a água, os conceitos de Capital Patrimonial, autogestão, pluralismo sindical, abolição do imposto sindical etc., foram bandeiras criadas ou pelo menos implementadas pela CUT, Sindicatos e Confederações Cutistas.

A consequência imediata disso é a existência de dois tipos de servidores, o público e o estatal. O estatal, sujeito a normas e a fidelidade ao estado e o Público sujeito a contratos “autônomos”, mais plurais e livres possíveis, inclusive o neoliberal CCT.

Nesse quadro francamente coerente com o projeto neoliberal de desregulamentação dos direitos trabalhistas e privatização do ensino público, FHC coloca sua cunha. Já que a CUT ainda não “emancipou” os trabalhadores industriais da CLT nada mais justo que se coloquem os bravos funcionários públicos que se acham “obreiros” transitoriamente na CLT para que juntamente com os outros se organizem e consigam juntos o seu CCT. Já para os fajutos funcionários públicos que se acham diferentes do trabalhador industrial, um estatuto especial de função do Estado.

Tem aí um detalhe importante. Realmente essa contratação via CLT pode ser transitória. FHC já tem uma medida provisória pronta para extinguir a CLT. E agora? Caso FHC realize seu objetivo, os funcionários públicos terão todo o direito de negociar livremente e propor CCT ao seu talante (se o “Patrão” governo vai assinar é outra coisa). E isso converge para a proposta da CUT. Vamos aceitá-la? Se vamos recusá-la não será melhor denunciá-la antes preventivamente, pois depois será tarde?

Mas, que princípios filosóficos ou doutrinários estão por trás destes projetos da CUT que ajudam a implantação do projeto neoliberal? Com certeza não são marxistas. A posição de Marx pode ser avaliada pelos trechos abaixo:

-Para proteger-se contra a “serpe de seus tormentos” têm os trabalhadores de se unir e como classe compelir a que se promulgue uma lei, que seja uma barreira social intransponível capaz de impedi-los definitivamente de venderem a si mesmos e sua descendência ao capital mediante LIVRE ACÔRDO que os condena à morte e à escravatura. O pomposo catálogo dos direitos inalienáveis do homem será assim substituído pela MODESTA CARTA MAGNA que limita legalmente a jornada de trabalho e estabelece claramente, por fim, “quando termina o tempo que o trabalhador vende e quando começa o tempo que lhe pertence”. QUE TRANSFORMAÇÃO! (MARX, O CAPITAL, livro 1).

- (...) “Estas maquinacões (as manobras do capital de 1848 a 1850, por exemplo) proporcionaram, além disso, prova incontestável da falsidade da afirmativa tantas vezes feitas de que os trabalhadores não precisam de proteção, mas devem ser considerados agentes livres ao disporem de sua única propriedade – o trabalho de suas mãos e o suor de seu rosto”. TRABALHO LIVRE, SE ASSIM PODE SER CHAMADO, PRECISA DO BRAÇO FORTE DA LEI PARA PROTEGER-SE MESMO NUM PAÍS LIVRE”. (idem).

Essa barreira social intransponível que Marx fala, no Brasil chama-se CLT. Resistiu a 25 anos de uma ditadura militar entreguista, a Roberto Campos, a Delfim Neto, e o máximo que o imperialismo americano conseguiu foi trocar a estabilidade a partir de 10 anos pela opção pelo FGTS. A destruição da CLT é o maior crime e a maior traição que CUT poderia ter feito ao trabalhador brasileiro.

Mesmo para o socialista utópico Saint-Simon, que participou da revolução francesa, essa liberdade burguesa era uma ilusão. É dele a frase definidora dessa liberdade para os operários: *“Liberdade aos pássaros para deleite dos caçadores”.*

É evidente então que o novo sindicalismo brasileiro retrocedeu dois séculos para ir buscar os fundamentos para as suas radicais teses sindicais, sintetizadas num conceito absoluto de liberdade sindical, independente do contexto histórico, tempo e lugar, em que se aplica. Foram no baú da história tirar o Pomposo Catálogo Dos Direitos Inalienáveis Do Homem.

Mas nota-se também um re florescimento do ideário anarquista principalmente no que diz respeito à questão do estado. Vejamos alguns trechos do anarquista Jean Bancal em Pluralismo e Autogestão – Cap.III – A - UMA ORGANIZAÇÃO NÃO-ESTATAL:

A CHAVE DE TODA A SÓCIO-ECONOMIA proudhoniana e, conseqüentemente, de todas soluções econômicas nas quais ela resulta, é a distinção que Proudhon estabelece entre a sociedade econômica e a sociedade política.“Eu distingo em toda sociedade duas espécies de constituição: uma que eu chamo de constituição social, a outra que é a constituição política(Estado)”.“Efetuada independentemente do Estado, a organização das forças econômicas sob a lei suprema do contrato” será pois o princípio diretor desta “constituição social”.

CONCLUSÃO

É evidente que tanto os economistas neoliberais como a esquerda pós-marxista foram buscar seus fundamentos no liberalismo do século XVIII. Condição agravada por um viés anarquista (Sarney tinha razão).

O problema não é puramente de retórica. Essa política sindical tem trazido conseqüências funestas para o povo brasileiro: A destruição gradativa da CLT, a quebra do monopólio estatal do petróleo, as já citadas reformas da previdência e do regime do funcionário público etc. Sem falar na total omissão da CUT em relação aos crimes do imperialismo americano, coerentemente também com o anarquismo. No caso da guerra EUA-Iraque, a CUT apoiou publicamente os EUA.

E o pior é que a CUT foi além de Proudhon. Colocou o funcionário público, conseqüentemente do estado, no rol dos trabalhadores industriais.

Estamos diante de um problema concreto agora. FHC vai determinar a contratação dos funcionários das Universidades via CLT. Ao mesmo tempo FHC já tem pronta uma medida provisória para extinguir a CLT. Só nos restará o CCT. Mas o CCT é o projeto da CUT para o funcionalismo público (também). Como poderemos encetar um movimento radical contra FHC sem colidir com a CUT? E se quisermos poupar a CUT, como seremos levado a sério se lhe demos procuração e ela pode falar o que quiser em nosso nome?

É necessário portanto convocar um fórum emergencial da CUT para discutir urgentemente essas questões e se tomar uma posição clara sem ambigüidade nem eufemismo. Caso a CUT negue, a ANDES deverá promover esse fórum independentemente. Sem essa definição, qualquer embate contra reformas neoliberais estará fadado ao fracasso. E nos próximos dois anos teremos embates violentos pela frente.

Francisco J. D. Santana – I. Física – UFBA.

TEMA I – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE

TEXTO 38

TEMA I

Diretoria do ANDES-SN

DA FLEXIBILIZAÇÃO À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: DESAFIO PARA O MOVIMENTO SINDICAL CLASSISTA

A flexibilização das leis trabalhistas que vem ocorrendo no Brasil, sobretudo, nos anos 90, exige dos trabalhadores, dos sindicatos classistas e de seus militantes uma estratégia política de intervenção mais do que um mero posicionamento político contrário. Desta perspectiva, torna-se necessário um amplo diagnóstico desse processo, com o propósito de subsidiar a formulação e implementação de estratégias capazes de estancá-lo e promover o avanço na luta pela consolidação e expansão dos direitos historicamente defendidos pelos trabalhadores.

Este texto pretende contribuir para a elaboração desse diagnóstico, apresentando um balanço da reforma do sistema de relações de trabalho, enfatizando o ritmo acelerado dessa reforma, o volume e radicalidade dos dispositivos legais já aprovados e em tramitação. Com esta visão de conjunto, o movimento docente poderá avaliar as dimensões da precarização do trabalho e a envergadura dos desafios que lhe estão colocados neste momento.

A flexibilização das relações de trabalho no Brasil teve início no governo militar, em 1966, com a substituição da estabilidade decenal, garantida na CLT, desde 1943, pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Lei 5.106/66).

Com o FGTS, instituiu-se a “opção” entre o Fundo e o direito à estabilidade no emprego. O trabalhador optante abria mão da estabilidade no emprego em troca de 8% do valor do salário, depositado mensalmente pelo empregador, a ser liberado no ato de sua dispensa do emprego. Sob a alegação de que a estabilidade do trabalhador era responsável pela inflação e pela baixa produtividade, o FGTS é apresentado como condição para o crescimento econômico, elevação dos salários e, conseqüente, melhoria do padrão de vida, sendo, portanto, solução para os conflitos sociais. Na prática, o que se verificou é que o FGTS favoreceu, de forma inequívoca, as empresas, possibilitando a dispensa de empregados, a qualquer momento, sem justa causa, e a contratação de outros com salários mais baixos.

A quebra da estabilidade no emprego, articulada a uma política de aviltamento dos salários e à repressão aos movimentos sociais, constituiu a base da política econômica dos governos militares.

No final da década de 70, e ao longo dos anos 80, evidencia-se um momento de acúmulo de força dos movimentos sociais e, notadamente, do movimento sindical, impulsionado pelo esforço de democratização do país, que culmina com a promulgação da nova Carta Constitucional. Durante esse período, houve a retomada e a potencialização dos movimentos grevistas; a expansão do sindicalismo no setor público; o avanço do sindicalismo rural; a fundação da CUT (1983); as tentativas de organização dos sindicatos por local de trabalho e os esforços para a conquista da autonomia e da liberdade sindical em relação ao Estado e ao patronato, fazendo emergir o Novo Sindicalismo.

O papel desempenhado pelo movimento sindical, ao longo dos anos 80, conferiu aos seus representantes o reconhecimento como legítimos interlocutores das classes trabalhadoras e, portanto, sujeitos imprescindíveis nos processos de suas lutas. Como resultado desse acúmulo de força, o Texto Constitucional de 1988 incorporou, malgrado a tenaz resistência dos conservadores e reacionários, um conjunto de direitos sociais e trabalhistas já conquistados em negociações coletivas por algumas categorias profissionais.

Transcorridos doze anos da promulgação da atual constituição, diversos dos direitos estabelecidos ainda dependem de regulamentação pelo Congresso Nacional. São eles:

- a) greve dos servidores públicos federais;
- b) ampliação do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço;
- c) licença paternidade;
- d) adicional de remuneração para atividades penosas;
- e) representação dos trabalhadores por empresa;
- f) proteção contra a dispensa arbitrária;
- g) participação dos trabalhadores na gestão das empresas;
- h) redução dos riscos inerentes ao trabalho; e
- i) proteção do empregado contra os efeitos da automação.

Na década de 90, o projeto político neoliberal, adotado pelos governos Collor e FHC, marca o início de um novo ciclo de flexibilização e conseqüente precarização das relações de trabalho, impedindo a regulamentação dos direitos trabalhistas estabelecidos na Constituição e promovendo a desfiguração da já precária legislação trabalhista em vigor.

O programa do novo sistema de relações de trabalho é difundido pelos organismos financeiros internacionais e pelas principais entidades empresariais do país, em nome da ampliação e preservação dos postos de trabalhos, da redução do custo da força de trabalho e da elevação dos níveis de produtividade. Chegou-se a usar essa legislação (vide ideologia do Custo Brasil) para antagonizar direitos trabalhistas e interesse da “nação”.

Neste aspecto, vale a pena destacar as semelhanças entre o período militar e este novo ciclo da flexibilização das relações de trabalho que se processa sob a égide do neoliberalismo.

O bordão de que inflação e baixa produtividade resultam dos elevados custos do trabalho, garantidos por uma legislação arcaica, incompatível com as exigências da modernidade, é reassumido na década de 90. Reedita-se a política de relações de trabalho instalada em 1964, com a ditadura militar e, igualmente, monitorada por organismos internacionais. Se as reformas nas relações de trabalho, em 1966, ocorreram sob a vigilância da Embaixada Americana, nos anos 90, o monitoramento é ostensivamente realizado pelo FMI e BM.

Com a ascensão de Collor, enfatizam-se a desregulamentação da economia e as privatizações das empresas estatais, como principais pontos da agenda de reforma do governo, para o enfrentamento da crise econômica (baixa produtividade, hiperinflação, etc). No entanto, com o "impeachment", esse processo perdeu o ímpeto, mas, no final do governo Itamar, é retomado com a edição da Medida Provisória 160/94, que regulamenta o Plano Real, a partir da qual, os trabalhadores perdem o direito à indexação salarial, pois o governo se recusa a considerar que a inflação, mesmo baixa, preserva o seu caráter corrosivo, reduzindo o poder aquisitivo dos trabalhadores.

O governo FHC promove uma ampla reforma ajustando as relações trabalhistas às metas de estabilização econômica. As primeiras iniciativas governamentais concentraram-se no ataque aos sindicatos, objetivando neutralizar seu poder de pressão política, como condição para ampliar progressivamente o grau de flexibilização da legislação. Tratava-se de esvaziar o poder político acumulado durante a década de 80, minimizando a luta sindical para acomodá-la dentro da ordem subsumida ao ideário que se tornava hegemônico. Um novo papel era atribuído aos sindicatos como parceiros do capital, sob o apelo de que a crise, atingindo a ambos, os tornaria co-partícipes na busca de sua superação.

Quando o país já se tornara refém da crise financeira internacional e o desemprego atingia níveis alarmantes, a reforma ganhou maior concretude e ímpeto. O desemprego massivo, a despeito da resistência que o movimento classista conseguiu articular, empurrou o sindicato para uma posição defensiva. Assim é que, antes de partir para a campanha visando ao segundo mandato, o governo de FHC já havia reunido as condições políticas para apresentar o pacote de medidas que tão violentamente mutilou os direitos sociais.

O pacote tem como alvo a legislação trabalhista, priorizando:

- 1 - a fragilização dos contratos e as condições de trabalho, pela redução e extinção de direitos;
- 2 - a redução do custo do trabalho e incentivo às negociações coletivas descentralizadas, para facilitar a dispensa de empregados;
- 3 - a possibilidade de contratação sem vínculo trabalhista, mediante o incentivo aos contratos temporários;
- 4 - o relaxamento dos critérios para fiscalização do Ministério do Trabalho;
- 5 - o esvaziamento do poder de pressão dos sindicatos, pelo desmantelamento de suas organizações;
- 6 - a desobrigação do Estado da sua função de regulador das relações de trabalho e promotor do bem-estar social;
- 7 - a reforma do Poder Judiciário, objetivando o esvaziamento das primeiras instâncias e concentrando o poder nos tribunais superiores; e
- 8 - a desconstitucionalização dos direitos sociais, pela supressão do artigo 7º da CF/88.

Das medidas enviadas ao Congresso Nacional, grande parte já foi aprovada, enquanto outras ainda tramitam, esperando o melhor momento para sua aprovação. Dentre as já aprovadas, podemos destacar:

- **MP 1.960/94** - complementa as regras legais que disciplinam o plano real. Veda a indexação salarial e as cláusulas de correção automática dos salários em negociações coletivas. Revoga dispositivos da Lei 8.542/92 que garantiam o princípio da ultratividade de acordos e convenções coletivas, além da fixação de aumentos reais, produtividade e pisos salariais, em livre negociação.
- **MP 1.539/94** e suas sucessivas reedições - regulamentam o direito à participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas, conforme preceitua o inciso XI do artigo 7º da CF/88. Ao regulamentar essa participação, o governo não estabeleceu

sua devida obrigatoriedade, deixando-a à mercê das partes. Em uma das reedições dessa MP, foi, também, introduzida uma nova matéria legalizando o funcionamento do comércio aos domingos com a justificativa da ampliação de postos de trabalho no setor.

- **Lei 8.949/94** - modifica o Artigo 442 da CLT, acrescentando-lhe um parágrafo para determinar a inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus cooperados e entre as empresas contratantes de serviços. Nesse caso, permite que empregados passem à categoria de associados, desobrigando a empresa e a cooperativa dos encargos trabalhistas e previdenciários. Esta lei, originalmente criada com fins bastante definidos (atender às necessidades próprias do MST), passa a ser utilizada como um artifício para que empresas transnacionais e nacionais terceirizassem suas atividades por meio da criação de falsas cooperativas desobrigadas legalmente de qualquer encargo social.

- **Lei 9.032/95** - equipara os valores do auxílio-doença comum aos do auxílio-doença acidentário, reduzindo o valor deste último em 50%. Esta lei induziu ao mascaramento das estatísticas nacionais sobre os acidentes de trabalho.

- **Decreto 2.100/96** - formalizou a desistência, por parte do governo brasileiro, da Convenção 158 da OIT. Esta definia limites ao empregador para dispensar trabalhadores. Impedia a dispensa sem motivos e permitia que essa ocorresse somente por razões comprovadamente econômicas ou técnicas e, ouvidas as representações dos trabalhadores (sindicatos).

Com isto, abriu-se caminho para a demissão imotivada, além de avançar nos objetivos de desregulamentação do artigo 7º (Capítulo II dos direitos sociais, inciso I da Constituição Federal), que protege o empregado contra despedidas arbitrárias ou sem justa causa, ressaltando, dentre outros direitos, a indenização obrigatória no caso desta se efetivar.

- **Portaria Ministerial 865**, de 19/12/95, do Ministério do Trabalho, relativa à inspeção feita pelos fiscais do trabalho. Atende a dois objetivos:

- a) impedir o fiscal do Ministério do Trabalho de autuar de imediato os empregadores que infringem obrigações trabalhistas, estabelecidas em convenções ou acordos coletivos de trabalho;
- b) permitir que negociações coletivas entre empregados e patrões tenham autonomia para reduzir direitos já fixados na legislação, tornando livre a prática do descumprimento da lei. Com esta portaria o Ministério do Trabalho abdica de sua atribuição de resguardar e fazer cumprir direitos conquistados pelos trabalhadores e consagrados na Constituição Federal.

- **Lei 9.300/96** - altera a Lei 5.889/93, retirando do trabalhador rural o direito de ter salário in natura (habitação, infra-estrutura, bens destinados à subsistência do trabalhador rural e outros), concedido pelo patrão e incorporado à indenização no ato da dispensa.

- **MP 1.415/96** - que é reeditada desde sua publicação, fixa normas para o cálculo do salário-mínimo, sem considerar os indicadores relacionados aos custos da reprodução da força de trabalho (moradia, alimentação, vestuário, educação, saúde, lazer, higiene, transporte e previdência), previstos na CF/88 (inciso IV, do Artigo 7º).

- **Lei 9.468/97** - institui o Plano de Demissão Voluntária (PDV) com a finalidade de reduzir os quadros de pessoal na administração pública. Tal medida, que foi seguida por estados e municípios, além de desarticular o mercado de trabalho, contribui para o desemprego, a insegurança e o empobrecimento dos trabalhadores.

- **Lei 9.491/97** - estabelece:

- a) a possibilidade de utilização dos recursos do FGTS para a privatização de estatais. Se optar por esta alternativa, o trabalhador transfere sua conta do FGTS para um Fundo Mútuo de Privatização de cuja gestão ele é excluído, ao mesmo tempo em que não dispõe de nenhum mecanismo de controle desse investimento;
- b) a alteração da multa de 40% do FGTS devida ao trabalhador dispensado sem justa causa. Esta deixa de ser paga no momento da homologação da rescisão

contratual, transferindo-se para data posterior, em uma agência da CEF. Assim, o que antes se fazia no âmbito do coletivo (sindicato) e no espaço público do Estado, passa a ser uma transação individual e privada e, se não bastasse o avanço do governo sobre os direitos do trabalhador, o Ministério do Trabalho edita a Portaria 60/99, criando a prerrogativa de o empregador pagar apenas uma parcela dos recursos devidos ao trabalhador. Tal prerrogativa decorre da dispensa da apresentação da documentação comprobatória dos reais valores a que o trabalhador faz jus.

- **Lei 9.504/97** – ao normatizar as eleições, estabelece em uma de suas cláusulas a liberdade do partido ou do candidato para contratar trabalhadores sem vínculo empregatício, abrindo o precedente para a supressão de direitos assegurados na legislação trabalhista.

- **Lei 9.525/97** - faculta a divisão do período destinado ao gozo de férias dos servidores públicos federais em até 3 vezes, com o seu consentimento. Até então, o gozo de férias podia ser dividido somente em 2 vezes, com a concordância do servidor. Esta flexibilização permite às chefias disporem do tempo destinado à recomposição das forças do trabalhador, mediante cooptação, pressão, constrangimento ou outros mecanismos.

- **Lei 9.601/98** - institui o contrato temporário de trabalho e reduz o percentual de contribuição do FGTS de 8% para 2%, estipulando que o trabalhador contratado sob esta forma não tenha direito a receber, em caso de demissão, nem os 40% de multa sobre o Fundo, nem o aviso prévio. Esta lei, de ampla abrangência, instituiu, a um só tempo, o contrato de trabalho temporário e, sob ele, a redução do percentual e da multa do FGTS; a supressão do aviso prévio, quando tratar-se de dispensa sem justa causa. Como o contrato temporário é feito apenas mediante negociação coletiva, cria-se uma situação conflituosa para os sindicatos. Sobretudo, para os que adotam uma perspectiva classista. De um lado, a pressão do trabalhador por emprego, mesmo que precário, por outro, a função intrínseca do sindicato em não transigir na defesa dos direitos dos trabalhadores.

MP 1.709-1/98 - no mesmo espírito da lei anterior, disciplina o regime de trabalho em tempo parcial, estabelecendo um máximo de 25 horas semanais com salário proporcional ao período integral. Modifica o parágrafo 2º do artigo 59 da CLT, relativo à obrigatoriedade do pagamento de horas-extra; anula este caráter compulsório, substituindo-o pelo mecanismo de compensação das horas-extra trabalhadas pelo “banco de horas”. Além disso, a referida lei que altera o artigo 443, parágrafo 2º da CLT, abriu a possibilidade para que a jornada de trabalho (44 horas semanais) pudesse ser computada anualmente. Este mecanismo faculta a distribuição das horas de trabalho de acordo com os interesses da empresa, sem que o tempo excedente às 44 horas semanais possa caracterizar hora-extra. A jornada suplementar poderá ser compensada pela jornada reduzida, no espaço de 1 ano. Se, neste prazo, não ocorrer a compensação, a jornada suplementar será convertida em hora-extra, dilatando, desse modo, o prazo para o seu pagamento.

A possibilidade de compensação de horas-extra e a ampliação do prazo para seu pagamento generalizou-se para todos os trabalhadores celetistas, mediante o instituto do “banco de horas”.

Em reedição, esta MP introduziu o desemprego temporário, caracterizado pela suspensão do contrato de trabalho por um período de 2 a 5 meses. Durante esse tempo, o trabalhador realizará curso de qualificação profissional, percebendo, não um salário, mas uma bolsa paga pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) no valor equivalente ao seguro-desemprego. E, para que o tempo de trabalho com fins de aposentadoria não sofra descontinuidade, o trabalhador deverá arcar integralmente com o pagamento da contribuição previdenciária. No caso de o trabalhador não ingressar no processo da qualificação ou dele desistir, extinguir-se-á seu contrato de trabalho.

- **Lei 9.608/98** - institui o serviço voluntário, como uma modalidade de vínculo não empregatício. Para caracterizar-se como “voluntário”, basta a assinatura de um termo de adesão no qual o trabalhador declara exercer uma atividade voluntária. Essa declaração

isenta a entidade beneficiária (dita sem fins lucrativos) dos encargos decorrentes de um vínculo empregatício.

Esta lei abre precedentes para a precarização do trabalho uma vez que pode viabilizar um serviço artificialmente voluntário tanto por parte da instituição promotora, que pode perfeitamente dissimular sua finalidade lucrativa, quanto por parte do “voluntário”, que pode se submeter a essas condições de trabalho pela mera falta de oportunidades num mercado cada vez mais comprimido.

- **Lei 9.958/00** - estipula a criação, nas empresas ou nos sindicatos, de comissões paritárias compostas de empregados e patrões para dirimir conflitos de natureza trabalhista.

Obrigatoriamente, o trabalhador deve passar por essa Comissão de Conciliação antes de recorrer à justiça do trabalho. Em caso de acordo entre as partes, o processo será enviado ao judiciário para homologação, ficando o trabalhador impedido de impetrar recursos judiciais uma vez que o ato tenha sido homologado. Esta lei transfere para essa Comissão funções, desempenhadas, legal e historicamente, pela justiça do trabalho. Além disso, funcionando como anteparo entre o trabalhador e a justiça, essa Comissão fere o direito constitucional do trabalhador apelar para o poder judiciário, quando sentir-se lesado ou ameaçado em seus direitos, conforme expresso no Artigo 5º, inciso XXXV da CF.

Medidas em Tramitação no Congresso Nacional

Todas essas reduções ou extinção de direitos, já aprovadas, não completam o processo de reforma previsto para a estabilização econômica e para o suposto combate ao desemprego. Ainda tramitam, no Congresso Nacional, dentre outras, as seguintes medidas:

- Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 96/92, relativa à reforma do judiciário, cujas diretrizes são ditadas pelo Banco Mundial com o objetivo de:

1 - dar segurança jurídica aos investimentos estrangeiros no país;

2 - concentrar o poder da justiça nas altas cortes, reduzindo o poder dos juízes concursados de 1ª instância - pois são estes que concedem liminares contra as privatizações e aumentos de pedágios e dão ganho de causa aos trabalhadores nas ações referentes aos passivos trabalhistas nas empresas privatizadas.

PL 4.303/98 - dispõe sobre a extensão dos contratos de trabalho terceirizado no meio rural, ampliando dispositivos da Lei 6.019/94, que estabelecia este tipo de contrato apenas no meio urbano. Esta ampliação para o campo é justificada pela “necessidade decorrente de variações estacionais de atividades agrárias”, propiciando a contratação de agências de emprego nos períodos em que a atividade agrícola demandar mão-de-obra em maior escala. Com isso, o comércio de bóias-fria, que antes era uma atividade clandestina, torna-se legalmente reconhecida. Para o trabalhador, essa formalização representa o consentimento legal à hiperexploração da sua força de trabalho. Além disso, o projeto prorroga a duração dos contratos de 6 (seis) para 9 (nove) meses; retira a exigência tanto do registro de sede (propiciando a figura do trabalho domiciliar autônomo) quanto do registro específico da empresa no Ministério do Trabalho. Torna mais flexível a contratação de empregados para as atividades-fins e, ainda, estende às empresas estrangeiras a possibilidade de atuarem como prestadoras de serviços.

PL 3003/97 - prevê a limitação das contribuições sindicais, extinguindo o imposto sindical e a taxa assistencial. Preserva a mensalidade dos sócios e institui a contribuição negocial (não compulsória), definida em assembléia, com a exigência de um quorum de 10% da categoria, com a possibilidade de participação de não sindicalizados. Para muitos sindicatos, essa medida provocará uma verdadeira asfixia financeira, podendo inviabilizar sua organização e funcionamento.

PEC 623/98 - altera o Art. 8º da Constituição Federal, transformando profundamente a legislação sindical em vigor e os instrumentos de negociação coletiva. Desta forma, o sistema de representação sindical sofreria as seguintes alterações:

a) a ruptura do princípio da unicidade sindical, abrindo a possibilidade para que mais de um sindicato possa se organizar em uma mesma base de representação;

- b) a limitação da representação coletiva e dos resultados das negociações apenas aos membros dos sindicatos; e
- c) a supressão da exigência de prévia autorização do Estado para o sindicato se organizar.

Sob a alegação de romper com a estrutura corporativista do sindicalismo brasileiro, o governo justifica as alterações contidas na PEC 623/98. Seria, entretanto, mais realista compreendê-la no contexto do desbaratamento das organizações sindicais, colocando-as na defensiva. Com esse mesmo objetivo, foi apresentado o PL 1.802/96, acrescentando dispositivos à Lei 7.783, que regulamenta a prática de greve dos trabalhadores com o objetivo de inviabilizar sua prática.

A CF/88 estabelece que a autonomia na definição de greve é prerrogativa dos trabalhadores. O PL proposto transfere essa prerrogativa para as entidades sindicais, criando-se, desse modo, a possibilidade de elas serem responsabilizadas judicialmente. Caso a greve seja julgada abusiva, a lei faculta aos tribunais do trabalho fixar multas diárias, ditas de "efeito pedagógico", pelo descumprimento da decisão que determina o retorno às atividades. O conceito de greve abusiva ainda não foi definido para o setor público, apenas para o privado e para as empresas estatais.

PL 113/00 - prevê a regionalização de valores do salário-mínimo por meio da institucionalização de pisos salariais, fixados pelos estados. A medida romperia com a prática do salário-mínimo de valor nacionalmente unificado, cristalizando, ainda mais, a concentração de renda, sobretudo, nos estados e regiões onde esta já é historicamente mais concentrada. As condições de reprodução da força de trabalho tornar-se-iam mais degradadas e a luta sindical mais fragmentada. Para o capital, a redução dos custos do trabalho significa maior garantia de acumulação.

Propostas ainda não enviadas ao Parlamento.

A última etapa da agenda da reforma trabalhista, amplamente anunciada pelo governo, tem como objetivo impor a livre negociação, pondo fim a toda proteção legal dos trabalhadores brasileiros, conquistada ao longo de décadas de luta. Convém ter presente que a supressão do artigo 7º da Constituição Federal (com seus 34 incisos, explicitando os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais) tornaria a CLT sem validade, transferindo toda e qualquer reivindicação trabalhista para o âmbito da negociação, mediante acordos ou convenções coletivas, propiciando a relação direta entre a empresa e seus empregados. Com a ausência de qualquer obstáculo legal, estão estabelecidas as condições plenas para a redução dos custos do trabalho e ampliação dos níveis de acumulação.

PEC que pretende alterar o art. 179 da CF, dispensando às micro-empresas e às de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivar seu crescimento pela simplificação, eliminação ou redução das suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias por meio de lei. A alteração proposta conduz à flexibilização e precarização do trabalho uma vez que isenta as empresas do pagamento dos direitos trabalhistas.

Precarização das relações de trabalho no serviço público

A reforma das relações de trabalho avança, também, sobre o funcionalismo público federal, subordinado ao Regime Jurídico Único (RJU). As Emendas Constitucionais 19 e 20 expurgaram da Constituição de 88 direitos relativos à isonomia, à unicidade do regime jurídico no serviço público e à previdência social. Dessas emendas, originou-se a Lei 9.962/00, que cria o emprego público para admissão de pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional, sob o regime da CLT (Decreto-Lei 5.452, de 01/05/1943).

Fica, assim, estabelecida a contratação de novos servidores pelo Regime da CLT, observados a inexistência da estabilidade e o deslocamento da aposentadoria para o Regime Geral da Previdência, limitada a um teto de 10 salários-referência, como se sabe, inferior ao mínimo.

Como o RJU não foi extinto, as contratações no serviço público passam a ser regidas pelo RJU e pela CLT. Só as "atividades típicas de Estado" é que serão vinculadas ao RJU e as demais ficarão no âmbito da CLT. Neste regime, os servidores terão apenas uma relação contratual, em vez de uma relação institucional com os órgãos nos quais trabalham. Desse modo, os ingressantes não ocuparão cargos públicos, mas "empregos públicos" sob regime contratual privado. Verifica-se uma tendência para que estados, o Distrito Federal e municípios adotem

para seus servidores, no âmbito da sua competência, o mesmo regime de trabalho estabelecido pela União. O governo oferece como fundamento jurídico desse regime de contratação, a CLT. Mas, que CLT, se o governo tem como meta inarredável a substituição da lei pelo negociado?

TR - 38

Considerando:

1 – que as alterações introduzidas pelo governo FHC na legislação trabalhista, com o propósito perverso de maximizar os mecanismos de exploração do trabalhador, retiram-lhe as já precárias proteções contra os interesses do capital; e

2 - que a flexibilização e a precarização do trabalho não se restringem à iniciativa privada, mas atingem, com sérios prejuízos, os servidores federais, na medida em que a proposta de Emprego Público submete-os ao regime celetista, o 20º Congresso do ANDES-SN delibera:

- a) que a AJN realize pesquisa sobre o processo de desconstitucionalização dos direitos dos trabalhadores com o objetivo de subsidiar o MD em suas discussões.
- b) que o ANDES-SN, por intermédio dos GT Carreira e Política e Formação Sindical, articule ações concretas de denúncia e sensibilização contra a desconstitucionalização dos direitos do trabalhador, no âmbito do MD;
- c) que o ANDES-SN promova, por intermédio dos GT Carreira e Política e Formação Sindical, um seminário temático com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a flexibilização e precarização das relações de trabalho decorrentes da desconstitucionalização dos direitos trabalhistas;
- d) que as Secretarias Regionais, também, promovam seminários temáticos, nos mesmos moldes do seminário nacional;
- e) que a DN organize uma agenda de ações conjuntas com as demais entidades sindicais, visando ao enfrentamento do processo de desconstitucionalização dos direitos do trabalhador; e
- f) que todo esse material seja publicado em Caderno ANDES especial sobre o tema.

TEXTO 39

Diretoria do ANDES-SN

SEGURIDADE SOCIAL – ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO APOIO

Cumprindo deliberação dos nossos dois últimos eventos nacionais (41º CONAD e o 19º Congresso) o ANDES SN realizou de 12 a 14 de janeiro de 2001, em Uberlândia, sediado pela ADUFU S.SIND, o VII Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria.

A temática do mesmo expresso pela na chamada do evento: “Futuro da Aposentadoria: uma Reflexão e Luta do Presente”, contemplou a análise dos seguintes subtemas: A deterioração dos direitos de aposentadoria no contexto do desenvolvimento capitalista; As reformas administrativas e da previdência no juste do Estado brasileiro às políticas neoliberais; A privatização da previdência social pública e a instituição da previdência complementar; a lei de responsabilidade fiscal e as políticas sociais; a flexibilização das relações trabalhistas: reflexos no sistema previdenciário e no trabalho docente e a construção de um novo marco na luta pela seguridade social – o resgate de valores societários.

As discussões realizadas, fundamentadas na farta documentação disponibilizada aos participantes, bem como pelos subsídios apresentados pelos palestrantes convidados, entre os quais parlamentares, especialistas, técnicos, sindicalistas e militantes do movimento docente, ao final do evento aprovou as seguintes conclusões e encaminhamentos:

“CONCLUSÕES/ENCAMINHAMENTOS

O VII ENCONTRO NACIONAL SOBRE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA DO ANDES-SN expressa seu mais veemente protesto contra o desmonte da Previdência Social Pública, que vem sendo implementada pelo governo neoliberal de FHC. Denuncia a crescente desresponsabilização do Estado em relação às questões sociais e os sucessivos ataques aos direitos dos trabalhadores conquistados ao longo de uma história de luta.

Acusa o governo FHC e as elites econômicas que lhe dão sustentação de produzir o crescente endividamento externo do país, mote para uma sangria e vampiragem a que submete a nação num evidente processo de subserviência aos interesses do capital internacional.

Responsabiliza-os, também, pela privatização da seguridade social brasileira, entregando a saúde, a previdência e a assistência social, à ganância do mercado, rompendo com os postulados constitucionais que a definiram como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Expressa sua disposição de lutar contra tão vil ataque à classe trabalhadora, não admitindo que os servidores públicos, em especial os aposentados, sejam apresentados à opinião pública como responsáveis pelas mazelas que hoje afetam o país.

Neste sentido, denunciam e refutam as tentativas de:

Implantar o regime de emprego público, da previdência complementar, instituir a cobrança previdenciária dos aposentados (PEC 136) e manter uma política de arrocho salarial.

Aprova também os seguintes encaminhamentos, recomendações e moções:

O VII ENCONTRO NACIONAL SOBRE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA DO ANDES-SN:

- 1) manifesta-se contrário à previdência complementar, por estar constituir-se no principal mecanismo utilizado pelo governo FHC para avançar no desmonte e minimização da previdência social pública, forçando o processo de privatização, em benefício dos grandes grupos financeiros e seguradoras nacionais e internacionais;
- 2) posiciona-se contra os PLC 01/00, PL 09/00 e PLC 63/99 em tramitação no Congresso, que regulamentam, na perspectiva governamental, esta matéria;
- 3) posiciona-se contra a implantação do regime de emprego público, na medida em que este constitui-se em mecanismo de flexibilização dos princípios que devem reger a vida funcional do servidor público (estabilidade, seleção por concurso, impessoalidade, moralidade...), determinando a extinção do atual regime previdenciário do servidor público, abrindo o mercado para a previdência complementar e vinculando os novos trabalhadores ao regime geral da previdência em processo de minimização;
- 4) posiciona-se pela revogação da lei de responsabilidade fiscal, entendendo tratar-se de um mecanismo de perpetuação e comprometimento das administrações com as políticas de caráter neoliberal, inviabilizando os investimentos sociais para garantia do pagamento da dívida externa;
- 5) manifesta-se em repúdio à atitude do MEC pelo tratamento discriminatório dispensado aos professores do 1º e 2º graus, no que respeita à questão da GID;
- 6) propõe, na perspectiva de resgatar a luta em defesa da seguridade social e de preservar a integralidade do conceito com suas importantes implicações para a defesa da cidadania, que a Frente Parlamentar de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Previdência Social Pública transforme-se em FP de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Seguridade Social;
- 7) posiciona-se pela reativação em caráter urgente, do Conselho Nacional de Seguridade Social, extinto pelas medidas provisórias nº 1729 e 1799, por considerar que isto constitui uma forma de quebrar a integralidade do conceito de seguridade social, operacionalizando o trato isolado das questões da saúde, previdência e assistência social;
- 8) indica que à oportunidade do Fórum Social Mundial, o ANDES-SN proponha a realização, no dia 25 de Julho (dia do aposentado na América Latina) de uma manifestação internacional de denúncia aos ataques que o neoliberalismo desencadeia

contra esse segmento dos trabalhadores, tomando como referência a realização, em Madri, em 22/23 de maio de 2002, da Assembléia Mundial do envelhecimento digno;

9) propõe a realização de um diagnóstico da situação da Universidade Brasileira, envolvendo todos seus setores e atividades, apontando deficiências e dificuldades, inclusive aquelas relacionadas às questões da seguridade social. Indicar uma comissão para estruturar esse estudo, nacionalmente, podendo, se necessário, indicar uma situação de "Fechada para Balanço" para simbolizar o início de execução desse diagnóstico;

10) reafirma a posição contrária à constituição de Sindicato de Aposentados e de Associações de Docentes Aposentados, que se constituem em formas de desarticulação do trabalho político desenvolvido pelo sindicato.

11) indica às Seções Sindicais a realização de:

a) Seminário, com o título. Prepare-se para a Aposentadoria, cujo objetivo deve ser o de analisar com docentes da ativa e aposentados as questões de Aposentadoria. A pauta do seminário deverá ser formulada pelos GTSS/Aposentadoria de cada ADs.

b) Pesquisa sobre o imaginário do docente da ativa sobre o ser aposentado.

12) manifesta-se pela retomada da pesquisa sobre o perfil do docente (ativo e aposentado) da Universidade de Brasileira.

13) indica que as AD's S. Sind, articuladamente a outras entidades sob a coordenação das CUT's Estaduais, marquem, com mobilizações, atos e outras formas de manifestação a passagem do Dia do Aposentado (24/01), denunciando para a sociedade o ataque que o governo de FHC desencadeia contra a previdência social pública;

14) indica que as Seções Sindicais dentro da especificidade de suas organizações, dêem ênfase ao trato de assuntos de aposentadoria, articulando, interna e externamente, a luta do conjunto da categoria em relação a essa temática;

15) encaminha, na ocasião oportuna, ao Congresso do ANDES SN, proposta no sentido de ser alterada, no estatuto, a forma da alínea "e", art. 32, inciso V, parágrafo 3º - "e) encarregado de assuntos de docentes aposentados", para "e) encarregado para assuntos de aposentadoria";

16) demanda ao GTCA discussão sobre as alterações necessárias na Política de comunicação Social, por meio de instrumentos próprios do MD, ou de iniciativas conjuntas com outras entidades do movimento popular, com o objetivo central de instrumentar o nosso sindicato para o enfrentamento político e ideológico do confronto das ações e políticas neoliberais;

17) alertar o GTCT sobre a necessidade de colocar na pauta do MD as questões relacionadas à biopirataria e à entrega do patrimônio, representado pela biodiversidade da flora/fauna brasileiras, à exploração das multinacionais da área químico-farmacêutica como: 1) Bioamazônia/Novartis Pharma (Suíça); 2) Extracto e Glaxo Wellcom; 3) IBAMA e Cognis, entre outros;

18) reafirma a garantia expressa na última reunião do GTSS (2 e 3/12/2000) no sentido de que se publique uma edição especial do Informandes voltado para as questões da seguridade social, que hoje constituem-se em centralidade na pauta política do sindicato.

RECOMENDAÇÕES

Considerando que estão em preparação o I Encontro Nacional do idoso brasileiro e o I Encontro do idoso dos países do Mercosul, ambos a realizarem-se no ano de 2002, recomenda-se às Seções Sindicais, que busquem informar-se sobre as articulações que localmente vêm sendo feitas em relação à preparação dos mesmos, analisando a conveniência de integrarem-se a esses movimentos, respeitadas as posições políticas e as conseqüências buscadas pelo ANDES-SN na defesa dos direitos sociais dos aposentados.

O VII Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN sugere que a Comissão organizadora do 20º Congresso do ANDES-SN, marcando os 20 anos de existência do sindicato e de suas lutas, analise a possibilidade de realizar uma exposição pública que dê visibilidade a suas realizações, expressas por meio da produção coletiva ou individual da sua

militância. Tal mostra deve contemplar a exposição de realizações políticas, artísticas, culturais ou científicas que tenham relevância para o papel que deve orientar a ação sindical do ANDES-SN.

MOÇÃO

Os participantes do VII Encontro Nacional Sobre Assuntos de aposentadoria, realizado de 12 a 14 de janeiro de 2001, na Universidade Federal de Uberlândia, em promoção do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, sediado pela ADUFU-Seção Sindical considerando:

- a indignação da cidadania com os desvios, os desperdícios, ou simplesmente o roubo dos recursos públicos;
- o aumento das denúncias e dos indícios de corrupção nos escalões administrativos do governo federal;
- a ousada tentativa do Poder Executivo, no sentido de intimidar e silenciar o Ministério Público e o Poder Judiciário, que têm a atribuição de combater e punir a corrupção e improbidade administrativa;
- o uso recorrente e autoritário de medidas provisórias para legislar indiscriminada e abusivamente

dirigem-se à sociedade brasileira com o objetivo de denunciar essas práticas lesivas aos direitos políticos e sociais da maioria da população, solicitando ao Congresso Nacional a urgente retomada da votação da lei que limita o abuso ao recurso da medida provisória pelo governo federal.”

Posteriormente, a Reunião do Setor das Federais em reunião realizada em Porto Alegre, por ocasião do Fórum Social Mundial, apreciou e referendou esses encaminhamentos, a moção e as recomendações.

A Diretoria entendeu que, pela relevância dessas contribuições, cabe submetê-las a apreciação do 20º Congresso do ANDES SN.

TR - 39

- O 20º Congresso do ANDES SN aprova as conclusões, encaminhamentos, moção e recomendações resultantes do VII Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria.

TEXTO 40

TEMA I

Contribuição dos Professores Márcio Antônio de Oliveira e André Silva Martins - Sindicalizados da APESJF-SSIND:

Política Sindical

ANDES-SN: DUAS DÉCADAS DE LUTAS SINDICAIS

TEXTO APOIO

ANDES-Sindical

Em 1981, a ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior era criada. A legislação vigente, da época do getulismo, impedia sua constituição como sindicato. Aos servidores públicos, entre os quais se incluíam os das Instituições de Ensino Superior, era vedada a organização nessa forma jurídica. A caracterização desta nova entidade se faria, no Congresso de fundação, em Campinas, em 1981, como sendo *“uma Associação Nacional, autônoma em relação ao Estado e às administrações universitárias, sem caráter político-partidário, para expressar as reivindicações e as lutas dos professores nos planos econômico,*

*social, cultural e político, tanto em campanhas trabalhistas, como na defesa de uma política educacional que atenda às necessidades populares.*³⁶

Suas características, no entanto, já se apresentavam como sendo sindicais e, claramente, de um novo sindicalismo: organização por local de trabalho, liberdade sindical, organização e sustentação pela base, autonomia em relação ao patronato e ao Estado. Ainda, como princípio básico o compromisso com a sociedade e com os trabalhadores e com a defesa da educação pública e gratuita. Portanto, uma organização para além do corporativismo e do economicismo. A nova organização ousou e praticou uma nova forma de relação entre direção e base, adotando eleições diretas.³⁷

Em 1988, por deliberação do Congresso Extraordinário do Rio de Janeiro, foi criado o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, em cujas origens, ainda como ANDES, foram lançadas as bases de sua sustentação. *"A ANDES-SN foi um dos sindicatos que implementou o que era proposto pela CUT em 1983. Implantamos a organização por local de trabalho - as ADs; criamos as regionais, o que possibilitaria a articulação das ADs no âmbito da região e estamos organizados num Sindicato Nacional o que viabiliza a organização da categoria em nível nacional e, sobretudo, a articulação com as demais categorias de trabalhadores.*"³⁸

Sobre a organização do Sindicato, o texto da Diretoria completava: *"É importante destacar a forma de funcionamento do Sindicato como um todo, que rompe com a estrutura verticalizada e viabiliza a participação das bases. As direções no âmbito nacional e local têm caráter executivo. As instâncias de decisões no âmbito local são o Conselho de Representantes e a Assembléia Geral; em âmbito nacional são o CONAD (Conselho Nacional da ANDES-SN) e o Congresso. Sendo assim, as direções executam as decisões que são adotadas pelo conjunto da categoria"*³⁹

As relações com a CUT

O movimento do novo sindicalismo que levou à criação da CUT, contou desde o início com a participação da ANDES. *"Mas, a CUT não era uma unanimidade. Nos encontros intersindicais que precederam a criação da CUT – em especial na Conclat de 1981 e na Comissão Pró-CUT que aquele encontro elegeu – ficou nítida a divisão entre dois blocos de sindicalistas que se apresentavam como oposição à ditadura militar. De um lado, a "unidade sindical", constituída pelos sindicalistas identificados com o PCB, e da qual se aproximavam os militantes do PC do B e do MR8, que defendiam um processo de articulação intersindical a partir da estrutura sindical oficial e entendiam que as reivindicações e lutas sindicais eram secundárias face à necessidade de garantir-se a transição democrática. De outro, os militantes ligados às direções sindicais "autênticas", aliados às Oposições Sindicais, que defendiam a construção da CUT "pela base". Diante dos impasses colocados no interior da Comissão Pró-CUT, o segundo grupo convocou o Conclat de 1983, em S. Bernardo do Campo, que acabou por fundar a Central"*⁴⁰

Na ANDES, a discussão era mais complexa. *"O debate que se fazia no interior do movimento docente mesclava a polêmica em torno das concepções políticas e sindicais que marcaram a construção das centrais, com uma discussão mais específica sobre as particularidades dos professores universitários e as especificidades de seu ativismo. Distinguiam-se, por isso mesmo, os grupos atuantes no interior da ANDES tanto pela sua identificação político-partidária/sindical, quanto pela discussão sobre se a Associação deveria pautar-se por uma **postura mais** propriamente sindical ou manter-se como organização "para-acadêmica", voltada para a discussão exclusivamente das políticas educacionais e científico/tecnológicas"*⁴¹

³⁶ Segundo Osvaldo de Oliveira Maciel. "Trabalhando a luta, construindo (a) História (I)". In *Universidade e Sociedade*. N.º 1. Brasília, fev. de 1991, p. 75.

³⁷ A primeira a direção foi eleita no Congresso de Campinas, passando as eleições subsequentes a partir de 1982, por definição do 1º Congresso da Andes, em Florianópolis, a serem diretas e em nível nacional.

³⁸ Caderno de Textos, Apenso ao Relatório do XV Congresso, p. 155, Santa Maria, 1986.

³⁹ Idem, p. 155.

⁴⁰ Texto apresentado por Marcelo Badaró e outros no Caderno de Texto, Apenso ao Relatório do XIX Congresso, p. 262, Juiz de Fora, 2000.

⁴¹ Idem, p. 262.

A ANDES, a despeito de ter sempre em suas pautas de discussão o movimento sindical e sua relação com o conjunto dos trabalhadores, permaneceu na posição intransigente de unidade concreta dos trabalhadores, adotou posição de não filiação, naquele momento, nem à CUT nem à Conclat/CGT, e aprovou manter-se como "observadora" nas articulações existentes no movimento sindical⁴², posições construídas no IV Congresso, Vitória, 1985. Esse era o reflexo da divisão interna na Andes a respeito. A inflexão sobre o tema ocorreu nas eleições de 1986 marcando claramente o perfil das duas chapas concorrentes, com a vitória da Chapa 1, Andes-Autônoma e Democrática e que favorecia uma opção sindical para a entidade. O aprofundamento da cisão na Conclat/CGT e a ocupação crescente de espaço pelo "sindicalismo de resultados", representado pela Força Sindical, fez ampliar-se a necessidade de definição.

O VII Congresso, Juiz de Fora, 1988, aprovou o indicativo de discussão nas bases da filiação à CUT. A definição não ocorreu nesse Congresso porque não havia deliberação das Assembléias Gerais. Em 1989, no Congresso de São Paulo, então já transformada em ANDES-SN, foi aprovada a filiação à CUT.

A partir da filiação, o Sindicato Nacional passou a integrar-se às atividades da Central nessa condição e pagando as contribuições tendo como referência as mensalidades dos associados que eram repassadas pelas ADs/Seções Sindicais ao Caixa Nacional. Com a implantação do percentual de 0.2% para o Caixa Nacional, era sobre essa montante que a Diretoria Nacional fazia o repasse para a CUT. Para efeito de participação efetiva nos Congressos e Plenárias, no entanto, era necessário que fosse feita a contribuição à CUT pelas ADs/Seções Sindicais em relação às contribuições dos sindicalizados pertencentes às mesmas. Organizada pela base, a partir dos locais de trabalho, a competência para essa deliberação cabia à Assembléia Geral, instância máxima da entidade local. Em conclusão, todo sindicalizado da ANDES-SN contribuía para a CUT através do Caixa Nacional, mas para ter o direito de participar nos fóruns da Central com delegação dependia da sua AD/Seção Sindical fazer a contribuição à CUT.

Com a mudança da sistemática de contribuição pela 7ª Plenária (1995), que vigorou a partir de 1996, a CUT queria considerar como inadimplentes as ADS/Seções sindicais, e eram muitas, que não contribuía. O acordo firmado entre o Sindicato e a CUT foi referendado pelo XVI Congresso, João Pessoa, 1997. Esse acordo previa que as ADs/Seções Sindicais que já contribuía anteriormente e estivessem em atraso com a CUT, eram consideradas inadimplentes e deveriam fazer o acerto. Aquelas que nunca contribuía para a CUT seriam consideradas quites a partir do momento em que fizessem a contribuição. Esse acordo previa que as contribuições das ADs/Seções Sindicais seriam encaminhadas à ANDES-SN que faria o repasse à CUT mensalmente. No entanto, o mesmo Relatório desse Congresso, em uma de suas deliberações, apontava a preocupação com a integração das ADs/Seções à CUT. *"Evitar esforços para que as Seções Sindicais regularizem a contribuição financeira junto à CUT, obedecendo aos prazos para fortalecer a intervenção na CUT e ampliar nossa participação no Congresso do DNTE e no VI CONCUR, levando em consideração que a inadimplência em relação à CUT, torna vulnerável a relação da ANDES-SN com a Central e significa o não encaminhamento da deliberação congressual"*⁴³

CUT - Organização da Estrutura Vertical⁴⁴

Fundada em 1983, a CUT representou um novo patamar de organização do movimento sindical, propondo a superação das formas organizativas herdadas da era Vargas. O IIº CONCUR, realizado em 1986, foi um momento de afirmação e de aprofundamento das propostas que deram origem à CUT. Foi reafirmada a necessidade de destruição da estrutura sindical fascista e a necessidade de construção de um sindicalismo classista, livre e autônomo frente ao Estado e discutida a organização de uma estrutura vertical que superava a velha estrutura corporativa, através da proposta de criação dos Departamentos por ramos de atividades. Estava posta a possibilidade de romper com a organização corporativa a partir das categorias viabilizando a articulação ao nível dos ramos de atividade, tornando possível uma compreensão da classe social. Com esses objetivos, foram organizados os Departamentos da CUT, inclusive o DNTE.

⁴² A ANDES e a questão Sindical, Cadernos ANDES nº 5, p. 40, Juiz de Fora, 1987.

⁴³ Relatório do XVI Congresso, p. 78, João Pessoa, 1997.

⁴⁴ Texto apresentado no Caderno de Texto do XVIII Congresso por Márcio Antônio de Oliveira, por solicitação do GTPFS, p.40, Fortaleza, 1999.

Já a partir do IIIº CONCUT (1988), houve mudanças. Esse Congresso restringiu a ação dirigente da CUT aos Sindicatos filiados, no lugar do conjunto dos trabalhadores brasileiros como previsto na concepção original. O IVº CONCUT (1991) delegou a mudança da Estrutura Vertical para a 5ª Plenária (1992). Esta optou pela transformação da estrutura oficial e não pela construção de uma estrutura paralela, desde o sindicato de base. Se a Central, na sua origem, propusera o rompimento com a estrutura oficial, a 5ª Plenária aprovou a transformação de sua estrutura, com a substituição dos Departamentos (estaduais e nacionais) pelas Federações (em nível estadual e interestaduais) e Confederações (em nível nacional), definição completada na 6ª Plenária(1993). Ainda que fosse apresentada como estratégia, esta alteração não deixou de significar um processo de readequação às velhas estruturas.

O V.º CONCUT (1994) deliberou sobre questões importantes, em relação à organização sindical: o fim da unicidade sindical, o rompimento com o imposto sindical e a questão da Liberdade de organização. Mas, na 7ª Plenária(1995) foram tomadas várias decisões com graves implicações *"fundamentalmente na democracia interna da Central e para a sua intervenção na conjuntura. Essas resoluções, embora tenham sido votadas e aprovadas por uma clara maioria, não foram alvo de um debate aprofundado e consciente na base da CUT"*.⁴⁵

Essa referência diz respeito à aprovação nessa Plenária do Sindicato Orgânico e da nova sistemática, centralizada, de cobrança das mensalidades. O Sindicato Orgânico rejeitado amplamente não foi implementado e aparece atualmente sob nova roupagem como "sindicato nacional", apresentando os mesmos inconvenientes. A centralização das finanças implantada com a nova sistemática, de forma mais imediata, pressionou a transformação da estrutura vertical da CUT com a criação das Federações e Confederações cutistas, o que trará como consequência um quadro de dificuldades e levará à inoperância o DNTE, o único Departamento da CUT a não se transformar em Confederação.

Organização e funcionamento do DNTE⁴⁶

O DNTE organizou-se a partir de 1989, portanto, bem próximo das mudanças que seriam realizadas na Estrutura Vertical da Central, a partir do 4º CONCUT (1991) e da 5ª Plenária (1992). A questão central posta para o II Congresso do DNTE, realizado em Brasília, em 1993, era a sua continuidade ou a sua transformação em Confederação da CUT.

O II Congresso deliberou a sua permanência e, após fazer um balanço dos primeiros anos do DNTE, optou por uma estrutura mais flexível que, de fato, pudesse coordenar os trabalhos, daí surgindo a proposta de estrutura do DNTE, que vigorou a partir de 1993.

"Proposta de Estrutura para o DNTE⁴⁷

É inegável que as entidades nacionais, em face da sua organização e atuação, têm se constituído num espaço mais efetivo na condução das suas lutas políticas e negociações. O Departamento, por não possuir esta prática e destituído do poder político necessário a uma dinâmica mais ágil, não tem conseguido estruturar-se para os embates que são colocados.

No I Congresso do DNTE, embora se tenha considerado que em função das enormes diferenças nas estruturas das entidades que o compõem, há também diferenciações internas em cada uma delas.

O caráter do Departamento foi definido como de articulação entre os vários setores da educação, para fortalecer as entidades nacionais, estaduais e municipais, procurando a superação das diferenças, unificando a luta em torno das questões salariais, das condições de trabalho e das questões educacionais e da defesa da escola pública gratuita e de qualidade.

Para que estes objetivos fossem atendidos considerou-se que era necessário dar um saldo de qualidade em termos de estrutura nacional e estaduais, além de estabelecer um plano de lutas.

No entanto, a estrutura e o plano de lutas aprovados pelo I Congresso não deram conta de uma unificação do setor. Assim, é fundamental que se trabalhe neste Congresso com uma proposta de estrutura mais flexível que, de fato, possa coordenar os trabalhos. é fundamental

⁴⁵ Caderno de Texto, Apenso ao Relatório do XV Congresso, p. 154, Santa Maria, 1996.

⁴⁶ Texto apresentado no Caderno de Texto do XVIII Congresso por Márcio Antônio de Oliveira, por solicitação do GTPFS, p. 40, Fortaleza, 1999.

⁴⁷ Balanço do DNTE apresentado no II Congresso do DNTE, p. 3 a 5, Brasília, 1993.

também a definição de alguns pontos de luta de caráter unitário e unificador, cuja discussão e implementação promovam a efetiva integração dos trabalhadores em educação.

Respeitadas as diferenças, os interesses específicos e as diferentes dinâmicas, é possível trabalhar estes pontos, desde que eles efetivamente mobilizem as bases dos diferentes setores.

Diante das considerações acima, o II Congresso delibera:

A - *Direção Executiva - Caráter de Coordenação - Composta por 13 membros, garantindo-se a participação de todas as entidades nacionais conforme o tamanho da base de cada uma: CNTE 5, CONTEE 3, ANDES-SN 2, FASUBRA 2, SINASEFE 1. Se a ANDEF comprovar ter estado quite com a CUT Nacional até 30 de junho de 1993, terá direito a 1 membro no Departamento o que amplia para um total de 14 membros.*

B – *Delegados do DNTE à 6ª Plenária Nacional da CUT:*

Quanto à eleição dos delegados do DNTE à 6ª Plenária da CUT, utilizou-se o critério de se observar o número de filiados de cada entidade nacional. No interior das entidades nacionais, a escolha deve obedecer a correlação de forças existentes. Os 18 (dezoito) delegados a que tem direito o DNTE ficaram assim distribuídos: CNTE – 12 delegados e 4 suplentes; CONTEE – 3 delegados e 1 suplente; FASUBRA – 2 delegados e 1 suplente; ANDES-SN – 1 delegado e 1 suplente.

C – *Representação do DNTE na Direção Nacional da CUT*

Foram indicados para representar o DNTE na Direção Nacional da CUT, por ocasião da 6ª Plenária, 5 companheiros assim distribuídos: CNTE – 2 representantes; CONTEE – 1 representante; FASUBRA – 1 representante; ANDES – 1 representante; O primeiro suplente será indicado pela CNTE (Democracia e Luta). Observações: os representantes do DNTE indicados para a Direção Nacional da CUT, não o são de forma permanente, conforme estatuto da Central. As entidades deverão indicar seus representantes na Coordenação, neste Congresso do DNTE respeitada a proporcionalidade dos seus respectivos congressos, onde existir. Os congressos subseqüentes das entidades nacionais poderão referendar ou substituir seus representantes. As entidades nacionais indicarão representantes suplentes para suprir eventuais ausências dos titulares. Dentre os coordenadores serão escolhidos 1 coordenador geral e 1 de finanças. As diversas funções necessárias para a organização do DNTE e desenvolvimento de suas campanhas serão divididas entre os coordenadores na Direção Executiva, conforme o Regimento.

D – *Plenária Nacional: Propõe-se que esta se reúna ordinariamente uma vez por ano. Os congressos ou fóruns de base deverão conter em seus temários pontos comuns referentes à pauta da Plenária do DNTE.*

Participam como delegados na Plenária Nacional: a Direção Executiva, como delegados natos; delegados das entidades nacionais filiadas eleitos em seus congressos, ou instância deliberativa imediatamente inferior, quando da não realização de Congresso, ou na forma em que cada uma delas decidir, na proporção de 1 delegado para cada 6 mil filiado; 1 delegado de cada DEFE; garante-se a representação mínima de 1 delegado por entidade nacional cutista com base menos que 6.000 filiados.

E – *Mantêm-se as orientações estatutárias para os congressos do departamento.*⁴⁸

De 1993 a 1996, o DNTE apresentou-se de forma mais contundente e expressiva, a demonstrar que as mudanças tinham produzido melhores resultados: a criação de infraestrutura de funcionamento do DNTE, com sede e aparelhagem de funcionamento; a Campanha Nacional em defesa da Escola Pública (1995), com cartazes e o lançamento e distribuição de excelente cartilha que até hoje é referência, "Escola e Criança – Feitos um para o outro"; participação no Fórum em Defesa da Educação Pública na luta pela LDB e pelo Plano Nacional de Educação; participação na preparação e auxílio financeiro para a realização do I e do II Congresso Nacional de Educação (1996 e 1997), participação em atividades no Cone Sul/CEA, inclusive no Seminário Internacional da Educação do Cone Sul organizado pelo Departamento; participação da Coordenação nas atividades da CUT e de suas instâncias

⁴⁸ A opção pela transcrição integral dessa parte deve-se ao fato de que o documento "Balanço do DNTE" é pouco conhecido.

(Direção Nacional, Plenárias e Congressos); interação com outros ramos da CUT e mediação e conflitos entre entidades da educação.

As dificuldades enfrentadas pelo DNTE a partir de 1996⁴⁹

Já em curso a deliberação da 5ª Plenária pela transformação dos Departamentos em confederações, o DNTE insistia em não se transformar, por deliberação da maioria das entidades da educação. As dificuldades financeiras, já que a decisão da 7ª Plenária, de aumento e centralização das contribuições, não previra recursos para o Departamento, acabaram por asfixiar o DNTE.

Qualquer deliberação a respeito exigia a realização do III Congresso. Marcado para o final de 1995, foi adiado por mais de uma vez, a pedido da Direção Nacional da CUT. O motivo é amplamente conhecido: a disputa de representação das entidades da educação no Congresso. Mais precisamente, a CNTE que tem a maior base, não reconhecia as Seções Sindicais da ANDES-SN como entidades de base, exigindo que os delegados do Sindicato fossem eleitos na proporção do total nacional de sindicalizados. Em 1998, a questão foi levada à consideração da Executiva da CUT e se mantém em banho-maria, sem que haja, até agora, indicativo de intervenção da Executiva, minimamente interpretando o Estatuto da Central, no caso da indicação dos delegados para o Congresso do DNTE. Deve ser lembrado que as Seções Sindicais do nosso Sindicato são consideradas como entidades de base e assim se fazem representar nos Congressos e Plenárias da CUT. Por que não poderiam sê-las para os eventos do DNTE?

O Sindicato e a crise do DNTE

A crise do DNTE vem sendo acompanhada sistematicamente pelos Congressos do nosso Sindicato. Em Santa Maria, 1996, posicionamo-nos contrariamente à forma centralizada de cobrança das contribuições e expressávamos nossa preocupação quanto à sustentação financeira do DNTE; também, criticamos duramente o sindicato orgânico. Em João Pessoa, 1997, reafirmamos nossa posição contrária ao sindicato orgânico, reafirmamos nosso apoio ao DNTE *"entendendo-se, no entanto, que no processo em busca de uma alternativa para a organização dos trabalhadores na Educação, a atuação da ANDES-SN será fundamentada pelos seguintes eixos: a) o ramo de atividade da educação deve fazer parte da estrutura organizativa da CUT; b) resguardar os princípios da concepção e estrutura sindical defendidas pela ANDES-SN."*⁵⁰ Em Fortaleza, 1999, foram referendadas as posições anteriores, ficando o DNTE como uma articulação de entidades. Em Juiz de Fora, 2000, voltamos a reafirmar nossa posição pela realização do Congresso do DNTE ainda no ano em curso.

As decisões têm sido contundentes, mas não operacionalizadas. Em primeiro lugar, a força de pressão do Sindicato pode estar fragilizada nessa questão. Decorridos quase doze anos de filiação à CUT, ainda temos menos da metade das ADs/Seções Sindicais em dia com a CUT. Dados da Tesouraria da ANDES-SN indicam que, em dezembro de 2000, de 92 ADs/Seções Sindicais, apenas 41 contribuía regularmente. Isto significa que a maior parte das ADs/Seções sindicais não está priorizando a participação plena na CUT. Portanto, sem articulação nas CUTs Estaduais, nas Plenárias e nos Congressos da CUT. Se a nossa base numérica está muito abaixo da CNTE, da CONTEE e da FASUBRA-Sindical, a representação efetiva se reduz ainda mais com essa atitude das ADs/Seções Sindicais.

Outro enfoque deve ser considerado. Temos uma articulação privilegiada com as entidades sindicais da educação, através do Fórum em Defesa da Escola Pública. Porém, esse fórum agrega também outros tipos de entidades, as chamadas entidades científicas. Não é portanto um fórum de caráter sindical. A sua existência, cuja importância é amplamente reconhecida pelo trabalho que realiza, LDB, CONEDs, PNE - Plano Nacional de Educação da Sociedade, não substitui a intervenção sindical, mas pode estar favorecendo a idéia de que as questões da educação estão sendo enfrentadas, e estão, de maneira a substituir e a preencher os espaços em que está ausente a CUT. A inoperância, na prática, do DNTE e o impasse em que vive pode estar levando a isso.

⁴⁹ Texto apresentado no Caderno de Texto do XVIII Congresso por Márcio Antônio de Oliveira, por solicitação do GTPFS, p. 41 e 42, Fortaleza, 1999

⁵⁰ Relatório do XVI Congresso, p. 81, João Pessoa, 1997.

O que deve ser refletido, porém é que a CUT não tem política para a Educação. No VII CONCUT, realizado em agosto de 2000. em Serra Negra(SP) apenas foi feita uma referência ligeira à “defesa da educação pública e gratuita”. Nada mais! A CUT não tem pauta para a educação. As referências que existem são de entidades cutistas agindo isoladamente em seu próprio nome ou articulados em outras entidades, mas não como executoras de uma política da Central para a educação.

O que deve ser pensado por nós é que a nossa intervenção na CUT está reduzida pela nossa participação aquém das nossas possibilidades e capacidades. Temos que encarar de frente a questão e assumir como tarefa central a ampliação de nossas ações na CUT, não esquecendo que este é o ano da 11ª Plenária em que estarão sendo abordados pontos fundamentais além das questões da educação que viermos a articular com as outras entidades cutistas da educação.

Ou assumimos estratégias de ações conseqüentes ou continuaremos no impasse. Depende de nós e da recuperação que venhamos a fazer do acúmulo de nossas lutas sindicais!

TR - 40

O XX Congresso delibera:

- 1) Considerar necessário e estratégico o aprofundamento da discussão da questão sindical pela ANDES-SN, nos espaços locais, regionais e nacionais, em eventos a serem programados pelo Sindicato, com preparação dos GTsPFS locais e nacional;
- 2) Reafirmar às Seções Sindicais a necessidade de se integrarem à CUT, tendo como primeiro passo o pagamento de suas contribuições, nos termos do acordo aprovado pelo XVI Congresso, João Pessoa, 1997;
- 3) ADs/Seções Sindicais devem considerar prioritárias a preparação e participação na 11ª Plenária da CUT, levando propostas para a educação visando a construção para a CUT de uma plataforma da educação;
- 4) Articular com as entidades da educação reunião com a executiva da CUT objetivando a busca de solução para o impasse do DNTE e realização do III Congresso;
- 5) Reafirmar a posição de manutenção do DNTE nos termos da resolução aprovada no XVI Congresso, João Pessoa, 1997
- 6) Realizar eventos, seminários, plenárias e debates com as entidades da educação tendo como eixos centrais a questão da organização e manutenção sistemática do DNTE;

TEXTO 41

TEMA I

Contribuição das Professoras Maristela Said e Elizabeth Bittencourt – Sindicalizadas da APUB Ssind.

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL

TEXTO APOIO

Ao final da greve dos docentes e funcionários da IFES, em 2000, o governo federal acenou com um verdadeiro balão de ensaio, em que o MPOG viabilizaria a inclusão de uma parcela de recursos financeiros destinada ao atendimento da assistência à saúde que, de acordo com a legislação vigente, é de responsabilidade do empregador.

Vale lembrar que o modelo universalista da Seguridade Social no Brasil foi assegurada na Constituição Federal de 1988.

Os SPFs contribuem mensalmente para o INSS, enquanto o governo garantiu-nos, até aqui, apenas a aposentadoria e não o atendimento à saúde. Entretanto, essa situação ocorre apenas com os docentes e os técnico administrativos da IFES. Isso porque, desde 1997, o governo federal regulamentou, através de decreto lei, essa questão e, o atendimento à saúde tem

significado mensalmente, um acréscimo de 24 reais no salário dos SPFs, que recentemente foi elevado para 36.

Inexplicavelmente as categorias docente e dos técnico administrativos da IFES já referidas, ficaram de fora desse atendimento. Tanto mais que até os servidores do MEC, assim como de outros ministérios, foram incluídos nesse recebimento, bem como o conjunto dos SPFs.

Na UFBA o debate referente ao tema aconteceu durante o segundo semestre de 2000, quando acompanhou-se parte do trabalho da ANDIFES que confirmava a promessa do governo, de haver destinado 100 milhões de reais para atender a essa contribuição também nas IFES. Essa verba, diziam os reitores, tinha destino específico para o atendimento à saúde dessa clientela.

Atualmente, os professores se valem do plano de saúde do sindicato porque, na prática, o que se vê é a desregulamentação do sistema de saúde. Essa necessidade de planos de assistência à saúde decorre do fracasso do SUS no estado da Bahia e da desmobilização das categorias, em reivindicar esse direito inalienável.

Até onde se sabe, a ANDIFES encaminhou uma proposta, ao governo, de aplicabilidade da referida verba e, enquanto isso, o movimento docente não tomou conhecimento dos conteúdos dessa proposta.

Sem falar que o descompromisso do governo com a questão do atendimento à saúde dos servidores da IFES não tem sido o único desrespeito que se evidencia há quase uma década, nesta nação.

Enquanto se privatizou empresas públicas brasileiras detonando o patrimônio nacional, a dívida pública entrou num buraco sem fundo e, hoje ronda a 600 bilhões de dólares!

A título de diminuir o alcance do Estado, vende-se o Brasil enquanto a população empobrece. Ao optar pelo capital financeiro internacional como principal fator de crescimento, o Brasil, através do governo FHC, vem promovendo remessa maciça de lucros, que antes permaneciam neste país, para os países ricos.

A crise social resultante desse empobrecimento vem cada vez mais demonstrada na violência urbana e rural, comprovada pelas armadilhas do neoliberalismo. Assim também a violência parece interessar ao sistema dominante; e, continua-se armando a sociedade, cada vez mais.

Os banqueiros internacionais vem alicerçados e fantasiados de FMI, BIRD, BID, para subordinar e determinar como deve ser a economia deste país, enquanto o governo federal, submete seus planos econômicos primeiramente para esses órgãos e, não para o povo, para o Congresso Nacional, e o Senado.

A cobiça e a tendência à intervenção de outros povos, de outros países, para com o Brasil e com a América Latina, vem sendo acompanhada com a tentativa de internacionalização da Amazônia e pela não regulamentação das terras indígenas. Apesar de haver essa garantia na referida Constituição de 1988.

Os problemas também não se limitam às questão de saúde. Por exemplo, os impedimentos que sofre o setor mineral destoam do enorme potencial que o Brasil possui nessa área. Por que então não os exploramos responsavelmente? Para não baixar os preços dos minérios dos donos do país, explicam os economistas.

Nessa lógica, a saúde da população não passa mesmo de mercadoria, a ser mercantilizada por empresários, proprietários dos planos de saúde. Mas, e se os salários não suportam mais esse dispêndio?

TR - 41

Propõe-se aos docentes, através da ANDES, atualizar-se com a ANDIFES e publicizar a proposta que esta encaminhou ao governo, para que, em sendo conhecida, seja incluída nos debates da categoria, com vistas à sua operacionalização, de maneira a que também os professores tenham garantido, como responsabilidade do empregador, o direito a assistência a saúde como ocorre com outros servidores liberais.

POLITICA AGRÁRIA E POLITICA EDUCACIONAL: MOVIMENTOS ESTRATÉGICOS DA LUTA DE CLASSES

O Governo de FHC vem sistemática e coordenadamente criminalizando os Movimentos Sociais de caráter reivindicatório e desencadeando ações repressiva e desmoralizadora contra o MST.

O numero de assassinatos dos trabalhadores rurais nos últimos anos é alarmante. Só no ano de 2000, 10 integrantes do MST foram assassinados, enquanto processos criminais foram abertos contra 180 líderes do movimento e militantes foram presos políticos.

Por razões políticas o Governo Federal condenou à miséria 250.000 famílias de lavradores já assentados, ou seja, mais de um milhão de pessoas, ao recusar-lhes em tempo hábil o indispensável crédito referente à safra 2000-2001, o qual vinha sendo pleiteado desde o começo do ano. Agindo de má-fé, somente em 20 de outubro de 2000, depois de ultrapassada a época de plantio, é que o Governo anunciou a liberação de crédito. A fim de impedir que a grande massa dos assentados e dos pequenos agricultores tenham acesso ao dinheiro o Governo passou a exigir que os pedidos de crédito sejam individuais e os bancos só os atendem na medida em que tenham em caixa recursos disponíveis, o que nem sempre acontece.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs e a Ordem dos Advogados do Brasil retiram-se da mesa de negociações com o Governo.

Nunca na história de nosso país viu-se um Governo acuar 250.000 famílias à súbita miséria, por razões puramente políticas. Concomitante a tal ação o Governo orquestrou, compactuado com segmentos de jornalistas cooptados, uma campanha de desmoralização do MST. O objetivo evidente dessa operação estratégica é liquidar o MST, da mesma forma como foram liquidadas as Ligas Camponesas nos primeiros meses do regime militar.

As medidas para destruir os Movimentos Sociais organizados do Meio Rural, especificamente o MST, são:

- a) não cumprimento das deliberações do Congresso Nacional referentes ao emprego de verbas do orçamento destinadas a Reforma Agrária;
- b) não cumprimento da palavra empenhada para abrir negociações;
- c) imposição das forças do Exército Brasileiro para vigiar propriedade privada e coagir a livre manifestação, desrespeitando preceitos constitucionais;
- d) referindo-se de forma jocosa ao Funcionalismo Público Brasileiro (FSP,20/09/00);

Tal investida expressa a intenção clara manifesta por FHC quando da Greve dos Petroleiros, de “quebrar a espinha dorsal” da luta sindical.

É portanto, no terreno direto da luta de classe que melhor se traduz a situação dos trabalhadores no Brasil.

Para que a luta avance é necessária a compreensão teórica da luta de classes, a mobilização e a organização nos patamares de unidade já delineados em lutas anteriores.

Unificar os Movimentos dos Trabalhadores da cidade e do campo, torna-se imperativo. Estabelecer as estratégias de organização, mobilização e luta para a construção de um novo projeto societário exige a unidade. Um movimento social isolado não é capaz de realizar a tarefa de transformar a sociedade brasileira, o que defendemos é a União das Lutas especificas em uma Luta mais Geral, para que essa transformação venha a ocorrer.

A trajetória de luta dos Movimentos Sociais no Campo demonstra a capacidade de mobilização e adesão dos trabalhadores rurais e apoio das camadas populares urbanas. Isto pôde ser observado, por exemplo, na Marcha Nacional a Brasília, pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, realizada em abril de 1997, quando diversas entidades da sociedade civil

solidarizaram-se com o Movimento. Este reconhecimento pela sociedade civil da importância da luta para a democratização da terra e também o reconhecimento, por parte do Estado, da força e da organização dos trabalhadores do campo, tanto é que os combates com violência, credenciam tais Movimentos para assumirem uma posição estratégica no trato da questão agrária no Brasil.

Para superar o atual “refluxo” dos movimentos sociais, forçado pela correlação desigual de forças, consideramos de suma importância o resgate e a unificação das lutas sociais, particularmente a da terra, visto que na complexa e diversificada formação da sociedade brasileira a terra ocupa lugar central, quer como campo de disputa de poder, quer como criação e/ou afirmação social.

São elementos de Unificação da Luta dos trabalhadores da Cidade e do Campo a expressão da vontade coletiva que conforma uma orientação básica presente no Movimento pela REFORMA AGRÁRIA. São indicadores desta vontade coletiva :

1 - A defesa de uma proposta de reforma agrária massiva, acompanhada por profundas mudanças econômicas e sociais, vinculadas aos interesses de toda a população, e não somente dos Sem-Terra, estratégia do Movimento para romper com o corporativismo e buscar formar um novo bloco histórico; uma nova hegemonia na sociedade;

2 - A construção da articulação e universalização da pluralidade dos interesses e motivações dos que lutam pelo acesso à terra no Brasil, no sentido de estabelecer sua hegemonia sobre as lutas fragmentárias e locais e, através de processos de conscientização das massas, forjar uma consciência de classe com vistas à construção de um projeto político com referência histórica no socialismo;

3 - Os resultados concretos advindos das ocupações de terras improdutivas e prédios públicos possibilitam maior inserção junto às massas urbanas, em outras palavras, maior poder de mobilização;

4 - A concepção de um modelo sócio-econômico para a gestão da produção buscando consolidar a auto-organização, implementando um novo padrão que se contrapõe ao modelo capitalista de produção individualista;

5 - A legitimidade das reivindicações e o patamar organizativo alcançado permitem ao Movimento lograr uma inserção social, política e cultural expressiva tanto a nível local, como nacional e até internacional;

6 - O projeto educacional do Movimento ultrapassa os limites da educação formal colocando-se a serviço da construção de um novo sujeito social, justamente por acreditar na capacidade de transformação do homem. Assim é que as diferentes práticas sociais vivenciadas pelos trabalhadores rurais, no interior da luta pela terra, assumem a dimensão educativa pois permitem qualificar esses sujeitos, tanto ao nível de informação, da produção de conhecimentos e da conscientização da sua condição de cidadãos e de produtores de cultura. A formação de quadros faz parte do projeto educacional e é encarada como forma de preparar dirigentes capazes de atuar como vanguarda na consecução dos objetivos sociais do Movimento – Uma alternativa para o Brasil - um novo modelo de desenvolvimento nacional. Um modelo de desenvolvimento que englobe igualdade, justiça social e desenvolvimento econômico sob o controle da classe trabalhadora.

Ao Movimento Docente das Universidades cabe um papel estratégico nesta construção, não só enquanto resistência cultural a esta velha ética social das elites, como também enquanto Movimento de trabalhadores capaz de compreender e contribuir organicamente na construção de uma contra-hegemonia.

O ANDES-SN é um espaço privilegiado para o estabelecimento deste debate, e o GTPA tem a responsabilidade de contribuir e subsidiar para que o Sindicato possa assumir esta tarefa central que lhe é colocada no conjunto da classe trabalhadora.

Neste sentido, defendemos que a **LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA** são processos estratégicos para forjarmos um projeto alternativo que venha a contemplar as necessidades básicas de todo o povo brasileiro, e não somente de uma minoria, como dita a proposta dos ajustes imperialistas.

À Educação Pública cabe um importante papel na luta pela Reforma Agrária. Urge defendê-las – A Reforma Agrária e a Educação Pública e Gratuita em todos os níveis.

Esta defesa passa, necessariamente, pela decretação do Não Pagamento da Dívida Externa, a Ruptura com os Acordos do FMI e o Rompimento com a Subordinação ao Grande Capital Internacional.

Para dar consequência prática a tal determinação política o Movimento Docente em seu 20 Congresso Nacional do ANDES-SN aprova como RESOLUÇÃO:

TR - 42

1 - que sejam incentivadas nas bases do ANDES-SN, nas Seções Sindicais, a criação e as ações dos GTs de Política Agrária articulados com os demais GTs, ampliando assim o movimento de defesa dos direitos dos trabalhadores;

2 - que sejam apoiadas e desenvolvidas Campanhas nacionais e internacionais de denuncia e repudio a violência imposta aos que lutam por seus direitos;

3 - que sejam articuladas as ações para a construção da unidade nas reivindicações, nas manifestações e na organização dos trabalhadores da cidade e do campo;

4 - que sejam apoiadas e intensificadas as iniciativas de solidariedade aos trabalhadores que lutam por justiça na cidade e no campo.

5 - Que a luta dos diferentes setores da base do ANDES-SN (Federal, Estadual, Particular), e dos três segmentos da Universidade (Docentes, estudantes e técnico-administrativos) se de articulada, em defesa da Educação e da Reforma agrária sob os auspícios dos trabalhadores.

MODIFICAÇÃO NO TEXTO RESOLUÇÃO PROPOSTA PELA ASSEMBLÉIA DA APUB, REALIZADA NO DIA 25.01.2001.

Acrescentar as seguintes propostas de resolução:

1 - Levantar, divulgar e estimular a produção acadêmica sobre os movimentos sociais no campo aos quais se deve encaminhar cópias dos trabalhos realizados sobre eles;

2 - Estimular a interação direta entre professores e experiências desenvolvidas no campo pelos movimentos sociais.

TEXTO 43

TEMA I

Contribuição 3 da Assembléia Geral da ADUFSCar – Seção Sindical de 23/01/2001

PROPOSTA DE PORTARIA QUE ENTRARÁ EM PAUTA NA PRÓXIMA REUNIÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFSCAR

TEXTO APOIO

A Assembléia Geral da ADUFSCar está enviando, como subsídio aos debates do 20º Congresso da ANDES-SN, texto de proposta de Portaria que entrará em pauta na próxima reunião do Conselho Universitário da UFSCar, e que foi construída coletivamente, após longas discussões ocorridas nesta Seção Sindical, e que contaram com a participação dos companheiros do ensino básico da UFSCar.

Segue-se o documento por nós aprovado:

“Portaria ..., de ... de 2000

Dispõe sobre a avaliação de desempenho docente para o efeito de pagamento da Gratificação de Incentivo à Docência 1º e 2º graus - GID

O Reitor da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o que dispõe a Medida Provisória N° 2.051-7, de 27 de setembro de 2000, resolve:

CAPÍTULO I:

DA ATRIBUIÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA

Art. 1º: A gratificação de incentivo à docência será atribuída ao servidor docente do 1º e 2º graus mediante pontuação, até a média máxima anual de oitenta pontos, em função da avaliação de suas atividades na docência, na pesquisa e na extensão, observando-se o seguinte:

I - cinco pontos por hora-aula semanal, até a média máxima anual de setenta pontos;

II - um máximo anual de quarenta pontos pelo resultado da avaliação qualitativa daquelas atividades.

Art. 2º: A avaliação será feita anualmente por uma Comissão designada pela Reitoria e integrada por docentes internos e externos à Universidade Federal de São Carlos.

CAPÍTULO II:

DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO POR AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE DESEMPENHO

Art. 3º Ao servidor docente do 1º e 2º graus será atribuída anualmente uma pontuação decorrente da avaliação quantitativa de seu desempenho, calculada com base no número de horas-aula, correspondente à média aritmética dos pontos obtidos nos dois semestres letivos do ano.

§1º A pontuação das atividades previstas neste artigo será feita multiplicando-se o total de horas-aula semanais de cada semestre por cinco.

§2º Para ter direito à pontuação, o docente deverá ministrar, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, um mínimo de oito horas-aula semanais, salvo situações excepcionais e devidamente justificadas, as quais serão apreciadas pela Comissão de Avaliação e aquelas previstas em lei.

SEÇÃO I

DO CONCEITO DE HORA-AULA

Art. 4º: São consideradas como "hora-aula", para os efeitos deste regulamento, as atividades de aula, que compreenderão as referentes:

§1º Ao ensino infantil, ao 1º e ao 2º graus;

§2º A cursos que se estendam à comunidade, desde que feito o pertinente registro;

§3º A atividades de atendimento de alunos e esclarecimento de dúvidas, até o limite de cinquenta por cento do tempo correspondente às atividades descritas nos parágrafos anteriores.

SEÇÃO II

DAS DEMAIS ATIVIDADES CONTADAS COMO HORA-AULA

Art. 5º. São igualmente consideradas como hora-aula as seguintes atividades, cuja pontuação não poderá exceder a trinta pontos anuais e será atribuída de acordo com o estipulado no Art. 3º acima, sendo igual à média aritmética dos pontos obtidos nos dois semestres letivos do ano.

I – Orientação pedagógica;

II – Supervisão de trabalhos extra-classe.

CAPÍTULO III:

DA AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE DESEMPENHO

Art. 6: Serão objeto de avaliação qualitativa e atribuição de pontuação as seguintes atividades docentes:

- I – Atividades de ensino;
- II – Atividades de pesquisa e extensão;
- III– Atividades de capacitação docente;
- IV – Participação em bancas examinadoras;
- V – Atividades administrativas;
- VI – Outras atividades.

SEÇÃO I DAS ATIVIDADES DE ENSINO

Art. 7º: A avaliação das atividades de ensino será feita considerado o desempenho didático do docente, tendo como valor máximo **dez pontos**.

§1º: Será constituída, anualmente, para analisar o desempenho didático do docente, uma Comissão de Avaliação, que terá a seguinte composição:

- a) Um representante indicado por pais de alunos;
- b) Um docente indicado pelo CEPE da UFSCar;
- c) Um docente eleito pelos professores de primeiro e segundo graus da UFSCar.

§2º: Os critérios a serem utilizados para a análise de que fala o §1º deste artigo serão definidos pelo ConsUni, a partir de proposta elaborada por Comissão designada por esse Conselho.

§3º: Da não realização, pela UFSCar, da avaliação das atividades de ensino, não resultará ônus para os docentes, sendo-lhes atribuída, no correspondente ano, a pontuação máxima prevista.

SEÇÃO II DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO

Art. 8º: Serão atribuídos **quinze pontos** a cada um dos conjuntos de atividades de pesquisa e extensão abaixo descritas, ao docente que apresentar pelo menos uma atividade dentre as listadas:

I – Produção científica, técnica, cultural ou artísticas, compreendendo publicações (artigos, livros), produção de filmes, vídeos, peças e exposições artísticas, patentes e outros itens, a critério da Comissão de Avaliação da UFSCar;

II – Projetos de pesquisa aprovado pela UFSCar ou por agências de fomento nacionais e internacionais;

III – Projetos ou cursos de extensão aprovados pela UFSCar, estes com, no mínimo, sessenta horas anuais.

§1º. Será atribuído um máximo de 40 pontos anuais para as atividades acima descritas.

§2º. Somente será atribuída pontuação às atividades que não sejam caracterizadas como prestação remunerada de serviços à comunidade.

SEÇÃO III DAS ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

Art. 9º: Será atribuída pontuação máxima às atividades de capacitação docente em que haja afastamento integral, compreendendo cursos de pós-graduação strictu sensu - inclusive especialização e aperfeiçoamento, e estágio de pós-doutoramento, desde que os relatórios do docente tenham sido aprovados pela chefia imediata.

Parágrafo Único: Ao docente com afastamento parcial para capacitação será atribuída 60% da pontuação máxima, podendo este perceber percentual superior, desde que se submeta à avaliação de suas atividades.

SEÇÃO IV DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 10: Ao exercício de atividades administrativas pelo docente será atribuída a seguinte pontuação:

I – Ao ocupante de Cargos de Direção (CD), será atribuída a pontuação máxima permitida pela Lei, durante o exercício do cargo, desde que sua pontuação, relativa às atividades aqui descritas, não seja nula;

II – Ao ocupante de Funções Gratificadas (FG1 ou FG2), será atribuído sessenta por cento da pontuação máxima, podendo perceber percentual superior, desde que opte por submeter-se à avaliação completa de suas atividades.

SEÇÃO V DA PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS

Art. 11: Será atribuída a pontuação de **dois pontos e meio por banca, limitada ao máximo de dez pontos**, à participação em bancas examinadoras de trabalhos de graduação, monografias de especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado, concursos públicos de natureza acadêmica e de qualificação para o mestrado ou doutorado.

SEÇÃO VI DAS OUTRAS ATIVIDADES

Art. 12.: Serão ainda atribuídos **dez pontos** ao docente de 1º e 2º graus pelo exercício das seguintes atividades:

I – Representação junto aos órgãos colegiados da UFSCar, desde que comprovada frequência superior a setenta e cinco por cento;

II – Exercício de cargos de direção em entidades sindicais locais ou nacionais, representativas do corpo docente;

III – Atividades de assessoria e assistência à administração das IFES ou de outras instituições públicas, a serem avaliadas a partir de estimativa do tempo dedicado a essas atividades apresentada pelo docente em seu relatório, e julgadas pela Comissão de Avaliação.

IV – Participação não remunerada em conselhos ou comissões de órgãos governamentais e de entidades científicas, culturais e profissionais.

§1º. A pontuação máxima pelo exercício das atividades previstas nesta seção é de vinte pontos.

§2º. Somente será atribuída pontuação às atividades acima listadas que não sejam caracterizadas como prestação remunerada de serviços à comunidade.

TÍTULO IV: DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13: Na hipótese de licenças, afastamentos legais e/ou condições de saúde do servidor que impeçam o exercício de atividades relativas às pontuações aqui definidas, este receberá a pontuação que lhe foi atribuída no período anterior de avaliação.

Parágrafo Único: Se, por força de circunstâncias que independam da vontade do servidor, a pontuação mencionada no caput não existir, o docente será pontuado com o valor máximo da GID.

Art. 14: A avaliação será realizada com base nas informações prestadas pelos servidores docentes, os quais responderão pela sua veracidade.

Parágrafo único. Os docentes deverão manter sob sua guarda, à disposição da Comissão de Avaliação, toda a documentação comprobatória da veracidade das informações prestadas.

Art. 15: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.”

SUBTEMA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA**A TRANSFERÊNCIA DE EMPREGOS NACIONAIS E CONVÊNIOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA COM A UNIVERSIDADE BRASILEIRA PARA O EXTERIOR ATRAVÉS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO****TEXTO APOIO**

Segundo estudo da faculdade de Economia da Unicamp, com base na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, realizada no ano passado, na década de 90, cerca de 2,7 milhões de jovens, com idade entre 15 e 24 anos, ingressaram no mercado de trabalho no País, mas apenas 120 mil encontraram emprego. Isso fez com que o desemprego, que era de um milhão de jovens, em 1988, saltasse para 3 milhões e 600 mil, em 1999.

A conclusão deste estudo é de que o País precisará crescer de forma sustentada nos próximos cinco anos, acima de uma média anual de 5%, para gerar 1,5 milhão de novas vagas de trabalho. O estudo também fornece outro dado extremamente sintomático e indicativo, ao comparar a situação atual com a década de 80 a 90, a última antes da liberação da economia e das privatizações: nestes anos, ingressaram no mercado de trabalho 1,9 milhão de jovens e a maioria encontrou emprego.

Dentro deste cenário, na área de tecnologia, o processo de transferência de empregos nacionais para estrangeiros revela uma das faces mais perversas e injustas da política econômica do governo.

Entre janeiro e outubro do ano 2000, 16.154 profissionais estrangeiros receberam autorização do Ministério do Trabalho para exercer atividade remunerada no Brasil, um número 34,8% superior ao registrado no mesmo período do ano de 1998, ano da privatização da telefonia brasileira – em relação a 1993, quando teve início um estudo do Ministério do Trabalho e Ação Social – o aumento foi de 500%. Americanos, ingleses, espanhóis e franceses são os que mais vem.

A venda das estatais e a abertura do setor de petróleo contribuíram para o crescimento do número de mão de obra externa. A permissão oficial para trabalho de dirigentes de empresas (presidentes, diretores e gerentes) subiu 123,5% em relação a 1993.

Os profissionais podem ficar, em média, três anos no País (dirigentes têm permissão para cinco anos no País e temporário com vínculo empregatício, dois). Apenas o Rio de Janeiro recebeu 14.515 profissionais nos últimos três anos. Em 2000, até outubro, o estado liderou o número de autorizações, com 6.129 profissionais.

Nos anos de 1999 e 2000, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) realizou dois leilões de concessão de blocos para exploração e produção de petróleo. A maior parte vencida por empresas estrangeiras – 12 no total –, que estão trazendo centenas de profissionais de seus países de origem, até mesmo pessoal de apoio, de médicos de medicina do trabalho até cozinheiro. Por isso, o Estado do Rio, onde se concentram as maiores reservas e produção de petróleo, recebeu 39% do total de autorizações para estrangeiros no ano passado 6.129.

E o mais grave é que este processo vem atrelado também à transferência da maioria da parcerias e convênios de desenvolvimento que existiam entre as empresas entregues ao capital externo e a Universidade Brasileira.

Um exemplo contundente é o que aconteceu no curso de mestrado em Engenharia Elétrica da Universidade Federal da Bahia, onde prosperava um convênio com a empresa estatal de eletricidade para o desenvolvimento de tecnologia em sistemas de controle de distribuição de energia em rede pública. Tão logo a empresa foi transferida para um grupo Espanhol, o referido convênio foi interrompido, passando a pesquisa a ser feita na Espanha. Isto mostra a ponta de um iceberg; Se os empregos que são transferidos aqui estão, pelo menos aparentemente, quantificados, quem poderá projetar quantos empregos estão sendo criados pelo Brasil no exterior?

O caso da Petrobrás é estarrecedor. A maior empresa da América Latina se agigantou e foi uma bandeira de soberania através da formação da inteligência nacional centrada na ciência do petróleo apoiada pelo desenvolvimento de um universo inteiro de tecnologia de sustentação, o que foi de uma contribuição incalculável para a indústria nacional. Este processo foi construído através de parceria com a Universidade.

Aqui na Bahia, na década pré-neoliberal já referida, através de convênio com a Universidade Federal foram formados mais de 600 engenheiros e geólogos, todos empregados mesmo antes do diploma. No Brasil inteiro foram mais de 20.000.

Essa aquisição de inteligência permitiu que se formasse um dos maiores e espetaculares centros de tecnologia do planeta, o CENPES na Ilha do Fundão no Rio de Janeiro, onde foi inclusive desenvolvido, dentre um imenso elenco de processos industriais, não só na indústria do petróleo, a tecnologia de prospecção em águas profundas, colocando o Brasil na ponta do domínio do “know how” de exploração do petróleo nas condições mais difíceis.

A empresa formara para a década de 90 um gigantesco projeto de parceria com a universidade Brasileira, que redundaria em mais que dobrar o número profissionais formados na década anterior. O objetivo era fazer o Brasil, através do desenvolvimento de tecnologia endógena, auto-suficiente em petróleo ainda na década passada.

A implantação desse projeto foi abortada já no início do governo Collor e a contenção da empresa teve prosseguimento perfeito, sem solução de continuidade, com FHC.

Estamos assistindo surdos, mudos e de braços cruzados a desintegração maquiavélica da maior empresa nacional: a Petrobrás foi afastada da universidade e o CENPES entrou em fase de encolhimento. O SEGEN – Serviço de Engenharia da Petrobrás – que não é mais que a maior empresa de engenharia do Brasil, nos seus 28 anos de existência, gerenciou investimentos da ordem de mais de 34 bilhões de dólares, marcando inúmeros casos de sucesso com reconhecimento internacional, está sendo liquidado pela direção da empresa, que irá terceirizar o setor de engenharia, para organizações de capital externo é claro, porque não existe mais empresa nacional de porte compatível. Quem pode adivinhar para onde irão os empregos?

Percebe-se nitidamente a ordem de mutilação da Petrobrás. O ministro de Minas e Energia, Rodolfo Tourinho, em declaração à imprensa no dia 26.12.99, asseverou que a Petrobrás deveria reduzir sua participação nas áreas de refino e de transporte do petróleo. Foi a porta aberta para a entrada das transnacionais como a Repsol e com isto a cassação de mais empregos nacionais. Em seguida, entra em cena o genro do Presidente, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, David Zilberstein, o mesmo que declarou em reunião de licitação de áreas de prospecção na presença de representantes das sete irmãs que “o petróleo agora é vosso” e afirmou, em 19.05.99, que “a venda da Petrobrás estará madura em cinco anos”. Se esta ignomínia acontecer definitivamente, o que significará em transferência de vagas de trabalho?

A história da Petrobrás, que é apenas uma abordagem superficial e parcialmente pontuada, mostra, ainda que sem um maior aprofundamento, um processo que vem acontecendo em todas as áreas da grande tecnologia como as de Energia e Telecomunicações.

Já se viu que os fundos setoriais representam mera ilusão, uma fachada manipulada pelas agências reguladoras e que não vão promover nada que substitua a forma anterior de aproximação com a universidade.

TR - 44

A nossa proposta é que sejam articulados os GTs de Ciência e Tecnologia para que este processo de transferência de vagas de trabalho e convênios de desenvolvimento seja identificado regionalmente, e depois nacionalmente, através de um seminário, de formas que se construa um perfil para ser divulgado e se determine ações em defesa do emprego nacional.

TEXTO 45

TEMA I

*Contribuição do Prof. Gil Vicente Reis de Figueiredo – Sindicalizado da ADUFSCar SSind. – Departamento de Matemática, Universidade Federal de São Carlos
Contribuição 1 da AG da ADUFSCar – Seção Sindical de 23/01/2001*

PISO E MALHA SALARIAL: UMA PROPOSTA

TEXTO APOIO

O movimento docente tem, ao longo dos anos, aprofundado muitos debates e cristalizado, em alguns temas, concepções e princípios julgados norteadores relevantes para a consolidação de um ensino superior comprometido com a justiça social e com o desenvolvimento independente.

Essa é uma das razões pelas quais o Caderno nº 2 da ANDES, em que várias explicitações desse teor são feitas, é tantas vezes citado. Uma das problemáticas ali abordadas (Cap. III, 6.) é precisamente a relativa à carreira docente; não é discutida uma proposta de malha salarial, mas o texto que precede a apresentação do Projeto de Lei de Carreira Única (item 6.1) merece ser rememorado. Nele aparece uma crítica ao modelo dos Centros de Excelência, velho ícone da retórica governamental, que “tem acentuado de forma radical a separação do tripé ensino, pesquisa e extensão, quebrando a indissociabilidade entre os mesmos, a qual é a essência do próprio fazer acadêmico”; para superá-lo, deve-se, de um lado, insistir na adoção de “um plano nacional de capacitação docente” e, de outro, exigir a “implantação da carreira única para todos os docentes das IES, estruturada na titulação e avaliação do conjunto das atividades inerentes à função”, de forma a servir “como estímulo ao crescimento e desenvolvimento docente”. Nessa direção, o documento propõe, adiante, a criação de mais uma classe, a de Professor Associado, a ser ocupada por portadores do título de doutor com significativa produção intelectual.

A simples inclusão, na carreira, do Professor Associado, com a manutenção dos diferenciais agora existentes entre as classes, elevaria a relação teto/piso – o chamado ‘leque salarial’, isto é, a razão entre os vencimentos do Professor Titular e do Professor Auxiliar, leque esse que é hoje de cerca de 3,2 / 1. Os debates havidos recentemente no Grupo de Trabalho de Verbas da ANDES-SN têm apontado, de forma amplamente majoritária, para a ampliação daqueles diferenciais, na linha da valorização da qualificação acadêmica: a proposta de leque salarial apresentada ao 38º CONAD, a partir de estudos daquele GT, foi, assim, de 5 / 1. Nesse evento surgiu também uma outra elaboração, não contida no respectivo Caderno de Textos, que, ao contrário, comprimia a relação entre os salários mais altos e os iniciais para 3 / 1. Esta última foi aprovada, por 26 votos a 24, em detrimento da construída coletivamente no GT Verbas – do qual podem participar todas as ADs que assim o desejarem.

Esse resultado desenha, do ponto de vista tático e independentemente das críticas ao processo que o gestou, o pior cenário possível nesse momento, em que precisamos encontrar uma posição hegemônica que seja relativamente consensual, para contrapô-la, com respaldo da base, à do MEC, que tem colocado em cheque nossa carreira única. Não rediscutir já aquela polêmica decisão significaria negar a possibilidade de uma imprescindível negociação entre aqueles que querem ampliar os acréscimos salariais decorrentes da progressão via titulação / produção intelectual e os que, ao contrário, desejam reduzi-la. Consideramos, pois, que é importante que se busque corrigir esta insustentável situação no 19º Congresso da ANDES-SN, se quisermos garantir um grau mínimo de unidade, capaz de continuar a viabilizar, no âmbito da carreira docente, a luta conjunta contra nossos adversários políticos centrais – os sucessivos governos neoliberais e suas tentativas de privatização da universidade pública brasileira, a ser submetida à lógica do mercado.

É nesse sentido que apresentamos aqui uma terceira alternativa, que prevê a manutenção dos atuais diferenciais entre as diversas classes docentes, ampliando-se o leque salarial apenas em função da introdução do ‘Professor Associado’, conforme constante da carreira já protocolada no MEC. A idéia é bastante simples. A nova malha salarial seria igual à que está em vigor – com as devidas adaptações, dado que existirão apenas dois níveis em cada classe, exceto pelo seguinte: os vencimentos do novo titular seriam 30% superiores aos do Associado A, que teria o mesmo patamar salarial do atual Titular. Observe-se que esta parece ser uma

sugestão razoável, posto que, na carreira vigente, o salário do Assistente 1 (com mestrado) é 55% maior do que o do Auxiliar 1; o do Adjunto 1 (com doutorado) ultrapassa em 49% o do Assistente 1 (com mestrado) e o do Titular (com doutorado) supera em 38% do Adjunto 1 (com doutorado). Há ainda uma observação a fazer: definimos o degrau entre o Associado A e Associado B como sendo de 10%. O leque salarial (salário Titular / salário Auxiliar A) desta proposta é exatamente 4/1.

O Quadro 1 abaixo mostra, no bloco à esquerda – Quadro 1.1, os atuais salários (GAE incluída) de professores em DE, com titulação, isto é, assistentes com mestrado e adjuntos / titulares com doutorado, indicando, além disso, a respectiva malha salarial. No Quadro 1.2 vemos os salários correspondentes à proposta aqui feita, mantido o atual piso salarial; é também especificada a pertinente malha.

O Quadro 2 expõe, no bloco à esquerda (Quadro 2.1), quais seriam os salários das diversas classes e níveis da nova carreira (em reais e em SM do DIEESE), no caso de serem adotados a malha salarial sugerida neste documento e o piso de 0,65 SM do DIEESE. Já o Quadro 2.2 lista igualmente aqueles salários, supondo-se que sejam implementados a mesma malha e o piso de 1 SM do DIEESE. O Salário Mínimo do DIEESE utilizado no Quadro 2 foi o relativo a dezembro de 1999, ou seja, R\$ 940,58.

Nossa proposta, no tocante ao piso salarial (Professor Auxiliar, 20 horas), é a de que aprovemos o valor de 0,65 SM DIEESE, a partir da sólida fundamentação técnica, já diversas vezes divulgada pelo GT Verbas e, também, por ser o correspondente conjunto de salários gerado (vide Quadro 2.1, terceira coluna) politicamente defensável, na presente conjuntura.

Quadro 1

Quadro 1.1					Quadro 1.2					
Carreira Atual, com o piso salarial hoje vigente*					Carreira Única, com o piso salarial hoje vigente*					
Classe	Nível	Salário	Malha Atual	SM DIEESE	Classe	Nível	Salário	Nova Malha	Nova Malha	SM DIEESE
Auxiliar	1	985,79	1,000	1,048					(Aux A = 1,000)	
	2	1.030,15	1,045	1,095	Auxiliar	A	1.030,15	1,045	1,000	1,095
	3	1.076,50	1,092	1,144						
	4	1.124,94	1,141	1,196		B	1.124,94	1,141	1,092	1,196
Assistente	1	1.532,75	1,555	1,630						
	2	1.601,70	1,625	1,703	Assistente	A	1.601,70	1,625	1,555	1,703
	3	1.673,80	1,698	1,780						
	4	1.749,12	1,774	1,860		B	1.749,12	1,774	1,698	1,860
Adjunto	1	2.287,84	2,321	2,432						
	2	2.390,80	2,425	2,542	Adjunto	A	2.390,80	2,425	2,321	2,542
	3	2.498,39	2,534	2,656						
	4	2.610,82	2.648	2,776		B	2.610,82	2,648	2,534	2,776
					Associado	A	3.169,53	3,215	3,077	3,370
						B	3.486,48	3,537	3,385	3,707
Titular	Único	3.169,53	3,215	3,370	Titular	Único	4.120,60	4,180	4,000	4,381

* Os salários são o base mais a GAE, para docentes titulados e em regime de DE, não computada a GED.

Quadro 2

Quadro 2.1					Quadro 2.2				
Carreira Única, com piso de 0,65 SM DIEESE*					Carreira Única, com piso de 1 SM DIEESE*				
Classe	Nível	Salário* (em reais)	Nova Malha	SM DIEESE	Classe	Nível	Salário* (em reais)	Nova Malha	SM DIEESE
Auxiliar	A	1.895,27	1,000	2,015	Auxiliar	A	2.915,80	1,000	3,100
	B	2.069,64	1,092	2,200		B	3.184,06	1,092	3,385
Assistente	A	2.947,15	1,555	3,133	Assistente	A	4.534,08	1,555	4,820
	B	3.218,17	1,698	3,421		B	4.951,03	1,698	5,263
Adjunto	A	4.398,92	2,321	4,677	Adjunto	A	6.767,57	2,321	7,195
	B	4.802,61	2,534	5,106		B	7.388,63	2,534	7,855
Associado	A	5.831,75	3,077	6,200	Associado	A	8.971,92	3,077	9,538
	B	6.415,49	3,385	6,820		B	9.869,11	3,385	10,492
Titular	Único	7.581,08	4,000	8,060	Titular	Único	11.663,20	4,000	12,400

* Os salários são para docentes em DE.

TR - 45

1 – O 19º Congresso da ANDES-SN aprova a malha salarial da Carreira Única de magistério superior e de magistério de 1º e 2º graus, já protocolada junto ao MEC, como sendo a constante da seguinte tabela:

Classe	Nível	Malha Salarial
Auxiliar	A	1,000
	B	1,092
Assistente	A	1,555
	B	1,698
Adjunto	A	2,321
	B	2,534
Associado	A	3,077
	B	3,385
Titular	Único	4,000

2 – O 19º Congresso da ANDES-SN aprova, indicativamente às demais categorias de docentes do país, o piso salarial de 0,65 SM DIEESE por 20 horas de trabalho semanais.

TEXTO 46

TEMA I

Contribuição da Profª Edva Maria Gomes Barreto de Carvalho – Sindicalizada da APUB SSind

A DANÇA COMO UM ELEMENTO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

TEXTO APOIO

Fundamentação

1. A luta política-ideológica envolve as diversas formas de mídia.
2. A dança objeto de vários cursos universitários (a 1ª Faculdade de Dança da América Latina) e ponto de encontro através do NEAB (Núcleo de Estudo Afro-Brasileiro da Escola de Dança da UFBA) entre a cultura erudita e popular; entre o discurso verbal e o corporal, é um dos instrumentos que se deve utilizar para atingir razão e emoção.

3. A Cultura Popular Brasileira relata fatos e acontecimentos históricos ricos de exemplos como as manifestações tradicionais regionais que através de suas danças, cantorias, ritmos musicais, adereços e figurinos são capazes de ilustrar e expressar a luta dos professores e da sociedade contra as dificuldades da vida, pela construção da liberdade e do poder popular.
4. Capoeira, luta delicada e matreira, dança de rara beleza plástica, é uma das mais ricas manifestações brasileiras. Relata um sentimento de um povo sofrido, lutador, digno e vitorioso, e expressa a luta e a defesa do indivíduo como cidadão.
5. A defesa desta tese deverá ser a partir de uma composição solística coreográfica de dez minutos tendo em seu conteúdo passos e ritmos da Capoeira Angola, expresso através da música "A morte do capoeira" de autoria de Mestre Suassuna, um diálogo entre o Berimbau e o Violão.
6. O espaço físico explorado em todas as dimensões com a expressão do "corpo que fala", sem o discurso da fala, da voz.

TR - 46

1. O GTCA deve recolher exemplos e propostas de atividades como as (artes cênicas em geral) de modo a abrir nova dimensão à luta e à expressão do movimento docente.
2. As atividades cênicas devem ser parte de um projeto de comunicação da entidade.

TEMA II – POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES.

TEXTO 47

TEMA II

Contribuição do Prof. Marsílio de Alencar Sá Leitão - Sindicalizado da ADUFEPE-S.SIND

Plano de lutas do setor das federais Sobre a composição dos proventos

TEXTO APOIO

Dentro da tendência de aprovar reivindicações a serem levadas à mesa de negociações com o MEC no momento propício, apresentamos algumas propostas de resolução oriundas da comunidade, ou por ela bem acolhidas quando apresentadas por nossa iniciativa, todas ligadas à forma de composição dos valores constantes da malha salarial dos docentes das IFES.

Participando do COBENGE - Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, realizado em Ouro Preto/MG, no período entre 28/10/2000 e 02/11/2000, comparecemos a uma Mesa Redonda sobre o tema "Ensino de Engenharia nos países Ibero-Americanos". Na oportunidade, os professores espanhóis Eugenio Muñoz Camacho (Universidad de La Coruña) e Manuel Recuero López (Universidad Politécnica de Madrid) nos deram uma visão geral das questões de graduação, pós-graduação, carreira docente e legislação a ela associada, na Espanha. Eles enfatizaram que, lá, não é usual o sistema de dedicação exclusiva, mas que o docente, ao concluir o doutoramento, tem o seu salário triplicado, ou seja, o incentivo concedido, desse modo, é de 200% (duzentos por cento). A adoção desse número em nossa realidade seria correspondente, por exemplo, à atribuição de incentivos de 100% (cem por cento), tanto para o doutorado, como para a dedicação exclusiva, uma vez que esses percentuais não são cumulativos, mas aplicados, ambos, sobre um mesmo salário base. Tal exemplo, aliás, é inteiramente lógico e justo, em um sistema que se apoia na titulação, e onde os concursos públicos para docente costumam freqüentemente exigir o grau de doutor como pré-requisito. Ainda nessa linha, propomos também a alteração do percentual de incentivo para o mestrado e a criação de um outro para o pós-doutorado.

Numa visão mais geral, é preciso levar em conta também, que a valorização da profissão de docente universitário, e o resgate da dignidade da mesma, em uma sociedade capitalista e

globalizada, tem que partir da própria classe. Fazendo o cômputo de todas as nossas perdas salariais históricas e aplicando, cumulativamente, seus percentuais sobre os proventos atuais do professor titular, doutor e em dedicação exclusiva, vamos encontrar, sem muita surpresa, um valor certamente comparável, se não superior, ao atual teto salarial do funcionalismo público federal. Porque então o “pudor” em reivindicá-lo? Porque a tendência à auto-desvalorização e ao pensamento pequeno? A partir desse teto seria construída toda a malha salarial, conforme os níveis da carreira proposta pelo ANDES-SN, seus degraus correspondentes, e os incentivos sugeridos. Frise-se ainda que, no bojo desse processo, ficaria implícita a incorporação isonômica de todas as gratificações e todos os auxílios, que na realidade seriam extintos, e ainda seria possível, finalmente, a rejeição real, pura, simples e definitiva das famigeradas GED e GID.

Seguem-se os textos de resolução, onde propomos que o 20º Congresso do ANDES-SN aprove, para inclusão no Plano de Lutas do Setor das Federais do ano 2001, as reivindicações:

TR - 47

- 1 - Aumento para 50% (cinquenta por cento), do percentual de incentivo para o mestrado.
- 2 - Aumento para 100% (cem por cento), do percentual de incentivo para o doutorado, mantendo-se a não-cumulatividade com o incentivo para o mestrado.
- 3 - Criação do incentivo de 120% (cento e vinte por cento), para o pós-doutorado, sem cumulatividade com os anteriores.
- 4 - Aumento para 100% (cem por cento), do percentual associado ao regime de dedicação exclusiva.
- 5 - Criação de uma ajuda bi-anual, para os professores em dedicação exclusiva, destinada à compra de material didático (livros, programas, equipamentos laboratoriais, etc), com valor, igual ao salário mensal do docente.
- 6 - Fixação do salário do professor titular, com doutorado e em regime de dedicação exclusiva, em valor sempre igual ao teto salarial do funcionalismo público federal.
- 7 - A partir do salário assim fixado para o professor titular, construção de uma malha salarial, de cima para baixo, inversamente ao que atualmente é feito, contemplando os níveis contidos na carreira docente, mediante os degraus propostos e os percentuais de incentivo estabelecidos.
- 8 - Extinção de todas as gratificações e auxílios hoje existentes, inclusive GED e GID, considerando-se automática a sua incorporação, isonomicamente, aos salários fixados na malha definida do modo acima descrito.

TEXTO 48

TEMA II

Contribuição dos Professores André Silva Martins, Márcio Antônio de Oliveira, Eduardo Sérgio Leão de Souza, Eunice Maria Godinho Morando, Prof. Teixeira de Melo, Daniela Motta de Oliveira e Álvaro de Azeredo Quelhas - Sindicalizados da APESJF-SSIND

EIXOS DE LUTA

TR - 48

O XX Congresso do ANDES-SN, diante às exigências da realidade brasileira neste início de século, indica para o conjunto do movimento docente os desafios para o ano 2001:

1. Lutar contra a estrutura autocrática dominante no país aprofundada pelo governo FHC, apoiada por setores do Legislativo e do Judiciário e pelos interesses do capital nacional e internacional, visando a construção da democracia de massa.

2. *Lutar intransigentemente em defesa da Universidade Pública e Gratuita Brasileira, contra os mecanismos internos e externos de privatização, emprego público, ruptura da democracia interna nas IES, que interferem na autonomia da universidade, comprometendo a sua função social.*
3. Combater o arrocho salarial imposto aos docentes e os mecanismos de superexploração do trabalho, unificando o funcionalismo público das três esferas e os demais trabalhadores da iniciativa privada.
4. Lutar contra a Reforma do Estado, as Políticas Sociais e Econômicas do governo FHC, que materializam formas de subserviência ao capital nacional e internacional, contrárias aos interesses e necessidades dos trabalhadores.
5. *Lutar pela união e organização dos trabalhadores do campo e da cidade, no Brasil e no mundo, particularmente na América Latina, com objetivo de definir e implementar estratégias conjuntas de luta, que apontem para a construção da sociedade socialista.*
6. Lutar em defesa da liberdade de organização e exercício sindical das entidades dos trabalhadores do campo e da cidade.

TEXTO 49

TEMA II

Contribuição do Prof. Aurélio Lacerda – Sindicalizado da APUB SSind. – Instituto de Letras da UFBA

Proposta de Texto de Resolução a ser apresentada ao 20º Congresso da ANDES-SN

TEXTO APOIO

1 - A Constituição Federal abre a possibilidade, mas não obriga a que o governo federal institua o regime celetista para os servidores da União. Trata-se de faculdade e não de obrigatoriedade;

2 - A CLT foi pensada, gestada e instituída para regular as relações entre o capital e o trabalho, os conflitos entre patrão e empregado. Ora, o serviço público é de outra natureza, é inerente às relações entre as funções de Estado e os direitos fundamentais da cidadania, o que reclama um ente jurídico próprio assegurador dessas relações, dessas funções e desses direitos. É, portanto, impróprio, inadequado e inadmissível subordinar as relações do Estado com seus servidores às normas reguladoras e disciplinadoras das relações e conflitos entre capital e trabalho;

3 - O sistema federal de ensino superior guarda uma clara simetria com o princípio federativo, em cada Estado federado deve haver pelo menos uma universidade mantida pela União. Isto significa que tal sistema tem uma função paradigmática, modelar que sirva de parâmetro para a definição das políticas para o ensino superior como um todo, especialmente no que diz respeito à avaliação de seu padrão de qualidade. Logo, a esses docentes não pode ser negado o instituto de servidor público, único garantidor do exercício pleno de suas funções, que em essência são funções de Estado e de suas responsabilidades como gestores que são da coisa pública;

4 - É público e notório, que o conhecimento produzido no País, em mais de 80%, tem origem nas universidades públicas, IFES e IEES, portanto, há que se preservar, a todo custo, este patrimônio do povo brasileiro, como condição básica e indispensável à construção e defesa da soberania nacional, vez que as novas formas de imperialismo e de colonialismo se impõem hodiernamente pelo domínio das ciências de fronteira e tecnologias de ponta e não mais por meio do poderio militar com invasão de territórios; as novas formas de dominação se darão pelo domínio do conhecimento;

5 - É também sabido que o sistema federal de ensino superior, ao lado do estadual, detém, em sua maior parte, os programas de pós-graduação do País, sendo, portanto, o principal formador dos pesquisadores, dos mestres, dos doutores, dos formadores dos formadores da intelectualidade brasileira, nos campos das ciências, das tecnologias, das artes e da cultura, o que implica uma postura e compromisso éticos no trato da coisa pública e dos superiores interesses da sociedade na construção do Estado democrático nacional, sobretudo quanto a realização dos ideais de igualdade de oportunidades, da superação das desigualdades regionais, econômicas, sociais e étnicas, dos ideais de justiça, bem estar e solidariedade.

Todos esses aspectos, aqui apenas apontados, esboçados, se bem desenvolvidos e aprofundados, podem se constituir em tese vigorosa, seja como proposta a ser assumida e defendida, com pleito, ou, se for o caso, como estratégia, para fazer o governo recuar de sua posição, mantendo o atual RJU, que, apesar de já desfigurado e precarizado, ainda é infinitamente superior e melhor do que a celetização de nossas relações de trabalho, como prevista na proposta de Emprego Pública, em qualquer de suas formas apresentadas pelo governo.

TR - 49

Diante da proposta do governo, através do MEC, de nova modalidade de emprego público, com celetização e sua conseqüente precarização das relações de trabalho dos docentes das instituições federais de ensino superior, IFES, a ANDES-SN radicalizará a sua posição de defesa da universidade pública, reivindicando e pugnando pela Carreira Típica de Estado para os docentes do sistema federal de ensino superior.

TEXTO 50

TEMA II

Contribuição dos professores Almir Serra Martins Menezes Filho, Ana Lúcia Xavier Vieira, Delando Nasário de Medeiros, Francisco Welson Lima da Silva, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, João Wanderley Rodrigues Pereira, Márcia Silva de Oliveira, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Naire Jane Capistrano - Sindicalizados da ADURN_S.Sind.

PLANO DE LUTA

TEXTO APOIO

APRESENTAÇÃO

Os professores que subscrevem este documento e que postulam participar do XX congresso do ANDES-SN como delegados da ADURN S.Sind. reafirmam publicamente sua posição contrária ao projeto do governo FHC para a sociedade brasileira, em especial a voltada para o Ensino Público, e a postura política de combatê-lo radicalmente em todos os espaços. Reafirmam também a defesa intransigente da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada, por entenderem que é a partir desse espaço, assim constituído, ser possível a construção de uma sociedade igualitária, cidadã e conseqüentemente a formação de um país livre e soberano.

Destaque-se que entre tantas formas de destruição da Universidade Pública, talvez a mais letal seja a proposta do Emprego Público para as IFES, isto é, a volta de uma CLT bastante deteriorada pela reforma administrativa. Acrescente-se a esta, a proposta de várias carreiras no âmbito de cada IFES e a manutenção do congelamento salarial para os servidores públicos. É neste contexto que acreditamos poder sintetizar o embate que os professores terão em 2001 em quatro pontos:

- a luta contra o emprego público;
- a luta pela implantação da carreira única do ANDES SN;
- a luta pelo reajuste salarial;
- a defesa intransigente do direito à organização sindical.

E nessa trincheira estará com certeza, cerrando fileiras, o grupo que subscreve este documento.

I - Balanço político de 2000

O avanço do modelo neoliberal.

As reformas implementadas pelo governo de FHC, sob orientação de organismos internacionais, objetivam a desresponsabilização do Estado na garantia de políticas públicas e a destruição dos direitos sociais e trabalhistas, conquistados pelos trabalhadores. Como conseqüências temos o desemprego, o empobrecimento, a violência e a destruição da saúde e da educação públicas, levando ao crescimento incontrolável da desigualdade social.

O engajamento de grande parte da mídia, do poder judiciário e do parlamento ao projeto neoliberal nos países periféricos, a exemplo do Brasil, tem dado sustentação aos seus governantes "democraticamente eleitos" e feito com que este projeto continue em desenvolvimento nestes países, enquanto nos países centrais já há evidentes sinais de esgotamento desse modelo.

Exemplo de submissão do governo aos megaespeculadores é o Orçamento Geral da União para 2001, aprovado nos últimos dias de 2000, que destina 64% do total para pagamento dos serviços das dívidas públicas, internas e externas. Isto significa que de R\$ 950,2 bilhões, cerca de R\$ 608,13 bilhões vão para os grandes agiotas internacionais. E a dívida continua crescendo (em 1999, a sangria foi de R\$ 246 bilhões). Isto para o governo significa "otimizar a aplicação de recursos *desperdiçados* nas políticas públicas" e destiná-los para "fins mais nobres".

O autoritarismo do governo FHC fica demonstrado mais uma vez com algumas medidas tomadas no final do milênio. A famigerada lei da mordaza (recusada pelo Congresso Nacional) significava um "aperfeiçoamento" da censura prévia do tempo da ditadura e a Medida Provisória que buscava intimidar os procuradores da república, elegendo os amigos do rei como cidadãos acima de qualquer suspeita, representam a tentativa de Fujimorização do Estado.

Investida do governo na educação pública.

A política educacional do governo intenta descaracterizar a educação como direito de todos e dever do Estado, incentivando a apropriação dos espaços públicos pelo privado - correndo por dentro para mais facilmente privatizar - e procurando institucionalizar um modelo de educação voltado para o mercado.

Nesse contexto, a educação enquanto mercadoria é uma das prioridades do governo federal. Isto é inegável e nem poderia deixar de ser de outra forma, pois além de ser um artigo de alto valor mercadológico, é também reconhecidamente um dos maiores instrumentos de dominação.

Além da manutenção e expansão de algumas medidas tomadas em anos anteriores, como a proibição de concursos públicos, forçando a contratação de um número cada vez maior de professores substitutos; o corte de verbas de OCC e das bolsas; a concessão de gratificações em vez de reajustes salariais (congelados a mais de 6 anos); a indução às aposentadorias precoces; o incentivo às soluções individuais (prestações de serviços irregulares, cobranças de mensalidades nos cursos "lato sensu", a instituição de taxas para todo tipo de serviço, em particular para o vestibular e o incentivo a criação de fundações, entre outros), O ano de 2000 foi marcado por novas e graves investidas do governo na destruição da educação pública.

Destacam-se, o reajuste de 30% concedido em cima das gratificações (GED e GID) em detrimento do reajuste linear e, estas mesmas gratificações como instrumentos discriminatórios entre professores de 1º, 2º e 3º graus da mesma Instituição e entre ativos e aposentados e, ainda, a aprovação, pelo Congresso, do Plano Nacional de Educação (PNE) do governo, atropelando, a exemplo da LDB, a proposta do campo popular e, mesmo assim, com vários vetos do presidente. Um dos principais vetos é relativo ao dispositivo que estabelecia a meta de aumento de 5% para 7% do PIB (Produto Interno Bruto) com gastos em educação nos próximos dez anos. Foram vetados também os itens que previam a ampliação do programa de renda mínima, o aumento em 40% das vagas nas instituições públicas de ensino superior e a elevação do número de alunos a serem atendidos pelo crédito educativo.

Ainda mais grave é o atrelamento das verbas para ciência e tecnologia aos fundos setoriais, uma rendição evidente dos interesses maiores do país às leis do mercado. E, como foi dito na apresentação, a proposta de Emprego Público do MEC para as IFES. Aqui, cabe uma

explicação melhor do papel fundamental que esta proposta tem para a privatização da Universidade. Privatização significa a compra do direito de administrar os bens de uma empresa e tornar mais e mais lucrativos os investimentos feitos. Na universidade, isso significa cobranças de mensalidades, orientação do ensino e da pesquisa para atendimento ao mercado, e o enxugamento da máquina, isto é, menos professores, menos funcionários e mais alunos. O RJU é uma imensa pedra neste caminho, pois a estabilidade proporciona liberdade para ensinar e pesquisar, e evita demissões arbitrárias. A implantação do regime celetista é, portanto, vital para os objetivos do governo.

A reação dos movimentos populares.

Evidentemente a centralidade da conjuntura política no ano 2000 está nas eleições municipais, com destaque para a vitória das esquerdas em muitas capitais, como São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Maceió, Belém, Aracaju e Goiânia, em importantes cidades de porte médio como Olinda, Ribeirão Preto, Campinas, Londrina, Maringá, Pelotas, Caxias do Sul e em inúmeras outras cidades. Mais importante que as vitórias em si é a alteração na agenda política brasileira, invertendo as prioridades. O novo paradigma baseia-se em ética, transparência, rigor nas coisas públicas e, sobretudo, participação.

Mas a vontade popular não expressa apenas a eleição de candidatos com postura de decência e honestidade, vai muito além, pode significar uma crítica poderosa aos rumos neoliberais predominantes desde a eleição de Collor de Mello.

Como afirma Chico de Oliveira, *"não basta fazer administrações honestas, o que já seria uma revolução num país tão patrimonialista. É preciso mudar o regime e o sistema onde vicejam os vícios mais eminentemente anti-republicanos e antidemocráticos. Ao socialismo, pois, começando pelo município"*.

O MST continua sendo o movimento mais combatido e reprimido, exatamente pela sua ousadia na luta pelos direitos sociais. Mesmo com o assassinato de muitas lideranças regionais e a campanha massacrante da grande mídia orquestrada pelo Planalto, o movimento não dá sinais de recuo, pelo contrário, avança na sua luta histórica.

Entre outros fatos importantes ocorridos em 2000, podemos citar as eleições do ANDES-SN, com a rejeição da base à linha política de adesão ao projeto educacional do MEC imposta pela diretoria derrotada e a retomada do sindicato pela base, independente, classista e de enfrentamento; a longa greve dos SPF que abalou o governo, forçando-o a abrir negociações, significando uma importante vitória política, apesar do resultado econômico ser praticamente nulo.

Não poderíamos encerrar este ponto sem destacar as manifestações populares em Porto Seguro (BA), com grande participação da nação indígena, contra a farsa montada pelo governo para "comemorar" os 500 anos de colonização e escravidão. Não resta dúvida que estas manifestações repercutiram nos resultados das eleições municipais através do resgate da história real do Brasil. É como se o povo clamasse: chega de mentiras.

II. EMPREGO PÚBLICO: A REDEFINIÇÃO DO ESTATUTO DO TRABALHO, NOVAS FORMAS DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A forma de relação de trabalho dos servidores públicos no Brasil passou por alterações importantes com implicações para o desempenho das suas atividades e para a organização sindical da categoria. Até a Constituição Federal de 1988 predominavam três regimes de trabalho no serviço público: o regime estatutário do DASP, que regulava as relações de trabalho dos concursados e garantia, entre outras vantagens, a estabilidade; o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que não garantia a estabilidade e tinha características do setor privado e, foi instituído no serviço público no governo militar de Castelo Branco; e o Precário que, além da fragilidade do vínculo, não garantia direitos trabalhistas quando da rescisão contratual.

Essas várias formas de relações trabalhistas tiveram influências diversas nas Universidades Públicas. Desde a ingerência político-partidária na perspectiva de fazer base de sustentação através do empreguismo e do clientelismo, até motivações de cunho ideológico, objetivando introduzir na estruturação da vida universitária a lógica da empresa capitalista. Assim, além de investir contra o regime de plena dedicação à docência e a estabilidade do magistério, a CLT e os contratos precários instalaram a desorganização nas instituições públicas.

O Regime Jurídico Único (RJU)

O Regime Jurídico Único (RJU) representa, ainda hoje, uma das maiores conquistas da sociedade brasileira com implicações diretas para os serviços e servidores públicos, bem como para a organização sindical da categoria. Pode-se afirmar que o trabalho realizado por várias entidades de servidores públicos federais para garantir o RJU na Constituição Federal (Artigo 39), em 1988, e sua posterior aprovação (Lei nº 8.112, de 12/12/1990), constitui-se a primeira experiência concreta de uma luta sindical, que inclusive foi elemento decisivo para a formação da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF). O trabalho culmina, em 1991, com a derrubada de vetos interpostos por Collor ao RJU, numa das maiores mobilizações da história dos servidores públicos federais. O RJU - que estabeleceu a unicidade das relações de trabalho dos servidores em todo o Brasil - juntamente com o reajuste salarial linear, se constituía em importante instrumento para a unidade de luta da categoria.

Importante resgatar, mesmo que sumariamente, o debate ocorrido à época do processo de discussão e aprovação da Constituição, com importante participação do ANDES-SN, sobre o estatuto do trabalho a ser adotado para os servidores públicos. O ponto central da discussão estava no caráter do Estado e sua administração. Enquanto a concepção estatutária visava responder à necessidade de reprimir e impedir a organização sindical dos servidores públicos, a concepção celetista objetivava instituir um papel privatista às relações de trabalho do Estado prestador de serviços à população. A finalidade do Estado enquanto tomador de serviços é distinta daquela do setor privado: o primeiro busca nas relações de trabalho o atendimento às necessidades da população; o segundo busca o lucro.

Quanto à garantia da estabilidade, se para o desempenho das atividades no conjunto dos serviços públicos ela é fundamental, nas Universidades ela adquire uma importância crucial, pois o exercício da crítica, do criar, do inovar são indispensáveis no fazer acadêmico. O que só é possível se o exercício do trabalho for a serviço do Estado e não do governante e/ou patrão do setor privado.

De servidores públicos a empregados públicos

Um dos temas da Reforma do Estado Brasileiro é a conceituação geral para o enquadramento do funcionalismo público no chamado “ajuste” neoliberal, tendo como pano de fundo a privatização dos serviços públicos (saúde, educação, energia, telefonia, água e saneamento entre outros). É neste contexto que foram e vêm sendo realizadas uma série de reformas, dentre as quais destaquem-se a da educação (Emenda Constitucional Nº 14, LDB, PNE, Avaliação Institucional, Escolha de Dirigentes, Educação Profissional, etc.), a Administrativa (Emenda Constitucional Nº 19) e a da Previdência (Emenda Constitucional Nº 20).

É no bojo da Reforma Administrativa que se altera drasticamente o RJU, que se criam as carreiras típicas das funções de Estado – mantendo-se para estas o RJU – e o Emprego Público, a ser regido pelo regime de contratação da CLT, para as demais áreas do serviço público.

A proposta do MEC que objetiva implementar o Emprego Público nas Instituições de Ensino Superior, atualmente abrangidas pelo RJU, significa um avanço na adequação da Universidade Brasileira ao projeto neoliberal, e com isso o desmonte do caráter público da educação. Ressalte-se que o Emprego Público se contrapõe à concepção da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, inviabilizando entre outras questões: a implantação da Proposta de Carreira Única para o Magistério Superior e a construção de um Padrão Unitário de Qualidade para a Universidade Brasileira.

O Emprego Público reintroduz na Universidade Pública o regime da CLT e formaliza duas categorias de professores: “o de nível e o sem nível (precarizado)”. Enfatize-se que as relações de trabalho no âmbito do serviço público não podem ser reguladas pelo direito privado, dado a sua natureza. A finalidade social do Serviço Público é incompatível com a CLT. Esta, ao objetivar a garantia da reprodução do capital, no caso da universidade, é inadequada para garantir o princípio constitucional da autonomia universitária e a independência da produção científica.

Ainda sobre avaliação do significado e do impacto do Emprego Público, aliado à avaliação, na vida universitária, o ex-presidente do ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch, com muita propriedade coloca que *“Mais do que privilegiar a avaliação quantitativa à qualitativa, dois outros componentes sérios tentam ser impostos pela redefinição do estatuto do trabalho*

docente (e também pelas propostas de avaliação institucional): 1 – o estabelecimento de uma ruptura ética entre o processo e o produto, isto é, o desempenho final resumido em indicadores de eficiência faz sucumbir do âmbito da racionalidade institucional e do trabalho acadêmico o conjunto de valores e métodos sobre os quais a “eficiência” corre, os fins (abstraidos de seu significado social) justificariam os meios; 2 – o condicionamento das atividades fins da universidade, lá no seu cerne, lá na sala de aula, aos interesses imediatos do mercado, do processo de acumulação privado, fechando a porta para a crítica e a divergência. O ‘provão’ a GED e mesmo o achatamento salarial são temas que há muito estão na pauta do governo, mas pelo momento e pela forma de aplicação, tornaram-se obras-primas nisto” (Revista Universidade e Sociedade, nº 22, nov./2000, p. 106).

Dessa forma, o Emprego Público significa um importante avanço na política do Banco Mundial que impossibilita o Brasil construir a Universidade como instituição pública, mantida pelo Estado, gratuita, autônoma, socialmente referenciada, assentada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e no Padrão Unitário de Qualidade.

Emprego Público X Organização Sindical

Do que foi apresentado no item anterior pode-se sintetizar que, entre outras questões, a implantação do regime de Emprego Público no Sistema Federal de Ensino Superior – aliás a sua adoção dificultará e até mesmo tornará impeditivo o uso do termo sistema – significa: avançar no processo de privatização interna; vincular as atividades acadêmicas à lógica do mercado; avançar na precarização das relações de trabalho, inclusive com sua formalização/legalização; romper com quaisquer perspectivas de adoção da proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira e, mesmo que pontualmente, no que se refere à Carreira Única vinculada a um Plano Nacional de Capacitação Docente.

Dado o exposto, é também fundamental e imprescindível relacionar a proposta de Emprego Público com a organização sindical. Busca-se com isto avaliar as conseqüências do estatuto do Emprego Público na organização sindical dos servidores públicos federais e, em especial, para o ANDES – Sindicato Nacional.

Não há dúvidas sobre a importância da Constituição Federal de 1988 para a organização dos servidores públicos. Ao garantir o direito da categoria de se organizar sindicalmente e ao adotar o Regime Jurídico Único, enquanto um regime que instituiu a unicidade de relação de trabalho, possibilitou ela um maior nível organizativo e uma rica experiência de luta conjunta dos servidores públicos federais, através de greves, campanhas, ações pontuais como a luta pela aprovação do RJU, fóruns, etc., onde duas questões foram centrais: a isonomia e a unidade.

Assim, não deve também haver dúvidas sobre as conseqüências negativas da Reforma neoliberal do Estado Brasileiro, com ênfase na administrativa, sobre a organização sindical e conseqüentemente para a mobilização do conjunto dos servidores públicos.

Do conjunto de mudanças nefastas, com implicações diretas na organização sindical e encaminhamento de lutas conjuntas, destaquem-se: a política salarial fundamentada no rompimento de qualquer possibilidade de isonomia salarial, privilegiando reajustes diferenciados através de gratificação com base na produtividade (GED e GID são exemplos); adoção de carreiras de funções típicas de Estado (regidas pelo RJU) e do Emprego Público; alterações significativas no RJU e na legislação que dispõe sobre o exercício do Mandato Classista. Dentre estas questões merece especial atenção o Emprego Público que, em função de sua concepção e características, se implantado, consolidará e concretizará a fragmentação e o enfraquecimento da organização sindical com desdobramentos negativos para o encaminhamento de lutas conjuntas, com graves perdas para a unidade do conjunto dos servidores públicos.

É neste contexto que se deve avaliar as implicações do Emprego Público na organização do ANDES – Sindicato Nacional, com ênfase para o setor dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), caso a proposta do MEC seja enviada ao Congresso Nacional e venha a ser aprovada. Para se entender as conseqüências drásticas à organização sindical do Movimento Docente e, conseqüentemente, compreender a abrangência das conseqüências do Emprego Público à organização sindical e, paralelamente, ao encaminhamento das lutas, necessário se faz resgatar, mesmo que sinteticamente, a história de luta do ANDES-SN tendo como pano de fundo a isonomia salarial e a carreira única.

A própria criação, em 1981, da ANDES (Associação de abrangência nacional, conjugando as associações Docentes espalhadas por todo território nacional) está estreitamente relacionada com a primeira greve, unificada nacionalmente, de docentes universitários de cerca de 30 Instituições Federais de Ensino Superior autárquicas. Este movimento conjunto das Associações Docentes se constituiu na primeira experiência sindical unificada reivindicando plano de carreira, aumento salarial e mais verbas para a educação. Enquanto marco histórico registre-se a conquista do Plano de Carreira para as Instituições Autárquicas, garantindo ainda a isonomia salarial. Em 1985, a greve dos docentes das fundações universitárias conquista a unificação de todas as carreiras.

Finalmente em 1987, em uma greve histórica abrangendo os docentes das autarquias e fundações, conquista-se a unificação completa do sistema federal de ensino superior, fortalecendo ainda mais o caráter nacional e sindical da ANDES, ainda enquanto entidade associativa por força de lei. Sobre esta conquista e Todos os benefícios que nós conseguimos de um sistema forte, isonômico, até onde foi possível mantê-lo em função dos planos os riscos de reversão, o ex-presidente da ANDES, Newton Lima Neto, já em 1997 quando ainda não pairava a ameaça de adoção do Emprego Público, afirmava: *“econômicos; unificado em termos nacionais, com dignificação de carreira, com carreira única que até hoje é a mesma... tudo conquistado em 1987, numa greve que, no meu entender, é absolutamente sem precedentes, histórica, por todos os resultados que trouxe – e todos nós colocados como servidores públicos, exatamente o que o governo tenta hoje, em nome da flexibilidade e de autonomia gerencial, reverter”* (Revista Universidade e Sociedade, nº 13, 1997, p. 146). O exposto mantém-se atual e agravado face a proposta do MEC de Emprego Público.

Assim, a história de luta do ANDES-SN tem sido pautada, entre outras questões importantes, pela conquista e manutenção da isonomia salarial e da Carreira Única nas IFES, conquista que se busca estender para todas as Instituições de Ensino Superior.

É relevante enfatizar a importância da isonomia salarial e da carreira única como instrumentos estratégico-políticos para a organização e unidade interna do MD, constituindo-se em elementos de sustentação da concepção de sindicato construída ao longo da história do ANDES-SN. Já no XXVI CONAD, realizado em Natal no ano de 1993, alertava-se para o risco que significa a quebra da isonomia e da carreira única para o caráter nacional do sindicato, que representa todos os docentes em atividades nas Instituições de Ensino Superior e professores aposentados.

Hoje, a proposta de Emprego Público para as IFES reforça a política do MEC de diferenciação e discriminação e, com isso fragmentar a categoria docente através do tratamento dado aos aposentados e professores que desempenham atividades de 1º e 2º graus nas IFES. Além do que consolida a figura do atual professor substituto ou similar, avançando no processo de precarização das relações de trabalho. Quanto à relação desta questão com a organização sindical, as conseqüências poderão ir da fragmentação do movimento até a alterações na base que o representa.

Refletir sobre esta matéria e montar estratégias para viabilizar ações de enfrentamento a mais esta nova investida do governo FHC contra a categoria docente, a organização sindical e a universidade pública brasileira é tarefa urgente e necessária que se apresenta no horizonte político.

TR – 50

III. ENCAMINHAMENTOS

Neste momento crucial para a manutenção da Universidade Pública e de direitos conquistados pela categoria docente e, sem deixar de reafirmar as propostas já aprovadas em Congressos e CONAD's que continuam fazendo parte da agenda política do ANDES-SN, propõe-se como prioridade para o Plano de Lutas do Setor dos Docentes das IFES para o ano 2001 quatro grandes e importantes pontos: a luta contra o Emprego Público; a luta pela implantação da Carreira Única do ANDES-SN; a luta pelo reajuste salarial; e a defesa intransigente do direito à organização sindical.

1 - Luta contra a implantação do Emprego Público no Sistema Federal de Ensino Superior

- 1.1 - Defender a manutenção do Sistema Federal de Ensino Superior, garantindo:
- a) a manutenção do Regime Jurídico Único;
 - b) a manutenção dos Colégios Técnicos, Escolas Agrotécnicas e Colégios de Aplicação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES);
 - c) a preservação da identidade dos CEFET's como Instituição de Ensino Superior;
 - d) a manutenção e todos os níveis e modalidades de ensino existentes nas IFES;
 - e) a inclusão de todos os docentes de 1º e 2º graus das IFES na Carreira Única;
 - f) dotação orçamentária necessária para o pleno desempenho das atividades nas IFES;
 - g) o combate à política governamental de expansão, favorecimento e fortalecimento da privatização da educação, submetida à lógica do mercado.
- 1.2 o de concurso público, pelo RJU, de todas as vagas existentes e, na seqüência, ampliação do número de vagas;
- 1.3 Lutar pela extinção de todas as formas de precarização do trabalho docente tais como: professores substitutos, voluntários, estágio docente de bolsistas, celetistas, convênios com fundações para a contratação de professores, etc.;
- 1.4 Combater a privatização interna das IFES, implementando a resolução aprovada no 41º CONAD, realizado em Pelotas-RS, em Novembro de 2000;
- 1.5 Combater quaisquer formas de tratamento diferenciado e discriminatório a segmentos da categoria docente, como por exemplo, a professores de 1º e 2º graus e a professores aposentados;
- 1.6 Lutar para garantir a isonomia constitucional entre professores em atividade, aposentados e pensionistas, garantindo que os recursos para pagamento dos docentes aposentados sejam mantidos na folha das IFES;
- 1.7 Combater todas os instrumentos e ações que afrontam à democracia interna das IFES, com ênfase à escolha de dirigentes e participação dos três segmentos (docentes, técnico-administrativos e alunos) nas instâncias deliberativas;
- 1.8 Implementar ações no sentido de que a ANDIFES se posicione contrária ao Emprego Público e lute contra sua implementação nas IFES, garantindo, assim, a manutenção do RJU;
- 1.9 Realizar campanha publicitária contra o Emprego Público.

2 - Luta pela implantação da Proposta do ANDES-SN para Carreira Única, acompanhada de Plano Nacional de Capacitação Docente

- 2.1 - Reafirmar a Proposta do ANDES-SN para Carreira Única, evitando qualquer processo de revisão;
- 2.2 Encaminhar ações que mobilizem a categoria docente em defesa da implantação da proposta de Carreira Única;
- 2.3 Realizar Campanha pela implementação da Proposta do ANDES-SN para a Carreira Única, estudando a viabilidade, enquanto uma das peças da Campanha, da proposta de uma Cartilha Nacional (sugestão em anexo).

3 - Luta pelo reajuste salarial

- 3.1- Retomar o debate sobre a pauta de reivindicações dos Servidores Públicos Federais, com ênfase no reajuste salarial linear (75,48% pelo ICV do DIEESE, até dezembro de 2000) e pela incorporação imediata da GAE aos salários básicos, proventos e pensões, pelo valor mais alto;
- 3.2. Lutar pela implementação imediata do piso salarial da carreira docente do ANDES-SN

bens nas mãos de cada vez menos pessoas. Por outro lado, pode ser evidenciado nas medidas adotadas até o presente, entre as quais destacam-se as privatizações e a retirada de direitos dos trabalhadores.

A desresponsabilização com as questões sociais por parte do Estado Brasileiro vem se refletindo nas políticas para a área social – Previdência, Saúde, Educação, Trabalho, Bem Estar e Assistência Social - . Os investimentos que deveriam se realizados são reduzidos para 1/3 das verbas prevista no orçamento.

A desresponsabilização com a área educacional vem trazendo severas conseqüências entre as quais, um baixíssimo nível de proficiência dos educandos, o dismantelo da ampla base nacional de desenvolvimento científico & tecnológico de nosso País, o que coloca o Brasil em um tremendo atraso tecnológico cabendo-lhe o papel predominante de mero consumidor na divisão internacional do trabalho.

Condenar um povo a ignorância e ao atraso é um crime previsto na Constituição Nacional, pois ameaça a soberania e a cidadania de um povo. É o direito a vida digna, a liberdade, a segurança e a propriedade que está sendo aviltado (Artigo. 5 do Capítulo I Título III da Constituição Nacional).

Defender a UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA SOCIALMENTE REFERENCIADA, é portanto uma LUTA DE TODOS.

A defesa da Universidade Pública passa pela necessária garantia dos direitos dos que a fazem, docentes, técnicos-administrativos e estudantes.

As greves ocorridas no ano de 2000, tanto pelo seu caráter de greve dos Serviços Públicos, como pela unidade que construíram, como pelo poder de enfrentamento junto aos demais servidores públicos, deixaram lições que devem permitir elevar nosso patamar de luta.

Estas lições dizem respeito:

1 - A ampliação da luta de defesa dos serviços públicos e da educação pública com os demais setores organizados, principalmente partidos políticos de esquerda e os movimentos sociais organizados;

2 - A penetração cada vez mais consistente no seio da sociedade em geral com a proposta de defesa da Educação Pública – Universidade Pública – tirando o DIA NACIONAL DE DEFESA DA UNIVERSIDADE, em que tanto os segmentos internos – professores, técnico-administrativos, estudantes, quanto os setores das Universidades Particulares, Estaduais e Federais se unifiquem em tal defesa;

3 - A necessidade imperiosa de garantir a existência de um Sindicato Livre, Independente, de caráter reivindicatório e confrontacional, enquanto uma das mais importantes instâncias de defesa dos direitos dos trabalhadores, exigindo-se a ratificação da Resolução da OIT n.º 87 , o que ainda não foi feito por parte do Brasil e, assegurar a democracia interna, a mobilização e a organização pela base, o respeito e o devido encaminhamento das deliberações das instâncias legítimas do sindicato.

4 - O diálogo cultural, amplo, irrestrito, acerca da universidade, a ser travado principalmente com os setores internos que hoje se mantém indiferentes à privatização “branca”, resgatando-se o papel formulador da Universidade e de suas instâncias organizativas de classe.

O confronto em que estamos inseridos é o confronto de Projetos históricos, é o confronto de Projetos de Universidade completamente distintos.

A luta não nos dá trégua e temos que radicalizar significando isto que não podemos abrir mão, fazer concessões.

As reformas em curso só poderão ir às últimas conseqüências com a concordância ou a indiferença da classe trabalhadora e de seus sindicatos.

A História vem nos mostrando que cair na esparrela de “negociação” com o governo introduziu mecanismos destruidores entre os trabalhadores. Estão aí os exemplos da GED, da GID e agora, etapa final, o Emprego Público. Mostrou também que firmaram-se “nós” difíceis de desamararr. Sofremos arranhões que nos podem levar a gangrena.

Para manter a linha de construção de um sindicalismo combativo, de luta, articulado internacionalmente, porque a luta é internacional, nos cabe a responsabilidade de indicar as nossas direções sindicais que queremos ver o Sindicato recolocado no rumo do enfrentamento da luta de classes e não no rumo da colaboração de classe.

A defesa do sindicalismo independente, unitário e de luta, retomando a trajetória histórica dos sindicatos combativos – verdadeiras escolas onde está delimitado o projeto socialista de sociedade depende do pleno funcionamento das instâncias democráticas e formuladoras do Movimento. Dependem da Mobilização, da organização, da participação.

TR - 51

Portanto, o 20º CONGRESSO NACIONAL DO ANDES propõe e delibera sobre

1 - Retomar e ampliar a luta em defesa dos Serviços Públicos e da educação pública, com os demais setores organizados, principalmente partidos políticos de esquerda e os movimentos sociais organizados;

2 - Opor-se com veemência ao Anteprojeto de Emprego Público do Governo vez que o mesmo aponta para quebra dos princípios que o governo vem insistente e fortemente defendendo, não participando de instâncias de elaboração de normatizações.

3 - Propor, juntamente com os demais segmentos Unificados da Educação (UNE, FASUBRA, SINASEF, ANDES-SN), demais setores das Universidades – Estaduais, Particulares e Federais -, o DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA UNIVERSIDADE;

4 - Reivindicar que o Brasil assine a Convenção Número 87 da OIT que garante aos trabalhadores o direito de construir um Sindicato Livre, Independente, de caráter reivindicatório e confrontacional, representando uma das mais importantes instâncias de defesa dos direitos dos trabalhadores.

5 - Combater todas as formas de perseguição e autoritarismo que colocam em risco a integridade dos sindicalistas e ameaçam a luta sindical. .

6 - Intensificar nas Seções Sindicais do ANDES-SN o trabalho de mobilização e organização de forma a retomar o papel do Sindicato de incentivador do debate cultural e o de formulador de proposições para a consolidação de uma Universidade Pública, Gratuita, Socialmente Referenciada.

MODIFICAÇÃO NO TEXTO RESOLUÇÃO PROPOSTA PELA ASSEMBLÉIA DA APUB, REALIZADA NO DIA 25.01.2001.

1 – Retirar o item 4

2 – Incluir como item 4 a seguinte proposta de resolução: Caso o Governo Federal insista na nova modalidade de emprego público, com celetização e sua consequente precarização das relações de trabalho dos docentes das instituições federais de ensino superior, IFES, a ANDES-SN radicalizará a sua posição de defesa da universidade pública, reivindicando e pugnando pela Carreira Típica de Estado para os docentes do sistema federal de ensino superior.

TEMA III - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS.

TEXTO 52

TEMA III

Contribuição do Prof. Jonicael Oliveira – Sindicalizado da APUB SSind. – Faculdade de Comunicação

ESTRATÉGIAS POLÍTICO-COMUNICACIONAIS DO MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO APOIO

A comunicação, hoje, não pode ser relegada a segundo plano pelos trabalhadores, manuais ou intelectuais, e demais segmentos da estrutura de classe, de etnia e gênero, constituintes da maioria subalterna da sociedade capitalista, excludente, perversa e autoritária. Por traz das oito famílias que controlam os principais **media** tradicionais, os novos e as redes digitais, associadas ao capital estrangeiro, na atual conjuntura da globalização neoliberal, estão as necessidades de reprodução das políticas e dos valores culturais das burguesias nacionais e do capital desterritorializado. Os **media** são os espaços irradiantes modernos das ideologias, da cultura, da educação e da política. Dos iletrados aos pós-doutores das nossas universidades, somos todos envolvidos nas tramas sutis dos conteúdos difundidos, a todo instante, simultaneamente, pelos **media**, que pautam e abordam questões, ligadas ou não à vida cotidiana, sem que percebamos o quanto mexe no nosso **estar** e na **intervenção** que fazemos no sindicato, na universidade e na sociedade. Na modernidade tecnológica industrial capitalista, estes ocupam as posições privilegiadas e eficazes dentre os aparelhos ideológicos **de classe** do Estado mínimo, reconfigurado na constelação do poder globalizante neoliberal no atual estágio do capital.

Somos ainda capazes de construir o conhecimento socialmente necessário para transformar o mundo em que vivemos. Todavia, se o saber que produzimos nas universidades contiver, em processo permanente, as interações necessárias com as demandas sociais das maiorias excluídas do trabalho, da informação, de instrumentos próprios da comunicação, do saber, das trocas culturais e das instâncias democráticas do poder, inerentes ao projeto de sociedade que estamos construindo em correspondência ao cotidiano das lutas sociais travadas em nosso país e, por nossos pares, em todo o mundo.

Nas sociedades ditas democráticas, como a nossa, onde o capital é hegemônico, o poder é autoritário, o desemprego é crescente, o serviço público privatiza-se e a miséria generaliza-se, se isoladas, as categorias sociais e de trabalhadores, exploradas e excluídas, não conquistam os direitos sociais, em especial, o exercício de sua cidadania. Por outro lado, as greves e demais formas de manifestação pública da categoria docente, discente e de servidores, por salários, gratuidade do ensino, verbas, autonomia, democracia, qualidade da educação, reivindicatórias e políticas gerais, a exemplo da defesa da universidade pública, gratuita, democrática e qualidade socialmente referenciada, não se expressam, não adquirem significados políticos e/ou conquistam a opinião pública, sem, contudo, penetrarem, de modo extensivo, nos espaços dos **media**. As bandeiras de lutas, os eixos políticos, as pautas reivindicatórias, precisam ser conhecidas, debatidas, assumidas pelos nossos pares, no interior da categoria docente. Além das formas diversas de manifestações e de pressão política, internas e externas, em cada universidade e na sociedade, o debate, as reuniões, seminários e assembléias gerais, da categoria e conjuntas, precisam vir acompanhadas de cartazes, faixas, boletins, jornal, revista, programa de rádio, vídeo, tv, peças teatrais, músicas, expressões literárias, etc. A estes, associa-se, hoje, as rádios comunitárias, a internet, os canais públicos da tv a cabo.

O movimento docente, a nível nacional, precisa manter-se atualizado em relação as estratégias político-comunicacionais definidas em Congresso e nos CONADs, prevendo-se, para tais, os instrumentos eficazes de circulação interna da informação na categoria, seus modo de gestão, produção e distribuição. E, externamente, as articulações políticas permanentes com os demais categorias de trabalhadores da área pública e privada e os movimentos sociais da esfera dos excluídos, em lutas por políticas públicas e cidadania, ampliando-se, inclusive, para a adesão

das entidades da "sociedade civil", sob pena de não constituir-se, de modo consistente, como movimento social transformador conseqüente na esfera da política. Sabemos o quanto somos díspares e, ao mesmo tempo, unos, em parte, quando nos transformamos de *categoria* em *movimento*, e como tal, compartilhamos de uma série de ações mobilizadoras localizadas circunstancialmente nas pautas das reivindicações do conjunto dos docentes. Momentos singulares em que os docentes tomam consciência de que as ações políticas, a exemplo das greves, são necessárias e de que estas ações devem ampliar-se, para além dos estudantes e servidores, por toda a sociedade.

A democracia na comunicação, na universidade, sociedade e, em particular, no sindicato, mais que uma bandeira de luta, é um princípio básico do movimento docente. Sem que haja uma constante discussão pelas bases do MD sobre as concepções e práticas sindicais adotadas pelas ADs e ANDES-SN, além das pautas reivindicatórias, lutas gerais e eixos políticos, votadas em assembléias e congressos e legitimadas pelo conjunto dos docentes, o movimento tende a refluxos cíclicos. Na universidade, a leitura crítica acerca da precariedade intencionada, via sucateamento; da substituição do RJU pelo Emprego público; da adesão mercantil de dirigentes e docentes às práticas privatizantes; da legislação e resoluções para o desmonte do caráter público da instituição; E, como "resistência cultural" dos docentes a tudo isso, a reconstrução do discurso em defesa da universidade que queremos, passa, portanto, pela programação de fóruns diversos de debate público e dos instrumentos midiáticos, inclusive, pela gestão pública das rádios e tvs universitárias. Na sociedade, as estratégias político-comunicacionais devem ser implementadas via articulação da ANDES-SN com entidades representativas dos movimentos sociais, a exemplo do MST, recorrendo-se aos instrumentos próprios de comunicação do MD e sua inserção possível nos **media**. Na comunicação interna sindical, democratizar significa quebrar a tradição da unilateralidade do discurso dos dirigentes (Andes, ADs), garantindo a democracia no sindicato. Na comunicação em toda a sociedade, a ANDES-SN e ADs devem: 1) promover a rearticulação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; 2) pressionar os parlamentares para instalação dos Conselhos de Comunicação; 3) aderir à ABRAÇO na luta pela radiodifusão comunitária; 4) participar dos canais comunitários e universitários da TVA e das experiências na rede digital. Democratizar a comunicação em todas as esferas da sociedade deve ser uma das estratégias do movimento docente ante as investidas dos **media**, do governo e seu projeto neoliberal.

Pensar e implementar um projeto de política de comunicação do movimento docente, em particular do ANDES-SN, significa, antes de tudo, decidir claramente pela sua constituição em termos midiáticos. Define-se, então, no domínio da produção simbólica, que imagem, que idéias, que conteúdos devem ser materializados na sociedade. Em efeito, o que deve pensar a opinião pública nacional a respeito da categoria - suas causas justas - e de suas ações reivindicatórias e políticas enquanto movimento social constituído. Toma-se como referência, sua imagem construída no percurso da história social da universidade no Brasil; sua formação como categoria privilegiada no contexto do trabalho intelectual; seu papel no processo de construção do conhecimento - a ciência, a tecnologia, o pensamento social; sua tendência a assumir uma postura crítico-transformadora ao intervir nos campos da vida material, da cultura, da política e, de modo abrangente, na totalidade social, construindo, nos domínios do saber e na luta social, novos horizontes sociais e políticos, possíveis de alterar, sob determinadas condições histórico-sociais objetivas e subjetivas, a conjuntura nacional e internacional, modeladoras do Brasil como nação dependente no processo da globalização capitalista.

Ao construir-se como movimento social, consistente e qualificado do ponto de vista político, a exemplo do MST, a categoria docente deve dispor de um projeto político, que defina seus rumos, indique e oriente suas ações reivindicatórias e políticas gerais e justifique para si mesmo e para a sociedade os modos de intervenção e as suas práticas no sindicato, na universidade e demais esferas da sociedade. Não se trata de um projeto acabado. Este projeto não deve ser entendido como um produto cultural elaborado por especialistas da ciência política, da comunicação, ou modernamente, da midiologia. Sua construção dá-se de modo processual sempre demarcado por matrizes ideológicas, definições congressuais e práticas sindicais, incluídas as acadêmicas, que configuram as práticas sociais da categoria e seu compromisso político com o projeto de universidade e de sociedade que queremos. Projetos, onde o docente não é – e jamais será – seu sujeito coletivo exclusivo. Somente ao lado dos estudantes, dos servidores, dos trabalhadores em geral e das categorias sociais excluídas em luta por políticas públicas, os docentes avançam na luta em defesa da universidade pública,

gratuita, autônoma, democrática e de qualidade social referenciada. Ao construir na opinião pública a idéia de que a **universidade é necessária**, associada à esta, o movimento docente projeta simbolicamente sua imagem, redimensiona sua significação política, se configura como sujeito histórico, faz-se mídia.

TR – 52

1. Rearticular o sindicato com as entidades nacionais e locais para que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e os Comitês Regionais sejam reativados;
2. Integrar o sindicato ao movimento em defesa da radiodifusão comunitária, participando das ações promovidas pela ABRAÇO e entidades estaduais;
3. Que o GTCA estude a viabilidade de participação do sindicato na ARLIVRE, Agência do rádio livre das comunidades e na www.acauanfm.ufba.br, juntamente com a UNE, FASUBRA, SINASEFE, na perspectiva de uma rádio [via internet 2] das comunidades universitárias brasileiras;
4. Que o ANDES-SN realize um seminário nacional, no DF, no 1º semestre de 2001, para rediscutir o projeto de política de comunicação do movimento docente;
5. Ampliar a participação das ADs no GTCA, formar novos GTs locais e definir um calendário de discussão sobre mecanismos de comunicação interna, atividades de arte e ações para a democratização da comunicação;
6. Que o sindicato, através do GTCA e das ADs, desenvolvam estudos e ações visando a produção de programas e a participação dos docentes na gestão das rádios e tvs universitárias, bem como dos canais comunitários e universitários das TVA, via cabo;
7. Que o GTCA rediscuta a proposta de constituição de um Conselho Editorial para o Informantes, além do conselho editorial da revista e possíveis alterações no Site do ANDES-SN.
8. Que o FNDC, incluída o ANDES-SN, pressione os parlamentares para a instalação do Conselho Nacional de Comunicação Social e aprovação e instalação dos Conselhos nos Estados e Municípios;

MODIFICAÇÃO NO TEXTO RESOLUÇÃO PROPOSTA PELA ASSEMBLÉIA DA APUB, REALIZADA NO DIA 25.01.2001.

1 – Retirar o item 4

TEXTO 53

TEMA III

Contribuição 2 da AG da ADUFSCar - Seção Sindical de 23/01/2001

A democracia interna do ANDES-SN e suas instâncias deliberativas - Parte II

TEXTO APOIO

A dinâmica dos eventos do ANDES-SN tem sido objeto de permanente discussão dentro do movimento docente. As conturbadas discussões nos trabalhos dos grupos mistos, com reflexos nas plenárias dos diferentes temas tornam, na maioria das vezes, cansativo e desgastante (física e mentalmente) o processo de deliberação.

Os motivos que dão origem a esta situação são vários, por exemplo: falta de pontualidade dos participantes, organização dos textos e conseqüentemente do caderno de textos, falta de preparação prévia dos participantes, forma de condução dos trabalhos pelas mesas (dos grupos e das plenárias) etc.

Estes fatos deixam claro que há necessidade de que sejam implementadas formas de organização que, ao menos, minimizem os problemas apontados, tornando portanto mais ágil a dinâmica dos trabalhos, além do que - principalmente, preservando e aprimorando o respeito aos princípios do MD, aos debates feitos nas bases. Muito tem sido dito sobre este tema, mas poucas proposições efetivas têm sido apresentadas nesta direção.

Um dos princípios que, a nosso ver, tem obrigatoriamente que perpassar todos os processos de tomada de decisões, é o que se refere à mais estrita observância e fidelidade à democracia interna do MD, arduamente construída e aperfeiçoada desde a fundação da então Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (e lá se vão 20 anos de história!) até os dias de hoje, sob a caráter de Sindicato Nacional.

O principal alicerce desta democracia é o respeito às discussões e deliberações das instâncias de base do Sindicato, que são as Assembléias Gerais das Seções Sindicais e AD's Seções Sindicais. É nessa instância deliberativa que é possível uma maior participação de todos os sindicalizados, apresentando, discutindo e aprovando propostas e encaminhamentos a serem apreciados pelas demais instâncias do SN. As decisões de Assembléias Gerais são, pois, a única fonte legítima que deve orientar, nos eventos nacionais e/ou regionais, a atuação daqueles cujo papel, enquanto delegados, deve ser o de representar com justeza o conjunto de sindicalizados de suas bases.

Pela estrutura do ANDES-SN, faz-se necessário que as posições das Assembléias Gerais, ou outras instâncias de deliberação coletiva das Seções Sindicais e AD's Seções Sindicais, sejam aquelas objeto de discussão e deliberação, principalmente em CONAD's e CONGRESSOS.

Neste sentido a ADUFSCar Seção Sindical apresentou, no 37o CONAD, (e por isso a menção, no título, ao termo "Parte II"), Texto de Resolução (TR 16), que estabelecia prazos nas convocações dos eventos nacionais, propiciando a todos condições de apresentar suas propostas, para serem analisadas pelo conjunto do MD. Este Texto de Resolução foi aprovado pelo 37o CONAD; a proposta referendada, combinando os dois aspectos mencionados - dinâmica dos eventos e democracia interna, garante prazos para a apresentação de propostas para os Cadernos de Texto (e também um 'Anexo'), mas também permite a apresentação de propostas após estes prazos, desde que o(s) proponente(s) se responsabilizem pela reprodução dos mesmos para os participantes do evento. Infelizmente, isto - que deveria ser uma absoluta exceção nos nossos eventos, tem-se se tornado uma prática usual. É comum que, ao serem iniciados os trabalhos dos eventos (inclusive diretamente nos grupos), uma grande enxurrada de novas TR's sejam apresentadas, fazendo, em algumas ocasiões, com que na verdade ocorra um "novo" evento, muito diferente daquele que foi (ou deveria ter sido) discutido e preparado pelas instâncias de deliberação de base. Em conseqüência, são dramáticos os reflexos desta situação, em relação às duas temáticas que aqui estamos tratando: as novas TR's tumultuam os trabalhos dos grupos e, ainda mais gravemente, ferem a democracia interna do nosso Sindicato, na medida em que não foram submetidas a quaisquer discussões em instâncias de base outras que não a dos proponentes.

Obviamente, não se deve impedir de forma cabal que haja apresentação de propostas pela via que acima acabamos de criticar, pois fatos imprevistos ocorridos após os prazos fixados podem levar à necessidade da apresentação de propostas de textos de resolução que dêem resposta ao novo quadro estabelecido. **A tese que aqui defendemos é que estes casos só devem ser permitidos se comprovadas circunstâncias absolutamente excepcionais que o justifiquem.** Nossa posição é que a utilização deste expediente em situações corriqueiras - como tem ocorrido, é uma forma de subtrair do debate das bases propostas que poderiam perfeitamente ter sido apresentadas nos prazos fixados.

É neste sentido que a AG da ADUFSCar Seção Sindical de 23/01/2001 aprovou a seguinte atualização do Texto de Resolução aprovado no 37o CONAD.

TR - 53

O XX Congresso do ANDES-SN delibera:

1 - As convocações dos eventos nacionais de caráter deliberativo do ANDES SN devem ser acompanhadas de um cronograma que estabeleça os seguintes prazos:

- a) Mínimo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas contribuições ao Caderno de Textos;
- b) Mínimo de 20 dias, contados a partir da distribuição do Caderno de Textos, para que as Seções Sindicais e AD's Seções Sindicais possam apreciar as análises e propostas apresentadas no mesmo;

c) Mínimo de 10 dias de antecedência do Congresso para publicação de Anexo, incluindo: correções e análises do Caderno de Textos original e novas propostas

2 - Após a publicação do Anexo, qualquer novo texto somente poderá ser submetido a discussão no evento se aprovada sua inclusão pela Plenária de Instalação. Para a apreciação pela Plenária de Instalação, o novo texto deverá apresentar uma justificativa demonstrando a necessidade da sua apreciação no evento e os fatos excepcionais que levaram à apresentação fora dos prazos fixados.

2.1 A inclusão de novos textos deve ser aprovada por maioria simples dos delegados presentes.

2.2 - No caso de aprovação da inclusão de novos textos, cabe à comissão organizadora a responsabilidade da reprodução dos mesmos para o conjunto de participantes do evento.

TEXTO 54

TEMA III

Contribuição da Diretoria da ADUNESP

QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO APOIO

A Adunesp transformou-se em seção sindical do Andes-SN em 1991, fazendo um plebiscito na sua base e adequando o seu regimento ao Estatuto da entidade nacional. A estrutura da Universidade é multicampi e isso sempre refletiu na forma de organização da Adunesp S.Sind, desde a criação da Associação dos Docentes da Unesp em 1976. Aprovado pela categoria e posteriormente pelo congresso do Andes-SN, o nosso regimento estabelece que a filiação dos professores à Adunesp S.Sindical, pode se dar de duas maneiras: a) por intermédio da AD regional existente, mediante solicitação desta ou, b) diretamente à Adunesp S. Sindical.

Na época procurou-se aproveitar as estruturas das Associações Docentes existentes na Unesp, como uma forma de organizar a categoria por local de trabalho e aproveitar as estruturas já existentes. Essas associações locais desfrutam de autonomia nos termos do regimento da Adunesp S. Sindical. Inclusive, algumas preservaram estatutos/regimentos e CNPJ próprios. Assim, na transformação da Adunesp em S. Sindical do Andes-SN, manteve-se nela a existência, em cada campus da Unesp, de uma Regional, com sua respectiva diretoria local. No regimento a Plenária da Adunesp se constitui como a segunda instância de deliberação. Instância inferior apenas ao congresso. Essa plenária se reúne regularmente e é composta por um membro da diretoria de cada regional e um representante eleito na assembléia local. A Diretoria Executiva da Adunesp-S.Sind coordena os trabalhos e tem direito a apenas um voto na plenária. Administrativamente e juridicamente é a diretoria da Adunesp-S.Sindical a única que representa e responde pelo conjunto do Sindicato na Unesp, de acordo com nosso Regimento e o estatuto do Andes-SN. Para se revogar uma deliberação dessa instância deliberativa da Adunesp, somente o Congresso da Adunesp.

No seu processo da organização sindical a Adunesp S. Sindical deparou-se com resistências profundas de algumas Regionais em se adequarem à concepção sindical do Andes-SN. Tal fato está relacionado à história da Universidade, que foi constituída a partir dos institutos isolados espalhados pelo interior do Estado de São Paulo, em quinze cidades diferentes. Logo, a questão regional prevalece, na concepção de muitos docentes da Unesp, não só na questão sindical, mas em toda a sua concepção de universidade. Assim, muitos só conseguem ver o mundo exclusivamente a partir do seu campus ou da sua Associação Docente local. Só conseguem enxergar o sindicato a partir da sua Regional, tendo, como conseqüência, séria dificuldade em ver a unidade a partir da diversidade da própria Adunesp e do Andes Sindicato Nacional.

Como já apresentado anteriormente, a estrutura organizativa da Adunesp procurou preservar as Associações docentes regionais como forma de implementar nossa organização por local de trabalho. Estas poderiam ser entendidas como subseções-sindicais da Adunesp e conseqüentemente do Andes-SN. Porém, uma das visões existentes e defendidas é a de federação, e que pressupõe a total independência administrativa, organizacional e financeira da Associação docente local e não considera válido o regimento da Adunesp S.Sindical. Assim,

as instâncias da Adunesp Ssind.(Assembléia Geral – Congresso, Plenária de Representantes e Diretoria) se defrontaram quotidianamente, por vários anos, desde 1991, com essa dificuldade.

Dentro desse contexto, várias Diretorias da Adunesp deram continuidade ao processo de reorganização sindical, iniciado em 1991, tendo como principal bandeira a consolidação do princípio sindical em substituição àquele federativo existente até então. Na prática, tratava-se da implantação da concepção de sindicato que o Andes-SN representa e defende. Esse processo foi intensificado quando da preparação para o II Congresso da Adunesp. Em dezembro de 1993, foi realizado o Seminário “Representação e organização da Adunesp: Sindicato”, que contou com a participação de vários diretores do Andes-SN, Adusp, Adunimep, CUT Estadual, entre outros. A presença das Regionais foi significativa, não comparecendo somente duas Regionais. A escolha da Regional de Botucatu para a realização do Seminário deveu-se à enorme resistência da Associação Docente local às mudanças na concepção sindical da Adunesp, aprovadas em 1991.

Nesse evento, realizado na Sede da AD de Botucatu, foram discutidas exaustivamente a concepção sindical norteadora do Andes-SN e colocada, com transparência, as mudanças necessárias a serem implementadas na Adunesp para sua adequação e consolidação junto ao Andes-SN. Nessa oportunidade foi discutida a contribuição de 1% do salário base do docente, tendo como referência as várias categorias organizadas em sindicatos. Essa contribuição visava construir a autonomia financeira do sindicato, sem a qual é impossível se fazer política.

Era essa a situação vivenciada pela Adunesp naquele momento, ou seja, havia um grande reconhecimento do trabalho político, porém a entidade não dispunha de uma infra-estrutura mínima para realizar a sua ação sindical. Portanto, a questão era acima de tudo política, pois entendia a necessidade vital de profissionalizar o sindicato, a fim de viabilizar o trabalho político. A estrutura da Adunesp exigia a permanência de diretores em São Paulo, contatos telefônicos permanentes e visitas às Regionais, trabalho externo com as outras entidades, inúmeras viagens pelo interior do estado. Tudo isso era feito, na maioria das vezes, com o dinheiro do bolso dos próprios dirigentes sindicais.

Foi o II Congresso da Adunesp que permitiu o avanço e o aprofundamento da concepção sindical adotada na sua estrutura e funcionamento. Com uma participação significativa de nossas Regionais, foi aprovado um conjunto de deliberações que mudou a vida do sindicato. Destaque-se entre elas: o recadastramento dos filiados, a regularização estatutária das Regionais, a contribuição de 1% dos sindicalizados (0,5% para as Regionais, 0,5% para a Diretoria Executiva, sob a sua responsabilidade o repasse de 0,04% para a CUT, 0,2% para o Andes-SN, restando-lhe 0,26%).

Apesar do Seminário preparatório ter ocorrido em Botucatu, para estimular a sua participação, os companheiros não compareceram ao Congresso, tendo apresentado, inclusive, proposta de seu adiamento, já que o mesmo foi realizado durante a greve de 1994, em Jaboticabal.

A partir daí, inaugura-se uma nova fase da Adunesp, na qual a bandeira permanente da entidade era implantar as deliberações do II Congresso, especialmente, a contribuição de 1%. É importante ressaltar que foi respeitado o cronograma de deliberações aprovado pelo II Congresso e o seu processo de implantação foi exaustivamente negociado com as Regionais. Algumas responderam positivamente de pronto, outras demoraram um pouco mais e algumas mantiveram as resistências iniciais.

Nesse processo, a AD de Botucatu teve várias oportunidades para regularizar sua situação no interior da Adunesp, chegando várias vezes a assumir compromissos por escrito, porém nunca concretizados. Dois fatos importantes e que devem ser destacados:

- 1 - regularização do regimento e/ou estatuto,
- 2 - implantação de 1% em folha, com o respectivo repasse financeiro da parte devida à Adunesp da contribuição sindical da regional.

Passados quase sete anos desde a realização do II Congresso da Adunesp, apenas modesto e irregulares repasses foram realizados pela AD de Botucatu até Maio e Araçatuba Outubro de 1996. Nenhuma providência foi tomada por parte destas Regionais para regularizar tanto a parte financeira, quanto a questão regimental daquelas Associações.

Ressalta-se que eles nunca cumpriram as deliberações Congressuais e o Regimento da Adunesps.Sindical. No nosso entendimento, também não cumpriram ou fizeram cumprir o estatuto do ANDES-SN.

Os docentes associados à Associações Docentes de Araçatuba e Botucatu (a diretoria dessa Associação Docente era presidida naquela ocasião pelo Professor José Lúcio Machado), não cumpriram com seus deveres de sindicalizados ao ANDES-SN desde 1994, conforme estabelece o Artigo 10 e seus Incisos:

Art.10. São deveres dos Sindicalizados:

- I- observar o Estatuto e os regimentos da Entidade,
- II- zelar pelo cumprimento dos objetivos do ANDES-SN,
- III-
- IV- exigir da Diretoria o cumprimento das decisões das instâncias deliberativas da Entidade.

A Adunesp S.Sindical desde 1991 faz parte das instâncias do ANDES-SN,

Art.13. São instâncias do ANDES SINDICATO NACIONAL:

I-

II -

III -

IV- ADs-Seções Sindicais (ADs-SSinds), constituídas por :

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Outros órgãos constituídos no seu interior e de seu regimento.

No entender das várias diretorias que estiveram à frente da ADUNESP desde 1991, por ser nossa S. Sindical a menor instância organizativa e deliberativa territorial do ANDES-SN, o nosso Regimento ter sido aprovado em Assembléia Geral e respeitar o estatuto do ANDES-SN e gozando de autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, dentro dos limites do Estatuto do ANDES-SN (Art. 44, parágrafos 1º e 2º), ele deve ser respeitado e cumprido de plenamente por todos os docentes sindicalizados à ADUNESP-S.SIND. Bem como todas as deliberações aprovadas em nossos Congressos e Plenárias.

Pensamos que fazer cumprir o Estatuto do Andes_SN, também implica em fazer cumprir e respeitar o Regimento da Adunesp S. Sindical, a menor instância de nosso SINDICATO. Na ADUNESP, apenas Botucatu e Araçatuba permaneceram descumprindo o Regimento:

Art. 6 – São deveres dos associados:

- a)
- b)
- d) atender e prestigiar os atos e decisões dos órgãos da AD Seção Sindical;
- e) manter em dia sua contribuição.

1º -

2º - O não pagamento da contribuição, após seis meses consecutivos, determinará a eliminação automática do associado do quadro associativo.

Seria importante frisar que a questão contributiva dos associados às Associações Docentes de Botucatu e Araçatuba, que há tantos anos vem se arrastando, apesar da Adunesp sempre ter cumprido com as atribuições que constam no Art. 47 e incisos, do Estatuto do ANDES-SN, na verdade sempre vivemos uma situação em que aqueles professores vêm gozando apenas seus direitos junto ao Andes-SN e não cumprindo com seus deveres.

Não se pode dizer que o caixa do Andes-SN vem sendo lesado, diretamente por essas duas regionais, pois com a recusa de implantar em repassar as contribuições definidas em congresso, os repasses efetuados pela Adunesp ao Caixa do Andes-Sn são calculados exclusivamente com as contribuições das outras Regionais. Não nos responsabilizamos pela situação irregular e de inadimplência que, apesar de já ter sido denunciada inúmeras vezes

publicamente desde 1996, perdura. O que impõe ao coletivo da Diretoria do ANDES-SN e de seus sindicalizados uma tomada de posição.

Desde 1994, os momentos de reaproximação e “boa” vontade de Botucatu e Araçatuba, que sempre se justificava argumentando que sua posição estava respaldada em deliberação de assembléia local e pelos seus respectivos estatuto, foram sempre aqueles que lhes interessavam diretamente, ou seja, a sucessão dos órgãos colegiados centrais da UNESP (Adunesp participa do processo de eleição dos representantes docentes dos colegiados centrais com chapa própria, sendo, geralmente, bem sucedida) e as eleições do Andes-SN. A Plenária da Adunesp – instância deliberativa, depois do Congresso – avaliou e negociou a situação, por diversas vezes com os companheiros e nenhum acordo foi por eles cumprido. Assim foi anos a fio e chegamos a uma situação limite. A Plenária da ADUNESP-Ssind., considerando que de acordo com o regimento da Adunesp:

Art. 3 – Poderá inscrever-se como membro da Adunesp – Seção Sindical qualquer docente da Unesp, independente de sua categoria funcional,

1º - A filiação de uma Associação local de docentes da Unesp tornará seus associados automaticamente inscritos na Adunesp – Seção Sindical.

2º - O docente poderá inscrever-se individualmente à Adunesp – Seção Sindical através de solicitação dirigida ao Presidente, se em seu Campus não houver Associação ou se esta não for filiada à Adunesp – Seção Sindical.

E considerando as obrigações e prerrogativas que lhes são garantidas no Estatuto do ANDES-SN (**Artigo 44 e seus dois parágrafos, Artigo 46, Artigo 47 e seus incisos, artigos 48, 49 e 50**) deliberou pela exclusão das ADs de Botucatu e Araçatuba, considerando-as não mais filiadas à ADUNESP-S.SINDICAL. O que não impede os refreidos professores de pleitearem individualmente a manutenção de sua condição de sindicalizado mediante solicitação em documento específico para tal fim. Essa decisão da Plenária da ADUNESP procura por termo a embates e desgastes desnecessários entre a diretoria da S. Sindical e a Diretoria de uma Associação de Docentes de um Campus da Unesp. Aliás a constituição de Associações Docente é garantida pela CLT e podem existir inúmeras dentro de uma mesma empresa, universidade, etc. Isso fica a critério dos trabalhadores (professores). Assim, pode-se ter a Associação dos Professores de História da UNESP, dos Professores de Filosofia, dos Professores de Engenharia, etc.

Gostaríamos de deixar registrado, que não se trata de querer cercear a liberdade de organização dos trabalhadores dessas duas Unidades da Unesp. Mas sim de reafirmar o sindicato que a duras penas foi construído na Unesp a concepção sindical que nos orienta. Tal decisão ao se pautar na não regularização dos compromissos assumidos por estas Regionais, constituiu, de nossa parte, um veemente resposta à afronta ao regimento da ADUNESP e ao ESTATUTO do ANDES-SN que vinha sendo praticada.

O fato mais grave, desde 1996, no entender da Adunesp tem sido o deliberado desrespeito e descumprimento de nossos estatutos e regimentos, que se materializaram com a participação sistemática de docentes de Botucatu nas últimas três eleições do ANDES-SN. Pois passamos a viver um paradoxo, esses companheiros não podem se candidatar a qualquer cargo de direção da Adunesp-S.Sindical desde 1996, menor instância de organização e deliberação do Sindicato Nacional mas, têm garantido o direito de concorrer aos cargos máximos das instâncias superiores do SINDICATO NACIONAL. Essa questão criou um mal estar e um constrangimento muito grande na base da Adunesp, uma vez que o Sindicato Nacional, reiteradas vezes, em diferentes Comissões Eleitorais do ANDES-SN desconsideraram os recursos e as contestações encaminhadas pelas diversas Diretorias da Adunesp, ao credenciamento de professores dessas duas regionais. A Plenária da ADUNESP havia desligado essas regionais e seus associados por não zelarem, cumprirem e fazerem cumprir o nosso Regimento e nem o Estatuto do Andes-SN. Todos esses fatos sempre foram devidamente documentados.

Ao nosso ver a ADUNESP-SSINDICAL viu-se fragilizada e desprestigiada como instância organizativa do Sindicato Nacional.

Frente as seguidas decisões favoráveis aos professores filiados a uma Associação Docente Local que, além de possuir Estatuto e CNPJ próprios, desde 1996 se proclama desligada da Adunesp S.Sindical, outras regionais se sentiram traídas como parte da organização sindical.

Tais fatos geraram a revolta daqueles que, com muito custo e às vezes superando resistências, implementam as deliberações das instâncias do Sindicato, tanto nacional quanto local. Muitos entendem que a permanência dessa situação irregular constitui uma afronta não apenas à democracia do movimento docente, à concepção sindical que rege nosso sindicato, mas também o estatuto do Sindicato Nacional. A diretoria da Adunesp, procurando evitar que tais fatos possam ser presenciados mais uma vez futuramente, procurando evitar a permanência dessa situação ou sua reincidência e que terão reflexos claros de questionamento da presença e participação da Adunesp no ANDES-SN e em respeito ao Estatuto do ANDES-SN e Regimento da Adunesp S. Sindical, em cumprimento às deliberações de suas instâncias democráticas, a Diretoria apresenta ao 20º Congresso do Andes- SN a presente Resolução:

TR - 54

O Andes-SN - com base no parágrafo único do Artigo 11 e inciso II do Artigo 15 do seu Estatuto – reafirma a deliberação da Plenária da Adunesp S. Sindical de EXCLUSÃO do nosso quadro de sindicalizados os professores associados à Associação dos Docentes dos campus de Botucatu e Araçatuba. Qualquer solicitação de regularização por parte dessas Associações Docentes hora excluídas, deverá necessariamente passar pela aprovação das instâncias de deliberação da ADUNESP-SSINDICAL e posteriormente encaminhadas para deliberação no Congresso do ANDES-SN.

TEXTOS AVULSOS

CONTRIBUIÇÃO AO TEMA

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

As contribuições aqui apresentadas foram debatidas na Assembléia Geral Extraordinária da APUFSC-SSIND e organizadas pela delegação, que é composta pelos seguintes professores: Paulo Rizzo, Danuza Meneghello, Maria Odete Santos, Carlos Luiz do Carmo, Milton Muniz, Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, Clarilton Ribas e Irmingard Hass.

1. Sobre o método de preparação dos congressos, a organização do temário e sua discussão

De certa maneira, a falta de praticidade no ambiente de trabalho nas universidades reflete-se em nosso trabalho sindical. Os Congressos e os CONAD têm sido preparados com base nos cadernos de textos publicados pela diretoria nos quais encontram-se textos da diretoria, de seções sindicais e individuais, os quais buscam justificar as propostas de resoluções a serem aprovadas nestes eventos. Invariavelmente, seguindo a tradição do temário destes eventos (ressalvadas as mudanças ocorridas ao longo do tempo), os cadernos começam com textos relativos ao tema Movimento Docente e Conjuntura. Estes textos pretendem ser a análise de conjuntura do momento em que se realiza o evento e a indicação das condições que o movimento encontrará no período em que buscará implementar as resoluções do evento. Em se tratando de congresso, o período do foque de nossas ações é de um ano. Isto é, o congresso define tarefas para um ano. Isto não quer dizer que propostas de mais longo ou mais curto prazo não devam ser tratadas pelos congressos e geralmente o são.

A preparação de um congresso deve ter como referência as definições do congresso passado e as atualizações feitas pelos dois CONAD. A preparação de um congresso, pois, deve ser iniciada por um balanço das previsões e dos encaminhamentos feitos pelo congresso passado, sobre todos os temas. Em alguns temas específicos isto tem acontecido, mas no tocante sobretudo à conjuntura, os textos são escritos praticamente sem referência ao congresso passado e CONAD. Isto também tem acontecido em cada CONAD. O que muda entre CONAD e Congresso é que para o segundo os textos são mais pretensiosos, o que contribui ainda mais para se afastar da avaliação do que fizemos.

Nossa sugestão, portanto, é que para os próximos eventos a diretoria apresente como texto introdutório um balanço do período precedente destacando o que se previa nos desdobramentos da conjuntura, quais fatos novos e relevantes ocorreram, que problemas enfrentamos no encaminhamento de nossas lutas e, finalmente, **o que tende a acontecer no próximo período.**

Fazendo dessa forma certamente encontraremos maior objetividade e facilidade de compreensão. Poderemos ter maior identificação com os textos e o caderno deixa de ser desagradável, lido por obrigação, nem sempre todo, por aqueles que se propõem como delegados.

2. O método da análise de conjuntura

Assinalamos acima a necessidade de se apontar o que tende a acontecer no próximo período. Uma análise de conjuntura que se volta a interpretar o passado e não se detém a debater as possibilidades de seu desdobramento é uma análise capenga e sem serventia. Quando delegados se reúnem para definir as tarefas do sindicato para o ano que se segue eles devem ser chamados a pensar sobre o que deverá ocorrer neste ano. É o que comumente se chama de visualização de cenários.

O texto 1, da diretoria, não apresenta uma linha sobre isso, o texto 2, da AG da ADUFOP, apresenta algumas indicações e o texto 4, do Professor José Eustáquio Diniz Alves, o faz restrito ao seu tema que são as eleições indicando algumas possibilidades para 2002.

Se entendemos a realidade como contraditória e que nada é estável no capitalismo — por isso mesmo periodicamente fazemos análises —, o método deve ser o de buscar visualizar as contradições, como elas tendem a se manifestar e encontrarmos os caminhos para a ação. Sem isso, cai-se no imobilismo.

Se o texto da diretoria não aborda cenários, os outros são limitados, um por restringir-se às eleições e o outro por não indicar o(s) eixo(s) prioritário(s). Voltaremos a isso mais adiante.

3. Alguns elementos para análise

A virada de século talvez tenha sido a motivação para que tanto o texto 1 quanto texto 2 fizessem uma retrospectiva do século 20 e algumas comparações entre este início de século e o anterior. Sendo nossa preocupação o debate sobre os cenários atuais não pretendemos debater exaustivamente visões sobre a história de um século e esperamos que o 20º Congresso não o faça. Comparações devem ser evitadas. Caso sejam feitas, devem ser cuidadosas para que não se tome nada na realidade atual como definitivo e não mitifiquemos elementos desta realidade. Por exemplo, o texto da ADUFOP, já no seu primeiro parágrafo afirma que *“(...) os países do capitalismo central já não precisam estabelecer colônias e usar tropas para garantir entrepostos comerciais ou acesso aos recursos naturais estratégicos. Hoje o controle se dá mais pelo mercado do que nunca, permitindo a crescente desterritorialização do poder”*. Mais a frente, ao indicar quatro tendências produzidas pela globalização (p. 29) apresenta com última: *“enfraquecimento da soberania dos Estados nacionais e, em cada nação, enfraquecimento dos mecanismos de intervenção estatal. Em síntese, a globalização é um processo de mundialização da ideologia neoliberal visando aumentar as forças do mercado e enfraquecer seus mecanismos de controle. Tudo isso ampliou o poder de chantagem do capital sobre as sociedades nacionais e, dentro destas, sobre os trabalhadores organizados.”* Ao contrário do que se propala, o mercado mundial é hoje muito mais regulado e controlado por Estados nacionais do que antes da 1ª Guerra Mundial, evidentemente que pelos países que concentram mais capital e sob a hegemonia do governo dos Estados Unidos, e estes controlam a ordem econômica e política mundial. Se o neoliberalismo é ideologia, devemos tomar o cuidado de não tomarmos suas idéias como sendo a realidade. Um mercado autogovernado, isto é, autônomo e pairando acima dos Estados nacionais, é um mito. O poder não se desterritorializa e tampouco as intervenções de tropas foram abandonadas. Deixemos aos ideólogos neoliberais defenderem suas idéias e valores, pois eles o fazem melhor do que nós. A nós cabe mostrar as contradições e explorá-las, o que, de certa forma, nosso sindicato tem feito.

A ideologia neoliberal, ou o chamado pensamento único, propala como valor principal a competitividade para tudo e todos. A empresa tem que ser competitiva, o país, o Estado (ou província), a cidade, a educação, a universidade, o instituto de pesquisa, o estudante, o professor, o hospital, a cultura, o trabalhador... também o têm. Enfim, nossas condições de vida dependeriam da competitividade nossa enquanto pessoa, da empresa em que trabalhamos, da cidade em que vivemos, do país... A alta concentração e a alta mobilidade do capital (dois aspectos inseparáveis) exigem esta onda de competitividade. As multinacionais colocam suas subcontratadas em países diferentes a concorrerem entre si e com isso rebaixam custos às custas de exploração e benesses dos Estados (veja, recentemente, o caso da Ford no RS e BA). As taxas de câmbio e de juros, os valores salariais, os contratos, os impostos, as reformas educacionais, etc. são definidos em nome da competitividade. Apresentada como solução, a competitividade é o problema – não o único. Os movimentos do capital orientam-se, não apenas em produzir onde é mais barato e vender onde é mais lucrativo, mas também e não menos importante, em transferir os riscos da competição para outros. Terceirização e flexibilização de contratos de trabalho são exemplos de como se processa tal transferência. Se o mercado tem seus altos e baixos, as grandes empresas tratam de aproveitar os “altos” e transferir o ônus dos “baixos” para outros.

Com outra roupagem esta ideologia é a mesma que a de que os pobres são pobres porque não querem trabalhar. Na linguagem atual, os pobres seriam pobres porque não são competitivos. Estendendo-se o pensamento, os servidores públicos ganham pouco porque não são competitivos. No nosso caso, os docentes ganham mal porque não são competitivos. Enfim, ao cabo, não seremos felizes se não formos competitivos.

Transfere-se, então, não apenas as conseqüências nefastas da competição para outros, mas a culpa pelos fracassos empresariais, institucionais e pessoais.

O discurso da competitividade passa, então, a ser componente principal da submissão. A idéia foi tão propagada que, após o episódio recente da destruição da planta experimental de plantas transgênicas no Rio Grande do Sul, um repórter perguntou ao Secretário da Agricultura daquele Estado se a proibição do cultivo de transgênicos não reduzia a competitividade da produção agrícola local. O Secretário argumentou que era o contrário porque as sementes transgênicas eram propriedade de multinacionais e que o milho não transgênico do Rio Grande do Sul tinha mercado garantido na Europa. Este exemplo concentra os aspectos centrais da questão. De um lado está a idéia de que a competitividade é submetido-nos às multinacionais, que é expressão do ideário neoliberal. De outro lado está a idéia de que não é possível ter competitividade sem soberania. Competitividade e dependência seriam, então, antagônicos. Este antagonismo é real.

Longe de incrementar a competitividade do Brasil, o governo FHC a vem reduzindo com sua política subserviente aos ditames do FMI, ao abandono de qualquer perspectiva desenvolvimentista. Ao rifar a soberania da nação, o governo abriu mão da competitividade e colocou o país inteiro à disposição do capital multinacional, em que pesem alguns arroubos em oposição à velocidade de constituição da ALCA.

Trata-se aqui, não de apresentar outra roupagem para o discurso da competitividade, mas de buscar desmontá-lo, retomando a questão da soberania nacional como central no próximo período. A palavra de ordem “*Fora FHC/FMI*” deve ter sua materialização em uma ampla luta política em defesa dos interesses da Nação. A bandeira só terá materialidade se se evidenciar que FHC é preposto do FMI, dos interesses dos capitais externos. E se disso resultar algum avanço além da substituição deste FHC por outro (por exemplo, Ciro Gomes, Taso Jereissati).

É preciso que tiremos todas as conseqüências do objetivo expresso no primeiro parágrafo do texto 1, da diretoria, que propõe essencialmente a politização de nossas lutas. Isto não ocorrerá simplesmente por se conceder um conteúdo político a cada uma das nossas reivindicações. Toda a situação mostra que não há limites entre as reivindicações específicas e as lutas políticas gerais. Tampouco a mobilização dos docentes tende a seguir passos esquemáticos como lutar primeiro pelas questões mais imediatas e depois pelas lutas políticas. Este esquema de pensamento foi desmontado no MD já em 1992. Naquele ano, o Congresso do ANDES-SN aprovou um texto que ponderava sobre os limites da ação política e concentrava-se em indicar um período de resistência. Poucos meses depois a luta pelo “*Fora Collor*” dominou todos os acontecimentos.

Não se trata agora de apostar que “*Fora FHC/FMI*” vai ocupar o mesmo lugar e com a mesma repercussão que a luta pela saída de Collor teve naquele ano. O que está em questão este ano é que se não houver um enfrentamento geral e amplo ao governo FHC e em defesa da soberania nacional, todas as nossas reivindicações estarão fadadas a não serem atendidas, e as reformas propostas pelo governo tenderão a vingar.

A compreensão que o 20º Congresso deve ter é que não temos apenas várias frentes de luta: salário, contra o emprego público, autonomia, ciência e tecnologia, política educacional, previdência, contra a corrupção, etc. Em 2001 temos uma luta, que não é apenas nossa, que é pela soberania nacional e contra o governo antinacional de FHC. A disputa eleitoral em 2002 tende a estar concentrada neste debate.

O Fórum Social Mundial, que não pode ser avaliado pelos textos do caderno, bem como a crise econômica que se anuncia nos Estados Unidos, as vitórias conservadoras nos Estados Unidos e Israel, as articulações para as eleições inglesas em abril em que os conservadores podem vencer, são questões que devem ser tratadas. O quadro que se anuncia é de acirramento das contradições entre países ricos e pobres, em que a face mais perversa do neoliberalismo tende a se evidenciar mais.

Ao mesmo tempo em que se gestam formas alternativas de expressão e organização de outras racionalidades ao pensamento único, o modelo econômico internacional começa a apresentar sinais de esgotamento, que é a expressão da crise estrutural do capitalismo. As lutas em defesa dos interesses nacionais atualizam-se com o anúncio da estagnação econômica americana e com a possibilidade da construção de outras racionalidades como expressa o Fórum Social Mundial.

Os textos de nosso sindicato têm sido insistentes na abordagem da “*tendência decrescente da taxa de lucro*”. Esta tendência, que é estrutural, não pode ser entendida como retração na

acumulação e concentração de capital. Ao contrário, esta tendência é resultado da alta acumulação e concentração do capital. É a tendência que todos os economistas buscam resolver. As crises, portanto, não são resultado da falta de capital. Ao contrário, elas são expressão da sobreacumulação. Em outras palavras, as crises ocorrem quando as estruturas econômicas vigentes não permitem rentabilidade aos investimentos.

O crescimento da economia norte americana nos últimos anos deveu-se à condição de hegemonia daquele país nos processos de mundialização da economia nas últimas décadas. Os povos do mundo inteiro sustentaram aquele crescimento, que nada mais foi que a transferência de mais-valia de várias regiões do mundo para aquele país, mas não somente para ele.

O problema que está posto hoje é que a “saída” para a crise norte americana, e para outros países de “1º mundo”, será a espoliação ainda maior das riquezas do restante do mundo. Culpados por sua sorte, por não serem competitivos, os trabalhadores de todo o mundo serão chamados, mais uma vez, a pagarem as contas.

Nossa luta deve ser contra este pagamento.

A luta pela soberania nacional é, para os trabalhadores, a luta para não se pagar a conta. Ter a iniciativa na chamada e organização dela é fundamental. Trata-se de uma frente anti-imperialista, anti-latifundiária e anti-monopolista, pois até os retrógrados pecuaristas brasileiros estão hoje em luta contra a interferência canadense na avaliação da saúde dos bois brasileiros. Recusar-se a chamar este tipo de frente e nela disputar a hegemonia, seria, para os trabalhadores, assumir o pagamento da conta, não apenas dos capitalistas de fora, mas dos nacionais também. Hoje, promover uma campanha em defesa da Amazônia, entre outras, pode ser um elemento aglutinador de forças contra o entreguismo promovido pelo governo.

Como se pode observar, este texto não esgota as questões por ele levantadas. Ele não trabalha todas as possibilidades de desdobramento da conjuntura e não aprofunda sua proposta central de eixo de luta. Esta assembléia, os delegados e o próprio congresso deverão, se de acordo, fazê-lo.

PROPOSTAS AO CONGRESSO DO ANDES-SN

1. Implementar Campanha em Defesa da Amazônia discutindo através de seminários, colóquios, etc, os vários aspectos que dizem respeito ao tema, a partir das entidades representativas dos três segmentos e, ainda, buscando comprometer as instâncias formais das IES.
2. Adendo à TR 5.1, p. 43 (caderno de textos) O número mínimo ou máximo de horas aula não deve ser regulamentado, nem mesmo na LDB e deve ser objeto de exercício da autonomia das IES e suas instâncias colegiadas, que devem se orientar segundo o preceito de indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.
3. Adendo à TR 24.1, p. 79 (caderno de textos) Que as IES realizem diagnóstico vivo, chamando os demais segmentos (DCE, Técnicos Administrativos e Associação de Pós-Graduandos) com o objetivo de fazer – de forma o máximo participativo — levantamento das reais condições de trabalho nas IES, inclusive detectando o processo de privatização interna nas Universidades Públicas.
4. Adendo à TR 28, p. 28 (caderno de textos) que propõe a realização de apenas um Conad ordinário por ano, sem prejuízo dos extraordinários que dependerão da conjuntura:

Mudança na data do Congresso do Andes-SN. Que não ocorra fora do período de atividades das IES. Estudar melhor formatação do Congresso do Andes-SN para agilização dos trabalhos e melhor estruturação do caderno preparatório.

5. Organizar reunião dos GTs anterior aos Congressos.
6. Viabilizar na abertura dos Congressos, espaços para manifestações diversas (culturais, científicas, etc) assim como seminários de temas prementes.
7. Organizar no interior do Sindicato Nacional, uma assessoria parlamentar permanente.

Proposta não consensual na delegação da APUFSC-SSind:

1. Restabelecimento do direito de venda de 1/3 de férias

Reunião dos Delegados ao XX Congresso da Andes-SN

TEMA I – Política Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe.

TEXTO 39.1

Diretoria do ANDES-SN

TR 39.1

O 20º Congresso:

- 1) posiciona-se pela revogação da lei de responsabilidade fiscal, entendendo tratar-se de um mecanismo de perpetuação e comprometimento das administrações com as políticas de caráter neoliberal, inviabilizando os investimentos sociais para garantia do pagamento da dívida externa;
- 2) propõe que a Frente Parlamentar de Entidades Civis e Militares em Defesa da Previdência Social Pública transforme-se em Frente Parlamentar de Entidades Civis e Militares em Defesa da Seguridade Social, na perspectiva de resgatar a luta em defesa dessa política pública na sua integralidade;
- 3) posiciona-se pela reativação em caráter urgente do Conselho Nacional de Seguridade Social, extinto pelas medidas provisórias nº 1729 e 1799, por considerar que isto constitui quebra da integralidade do conceito de seguridade social, operacionalizando de forma isolado das questões da saúde, previdência e assistência social;
- 4) indica às Seções Sindicais a realização de seminário com o título: Prepare-se para a aposentadoria; cujo objetivo deve ser o de analisar com docentes da ativa e aposentados as questões relativas à aposentadoria. A pauta do seminário deverá ser formulada pelo GTSS/Aposentadoria de cada Ad;
- 5) indica que as Seções Sindicais, dentro da especificidade de suas organizações, dêem ênfase ao trato às questões de aposentadoria, articulando, interna e externamente, a luta do conjunto da categoria em relação a esta temática;
- 6) demanda ao GTCA estudos que, através de veículos de comunicação do sindicato ou de iniciativas conjuntas com outras entidades do movimento popular, instrumentalizem a luta pelo resgate dos direitos sociais de seguridade dos trabalhadores;
- 7) aprova a publicação de uma edição especial do InformAndes, que enfatize as questões relativas à seguridade social, que hoje constituem-se em centralidade na pauta política do sindicato;
- 8) delibera que o Sindicato, junto a entidades nacionais e internacionais, articule, para o dia 25 de julho (dia do aposentado na América Latina), a realização de uma manifestação internacional de denúncia dos ataques que o neoliberalismo desencadeia sobre esse segmento dos trabalhadores, tomando como referência a realização, em Madri, em 22/23 de maio de 2002, da Assembléia Mundial do envelhecimento digno;
- 9) delibera que os GTs C&T e SS/Assuntos de Aposentadoria pautem, para discussão no MD, as questões relacionadas à biopirataria e à entrega do patrimônio, representado pela biodiversidade da flora/fauna brasileiras e à exploração das multinacionais da área químico-farmacêutica como: 1) Bioamazônia/Novartis Pharma (Suíça); 2) Extracto e Glaxo Wellcom; 3) IBAMA e Cognis, entre outros;

TEMA I – Política Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe.

TEXTO 5.2

Diretoria do ANDES-SN

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

TEXTO APOIO

Foi sancionada por FHC, com vetos, a Lei n. 10.721 que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, no dia 9 de janeiro de 2001. Repetindo a lamentável história da tramitação e aprovação da LDB e, desconsiderando as propostas da sociedade expressas no *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira*, a maioria governista no Congresso Nacional aprovou o PNE do governo em 14 de dezembro de 2000, em meio às suas habituais manobras legislativas. Mesmo assim, o presidente vetou as modificações incluídas pelo parlamento que ampliavam os recursos públicos para a educação.

A idéia da elaboração de um Plano Nacional de Educação, de validade decenal, foi uma das conquistas dos setores organizados da sociedade brasileira, nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte que, através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, conseguiram incluí-la na Constituição Federal de 1988. No Plano deveriam estar indicadas diretrizes claras para o cumprimento, pelo poder público, dos dispositivos constitucionais relativos ao direito à educação pública bem como a erradicação do analfabetismo.

Com o objetivo de atender as necessidades educacionais da maioria da população, respeitando princípios éticos voltados para a busca de igualdade e justiça social, profissionais da educação, em conjunto com diversos setores organizados da sociedade brasileira, mobilizaram-se, entre 1995 e 1997, realizando em Belo Horizonte, dois grandes Congressos Nacionais de Educação – o I e o II CONED. Cada um destes eventos, de caráter coletivo e democrático, reuniu cerca de cinco mil participantes de todo o país, processo pelo qual construiu-se o *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira*, do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, apresentado ao Congresso Nacional no dia 10 de fevereiro de 1998, pelo deputado Ivan Valente e transformado no Projeto de Lei n. 4.155/98.

No dia 11 de fevereiro de 1998, o governo FHC enviou ao Congresso Nacional o seu projeto de PNE que foi apensado ao projeto da sociedade brasileira, mas que em flagrante desrespeito às normas regimentais, foi priorizado pelo relator deputado Nelson Marchezan.

São dois projetos antagônicos em seus fundamentos, concepções, metodologia de elaboração, diretrizes e metas. De um lado, os setores organizados da sociedade brasileira buscavam fortalecer, ampliar e democratizar a educação pública estatal, em todos os seus níveis e modalidades; universalizar a educação básica, expandir o ensino superior e garantir o correspondente e compatível financiamento público, tendo como meta 10% do PIB em dez anos. De outro lado, o governo se empenhou em consolidar sua política neoliberal para a educação, desresponsabilizando o Estado pela manutenção da educação pública, ao transferir seu dever para a sociedade, e, em especial, tornando a educação uma atividade das mais lucrativas para os comerciantes do setor: o que, enfim, agrava o “apartheid” educacional já instaurado.

O texto do relator, deputado Nelson Marchezan, aprovado pela Câmara Federal foi mantido pelo Senador José Jorge que assumiu a relatoria do mesmo no Senado. A presença articulada de toda a bancada governista no plenário do Senado garantiu, de forma inequívoca, a aprovação de mais um projeto do governo. O texto aprovado contempla os objetivos, diretrizes e metas estipulados pelo governo, com tímidas proposições de ampliação dos recursos públicos para a educação, dentre as quais a definição de 7% do PIB como meta de gasto público com educação ao final da década. É importante ressaltar que o PNE: proposta da sociedade brasileira prevê 10% do PIB.

Obediente a seus senhores – o FMI e o Banco Mundial, FHC vetou, entre outros os seguintes dispositivos: ampliação do Programa de Garantia de Renda Mínima; ampliação das vagas para o ensino superior público; ampliação do financiamento público à pesquisa científica e

tecnológica; vinculação de 75% das verbas do MEC para a educação superior e aumento de gastos com crédito educativo. Os argumentos utilizados para justificar seus vetos sustentaram-se na Lei de Responsabilidade Fiscal e no Plano Plurianual. Outro argumento utilizado foi o de que os dispositivos de ampliação do financiamento da educação contrariariam o interesse público.

A implementação desse PNE não interessa ao povo brasileiro e, portanto, derrubar os vetos presidenciais é insuficiente. É necessário comprometer o poder público com metas de financiamento compatíveis com a educação de qualidade como forma de resgate da histórica dívida social gerada pelos governos como está explicitado no PNE proposta da sociedade brasileira. Dessa forma, torna-se essencial mobilizar a sociedade brasileira e as forças progressivas do Congresso Nacional para revogação, no menor prazo possível, da Lei n. 10.172/2001.

TR – 5.2

O XX CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

1. pelo posicionamento contrário ao Plano Nacional de Educação instituído pela Lei n. 10.172/2001, dando início imediato às ações e articulações necessárias à luta pela sua revogação;
2. pela reafirmação do PNE da sociedade brasileira como documento de referência política, pedagógica e metodológica para a educação pública brasileira e para as intervenções do ANDES-SN na elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação;
3. pela reafirmação do IV CONED em novembro de 2001, como um espaço coletivo de discussão democrática para o encaminhamento da luta pela educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

TEMA 1 – SISTEMATIZACAO DOS TRs

1. POLITICA EDUCACIONAL

TR 5.1 (Caderno de textos, P. 43) item 1

- Item 2
- Item 3 – sub-itens C e D
- Item 4
- Item 5 - sub-itens B e C
- Item 6
- Item 8
- Item 9
- Itens 10, 12, 13, 14 e 15

1.1. CARREIRA

TR 5.1 (Caderno de textos, P. 43) Item 3 – sub-itens A e B

- Item 5 – sub-itens A e B
- Item 11.1

- TR 11.1 (Caderno de textos, P. 60)
- TR 43 (Caderno Anexo, P. 32 e 35)
- TR 45 (Caderno Anexo, P. 39)

1.2. AUTONOMIA

- TR 6.1 (UFMG, p. 48)
- TR 5.1, item 7 (Caderno de textos, P. 43)
- TR 8.1 (Caderno de textos, P. 51)
- TR 8.2 (Caderno de textos, P. 51)
- TR 8.3 (Caderno de textos, P. 51)

2. POLITICA DE C&T

TR 5.1 (Caderno de textos, P. 43) Item 5 – sub-itens A e D

- TR 14.1 (Caderno de textos, P. 65)
- TR 15.1 (Caderno de textos, P. 66)
- TR 44 (Caderno Anexo, P. 36)

3. POLITICA SINDICAL

- TR 12.1 (Caderno de textos, P. 62 e 63)
- TR 13.1 (Caderno de textos, P. 63)
- TR 38 (Caderno Anexo, P. 19 e 20)
- TR 40 (Caderno Anexo, P. 28)

4. SEGURIDADE SOCIAL

- TR 7.1 (Caderno de textos, P. 49)
- TR 19.1 (Caderno de textos, P. 72)
- TR 39 (Caderno Anexo, P. 24)
- TR 41 (Caderno Anexo, P. 29)

5. ETNIA, GENERO E CLASSE

- TR 21.1 (Caderno de textos, P. 75)
- TR 22.1 (Caderno de textos, P. 76)

6. POLITICA AGRARIA

- TR 42 (Caderno Anexo, P. 31)
- TR 17.1 (Caderno de textos, P. 70)
- TR 18.1 (Caderno de textos, P. 70)

7. POLITICA DE COMUNICACAO

- TR 16.1, item 4 (Caderno de textos, P. 67)

TR 46 (Caderno Anexo, P. 39)

8. RELACOES INTERNACIONAIS

TR 20.1 (Caderno de textos, P. 73)

OBSERVAÇÃO / TRs remetidas para os temas II e III

Tema II ___ TR 8.1, 8.2, 8.3 (Caderno de textos, P. 51)

Tema III ___ TR 16.1 itens 1, 2, 3, e 5 (Caderno de textos, P. 67)

TR 16.2 (Caderno de textos, P. 39)

TR 16.3 (Caderno de textos, P. 39)

TEMA 2 – SISTEMATIZACAO DOS TRs

1. PLANO DE LUTSA DO SETOR DAS IFES

TR 8.1, 8.2 e 8.3 (Caderno de textos, P.51)

TR 24.1 (Caderno de Textos, p. 79)

TR 47 (Caderno Anexo, p.41)

TR48 (Caderno Anexo, p. 42-43)

TR 50 (Caderno Anexo, p. 48-49)

TR 51 (Caderno Anexo, p.51-52)

2. PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

TR 26.1 (Caderno de Textos, p. 83)

TEMA 3 – SISTEMATIZACÃO DOS TRs

TR 27.1 (Caderno de textos, p. 87)

TR 28.1 (Caderno de textos, p. 87)

TR 28.2 (caderno de textos, p. 87)

TR 29.1 (Caderno de textos, p. 87)

TR 30.1 (Caderno de textos, p. 88)

TR 31.1 (caderno de textos, p. 89)

TR 33.1 (Caderno de textos, p. 89)

TR 34.1 (Caderno de textos, p. 89)

TR 35.1 (Caderno de textos, p. 90)

TR 52 (Caderno Anexo, p. 55)

TR 53 (Caderno Anexo, 57)

TR 54 (Caderno de Anexo, p.61)